

239

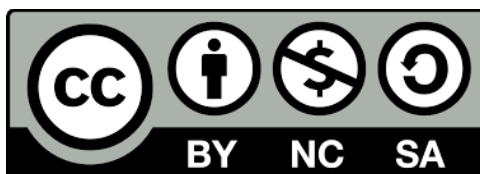
UNIVERSIDADE
AbERTA
PORTUGAL UNIVERSIDADE PÚBLICA
DE ENGINHO A DISTÂNCIA
www.univ-ab.pt
EM QUALQUER LUGAR DO MUNDO



ANTROPOLOGIA DAS RELIGIÕES

ANTÓNIO CARMO

ISBN: 978-972-674-639-3



António Carmo

**ANTROPOLOGIA
DAS
RELIGIÕES**

Universidade Aberta

2001

Capa: *XIII Encontro Internacional de Homens, Religiões e Culturas*, realizado em Lisboa em Setembro de 2000.
Foto gentilmente cedida pela Revista *Além-Mar*.

Copyright © **UNIVERSIDADE ABERTA** — 2001
Palácio Ceia • Rua da Escola Politécnica, 147
1269-001 Lisboa – Portugal
www.univ-ab.pt
e-mail: cvendas@univ-ab.pt

TEXTOS DE BASE; N.º 239

ISBN: 978-972-674-639-3



ANTÓNIO DUARTE DE ALMEIDA E CARMO

Habilitado com os cursos de Administração Ultramarina, licenciatura em Ciências Sociais e Políticas e Doutoramento em Ciências Sociais (Antropologia Cultural), do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

É professor convidado da Universidade Lusíada e da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, colaborando ainda com a Universidade Aberta, onde tem integrado júris no Mestrado de Relações Interculturais, como orientador e arguente. Leccionou também na Universidade de Macau e na Universidade Aberta Internacional da Ásia (Macau).

Tem mais de duas centenas de títulos publicados, em jornais e revistas de Portugal, estrangeiro e territórios onde viveu e trabalhou, nomeadamente Angola, Goa, Timor Leste e Macau, abrangendo artigos, ensaios, reportagens, entrevistas, traduções (2 livros traduzidos), conferências, palestras, contos, teatro radiofónico e literatura policial (2 livros em co-autoria).

Galardoado com os primeiros prémios das modalidades de *conto* e *teatro radiofónico* nos Jogos Florais de Goa (1952) e com o *Prémio Instituto Português do Oriente* (1995).

Livros publicados: *O Povo Mambai: contribuição para o estudo do povo do grupo linguístico Mambai, de Timor* (1965), *O Sermão da Montanha no Movimento dos Cursilhos de Cristandade* (1985), *João viu e acreditou* (1990), *A Longa Marcha das Religiões na China* (1994), *A Igreja Católica na China e em Macau, no contexto do Sudeste Asiático – que futuro?* (tese de doutoramento – 1997), *Noções de Pedagogia para Cursos Intensivos* (1998) e *Antropologia das Religiões* (2001). É ainda co-autor de: *Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais na Indústria Gráfica* (1975) e *Manual de Socorrismo Elementar* (1978).

Antropologia das Religiões

Introdução

- 17 **1. Objectivo da disciplina de Antropologia das Religiões. As várias perspectivas de abordagem deste estudo. A Cultura e a perspectiva antropológica**
- 17 **2. Conteúdo programático do curso. Limites estabelecidos, no espaço e no tempo**
- 20 **3. Metodologia adoptada. Bibliografia**
- 21 **4. Suporte vídeo**

1. Religião: o que é?

- 26 **Objectivos da unidade**
- 27 **Em busca de um conceito alargado de Religião**
- 28 **Um sentido para a Vida e para a Morte**
- 29 **Perspectivas diversas, abordagens diferentes**
- 32 **O “sagrado” como denominador comum**
- 33 *Conceito de “sagrado” e de “profano”*
- 34 *Hierofanias e Religião*
- 35 *Pessoas sagradas*
- 36 *Locais sagrados*
- 37 *Os mitos e a irrupção do sagrado no mundo*
- 39 *Ritos de sacralização*
- 41 **A noção de “via” para caminhar no sagrado**
- 42 **A participação dos crentes**
- 43 *Culto*
- 43 *Sacrifícios*
- 46 **Um conceito operacional**
- 46 **Síntese**
- 47 **Revisão**
- 48 **Leituras complementares**

2. As grandes religiões do nosso tempo

- 56 **Objectivos da unidade**
- 57 **Critérios de classificação e sua validade**
- 59 **Onde se situam? (distribuição geográfica)**
- 63 **Quantos são? (dados estatísticos)**
- 65 **As origens de um mapa**

71	Síntese
72	Revisão
73	Leituras complementares

I. AS RELIGIÕES MONOTEÍSTAS

3. As Religiões do Livro

81	Como as estrelas do Céu, as areias da praia e o pó da Terra...
82	Os povos do Livro

4. Judaísmo

88	Objectivos da unidade
89	Os nómadas da História
92	Escuta, oh Israel: Iahweh, nosso Deus é o único Senhor!
94	As fontes
97	Comemorações e festas religiosas
98	No fio da navalha
99	Síntese
100	Revisão
101	Leituras complementares

5. Cristianismo

108	Objectivos da unidade
109	Jesus Cristo, o Messias Salvador
110	<i>Jesus nasceu “antes de Cristo”...</i>
113	<i>Tempo de preparação</i>
115	<i>A Vida Pública de Jesus de Nazaré</i>
119	<i>Quando morreu Jesus?</i>
121	As fontes
124	A Palestina no tempo de Jesus
128	O profeta assassinado
130	Para que tenhais a vida em abundância...
134	A ressurreição e a comunidade apostólica
136	Luzes e sombras, cismas e separações
138	E o mundo nunca mais foi o mesmo...

140 **Os três grandes ramos cristãos**

140 *Católicos*

144 *Ortodoxos*

146 *Protestantes*

149 **Outras confissões cristãs**

150 **Síntese**

152 **Revisão**

153 **Leituras complementares**

6. Islamismo

162 **Objectivos da unidade**

163 **Uma história das Arábias**

164 **O mensageiro de Alá**

167 **Alcorão sim, Bíblia não**

168 **Os cinco pilares do Islamismo**

170 **A sucessão. Os primeiros Califas**

170 **Sunitas, Xiitas e grupos menores**

172 **Árabes e Muçulmanos na História: Influências culturais, políticas e religiosas**

175 **O legado árabe na Península Ibérica. O Islão em Portugal em finais do século XX**

178 **Pacifistas e fundamentalistas: que futuro para o Islamismo?**

183 **Síntese**

185 **Revisão**

186 **Leituras complementares**

II. AS RELIGIÕES DA ÍNDIA

192 **Objectivos da unidade**

7. Hinduísmo

195 **A “Mãe Índia”**

196 **Uma porta com várias chaves**

197 *Os primitivos habitantes. A civilização de Harapa*

197 *A invasão ariana*

198 *A chegada do Islão*

198	<i>Os Parses</i>
198	<i>Da chegada dos Portugueses ao domínio inglês. Os Cristãos</i>
199	<i>O preço da liberdade</i>
200	Vários afluentes ou um estuário comum?
202	O Uno, o múltiplo e a libertação das servidões
203	Sociedade de vasos não-comunicantes: as castas
205	Os textos fundamentais
205	Os “estados de vida” e o papel dos gurus

8. Jainismo

209	A doutrina
210	Os textos
210	Os jainistas e a sociedade indiana

9. Sikhismo

213	Uma comunidade de religiosos e guerreiros
213	Os dez gurus
214	O Templo, centro de gravidade dos Sikhs
215	Guerreiros à força
215	Síntese
217	Revisão
218	Leituras complementares

III. SUDESTE ASIÁTICO: OS CAMINHOS DO BUDA

10. Budismo

226	Objectivos da Unidade
227	Da libertação das sucessivas reencarnações ao Nirvana: a iluminação do Buda Shakyamuni (Siddharta Gautama)
227	Quatro Verdades Santas, três Jóias e três Cestos de Flores
230	As três vias ou veículos e sua implantação nas sociedades e culturas orientais
232	Percurso histórico e situação actual
232	<i>A Doutrina dos antigos (Escola Theravâda) ou do (Pequeno Veículo)</i>
233	India
233	Sri Lanka

234	Birmânia (Myanmar)
235	Tailândia
235	Laos
235	Cambodja (Kampuchea)
236	China
236	Grande Veículo (Mahâyâna)
237	O Budismo na China (RPC e Taiwan)
241	O Grande Veículo na Coreia
242	O Budismo Japonês
244	O Grande Veículo no Vietname
245	O veículo Tântrico
248	Influência do Budismo na cultura dos povos do Oriente
251	Síntese
252	Revisão
253	Leituras complementares

IV. AS RELIGIÕES DA CHINA

260	Objectivos da unidade
261	1. Comunidades extintas: Judeus e Maniqueus
262	2. As grandes religiões sinizadas ou inculturadas

11. Confucionismo

271	Mestre Kong, filósofo, moralista e pedagogo
271	Confúcio e confucionismo
272	Uma ética ou uma religião?
275	A cultura de base do mundo chinês
277	Confúcio reabilitado

12. Taoísmo

281	A filosofia de Lao-Tsé
282	Religião sincretista
283	Uma história atribulada
285	O Taoismo contemporâneo

	13. Religião Popular Chinesa
289	Deuses e divindades do passado
289	A religião do povo
	14. As religiões das minorias étnicas nacionais
293	Divergências culturais e religiosas
295	Um cadinho de religiões
295	A política do governo chinês para as minorias nacionais
296	Que futuro para as religiões na China?
299	Síntese
300	Revisão
301	Leituras complementares

V. RELIGIÕES DO JAPÃO

	15. Xintoísmo
310	Objectivos da unidade
311	Um sincretismo religioso nacionalista
311	Evolução histórica
313	Elementos básicos do Xintoísmo
314	<i>Os Kami e os Santuários</i>
315	<i>O culto do Imperador</i>
315	<i>Festivais e outros rituais</i>
317	<i>A pureza ritual</i>
318	O Xintoísmo e a cultura japonesa
318	<i>O crisântemo e a espada</i>
321	<i>A água e o azeite</i>
322	Síntese
323	Revisão
324	Leituras complementares

VI. ÁFRICA, UM CONTINENTE RELIGIOSO

	16. As Religiões da África
332	Objectivos da unidade
333	O berço da Humanidade

334	Um Continente religioso
337	A filosofia Banto
339	O monoteísmo banto
341	A pirâmide vital e o culto do mundo invisível (antepassados, espíritos, génios)
347	Magia e feitiçaria
352	Síntese
353	Revisão
354	Leituras complementares

17. Seitas e Sincretismos

360	Objectivos da unidade
361	Seitas ou Novos Movimentos Religiosos?
363	Uma classificação possível
365	<i>Seitas de origem bíblica</i>
365	Milenaristas (<i>Testemunhas de Jeová, Adventistas do 7.º Dia, Mormons, Meninos de Deus, Davideanos</i>)
368	Renovadores (<i>Moon – Igreja da Unificação, IURD, Christian Science, Exército de Salvação</i>)
371	Modernistas (<i>Amigos do Homem, Cientologia, Meditação Transcendental</i>)
372	Satanistas
374	<i>Seitas de raiz oriental</i>
376	<i>Seitas islâmicas</i>
378	Sincretismos religiosos
382	As seitas, sintomas de uma sociedade em crise, e as interrogações do novo milénio
384	Síntese
385	Revisão
386	Leituras complementares

18. Diálogo interreligioso

390	Objectivos da unidade
391	Matar em nome de Deus...
393	Ecumenismo, uma realidade em marcha

394	O diálogo interreligioso, única via possível
394	<i>Perspectiva Cristã</i>
402	<i>Diálogo entre Não-Cristãos</i>
403	<i>Regimes teocráticos e diálogo</i>
404	Diálogo entre religião e cultura
406	Sem perdão, não há verdadeiro diálogo
409	Um post-scriptum alarmante: terrorismo e fundamentalismo
412	Síntese
414	Revisão
414	Leituras complementares
417	19. Considerações finais
423	Bibliografia

*Ao meu irmão
Hermano Duarte de Almeida e Carmo
sem cujo estímulo e apoio permanentes
este livro jamais teria existido*

*À minha mulher
e aos meus sete filhos*

Página intencionalmente em branco

Introdução

Página intencionalmente em branco

1. **Objectivo da Disciplina de Antropologia das Religiões. As várias perspectivas de abordagem deste estudo. A Cultura e a perspectiva antropológica**

Antropologia das Religiões é um ramo da Antropologia que se ocupa do estudo das várias religiões nos respectivos contextos culturais.

Não trata, portanto, do estudo das religiões na sua perspectiva histórica (*História das Religiões*), teológica (*Teologia das Religiões*) ou sociológica (*Sociologia das Religiões*), mas apenas das **relações que se estabelecem entre as várias religiões e as culturas dos respectivos povos**. Isto obriga a localizar estas religiões no espaço (*distribuição geográfica*) e no tempo (*história*), bem como a apreender o essencial de cada uma (*doutrina*) e a sua expressão *numérica*.

Já foi estudado em cadeiras anteriores deste curso o conceito de Antropologia (a *Ciência do Homem*) e o do seu ramo conhecido por “Antropologia Cultural”. No capítulo I veremos como chegar a um conceito alargado de “Religião”, o que, ao contrário do que à primeira vista possa parecer, não é uma noção inteiramente pacífica.

2. **Conteúdo programático do curso. Limites estabelecidos, no espaço e no tempo**

O primeiro limite que nos é imposto diz respeito ao tempo: Tratando-se de uma cadeira semestral, teremos que efectuar reduções, em extensão e profundidade, e por isso deixaremos de fora todas as religiões já desaparecidas, pese embora o interesse do seu estudo. É o caso, entre outras, das religiões pré-históricas, das do antigo Egipto, da Mesopotâmia e de alguns povos da América Latina (Aztecas, Maias, Incas, etc.).

Cingindo-nos embora às religiões actuais, mesmo assim iremos tratar apenas das de maior expressão – pelo seu número ou pela importância de que se revestem na cultura de alguns povos. Assim, para não tornar ainda mais extensa a matéria desta cadeira, não nos ocuparemos dos povos *oceânicos* (da Austrália, Nova Zelândia, Tasmânia, Polinésia, Melanésia, Micronésia) nem dos *ameríndios* (populações autóctones das Américas, desde o Alasca, Canadá e Estados Unidos, aos Mexicanos, índios da Amazônia, dos Andes ou habitantes da Terra do Fogo).

Pelas mesmas razões, não trataremos também das correntes ateístas, as quais constituem, por assim dizer, o “avesso” das religiões.

Observados estes limites, dividiremos o nosso estudo em 3 partes distintas, às quais será dado um tratamento diferente:

- Na primeira parte (Cap. I e II) abordaremos o conceito de Religião, tentando chegar a uma noção o mais alargada possível, através dos seus diversos elementos ou traços comuns (o sagrado, a via, as atitudes perante a morte, etc.), passaremos em revista alguns dos critérios propostos para classificar ou agrupar as diversas expressões religiosas e, finalmente, ofereceremos uma panorâmica da sua distribuição geográfica com indicação do respectivo número de fiéis (dados aproximados pois, como veremos, nem sempre é possível obter estatísticas fiáveis nesta matéria, mesmo quando se trata de confissões muito organizadas, como é o caso da Igreja Católica, a qual não sabe ao certo quantos são os fiéis na China ou na Coreia do Norte, por exemplo).
- Na segunda parte ocupar-nos-emos do estudo das grandes religiões do mundo actual. Faremos também uma referência alargada às chamadas “seitas”, um fenómeno em grande desenvolvimento no final do milénio, bem como aos sincretismos religiosos mais conhecidos.

Dir-se-á, com alguma razão, que o espaço reservado ao Cristianismo é mais alargado do que o das outras religiões. Não o fizemos apenas, nem fundamentalmente, pelo facto de Portugal ser um país de matriz cultural cristã ou de não existir praticamente em nenhuma parte do mundo qualquer cultura que não tenha sido mais ou menos interpelada pela mensagem do Profeta de Nazaré. Tivemos em conta sobretudo a importância e o lugar que o Cristianismo ocupa no conjunto das grandes religiões, sendo professado, nas suas três modalidades (Igrejas católica, ortodoxa e protestante) por cerca de dois biliões de pessoas, ou seja, a terça parte da Humanidade. Mesmo assim não lhe consagramos obviamente um terço das páginas deste livro, nem nada que se lhe assemelhe. Como voltaremos a repetir mais adiante, o nome de *Deus* é o mais frequente das fichas das grandes bibliotecas, logo seguido pelo de *Jesus Cristo*, sendo a Bíblia o livro com maior número de edições desde sempre, praticamente em todas as línguas o que, só por si, justificaria o desenvolvimento que entendemos dar-lhe. Mas a razão principal que nos levou a tratar certos pontos com algum pormenor (datação dos evangelhos, as estruturas sócio-culturais, políticas e religiosas da Palestina no tempo de Jesus de Nazaré, as datas do seu nascimento e morte, etc.) resultou sobretudo da necessidade de pôr alguma ordem na enorme confusão de escritos contraditórios, de especialistas e de amadores, de teólogos e exegetas mais ou menos eruditos, mais ou menos bem intencionados, muitos deles totalmente fantasistas, que pululam como cogumelos em torno desta figura que dividiu para sempre a História em duas partes – antes e depois da sua vinda.

-
- Na parte final veremos a importância das Religiões como fontes de estabilidade e de pacificação, mas também muito frequentemente como causadoras de algumas das guerras mais sangrentas que enlutaram a Humanidade. O diálogo interreligioso, baseado na tolerância e no respeito mútuo, é o principal antídoto contra tais situações, e por isso descreveremos alguns dos movimentos e experiências em curso nos nossos dias para tentarmos compreender os motivos dos seus êxitos e fracassos. Este tipo de diálogo é, sem dúvida, uma das facetas mais importantes – senão mesmo a mais importante – do diálogo intercultural. Por este motivo o último capítulo constitui, por assim dizer, o fecho da abóbada de toda a arquitectura deste livro. Encerraremos com algumas reflexões pessoais que consideramos uma exigência ética, e com indicação da bibliografia geral de que fizemos uso para este trabalho.

O índice do livro contém o programa da Cadeira que não é mais do que aquilo que acima dissemos, embora naturalmente com mais detalhes.

Uma última observação nos parece indispensável, para sermos inteiramente honestos connosco próprios e com quem ler estas páginas: trata-se de confessar a nossa profunda ignorância acerca da maior parte das religiões estudadas – observação que, não tenho dúvidas, causará grande surpresa (perplexidade mesmo) a quem nos ler. Passo a explicar: Não é fácil (é mesmo extremamente difícil) penetrar no âmago de uma tradição religiosa, bem como nos aspectos culturais que lhe estão associados. A tentação que assalta qualquer investigador é a de vincar os aspectos mais salientes, mais visíveis, deixando outros na sombra, porventura tanto ou mais importantes, mas que a nossa ignorância, falta de preparação ou de sensibilidade, não nos permitem enxergar.

E então procedemos como quem faz uma caricatura: se o nariz é grande ou adunco, tornamo-lo ainda maior ou mais recurvo; se o cabelo é pouco abundante, o lápis do artista fá-lo ainda mais escasso... No final, por muito boa e parecida que todos a considerem, a caricatura não agrada nunca ao modelo – em primeiro lugar porque as pessoas não estão habituadas a ver-se de perfil, e depois porque, mesmo que se conheça razoavelmente, ninguém gosta de ver exagerados os seus defeitos. Fiz essa experiência centenas de vezes, nas caricaturas que vou deixando em guardanapos de papel de restaurantes, nas costas de sobrescritos ou mesmo em blocos de desenho.

Mas já o mesmo não sucede quando se trata de retratos. Como não exageramos nenhum traço – quando muito adoçamos a expressão, tiramos uma ruga aqui ou ali – os interessados não têm dificuldade em reconhecer-se. E para que possamos captar a personalidade do retratado, normalmente reflectida nas expressões dos olhos e da boca, é importante não nos servirmos de fotografias, a não ser para comparar alguns traços.

Pois bem: com o estudo das religiões passa-se algo de muito semelhante. À tentação da rapidez e expressividade da caricatura (a qual pode criar incompreensões e antagonismos difíceis de sarar, como seria o caso de confundir a doutrina expressa por Maomé no Alcorão com o fundamentalismo islâmico, ou o espírito dos cruzados e inquisidores com o amor pregado por Jesus Cristo), deve preferir-se o trabalho mais lento e cuidado do retrato, tentando captar as diversas expressões de cada tradição religiosa. Servimo-nos da bibliografia como quem utiliza fotografias auxiliares, mas sem perder de vista que também os outros autores usam lentes deformadas como as nossas, que nem sempre fazem justiça à realidade.

Obviamente que tais considerações não devem fazer-nos desistir deste empreendimento. Mas é bom que tenhamos consciência viva das nossas limitações. E bom seria também que os membros das várias religiões aqui descritas pudessem dar-nos o valioso contributo das suas observações, complementares ou discordantes, o que desde já agradecemos vivamente.

3. Metodologia adoptada. Bibliografia

Ao estudar cada uma das grandes confissões religiosas procuraremos esboçar um breve perfil do seu fundador, onde isso seja possível (Jesus Cristo, Maomé, Siddharta Gautama, etc.), a sua difusão histórico-geográfica, os vários ramos a que deu origem e as perspectivas que podem conjecturar-se para o seu futuro. Veremos também a influência que estas doutrinas e práticas exerceram e exercem ainda nas sociedades onde se implantaram.

No final de cada capítulo o aluno encontrará uma breve síntese do que foi dito, o que o auxiliará a recapitular aquilo que leu, arrumando melhor as ideias, e a obter uma visão de conjunto. Poderá ainda proceder a uma revisão, ao responder a algumas perguntas sobre o texto, visando o mesmo objectivo. É, aliás, a prática corrente no ensino a distância, adoptada pela Universidade Aberta.

As leituras complementares ajudá-lo-ão, agora ou no futuro, a aprofundar as matérias expostas. Com esse objectivo fizémos uma espécie de pequenas recensões, destinadas a guiar o aluno no meio da imensa floresta de publicações existentes sobre estas matérias, algumas das quais são francamente contraditórias, lançando a confusão no espírito dos investigadores. No final disporá de uma relação bibliográfica mais extensa, com o mesmo objectivo.

Permito-me ainda sugerir a releitura das “*Recomendações para auto aprendizagem*” que se encontram no Manual sobre *Metodologia da Investigação (Guia para auto-aprendizagem)*, editado em 1998 pela

Universidade Aberta de Lisboa, da autoria de Hermano Carmo e Manuela Malheiro Ferreira (pp. 25-28).

Igualmente útil será a meditação sobre o que se diz em “*Ensino a distância: como aprender a aprender*”, texto que dá início às “Reflexões preliminares” de Maria Emília Ricardo Marques, no seu manual de *Sociolinguística*, editado também pela Universidade Aberta em 1995 (pp. 13-26)

4. Suporte vídeo

É muito diferente falar no Budismo Tibetano, por exemplo, ou ver com os próprios olhos a dureza das condições em que vivem os monges, levantando-se de madrugada para rezar, recebendo bules de chá fervente das mãos enregeladas das crianças de 6 ou 7 anos que o mosteiro abriga e educa, pronunciando incansavelmente a mágica sílaba “Om”, fazendo alegres e estranhas sabatinas nos pátios ou copiando e memorizando os sutras, vezes sem conta.

É, como sabemos, a enorme vantagem dos audio-visuais, pois, como refere um velho provérbio chinês, “*oiço, esqueço...; vejo, lembro...; faço, compreendo...*”.

Vamos, por isso, tentar complementar o texto deste simples Manual com imagens em vídeo, colhidas um pouco por toda a parte, que nos transmitem com mais aproximação a vida das várias comunidades religiosas. Será uma tarefa difícil, pois obriga a contactos muito diversificados e a conciliar imagens de câmaras profissionais de proveniências diversas com imagens de vídeos amadores de menor qualidade.

Página intencionalmente em branco

1. Religião: o que é?

Página intencionalmente em branco

SUMÁRIO

Objectivos da Unidade

1. **Em busca de um conceito alargado de Religião**
2. **Um sentido para a Vida e para a Morte**
3. **Perspectivas diversas, abordagens diferentes**
4. **O Sagrado como denominador comum**
 - 4.1 *Conceito de **sagrado** e de **profano***
 - 4.2 *Hierofanias e religião*
 - 4.3 *Pessoas sagradas*
 - 4.4 *Locais sagrados*
 - 4.5 *Os mitos e a irrupção do sagrado no mundo*
 - 4.6 *Ritos de sacralização*
5. **A noção de “via” para caminhar no sagrado**
6. **A participação dos crentes**
 - 6.1 *Culto*
 - 6.2 *Sacrifícios*
7. **Um conceito operacional**

Síntese

Revisão

Leituras complementares

Objectivos da unidade

No final deste capítulo o aluno deve estar apto a:

- Enumerar alguns traços comuns a todas as religiões;
- Entender a noção de “sagrado” e a sua importância como parte do denominador comum das religiões;
- Indicar os nomes e trabalhos de alguns investigadores que mais se distinguiram nesta área;
- Descortinar os motivos que levam os povos do chamado “oriente” e do “ocidente” a assumir posições e comportamentos diversos face ao sagrado;
- Reconhecer a existência e importância de pessoas e lugares tidos como “sagrados”;
- Avaliar o peso que representa, em qualquer cultura, o “culto dos mortos”;
- Ter noções claras acerca do papel dos mitos, bem como dos diversos ritos;
- Entender a importância da noção de “via” nas várias tradições religiosas e da sua potencialidade como plataforma de entendimento e tolerância para os crentes das várias religiões;
- Saber distinguir entre os diversos tipos possíveis de sacrifícios na vida religiosa e sua importância;
- Alcançar um conceito operacional de “religião”.

1. Em busca de um conceito alargado de Religião

É um facto que a esmagadora maioria da Humanidade professa uma religião, seja ela qual for. Não é menos verdade que, sobretudo de há um século a esta parte, eminentes figuras de pensadores se afirmaram agnósticos (isto é, indiferentes à questão religiosa) ou mesmo ateus (ou seja, com uma posição claramente contrária a qualquer religião). Argumentava-se que as religiões teriam sido uma forma de explicar aquilo que para o Homem era inexplicável e garantia-se que, na exacta medida em que a Ciência progredisse, o espaço para a religião seria cada vez menor, até deixar de “ser precisa”.

Na realidade o que se verificou foi exactamente o contrário, confirmando a célebre frase de Pasteur: “*um pouco de ciência afasta de Deus, mas muita aproxima*”. Com efeito, esta época de passagem do milénio tem sido palco de uma desenfreada corrida em busca de uma espiritualidade (qualquer espiritualidade que forneça respostas à sede de transcendência do Homem), muitas vezes de forma tão ansiosa que as novas seitas nascem todos os dias como cogumelos¹.

Quem tem afinal razão? Os que defendem que a característica mais “humana” do Homem é ser um *homo religiosus*² que busca para além de si uma realidade que existe de facto e que o transcende, ou os que sustentam que a religião não é mais do que uma forma de explicar o inexplicável, sem qualquer base filosófica ou científica segura?

Como parece evidente, este não é o lugar nem a circunstância próprios para discutir um tema tão vasto e complexo, sobre o qual já correram e continuarão a correr imensos rios de tinta. Para a Antropologia das Religiões, a posição só pode ser uma: as Religiões **existem**, são um facto incontornável, têm a maior importância no destino das **sociedades** que as adoptam e são, por outro lado, mais ou menos influenciadas pelas **culturas** dessas sociedades.

Posta assim a questão, somos levados a colocar outra, essa sim, da maior relevância para o nosso estudo: O que deve entender-se por *religião*? Como veremos, não se trata de uma questão pacífica, sendo a resposta muito menos evidente do que à primeira vista poderia parecer.

Durante muito tempo aceitou-se a etimologia cristã da palavra *religio* (religião), a partir dos verbos *religare* ou *relegere*, ambas com sentidos próximos – “laço” ou “vínculo” e “releitura” ou “revisão” – significando uma ligação dupla do Homem com Deus e de Deus com o Homem³. Com o estudo comparado das religiões (uma ciência relativamente moderna) verificou-se todavia, com certa surpresa, a existência de “religiões sem Deus”, embora com um culto bastante elaborado, como era o caso do Budismo, o que levou à revisão do conceito, em busca de um denominador comum que permitisse abarcar todas as religiões conhecidas.

¹ Vale a pena ler, entre outros, o pequeno grande livro editado em Lisboa, em 1992 pela Editorial Notícias, da autoria do filósofo francês Jean Guilton e dos irmãos Grichka e Igor Bogdanov, astrofísicos, intitulado *Deus e a Ciência (para um meta-realismo)*, no qual a necessidade da existência de Deus decorre dos conhecimentos adquiridos pela física quântica.

² Para aprofundar o significado do HOMO RELIGIOSUS é muito proveitosa a leitura da síntese elaborada por Julien Ries in *Dictionnaire des Religions*, publicado sob direcção de Paul Poupard, ed. Presses Universitaires de France, pp. 860-865. Respingando algumas frases-chave do texto: “*O homem religioso é aquele que crê na presença de uma força, o sagrado, e que ajusta o seu comportamento a essa crença* (definição de G. van der Leeuw) (...) O *homo religiosus* é um homem que transmite uma mensagem: esta mensagem vem da história mas transcende a história (...) O *homo religiosus* vive uma experiência religiosa. Ele encontra-se numa série de situações existenciais que o colocam em contacto com o mundo transcendente. Através das diversas situações por ele assumidas, penetramos no seu universo espiritual. Essas situações deixaram traços. Em definitivo, a história das religiões é a história do *homo religiosus* mergulhado na realidade existencial das suas crenças, das suas experiências e do seu comportamento. Este homem crê na origem sagrada da vida e no sentido da existência humana como participação numa Realidade que ultrapassa esta existência. Assim, o *homo religiosus* é o homem que “*toma conhecimento do sagrado, porque este se manifesta, se mostra como qualquer coisa completamente diferente do profano*” (Mircea Eliade, *O Sagrado e o Profano*, p. 14).

³ Sobre esta matéria recomenda-se a consulta da “nota sobre a História da Ideia de Religião”, inserida no final da obra de Maurílio Adriani *História das Religiões*, edições 70, col. Perspectivas do Homem, Lisboa, 1990.

2. Um sentido para a Vida e para a Morte

Começaremos por sublinhar que todas as religiões procuram encontrar *um sentido para a Vida* e, por arrastamento, *um significado para a Morte*. Com efeito, não é por acaso que em todas as civilizações de todos os tempos, desde os vestígios mais antigos de actividade humana, se encontra esta preocupação de não abandonar os mortos. Diz-se – e bem – que *o Homem é o único animal que cuida dos seus mortos*.

A forma de o fazer varia com as culturas, as condições ambientais, as tradições religiosas: é comum enterrá-los para que os animais não possam devorá-los, metidos em caixões, embrulhados em tecidos ou esteiras, deitados, dobrados em posição fetal ou sentados; outros são lançados ao mar. Onde existam grutas, ali são deixados em nichos naturais ou escavados propositadamente; no Oriente são incinerados sobre pilhas de lenha ou expostos em torres de silêncio para servir de pasto aos abutres, recolhendo-se depois o que resta; desde tempos muito antigos que se procurou preservar o corpo da decomposição orgânica e foram inventadas técnicas de mumificação, hoje substituídas por outras mais modernas de embalsamamento; com o mesmo fim se lançou mão da congelação – o conhecido sistema de criogenização, bastante dispendioso e por isso apenas acessível a pessoas com grande fortuna.

Tudo isto porque os homens sempre acreditaram que a morte não poderia ser um ponto final decisivo, o que repugnava à sua sensibilidade de seres pensantes.

Como consequência lógica desta crença nasceu o culto dos antepassados, iniciado com os respectivos ritos funerários, e continuado depois através de outros rituais destinados a manter o contacto com o espírito dos que partiram e a assegurar o seu bem-estar numa outra vida. Quer remontemos no tempo ao mais longínquo passado pré-histórico, quer o façamos actualmente no espaço em todas as latitudes, encontramos sempre vestígios deste culto, que traduz a crença universal de que a morte não representa o fim de tudo.

No Oriente os exemplos são inúmeros – tantos quantos os povos e culturas – como inúmeras são as festas, as homenagens, os ritos:

Em Timor (palavra que, em malaio, significa “oriente”), os objectos que pertenceram ao defunto são colocados numa casa “sagrada” (a *uma lulic*), e o morto é homenageado com a festa conhecida pelo “estilo”, durante a qual são abatidos (e comidos) animais, para que o seu espírito possa *servir o defunto* na outra vida. Os chifres e queixadas destes animais sacrificados são depois colocados num poste erguido sobre a sepultura. Mais tarde prestam-se-lhe outras homenagens até que o espírito, enfim liberto das suas ligações ao mundo dos vivos, possa emigrar para as montanhas. Se o não fizerem convenientemente o espírito insatisfeito poderá vingar-se e incomodar os

vivos. Se os preceitos forem cumpridos, pode ser sempre invocado para interceder favoravelmente, quando necessário⁴.

⁴ Cfr. o meu estudo sobre *O Povo Mambai (Timor)*, indicado na bibliografia.

Com variantes, encontramos comportamentos idênticos em muitas das 55 minorias da China, mas também entre a maior parte dos elementos da grande maioria Han que seguem a chamada “religião popular” – um sincretismo de crenças ancestrais, taoísmo, budismo e confucionismo – os quais queimam objectos em papel (dinheiro falso, automóveis, casas), exactamente com o mesmo objectivo: que a essência destes utensílios, simbolicamente representados em papel, *servam a alma do defunto* na outra vida.

Os hindus procedem à cremação dos corpos, certos de que a alma migrará para outro ser, num cortejo de infindáveis reencarnações.

A metempsicose é também uma realidade para os budistas, os quais, todavia, podem quebrar este ciclo interminável através de uma vida de meditação e boas obras que os levará ao estado de “bodisatva” e, mais tarde, ao de iluminado, ou “buda”, atingindo deste modo o “Nirvana”.

Os próprios católicos têm por vezes rituais (desconhecidos da Europa) de homenagem aos seus mortos, produtos de inculturação, como é o caso do dia de finados nas Filipinas, celebrado festivamente nos cemitérios, cheios a transbordar, com canções, picniques e outras manifestações folclóricas, à semelhança dos mexicanos, uns e outros fortemente marcados pela colonização espanhola e seus rituais exuberantes.

A procura de um sentido para a Vida e o desejo de a prolongar para além da morte constituem assim uma parte importante do denominador comum das várias religiões. Mas há, como veremos, outras características de que todas elas parecem participar.

3. **Perspectivas diversas, abordagens diferentes**

Na busca dos elementos fundamentais das religiões distinguiram-se vários investigadores, oriundos de escolas de pensamento e áreas científicas diferentes o que, se por um lado condicionou as suas metodologias, desenvolvimentos e resultados, por outro lado veio a constituir um inegável enriquecimento: visões e perspectivas diferentes mas complementares são sempre úteis para iluminar melhor o objecto de estudo, permitindo uma análise e uma síntese um pouco à maneira cubista.

Começemos por referir os trabalhos de *Émile Durkheim*, por muitos considerado o pai da sociologia moderna.

⁵ Para aqueles que pretendem aprofundar o estudo das ideias de Durkheim sobre religião, recomendamos a leitura de alguns dos seus trabalhos mais significativos, a saber: *A Divisão do Trabalho Social* (1893), no qual exprime a opinião de que “a religião é uma força necessária e vital na estabilidade social” o que, segundo o seu biógrafo Steven Lukes, constitui a “pedra angular da sua concepção do papel da religião”. Em *O Suicídio*, escrito quatro anos depois, em 1897, a religião constitui “um travão ao impulso suicida”. Seguem-se *L'Année Sociologique* (1898-1914, 12 números), com diversos artigos seus e dos seus estudantes, especialmente sobre as religiões das sociedades então chamadas “primitivas”, e as *Conferências de Bordéus* (publicação póstuma pelos alunos) em que tudo – educação, leis, moralidade, propriedade, etc. – era explicado em termos das fundações religiosas aborígenes. Nesta época Durkheim chegou a ser acusado pelos seus adversários (mas também por colegas) de uma verdadeira “monomania” ou “obsessão” religiosa. Surgem finalmente as *Formas Elementares da Vida Religiosa*, em 1912, certamente a sua obra mais profunda e elaborada sobre esta matéria, que constitui, como sublinha Nisbet, “uma das mais poderosas justificações da indispensabilidade funcional da religião na sociedade”, o que não deixa de ser uma curiosa ironia, sendo Durkheim assumidamente agnóstico.

⁶ Utilizamos a edição espanhola **Las Formas Elementales de la Vida Religiosa**, Akal Ediciones, Madrid, 1992, em que o texto de Durkheim é precedido de um extenso e excelente estudo preliminar da autoria de Ramon Ramos. Os algarismos romanos que figuram entre parêntesis no nosso texto correspondem à numeração daquele estudo.

⁷ A distância entre “coisas sagradas” e “coisas profanas”

O facto de ter nascido numa família de rabinos, embora não seguindo a sua orientação religiosa, não deixou certamente de o tocar e sobretudo de o despertar para a importância da religião na sociedade.

Do mesmo modo, o contexto social em que lhe aconteceu viver e trabalhar: era a geração da passagem do século, preocupada com a *origem, desenvolvimento e natureza* da religião, concebida como “sujeito de análise científica”. Entre muitos outros, podem citar-se os nomes de Tylor, Max Weber, Frazer, Spencer, Freud, Robertson Smith; ou de predecessores de inspiração nacionalista como Fuerbach, Engels, e o seu antigo professor da Escola Normal Superior – Fustel de Coulanges, os quais, com Ernest Renan, podem apontar-se como seus mestres inspiradores neste tema da Religião.

A partir da Revolução Francesa de 1789 surge pela primeira vez o chamado “progressismo laico e anticlerical” que se opunha aos católicos integristas. É neste contexto que Durkheim vai desenvolvendo progressivamente o seu conceito de religião e suas funções sociais⁵.

Mas qual era então o conceito de Religião que Durkheim defendia nesta obra?

Nas *Formas Elementares da Vida Religiosa*⁶ Durkheim definiu **Religião** nestes termos: *Uma religião é um sistema solidário de crenças e de práticas relativas às coisas sagradas, quer dizer, separadas, interditas, crenças e práticas que unem numa mesma comunidade moral, chamada Igreja, todos aqueles que a elas aderem*⁷.

Este sistema, assim definido, tem uma função essencial que é a de *conferir estabilidade à sociedade*. Ora, se a sociedade tende a encaminhar-se para a *secularização* (e Durkheim estava convencido de que o progresso intelectual residia na transferência do contexto religioso para o científico de todas as ideias fundamentais sobre o Universo, a Sociedade e o Homem), há aqui uma aparente contradição, quando defendia, por outro lado, a necessidade histórica da *manutenção dos universos simbólicos sagrados*.

Durkheim resolve esta contradição ao distinguir a “religião” do “sagrado”: “*secularização não significa des-sacralização*”. Sendo a religião apenas uma expressão histórica e distorcida do sagrado, não pode esgotá-lo nem monopolizá-lo. E a secularidade pode e deve, segundo Durkheim, ser *expressa em termos laicos*.

E aqui chegamos à problemática central de toda a obra durkheimiana, que é a da **questão social** (p. XXIII). Recorde-se que foi *Mauss*, seu sobrinho e discípulo, o primeiro a sustentar que esta questão – a questão social – era a problemática de partida de toda a obra de Durkheim (p. XXII, nota 41). Para solucionar a patologia social da sociedade do seu tempo, Durkheim elaborou

uma *teoria da solidariedade social* para a reconstrução de uma comunidade sócio-moral moderna (XXIII). A religião, embora laicizada, constituía, no seu entender, o motor desta solidariedade, acabando por ser o *cimento* que conferia estabilidade à sociedade, evitando a sua desagregação. No fundo, a sociedade acabava por ser uma realidade sagrada por si própria.

O estudo da religião das tribos australianas que lhe serviu de ponto de partida para a elaboração da sua teoria nas “Formas Elementares” não constituía assim para Durkheim, que não era antropólogo, um fim em si mesmo, mas apenas um meio de isolar as formas elementares da vida religiosa e de construir uma teoria geral da religião que depois transpôs para a sociedade do seu tempo, a fim de resolver o problema que mais o preocupava: a questão social.

Durkheim apoiou-se, para o estudo das sociedades australianas (que nunca visitou), nos trabalhos de campo sobre o totemismo efectuados por 2 etnógrafos – Spencer e Gillen – e publicados em 1899 e 1904, intitulados, respectivamente, “*The Native Tribes of Central Australia*” e “*The Northern Tribes of Central Australia*”.

Serviu-se do seu material mas interpretou-o de forma bem diferente dos seus autores, os quais sustentavam que o totemismo não podia ser considerado como uma religião propriamente dita, mas antes como um conjunto de manipulações mágicas e que, além disso, não mantinha um tipo de relação constante e necessária com a exogamia e os tabus alimentares.

Ao criticar esta interpretação, Durkheim elaborou a sua própria concepção de totemismo como a *religião mais simples* (o que implica uma concepção evolucionista da história religiosa), a “origem” das religiões ou a sua forma mais elementar, a partir das noções de *clã* e de *totem*. Clã seria assim um agrupamento humano (talvez o mais simples de todos) fundado no parentesco, que exprime a sua identidade ligando-se a uma planta ou a um animal.

A origem primeira do totemismo seria o reconhecimento do “sagrado” – uma força anónima e difusa, superior a todos os indivíduos, que se vai buscar à própria colectividade.

Poucos anos mais tarde o totemismo acabou por ser completamente desacreditado e visto sobretudo como “uma invenção dos antropólogos” para explicar alguns comportamentos que não conseguiam interpretar e para os quais esta teoria parecia uma chave sedutora. Assim, para Ruth Benedict e Evans Pritchard, por exemplo, tratava-se de um conceito aceitável entre certas tribos americanas mas que não podia ser generalizado. Sir Edward Evans Pritchard vai mesmo mais longe e critica-o duramente, escrevendo que “*Durkheim era um fanático evolucionista que queria explicar os fenómenos sociais em termos de origens pseudo-históricas. Daí proveio um dos seus*

resulta do *antagonismo radical* entre o sagrado e o profano, distinção que, segundo Durkheim, é a mais profunda distinção jamais atingida na história do pensamento humano. E continua este autor: “*A tradicional oposição entre o Bem e o Mal não é nada em comparação com esta; porque o Bem e o Mal são duas espécies contrárias de um mesmo género, a saber, o género moral (...) enquanto o sagrado e o profano foram concebidos pelo espírito humano, em todo o lugar e tempo, como dois géneros separados, como dois mundos entre os quais não há nada em comum*” (embora, como adiante esclarece, se possa passar de um mundo ao outro através de “ritos de iniciação”).

⁸ Evans-Pritchard, Edward, *História do Pensamento Antropológico*, Edições 70, Lisboa, cap. 12.

⁹ Uma vez que no texto não apresentamos qualquer definição de TOTEMISMO, parece-nos oportuno transcrever aqui o verbete que lhe é consagrado no *Dicionário de Etnologia* de Michel Panoff e Michel Perrin: “*Termo forjado a partir da expressão algonkin (língua índia da América do Norte) ototeman, ‘ele é meu parente’, para designar um sistema simultaneamente religioso e sociológico do qual, durante muito tempo, se fez a quintessência do ‘primitivismo’.* Este sistema baseia-se na relação que existe, numa sociedade segmentada, entre um conjunto de animais ou, mais raramente, de vegetais ou de fenómenos naturais e um conjunto de grupos humanos (exemplo: o conjunto dos clãs, o conjunto das classes de idade, o conjunto das fratrias dessa sociedade). O animal ou vegetal associado a cada grupo chama-se Totem. Muitas vezes, mas não sempre, o totem é objecto de um culto, de veneração ou de tabus por parte do grupo em questão. Acontece também que o totem seja considerado o antepassado do grupo. Várias gerações de teóricos fizeram desta instituição complexa a forma mais elementar da religião e a origem de diversos costumes que pareciam característicos das sociedades ‘primitivas’: a exogamia, o sacrifício, o culto dos antepassados, etc. O melhor exemplo da utilização do totemismo como explicação unitária é dado por Freud em Totem e Tabu. Mas, a partir de 1920, os etnólogos começaram a duvidar da existência do totemismo como instituição autónoma e distinta, de tal forma grande se revelou a heterogeneidade dos elementos culturais reunidos sob esta etiqueta, ao mesmo tempo que a sua presença ou ausência nas várias sociedades parecia cada vez mais fortuita. Finalmente, em 1962, Lévi-Strauss demonstrou que o totemismo era uma ilusão devida aos preconceitos dos sábios do final do século XIX (...)”.

¹⁰ Lévi-Strauss, Claude, *O Totemismo hoje*, Lisboa, Edições 70.

¹¹ Aron, Raymond, *As etapas do pensamento sociológico*, D. Quixote, Lisboa.

¹² Otto, Rudolf, *O Sagrado*, Edições 70, Lisboa, 1992, col. “Perspectivas do Homem”, n.º 41.

erros mais sérios, um erro tanto de lógica como de método. Ele sustentava que, como os aborígenes australianos eram o povo menos desenvolvido do mundo, a sua religião – o totemismo – devia ser considerada a mais primitiva de que temos conhecimento. Daqui parte toda uma fiada de suposições insustentáveis e até estúpidas⁸.”

Por fim, Levi Strauss (francês), Goldenweiser, Lowie, Boas, Murdock (todos americanos), e Placide Tempels (holandês), entre outros, pronunciaram-se acerca do Totemismo considerando que *não é científico como teoria religiosa porque carece de provas, não passando afinal de uma ilusão⁹.*

Claude Lévi-Strauss escreveu¹⁰ que “*O Totemismo é uma unidade artificial que só existe no pensamento do etnólogo, e a que nada de específico corresponde exteriormente* (p. 22). Chama-lhe “*a ilusão totémica*” (p. 12) e acrescenta que “*a desintegração do problema totémico começou nos EUA*” (p. 19).

Sociólogos como Malinowsky criticaram também a teoria religiosa de Durkheim, considerando-a “*uma concepção metafísica, como se a sociedade fosse dotada de vontade, objectivos e desejos*”.

Raymond Aron, outro sociólogo, comenta por sua vez¹¹: “*(...) Se a religião consiste em amar uma sociedade concreta, sensível, enquanto tal, esse amor parece-me idólatra, e a religião, em tal caso, é uma representação alucinatória, exactamente no mesmo grau em que o é de acordo com a interpretação animista ou naturista* (p. 350) (...) *Em última análise, parece-me propriamente inconcebível definir a essência da religião pela adoração que o indivíduo consagra ao grupo porque, pelo menos no meu modo de ver, a adoração da ordem social é precisamente a essência da impiedade. Estabelecer que os sentimentos religiosos têm por objectivo a sociedade transfigurada não é salvar, mas degradar a experiência humana de que a Sociologia quer dar conta*” (p. 351).

Diríamos, para finalizar esta já longa digressão pelo pensamento e obra deste autor que, embora se possa criticar Durkheim pelo método ou pela concepção sociocêntrica da Religião, ou ainda pela filosofia arreligiosa subjacente, ninguém poderá negar o seu contributo fundamental para o estudo da Religião como sistema, do Sagrado como elemento essencial e da Religião como elemento indispensável à estabilidade social.

4. O “sagrado” como denominador comum

Como vimos, coube sobretudo aos estudiosos do virar do século (Émile Durkheim e Rudolf Otto¹², para citar apenas dois dos mais importantes) e, já

nos nossos dias, aos aprofundamentos de *Mircea Eliade*¹³, o mérito de procurarem um *denominador comum* para alcançar um conceito de “Religião” suficientemente abrangente que permitisse englobar todos os *sistemas de crenças e ritos* praticados por todos os povos, quer prestem ou não culto a uma divindade específica.

4.1 Conceito de “sagrado” e de “profano”

Este denominador comum seria a noção de *Sagrado*, do qual não existe uma definição precisa, universal, mas cujo conceito pode apreender-se por oposição à noção de “profano”. O sagrado seria assim uma realidade misteriosa que não pertence ao nosso mundo material, profano, sendo por isso de uma “ordem diferente”, mas que todavia se manifesta na ordem “natural”, profana, de muitas maneiras. A estas manifestações do sagrado chamou Mircea Eliade “*hierofanias*”.

Enquanto se pode considerar que as religiões são susceptíveis de “evoluir”, no sentido de um aprofundamento da sua doutrina, o sagrado todavia não evolui. É aquilo que sempre foi, não dependendo da vontade, da experiência ou da inteligência do Homem.

Assim, por exemplo, a “revelação” de que a Bíblia nos dá conta (“re-velare” significa afastar o véu – o véu que encobre o mistério do Ser divino) foi sendo feita progressivamente ao longo da História, numa pedagogia paciente e continuada, que teve o seu início com o chamamento e a vocação de Abraão e a sua partida de Ur, na Caldeia, continuou muito mais tarde com a entrega dos 10 mandamentos a Moisés no monte Sinai, manteve-se actualizada com os vários profetas, e culminou com a vinda de Jesus Cristo, o Messias tanto tempo esperado. Uma pedagogia evolutiva, portanto, que se concretizou na História ao longo de dois mil anos.

No que diz respeito ao Sagrado, porém, a sua apreensão é, por assim dizer, imediata por qualquer homem de qualquer sociedade, em qualquer momento. Porque não progride com a História. Não é uma noção evolutiva. É apreendida por cristãos como por budistas, mas também pelos indivíduos das chamadas sociedades “primitivas” ou “arcaicas”.

Exemplifiquemos: O crente católico que acredita que, mediante uma fórmula de consagração, o pão e o vinho se “*tornam outra coisa*”¹⁴, embora *permanecendo eles próprios* na sua substância, faz exactamente a mesma transposição para o Sagrado que o “primitivo” (entre aspas) que aceita a existência de uma pedra, de uma árvore ou de um rio “sagrados”. Ele sabe que a pedra permanece pedra, mas que na sua essência mudou. E sabe-o

¹³ “*Toda a obra científica de Mircea Eliade assenta nesta tripla actividade: histórica, fenomenológica, hermenêutica. No centro da sua pesquisa encontram-se dois grandes eixos, o sagrado e o símbolo. (...) No interior de uma vasta documentação histórica que ele domina perfeitamente, ele introduz uma óptica nova. Na base de uma tipologia claramente apresentada, ele explicita a mensagem fundada no sagrado e alcançada através da linguagem dos símbolos e dos mitos. Esforçando-se por compreender as situações existenciais expressas pelos documentos religiosos da humanidade, ele tenta aceder à compreensão do homo religiosus*” – artigo sobre Mircea Eliade (1907-1986), da autoria de Julien Ries, em *Dictionnaire des Religions*, cit., pp. 612-615.

¹⁴ Eliade, Mircea, *O Sagrado e o Profano (a essência das religiões)*, Livros do Brasil, Lisboa, s/d, col. “Vida e Cultura”, n.º 62, p. 26.

porque aceita o testemunho do seu grupo tal como, de resto, acontece com a imensa maioria dos cristãos que aceitam com naturalidade o testemunho das pessoas que consideram idóneas: os pais, ou o catequista ou o sacerdote. Com efeito, são muito poucos os que se interrogam sobre o milagre, sobre Deus, sobre a encarnação ou a ressurreição – todos eles factores essenciais que constituem a chave para a crença na eucaristia.

4.2 Hierofanias e Religião

Embora o Sagrado não sofra alterações ao longo do tempo (da História), as suas manifestações (hierofanias), contudo, são sempre “históricas”. Da sua memória e interrelacionamento num sistema coerente, qualquer que tenha sido a sua causa (tradição ou revelação), surgiram as diversas religiões.

Dito tudo isto sobre o “Sagrado”, que parece assim constituir a *essência* de todas as crenças, é altura de dar mais um passo para verificarmos como as sociedades se encontram mais ou menos sacralizadas, no Ocidente e no Oriente¹⁵.

No Ocidente a dessacralização é um processo em marcha acelerada. Praticamente todas as leis fundamentais dos países europeus – as suas Constituições – estabelecem a separação entre a Religião e o Estado.

Notemos todavia que, muitas vezes, este processo é mais aparente do que real. Sirva como exemplo a chamada “Declaração *Universal* dos Direitos do Homem”, datada de 1948, a qual, embora não se afirme fundada em qualquer sistema religioso (sem um carácter “sagrado”, portanto), e proclame a tolerância em matéria de religião, bem como o respeito pela vida, pela igualdade radical de todos os seres humanos, etc., é contudo inteiramente fundada num conjunto de valores cristãos, sedimentados no Ocidente ao longo de 2.000 anos. E tanto assim é que muitos povos orientais a não reconhecem na íntegra por não perfilharem os mesmos valores, possuindo a sua ética outras fontes inspiradoras. Assim, a igualdade radical de todos os homens desde o seu nascimento não faz sentido num sistema de castas hindu, a paridade de estatuto entre homens e mulheres choca os árabes e os japoneses, e os direitos individuais são considerados menos importantes do que os direitos colectivos, nos regimes comunistas, cuja noção de fraternidade não coincide com a fraternidade cristã (em que todos os homens são filhos do mesmo Deus) – para citar apenas alguns exemplos.

Destas diferentes concepções e posições face ao Sagrado decorrem mundividências e comportamentos distintos, classificados por uns e outros como enigmáticos, estranhos, aberrantes e mesmo absurdos.

¹⁵ Vale a pena, antes de mais, fazer o reparo de que este termo “Oriente” é uma noção inteiramente *eurocêntrica*. Na realidade, os povos que designamos como orientais sempre se consideraram a si próprios – tal como os europeus – como ocupando o “centro” do mundo. A China era o “Império do Meio”, por exemplo, e o resto do mundo não constituía mais do que algumas ilhotas desprezíveis, muito embora não ignorassem a sua vastidão, através dos comerciantes da Rota da Seda ou das viagens do almirante Cheng Ho. Trata-se de uma noção essencialmente etnocêntrica. Mas o impacto dos Descobrimentos foi tão grande que acabou por se impôr a noção eurocêntrica, hoje aceite pacificamente por todo o mundo.

É o caso, por exemplo, dos monges budistas que se imolam pelo fogo publicamente para protestar contra uma situação social ou política injusta, sem que ninguém levante um dedo para os impedir. Para os ocidentais, estas atitudes tornam-se incompreensíveis e traduzem apenas desprezo pela vida. Mas para eles, que vivem mergulhados no sagrado e que acreditam na reencarnação, uma acção desta natureza faz perfeitamente sentido: ao cometer um acto “bom”, o seu Karma melhorou qualitativamente e este sacrifício apressou a sua reencarnação num estádio de vida mais elevado.

Podíamos dizer o mesmo acerca dos pilotos suicidas japoneses – os kamikases – ou das crianças que os guerrilheiros iranianos e iraquianos enviam à frente do exército para fazer detonar as minas antipessoal. Eles e as mães estão profundamente convencidos de que, desta forma, entrarão mais cedo no Paraíso. Não se trata de desprezo pela vida, mas de antecipação de uma vida melhor. É, como se vê, um conceito radicalmente diferente daquele que os cristãos possuem da vida, cuja eternidade começa já antes da morte (“*O Reino de Deus já está entre vós*”) não podendo assim atentar-se contra ela. Foi Cristo quem disse, ao definir o objectivo da Sua missão: “*Eu vim para que tenhais a Vida e a tenhais em abundância*”.

Notemos de passagem que a tentativa de dessacralização à força levada a efeito pelos regimes comunistas (China, Vietname, Cambodja, Laos, Coreia), se revelou contraproducente e se vem saldando por um impetuoso ressurgir da noção do sagrado e das antigas religiões, um pouco por todos os locais onde se tentou impôr o ateísmo.

O Oriente é efectivamente um mundo em que as pessoas vivem imersas no Sagrado, quer perfilhem crenças tão arcaicas que a sua origem se perde no tempo (culto dos mortos, feiticismo, magia, xamanismo, etc.), quer pertençam a alguma das grandes religiões, quer a sincretismos diversos (Cao-dai, Iglesia ni Cristo, Aglipeanos, a igreja do Rev. Moon...), quer ainda às novas seitas e credos (locais ou importados). Para os indonésios, por exemplo, é de tal forma inconcebível que não se possua uma crença – seja qual for, pouco importa – que a declaração de “ateu” não é oficialmente aceite pelo governo...

4.3 *Pessoas sagradas*

O Sagrado pode habitar uma pessoa de uma maneira especial, a ponto de podermos falar em “pessoas sagradas”. Por exemplo:

- No Japão, pátria do Xintoísmo e dos “kamis”, o *Imperador* era venerado como um deus até à rendição do país, em 1945, data em que se viu obrigado a confessar à Nação que não passava de um mortal

como outro qualquer. Apesar disso, muitos adeptos da extrema-direita nipónica alimentam ainda fanaticamente o culto do Imperador, a ponto de assassinar quem se atreve a pô-lo em dúvida.

- No Tibete, o *Dalai Lama* e o *Panchet Lama* são reencarnações dos seus antecessores, o que obriga a uma escolha cuidadosa da criança que lhes sucederá após a sua morte, escolha essa baseada em sinais que só os monges sabem interpretar. Nenhum crente ousaria duvidar do carácter sagrado destas pessoas. O governo chinês tem tanta consciência desta importância que chamou a si (através de monges coniventes) a escolha do novo Panchet Lama, declarando nula a que os representantes do Dalai Lama fizeram, de modo a poder controlar a sua educação – obviamente para o manipular no futuro e, através dele, o seu povo, mantendo aparentemente o regime teocrático tibetano.
- Os *gurus* indianos ou os *xamãs* de algumas minorias a norte e a sul da China, são outros exemplos de pessoas “sagradas”, já para não falar dos *sacerdotes* de todas as outras religiões, que participam do sagrado de uma forma especial, diferente do resto dos crentes. É o caso dos sacerdotes católicos que recebem o poder de *consagrar* o pão e o vinho, de perdoar pecados, etc., participando assim, por delegação, do poder do próprio Cristo.

4.4 *Locais sagrados*

Para além das pessoas há locais considerados “sagrados”, isto é, que participam do sagrado, de uma forma ou de outra. Não apenas os templos e os túmulos, mas também certas montanhas, pedras, casas, árvores...

Para a maior parte dos chineses, a escolha do local para construir uma casa obedece a preceitos que só os geomantes são capazes de definir (é o famoso *fung soi* – que significa, à letra, “vento” e “água”); em Macau, até para um serviço público começar a funcionar é preciso chamar o geomante – e as suas prescrições são seguidas à risca, mudando-se inclusivamente a posição dos móveis se ele assim o entender. Nas inaugurações de edifícios e lugares públicos, como o aeroporto ou as escolas, procedem à sua benção o bispo católico e um monge budista, cada um com seu ritual mas com idêntico significado – é a intervenção do sagrado para garantir boa sorte no futuro.

No Japão, onde os templos xintoístas, sempre edificadas em madeira, são reconstruídos de 20 em 20 anos, o número de santuários eleva-se a perto de cem mil. Mas o culto aos *kami* (veja-se adiante o capítulo sobre o xintoísmo)

podia ser praticado em qualquer árvore, rocha ou montanha, e ainda hoje em todos os lares xintoístas existe um pequeno altar onde diariamente se recitam preces e se fazem pequenas oferendas.

Embora o ambiente varie bastante nos próprios templos, desde o silencioso recolhimento nas igrejas cristãs a uma aparente indiferença nos da religião popular chinesa (comendo, bebendo, até mesmo jogando ou dormindo), a sacralidade do lugar para os crentes é indiscutível.

Monumentos funerários, como as *stupas* budistas são igualmente espaços sagrados onde os fiéis pedem a intercessão dos seres que já atingiram a iluminação – os bodisatvas – a quem dirigem intermináveis orações, enquanto dão voltas e voltas à construção circular, fazendo girar os cilindros de oração dos muros ou rodando o seu próprio “moinho” de orações pessoal contendo pedaços de sutras enrolados no seu interior.

4.5 *Os mitos e a irrupção do sagrado no mundo*

A crença no sagrado está patente também nos mitos que todos os povos conservam, como explicação para a criação do Mundo, a sua própria origem e outros grandes problemas essenciais. É o caso do mito do eterno retorno a que já aludi ao abordar a reencarnação, mas também mitos comuns aos povos mesopotâmicos (a Criação, o Dilúvio, a torre de Babel) que aparecem também entre algumas minorias da China (os “Miao”, por exemplo) e muitos outros.

Convém, no entanto, que nos entendamos acerca do significado desta palavra “mito”, para evitar quaisquer ambiguidades. Com efeito, na linguagem comum empregamos o termo “mito” no sentido de algo que não corresponde à realidade. Mas não é esse o significado de mito para os antropólogos e para os historiadores das religiões.

*“O mito, escrevia Mircea Eliade, é pois a história do que se passou in illo tempore, a narração daquilo que os Deuses ou os Seres divinos fizeram no começo do Tempo. (...) O mito revela a sacralidade absoluta, porque conta a actividade criadora dos Deuses, desvenda a sacralidade da obra deles. Por outros termos, o mito descreve as diversas e por vezes dramáticas irrupções do sagrado no mundo.”*¹⁶

¹⁶ Eliade, Mircea, ob. cit., pp. 107 e 109.

Mas não se limita a isto a função dos mitos. Ao contrário das lendas, que são narrativas baseadas num qualquer facto histórico, sem nenhuma outra intenção, os mitos, sendo igualmente narrativas, pretendem apresentar uma *explicação* para os grandes problemas da Humanidade, em especial os que se prendem com a criação do Universo, da Terra e do Homem, actualizando-

¹⁷ Tem interesse a leitura dos verbetes sobre “Mito” em *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*, ed. Vozes, Petrópolis, 1992, 5.^a ed., colunas 999 a 1002, e “Criação”, em *Vocabulário de Teologia Bíblica*, ed. Vozes, Petrópolis, 1992, 5.^a ed, col. 188 e sgs.

-os, isto é, tornando-os *eficazes* para o ouvinte ou o leitor de cada geração, que neles se pode rever¹⁷.

Na sua linguagem simultaneamente simples e profunda, é isso mesmo que o grande biblista brasileiro, nascido na Holanda, Carlos Mesters, nos explica, ao escrever acerca do Paraíso e o pecado de Adão e Eva: “*O objectivo preciso da narração é o de funcionar como um espelho e de confrontar os homens com eles mesmos e com a sua consciência. Perverte o sentido da narração aquele que se limita a examinar só o material do espelho, perguntando unicamente se é mito ou realidade, fábula ou história, irreal ou real, e esquecendo-se de olhar-se a si mesmo nesse espelho. Tal pessoa neutralizou o objectivo principal da narração e nunca chegará a perceber os erros que Deus quer denunciar na sua vida por meio desse espelho*”.

Do ponto de vista literário, a narração pode ser comparada com a linguagem mítica e simbólica daqueles tempos. Ela é uma espécie de parábola, formulada a partir das coisas que acontecem sempre. Seria mais ou menos como as parábolas do Bom Samaritano ou da Semente, que caracterizam situações reais e falam de coisas verdadeiras e históricas, embora não devam ser entendidas como narrações do tipo histórico-informativo”. (...) Portanto, limitar a discussão em torno do paraíso à sua defesa contra elementos míticos, seria inverter a ordem e seria não perceber o sentido da narração. Seria não compreender o sentido profundo da encarnação da Palavra de Deus em linguagem humana. Seria como o homem que, entrando numa sala de cinema, em vez de olhar para a imagem que se projeta sobre a tela da vida, ficasse olhando para o buraco da parede, de onde sai o facho de luz que traz no seu bojo a imagem projetada. Tal homem jamais chegará a compreender a mensagem do filme. Assim somos nós. Preocupados em defender o facho da luz, i.é, a narração, que traz no seu bojo a mensagem sobre a vida, não percebemos o apelo de Deus que ela revela e projeta na tela da vida diária. A nossa defesa acabou por neutralizar a Bíblia. Cuidamos tão bem do doente, que ele acabou morrendo por excesso de cuidados médicos, e não o percebemos”¹⁸.

¹⁸ Mesters, Frei Carlos, *Paraíso Terrestre: saudade ou esperança?*, ed. Vozes, Petrópolis, 1987, 11.^aed., pp. 106-108.

Vale a pena ainda, a este respeito, escutar a voz desse outro grande professor brasileiro que é Leonardo Boff, num dos seu livros mais recentes¹⁹:

¹⁹ Boff, Leonardo, *Saber cuidar (ética do humano – compaixão pela terra)*, ed. Vozes, Petrópolis, 1999, 3.^aed., p. 36 e sgs.

(...) vamos privilegiar um outro caminho, aquele dos mitos. Estimamos que as mitologias, mais que as ciências e as filosofias, encerram, junto com as religiões, os grandes elucidamentos da essência humana. Aí as culturas projetaram, geração após geração, grandes visões, acumularam reflexões, fizeram aprofundamentos e os passaram a seus pósteros. Souberam usar de uma linguagem plástica, com imagens tiradas das profundezas do inconsciente coletivo, acessível a todas as idades e a todos os tempos. Além das visões e dos símbolos, suscitaram e continuam suscitando grandes emoções. E são essas que ficam e mobilizam as pessoas e os povos na história.

Não é seguro que nós modernos, com nossa inteligência instrumental, com toda nossa tradição de pesquisa empírica, de crítica e de acumulação de saberes sobre praticamente tudo, conheçamos mais o ser humano que os antigos formuladores de mitos. Estes se revelaram observadores meticolosos e sábios exímios de cada situação e de cada dobra da existência. Convém revisitá-los, valorizar suas contribuições e escutar suas lições, sempre atuais.

Vamos, pois, perseguir o caminho dos mitos. Entretanto, há de se entender corretamente os mitos. Eles não são coisas do passado arcaico, produtos aleatórios do pensamento primitivo ou da fantasia incontrolada. São atuais, porquanto nós, modernos, também criamos mitos.

Os mitos são linguagens para traduzir fenômenos profundos, indescritíveis pela razão analítica. Como falar do enamoramento, do amor, do cuidado essencial, da traição da pessoa amada, das crises da vida, das doenças incuráveis, do nascimento e da morte senão com emoção, contando histórias exemplares? Os conceitos abstratos e frios não conseguem traduzir as cores da realidade. Não geram figurações na imaginação. Por isso, de certa forma, falseiam nossa experiência dos fenômenos vividos. (...) Devemos, pois, saber combinar inteligência instrumental-analítica, donde nos vem o rigor científico, com inteligência emocional-cordial, donde derivam as imagens e os mitos.

Entendido assim o verdadeiro significado dos *mitos* e a sua íntima ligação ao *sagrado*, percebemos facilmente porque é que eles constituem também um elemento comum de todas as religiões. E também se entende porque é que frequentemente andam associados aos *ritos*, através dos quais se manifestam, pois os ritos *actualizam-nos* e os tornam *eficazes*. Assim, por exemplo, o acto salvador de Deus no Êxodo é tornado presente através do culto (a Páscoa dos Judeus), assim como na Eucaristia diária os cristãos revivem o sacrifício histórico de Cristo. Mitos e ritos andam assim de mãos dadas, na esfera do sagrado.

4.6 *Ritos de sacralização*

Mas os ritos não se limitam a actualizar os mitos. Efectivamente, aqueles são formas colectivas de entrar em contacto com o sagrado que, pela sua repetição e utilização de fórmulas que todos os crentes conhecem, lhes dão um sentimento de pertença ao grupo e, conseqüentemente, de segurança. Ao ouvir a repetição das fórmulas e dos gestos da sua liturgia, o crente sente-se “em casa”, ambientado, seguro, ainda que esteja a milhares de quilómetros da sua casa e da sua comunidade.

Neste sentido, escrevia Gustavo Corção²⁰ que os cristãos – e nós acrescentaríamos: e os crentes das outras religiões – gostam de ouvir sempre as

²⁰ Corção, Gustavo, *A Descoberta do Outro*, ed. Set., Lisboa, s/data (presume-se que haja sido editado em Portugal em 1955, pois é essa a data do prefácio de António Alçada Baptista. O livro foi escrito no Rio de Janeiro em 1943). A referência ao ritual cristão e sua comparação com a alegria das crianças quando ouvem a repetição das mesmas histórias, surgem nas últimas páginas deste livro notável. Trata-se de uma obra de reflexão tão amadurecida e profunda (embora escrita num estilo ligeiro e carregado de humor, bem ao jeito desse outro pensador de que Corção foi biógrafo – J. K. Chesterton) que a sua leitura se nos afigura indispensável para qualquer intelectual dos nossos dias.

mesmas frases, repetidas vezes sem conta em todas as missas, tal como as crianças preferem mil vezes ouvir as histórias que já conhecem do que ouvir histórias novas. Não se trata de espírito infantil, ou de simples necessidade de segurança mas, acima de tudo, da necessidade e possibilidade de “participação” consciente (isto é: de tomar parte) no sagrado que se exprime através dessas fórmulas conhecidas. Esta participação vai desde a simples evocação de um facto passado (um *memorial*) até à actualização real desse mesmo facto, de modo a que o crente tome parte activa nele; é o que se passa na “consagração” e “comunhão” das missas católicas, em que se cumpre o desejo de Jesus na última ceia: “*Fazei isto em minha memória*”. Pode dizer-se que estes são os ritos “centrais” e imutáveis da eucaristia, ao passo que outros são menos importantes, podendo até ser dispensáveis, como acontece com certas passagens e orações introduzidas ao longo dos séculos pelos liturgistas.

Todos os povos possuem também determinados ritos que assinalam importantes *mudanças de estado*, a saber: quando nasce uma criança, quando lhe é imposto um nome, quando entra na adolescência e passa oficialmente a ter estatuto de “homem” ou de “mulher”, quando se casa e quando morre. E são sempre ritos de carácter religioso, em que a festa profana acaba por ser “eclipsada”, por assim dizer, pela irrupção do sagrado.

Lembremos apenas, a propósito, as festas da puberdade entre os povos africanos, em que a circuncisão dos rapazes tem lugar durante um prolongado retiro no mato, onde os ensinamentos de ordem prática (técnicas de caça, de construção das casas, etc.) são sempre acompanhados por invocações de ordem mágico-religiosa, o que sucede igualmente em relação às raparigas.

Do outro lado do mundo, no Japão, estes ritos de passagem são também escrupulosamente observados pelos crentes do xintoísmo.

Igualmente na religião judaica a passagem à puberdade é assinalada com rituais próprios – é o chamado *bar mitzvah* – e considerada da maior importância. Tão importante que o evangelista São Lucas não se dispensou de a referir em relação a Jesus quando este, aos 12 anos, visitou o Templo e deixou estupefactos os doutores da Lei, com a sua inteligência e sabedoria. Porquê, de entre tantas visitas que Jesus fez certamente ao Templo na sua mocidade, antes e depois (“*Todos os anos os pais de Jesus iam a Jerusalém à festa da Páscoa. Quando o menino tinha doze anos, foram lá como de costume*” – Lc 2, 41-42), só esta foi considerada digna de registo? Justamente porque se tratava do seu *bar mitzvah*, a ocasião da sua passagem a “adulto”.

E há ainda, como já referimos, os ritos destinados a “sacralizar” um lugar ou a purificá-lo, a fim de aí implantar uma casa de habitação, um templo, um monumento funerário, ou simplesmente para afugentar os espíritos maléficos.

Terminaremos este breve apontamento sobre os ritos, lembrando que eles não são exclusivos das religiões. Pelo contrário, na sociedade civil (e militar) os ritos multiplicam-se, pondo em evidência as convicções (às vezes muito profundas, como o patriotismo) dos indivíduos e das sociedades. Sem nenhuma ordem especial, recordemos os juramentos de bandeira, os cerimoniais de posse dos dirigentes – políticos, desportivos, associativos – os discursos sobre “o estado da Nação” nos países democráticos, a observação de um minuto de silêncio depois de uma tragédia (na Assembleia Geral das Nações Unidas, nos estádios de futebol, na Assembleia da República), as cerimónias de abertura dos Jogos Olímpicos, as festas e tradições populares, etc. Pode dizer-se que onde há uma comunidade, há ritos. Mas também se pode observar que muitos dos ritos mais importantes, os que se traduzem em compromissos de vida, são decalcados sobre os ritos religiosos. Quais são os mais antigos? Religiosos ou laicos? Parece um pouco a pergunta sobre a galinha e o ovo. Talvez se possa afirmar que são os religiosos, pois as manifestações mais primitivas dos nossos antepassados trogloditas mostram já a sua existência e importância. Mas não se pode ir além de simples especulação nem se vê nisso especial interesse. Podemos dizer, quando muito, que os ritos, tal como a religião, fazem parte da natureza do Homo Sapiens.

5. A noção de “via” para caminhar no sagrado

Para além das “confissões” ou “credos”, ou seja, as fórmulas usadas por quase todas as tradições religiosas para condensar o essencial das suas crenças e valores, de forma mais ou menos estática, surge normalmente um outro elemento, de carácter dinâmico, a que podemos chamar o “caminho” ou a “via”. Trata-se afinal de reconhecer que a vida religiosa se desenvolve *vivendo*, que o caminho se faz *caminhando*, ou seja, que a relação com a(s) divindade(s) é dinâmica, implica um “pôr-se a caminho” sempre renovado.

Para os cristãos, por exemplo, a fé é essencialmente uma “resposta” do Homem aos apelos de Deus. Uma resposta que deve ser dada a cada momento, de acordo com as circunstâncias, mas sempre de uma forma fiel (uma palavra que deriva de fé). É um caminho que se inicia com o baptismo e muitas vezes mesmo antes disso, quando se trata de catecúmenos adultos. Um caminho que consiste afinal em seguir o próprio Cristo que a si próprio se definiu como “o *Caminho*, a Verdade e a Vida”. É por isso que sempre se afirmou que o cristianismo não consiste em seguir uma doutrina, mas sim em *seguir uma Pessoa*. Foi esse o desafio e a proposta que Jesus desde o início lançou aos seus apóstolos: o de seguirem na sua caminhada para o Pai, pois é essa a “via” da salvação.

É também o caso do *tao*, uma noção utilizada por todas as tradições religiosas chinesas, habitualmente traduzida por “via”, mas à qual têm sido já atribuídos

²¹ Veja-se o que adiante escrevemos no cap. XI (Taoísmo) sobre a noção de Tao e a dualidade expressa pelo *Yin e Yang*.

significados diferentes²¹. O seu conteúdo é pouco claro, mas do famoso livro atribuído a Lao-tse (o *Tau-te Ching* ou *Dao De Jing* – o “Livro da Vida e da Virtude”) conclui-se que o Tao é o fundamento último de toda a existência, ao qual o homem sábio deve tentar unir-se através da prática da meditação – ou seja, uma caminhada interior nessa mesma “via”.

É ainda a nova “via” ou “veículo” de salvação proposto por Buda para escapar ao círculo vicioso das sucessivas e infundáveis reencarnações do Hinduísmo; uma via – *yâna* – que veio a ramificar-se em três escolas diferentes (o *Hinayâna* ou “pequeno veículo” – ou ainda escola *Theravâda*, a doutrina dos antigos, considerada a mais ortodoxa; o *Mahâyâna* ou “grande veículo”; e ainda o veículo Tântrico, lamaísta, ou *Vajrayâna*). Mas todas, como se vê, definidas como caminhos, vias ou veículos²².

²² Veja-se adiante o capítulo dedicado ao Budismo.

Do mesmo modo, entre os povos *banto* africanos, a “força vital” aumenta ou diminui sem cessar, mas nunca permanece estática. Escreve assim o Pe. Tempels na sua obra, um “clássico” indispensável a todos os estudiosos do pensamento e cultura africanos²³: *O “muntu” vivo encontra-se numa relação de ser ou de vida com Deus, com a sua ascendência, com os seus irmãos de clã, com a sua família e os seus descendentes; mantém uma relação ontológica semelhante com o seu património, o seu solo, com tudo o que ele contém ou produz, com tudo o que nele cresce e vive. Todas as aquisições constituem um crescimento da força vital aos olhos dos Bantos; tudo aquilo que ofende, detiora ou destrói este “património”, quer dizer, tudo o que atenta contra o que constitui a sua força vital, provoca uma diminuição do “muntu” em si, do “muntu” na sua essência, que ficará “morto”, kufwa, no sentido que acima precisamos”.*

²³ Tempels, Placide, *A Filosofia Banto*, cap. IV (A “Teoria do Muntu” ou a Psicologia Banto), tradução nossa da versão francesa da Ed. Presence Africaine, 1949, a aguardar publicação.

Poderíamos multiplicar os exemplos²⁴ mas estes parecem suficientes para nos apercebermos desta dinâmica que caracteriza as religiões: uma via, um caminho, uma deslocação através do sagrado para com ele se unir ou mesmo identificar.

²⁴ Maurilio Adriani (*História das Religiões*, ed. 70, Lisboa, 1990, col. “Perspectivas do Homem”, n.º 38, pp. 165-166), por exemplo, enumera, além destes, os conceitos de *rita* (indiano), *artha* e depois *asha* (iranianos), o *gishar* babilónico e o *ma’at* egípcio, a *torah* judaica, e o *odós* ou *nómos* grego, os quais, na opinião do autor, se equivalem.

No diálogo inter-religioso, ao qual consagraremos um capítulo final, é indispensável ter presente esta noção, pois ela permitirá aos crentes das várias tradições religiosas reconhecer que não se trata de caminhos paralelos, mas concorrentes (no vértice, à maneira de Teilhard de Chardin, e não num sincretismo absurdo), fornecendo-lhes assim uma excelente plataforma de entendimento, dentro de um espírito aberto de tolerância – o qual, antes de mais, pressupõe uma atitude de verdadeiro respeito para com o outro.

6. A participação dos crentes

Embora se afigure evidente, não é demais sublinhar que sem a participação dos crentes não há verdadeira religião. Com efeito, no caso hipotético de um

homem isolado que se sentisse impelido a estabelecer relações com uma divindade (pelo facto de ser um “animal religioso”, como atrás se referiu), estaríamos perante uma indesmentível manifestação de fé mas não de uma religião. Isto porque a religião é algo de colectivo, na qual participam todos ou parte dos membros de uma comunidade.

Esta participação faz-se através de ritos e sacrifícios, os quais, quando organizados, assumem o carácter de “culto”. Os sacrifícios, como veremos, podem ter significados muito diversos, sendo também executados de formas muito diferentes.

6.1 *Culto*

Embora possam existir religiões sem Deus – como é o caso do Budismo – todas elas possuem um culto mais ou menos elaborado. É isso que permite aos estudiosos destas matérias afirmarem, por exemplo, que o Confucionismo não se resume a uma simples filosofia ou a uma ética, pois existem templos dedicados a Confúcio, com cerimónias de culto em que é prestada homenagem à sua memória (sem que, todavia, alguém se lembrasse jamais de o considerar mais do que um simples homem).

Não vamos deter-nos na descrição das variadíssimas formas de culto das religiões actuais ou passadas, o que está fora do nosso objectivo, bastando recordar que a imaginação fértil deste ser pensante que é o Homem encontrou sempre maneiras de se expressar, quase sempre utilizando símbolos para se comunicar com o sagrado (o que são as palavras senão símbolos?). Em templos especialmente construídos para o efeito ou ao ar livre, sobre altas montanhas ou em cavernas profundas, as sociedades arranjaram sempre formas de se comunicar com o transcendente: desde as inscrições rupestres da pré-história ou dos megalitos de Stohenge, erigidos há milhares de anos, até às grandes catedrais góticas ou aos actuais espectáculos cantados com transmissão televisiva por satélite de certas seitas americanas, utilizando toda a tecnologia moderna, os meios variam mas a intenção religiosa do culto é sempre a mesma.

6.2 *Sacrifícios*

Os sacrifícios, embora com significados e expressões muito diferentes, constituíram sempre uma parte muito importante do culto (como se sabe, o vocábulo “sacrificar” significa literalmente “tornar sagrado”). Vamos dar a

²⁵ Rochedieu, Edmond, *Antigos Cultos (ritos, mitos e símbolos, da Antiguidade à Idade Média)*, ed. Verbo, Lisboa, 1983, col. “As Grandes Religiões do Mundo”, n.º 10. Rochedieu aborda ainda, neste seu notável ensaio, outros dois problemas de grande interesse para os estudiosos das religiões: a mensagem religiosa transmitida através das *epopeias* (Gilgamexe, Iliada, Odisseia, Eneida, a Demanda do Graal, o Livro dos Reis, o Mahabharata, o Bhagavad-Gîtâ, o Ramayâna e o Kalevala, algumas das quais referidas por nós mais adiante, nos capítulos respectivos) e a procura da *salvação* nas religiões do Próximo-Oriente.

palavra a Edmond Rochedieu que começa assim o seu excelente capítulo sobre *O valor do sacrifício nas diversas religiões*²⁵:

Uma primeira verificação se impõe ao historiador: nenhuma religião, quer seja grosseira ou evoluída, quer busque vantagens materiais ou se inspire na espiritualidade mais elevada, quer se situe na Antiguidade, nos tempos pré-históricos ou na época actual, ignora o sacrifício. É certo que o aspecto e a forma exterior do sacrifício são múltiplas, e numerosos são os significados que se atribuem a este elemento do culto. Todavia, jamais o sacrifício esteve ausente da devoção: seja colectivo ou individual, material, espiritualizado, enquadrado por cerimónias rituais, ou deixado à iniciativa do crente, sempre ele constituiu um dos dados da fé.

Este autor agrupa em quatro rubricas os diversos tipos de sacrifícios conhecidos, salientando todavia que muitas vezes se sobrepõem, não sendo possível distingui-los. É o caso dos sacrifícios humanos, umas vezes efectuados com o objectivo de aplacar os deuses, outras para conseguir bons resultados nas colheitas ou evitar catástrofes, outras ainda para que as mulheres ou os escravos acompanhem na outra vida os seus senhores. No primeiro caso estão, entre outros, as crianças sacrificadas ritualmente pelos índios das civilizações pré-colombianas (Aztecas, Maias, etc., de que têm sido encontradas múmias com sinais de morte violenta nas encostas das montanhas); no último caso podemos recordar-nos, por exemplo, dos escravos encontrados em túmulos egípcios ou chineses (o famoso exército de terracota, com milhares de soldados, cavalos, carros de guerra, etc., que se pode admirar hoje em Xi’an, antiga capital da China, não é mais do que a substituição pelas suas efígies dos guerreiros que estavam para ser sacrificados, um acto de clemência que os conselheiros do Imperador o convenceram a praticar, para não manchar a sua memória. É por isso que os guerreiros são todos diferentes uns dos outros, pois foram feitos a partir dos seus modelos humanos). Ainda na China, num túmulo de um monarca Chang²⁶, jaziam os corpos de 400 escravos, sacrificados durante o funeral para o poderem servir na outra vida.

Embora se possa dizer que os sacrifícios rituais de vidas humanas quase desapareceram na nossa época, a verdade é que, de vez em quando, o mundo fica estupefacto ao tomar conhecimento da existência de casos horrorosos que julgava eliminados para sempre. Há ainda, por exemplo, fortes desconfianças da prática de casos esporádicos do *sati*²⁷, à revelia da lei indiana, bem como de vítimas sacrificadas em abomináveis rituais sangrentos de seitas satânicas, ou ainda o sacrifício de centenas de vidas levado a efeito por seitas religiosas, como aconteceu muito recentemente na Europa e em África. Vejamos, pois, quais as 4 grandes categorias em que os sacrifícios podem ser agrupados:

- a) As cerimónias sacrificiais de *características mágicas* (note-se que a distinção mais clara entre *religião* e *magia*, é que esta última consiste

²⁶ A dinastia Chang, ou Shang (ou ainda Yin, do nome da sua capital) governou entre 1766 e 1122 a.C., tendo-lhe sucedido a dinastia Zhou (ou Tchou).

²⁷ Sobre o “sati” – a cremação da viúva juntamente com o cadáver do marido – veja-se adiante o capítulo sobre as religiões da Índia.

em rituais para pôr os poderes sobrenaturais ao serviço do impetrante, daquele que lhe leva as oferendas): o objectivo é o de “obrigar” os deuses, espíritos, demónios, etc., a decidir a favor da pessoa que apresenta o sacrifício, provocando a morte do adversário (caso dos chamados “feiticeiros” africanos), ou a fortalecer esses seres sobrenaturais para beneficiar da sua ajuda futura ou mesmo, mais prosaicamente, a conseguir benefícios como dinheiro, bons resultados nos negócios, etc.

- b) *Sacrifícios a favor da sociedade*: “os que se destinam a impedir a contaminação de uma parte da população pelas manchas que afectam certos indivíduos” (Rochedieu, 103). É o caso dos rituais de “purificação” como o do *bode expiatório* (ver adiante o cap. do Judaísmo) ou o da *Grande Purificação* (ver o cap. do Xintoísmo), ambos destinados a que algo carregasse com as culpas da comunidade e as levasse para bem longe – de Jerusalém para o deserto, no caso do bode “expiatório”, ou as flores lançadas pelos japoneses à água dos rios e do mar para que as correntes as arrastem.

A nível pessoal, “contaminados” se sentem também certos grupos, como acontecia com os judeus depois de mexerem em cadáveres, ou os hindus de casta superior ao tocar num pária, o que obriga a abluções e outros rituais de descontaminação.

- c) *Sacrifícios propiciatórios e de expiação*: o objectivo é tornar o(s) Deus(es) propício(s), concedendo um favor a quem o pede ou conseguir a expiação das culpas ou do estado de impureza em que voluntária ou inadvertidamente caiu.

A imolação de animais é um dos sacrifícios mais conhecidos desta categoria, e obedece também a determinados rituais. No caso dos judeus, que consideram o sangue como a fonte da vida e que, por isso mesmo, não pode ser ingerido por uma pessoa, os animais devem ser abundantemente sangrados (o sacrifício propriamente dito consiste no sangue derramado no altar como oferta), só podendo a sua carne ser consumida quando não houver vestígios de sangue. É esta a razão da existência da chamada alimentação “kosher” entre os judeus, e “halal” entre os muçulmanos (que não se dispensam de rezar determinadas orações durante o abate das rezes).

Talvez se possam incluir nesta categoria os sacrifícios humanos de carácter voluntário, sangrentos mas não mortais, tais como as flagelações e as crucificações que todos os anos se verificam nas Filipinas (à revelia da Hierarquia), as auto-flagelações rituais dos faquires hindus, que atravessam partes do corpo com agulhas ou prendem anzóis na pele para arrastar pesos (tal como era uso entre

certas tribos peles-vermelhas americanas, cujos guerreiros se dependuravam assim de árvores para demonstrarem aos deuses e aos homens a sua virilidade e capacidade de resistência à dor), etc.

- d) Finalmente o sacrifício de *acção de graças*: representa um estágio de espiritualidade muito avançado, de forma nenhuma interesseiro, e traduz-se especialmente em acções e comportamentos a favor dos outros, com sacrifício do bem estar próprio. Os exemplos são muito numerosos: os missionários que partem para terras desconhecidas e prescindem de todo o conforto para levar a mensagem de vida aos outros, pessoas como Raul Folerau que dedicou a sua vida aos leprosos, Madre Teresa de Calcutá, e tantos outros que se torna impossível enumerá-los, até porque a maioria pratica tais sacrifícios no silêncio das suas consciências, sem que caíam no domínio público.

²⁸ Corção, Gustavo, ob. cit. Referimo-nos ao capítulo *Onde um gato é gato*, em que o autor, cuja formação de base é a de um cientista, crítica o exagêro a que são levados certos colegas seus ao pretenderem aplicar um “critério científico” a todas as realidades. “*Na verdade – escreve ironicamente a p. 74 – quem precisasse de um critério rigorosamente científico para reconhecer cada coisa, acabaria precisando de um também para dar bom-dia a sua mãe, e é fácil imaginar a extremidade a que seria conduzido esse indivíduo.*”

²⁹ Vale a pena meditar também na definição de Hans Küng (*Le Christianisme et les religions du monde*), cit., p. 11: “Trata-se sempre, na religião, de um encontro vivido com o sagrado (R. Otto, F. Heiler, M. Eliade, G. Mensching) – quer se compreenda esta ‘realidade sagrada’ como poder, poderes (espíritos, demónios, anjos), Deus (pessoal), divino (impessoal) ou qualquer outra realidade última (nirvâna). Podemos também, para as necessidades deste diálogo, circunscrever assim a palavra ‘religião’: a religião é a relação realizada ao nível social-individual destinada a exprimir-se de forma viva numa tradição e numa comunidade (numa doutrina, numa ética e muitas vezes também nuns ritos), uma relação com qualquer coisa que ultrapassa ou engloba o homem e o seu mundo, com uma realidade verdadeira última, seja qual for a forma como é concebida (o absoluto, Deus, o nirvâna). Ao contrário da filosofia, trata-se na religião de uma mensagem de salvação e de uma via de salvação.

7. Um conceito operacional

Por tudo quanto ficou dito se verifica que não é fácil chegar a uma definição rigorosa e inatacável da ideia de “religião”. O que, de resto, não constitui nenhum drama. O que importa acima de tudo é que, ao utilizar o vocábulo, estejamos todos a referir-nos ao mesmo conceito, sem qualquer ambiguidade. Como diria Gustavo Corção²⁸, o que importa quando falamos de um *gato* não é que todos saibam defini-lo com exactidão (espécie, classe, ordem), mas sim que não confundam aquele pequeno felino de bigodes e cauda comprida, com um tigre, uma pantera ou um leopardo.

Assim, mais do que uma definição, afigura-se-nos que o útil é atingir um conceito operacional que funcione de facto, pelo que talvez possamos agora, com base no que dissémos, caracterizar a *Religião* como “**um sistema estruturado de crenças destinado a explicar o significado da vida e da morte do Homem, numa perspectiva que o transcende – a do Sagrado – mas para a qual é chamado a contribuir dinamicamente, numa caminhada (ou via), através de gestos, ritos, atitudes, preces e comportamentos, de que decorrem uma liturgia e uma ética próprias**”²⁹.

Síntese

Tendo em conta a diversidade de características das muitas tradições religiosas, procurou-se encontrar um denominador comum que permitisse formular um conceito abrangente de “**religião**”. Encontraram-se assim diversos *elementos comuns* às várias religiões, de que se destacam:

- A **busca de um sentido para a Vida e para a Morte** (não é por acaso que o Homem é o único animal que cuida dos seus mortos...);
- A noção de “**sagrado**” e suas consequências: as *peças sagradas*, ou seja, as que participam de modo mais profundo na esfera do sagrado, bem como os *lugares sagrados*, os *mitos* e os *ritos* que aparecem ligados à sacralização. Da memória e interrelacionamento, num sistema coerente, das diversas manifestações do sagrado na História (*hierofanias*), qualquer que seja a sua causa (tradição ou revelação), surgem então as religiões;
- E ainda a noção de **Via**, ou caminho, uma concepção dinâmica – não propriamente do sagrado, o qual pela sua natureza não evolui, nem no tempo nem no espaço – mas da vida da fé do homem religioso, que implica um diálogo permanente com o sagrado e suas manifestações.

Por último, referiu-se que a indispensável participação dos crentes desemboca sempre na organização de um **culto**, através do qual o homem mergulha no sagrado, comunicando com a(s) divindade(s), a quem oferece **sacrifícios** de várias ordens: de características *mágicas*, por vezes, mas também de *purificação*, de *expição*, ou ainda sacrifícios *propiciatórios* para obter um favor, ou simplesmente para *dar graças* a Deus (sem dúvida o tipo de sacrifício mais desinteressado, a que correspondem formas de entrega ao serviço dos outros, com sacrifício do próprio bem estar).

Chegou-se deste modo ao seguinte enunciado de um **conceito operacional** (por isso mesmo provisório, admitindo sempre ulteriores ajustamentos e mesmo correções): **“Religião é um sistema estruturado de crenças destinado a explicar o significado da vida e da morte do Homem, numa perspectiva que o transcende – a do Sagrado – mas para a qual é chamado a contribuir dinamicamente, numa caminhada (ou via), através de gestos, ritos, atitudes, preces e comportamentos, de que decorrem uma liturgia e uma ética próprias”**.

Revisão

1. Até ao século passado a definição de “religião” como uma ligação dupla – do Homem com Deus e de Deus com o Homem – parecia não oferecer grandes dificuldades. O que é que alterou esta situação e levou os investigadores a procurar um conceito mais alargado de religião?
2. “*O Homem é o único animal que cuida dos seus mortos*”: comente esta frase e dê alguns exemplos.

3. Indique os nomes e obras dos estudiosos que mais se distinguiram na investigação da natureza da religião.
4. Como definir o conceito de *Sagrado*?
5. Pode falar-se em pessoas e lugares “sagrados”? Justifique a sua resposta e dê alguns exemplos.
6. Em que consistem as chamadas *hierofanias* e que relação têm com a religião?
7. O que são *mitos*, do ponto de vista da Antropologia e da Ciência das Religiões? Que relação tem esta noção com o Sagrado?
9. Diga qual a importância dos *ritos* ou *rituais* e qual a sua função na vida das comunidades.
10. A noção de *Via* é também uma ideia comum às várias tradições religiosas. Dê alguns exemplos que lhe pareçam mais relevantes.
11. Qual o lugar dos *sacrifícios* nos actos de culto? Esses sacrifícios têm um carácter homogéneo, ou variam consoante a intenção com que são praticados? Dê exemplos.

Leituras complementares

A bibliografia sobre os temas tratados neste capítulo é vastíssima, pelo que se indicam apenas algumas obras de acesso relativamente fácil, aliás já referidas nas notas. Nestes livros poderá o estudante interessado encontrar a bibliografia especializada de que necessitar.

ADRIANI, Maurilio

1990 *História das Religiões*, edições 70, col. “Perspectivas do Homem”, n.º 38, Lisboa.

Independentemente do valor da obra em si, recomenda-se a leitura da “nota sobre a História da Ideia de Religião”.

ARON, Raymond

1994 *As etapas do pensamento sociológico*, D. Quixote, Lisboa.

BALADIER, Charles (coordenador)

2000 *O Grande Atlas das Religiões*, ed. Página Editora, Lisboa (integrado na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira).

Livro de grande formato, com 416 páginas profusamente ilustradas, está elaborado sob a forma de artigos de 140 autores. Utiliza o método

comparativista estudando separadamente, à maneira de Mircea Eliade, os ritos, crenças, modos de expressão, etc., das diversas tradições religiosas. A sua qualidade não é homogênea, dado o grande número e variedade dos autores.

BOFF, Leonardo

- 1999 *Saber cuidar (ética do humano – compaixão pela terra)*, Vozes, Petrópolis (Brasil).

BOWKER, John

- 1997 *Religiões do Mundo*, Livraria Civilização Editora, Lisboa.
Trata-se de um álbum de grande formato (200 páginas em formato 26 x 35), profusamente ilustrado (talvez com o único senão de uma acentuada predominância das representações artísticas – pintura, escultura, arquitectura – em relação às imagens de pessoas), que aborda praticamente as religiões mais conhecidas do nosso tempo. No 1.º capítulo o autor questiona-se sobre “O que é uma Religião?” e adianta algumas explicações, embora de forma um tanto inconclusiva, ficando-se mais pelos seus efeitos, sem propriamente analisar a sua essência. De qualquer modo, é uma obra importante como iniciação ao estudo das religiões. Os textos, em virtude do relevo dado à imagem, são condensados mas bastante equilibrados, procurando dar a informação suficiente sem descer a grandes profundidades, o que a estrutura do livro não permitiria.

CARMO, António

- 1965 *O Povo Mambai (contribuição para o estudo do grupo linguístico Mambai – Timor)*, ISCSPU, Lisboa, (separata da revista *Estudos Políticos e Sociais*, vol. III, n.º 4, 1965).

Para esta matéria poderá ter algum interesse o último capítulo – “Crenças e Práticas Religiosas”.

DURKHEIM, Émile

- 1992 *Las Formas Elementales de la Vida Religiosa*, Akal Ediciones, Madrid.
Embora em grande parte ultrapassado, o seu estudo não perdeu o interesse. Recomenda-se a leitura do estudo preliminar sobre Durkheim e o seu pensamento religioso, da autoria de Ramon Ramos.

ELIADE, Mircea

- s/d *O Sagrado e o Profano (a essência das religiões)*, Livros do Brasil, Lisboa, col. “Vida e Cultura”, n.º 62.

Trata-se, como referimos no texto, de um livro indispensável para quem se dedique ao estudo destas matérias.

EVANS-PRITCHARD, Edward

1990 *História do Pensamento Antropológico*, ed. 70, Lisboa, col. “Perspectivas do Homem”, n.º 33.

GUITTON, Jean; BOGDANOV, Grichka; BOGDANOV, Igor

1992 *Deus e a Ciência (para um meta-realismo)*, editorial Notícias, Lisboa.

LEHMANN, Arthur C.; MYERS, James E. (compiladores dos artigos)

1989 *Magic, Witchcraft, and Religion (an Anthropological Study of the Supernatural)*, Mayfield Publishing Company, Mountain View, California (E.U.A.), 2.ª ed.

Trata-se de uma compilação de 50 artigos de antropólogos “clássicos” e actuais, distribuídos por 10 secções (O estudo antropológico da Religião; Mito, Ritual, Simbolismo e Tabu; Xamãs, Padres, e Profetas; O uso religioso de drogas; etc.).

LÉVI-STRAUSS, Claude

1986 *O Totemismo, hoje*, ed. 70, Lisboa, col. “Perspectivas do Homem”, n.º 33.

MESTERS, Carlos

1987 *Paraíso Terrestre: saudade ou esperança?*, Vozes, Petrópolis (Brasil), (11.ª ed.).

OTTO, Rudolf

1992 *O Sagrado*, ed. 70, Lisboa, col. “Perspectivas do Homem”, n.º 41.

ROCHEDIEU, Edmond

1983 *Antigos Cultos (ritos, mitos e símbolos, da Antiguidade à Idade Média)*, Verbo, Lisboa, col. “As Grandes Religiões do Mundo”.

No que diz respeito aos mitos, aconselha-se ainda a consulta de alguns livros publicados na colecção “Perspectivas do Homem”, nomeadamente: O Mito do Eterno Retorno, Aspectos do Mito e Mitos, Sonhos e Mistérios (todos de Mircea Eliade); Mito e Significado (Claude Lévi-Strauss); O Mito e o Homem (Roger Caillois); e Mito e Mitologia (Walter Burkert).

TEMPELS, Placide

1949 *La Philosophie Bantoue*, Presence Africaine, Paris.

VÁRIOS

2000 *Annuaire*, tome 107, 1998-1999, École Pratique Des Hautes Études, section des Sciences Religieuses, Paris.

No anuário figuram os resumos das conferências e trabalhos do ano sobre ciências religiosas.

VÁRIOS

1992 *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*, Vozes, Petrópolis (Brasil).

No texto apenas se referiu a “entrada” sobre o Mito mas a sua consulta, de qualidade garantida pelo nome dos autores, é proveitosa em muitos outros domínios.

VÁRIOS

Dictionnaire des Religions, Presses Universitaires de France, Paris.

A direcção da obra foi da responsabilidade de Paul Poupard.

VÁRIOS

1992 *Vocabulário de Teologia Bíblica*, Vozes, Petrópolis (Brasil).

Tal como nos anteriores, no texto apenas se referiram algumas “entradas”, mas a sua consulta é proveitosa em muitos outros domínios, pelos mesmos motivos.

Página intencionalmente em branco

2. As grandes religiões do nosso tempo

Página intencionalmente em branco

SUMÁRIO

Objectivos da Unidade

1. **Crítérios de classificação e sua validade**
2. **Onde se situam? (Distribuição geográfica)**
3. **Quantos são? (Dados estatísticos)**
4. **As origens de um mapa**

Síntese

Revisão

Leituras complementares

Objectivos da unidade

No final deste capítulo o aluno deve estar apto a:

- Indicar algumas “classificações” propostas para agrupar as várias religiões, bem como conhecer o seu valor relativo;
- Conhecer a distribuição geográfica das principais religiões e seitas;
- Formar uma ideia das diferenças, quanto ao número de crentes, em termos absolutos e percentuais, entre as diversas confissões religiosas, bem como das suas tendências de evolução.
- Compreender as razões histórico-culturais que estão na base da implantação das várias religiões em todo o mundo.

Neste breve capítulo vamos ver como se distribuem as grandes religiões pelos vários continentes e quantos são os respectivos crentes. Façamos entretanto, desde já, duas observações importantes:

- As manchas da distribuição geográfica correspondem às zonas onde determinada religião possui um número significativo de fiéis. Assim, embora haja muçulmanos no norte da Europa ou judeus na África Central, a respectiva percentagem em relação ao total da população é irrelevante, pelo que não figuram no mapa.
- Do mesmo modo, as estatísticas relativas ao número de fiéis de cada religião representam apenas ordens de grandeza, pois não é possível obter números exactos:
 - porque nascem e morrem pessoas todos os dias;
 - porque as declarações de pertença a um credo não têm por vezes mais do que um mero significado estatístico (quantas pessoas baptizadas ou iniciadas em diversas religiões abandonaram a sua prática?);
 - porque há milhões de pessoas que praticam simultaneamente duas religiões (é o caso dos japoneses, cuja maioria da população se declara xintoísta mas também budista);
 - mas sobretudo porque os sistemas de colheita e análise de dados são, na maioria das vezes, pouco ou nada fiáveis (mesmo na Igreja Católica – que é, sem qualquer dúvida, quem possui registos mais credíveis, publicados anualmente pelo Vaticano no seu *Anuário Estatístico da Igreja Católica* – há importantes lacunas, como é o caso, por exemplo dos países comunistas asiáticos que não fornecem dados fidedignos).

Houve, pois, que cruzar dados de fontes diversas tais como a National Geographic Society, o referido Anuário, Agência FIDES, AIMIS, Asiaweek, Mundo Negro, Mission de l’Eglise, Bulletin International de Recherche Missionaire, etc. Embora com estas reservas, consideramos que as ordens de grandeza e proporções indicadas são suficientes para formar um quadro bastante preciso da extensão – em números e em área – das várias tradições religiosas.

1. Critérios de classificação e sua validade

Os especialistas em religiões (teólogos, historiadores, sociólogos, etc.) têm-se esforçado por estabelecer critérios, mediante os quais possam “arrumar” as diversas religiões por afinidades.

O mais conhecido é aquele que distingue as religiões **monoteístas** das **politeístas**, conforme reconheçam um só ou uma pluralidade de deuses. É certamente o mais conhecido, embora não seja muito rigoroso, pois deixa de fora as religiões “sem Deus”, como o Budismo. E também isto não é completamente exacto pois, na prática, a devoção tributada pelos fiéis aos santos do Budismo – os *Bodhisattvas* – assume muitas vezes aspectos de verdadeiro politeísmo. Pode dizer-se o mesmo acerca do vasto panteão do Vixnuísmo ou do Xivaísmo.

Mas a própria visão que as três grandes religiões monoteístas têm de Deus está longe de ser idêntica: Yaweh é o Deus da *Justiça*, Alá o Deus da *Misericórdia*, que exige acima de tudo a submissão (islão) e o Deus dos cristãos é constituído por uma Trindade – três Pessoas perfeitamente distintas (o Pai, o Filho e o Espírito Santo) mas com uma só natureza, formando uma comunidade perfeita de *Amor*¹. É por isso que a afirmação de que o Mar Mediterrâneo é um lago monoteísta, porque está cercado por povos destas 3 religiões, tem um significado ambíguo, pois está longe de traduzir uma unidade; pelo contrário, o desentendimento entre os seus fiéis tem sido uma trágica constante histórica até aos nossos dias.

Outra classificação foi proposta pelo conhecido teólogo suíço Hans Küng², agrupando-as em três grandes “constelações”: as **proféticas**, de origem semítica (Judaísmo, Cristianismo, Islamismo), as que se desenvolveram no subcontinente indiano, ou **místicas** (Jainismo, Budismo, Hinduísmo) e as que tiveram origem para além da barreira dos Himalaias, na China e no Japão, chamadas **sapienciais** (Confucionismo, Taoísmo). É claro que todas elas têm algo de profético, de místico e de sapiencial. A distinção corresponde simplesmente ao acento tónico, ao ênfase posto numa destas categorias. Mas, como se vê, também não é um critério perfeito.

Poderíamos ainda classificar as religiões em **universais** e **locais** ou regionais, de acordo com a sua implantação geográfica e a sua própria natureza, mais ou menos proselitista, arrumando as religiões de raiz bíblica e o budismo entre as primeiras e, por exemplo, o xintoísmo entre as últimas. Mas, mesmo esta, embora ajude a descortinar algumas diferenças, está longe de ser uma distinção consensual.

Poder-se-iam acrescentar outras classificações propostas, mas todas elas pecam por ser algo redutoras. Por outro lado, não parece muito importante – nem possível – que se consiga um critério inatacável, a não ser para mentalidades acentuadamente “arquivistas”. Do nosso ponto de vista parece mais útil ter ideias claras acerca das suas reais convergências e divergências, a fim de tornar possível um diálogo assente na tolerância e no respeito mútuo (sem obviamente advogarmos qualquer tipo de sincretismo ou de concessões fáceis no âmago da fé da cada um).

¹ A propósito das diferenças fundamentais entre as religiões e as tentativas vãs de alcançar um sincretismo, escrevia o Pe. François Varillon S. J. em *Um cristão face às grandes religiões* (edit. A. O., Braga, 1996, pp. 36-37): “*Como é que se pode unir e fundir numa única religião, o hinduísmo, que nega um Deus criador, o judaísmo, que nega um Deus encarnado, o Islão, que nega um Deus Trindade, e o cristianismo, que não seria literalmente nada sem a fé num Deus Trindade, criador e encarnado?*” E acrescenta mais adiante, para evitar mal-entendidos: “*Porém, recusar o sincretismo não impede, evidentemente, que se reconheçam os valores reais veiculados pelas religiões.*”

² Hans Küng e Júlia Ching, *Christianisme et religion chinoise*, Paris, ed. du Seuil, 1991, pp. 9 e sgs.

2. Onde se situam? (distribuição geográfica)

Começando pelo **Cristianismo** – a religião mais numerosa e mais espalhada pelo mundo, obedecendo ao imperativo de Jesus Cristo de “*ir por todo o mundo, proclamar o Evangelho a toda a criatura*” (Mc 16, 15) – podemos dizer que se encontra radicado em todos os países de todos os Continentes, sendo até maioritário nas Américas e na Europa. Como adiante veremos, por cada 3 habitantes da Terra, um é cristão.

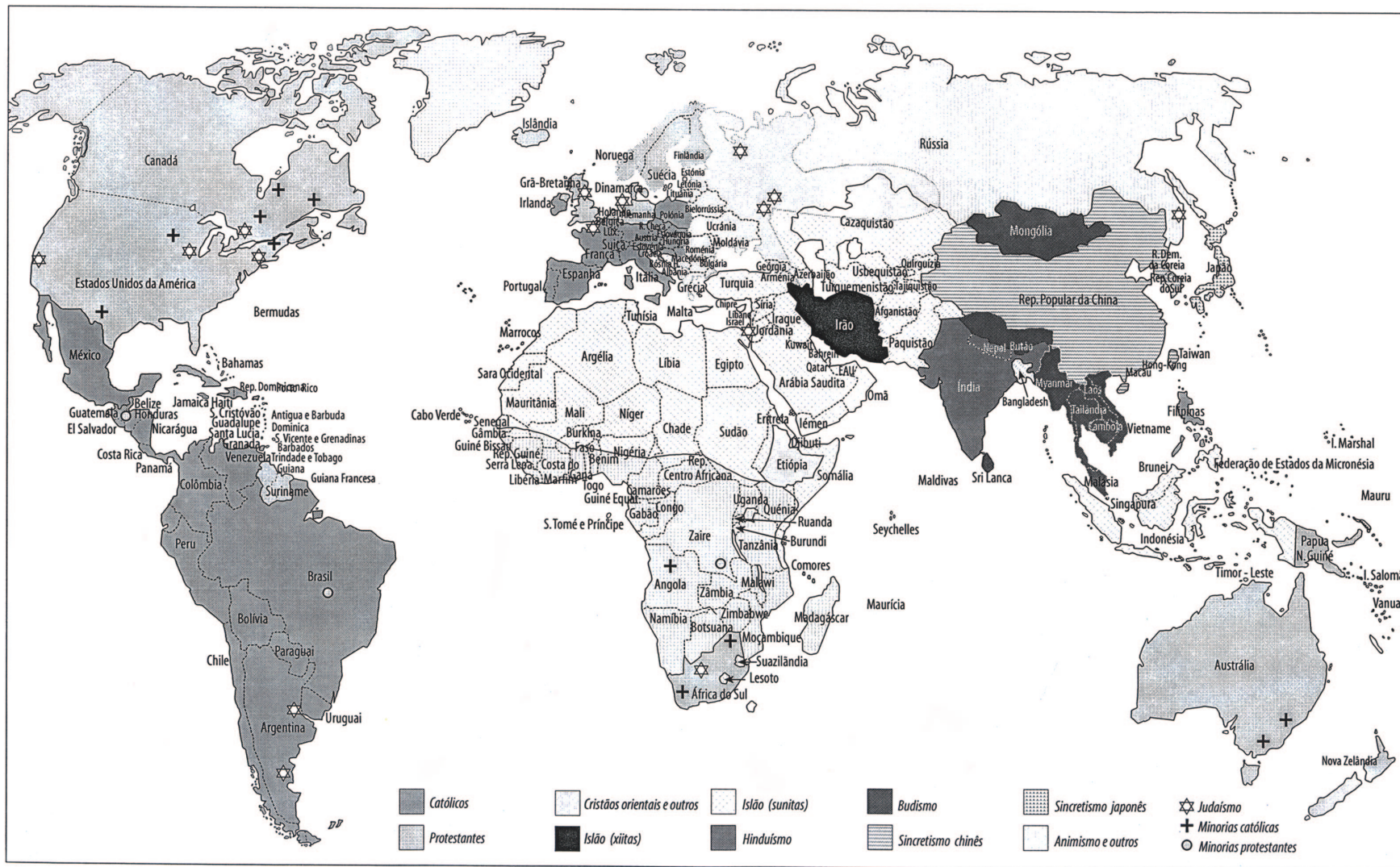
- A **Igreja Católica** tem hoje mais de 50% dos seus fiéis na América Latina. É de sublinhar o fenómeno, que teve lugar no século XX, da transferência da maioria dos crentes (antigamente concentrados na Europa) para os países do terceiro mundo; são aí cerca de 70%, enquanto que na América do Norte e na Europa não ultrapassam os 30%. Nas Filipinas, país inicialmente colonizado por Espanha, a maioria da população é católica, constituindo, com Timor Leste, uma excepção à sua situação extremamente minoritária no sudeste asiático.

Estas proporções, todavia, nem sempre espelham a real influência da Igreja que é muito grande, constituindo a mais importante instituição do globo em diversas áreas de actividade, nomeadamente nos domínios caritativo, da acção social, da saúde e da educação. São cerca de 100 mil as instituições de Assistência e Beneficência da Igreja Católica, entre hospitais (perto de 6.000), dispensários (uns 14000), leprosas (650), orfanatos (7000), casas para idosos, doentes crónicos, inválidos e deficientes (11.000), etc. No domínio da Educação, os números não são menos impressionantes: 44 milhões de alunos em quase 200 mil estabelecimentos de todos os graus de ensino.

Mesmo em regiões onde é francamente minoritária, como é o caso já referido do sudeste asiático, os seus escassos 2,8% gerem 4 mil instituições de assistência e 10 mil escolas (4 milhões de alunos) e possuem importantes meios de comunicação social (rádio, TV, jornais, revistas, etc).

- **Igreja Protestante:** Por razões históricas conhecidas, o movimento da Reforma, iniciado por Lutero, dividiu-se em várias confissões e começou por conquistar numerosos adeptos no norte da Europa e Reino Unido (Igreja Anglicana). Com a partida para a América do Norte (é bem conhecida a odisséia do *Mayflower*) e mais tarde com o envio de missões para o resto do mundo, pode dizer-se que as diversas igrejas (luteranas, baptistas, evangelistas, etc.) se encontram hoje por toda a parte. As zonas de mais forte implantação dos cristãos protestantes são os Estados Unidos da América, o Canadá, países do norte da Europa, África do Sul e Austrália. Na Coreia do Sul o Protestantismo registou um crescimento espectacular: dos seus 45 milhões

As Religiões no Mundo



de habitantes, um terço é hoje constituído por cristãos (12 milhões de protestantes e 3 milhões de católicos).

- **Igreja Ortodoxa:** É sobretudo nos países da antiga União Soviética que se encontram radicados, embora haja outras comunidades na Europa Oriental (especialmente na Grécia e zona dos Balcãs) e América do Norte. Na China, onde possuíram várias dioceses, restam apenas pequenos grupos sem expressão, tendo muitos ortodoxos emigrado para as Filipinas.
- **Islão:** Os fiéis da grande maioria **Sunita** estão espalhados pela península Arábica, boa parte da África (em especial ao norte e centro, a chamada “África Negra”), Indonésia – o país com maior número de muçulmanos em todo o mundo – Malásia e União Indiana, bem como a norte, este e oeste deste país (Paquistão, Bangladesh, Afeganistão, Tajiquistão, Uzbequistão, Casaquistão, etc.). Também a China conta com um número considerável de muçulmanos (talvez uns 50 milhões), agrupados em dez minorias nacionais distribuídas por várias províncias, no chamado “corredor islâmico”.

A guerra e o comércio possibilitaram esta enorme e rápida expansão, tanto da cultura árabe como do Alcorão, cuja leitura é feita obrigatoriamente nesta língua, o que contribui para reforçar os laços com a terra de origem.

A minoria **Xiita** (apenas 15% dos muçulmanos) circunscreve-se praticamente ao Irão, embora haja comunidades consideráveis em países de maioria sunita.

- **Hinduísmo e outras religiões da Índia:** Como adiante veremos, a designação “hinduísmo” é errada, mas vamos mantê-la agora por comodidade. Embora haja alguns focos muito pequenos no Ocidente (normalmente gravitando em torno de um guru), a imensa maioria dos fiéis de *Brama*, *Vixnu* e *Xiva*, vive na Índia e no resto do subcontinente indiano (Nepal – onde é religião oficial – Paquistão e Bangladesh), mas também na Malásia e Indonésia, para onde emigraram há séculos como comerciantes.
- **Budismo:** Os budistas do Pequeno Veículo (*Hinayâna*) conservam-se na orla sul da Ásia: Sri Lanka, Tailândia – onde é religião oficial – Birmânia, Vietname, Cambodja e Laos.

Os seguidores do Grande Veículo (*Mahayâna*) urdiram uma vasta rede de mosteiros na China, Japão e Coreia, ora conservando a sua pureza doutrinária (embora sinizada, na RPC, ou transformada em meditação Zen, no Japão), ora misturando-se com outras religiões

locais. Há ainda importantes manchas de fiéis do Grande Veículo entre as comunidades da diáspora chinesa no Sudeste Asiático (Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura), atingindo aí uns 30 milhões.

Quanto ao 3.º Veículo – o Veículo Tântrico ou Lamaísta (*Vajrayâna*): embora o Dalai Lama, seu chefe religioso e político, e muitos milhares de seguidores se tenham exilado na Índia, a maioria destes budistas continua radicada nas montanhas e planaltos da China, constituindo a religião principal dos tibetanos e mongóis. O Budismo é também religião oficial no pequeno estado montanhoso do Butão, a nordeste da Índia.

- **Religiões da China:** Referimo-nos aqui ao *Taoísmo* e *Confucionismo*, mas também à chamada *Religião Popular Chinesa* (que inclui elementos das 2 anteriores, do Budismo e das religiões arcaicas da China). Pode dizer-se que, exceptuados alguns grupos de emigrantes espalhados pelo mundo, sem grande expressão numérica, estas religiões se confinam à República Popular da China e aos grupos de chineses conhecidos como “ultramarinos” (os *hua chiao*) espalhados por todo o Sudeste Asiático (as mesmas comunidades da diáspora chinesa onde se incluem os budistas).
- **Xintoísmo:** É a religião nacional japonesa, circunscrevendo-se ao país e emigrantes no estrangeiro.
- **Judaísmo:** Por razões que se prendem com a História do século XX, o país com maior número de judeus não é Israel, mas sim os Estados Unidos da América. Há ainda importantes comunidades judaicas na antiga União Soviética, Canadá, Europa e em torno do Mediterrâneo, além de pequenos grupos um pouco por todo o mundo, correspondentes à diáspora permanente deste povo errante, quase sempre perseguido (com a notável excepção da China, onde hoje vivem, todos em Hong Kong, apenas uns 4 milhares – talvez a maior comunidade do Extremo Oriente e certamente a mais bem organizada).
- **Religiões dos povos “primitivos”:** Embora a designação não seja a mais correcta, porque exprime apenas o atraso tecnológico destes povos e o facto de normalmente não possuírem escrita (razão porque também são chamadas religiões “arcaicas”, pois a escrita é o que assinala o começo da História propriamente dita), sempre é uma designação melhor do que “religiões primitivas”, o que induziria no erro de aceitar o “evolucionismo religioso”, algo que, como já foi observado, não corresponde à verdade. São, de facto, “arcaicas”, não porque tenham desaparecido, mas porque a sua origem se perde na noite dos tempos. É o caso do *culto dos mortos*, comum a todas as religiões, mas que ocupa o lugar central em determinadas sociedades da África (Bantos, Sudaneses, Somalis, etc.), Austrália, etc., do *animismo*, do *xamanismo* (que pode encontrar-

-se também na América do Sul – Amazonas, entre outros – na Austrália, entre os esquimós do Ártico, do Alasca e do Canadá, nas regiões siberianas russa e chinesa, entre as minorias da China, no norte do Japão, etc.).

- **Seitas e novas religiões:** Estas seitas, a que nos referiremos com mais algum detalhe num dos últimos capítulos, encontram seguidores em quase todo o mundo, atingindo cifras elevadíssimas, bastante acima dos cem milhões. Grande parte destes movimentos religiosos são de inspiração bíblica, mas são também numerosos os que derivam das religiões orientais e do Islamismo.

Dos primeiros, quase todas inspirados na livre interpretação da Bíblia feita pelos seus fundadores, muitos – como as *Testemunhas de Jeová*, a *Igreja dos Adventistas do 7.º Dia*, os *Mormons (Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias)*, os *Meninos de Deus (Jesus Revolution)* ou a gnóstica *New Age* – tiveram a sua origem nos Estados Unidos da América e espalharam-se praticamente por todos os países de cultura judaico-cristã.

Outros nasceram em diferentes pontos do Globo mas também se difundiram rapidamente. É o caso da IURD (*Igreja Universal do Reino de Deus*), originária do Brasil, da *Igreja da Unificação*, de Sun Moon (Coreia do Sul), ou da fé *Baha'ie*, fundada por um persa e sediada em Haifa (Israel), entre muitas outras.

As seitas a que acabamos de aludir são porventura as mais conhecidas, mas na realidade existem hoje muitos milhares em todo o planeta, numa impressionante variedade, que vai desde os praticantes do *Candomblé* e similares (Brasil e América central) aos *Adoradores do Sol*, às 16 mil seitas japonesas, muitas das quais nem têm carácter religioso. São quase todas inofensivas, em aberto contraste com outras, como a da *Verdade Suprema*, responsável pelo acto terrorista com gás “sarin” no metropolitano de Tóquio, ou com as seitas *satânicas* e *neo-nazis*, com cultos inspirados na magia negra.

3. Quantos são? (dados estatísticos)

Feito este “voo de reconhecimento” pelas áreas onde se encontram instaladas as principais religiões contemporâneas, há que completá-lo com os dados estatísticos disponíveis, chamando de novo a atenção para aquilo que a princípio dissemos sobre a falta de fiabilidade de muitas destas estatísticas.

Grosso modo, para uma população mundial no ano 2000 de **6 biliões de habitantes** (entenda-se: seis mil milhões), os crentes das várias religiões distribuem-se como se segue:

A) Cristãos	
– <i>Católicos</i>	1.128 milhões
– <i>Protestantes</i>	402 milhões
– <i>Ortodoxos</i>	192 milhões
– <i>Anglicanos</i>	84 milhões
– <i>Outros</i>	174 milhões
Total	1.980 milhões
B) Muçulmanos	
– <i>Sunitas</i>	870 milhões
– <i>Xiitas</i>	174 milhões
Total	1.044 milhões
C) Hindus	786 milhões
D) Budistas	366 milhões
E) Religiões Chinesas	
– <i>Taoísmo, Confucionismo, Rel. Popul. Chin.</i>	204 milhões
F) Outras religiões	
– <i>Judaísmo (19m.), Xintoísmo (100m.), Sikhismo, etc...</i>	198 milhões
G) Seitas e novas religiões	132 milhões
H) Ateus	270 milhões
I) Sem religião	1.026 milhões

Torna-se necessário fazer algumas observações para que se entendam melhor estes números:

- A classificação “sem religião”, comum nestas estatísticas, está longe de ser exacta. Na realidade, aqui se incluem sobretudo muitos milhões de praticantes das denominadas “religiões arcaicas”, que atrás mencionamos. Como estes povos não possuem registos estatísticos, aparecem classificados arbitrariamente como “sem religião”, o que é uma enormidade! Fazem parte do grupo também aqueles que não declaram a sua religião, voluntária ou involuntariamente, embora obviamente a possuam, o que sucede frequentemente por incompetência de quem elabora os inquéritos estatísticos³.

³ Um bom exemplo deste erro foi o que se passou com o censo de Macau, efectuado em 1991, em que 60% da população *não tinha religião* (!). Na realidade, quem elaborou os inquéritos estatísticos considerou apenas como religiões a *budista, católica, protestante e outra*. Todos os demais, incluindo os confucionistas e os crentes da *religião tradicional chinesa* – de longe, a mais numerosa no Território – ficaram neste grupo dos “sem religião”...

-
- Não foram considerados alguns grupos com fraca expressão numérica, como é o caso dos Kharigitas (um grupo muçulmano que reconhece os 2 primeiros califas e sustenta que todo o bom muçulmano pode ser escolhido para chefiar o Islão), os quais são apenas 0,25 % do mundo islâmico.
 - Embora os cristãos constituam o grupo mais vasto de crentes (33% da Humanidade) e o seu número aumente constantemente, a verdade é que, em termos percentuais a tendência é para baixar, visto que nascem todos os dias mais asiáticos não-cristãos do que se baptizam novos fiéis.

Por exemplo, entre 1978 e 1989, enquanto os católicos aumentaram 20,9%, a população mundial cresceu 22,4%.

- Por outro lado, nas projecções efectuadas pelos demógrafos das Nações Unidas, se o ritmo de crescimento da população indiana se mantiver (350 milhões em 1947, ano da independência do país, e perto de um bilião em 2000), estima-se que em 2050 se tenha tornado o país mais populoso do mundo, ultrapassando largamente a China. Em termos religiosos significará isto que o Hinduísmo passará a ser a religião mais numerosa?
- Também o crescimento relativo do Islamismo, sobretudo em África, vem sendo superior ao do Catolicismo. Será que dentro de breves anos o ultrapassará? São perguntas a que ninguém sabe responder exactamente, uma vez que estes dados podem ser inflectidos pelas políticas dos governos, entre outras variáveis.

Nos gráficos das páginas seguintes podem apreciar-se mais facilmente o peso relativo, em valores absolutos e percentuais, das várias religiões.

4. **As origens de um mapa**

Vimos quantos são aproximadamente e onde vivem os crentes de cada religião, nos cinco continentes deste pequeno planeta azul. Mas como é que isto aconteceu? E que significado tem? Em que medida as várias culturas e as vicissitudes da História são responsáveis por este enorme e confuso quebra-cabeças?

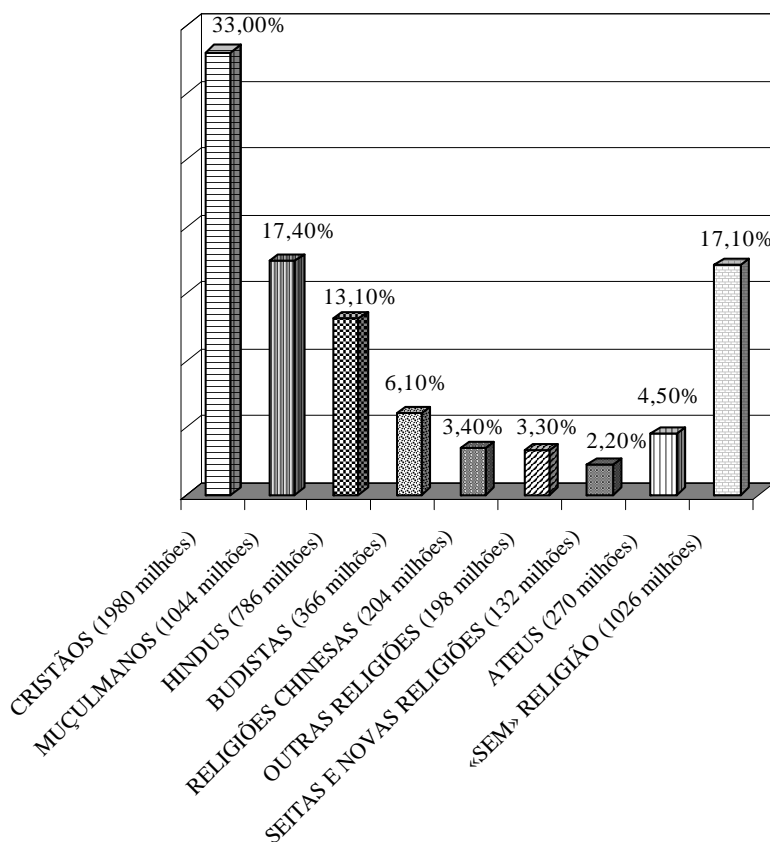
Como é natural, sempre que houve alterações no xadrez político e cultural de cada região, os povos dominadores levaram consigo a sua religião, impondo-a aos vencidos, embora em muitas situações se tenha verificado o contrário, o que se deu quase sempre quando a cultura dominada era mais

evoluída do que a dos conquistadores (gregos e romanos, mongóis e árabes, etc.). Outras formas de expansão de uma religião resultaram das várias diásporas a que certos povos se viram condenados (judeus, cristãos, hindus), transportando as suas crenças para outras terras, ou de outras deslocções maciças de grandes grupos migrantes, voluntariamente ou forçados (caso dramático da escravatura) ou ainda das estratégias dos missionários que deliberadamente partiram para todos os cantos do mundo, especialmente após os Descobrimientos.

Gráfico I

AS GRANDES RELIGIÕES NO ANO 2000

População Mundial: 6 Bilhões



Nas terras de acolhimento, assistiu-se com frequência ao nascimento de sincretismos religiosos resultantes do cruzamento com as populações locais, ou, pelo menos, de processos de integração cultural, como foi o caso das religiões inculturadas ou sinizadas (o budismo na China e no Japão é um bom exemplo).

Olhando para o mapa é fácil verificar que os três ramos principais do Cristianismo coincidem em grande parte com três culturas diferentes: os

Gráfico II

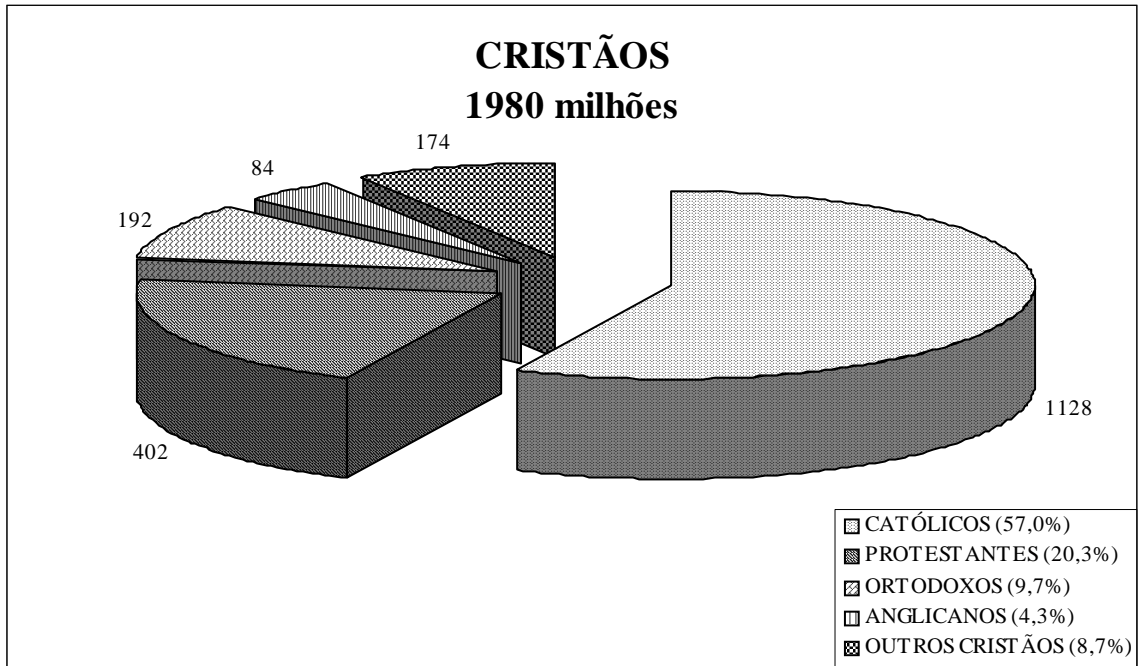
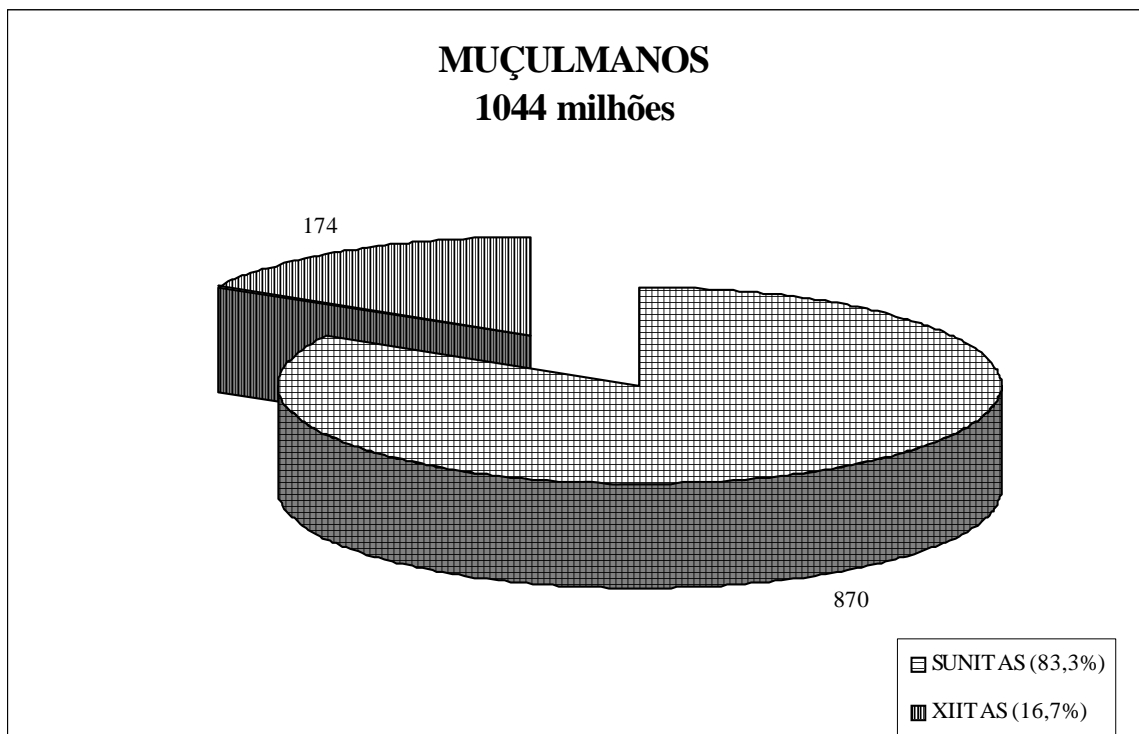


Gráfico III



católicos com as regiões latinas da Europa e da América Latina, os protestantes com os anglo-saxónicos e suas colónias, e os ortodoxos com os gregos do império bizantino e com os eslavos, por eles evangelizados. O entendimento destes factos ajuda a perceber as raízes de tantas lutas encarniçadas entre si, em que a religião frequentemente não passou de pretexto.

Além das condenações à fogueira, tão ferozes por parte da Inquisição como dos protestantes calvinistas e luteranos, houve verdadeiros massacres de outras populações “em nome do amor de Cristo”(!): assim, os latinos lançaram-se em cruzadas contra os árabes muçulmanos, perseguiram os judeus (a religião neste caso forneceu um excelente pretexto aos monarcas para se apropriarem dos seus bens), arrastaram entre 12 a 14 milhões de negros africanos como escravos para as Américas⁴ e foram responsáveis pelo desaparecimento de 90% dos índios sul-americanos (vítimas da guerra, mas sobretudo das epidemias para que não tinham defesas).

⁴ Manda a justiça que se diga que o sistema de escravidão (sujeição dos vencidos aos vencedores com total perda de direitos) já vem da pré-história, em todos os continentes e culturas – mesmo nos requintados gregos e romanos – e que a escravatura (deslocação maciça de populações escravizadas para venda como simples mercadorias) já era praticada em África quando os europeus lá chegaram, nomeadamente pelos árabes (os quais ainda hoje a mantêm clandestinamente, como se sabe, no Sudão e outros países africanos, apesar das severas condenações das Nações Unidas). E não é menos verdade que os negreiros se abasteciam no litoral de escravos apanhados por outros potentados africanos. Mas nada disso isenta de culpas os povos ibéricos e anglo-saxões, que elevaram este comércio desumano a uma escala nunca antes vista, sangrando a África dos seus filhos durante mais de 3 séculos.

Os anglo-saxões, por seu turno, praticaram implacáveis genocídios entre os índios da América do Norte (hoje confinados a escassas reservas e ao lugar dos vilões dos Westerns), exterminaram praticamente os aborígenes da Austrália, caçados como cangurus e outros animais (restam pouco mais de 5 mil), instauraram a política racista de desenvolvimento separado (o famigerado “apartheid”) na África do Sul, invadiram o Império do Meio para exportar o ópio que produziam na Índia (após a guerra do ópio, entre 1842 e 1860, os opiómanos chineses, que eram apenas 2 milhões no início da guerra, passaram a 120 milhões, apenas 40 anos depois!) e governaram dezenas de milhões de indianos e indonésios sem jamais se misturar com eles. E todos estes povos se reclamavam de “cristãos” (Hitler teve o incrível desplante de se afirmar crente!), e discípulos do doce rabi da Galileia.

Após o Concílio Vaticano II verificaram-se importantes aproximações, com o levantamento de excomunhões de todos os lados, para apagar ódios e dissensões seculares. O papa João Paulo II tem-se distinguido nesta cruzada de boa vontade, apresentando sucessivos pedidos de perdão (aos cristãos das outras confissões, mas também aos índios, aos judeus, etc.), sendo muito nítida a entrada numa nova era de tolerância e amor fraterno no início do novo milénio, celebrado pelo Jubileu do ano 2000.

Diga-se desde já que – pesem embora frequentes concessões ao sistema instituído de opressão – se alguém defendeu, muitíssimas vezes à custa da própria vida, os negros africanos e os índios da América da selvajaria dos soldados invasores, dos negreiros e dos senhores dos engenhos, esses defensores foram os missionários cristãos (e não deve esquecer-se que não nos referimos apenas ao passado. No século XX, por exemplo, a Igreja registou mais mártires do que em todos os 19 séculos que o precederam). Além disso, não é honesto julgar o passado com os critérios de hoje. Mas o

que aqui pretendemos não é encontrar culpados, menos ainda julgá-los, mas apenas tentar compreender como as coisas se passaram e porque é que se chegou ao actual mapa das religiões no mundo.

Acrescente-se a tudo isto o facto de a Europa ter perdido todas as suas colónias, no curtíssimo período de 20 anos, logo após a última guerra mundial (1939-1945), o que teve consequências imprevisíveis na época. A alteração da carta política em todas as latitudes não traduz apenas o encerramento da era colonial, mas também o nascimento do chamado “terceiro mundo” e o início de um novo fenómeno – a globalização – identificado com o assalto das grandes multinacionais e facilitado pelo estertor e morte do comunismo na União Soviética. Como é evidente, toda a carta sócio-política e cultural resultante destes acontecimentos arrastou consigo alterações no panorama religioso: a emergência dos ortodoxos na Rússia, após décadas de submissão, a recuperação do domínio espiritual dos budistas no Laos, Camboja e Vietname, etc. Quanto à Igreja católica, as novas independências tendem a diminuir o centralismo do Vaticano e apontam para um regresso às origens, fortalecendo as igrejas locais, sem prejuízo da indispensável unidade.

Mas importa não nos determos apenas no ocidente de matriz cristã, pois nenhuma outra tradição religiosa parece estar em condições de lhe atirar pedras. Os mais numerosos depois deles, professando a crença em Alá, o Misericordioso, fizeram verdadeiras razias, com o Alcorão numa mão e a cimitarra na outra. A expansão árabe foi detida em Poitiers, após a conquista de todo o norte de África, mas os “sarracenos” permaneceram mais de 4 séculos na metade sul da península ibérica. Depois disso, têm procurado islamizar outros países africanos do interior e do litoral.

Ainda hoje, como foi referido, certos grupos islâmicos praticam a escravatura. No Sudão, o governo quer impôr a lei islâmica e o seu exército é responsável por milhares de mortes e violações, tornando impossível a presença de testemunhas qualificadas (Médicos Sem Fronteiras, Cruz Vermelha, Amnistia Internacional).

Alguns Estados muçulmanos, como a Arábia Saudita e o Afeganistão, tornaram-se fundamentalistas. Nestes e noutros, onde actuam extremistas como a seita dos Irmãos Muçulmanos ou os Taliban, as mulheres são degoladas, enterradas vivas ou apedrejadas até à morte só por não usarem véu. Outros ainda (Irão, Líbia) servem de santuários de treino e refúgio para organizações terroristas. Estavam ainda na memória de todos os acontecimentos do “Setembro negro”, ocorridos nos Jogos Olímpicos de Munique, e já as cadeias de televisão nos davam conta, em Agosto de 2000, de uma conspiração terrorista com o objectivo de sabotar um reactor nuclear durante os Jogos Olímpicos de Sidney, o que felizmente não veio a acontecer.

O Iraque, por sua vez, depois de uma guerra fratricida de 7 anos com o Irão xiita, atacou o Kuwait, tentou exterminar os Curdos e prossegue os seus esforços para construir armas nucleares.

Em Mindanao e Lolo (ilhas a sul das Filipinas) raptam-se grupos de turistas para exigir resgates destinados à compra de armas. No médio-orientes, o grupo Hezbollah boicota todas as tentativas de acordo do governo israelita com os palestinianos, empreendendo constantes acções terroristas.

Por seu lado, para defender interesses pessoais (que nada têm a ver com os seus países, mas engordam contas numeradas na Suíça) certos responsáveis muçulmanos fazem alianças com comunistas e capitalistas e promovem uma nova expansão, desta vez galopando nas bolsas internacionais e brandindo petrodólares e tecnologia militar importada, em vez do Livro santo e da espada recurva. Por causa de actividades como estas, tem sido difícil conseguir acordos entre governos moderados e extremistas no seio da Liga Árabe. E em tudo isto, a religião serve de capa e pretexto. Será que o Profeta Maomé aprovaria um tal estado de coisas? Sinceramente, não o cremos.

Mas se passarmos à Índia e Paquistão, o panorama não é melhor. Ainda a independência não estava consumada e já muçulmanos e hindus, até aí vizinhos pacíficos, se degolavam mutuamente, lançavam fogo às casas uns dos outros e se espancavam brutalmente até à morte, só porque viviam do lado errado da divisão operada pelo lápis de um funcionário inglês que nada conhecia daquele país e suas populações. Em nome da religião morreram milhões. Outros tantos, transformados de repente em gente sem terra nem abrigo, tiveram de mudar de país, carregando os poucos haveres que puderam salvar, formando dramáticas filas com quilómetros de extensão. Ainda hoje os dois países se guerreiam em Caxemira e proclamam orgulhosamente ter entrado para o clube nuclear, à custa de enormes sacrifícios de um erário público incapaz de fazer face às bolsas de miséria que deformam a face da Índia (hindu e muçulmana) como chagas de uma lepra que não pára de aumentar. Gandhi, o grande e santo líder da não-violência, intuía tudo isto e tentou evitá-lo. Foi assassinado pelos divisionistas.

Ao sul deste imenso subcontinente, pendente como uma lágrima, está a bela ilha do Sri Lanka, onde as lutas religiosas continuam nos nossos dias. Os “tigres” Tamil (hindus) lutam ferozmente pela independência do norte do país e são reprimidos com a mesma ferocidade pelo governo budista, sustentado espiritualmente por alguns monges muito mais ligados à política do que à religião.

Poderíamos acrescentar a este rol de catástrofes provocadas pelo homem muitas outras situações, desde a história antiga dos 400 intelectuais confucionistas enterrados vivos, por ordem de Qin Shi Huangdi, o 1.º

Imperador (200 e poucos anos antes de Cristo), aos milhões de vítimas do regime maoísta, à pequena mas aguerrida facção dos judeus extremistas que parecem nada ter aprendido com o sofrimento dos seus parentes no terrível holocausto, clamando por vingança e não por misericórdia.

Isto, para não falar já dos grandes tiranos que, em nome da felicidade da futura humanidade liberta do *ópio do povo*, deportaram centenas de milhar de condenados para os Gulag da Sibéria⁵, amordaçaram a liberdade, destruíram os templos, tentaram extirpar de vez todas as religiões. Personalidades como Lenine, Staline, Mao Tse Tung⁶, os grandes timoneiros do ateísmo militante, não ficarão na História como libertadores, mas como responsáveis pela morte e infelicidade de centenas de milhões de seres humanos. A pior caricatura da ideologia comunista ficou a dever-se a Pol Pot e aos seus Khmers Vermelhos, que conseguiram a proeza de realizar um dos maiores e mais cruéis genocídios da História, entre 1975 e 1979, no Camboja (com o apoio, acrescente-se, da R.P.C.). Todos os lugares de culto (católicos, budistas, muçulmanos) foram arrasados. Ainda hoje o país luta para resolver o problema de meio milhão de desalojados (dos quais, 35 mil amputados, vítimas das minas). Em muitos destes países a “liberdade religiosa” continua a ser um triste eufemismo.

Finalmente, lembremos tantos agnósticos para quem não existia o problema da fé, desiludidos com a incoerência e intolerância das grandes religiões e que se tornaram nos mais fervorosos adeptos das seitas e novas religiões, numa busca quase frenética do sagrado, semelhante a uma verdadeira epidemia espiritual neste final do milénio. Parecem assim dar razão a Chesterton, ao escrever que “quando um homem deixa de acreditar em Deus, passa a acreditar em tudo”...

Para pôr fim a toda esta violência, em nome das divergências religiosas, os líderes das maiores religiões reuniram-se já por duas vezes em Assis, na Itália, a convite do Papa, e ultimamente em Lisboa, por iniciativa da Comunidade de Santo Egídio, para rezarem, meditarem e encontrarem caminhos para a Paz. Por isso, talvez o novo século seja um pouco menos demente e mais tolerante do que o anterior. Assim se espera e deseja, pelo menos.

Síntese

No presente capítulo, depois de verificarmos, através de alguns exemplos, que não existe um **critério universal** infalível para classificar as diversas religiões do mundo contemporâneo, traçamos, em grandes pinceladas, o quadro da sua **distribuição geográfica**, bem como da sua **expressão numérica**.

⁵ Também na República Popular da China o panorama, ainda hoje, não é mais brilhante do que o dos Gulag soviéticos: o número de campos de trabalho ultrapassa um milhar, albergando 16 a 20 milhões de condenados, muitos deles por razões políticas, outros por causa da religião que professam.

⁶ Acerca do carácter e dos feitos de Mao, antes e durante a Revolução Cultural, vale a pena ler o relato do Dr. Zhisui Li, que foi seu médico pessoal durante os últimos 22 anos da vida do “grande timoneiro”, intitulado *The Private Life of Chairman Mao (The inside story of the man who made modern China)*, ed. Chatto & Windus, Londres, 1994, bem como o romance autobiográfico de Jung Chang, *Cisnes Selvagens (três filhas da China)*, Quetzal Editores, Lisboa, 1995.

Em termos muito gerais, poderíamos sublinhar a grande importância do **Cristianismo**, espalhado literalmente por todo o mundo e adoptado por cerca de **um terço da Humanidade**. Dos 3 grandes ramos cristãos, o Catolicismo é o que reúne maior número de crentes (57%).

Por seu lado, 83% dos fiéis do **Islão** são Sunitas e só uma pequena parte é constituída por Xiitas – duas facções que têm encontrado grandes dificuldades em entender-se, desde a morte do Profeta.

O número de crentes das religiões da **Índia** manifesta uma acentuada tendência para aumentar em flecha, não por razões inerentes às próprias religiões, mas tão só devido ao crescimento da sua população que **ultrapassará a da China em poucos decénios**.

O **Budismo** iniciou uma fase de franca **recuperação** no sudeste asiático, como teremos ocasião de constatar no capítulo que lhe destinamos, sobretudo devido ao aliviar da tensão provocado pela queda dos regimes comunistas da península da Indochina.

Notamos também, utilizando o exemplo da **Igreja Católica** no sudeste asiático, que o número de crentes e sua implantação nem sempre correspondem à importância real de que uma religião disfruta nessa sociedade. O mesmo poderíamos dizer a respeito do **Judaísmo**, o qual representa um dos mais sólidos poderes financeiros nos Estados Unidos da América onde, como vimos, o número de judeus é superior à população do próprio Israel. Igualmente a importância da seita dos **Mormons**, com o seu domínio sobre o paraíso do jogo de Las Vegas, é também muito superior, em termos económicos, ao que faria supôr o seu reduzido peso numérico.

Na última parte deste capítulo procuramos compreender as **origens** da actual **distribuição das religiões** pelo mundo. Assistimos assim a uma história de tiranos e heróis, de oportunistas e santos, de carrascos e mártires. É a história, afinal, da Humanidade que frequentemente se serviu – mais do que serviu – os princípios da sua Fé.

Revisão

1. É possível obter estatísticas exactas sobre o número de crentes de cada religião? Porquê?
2. Enuncie alguns critérios utilizados para classificar as várias religiões, pronunciando-se sobre a sua validade.

3. Diga como se distribuem geograficamente, grosso modo, as grandes religiões monoteístas de raiz bíblica.
4. Indique as regiões ocupadas pelas 3 “vias” do Budismo e sua relativa importância numérica.
5. As religiões da Índia manifestam tendência para crescer? E para se expandirem para lá do subcontinente indiano? Porquê?
6. Comente a seguinte frase: “*A proliferação das seitas no final do século XX é um fenómeno sintomático e preocupante*”.
- 7 Refira alguns dos acontecimentos históricos que estiveram na base da actual distribuição das várias religiões no mundo.

Leituras complementares

N.B. Alguns dos títulos indicados não têm data por se tratar de publicações periódicas cuja leitura se aconselha.

Amnesty International Newsletter, public. mensal, A. I. Publications, Londres.

Annuario Statisticum Ecclesiae – Statistical Yearbook of the Church – Annuaire Statistique de L’Église, Gabinete Central de Estatística da Igreja Católica (*Secretaria Status Rationarium Generale Ecclesiae*), Vaticano.

L’Asie en chiffres (Geographie, Histoire, Economie, Religions), ed. Échange France-Asie, Paris.

Bilan du Monde (Encyclopedie Catholique du Monde Chretien), Casterman, 1960, Centre de Recherches Socio-Religieuses, Bruxelas; Centre Église Vivante, Lovaina, 2 vols.

Embora com elementos desactualizados (infelizmente não foi publicada nenhuma reedição e os editores não se mostram dispostos a fazê-la) é, no entanto, uma das melhores obras publicadas até à data pois, além de examinar alguns dos grandes problemas do mundo, dedicou um capítulo a cada país, com dados estatísticos e preciosas informações (históricas, económicas, culturais, religiosas), pelo que ainda hoje a sua consulta é muito útil.

CARMO, António

- 1997 *A Igreja Católica na China e em Macau, no contexto do Sudeste Asiático (Que Futuro?)*, Fundação Macau/Instituto Cultural de Macau//Instituto Português do Oriente, Macau.

Contém dados estatísticos, mapas e quadros, muitos dos quais inéditos, que abrangem 17 países e territórios do sudeste asiático, com informação actualizada sobre a situação das várias religiões naquela vasta área.

Fides Informazioni, bi-semanário – Agenzia Internazionale Fides, Roma.

Aconselha-se ainda a consulta das estatísticas publicadas regularmente pelas Nações Unidas e C.E.E., bem como de revistas como o National Geographic Magazine, Mission de l'Église, Églises d'Asie, etc. As de J. Bowker, por exemplo, estão desactualizadas e incompletas, embora os mapas que inclui no final sejam valiosos.

Quanto à alínea 4 (As origens de um mapa), a bibliografia é vastíssima, pelo que se entendeu preferível não indicar agora nenhuma, uma vez que o aluno virá a encontrá-la no fim dos capítulos dedicados a cada religião.

I. AS RELIGIÕES MONOTEÍSTAS

Página intencionalmente em branco

SUMÁRIO

1. **Como as estrelas do Céu, a areia da praia e o pó da Terra...**
2. **Os povos do Livro**

Página intencionalmente em branco

3. As Religiões do Livro

Página intencionalmente em branco

Farei que a tua descendência seja numerosa como o pó da terra, de modo que só se alguém puder contar o pó da terra é que a tua posteridade poderá ser contada.

Gn 13, 16

“Levanta os olhos para o céu e conta as estrelas, se fores capaz de as contar”. E acrescentou: “Pois bem, será assim a tua descendência”.

Gn 15, 5

“... abençoar-te-ei e multiplicarei a tua descendência como as estrelas do céu e como a areia das praias do mar. Os teus descendentes apoderar-se-ão das cidades dos seus inimigos. E todas as nações da Terra se sentirão abençoadas na tua descendência, porque obedeceste à minha voz”.

Gn 22, 17-18

1. Como as estrelas do Céu, a areia da praia e o pó da Terra...

Há quatro mil anos a cidade de Ur, na Caldeia, próxima da foz do rio Eufrates, era um centro comercial da maior importância. De lá partiu um dia a família de Tera¹, pai de Abraão, em direcção a Haran, onde permaneceu até à morte de Tera. Abraão reuniu então a sua família, seus servos e tudo o que possuía, e partiu de novo, mas desta vez em direcção a Canaã, seguindo para sul, na rota do *crescente fértil*.

Abraão partiu, como o Senhor lhe dissera, levando consigo Lot. Quando saiu de Haran², Abraão tinha setenta e cinco anos. Tomou Sarai, sua mulher, e Lot, filho do seu irmão, assim como todos os bens que possuíam e os escravos que tinham adquirido em Haran, e partiram todos para a terra de Canaã, e chegaram à terra de Canaã (Gn 12, 4-5).

Estes acontecimentos tiveram lugar provavelmente antes do séc. XIX a.C., depois da queda da terceira dinastia de Ur (1940 a.C.), calculando-se que Abraão tenha chegado a Canaã cerca do ano 1850 a.C.³. A terra de Canaã é mais conhecida hoje por Palestina, assim chamada por ser a terra dos filisteus.

Quando o velho Patriarca se pôs a caminho, levando consigo a família e os servos (ao todo, talvez umas 300 pessoas), as tendas e os rebanhos, estava certamente bem longe de imaginar a espantosa repercussão da promessa três vezes repetida por Iahweh. Para mais, Sarai⁴ era estéril e tinha completado noventa anos (Gn 17, 17) e seu marido andava na casa dos cem quando lhes foi anunciado o nascimento de Isaac.

¹ Os nomes bíblicos aparecem escritos de formas diversas, conforme a língua dos tradutores e comentadores. *Tera*, por exemplo, surge às vezes como *Taré*, outras como *Terah*. Neste estudo adoptamos a grafia da tradução portuguesa da *Bíblia Sagrada*, da Difusora Bíblica.

² Ur da Caldeia e Haran (Harran) eram importantes cidades situadas, respectivamente, a sul e noroeste da Mesopotâmia. As escavações que puseram a descoberto Ur, a capital dos Sumérios (povos não semitas, ao contrário dos hebreus) foram dirigidas por Sir Charles Leonard Wooley, no Tell-al-Muqayyar (a “montanha dos degraus”), a 190 Kms de Bassorá, próximo do Golfo Pérsico, entre 1926 e 1929. Haran, por sua vez, era a magnífica capital do reino de Mari, perto do rio Eufrates, e voltou a ver a luz do dia entre 1933 e 1936, quando a equipa conduzida pelo experiente arqueólogo Prof. André Parrot pôs a descoberto o seu fabuloso palácio real, construído quase três mil anos antes de Cristo, com 260 salas e pátios e uma biblioteca constituída por 23.600 tabuinhas de barro cobertas de inscrições cuneiformes. Vale a pena ler o fascinante relato destas expedições arqueológicas na conhecida obra de Werner Keller, *A Bíblia tinha razão*.

³ É difícil estabelecer com rigor as datas dos acontecimentos narrados no Génesis, não apenas porque as referências cronológicas que contém são relativamente escassas, mas também porque a contagem do tempo não se fazia como hoje. De qualquer modo, a documentação dos povos da Mesopotâmia descoberta pelos arqueólogos permite hoje datar razoavelmente os factos narrados na Bíblia. Sobre as controvérsias em torno dos Patriarcas, veja-se por exemplo o artigo de Sérgio Scaccini “Os Patriarcas”, in *Introdução à Leitura da Bíblia* (pp. 175 e sgs.) que oferece uma boa síntese sobre o assunto.

⁴ Sarai e Abrão viram os seus nomes mudados para Sara e Abraão, uma prática corrente na antiguidade para assinalar uma mudança radical de destino, ou a aceitação de uma missão. Ainda hoje assim procedem os Papas, certas ordens de clero regular e as religiosas (Simão passou a ser Pedro, João Paulo II era Karol Wojtyła, Fernando de Bulhões converteu-se em Santo António de Lisboa, e a albanesa Gonxha Bojaxhiu passou a ser Madre Teresa de Calcutá quando fundou as Irmãs da Caridade). Segundo a tradição sacerdotal presente no relato do Génesis, o termo “Abraão” significa “pai das multidões”.

A verdade é que, nos nossos dias, as 3 grandes religiões que consideram Abraão como seu pai comum na fé – Judaísmo, Cristianismo e Islamismo – são professadas por mais de 3 bilhões de crentes, ou seja, cerca de metade da Humanidade.

2. Os povos do Livro

A palavra *Bíblia*, de origem grega, significa “os Livros”. Na realidade, mais do que um livro, trata-se antes de uma coleção de livros, os quais, contudo, formam uma unidade e por isso vêm sempre publicados juntos, num único volume. De toda a literatura universal, é sem dúvida o mais traduzido e divulgado (segundo a UNESCO existiam, em 1978, versões integrais ou parciais da Bíblia em 1660 línguas diferentes!⁵).

⁵ *Index Translationum*, da UNESCO, 1978.

⁶ A expressão “religião do Livro” aplicada ao Cristianismo, tem sido contestada pelos teólogos cristãos. Assim, por exemplo, escreve Varillon a p. 53 de *Um Cristão face às Grande Religiões*: “(...) para o Islamismo, a palavra de Deus é um livro, ao passo que, para o cristianismo, é um acontecimento histórico, a Encarnação, ou, mais exactamente, uma Pessoa, a própria pessoa de Jesus Cristo. Contrariamente à expressão muitas vezes utilizada, o cristianismo não é uma Religião do Livro, mas o islamismo é-o de verdade; esta diferença é importantíssima. Claro que no cristianismo também há um livro, as Escrituras, e acreditamos no Evangelho, no Antigo e no Novo Testamento; mas o último concílio, o concílio Vaticano II, esclareceu que a fonte da Revelação é a própria pessoa de Jesus Cristo, e que a Escritura, por um lado, e a Tradição, por outro, não são as fontes mas os canais da Revelação, a partir dos quais a própria pessoa de Jesus se prolonga na história, como diria Bossuet. No cristianismo, a palavra de Deus incriada não é um livro, é alguém, é Cristo”.

Este vasto conjunto de livros inclui géneros literários muito diversos (tais como a narrativa, a profecia, a sabedoria, a legislação, a poesia, a literatura apocalíptica e a epistolográfica, etc.), escritos por diferentes autores (alguns dos quais desconhecidos), ao longo de muitos séculos, com temas e conteúdos diferentes (desde a narrativa histórica aos contos edificantes ou às colectâneas de orações), que *contam as intervenções de Deus na História dos homens* através do Povo de Israel, preparando a vinda do Messias (o qual, segundo os cristãos, já veio na Pessoa de Jesus de Nazaré, Verbo de Deus incarnado e salvador da Humanidade).

Embora considerando todos a Bíblia como um conjunto de textos inspirados por Deus, os “povos do Livro” (judeus, cristãos e muçulmanos)⁶ não estão de acordo sobre todos eles, pelo que as Bíblias judaica e cristã são bastante diferentes, e entre os cristãos há livros que os católicos consideram canónicos e os protestantes não (a palavra *cânion* pode traduzir-se por “norma” ou “catálogo reconhecido”). Assim:

- A Bíblia judaica corresponde ao chamado Antigo Testamento (ou antiga Aliança), mas não considera o Novo, uma vez que os Judeus não aceitaram Jesus Cristo como o salvador e continuam aguardando a chegada do Messias prometido. Mas mesmo assim não há completa uniformidade, pois enquanto o cânone judaico da Palestina só inclui 24 livros, todos redigidos em hebraico (são os chamados “proto-canónicos”), o cânone dos judeus da diáspora, com forte influência da cultura grega, considera mais sete livros, quase todos em grego. Para interpretar a Tradição existem ainda obras, como o Talmude, e escolas rabínicas, como veremos adiante no capítulo dedicado ao Judaísmo;

-
- A Bíblia cristã varia também, conforme se trate de católicos ou protestantes. Ambos aceitam o Novo Testamento integralmente (constituído por livros *históricos* – os Evangelhos e os Actos dos Apóstolos, *didáticos* – as Cartas dos Apóstolos ou Epístolas, e *proféticos* – o Apocalipse de S. João) mas, no que se refere ao Antigo Testamento, as Bíblias protestantes não incluem 6 livros. São os chamados “deutero-canónicos”, ou seja, admitidos no cânone mais tarde, a saber: Tobias, Judite, I Macabeus, II Macabeus, Sabedoria e Eclesiástico (Ben Sira).
 - Quanto ao Islão, nascido apenas no séc. VII, embora o seu livro sagrado por excelência seja o *Alcorão*, a verdade é que o profeta Maomé considerou sempre como inspirados boa parte dos textos da Bíblia, apenas com um reparo: Jesus Cristo, que na opinião de Maomé era até mais santo do que ele próprio, não passava todavia de um Profeta – importante, sem dúvida, mas não igual a Deus – cabendo ao Profeta Maomé (Muhammad) a responsabilidade de anunciar a mais recente Palavra de Deus, recebida directamente do Arcanjo Gabriel.

Embora todos monoteístas, há diferenças substanciais, como veremos, entre o Deus Trino dos Cristãos, o Iahweh judaico (Javé, Yavé, Jeová, em diferentes grafias) e Alá, o Deus dos 100 nomes do Islão (correspondentes a outros tantos atributos. A palavra *Islão* significa simultaneamente “submissão” e “salvação”).

Para os judeus, os cristãos não passavam de uma seita herética e por isso os perseguiram, lapidaram e encarceraram, nos primeiros tempos da Igreja. Foi depois a vez dos cristãos perseguirem e massacrarem judeus, o que fizeram durante séculos. Os muçulmanos, por seu turno, conquistaram todo o norte de África, acabando por ser detidos na península ibérica, onde permaneceram alguns séculos. Foi a vez dos cristãos retribuírem, lançando sucessivas cruzadas, cujo êxito não foi muito além de um século, quando Saladino expulsou os últimos cavaleiros da cruz da Terra Santa. Na segunda metade do século vinte, as confrontações (violentas e permanentes) têm sido sobretudo entre árabes e judeus.

Símbolo da convergência radical, mas de divergências não menos consideráveis, é a cidade de **Jerusalém**, edificada sobre o monte onde Abraão dera a maior prova de fé quando se dispunha a sacrificar seu filho Isaac, e onde hoje coexistem alguns dos monumentos mais sagrados dos povos do Livro: o *Muro das Lamentações*, único vestígio do templo de Salomão que resistiu 20 séculos após a destruição romana do ano 70; a *Basílica do Santo Sepúlcro*, que cobre os locais da crucificação e do sepulcro de Cristo; e a *mesquita do Rochedo*, com sua resplandescente cúpula doirada, de onde

Maomé terá partido para o Céu, montando um cavalo branco. Cobiçada pelos crentes das três fés, ocupada alternadamente por uns e por outros, objecto das lutas dos cruzados, dos turcos e dos israelitas, foi palco de terríveis massacres ao longo da sua história sangrenta e continua a ser o alvo preferencial do terrorismo fundamentalista. Visando um Presidente israelita ou civis anónimos que fazem compras no mercado ou viajam tranquilamente de autocarro, a ameaça das bombas continua a pairar diariamente sobre os habitantes da cidade. Uma cidade ironicamente chamada “a cidade da Paz” (*Yerushalom*).

4. O Judaísmo

Página intencionalmente em branco

SUMÁRIO

Objectivos da Unidade

1. **Os nómadas da História**
2. **“Escuta, oh Israel: Iahweh, nosso Deus é o único Senhor!...”**
3. **As fontes**
4. **Comemorações e festas religiosas**
5. **No fio da navalha**

Síntese

Revisão

Leituras complementares

Objectivos da unidade

No final dos capítulos que se seguem o aluno deve estar apto a:

- Entender o itinerário do povo judeu ao longo da História, desde Abraão até ao actual Estado de Israel;
- Fazer a distinção entre Sefarditas e Asquenazis;
- Perceber as razões do aparente paradoxo da existência de um povo com 4 mil anos, cujos membros têm influenciado profundamente a História mas que, enquanto comunidade, se manteve fechado e imune a contágios religiosos e culturais alheios;
- Conhecer o essencial da Lei (o Decálogo e não só) que distinguiu o povo judeu dos demais;
- Identificar as fontes principais da doutrina judaica e as correntes mais importantes do seu pensamento religioso
- Conhecer as várias festas do calendário judaico e respectivas motivações.

1. Os nómadas da História

Se algum povo tem percorrido sem cessar os caminhos do mundo e da História, em busca de uma terra onde radicar a sua pátria itinerante, esse é sem dúvida o povo judeu.

Originariamente semita (de *Sem*, um dos filhos de Noé¹), partiu da Caldeia com Abraão e não mais parou de se deslocar, atraindo a si povos de outras etnias que viviam nos locais da sua peregrinação, unidos pela mesma fé no Deus único e nas promessas da Aliança.

A determinada altura Abraão demandou o Egípto, devido à escassez de alimento para a sua gente e de pasto para os rebanhos, regressando a Canaã logo que lhe foi possível. Por ali se conservaram os outros 2 Patriarcas – seu filho Isaac e seu neto Jacob (mais tarde chamado *Israel*) até que as 12 tribos nascidas dos 12 filhos deste último, se viram obrigadas a emigrar para a região do delta do Nilo, movidas mais uma vez pela fome. O faraó recebeu-os amistosamente, atendendo aos méritos de José, o mais novo de entre eles (que os irmãos haviam vendido a uma caravana de beduínos e que caíra nas boas graças do soberano pelos seus dotes de intérprete de sonhos, aliados a uma inteligência viva e grande capacidade de gestão). Mas os 400 anos que durou a estadia dos israelitas em terras do Nilo e o seu assustador crescimento demográfico levaram os faraós de então (Ramsés II e seu filho Merneptah) a inverter a política inicial, reduzindo-os à escravidão e acabando mesmo por ordenar a morte à nascença de todos os varões. É conhecida a história da vocação de Moisés (*salvo das águas*) e de como acabou por forçar o faraó a libertar o seu povo (entre 1230 e 1220 a.C.), conduzindo-o para o deserto do Sinai, a caminho da Terra Prometida. Foi durante esses 40 anos² que Moisés recebeu a Lei directamente de Deus, descendo o monte Sinai com o Decálogo gravado em pedra, o qual iria ser daí em diante a bússola e a alma deste povo.

Entrados finalmente na Palestina sob o comando de Josué, os israelitas iniciaram um novo modo de vida, transformando-se em agricultores sedentários, sem contudo descurarem os seus rebanhos. A Bíblia é uma espécie de álbum de família em que aparece retratada sem retoques a vida deste povo obstinado, de “cerviz dura”, tentado vezes sem conta a esquecer a Aliança e a acolher os ídolos e deuses dos povos vizinhos, e outras tantas vezes reconduzido ao caminho da sua vocação pela voz dos profetas, dos juízes e dos reis. Em Julho de 587 a.C., com a invasão do rei babilónico Nabucodonosor, os judeus perdem de novo a sua independência, o templo de Salomão em Jerusalém é arrasado e o povo que escapou ao massacre é conduzido para a Mesopotâmia, regressando assim à pátria de Abraão, mas na triste condição de escravos.

Meio século depois Ciro, rei dos Persas, domina por sua vez o poderoso império babilónico e concede a liberdade aos cativos, por édito de 538,

¹ “O termo “semita” , integrado e modificado pelas descobertas e estudos modernos, ficou na linguagem científica para designar o vasto e compacto grupo étnico e linguístico que historicamente habitou e se moveu em ondas sucessivas na área da Ásia Anterior, que compreende a Arábia, a Mesopotâmia, a Síria e a Palestina, com as ramificações na costa oriental da África (Etiópia).” Baldi, Donato, “Os Semitas”, in *Introdução à Leitura da Bíblia*, p. 166. Os grupos semitas compreendem os Assírios-Babilónicos, os Cananeus (ou Fenícios, na designação grega. Em Canaã se fixaram os Amonitas, os Moabitas, os Edomitas e os Hebreus), os Arameus, os Árabes e os Etiópes.

² Quarenta é um número simbólico que aparece repetidamente na Bíblia e que exprime a noção de um tempo prolongado. Por exemplo: Noé navegou 40 dias sob o dilúvio, Moisés percorreu o deserto ao longo de 40 anos, Isaías caminhou 40 dias pelo mesmo deserto, ou seja, o mesmo tempo que durou o retiro de Jesus no deserto de Judá antes de iniciar a sua vida pública. E após a ressurreição foram 40 os dias que Jesus permaneceu entre os seus discípulos na Galileia...

³ A comunidade judaica na China instalou-se em Kaifeng, que era então a capital do Império, e acabou por ser totalmente absorvida pela etnia chinesa, em consequência de sucessivos cruzamentos. Já no séc. XX, a China recebeu diversas vagas de imigrantes judeus que acabaram por abandonar o país depois da 2.ª Guerra Mundial. A única comunidade que permanece no R.P.C. é a de Hong Kong, com cerca de quatro mil a 4500 fiéis. Para mais informação, cfr. a minha comunicação “Comunidades Judaicas na China”, apresentada ao Colóquio internacional *Les Juifs Portugais: Exil, Héritage et Perspectives—1496-1996* que decorreu em Montréal (Canadá), de 22 a 25 de Novembro de 1996, por iniciativa da Comunidade Portuguesa, Centro Comunitário Judeu e Faculdade de Teologia da Universidade de Montréal. O texto desta comunicação foi depois integrado no meu livro cit. *A Igreja Católica na China e em Macau, no contexto do Sudeste Asiático—Que Futuro?*, pp. 152 e sgs. O livro das Actas do Congresso, em que a referida comunicação ocupa as pp. 83 a 95, foi editado pelos organizadores com o mesmo título do Colóquio. A edição é de MEDIASPAUL, Montréal, Canadá, 1998, sendo coordenadores Aldina da Silva, André Myre e Tereza Pinto.

⁴ Este isolamento inicialmente era voluntário, tomando os bairros judeus o nome de “judiarias”. Em 1516 é que surgem propriamente os “guetos”, baptizados assim na Itália, onde a segregação passara a ser compulsiva. Alastrou depois para outros países. Na União Soviética sofreram frequentes “progroms” (assaltos), com verdadeiras razias de bens e pessoas. Encurralados nos guetos, os judeus foram presa fácil dos ataques nazis durante a última guerra, alimentando incessantemente os tristemente célebres campos de extermínio.

autorizando-os a regressar e apoiando mesmo a reconstrução do templo, que contará mais tarde (520) com a ajuda de Dario I. Na lista dos dominadores desta cobiçada faixa de terra a meio do Crescente Fértil seguem-se os Gregos e depois os Romanos, que acabarão por destruir Jerusalém no ano 70 da nossa era, sob o comando de Tito, cujas legiões não deixaram pedra sobre pedra, como havia sido vaticinado.

A partir dessa data, começou o grande exílio deste povo, primeiro para os lugares onde já existiam comunidades da diáspora (dispersão), em torno do Mediterrâneo, e depois para todos os locais da terra. Decorreram 1879 anos de teimosa esperança, repetindo em todas as Páscoas a mensagem confiante de que poderiam reunir-se “para o ano que vem, em Jerusalém”.

Expulsos ou maltratados em todos os países onde se instalaram (com excepção da China, onde nunca foram molestados por razões étnicas ou religiosas³), foram duramente perseguidos na Península Ibérica, no tempo dos chamados “reis católicos” Fernando e Isabel, os quais lograram convencer o monarca português a associar-se à sua iniciativa. Aqueles que não aceitaram o baptismo (conversões forçadas que lhes valeram as designações de “*cristãos novos*” em Portugal e “*marranos*” em Espanha) foram obrigados a emigrar com os bens que puderam salvar, mas muitos não tiveram sequer essa sorte e caíram nas mãos da Inquisição que os lançou no cárcere ou na fogueira.

Na realidade, por detrás desta perseguição religiosa escondia-se a cobiça das riquezas dos judeus, acumuladas através das suas actividades de comerciantes, joalheiros e usurários – uma repetição, afinal, do que já sucedera na China no final da dinastia Tang, em que os templos budistas foram assaltados, a coberto de um falso zelo confucionista...

Os que se conservaram na península ou que dela partiram para os países do Mediterrâneo ficaram até hoje conhecidos como *sefarditas* (de “Safarad”, Espanha em hebraico), ao passo que os que se dirigiram para o norte e leste da Europa – Holanda, Alemanha, Polónia, Rússia – constituem os *askenazis*.

Com uma espantosa capacidade de resistência, estas comunidades errantes atravessaram a Idade Média e a Idade Moderna, cruzaram os mares em direcção ao novo mundo, instalaram-se, progrediram, fizeram negócios e continuaram a viver isolados nos seus *guetos*⁴, recusando qualquer interferência do exterior.

A 2.ª Guerra Mundial colheu-os desprevenidos na Alemanha e nos países ocupados pelos exércitos de Hitler, e o genocídio nazi fez tudo para os liquidar como povo nos campos de extermínio. Terão morrido durante o Holocausto cerca de 6 milhões, a que vieram juntar-se as vítimas do *Gulag* soviético. Quando tudo parecia apontar para o seu desaparecimento, eis que o

movimento sionista⁵ retoma novo fôlego, apoiado nos colonos dos Kibutzin e Mochavin e nas forças da Haganah e do Palmach, exército secreto israelita.

Forçada a cumprir as promessas do seu ministro Balfour, a Grã-Bretanha, que substituiu a Turquia no domínio sobre a Palestina e cujo mandato, concedido pela Sociedade das Nações, datava de 1922, acabou por ceder e em Novembro de 1947 as Nações Unidas, então englobando apenas 56 países, votaram finalmente por maioria (33 votos a favor, 13 contra e 10 abstenções) a criação do Estado de Israel, dividindo a Palestina entre árabes e judeus e ficando Jerusalém como uma área internacional. Uma partilha que se tornaria efectiva em 15 de Maio de 1948 e que não agradou totalmente a ninguém. A ofensiva árabe contra o recém-nascido estado israelita (uma área minúscula, semelhante à do Alentejo) começou logo no dia seguinte⁶. Mal armado, sem dinheiro, valeu-lhe o apoio da rica colónia judaica americana, a qual, como é sabido, dominava já nessa altura a banca dos Estados Unidos da América.

Apostando fortemente nos seus serviços secretos – provavelmente os mais eficazes do mundo – infiltrados no coração dos países árabes, a política do novo país tem sido, desde o início, a de atacar primeiro de forma fulminante, quando surge qualquer ameaça, com a noção realista da quase impossibilidade de suportarem uma prolongada guerra de defesa. Foi o que se passou na famosa guerra dos 6 dias (1967), em que a aviação israelita destruiu quase todo o poderio aéreo do Egipto, cujos aparelhos estavam ainda nas pistas, preparando-se para um ataque no dia seguinte, sem aviso prévio. Seguiu-se o combate de blindados no deserto do Sinai (o maior combate de tanques a que jamais se assistira) em que o povo de Israel se desforrou da perseguição do faraó, três mil anos antes, levando de vencida à sua frente o desmoralizado exército de Nasser até ao canal do Suez. A recuperação da zona antiga de Jerusalém, que se encontrava sob domínio da Jordânia, foi um dos troféus desta rápida mas sangrenta guerra desencadeada pela Liga Árabe (Síria, Líbano, Jordânia, Egipto e Iraque).

Como regra, Israel não deixa nunca de retaliar quando sofre qualquer ataque ou atentado bombista. Aproveitando esta política, os fundamentalistas islâmicos organizam imediatamente um atentado terrorista cada vez que se tenta novo acordo de Paz entre judeus e palestinianos para provocar a ruptura das negociações. O mesmo se passa com os fundamentalistas judeus, tão intolerantes e obstinados como os seus contrários (está ainda bem vivo na memória de todos o massacre cometido por um alucinado colono judeu, em Hebron, o qual abriu fogo de metralhadora sobre os muçulmanos que rezavam na Mesquita, causando grande número de vítimas. Mais recente ainda foi o assassinato do 1.º Ministro Isaac Rabin por um judeu extremista!).

⁵ Pode dizer-se que o movimento sionista teve a sua origem no livro do judeu húngaro Theodor Herzl, *O Estado Judeu*, publicado em 1896, que provocou a reunião do 1.º Congresso Sionista, reunido em Basileia, onde foi criada a Organização Sionista Mundial.

⁶ Para conhecer em pormenor a saga dos primeiros tempos da independência de Israel, aconselhamos a leitura, pelo seu escrupuloso rigor e vívidas descrições, da obra de Dominique Lapierre e Larry Collins, *Oh Jerusalém*, editado pela Livraria Bertrand, Lisboa, em 1973. São também desta dupla de escritores algumas narrações de História contemporânea que rapidamente foram considerados “clássicos”, como a biografia de Gandhi e a descrição da independência da Índia (*Esta noite, a Liberdade*) ou o relato dos últimos dias da 2.ª Guerra Mundial em França (*Paris já está a arder?*).

Embora numa perspectiva francamente pró-israelita, é também esclarecedor, para entender as raízes culturais das divergências entre judeus e árabes, o romance de Leon Uris, *O Haj*, ed. Publicações Europa-América, Mem Martins, 1984 (o mesmo autor do famoso *Éxodo* que descreve a odisseia real de alguns milhares de judeus a bordo de um velho barco, ao tentarem o regresso à terra prometida).

Uma outra visão do país e dos seus problemas actuais – e que se refere aos hebreus como “a minoria mais verbal, polémica, brilhante e ruidosa da história da espécie humana” – é a desse professor universitário e extraordinário romancista brasileiro que foi Erico Veríssimo, em *Israel em Abril*, ed. Livros do Brasil, Lisboa (3.ª ed., s/data), col. Livros do Brasil, n.º 78. O Abril em questão é o de 1966.

2. Escuta, ó Israel! Iahweh, nosso Deus, é o único Senhor!

São as palavras de Moisés, registadas no livro do Deuterónimo, e que exprimem a essência da Lei, a qual se resume no amor de Iahweh. Denunciando os falsos deuses, esta afirmação é constantemente repetida por todos os judeus, constituindo o início da oração diária conhecida por Shemá:

Ouve, ó Israel: Iahweh nosso Deus é o único Iahweh! Portanto, amarás a Iahweh teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua força. Que estas palavras que hoje te ordeno estejam em teu coração! Tu as inculcarás aos teus filhos, e delas falarás sentado em tua casa e andando em teu caminho, deitado e de pé. Tu as atarás também à tua mão como um sinal, e serão como um frontal entre os teus olhos⁷; tu as escreverás nos umbrais da tua casa, e nas tuas portas.

⁷ Foi por causa desta imposição que, durante as orações, os judeus passaram a usar os filactérios, constituídos por pequenas caixas contendo versículos da escritura, fixados sobre a frente ou ao braço por correias.

Esta exigência de fidelidade, a que correspondia a certeza de serem o “povo eleito”, foram o cimento aglutinador que serviu de fundamento à resistência deste povo, inabalavelmente monoteísta, a todas as perseguições em todos os países onde as comunidades da diáspora se instalaram. No entanto, ao olhar hoje para a diversidade do povo que habita Israel, não parece fácil descortinar uma tal uniformidade religiosa.

Com efeito, do ponto de vista somático a variedade é imensa, reunindo imigrantes de mais de cem países diferentes, vindos das estepes russas e do norte da Europa, louros e de olhos azuis, mas também a gente morena do Mediterrâneo, bem como asiáticos e africanos (os judeus da Etiópia, por exemplo, conhecidos como o “Israel Beta etíope”, ou “falasha”), com hábitos de vida, tradições culturais e idiomas completamente diferentes uns dos outros. Juntemos-lhes os judeus *reformistas* (movimento nascido no início do séc. XIX e cujos adeptos se instalaram maioritariamente nos E.U.A., com uma liturgia modernizada e até com mulheres ordenadas como rabis) e os seus opostos, os *hasidim*, ortodoxos ultraconservadores, com seus trajes negros, chapéus de aba e copa redondas e cabelo em caracóis como saca-rolhas⁸, e os *sabras* (as novas gerações nascidas com a independência; “sabra” significa “cacto”, e traduz a aspereza e resistência exteriores que protegem um interior delicado) e ficaremos com uma ideia deste verdadeiro “cocktail” étnico, em que o espectro das crenças religiosas vai desde o fanatismo mais rigoroso até ao agnosticismo mais desinteressado, que atribui às grandes festas religiosas um simples (embora importante) significado cultural, cujas tradições importa preservar.

Assim, longe de ser um estado teocrático como foi no passado (e como são ainda hoje uma parte dos estados árabes), Israel apresenta-se mais como um estado democrático, unido por uma tradição e passado comuns, com o sentimento de formar uma verdadeira “nação”, em que o apego à fé religiosa, não possuindo o peso que teve no passado, continua todavia a ser muito

⁸ Ao sábado, conforme pudemos comprovar ao visitar Israel em Agosto de 1981, estes judeus ortodoxos bloqueiam as ruas dos seus bairros com cavalos-de-friza para que não passe nenhum automóvel, obrigam os transeuntes a falar baixo nessas artérias e não permitem sequer que se acenda um cigarro junto do Muro das Lamentações...

O Hassidismo moderno nasceu no séc. XVIII e difundiu-se rapidamente na Europa Oriental, fundando depois núcleos importantes nos Estados Unidos da América (Nova Iorque, sobretudo) e em Israel, onde vivem em comunidades separadas. Mas os Hasidim (os “piedosos”, em hebraico) são conhecidos desde o tempo dos Macabeus, aparecendo mais tarde ligados à doutrina esotérica da *cabala*.

importante como referência comum. É nisto talvez que consiste hoje o Sionismo: uma maneira de ser político-cultural-religiosa que não difere muito daquilo que R. de Vaux escreveu nos anos quarenta: *“Três grandes ideias vivem no fundo da alma hebraica: um Deus, um povo, uma terra”*⁹.

Quanto aos judeus da diáspora (EUA, Canadá, Europa, Hong Kong, entre outras), a sinagoga continua a ser o centro motor da comunidade, com bibliotecas, iniciativas culturais diversas, movimentos de apoio aos mais carenciados, etc.

Do ponto de vista da Antropologia das Religiões, os Judeus constituem um fenómeno ímpar pois, se por um lado geraram muitíssimas personalidades da maior importância que marcaram fortemente todos os sectores da história da Humanidade (artes, letras, filosofia, ciências, etc.), por outro lado quase nenhuma influência exerceram enquanto povo nos países que os acolheram, certamente devido à clausura a que sempre se remeteram (intencionalmente, de resto, para preservar a sua fé e tradições do contágio dos *goyim* – os não crentes) e ao facto de não fazerem proselitismo.

Seria impossível enumerar todas as grandes personagens históricas de origem judaica. Bastarão alguns exemplos, a começar por Jesus Cristo, o Colégio dos 12 e São Paulo, o “apóstolo dos gentios”. Transcrevendo Veríssimo¹⁰: *“Apesar de todas essas perseguições e empecilhos, a contribuição que os judeus têm dado à humanidade no terreno da ciência, da literatura, da arte, da indústria, do comércio, da política e da diplomacia tem sido notável. A velha cultura sefardita produziu, entre outras, as figuras exponenciais de Maimonides e Spinoza. Entre os anos de 1907 e 1966 nada menos de cinquenta pessoas de origem judaica receberam o Prémio Nobel: dezassete o de Física, vinte o de Medicina e Fisiologia, seis o de Química, dois o da Paz e cinco o de Literatura. Judeus eram Karl Marx, Sigmund Freud, Albert Einstein e Franz Kafka”*.

Um povo, em suma, que nunca se notabilizou pelos grandes monumentos em pedra, como é próprio dos descendentes de pastores nómadas que viviam em tendas, mas que ergueu verdadeiros monumentos espirituais, de que o mais importante é, sem dúvida, a Bíblia, o maior best-seller da Humanidade.

E, já agora, não será inoportuno recordar a valiosa contribuição dos judeus na época dos Descobrimentos: *“Nesta multidão que se ia lançar na Índia, estavam incluídos muitos cristãos novos que a buscavam por razões económicas e, sobretudo, religiosas. O Oriente, como os outros continentes descobertos pelos portugueses, significava para os descendentes dos antigos judeus a liberdade, ou seja, a possibilidade de viverem sob o nome cristão e o prestígio que este lhe trazia, para o desempenho de um cargo ou de uma função, sem o labéu da insinuação venenosa do estigma da origem; mas*

⁹ R. de Vaux, *La Genèse*, p. 34, cit. por Sérgio Scaccini em “Os Patriarcas”, in *Introdução à Leitura da Bíblia*, p. 182.

¹⁰ Erico Veríssimo, *Israel em Abril*, ed. Livros do Brasil, cit., pp. 67-68. 1966 foi a data em que o escritor visitou Israel. Nos 34 anos que se seguiram, muitos outros judeus ou descendentes receberam o Prémio. Só nos E.U.A. são mais de setenta...

¹¹ Maria José P. Ferro Tavares, “Judeus, Cristãos Novos e o Oriente”, pp. 49 sgs., in *Estudos Orientais*, n.º III (*O Ocidente no Oriente através dos Descobrimientos Portugueses*), ed. Instituto Oriental (Universidade Nova de Lisboa), Lisboa, 1992.

¹² A odisséia de Frei Pantaleão foi descrita por este no seu *Itinerário da Terra Santa*, que o Visconde de Santarém publicou em 1927 e que Fernando Campos haveria de consagrar no seu excelente romance *A Casa do Pó*, Difel, Lisboa, 1986, apresentando a sugestiva hipótese da sua ascendência real.

também a faculdade de, longe da Igreja instituída e vigilante e das autoridades laicas, poder manter a sua fé ancestral sem o medo à denúncia, apesar de uma vivência religiosa clandestina.¹¹” Entre os poucos nomes que a História reteve (muitos outros ficaram no olvido, ou porque não se tivessem notabilizado, ou porque isso lhes era mais conveniente, em época de perseguições em que o comprido braço da Inquisição constituía uma ameaça permanente) podem citar-se: Gaspar da Gama (ou Gaspar “de las Índias”), Francisco de Albuquerque e Alexandre de Ataíde (dois judeus castelhanos que se fizeram baptizar), Isaac do Cairo e Isaac Beijudo (2 famosos espiões ao serviço do monarca português, o último dos quais protegeu Frei Pantaleão de Aveiro quando este se dirigia para a Terra Santa¹²), a família Orta de que se distinguiu o doutor Garcia de Orta pelo seu famoso *Colóquio dos Simples e Drogas e cousas medicinais da Índia*, a família Drago (ainda hoje com ramificações no Algarve, Argentina e Roménia), e muitos outros, alguns dos quais acabaram denunciados e presos por continuarem a praticar a sua fé judaica clandestinamente, em Goa, Cochim e outras terras indianas.

3. As fontes

O fundamental da religião hebraica está condensado na *Torá*, palavra que significa “Lei” ou “Doutrina” e que compreende os cinco livros do Pentateuco, cuja redacção é atribuída a Moisés pela tradição: *Génesis* (que narra a criação do homem e do mundo, o dilúvio e a epopeia de Noé, Abraão e os Patriarcas, finalizando com a história de José), *Êxodo* (a libertação dos judeus do cativo do Egipto e a aliança com Deus no Sinai), *Levítico* (que contém a lei dos sacerdotes da tribo de Levi), *Números* (trata dos recenseamentos nos primeiros capítulos) e *Deuterónimo* (ou o livro da “segunda lei”, que inclui três discursos de Moisés estabelecendo várias leis para o seu povo, tanto civis como religiosas).

Na realidade, a crítica exegética veio a demonstrar que a maior parte dos escritos do Pentateuco são posteriores a Moisés, e são fruto de três tradições distintas mas complementares: a tradição *javista* (assim chamada porque utiliza frequentemente o nome Iahweh para designar Deus), a tradição *eloista* (por uma razão semelhante, visto empregar o termo “Elohim” quando se refere a Deus) e a tradição *sacerdotal* (originada entre os sacerdotes de Jerusalém e centrada nas leis, é a mais recente, nascida durante o exílio na Babilónia). Admite-se hoje que a redacção final do Pentateuco remonte ao séc. IV a.C.

Os manuscritos mais antigos do Antigo Testamento (e também do Novo, como a seu tempo veremos) foram encontrados nas grutas de Qumran, junto do

Mar Morto, admitindo-se que hajam sido escondidos pelos monges essénios¹³ que ali tinham o seu mosteiro, para escaparem à destruição pelos romanos, no começo do cerco de Jerusalém (isto é: mais ou menos em 68). Um quarto dos famosos manuscritos do Mar Morto é constituído por livros da Bíblia, os quais, com excepção do Livro de Ester, se encontravam todos nas grutas.

Actualmente, em todas as sinagogas do mundo a Torá é conservada em grandes rolos de pergaminho manuscritos que se guardam em caixas cilíndricas de prata, as quais, por sua vez, são conservadas no tabernáculo, de onde se retiram para a leitura durante os actos litúrgicos, orientados pelos rabinos. A sinagoga, como local de reunião dos fiéis, surgiu durante o exílio da Babilónia e passou a ser o único local de culto após a destruição do Templo de Jerusalém no ano 70. Os homens, de cabeça coberta, cantam alternadamente os versículos da Bíblia, enquanto as mulheres assistem em galerias separadas (nas sinagogas da corrente liberal as mulheres participam nas orações). Sublinhe-se que a oração judaica é essencialmente de carácter comunitário: rezam enquanto povo e confessam os seus pecados colectivos – que um animal deveria depois, de acordo com a antiga tradição, carregar consigo para o deserto (era o conhecido “bode expiatório”).

A tradição escrita inclui ainda outros livros bíblicos: os *Profetas* (6 “anteriores” e 15 “posteriores” à separação entre os reinos de Israel e Judá, ocorrida em 931 a.C.) e os *Escritos* (Salmos, Provérbios, Job, Cântico dos Cânticos, Rute, Lamentações de Jeremias, Eclesiastes, Ester, Daniel 1-12, Esdras, Neemias e Crónicas I e II). O cânon judaico-palestinense inclui 24 livros, todos redigidos em hebraico, ao passo que o cânon dos judeus da Diáspora (judaico-helenístico) contém mais 7, quase todos escritos em grego.

Além da Lei escrita consagrada na Torá existe uma Lei oral que ajuda a interpretar a primeira e que, embora remontando ao tempo de Moisés, só foi posta por escrito cerca do ano 200 d.C. É a chamada *Mishna*.

Do comentário da Mishna feito ao longo dos tempos pelas escolas rabínicas surgiu a *Gemara*, a qual em conjunto com a própria Mishna, constitui o *Talmude*. O Talmude, cuja forma definitiva data do séc. V, é assim o conjunto da Lei oral tradicional e dos seus comentários.

As formas de interpretação dos textos da Bíblia recebem os nomes de *Halakka* e de *Haggada*. Sigamos as explicações de François Varillon¹⁴:

A Halakka é a interpretação legalista ou ritualista dos textos bíblicos. Para compreender o que é uma interpretação legalista, um católico pode lembrar-se das perguntas que se faziam antigamente na Igreja a propósito do jejum ou do jejum eucarístico: comer bolachas às 4 horas com uma chávena de chá quebra o jejum? Pode-se tomar um medicamento antes da comunhão?

¹³ Os essénios eram um grupo com uma espiritualidade própria que se opunham aos sacerdotes do Templo de Jerusalém, por eles considerados ímpios. Dirigidos inicialmente pelo *Mestre da Justiça* (terá vivido talvez no final do reinado de Alexandre Janeu), presumível autor de um manual de disciplina (a *Regra da Comunidade*), retiraram-se para o deserto, junto do Mar Morto, onde viveram em comunidade, entre o séc. II a.C. e o séc. I d.C. Além desta comunidade monástica, é conhecida a existência de grupos de essénios em Jerusalém e espalhados por toda a Palestina (e até em Damasco), os quais partilhavam as mesmas ideias mas não observavam a regra do celibato dos monges.

¹⁴ François Varillon, S. J., *Um Cristão face às Grandes Religiões*, Edit. A. O., Braga, 1996, p. 88.

A Haggada é a interpretação espiritual ou edificante dos textos bíblicos. Assemelha-se a uma colectânea de homilias, onde os textos bíblicos são interpretados em função do progresso espiritual ou moral dos fiéis.

Na teologia judaica o *Messianismo* ocupa um lugar central. Não aceitando Jesus de Nazaré como o Redentor, os judeus continuam esperando a vinda de um outro Messias, mas nem todos estão de acordo quanto ao seu significado. Poderá vir restaurar a antiga glória do reino de David, ou será antes o realizador da Paz e da Justiça no final dos tempos? E essa realização implicará catástrofes e destruições violentas, de tipo apocalíptico? São questões em aberto que continuam a ser discutidas pelos defensores das várias correntes. Merecem ainda especial referência outras correntes importantes que ainda hoje têm os seus seguidores: o pensamento de Maimónidas (ou Maimónides), a Cabala e o Hassidismo.

Maimónidas foi um filósofo judeu que viveu no séc. XIII, cuja obra se manifestou contra a corrente apocalíptica dominante, defendendo que a futura era messiânica não tinha de ser catastrófica nem palco de violentos confrontos, mas apenas uma era de justiça e paz, em que os homens – todos os homens de boa vontade – se dedicariam à contemplação de Deus.

Quanto à *Cabala* (do hebreu *qabbalah*, tradição), trata-se de “*uma doutrina esotérica¹⁵ sobre Deus e o universo, que se apresenta como uma revelação muito antiga, transmitida por uma cadeia ininterrupta de iniciados. (...) O esoterismo da cabala revela-se na filosofia complicada e no valor simbólico e místico dos números e das letras do alfabeto sagrado dos Hebreus*”¹⁶. A obra mais importante da literatura cabalística é “*O Livro dos Esplendores*” (*Sepher Ha Zohar*), provavelmente da autoria do judeu espanhol Moisés de Léon (séc. XIII), que atingiu grande popularidade, embora largamente combatido pelos rabinos. Nalguns ambientes, a Cabala acabou por andar estreitamente ligada à magia e daí a sua popularidade, ainda hoje, entre os fanáticos do ocultismo¹⁷.

Outro importante movimento da espiritualidade hebraica é o *Hassidismo*: Nascido no meio das comunidades extremamente pobres da Polónia, no século XVIII, onde as possibilidades de estudar o Talmude eram reduzidíssimas, os hassidistas valorizaram todos os aspectos da vida, na certeza de que Deus está presente em tudo e em todos, apenas pretendendo que os actos praticados pelos fiéis sejam desinteressados, respondendo assim ao seu amor gratuito. Recorramos de novo a Varillon, que expõe esta gratuidade com muita clareza: “*A palavra Hassidismo vem de Hesed, que é uma das palavras mais importantes e mais belas da Bíblia, do Antigo Testamento. Exprime a gratuidade da amizade, aquilo que está na origem da eleição de amor. Deus concedeu o seu hesed a Israel, quando o escolheu para ser seu povo. Mas, ao concedê-lo, deseja a reciprocidade. A Aliança é a mútua comunicação dos hesed.*

¹⁵ *O Esoterismo (do grego esoterikos, interior) consiste numa doutrina ensinada só aos iniciados. Procura daquilo que está oculto nas grandes religiões, os mistérios antigos, o simbolismo e sobretudo as ciências ocultas (...) O ensino esotérico tenta dar a chave dos símbolos e dos mistérios sagrados, e também a interpretação, para um pequeno número de iniciados, do Apocalipse, da cabala, da visão de Ezequiel, etc. Está na base de numerosas seitas e sociedades secretas.*”, Marguerite-Marie Thiollier, *Dicionário das Religiões*, ed. Perpétuo Socorro, Porto, 1990.

¹⁶ M. M. Thiollier, ob. cit.

¹⁷ Próximo dos cabalistas pelo seu espírito está o famoso livro de Michael Drosnin *O Código da Bíblia*, publicado pela 1.ª vez em 1997 e já com numerosas edições em várias línguas (a tradução portuguesa viu esgotadas 3 edições nas primeiras 3 semanas!). Drosnin pretende que o Pentateuco encerra uma mensagem para o nosso tempo que só por computador poderia ser decifrada, e multiplica os exemplos, de forma verdadeiramente impressionante, de pessoas e acontecimentos que assim poderiam ser encontrados. Pode ler-se uma crítica bem fundamentada a esta obra em *As Novas Seitas Cristãs e a Bíblia*, do professor de Teologia da Universidade Católica de Lisboa, Joaquim Carreira das Neves, OFM (a ed. é da própria U. Católica, Lisboa, 1998).

Há no hesed que o homem deve a Deus (porque Deus espera-o) qualquer coisa que está para além da Lei e da moral. É uma simpatia que vai ao encontro dos desejos de Deus, mesmo quando esses desejos não são explicitamente expressos. É a gratuidade. E a gratuidade é a palavra-chave de todo o pensamento mais elevado. Fazer as coisas não porque são mandadas, não para ter uma recompensa, não porque mas fazê-las gratuitamente.”

Uma palavra finalmente para recordar dois preceitos ainda hoje observados por todos os judeus: a *circuncisão*, como sinal visível da aliança de Deus com o povo de Israel, no tempo de Moisés, e as *interdições alimentares* baseadas na concepção de que o sangue é expressão da vida e, como tal, não é lícito ao homem ingeri-lo. Daí a existência da alimentação *Kosher*, em que os animais são completamente sangrados, depois de abatidos segundo as normas de um ritual exigente. Só depois poderão ser ingeridos (há até talhos *kosher* para tranquilidade dos fiéis consumidores)¹⁸.

4. Comemorações e festas religiosas

Para além da observância do *Sabat*, destinado a recordar a criação do mundo e a libertação do cativeiro do Egito há, pelo menos, oito festas importantes no calendário anual judaico:

- Páscoa (*Pesach*, ou passagem), em que se recorda a libertação do Egito, o Êxodo;
- Pentecostes (*Shavuot*), celebrada 50 dias depois para comemorar o recebimento da Torá no Sinai, por Moisés.
- Festa das Colheitas (*Sukkoth*), lembra a permanência de 40 anos no deserto, guiados por Moisés;
- Tabernáculos, ou *Festa das Tendões e das Colheitas (Sukkoth)*: Comemora simultaneamente a permanência de 40 anos no deserto, guiados por Moisés e a dedicação do Templo de Salomão. Cada família monta uma tenda de ramos em casa ou fora, onde os familiares dormirão (era a esta festa que S. Pedro aludia quando se propunha construir 3 tendas após o episódio da Transfiguração);
- Dia do Perdão (*Yom Kippur*): celebrada cinco dias antes da anterior, é uma festa penitencial que obriga a 25 horas de jejum para expiação dos pecados, durante as quais o povo suplica a Deus o perdão e a purificação. Era só neste dia que o Sumo Sacerdote podia entrar no Santo dos Santos, expulsando depois para o deserto o bode expiatório que carregava os pecados do povo;

¹⁸ Este foi um dos temas em debate no 1.º Concílio cristão realizado em Jerusalém, no qual ficou assente que os convertidos deveriam ser dispensados da circuncisão mas fariam bem em abster-se das carnes sufocadas e do sangue (At 15, 5-29).

- Festa da Dedicção ou das Luzes (*Hanukah*): tem lugar em Dezembro e destina-se a celebrar a acção de Judas Macabeu, em 165, ao purificar o 2.º Templo que havia sido profanado (a alusão às luzes deve-se ao facto de todas as casas deverem estar iluminadas, bem como a sinagoga);
- Ano Novo (*Rosh Hashanah*): dia solene de descanso e oração, tem lugar no 1.º dia do sétimo mês e celebra o aniversário da criação. Faz-se o balanço dos actos cometidos no ano que passou e pede-se perdão aos ofendidos;
- Festa das Sortes (*Purim*), algo semelhante ao Carnaval pela sua alegria, recorda a salvação do povo conseguida por Ester, libertando-os da perseguição de Artaxerxes, na Pérsia.

5. No fio da navalha

¹⁹ A tragédia de Masada, todos os anos evocada pela nação israelita como exemplo de coragem e resistência aos inimigos, teve lugar após a destruição de Jerusalém no ano 70 pelas tropas romanas comandadas por Tito. Construída por Herodes o Grande como fortaleza inexpugnável, no topo de um monte fortificado com 400 metros de altura, sobranceiro ao Mar Morto, aí se refugiaram 967 pessoas – homens, mulheres e crianças – para escapar ao invasor. Foram precisos 3 anos de cerco para que os romanos conseguissem finalmente entrar, através de uma enorme rampa empedrada. Quando penetraram no recinto da fortaleza, só o choro de uma criança denunciou a presença de 2 mulheres e seus filhos, que haviam conseguido esconder-se numa cisterna e escapado com vida. Todos os outros haviam sido assassinados por um grupo de resistentes, os quais se suicidaram em seguida, para que ninguém caísse vivo nas mãos do inimigo. Pensa-se que o vocábulo português “maçada” tenha a sua origem nestes acontecimentos.

O Estado de Israel vive, como é sabido, numa paz permanentemente ameaçada, obrigado a defender até ao último homem a Pátria que levou tantos séculos a recuperar, e não parece disposto a repetir o drama de Masada¹⁹. Morrer por morrer, que morram os outros... Por isso dispõe hoje de armamento altamente sofisticado (convencional e nuclear) e do exército mais rápido do mundo em termos de mobilização. Os seus quartéis não são fortalezas defensivas com grossas paredes de pedra (como as dos Templários em Acra), mas simples zonas de estacionamento das poderosas máquinas de guerra que atravessam as finas paredes de tabique ao menor sinal de alarme. Um claro sinal dos tempos e de mudança de mentalidade e conseqüentemente de estratégia. Nada disso assegura as boas relações com os seus vizinhos, o que os obriga a manter uma vigilância constante, com abrigos contra o fogo da artilharia (as crianças fazem exercícios permanentes nos kibutzin, recolhendo-se aos subterrâneos que todos possuem), pois o menor incidente pode servir de rastilho para abrir hostilidades.

No momento em que escrevemos, os israelitas estão a retirar as suas tropas do Líbano (que haviam ocupado por aquele país abrigar os grupos de guerrilheiros do Hesbolah) e retomaram mais uma vez, sob os auspícios dos EUA, as negociações com os Palestínianos de Arafat – os quais reclamam por terem sido também despojados das terras que ocupavam havia séculos.

Até quando se manterá esta situação de instabilidade no médio oriente? Qual será o destino deste povo obstinado, portador de uma mensagem e inabalável na sua fé no Deus único?

É certo que existem mais judeus fora de Israel do que no país. São as comunidades da Diáspora que poderão eventualmente garantir a sobrevivência da religião judaica contra ventos e marés. Seja como for e recolhendo-nos de novo à perspectiva da Antropologia das Religiões, este fenómeno que dura há 4 mil anos parece continuar vigoroso, mesmo quando dois terços dos judeus de Israel – das gerações mais jovens, sobretudo – nem frequentam regularmente a Sinagoga.

É obrigatória a visita das crianças das escolas israelitas ao Museu do Holocausto, em Jerusalém, para que ninguém esqueça os horrores de que este povo foi vítima na 2.^a Guerra Mundial. Se a sua meditação despertar também sentimentos de compaixão para com os seus vizinhos árabes, talvez o entendimento se torne mais fácil.

Síntese

Desde a saída de **Abraão** em busca da Terra Prometida até à sua recuperação, com a fundação do Estado de Israel, decorreram cerca de 4 mil anos. Quatro milénios de história atribulada, com lutas, cativos (Egipto, Babilónia), longos anos de errância pelo deserto e poucos séculos de paz. Foram dominados sucessivamente por assírios, babilónios, egípcios, gregos e romanos. Depois do ano 70, Jerusalém foi arrasada pelo exército romano de Tito e os judeus emigraram quase todos para as comunidades da diáspora em torno do Mediterrâneo, Ásia Menor e Oriente. Destruído o **Templo**, a vida religiosa centrou-se nas **sinagogas**, sob a direcção dos rabinos.

Perseguidos em várias épocas, expulsos da península ibérica, espalharam-se pela Europa e Norte de África, seguiram para Oriente e para as Américas na sequência dos Descobrimientos, distribuídos por dois grandes grupos – os **sefarditas** e os **asquenazis**. Compelidos a viver em bairros fechados – os tristemente célebres *ghetos* – foram objecto de perseguições e chacinas, obrigados a usar distintivos para não se confundirem com o resto da população, e vítimas de terríveis *pogroms* (só na Polónia desapareceram mais de cem mil no tempo da Rússia czarista, às mãos dos cossacos, não melhorando nada a situação com o regime comunista que se seguiu). Durante a última guerra mundial (1939-1945), o regime nazi tentou exterminá-los por completo e **o genocídio atingiu cerca de seis milhões de judeus**. Após o termo do conflito, as Nações Unidas decidiram pôr fim a este sofrimento de muitos séculos e votaram a constituição do **Estado de Israel**, o que não agradou aos seus vizinhos palestinianos, pelo que a Liga Árabe lhes declarou guerra de imediato. Lutas, escaramuças e atentados que se prolongaram até aos nossos dias, condicionando assim a maneira de viver deste povo, sempre pronto a ser mobilizado em poucas horas.

O segredo que permitiu uma tão longa resistência foi a sua religião, a sua dedicação ao Deus único, com quem **Abraão** e **Moisés** haviam estabelecido aliança, tornando-os no “povo eleito”. A Bíblia (com especial relevo para a Torá ou Pentateuco, ou seja, os cinco primeiros livros que a constituem) foi efectivamente o seu refúgio e a sua fortaleza. Como expressão desta religiosidade que os identifica como *povo*, muito embora pertençam a diversas etnias com culturas e idiomas muito diferentes, o seu calendário anual é marcado por várias festas, desde a Páscoa (a mais importante, que recorda o êxodo do Egipto) até às enlutadas festas de Expição (o *Yom Kippur*) ou de grande alegria (*Purim*).

Esta coesão em torno da religião é hoje mais evidente nas comunidades da diáspora, cujos elementos são ainda em número muito superior aos habitantes do estado de Israel. Neste, os judeus que frequentam regularmente a Sinagoga não vão além de um terço, o que não deixa de ser surpreendente e resulta certamente da influência das várias culturas em que foram educados. Os partidos religiosos mais extremistas são uma minoria dentro do Senado (o *knesset*), onde se encontram diversos matizes no que toca à Fé.

De salientar finalmente que, embora o impacto cultural do povo judeu nos muitos países em que se instalaram tenha sido reduzido, devido ao facto de se isolarem sempre no seu “casulo” para conservarem intacta a sua fé, a influência de personalidades judias ou de origem judia, ao longo da história da Humanidade, em todos os sectores da civilização (filosofia, ciência, medicina, artes, literatura, política, economia, etc.), foi e continua a ser notável.

Revisão

1. Abraão é conhecido como o “pai da fé” de 3 grandes religiões mono-teístas. Diga quais são e qual o itinerário espiritual e geográfico deste Patriarca.
2. Em que consiste fundamentalmente a crença dos judeus?
3. Quais as fontes escritas em que se apoiam?
4. O que distingue a *Torá* da *Mishna*?
5. O que é o *Talmude*?
6. Há alguma interdição alimentar observada pelos fiéis do Judaísmo? O que significa o tipo de alimentação *Kosher*?
7. A que correspondem os conceitos de *Sefarditas* e *Asquenazis*?

8. Conhece alguma das festas religiosas do povo judeu? Indique-as, bem como o seu significado.
9. O povo israelita é hoje constituído por grupos de origem geográfica e cultural muito diversa, o que torna difíceis as relações entre si e com os seus vizinhos árabes. Comente esta afirmação e diga o que pensa da importância da religião como factor de coesão sócio-política em Israel.

Leituras complementares

Como ficou dito, a Bíblia é o livro mais editado até hoje em todo o mundo, sendo impossível enumerar os estudos e comentários que lhe dizem respeito, o mesmo se podendo afirmar em relação a cada uma das 3 grandes religiões monoteístas que a adoptaram como obra inspirada por Deus. Assim sendo, os trabalhos que se indicam servem apenas como meras pistas de introdução, tendo-se procurado seleccioná-los não apenas em função da qualidade mas também da facilidade de consulta nas bibliotecas portuguesas.

A Bíblia

- 1985 *A BÍBLIA de Jerusalém*, edições Paulinas, São Paulo (Brasil), Dez. (2.^a impressão), 2370 pp.

A tradução foi feita por numerosos especialistas a partir dos textos originais hebraicos, aramaicos e gregos. As Introduções a cada um dos livros que constituem a Bíblia, bem como as respectivas notas, devem-se à “École Biblique de Jérusalem”. Além de diversos mapas, o volume contém vários instrumentos de estudo muito úteis, tais como, um quadro cronológico (comparando a história universal com a história palestinese e bíblica), uma lista alfabética das notas mais importantes e uma lista de nomes de medidas (peso, capacidade, etc.).

- 2000 *Bíblia Sagrada*, Difusora Bíblica (Franciscanos Capuchinhos), Lisboa/Fátima, Maio, 2.^a ed. (2143 pp.).

Embora tivéssemos recorrido muitas vezes às autorizadas notas da Bíblia de Jerusalém, utilizamos sempre nas transcrições os textos desta edição da D.B., cuja versão dos textos originais, preparada “para o terceiro milénio da Encarnação”, apresenta um português mais correcto.

Para entender as narrações é indispensável localizá-las no tempo e no espaço. Sugere-se, por isso, o recurso a um *Atlas bíblico*. Por exemplo:

LOPES, J. Machado

- 1993 *Atlas Bíblico (geográfico-histórico)*, Difusora Bíblica (Franciscanos Capuchinhos), Lisboa (3.^a ed.).

PRITCHARD, James B. (director principal)

1996 *Atlas Bíblico*, edições Zairol Lda., Lisboa.

Integrado na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, tal como o Grande Atlas das Religiões, com 428 páginas, também de grande formato e com excelentes ilustrações, é obra de 48 colaboradores, entre os quais vários portugueses.

CLIFF, Judith

1981 *Tierra de la Biblia*, ed. Emile Ayyoub, Jerusalém.

Não se trata propriamente de um Atlas bíblico, mas sim de um útil documentário fotográfico (210 fotos a cores) que acompanha o desenrolar das narrativas bíblicas do Antigo e Novo Testamento.

É útil a consulta de bons *dicionários especializados*, sugerindo-se:

LÉON-DUFOUR, S. J. Xavier (Coordenador). *São cerca de 70 colaboradores*

1992 *Vocabulário de Teologia Bíblica*, Vozes, Petrópolis (Brasil), 5.^a edição, 560 pp.

VAN DEN BORN, A. (Redactor). *São cerca de 50 colaboradores*

1992 *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*, Vozes, Petrópolis (Brasil), 5.^a edição, 795 pp.

Entre muitos outros, podem consultar-se os seguintes *estudos sobre a Bíblia*:

DORADO, Guilherme G.

1984 *A Bíblia Hoje* (curso de actualização bíblica), Editorial Perpétuo Socorro (Porto) e Difusora Bíblica (Lisboa), 312 pp.

KELLER, Werner

A Bíblia tinha razão, ed. Livros do Brasil, Lisboa, s/data (col. "Vida e Cultura, n.º 10).

O autor faz a confrontação dos dados da Bíblia (Antigo e Novo Testamento, incluindo a descoberta dos manuscritos do Mar Morto) com os achados arqueológicos feitos até meados deste século, demonstrando a sua veracidade e lançando novas luzes sobre muitas narrativas das Escrituras.

MESTERS, Carlos

1983 *Curso Bíblico*, ed. Paulistas, Lisboa, 2.^a ed., 300 pp.

Extremamente pedagógico, como todo os livros deste consagrado biblista carmelita brasileiro, desce a grande profundidade através de uma linguagem muito simples, o que torna a obra indispensável para quem pretenda obter uma visão equilibrada dos livros da Bíblia.

RINALDI, João (Coordenador). *São 28 colaboradores*

- 1970 *Introdução à Leitura da Bíblia*, Livraria Tavares Martins, Porto, 730 pp.
Trata-se de um conjunto de trabalhos que abordam o estudo da Bíblia a partir de ciências diversas, como a História, a Biologia, a Linguística, a Teologia, a Medicina, etc. Embora um ou outro se afigure um pouco ultrapassado, a imensa maioria mantém-se bastante actual, com um nível científico invulgar.

Quanto à religião judaica, ao estado de Israel, e às comunidades judaicas no mundo é muito grande a bibliografia. Sugerem-se, entre muitos outros:

CARMO, António

- 1998 *Comunidades Judaicas na China*, em “Les Juifs Portugais (exil, héritage, perspectives)”, Médiaspaul, Montréal, Canadá, (cfr. ref. abaixo).

DELUMEAU, Jean (coordenador)

- 1997 *As Grandes Religiões do Mundo*, Edit. Presença, Lisboa.

O Judaísmo é tratado por Maurice-Ruben Hayoun, director do Centro de Pesquisas e Estudos Hebraicos de Estrasburgo-II e professor da Universidade de Heidelberg, ao longo de 50 páginas, nas quais se limita aos aspectos religiosos, sem qualquer referência ao estado de Israel (embora dê bastante informação acerca da comunidade judaica de Paris).

HERTZBERG, Arthur

- 1981 *Judaísmo*, Verbo, Lisboa, (coleção “As Grandes Religiões do Mundo”, n.º 5).
O autor é Rabi do Templo Emanuel, Nova Jérnia.

LAPIERRE, Dominique; COLLINS, Larry

- 1973 *Oh Jerusalém*, Livr. Bertrand, Lisboa, (2.ª ed.).

Obra de referência indispensável para compreender as lutas travadas pelos judeus logo no início da formação do novo Estado de Israel. Na sua elaboração, como referem os editores, “os autores percorreram 250 mil quilómetros no Médio Oriente, Europa e América, efectuaram cerca de 2 mil entrevistas, consultaram 6 mil páginas de documentação (estudando 500 quilos de documentos secretos) e contaram com o apoio de 20 colaboradores”.

ROPS, Daniel

O Povo Bíblico, Livr. Tavares Martins, Porto (col. “História do Mundo”).
Como em todos os livros deste erudito da Academia Francesa de História, os factos são sempre enquadrados no seu contexto histórico-geográfico, o que facilita extremamente a sua compreensão.

SILVA, Aldina da; MYRE, André; PINTO, Tereza (editores)

1998 *Les Juifs Portugais (Exil, Héritage, Perspectives, 1496-1996)*, Actas do Colóquio organizado pela Comunidade Portuguesa, Centro Comunitário Judeu e Faculdade de Teologia da Universidade de Montréal (Canadá), de 22 a 25 de Novembro de 1996, ed. Médiaspaul, Montréal, Canadá.

VARILLON, François

1996 *Um Cristão face às grandes Religiões*, edit. A. O., Braga, (col. “Fronteira”).

O capítulo que trata do Judaísmo é o 3.º. Como todo o resto do livro (uma colectânea de conferências feitas pelo autor e publicadas postumamente por um seu confrade jesuíta), é uma reflexão séria e bem documentada sobre a religião judaica.

VERÍSSIMO, Erico

s/d *Israel em Abril*, ed. Livros do Brasil, Lisboa, (col. “Livros do Brasil”, n.º 78).

Embora a visita do escritor tenha ocorrido entre 1 e 20 de Abril de 1966, o livro só foi escrito 3 anos depois, quando já se tinha dado a guerra dos 6 dias, a qual, como se compreende, não vem referida na obra. Muito mais do que simples impressões de viagem, contém muita matéria para reflexão sobre o futuro do Estado de Israel.

5. Cristianismo

Página intencionalmente em branco

SUMÁRIO

Objectivos da unidade

1. **Jesus Cristo, o Messias Salvador**
 - 1.1 *Jesus nasceu “antes de Cristo” ...*
 - 1.2 *Tempo de preparação*
 - 1.3 *A vida pública de Jesus de Nazaré*
 - 1.4 *Quando morreu Jesus?*
2. **As fontes**
3. **A Palestina no tempo de Jesus**
4. **O profeta assassinado**
5. **Para que tenhais a vida em abundância...**
6. **A ressurreição e a comunidade apostólica**
7. **Luzes e sombras, cismas e separações**
8. **E o mundo nunca mais foi o mesmo**
9. **Os 3 grandes ramos cristãos**
 - 9.1 *Católicos*
 - 9.2 *Ortodoxos*
 - 9.3 *Protestantes*
10. **Outras confissões cristãs**

Síntese

Revisão

Leituras complementares

Objectivos da unidade

No final do capítulo que se segue o aluno deve estar apto a:

- Conhecer o essencial da vida e da doutrina de Jesus Cristo (a noção de “Reino de Deus”, o mandamento novo, a revelação da Trindade, a importância central da Ressurreição, etc.);
- Entender as razões porque Jesus de Nazaré foi rejeitado por muitos dos seus contemporâneos que esperavam um Messias libertador;
- Distinguir os vários grupos sócio-religiosos da Palestina do tempo de Jesus, bem como a importância da presença romana, e o modo como se relacionavam entre si;
- Saber qual a diferença entre documentos canónicos e apócrifos, identificando os textos do Novo Testamento considerados canónicos;
- Conhecer a evolução do cristianismo enquanto religião, desde as primeiras comunidades apostólicas até aos dias de hoje, em que ocupa a primeira posição em termos numéricos e de expansão em todo o mundo;
- Avaliar a contribuição dos cristãos para o progresso da Humanidade, não apenas em termos dos direitos humanos e manutenção da Paz, mas também no que respeita ao desenvolvimento das artes, da ciência e da cultura em geral;
- Identificar os grandes ramos em que se encontra dividido o cristianismo actual, os motivos das suas divergências e o caminho ecuménico já percorrido para as sanar;
- Perspectivar a importância para o futuro da Humanidade de acontecimentos como o Concílio Vaticano II, o Jubileu do ano 2000 ou a reunião de oração pela Paz em Assis.

O rei dirá, então, aos da sua direita: “*Vinde, benditos de meu Pai! Recebei em herança o Reino que vos está preparado desde a criação do mundo. Porque tive fome e destes-me de comer, tive sede e destes-me de beber, era peregrino e recolhestes-me, estava nu e destes-me que vestir, adoeci e visitastes-me, estive na prisão e fostes ter comigo*” “Então, os justos vão responder-lhe: “*Senhor, quando foi que te vimos com fome e te demos de comer, ou com sede e te demos de beber? Quando te vimos peregrino e te recolhemos, ou nu e te vestimos? E quando te vimos doente ou na prisão, e fomos visitar-te?*” “E o Rei vai dizer-lhes, em resposta: “*Em verdade vos digo: Sempre que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim mesmo o fizestes.*”

(Mt 25, 34-40)

1. Jesus Cristo, o Messias Salvador

Não sabemos com certeza absoluta o dia nem o ano do nascimento de Jesus, nem quando iniciou a sua actividade pública, nem quanto tempo esta durou, nem o dia nem o ano da sua morte.

Esta espantosa “novidade” foi escrita há já 60 anos por monsenhor Ricciotti¹, autor de uma das mais rigorosas biografias de Jesus de Nazaré.

Com efeito, Jesus não nasceu a 25 de Dezembro, muito menos no primeiro ano da nossa era, e é possível até que tenha sido crucificado no ano 33 e não no ano 30, como veremos.

Os evangelistas, embora apresentem com precisão muitos dados cronológicos, não se mostraram todavia grandemente preocupados em apresentar uma *cronologia*, no sentido moderno e rigoroso da expressão. Nem mesmo uma *biografia* de Jesus. Porquê? Muito simplesmente porque não era essa a sua intenção. Antes de escrita, a “Boa Nova” foi pregada, e o seu objectivo era demonstrar que Jesus era o Messias, o redentor que Israel esperava havia muitas gerações. O que admira, pois, não é a escassez de dados biográficos e cronológicos, mas a sua grande abundância. Suficiente, em todo o caso, para situar a vida do Mestre na História com grande rigor, com uma incerteza que não ultrapassa os três anos...

¹ Giuseppe Ricciotti, *Vida de Jesucristo*, ed. Luis Miracle, Barcelona, 4.ª ed. da trad. espanhola, Abril de 1951, p. 173, parágrafo 172. A edição original italiana data de 1941.

1.1 *Jesus nasceu “antes de Cristo”...*

Quando nasceu Jesus? Esta é a primeira pergunta a que importa dar resposta e para a qual possuímos vários indicadores, tanto nos textos do Novo Testamento como noutros dados históricos, astronómicos e meteorológicos, nomeadamente:

- A data da morte de Herodes o Grande (Mt 2, 19);
- O recenseamento de Quirino (Lc 2, 1-7);
- A “estrela” dos Magos (Mt 2,1-12).

Herodes foi cognominado “o Grande” para o distinguir de outros Herodes seus descendentes de menor importância, e também por ser um construtor megalómano, responsável pela reconstrução do Templo de Jerusalém, com uma grandiosidade que nunca tivera, nem nos tempos de Salomão e de David. Construiu também o importante porto de Cesareia marítima, edificou cidades em estilo romano, com suas termas e anfiteatros, etc. – no que se distinguiu dos judeus que governava (Herodes era idumeu) os quais, como bons descendentes de nómadas, jamais se preocuparam com imponentes construções. O grande legado do povo de Israel foi, como ficou dito, a sua religião. Mas as grandes construções ruíram todas e Herodes acabou por ficar na História apenas pelos crimes que cometeu. Ora Herodes morreu em Abril do ano 4 *antes de Cristo*, de acordo com o nosso calendário (ou, segundo o calendário romano, em 750). Logo, como é evidente, se Jesus nasceu “*no tempo do rei Herodes*” (Mt 2, 1), só pode ter nascido **antes** dessa data... (Cristo nascido “antes de Cristo”, portanto, o que parece paradoxal).

Como foi possível tal engano? A explicação é fácil: No tempo de Jesus utilizava-se o calendário romano, contado a partir da data mítica da fundação de Roma. No ano 533 da nossa era, sendo então Papa João II (que teve um curto pontificado, de 533 a 535), face à crescente importância que o Cristianismo adquirira no mundo de então, um erudito monge de origem cita que vivia em Roma, de seu nome Dionísio, ou Dinis (cognominado “o pequeno” ou o “mínimo”, ou ainda, noutra tradução, o “exíguo”, designações que resultariam da sua baixa estatura ou, segundo outros historiadores, da sua grande humildade), recebeu o encargo de calcular a data exacta do nascimento de Jesus de Nazaré, a qual significava o início de uma nova era para a Humanidade e passaria assim a constituir o **primeiro ano** dos novos tempos. Dionísio baseou-se na informação do evangelista Lucas, acerca do início da pregação de João Baptista, que teve lugar “*no ano quinze do governo do imperador Tibério*” (Lc 3, 1), ou seja, segundo o calendário romano, no ano 782. Como todos os evangelistas colocam o início da vida pública de Jesus na ocasião do seu baptismo por João, no ano seguinte ao do começo da actividade deste, e o mesmo Lucas, um pouco mais adiante (Lc 3, 23) refere

que “quando Jesus começou a sua actividade, tinha cerca de trinta anos”, o bom do monge limitou-se a subtrair 30 anos àquela data e aí fixou o ano do nascimento (no ano 753 de Roma). Enganou-se, como já vimos...

“Cerca de 30 anos”: trata-se de uma expressão vaga cujo objectivo era apenas frizar que Jesus já “tinha a idade requerida para exercer missão pública”². Na realidade, como adiante veremos e a Bíblia de Jerusalém refere na nota citada, no início do seu ministério “Jesus tem, portanto, no mínimo trinta e três anos, provavelmente até mesmo trinta e cinco ou trinta e seis”.

Outro elemento utilizado para calcular a data do nascimento de Jesus foi o *recenseamento* ordenado por Quirino, que obrigou José a deslocar-se a Belém, terra dos seus antepassados, acompanhado de Maria, sua esposa, que se encontrava no termo da gravidez e ali acabou por dar à luz (Lc 2, 1-7).

Reza assim o texto de Lucas: “Por aqueles dias, saiu um édito da parte de César Augusto, para ser recenseada toda a terra. Este recenseamento foi o primeiro que se fez, sendo Quirino governador da Síria. Todos iam recensear-se, cada qual à sua própria cidade. Também José, deixando a cidade de Nazaré, na Galileia, subiu até à Judeia, à cidade de David, chamada Belém, por ser da casa e linhagem de David, a fim de se recensear com Maria, sua esposa, que se encontrava grávida. E, quando eles ali se encontravam, completaram-se os dias de ela dar à luz, e teve o seu filho primogénito, que envolveu em panos e recostou numa mangedoura, por não haver lugar para eles na hospedaria.”

Foi grande a controvérsia acerca da data deste recenseamento, porque se sabia que o senador Públio Sulpício Quirino fora legado na Síria, de facto, mas apenas no ano 6 *depois* de Cristo (teria então Jesus perto de 13 anos), o que levou alguns comentadores a supôr que o evangelista e médico S. Lucas se tivesse equivocado. Seria pouco provável semelhante engano porque, como é sabido, Lucas era extraordinariamente cuidadoso na utilização das suas fontes. O mistério esclareceu-se quando se relacionou a descoberta de uma inscrição em Ancara (na qual são referidos 3 recenseamentos ordenados pelo imperador Augusto para todo o Império, em 28 a.C., 8 a.C. e 14 d.C.) com o fragmento de uma outra inscrição romana, desta vez encontrada em Antioquia, através da qual se verifica que Quirino estivera anteriormente na Síria, como legado do Imperador, juntamente com o procônsul Saturnino, chefiando uma campanha militar contra a tribo dos homonadenses, entre os anos 10 e 7 *antes* de Cristo. Sabendo-se que, por um lado, os recenseamentos se arrastavam por alguns anos e, por outro lado, que eram frequentemente os chefes militares a conduzi-los, dadas as suas finalidades – de recrutamento de tropas locais e de organização dos impostos – fica assim esclarecido o mistério, desde que Jesus tivesse nascido pelo ano 7 a.C. E é exactamente essa a surpreendente conclusão dos dados astronómicos relativos à famosa “estrela dos Reis Magos”.

² A Bíblia de Jerusalém, ed. Paulinas, S. Paulo, Brasil, 9.ª ed., 1985, p. 1933, nota 1). As notas desta Bíblia, considerada a mais autorizada no mundo católico, são da responsabilidade da “École Biblique de Jérusalem”.

Comecemos por observar que em parte nenhuma do texto de Mateus (o único dos 2 evangelhos da infância que descreve o episódio) se fala em “reis” magos. Na realidade, foi uma piedosa e antiga tradição que os “coroou”. Os magos eram sábios que viviam “no Oriente” (aqui com o sentido de Mesopotâmia, a oriente de Israel) e se dedicavam à astronomia e à astrologia.

Mas como é que aparece e desaparece misteriosamente uma estrela nova e tão brilhante nos Céus e, sobretudo, como é que ela pode *caminhar* “adiante” da caravana e deter-se sobre uma única casa de Belém? Parece absurdo, de facto.

Na realidade, as observações astronómicas – tanto as realizadas pelos astrónomos egípcios e caldeus, como as reconstituições feitas em modernos planetários, com o auxílio de computadores – mostram que nem surgiu por aquela altura nenhuma “nova” (ou seja, nenhuma explosão de um astro com brilho excepcional), nem qualquer cometa (o de Halley fez a sua habitual passagem no ano 12 a.C., mas não foi visto na região).

Mas houve realmente um facto insólito, descoberto em 1603 pelo famoso astrónomo João Kepler, o qual fornece a chave da explicação para a “estrela” dos Magos: No ano 7 a.C. os planetas Júpiter e Saturno estiveram no mesmo enfiamento, parecendo um só astro de grandes dimensões e brilho excepcional. É a chamada “conjunção”, que significa que os 2 planetas se encontravam no mesmo grau de longitude. É um fenómeno muito raro, que normalmente só ocorre com intervalos de 794 anos e uma só vez. Mas no ano 7 a.C. deu-se nada menos do que 3 vezes, em *29 de Maio*, *3 de Outubro* e *4 de Dezembro*. E sempre na constelação dos *Peixes*. Estas observações foram confirmadas pelas inscrições cuneiformes nas tabuinhas da escola de Astrologia de Sippar, na Babilónia, decifradas em 1925 pelo alemão P. Schnabel, e pela rigorosa reconstituição do céu da região naqueles dias, feita no Planetário de Plymouth.

Se soubermos que, para os astrólogos daquela época, a constelação dos Peixes correspondia a *Israel* e era o signo do desejado *Messias*, que Júpiter era o astro da *realeza* e Saturno o *protector* de Israel, podemos facilmente compreender o raciocínio dos astrónomos caldeus (os Magos): perceberam que se tratava do nascimento, na terra de Israel, de um rei especialíssimo, o Messias que aquele povo esperava havia séculos. E puseram-se naturalmente a caminho, rumo à capital do país. O que deve ter acontecido só depois da 2.^a conjunção, pois nessa época o tempo refrescava e era assim mais propício a uma viagem de cerca de mês e meio, montados em camelos. Assim sendo, devem ter chegado em finais de Novembro a Jerusalém³, “já *depois do seu nascimento*” (Mt 2,1). Informados pelos chefes dos sacerdotes e doutores da Lei da corte de Herodes de que o Messias nasceria certamente em Belém, puseram-se de novo a caminho “*e a estrela, que tinham visto no Oriente, ia adiante deles*” (Mt 2, 9). Foi a 3.^a conjunção, a de 4 de Dezembro, e a “estrela”

³ Para mais pormenores, cfr. *A Bíblia tinha razão*, escrito nos anos sessenta por Werner Keller e publicado em língua portuguesa pela edit. “Livros do Brasil” (col. *Vida e Cultura*), Lisboa, s/data.

estava de facto mesmo em frente deles, pois Belém de Judá fica a sul de Jerusalém, a escassos 7 quilómetros. Ora foi exactamente na direcção *sul* que os planetas em conjunção se ergueram no horizonte...

Uma vez que, logo após a visita dos Magos, José iniciou a fuga com a família para o Egipto, certamente que a deslocação desta a Jerusalém para a cerimónia da purificação de Maria e apresentação da criança no Templo (Lc 2, 22-38) teve lugar *antes* – o que equivale a dizer que o nascimento se deu, pelo menos, 40 dias antes, pois era esse o tempo estipulado na Lei de Moisés, quando se tratava de um filho varão. Assim sendo, subtraindo estes 40 dias à data da chegada dos magos a Belém (por volta de 4 de Dezembro), concluímos que *Jesus não pode ter nascido depois de 25 de Outubro* (talvez em meados desse mês, ou mesmo em Setembro).

Esta época é confirmada pela meteorologia: Lucas, ao descrever a noite de Natal, diz que “*na mesma região havia uns pastores que estavam nos campos e que durante as vigílias da noite montavam guarda aos seus rebanhos*” (Lc 2, 8). Ora isso só acontece durante os 8 meses que decorrem entre Março e princípio de Novembro. No Inverno, as temperaturas ali descem frequentemente abaixo de zero e os rebanhos já se acham há muito nos estábulos e não no campo.

Como é que então se fixou a data de *25 de Dezembro* para o nascimento de Cristo? Segundo se crê, tal data surgiu tardiamente na Cristandade, por volta do ano 354. Não tendo maneira de conhecer o dia exacto do nascimento, pois os Evangelhos são omissos a este respeito (já dissémos que não se trata de “cronologias”), a Igreja resolveu “baptizar” uma importante festa pagã – costume, aliás, frequente, como o de sacralizar procissões e outros rituais – e escolheu uma data próxima do solstício de Inverno, em que os romanos celebravam a festa do deus Mitra, também chamada “do Sol invencível”. Outras datas, de resto, haviam sido propostas antes: Clemente de Alexandria sugeria o dia 19 de Abril. No Oriente, ainda hoje há quem celebre o Natal a 6 de Janeiro. E falou-se também em 29 de Maio e 28 de Março⁴.

Em conclusão: reunindo todos os indícios que apontámos, podemos conjecturar, com fortes probabilidades de acertar, que ***Jesus Cristo nasceu antes do dia 25 de Outubro (provavelmente em meados desse mês ou em Setembro) do ano sétimo “antes de Cristo”.***

⁴ Cfr. Daniel Rops, *Jesus no Seu Tempo*, ed. Livraria Tavares Martins, Porto, 1956 (3.ª ed.), p. 140.

1.2 *Tempo de preparação*

Sabemos muito pouco acerca da vida de Jesus antes do início da sua pregação. Esta falta de informação decorre justamente do facto, já sublinhado, de que

não estava nas intenções dos evangelistas escrever uma biografia, mas tão somente relatar os factos relacionados com a sua mensagem de salvação. Assim, aquele que escreveu em primeiro lugar (Marcos), faz coincidir o início do seu relato com o começo da vida pública de Jesus – o baptismo no rio Jordão, ministrado por João “o baptista”. Os dois seguintes (Mateus e Lucas), certamente a pedido das primeiras comunidades, ávidas de conhecer melhor o mestre, relatam os episódios do seu nascimento e apresentam genealogias que recuam até Abraão (Mateus) e mesmo a Adão (Lucas). Por fim, João, o último na ordem cronológica (pelo menos na parte final do seu texto, como veremos), vai ainda mais longe, até ao princípio do universo (“*No princípio era o Verbo*”...). Um longo percurso que corresponde à ânsia de conhecimento do Homem, desde o nascimento do Povo Eleito ao nascimento do primeiro homem e deste até ao nascimento do Universo...

Nos chamados “evangelhos da infância” Mateus e Lucas relatam os acontecimentos miraculosos que envolvem o nascimento do Salvador, concebido livremente por uma virgem, por obra do Espírito Santo, após a visita do mensageiro – o anjo Gabriel – à sua casa em Nazaré.

O parto ocorreu numa gruta dos arredores de Belém, pois a cidade estava a abarrotar de gente, devido ao recenseamento, e por isso todas as portas se lhes fecharam, a começar pela única hospedaria – um *caravançarai*, onde a privacidade era praticamente nula, com um amplo pátio central onde viajantes e animais das caravanas se misturavam em grande promiscuidade.

Alguns dias passados, Maria e José instalaram-se numa casa da cidade onde os magos os foram encontrar, já depois da visita do casal ao templo de Jerusalém para cumprimento do ritual de purificação prescrito na lei de Moisés. Avisados pelos astrónomos babilónicos de que Herodes pretendia assassinar a criança, para eliminar um futuro pretendente ao trono, fugiram para o Egipto, onde permaneceram (em Matarié, de acordo com uma antiga tradição) até à morte do déspota, no ano IV a.C.

Regressaram depois a casa, em Nazaré, onde Jesus viveu até iniciar a sua vida de pregador errante, aos 33 ou 36 anos. Desse período há apenas o relato de um acontecimento: a visita ao templo, quando Jesus completou 12 anos e deslumbrou os doutores da Lei com a sua espantosa sabedoria. Trata-se de uma idade especialmente importante para qualquer jovem judeu, ainda hoje, pois significa a aquisição do estatuto de “adulto” – é o chamado “*bar mitzvah*”.

Durante esses anos, embora não haja referências escritas, é possível conjecturar o que seria a vida quotidiana de Jesus de Nazaré, através do conhecimento da sociedade da época e das imagens que ele utilizava frequentemente no seu ensino, sobretudo nas parábolas (histórias com um objectivo pedagógico). De facto, ele falava, com grande sentido poético mas

também com grande realismo, das aves do céu, dos rebanhos, das colheitas e do tempo das sementeiras, com a naturalidade de quem está perfeitamente familiarizado com a vida do campo. Sabemos que era carpinteiro – ofício que aprendera com seu pai adoptivo – mas é bem natural que, seguindo os costumes do tempo, em criança tivesse levado os rebanhos de ovelhas a pastar, e é até bem possível que cultivasse algum terreno nos arredores de Nazaré. Ainda hoje se pode visitar a casa onde, de acordo com a tradição – que na Palestina é muito forte e muito exacta – Jesus habitou com sua mãe: uma gruta com uma espécie de “avançado”, constituído por paredes de alvenaria.

Aos sábados frequentava a sinagoga local, onde mais tarde anunciou, para grande escândalo dos seus conterrâneos, que as profecias de Elias se haviam realizado com a sua vinda. Foi aí certamente que, como todas as crianças judias da sua idade, aprendeu a Torá, lendo as escrituras em hebraico, a língua litúrgica, se bem que o idioma corrente fosse o aramaico (uma língua que os galileus falavam com uma pronúncia própria que logo os denunciava, como aconteceu com Pedro no pátio do Grande Sacerdote, quando Jesus foi preso e julgado pelo Sinédrio). É natural que Jesus conhecesse também o grego, a língua franca da época, como acontece com o inglês nos nossos dias. Embora não tenhamos nenhum comprovativo, é de admitir que Jesus tenha viajado várias vezes até Jerusalém, pois era habitual os judeus piedosos deslocarem-se ao Templo, pelo menos durante a festa da Páscoa⁵. Como sabemos da sua vida pública, o Nazareno era um caminhante infatigável, o que revela uma constituição vigorosa, não se lhe conhecendo quaisquer problemas de saúde física ou mental⁶.

Quando Jesus atingiu a idade necessária para exercer uma função pública (teria então cerca de 33 ou 36 anos), poz-se a caminho do Jordão, onde seu primo João, o baptista, atraía grande número de judeus, anunciando a vinda iminente do Messias e pregando a *metanoia*, ou seja, uma mudança radical nas suas vidas. Para espanto de João, Jesus insistiu em fazer-se baptizar, seguindo depois para o deserto onde permaneceu 40 dias em jejum (sempre o número 40, para designar um tempo prolongado...), preparando-se para iniciar a sua vida pública e a estratégia de evangelização que iria adoptar. Um planeamento indispensável, como sublinhou nas suas parábolas, ao lembrar que todo o homem que pretende edificar uma casa ou o rei que queira lançar-se numa campanha guerreira, se devem sentar primeiro e fazer o balanço dos seus recursos. No caso de Jesus, o recurso fundamental, o seu alimento era, como não se cansava de repetir, fazer a vontade do Pai.

1.3 A Vida Pública de Jesus de Nazaré

Os 3 evangelhos chamados “sinópticos”, de Marcos, Mateus e Lucas, são muito pouco explícitos em relação à duração da pregação de Jesus – o tempo

⁵ (“*Seus pais iam todos os anos a Jerusalém para a festa da Páscoa*”, Lc 2,41).

⁶ Sobre o perfil psicológico de Jesus de Nazaré leiam-se, por exemplo, *Jesus Cristo*, de Karl Adam, ou *O Senhor*, de Romano Guardini, dois teólogos respeitados que mencionamos na bibliografia.

Quanto ao seu aspecto físico, existe efectivamente um documento com um retrato de Jesus em corpo inteiro. Trata-se do famoso sudário de Turim, o lençol que lhe serviu de mortalha e que vem sendo objecto de aturado estudo por cientistas de todos os quadrantes, religiosos e ateus. A datação medieval pelo carbono 14, anunciada em 13.10.1988, acabou por se revelar completamente errada, pois não levou em conta as alterações do teor de carbono provocadas pelo incêndio de Chambéry, em 1532, que esteve a ponto de destruir o lençol, provocando-lhe alguns estragos que tiveram de ser remendados. Não há hoje qualquer dúvida entre a comunidade científica que estudou o lençol com seriedade, de que se trata da mortalha que envolveu Jesus, como consta das conclusões do Conselho Científico do Simpósio Internacional que teve lugar em Roma, em 1993, em que se diz o seguinte: “*Resulta deste estudo epistemológico que, se a Ciência submete a avaliação do lençol ao mesmo nível de exigência epistemológica regularmente utilizado em Ciência para identificar os fenómenos físicos, químicos, etc., tendo em conta os resultados já adquiridos, só pode concluir pela autenticidade científica, quer dizer, afirmar que o homem do lençol é de facto Jesus de Nazaré*” (p. 370 das Actas do Simpósio, editadas em Paris, 1995, por François-Xavier Guibert, sob o título *L’Identification Scientifique de l’Homme du Linceul, Jésus de Nazareth*). Sobre este assunto há hoje uma abundante literatura. Para os leitores interessados recomendamos os livros de Marie-Claire van Oosterwyck-Gastuche, *Le radiocarbone face au Linceul de Turin (journal d’une recherche)*, François-Xavier de Guibert, Paris, 1999, e de Emanuela Marinelli e Orazio Petrosillo, *La Sindone – un enigma alla prova della Scienza*, Rizzoli, Milão, 1990.

da chamada “vida pública” – sendo todavia unânimes em colocar o seu início na ocasião do baptismo no Jordão.

Por seu lado, o apóstolo João, que foi uma testemunha ocular privilegiada e que escreveu o seu evangelho para grupos de cristãos helenizados diferentes dos destinatários dos três sinópticos, evidenciou claramente a preocupação de não repetir alguns episódios que aqueles narravam, já conhecidos daquelas comunidades, optando muitas vezes por contar outros acontecimentos que eles haviam passado em claro, como as bodas de Caná, a ressurreição de Lázaro, o discurso do “Pão da Vida”, o episódio em que lavou os pés aos discípulos (a fim de lhes dar o exemplo de serviço aos outros), durante a última ceia, certos costumes próprios dos Judeus, a topografia da região, etc. Neste complementar das descrições dos sinópticos, são extremamente importantes as informações que transmite sobre a duração do ministério de Jesus e a cronologia da sua Paixão.

Segundo João, no decorrer do seu ministério *Jesus foi três vezes a Jerusalém comemorar a Páscoa*, a última das quais acabou por lhe ser fatal. Significa isto que a vida pública de Jesus de Nazaré durou, pelo menos, 2 anos (entre a primeira e a segunda Páscoa, e entre esta e a terceira), a que haverá que acrescentar alguns meses, do período que decorreu entre o baptismo e a 1.^a Páscoa, durante os quais Jesus empreendeu o seu retiro no deserto, chamou os primeiros discípulos, regressou com eles à Galileia, estiveram no casamento em Caná, e finalmente desceram a Cafarnaum, na margem noroeste do lago, onde permaneceram alguns dias (Jo 2, 1-1). Entre 2 e 3 anos, portanto.

Resta examinar em que data João começou a baptizar. Se Jesus começou a sua pregação no ano seguinte, bastará somar-lhe este período de 2 a 3 anos e verificar se coincide com a data da Sua morte, para a qual existem 2 hipóteses. De acordo com os dados que já examinamos, João terá iniciado a sua missão em 27 ou 28 d.C., pelo que Jesus teria começado a sua em 28 ou 29, ou mesmo em 30. Se começou em 28 poderá ter visitado Jerusalém na Páscoa desse mesmo ano e então a última deslocação cairia em 30, que é uma das duas datas possíveis. A outra seria 33, o que obrigaria a considerar um período um pouco mais extenso (quase um ano mais) para o exercício do seu ministério – tese que reúne também bastantes partidários⁷.

⁷ Cfr. G. Ricciotti, ob. cit., p. 186, parágrafo 181.

Quem detinha o **poder político** nesse tempo? Quando Jesus nasceu, no ano 747 ou 748 da fundação de Roma, o Império romano, que incluía a Palestina, era governado por César Otaviano Augusto. Sucedeu-lhe Tibério, no ano 14 da nossa era (teria então Jesus cerca de 20 anos) o qual reinou durante 22 anos, ou seja, durante todo o resto da vida de Jesus. Na Palestina Herodes Magno, o idumeu, recebera de Roma o título de “rei dos judeus”. Pela sua morte, em 4 a.C., o território foi dividido pelos seus 3 filhos (*Arquelau* – Judeia, Samaria e Iduméia, *Herodes Antipas* – Galileia e Perea, e *Filipe* –

Itureia, Traconítides, etc, a norte do mar da Galileia). Arquelau, denunciado pelos judeus ao Imperador pela sua crueldade e abuso do poder, foi por este exilado, passando as províncias que administrava a ser directamente governadas por um Procurador romano. O 5.º destes governantes locais foi o cavaleiro Pilatos, da linhagem dos Pôncios, que desempenhou estas funções durante 10 anos (entre 26 e 36, ano da morte de Tibério) e acabou, ele também, por ser destituído do cargo, após um massacre praticado por sua ordem na Samaria.

Embora sujeito à administração romana, a qual reservava para si certos privilégios como, por exemplo, as condenações à morte, o senado judeu (o *Sinédrio*), presidido pelo Sumo Sacerdote, dispunha de amplos poderes legislativos, judiciais e administrativos. No tempo de Jesus foi Sumo sacerdote Anás, a quem sucedeu seu genro Caifás.

Foi neste quadro que Jesus desenvolveu o seu ministério. Escolheu doze discípulos para o acompanharem no seu dia-a-dia (o colégio dos apóstolos, com um número semelhante ao das doze tribos de Israel) e começou a sua pregação na Galileia. O primeiro dos 41 **milagres** que os Evangelhos registaram (embora afirmando que praticou muitos mais) teve lugar em Caná, durante a festa de um casamento. Os milagres tinham como objectivo principal, para além das curas dos beneficiados, comprovar a sua qualidade de Messias. Eram como que o reconhecimento da sua assinatura e os próprios adversários bem o compreenderam. Sem os negarem, dada a sua evidência, afirmaram todavia que os praticava “pelo poder do demónio” (Mt 9, 34). Para além de curas de doenças diversas (paralíticos, cegos, leprosos, epiléticos, etc.) os seus cronistas descrevem 3 ressurreições: uma criança (a filha de Jairo), um jovem (o filho da viúva de Naim) e um adulto (o seu amigo Lázaro que vivia e morrera em Betânia).

No seu ensino, Jesus adoptou um método singular, contando histórias edificantes – as **parábolas** – cujo sentido nem sempre era evidente. “*O método das parábolas não se preocupa tanto em dar respostas prontas, mas sim em despertar a busca e em levar a uma descoberta*”⁸. São contos que interpelam fortemente os ouvintes, pois lhes falam directamente ao coração e questionam a sua conduta. Normalmente cada uma tem apenas um objectivo, pesem embora as interpretações alegorizantes que estiveram muito em moda entre os pregadores e só serviram para dificultar a sua interpretação, tornando complicado aquilo que era simples⁹. Simples, mas inteiramente novo, pois não se conhecem exemplos deste original tipo de pregação em nenhum dos livros do Antigo Testamento.

Nas cerca de 40 parábolas que os sinópticos e o evangelho de João nos relatam, acabamos por entrever o retrato do próprio Jesus: é ele o bom pastor que vai à procura da ovelha perdida, o bom samaritano que se acerca do homem em

⁸ Carlos Mesters, *As Parábolas*, ed. Vozes, Petrópolis (Brasil), 1985 (col. “Círculos Bíblicos”, n.º 5), p. 23.

⁹ “Começou-se muito cedo a tratar as parábolas como alegorias, isto é, a atribuir-se a cada detalhe das parábolas um especial sentido profundo. E essa alegorização estendeu, pelos séculos a fora, um espesso véu sobre o sentido das parábolas.” (Joachim Jeremias, *As Parábolas de Jesus*, ed. Paulinas, S. Paulo, 1983, p. 9). Um exemplo clássico do excesso de alegorizações é o da pregação de Santo Agostinho acerca da parábola do bom samaritano.

dificuldades, o pai compassivo que abre os braços ao filho pródigo quando este finalmente regressa (e nem o deixa apresentar as desculpas que ensaiara), é ele, enfim, o Reino que veio anunciar e que já chegou. Usa imagens do quotidiano das gentes do seu tempo: os rebanhos de ovelhas, o sementeiro, o grão de mostarda, a rede de pesca que apanha peixes bons e maus, o campo onde crescem o trigo e o joio, os lírios do campo e os pardais, as virgens que acendem as suas lâmpadas para receber o noivo que chega, o rei que dá um banquete, um administrador previdente e um juiz iníquo, etc.

Escreve Mesters: “*Se Jesus tivesse vivido e crescido no Brasil de hoje, ele falaria, como o camponês, de milho e mandioca, de banana e laranja, de chuchu e mamão, de roça e sertão, de pinga e cigarros, de arroz e feijão, de bar e restaurante, de loteria esportiva e programa de televisão, de lampião de gás e luz elétrica, de favela e barracão, de prédios e avenidas, de usinas e estradas, de fábricas e salário mínimo, de terrorismo e assaltos, de polícia e repressão, de compra de lote e material escolar, e de tantas outras coisas que marcam a nossa vida. Tudo isso, Ele o usaria para levar o povo a descobrir algo de Deus na vida.*” (Carlos Mesters, *As Parábolas*, p. 10).

Não é nosso objectivo esboçar sequer uma biografia de Jesus. O leitor encontrará na bibliografia algumas obras de muito mérito sobre o assunto. Limitamo-nos assim a apresentar breves *instantâneos* que identificam a sua pessoa e o seu método pedagógico (milagres, parábolas, discípulos, etc.), distinguindo-os de todos os demais. Da doutrina, do meio social e das razões que levaram o Sinédrio e Pilatos a condená-lo, falaremos um pouco mais adiante.

Ao ler a descrição da vida pública de Jesus apercebemo-nos facilmente da existência de dois andamentos distintos: uma primeira fase, correspondente à pregação pública e quase toda passada na Galileia – no meio do povo, nas sinagogas, nos montes, num barco, em casa de Pedro ou de Mateus, etc. – fase que termina na altura da “transfiguração”, que terá ocorrido no monte Tabor, por altura da festa das tendas. A segunda fase, em que Jesus se dedica quase exclusivamente à instrução dos discípulos, aponta para Jerusalém, mesmo sabendo que se arrisca, com alta probabilidade, a ser preso e morto. Trata-se de uma clara mudança de estratégia, motivada possivelmente pela proximidade da Páscoa.

Jesus sobe assim a Jerusalém, acompanhado dos discípulos (os 12, mas também um grupo mais alargado em que se inclui Maria, sua mãe) e inicia um período intenso de pregação, quase sempre no Templo. O sumo-sacerdote, alarmado com as possíveis repercussões de um tal movimento, resolve mandá-lo prender, mas fá-lo pela calada da noite, para evitar a reacção do povo. Conduzidos por Judas, o apóstolo traidor subornado com 30 moedas de prata, os soldados do templo chegam quando Jesus se encontra a orar no Monte

das Oliveiras, num local conhecido pelo lagar de azeite (Getsemâni) e prendem-no. Levado diante do Grande Conselho, Jesus acaba por confirmar que é o Messias, o que o tornou réu de morte, por ser considerado blasfemo. Mas, uma vez que o Sinédrio (*Sanhedrin*, um vocábulo derivado do grego que significa “Assembleia do Conselho”) não tinha poder para o condenar à morte, foi conduzido perante o procurador romano Pôncio Pilatos, sob a acusação de se tratar de um perigoso agitador que se intitulava “rei dos judeus”. O interrogatório de Pilatos é conhecido. É um facto que tentou dissuadir os seus acusadores, mandando-o flagelar – um castigo duríssimo, a que muitos condenados não resistiam – e apresentando-o depois à turba a quem propôs a escolha entre libertar o “rei dos judeus” ou Barrabás, um chefe zelota preso por assassínio. A libertação de um preso por altura da festa da Páscoa era uma prática tradicional que os romanos acatavam. Incitada pelos sacerdotes, a multidão optou por Barrabás e Pilatos ordenou então que Jesus fosse crucificado, declarando-se no entanto inocente de tal julgamento, através do acto simbólico de lavar as mãos.

Jesus foi crucificado entre dois ladrões no monte Gólgota (ou Calvário), expirando ao fim de três horas. Um discípulo, José de Arimateia, que possuía um túmulo novo escavado na rocha, num jardim muito próximo do local da execução, obteve de Pilatos a concessão do cadáver do mestre e sepultaram-no antes do final do dia de sexta-feira.

Na madrugada de Domingo¹⁰, Jesus ressuscitado apareceu no meio dos discípulos, comeu com eles para confirmar que não se tratava de um fantasma e, uma semana depois, perante a incredulidade de Tomé, um dos doze, ordenou-lhe que metesse os dedos nas chagas dos pulsos e do peito, para dissipar todas as dúvidas. Voltaremos a este ponto capital para o Cristianismo – a Ressurreição – mais adiante, no parágrafo 6.

Ordenou-lhes depois que seguissem para a Galileia, onde permaneceu algum tempo (40 dias, de acordo com o evangelista), antes de os deixar definitivamente e os enviar em missão.

Todos estes acontecimentos tiveram lugar no ano 30 ou 33.

1.4 *Quando morreu Jesus?*

Porquê 30 ou 33? Porque Jesus foi crucificado numa *sexta-feira, véspera de Páscoa, no dia 14 do mês de Nisan*. O mês de Nisan era o 1.º mês do ano e coincidia com o advento da Primavera. No tempo de Jesus, os judeus (com excepção da seita dos essénios e de alguns galileus) adoptavam o calendário do tipo lunar. Anteriormente, na época de Moisés, utilizava-se o calendário

¹⁰ Analisei com algum pormenor os factos ocorridos entre a morte de Jesus e o primeiro anúncio da Ressurreição no meu livro *João viu e acreditou...*, Macau, 1990.

solar, com 365 dias e um quarto, como o nosso, por influência dos egípcios, onde os Israelitas sofreram longo cativeiro, absorvendo entretanto muitos aspectos da sua cultura. Mais tarde, devido também a um cativeiro (o da Babilónia, que durou praticamente duas gerações) acabaram por adoptar o calendário lunar, utilizado pelos astrónomos da Mesopotâmia (é ainda hoje o calendário seguido por várias confissões e povos como, por exemplo, os chineses). Para os Judeus, o ano lunar tinha assim 12 meses de 28 dias cada, o que impunha a necessidade de intercalar um outro mês, de vez em quando, para coincidir com as estações do calendário solar. A Páscoa, que se celebrava no primeiro dia de lua cheia do mês de Nisan, nem sempre caía no mesmo dia da semana. Era uma festa móvel, como todas as restantes. Nos anos que nos interessam, a coincidência com o Sábado deu-se apenas nos dias 18 de Março do ano vinte e nove, 7 de Abril do ano trinta e 3 de Abril de trinta e três. Há que excluir o primeiro, por demasiado cedo, bem como os posteriores a 33, por razões diversas (o tempo do consulado de Pilatos, a data de conversão de Paulo, etc.).

Muitos exegetas e teólogos actuais se inclinam para o ano 33, devido aos fenómenos meteorológicos que se verificaram naquela tarde. Com efeito, os evangelistas referem que o céu escureceu entre o meio-dia e as 3 da tarde (Lc 23, 44) e que a Lua ficou vermelha “*da cor do sangue*”. No seu discurso à multidão, logo após o episódio da descida do Espírito Santo, no dia de Pentecostes (Act 2, 14-21), Pedro evoca o testemunho desses dois acontecimentos para mostrar que Jesus era de facto o Messias, pois tais sinais (... “*O sol se mudará em escuridão e a lua em sangue*”) haviam sido previstos pelo profeta Joel (Jl 3, 1-5) para anunciar os tempos messiânicos.

Tratou-se obviamente de factos que todos deveriam ter presenciado poucas semanas antes pois, de contrário, tê-los-iam contestado imediatamente. Mas hoje possuímos outros testemunhos que os confirmam, como vamos ver.

Quanto à escuridão anormal àquela hora do dia (*À hora sexta, houve trevas sobre toda a terra, até à hora nona* – Mc 15, 33), não poderia tratar-se de um eclipse do Sol, já que este fenómeno nunca dura tanto tempo. Além disso, os registos meteorológicos não assinalam qualquer eclipse solar naquela data. Na opinião dos estudiosos, o que se deve ter verificado foi o aparecimento de uma daquelas tempestades de areia tão frequentes no Médio-Oriente, durante as quais o Sol fica realmente encoberto e a escuridão é tal que parece de noite. Escreve, a este propósito, Daniel Rops: “*Terá então de se admitir um desses golpes de khamsin, o sopro negro do deserto, algum desses sirocos catastróficos que lançam a noite bruscamente na Judeia, de modo semelhante ao das trevas que cobriram o Egipto, à ordem de Moisés, para punir o Faraó? Tais acontecimentos não são raros em Abril*”¹¹.

¹¹ Daniel Rops, ob. cit., p. 619.

Seguiu-se um tremor de terra (de que há sinais visíveis, ainda hoje, na rocha da basílica do Santo Sepulcro) e o véu do Templo rasgou-se, no preciso

momento em que Jesus expirou. Nessa altura (era a hora nona, ou seja, 3 horas da tarde) as trevas dissiparam-se. “*Poderia pensar-se – escreve o Padre Lagrange – numa dessas violentas rajadas de vento que, num instante, dissipam os sirocos negros da Primavera*”¹².

¹² *Idem*, p. 624.

Mas estes fenómenos tanto poderiam ter-se produzido no ano 30 como no ano 33. É a alusão à Lua – *A lua (se transformará) em sangue* (Jl 3, 4) – que leva muitos exegetas a optar pelo segundo.

No período que decorreu entre os anos 26 e 36 houve apenas um eclipse lunar durante a Páscoa, visível em Jerusalém. E este fenómeno verificou-se exactamente *no dia 3 de Abril do ano 33*.¹³ Teve início às 15:40 e foi visto na cidade até às 18:50. Às 18:20 encontrava-se eclipsado 20% do disco lunar. E era, de facto, fortemente avermelhado, uma vez que a luz se refractou ao atravessar a atmosfera terrestre, perdendo a parte violeta do espectro e assim se tornando vermelha. O que, de resto, não é um fenómeno raro¹⁴. Trata-se portanto de um forte argumento a favor do ano trinta e três da nossa era. Isto significaria que Jesus teria morrido com perto de 40 anos. Se a crucificação se realizou no ano 30, como pretendem outros estudiosos (nomeadamente a equipa da Bíblia de Jerusalém), então Jesus estaria a caminho dos 37 anos. De qualquer modo, *sempre mais perto dos quarenta anos do que dos trinta*, ao contrário do que antigamente se pensava.

¹³ C. J. Humphrey e W.G. Waddington, “Dating the Crucifixion”, *Nature*, 1983, pp. 743-746.

¹⁴ O mesmo sucedeu, por exemplo, numa noite de Agosto de 1990, durante um eclipse que fotografei em Portugal (Sesimbra), verificando que a Lua se encontrava fortemente avermelhada, pelo mesmo motivo.

2. As fontes

Para além de algumas breves referências em escritores não cristãos (Plínio-o-Antigo, Tácito, Suetónio, Flávio Josefo) as fontes do cristianismo são essencialmente constituídas pelos textos escritos cristãos e pela tradição que remonta aos tempos dos apóstolos. O conjunto dos textos canónicos – isto é, os que foram aceites como inspirados desde os tempos mais recuados – inclui os 4 Evangelhos, o livro dos Actos dos Apóstolos, 21 epístolas (cartas de alguns apóstolos) e o livro da Revelação, ou Apocalipse. São, ao todo, 27 documentos¹⁵.

Os três primeiros Evangelhos apresentam um esquema muito parecido e por isso são chamados *sinópticos*. O quarto, atribuído ao apóstolo São João, procura, como atrás referimos, completar as informações dos anteriores.

O seu objectivo, como ficou dito, não é o de apresentar uma biografia exaustiva de Jesus de Nazaré, nem sequer uma cronologia dos acontecimentos (embora possuam bastante de ambos os géneros), mas sim o de dar a conhecer a pessoa e a doutrina de Jesus, em ordem à conversão e alimento espiritual das primeiras comunidades.

¹⁵ Fora da colecção dos textos canónicos existem muitos outros escritos, os chamados *apócrifos*, os quais, embora não sejam dignos de crédito, em virtude da imaginação desenfreada e exageros óbvios dos seus autores, fornecem todavia elementos úteis para os estudiosos. É o caso, por exemplo, do chamado “*Evangelho segundo Tomé*”, um texto claramente gnóstico, encontrado na mesma época em que foram descobertos os manuscritos do Mar Morto (1945-1946), em Nag Hammadi, no Alto Egipto. Existe uma edição comentada em português, da editorial Estampa, Lisboa, 1992.

É possível que tenham sido precedidos de colecções dos ditos e sentenças do Mestre, elaboradas para as primeiras catequeses, a que os peritos dão o nome de “fonte Q”.

Marcos, o mais antigo, escreve a partir do baptismo de Jesus, ou seja do início da sua vida pública. Crê-se hoje, com fortes probabilidades, que o texto haja sido ditado pelo próprio São Pedro, o qual Marcos secretariou em Roma.

Mateus era o nome de um dos apóstolos (o que fora colector de impostos) e começa com a descrição do nascimento de Jesus. Escreve para comunidades judaicas convertidas. Uma das suas preocupações é a de demonstrar que na vida e obras do profeta galileu se haviam realizado as profecias do Antigo Testamento acerca do Messias.

Quanto a *Lucas*, provavelmente médico e pintor, de origem helenista, dirige-se preferentemente aos gentios, sublinhando o amor de Jesus por toda a Humanidade. Por essa razão é também conhecido como “o evangelho da ternura”. Sublinha o cuidado que teve na selecção e pesquisa das fontes, que aproveitou também para narrar os primeiros tempos da Igreja no livro dos “Actos dos Apóstolos”. Foi protagonista de muitos dos acontecimentos que aí descreve, pois acompanhou Paulo em diversas viagens apostólicas.

Finalmente *João* (presumivelmente o apóstolo com o mesmo nome) é também autor de um Evangelho, diferente dos anteriores na sua estrutura mas idêntico nos objectivos, de 3 cartas ou epístolas (provavelmente de muitas mais, mas só estas se conservaram), e do livro do “Apocalipse” (literalmente: *revelação*), escrito para dar alento a algumas comunidades cristãs que na época sofriam graves perseguições das autoridades romanas. Por esse motivo o livro usa linguagem figurada, apresentando-se como que cifrado através de números e símbolos, o que mais tarde deu azo a numerosas interpretações fantasiosas – e até, por vezes, grotescas – de grupos e seitas que procuram manipulá-lo e forçar a sua interpretação. Mas para as comunidades a quem o texto se destinava a mensagem era perfeitamente clara e não continha qualquer ambiguidade.

Por último, o cânone cristão conta ainda com 2 epístolas de São Pedro, 1 de S. Tiago, 1 de S. Judas e 14 atribuídas a S. Paulo (um fariseu que não fazia parte do colégio inicial dos 12 apóstolos, e acabou por se converter depois de ter perseguido encarniçadamente os primeiros cristãos, tornando-se depois num apaixonado seguidor de Cristo e fundador de diversas comunidades de neo-convertidos, judeus e pagãos). Refira-se, pela importância que esta atitude comporta, que todos os apóstolos morreram como mártires para sustentar a verdade que proclamavam da ressurreição de Cristo de que eram testemunhas (excepção feita a João o qual, embora haja sofrido o martírio, escapou da morte e viveu até muito tarde).

Quanto às datas de composição dos Evangelhos, a exegese tradicional dos Sinópticos até há três decênios dava como certo que haviam sido precedidos de um longo período de tradição oral, só havendo sido postos por escrito por altura da destruição de Jerusalém (acontecida no ano 70, como consequência da revolta judaica de 66). Hoje, porém, admite-se com fundadas provas, que tenha sido muito anterior, tendo o de Marcos (provavelmente ditado pelo próprio São Pedro, como dissemos) sido escrito o mais tardar em 42-45, Mateus cerca de 50 e Lucas pouco depois. Ou seja: *entre 9 e 17 anos após a morte de Jesus*.

Pensava-se que estes textos tivessem sido originalmente compostos em grego, a língua de cultura da época, mas estudos mais recentes vieram provar o contrário. Efectivamente, segundo o conceituado filólogo Jean Carmignac, “é certo que Marcos, Mateus e os documentos utilizados por Lucas foram redigidos numa língua semítica, mais provavelmente o hebraico do que o aramaico”¹⁶. É essa também a opinião de Claude Tresmontant¹⁷, para quem “Mateus e João são os mais antigos, Lucas e Marcos vêm depois”. Por sua vez, J. A. T. Robinson, bispo e teólogo anglicano, é de opinião (*Redating the New Testament*) que o Evangelho de João, cujo substracto é nitidamente aramaico, pode ter sido o primeiro de todos a ser escrito, talvez entre 40 e 65 (a 1.ª parte, pelo menos)¹⁸.

Entretanto, a investigação dos famosos manuscritos do Mar Morto (uma descoberta acidental de um jovem pastor beduíno, em 1947) trouxe novas e importantes achegas a esta questão da datação dos primeiros escritos cristãos. Os manuscritos haviam sido escondidos em grutas situadas nas colinas junto do Mar Morto, poucos anos antes da destruição de Jerusalém pelos romanos, no ano 70. Provavelmente antes de 68 os Essénios, que habitavam no mosteiro de Qumran, bem como as comunidades cristãs que viviam em Jerusalém e puderam escapar-se para a Decápole, ocultaram em várias grutas os tesouros das suas escrituras, em pergaminhos enrolados e encerrados em potes de barro. Devido à morte de uns e ao desaparecimento de outros, perdeu-se a memória destas preciosidades e só passados 1900 anos elas vieram a ser acidentalmente encontradas, trazendo novas luzes ao estudo do Antigo e Novo Testamento¹⁹. Com excepção da gruta n.º 7, todas as outras continham pergaminhos escritos em hebraico ou aramaico. Nesta, porém, só foram encontrados *papiros* (e não pergaminhos), e todos escritos em grego (e não em aramaico ou hebraico).

A descoberta na gruta 7 de Qumran do papiro 7Q5 (ou seja: o fragmento n.º 5 da gruta 7 de Qumran) que o jesuíta espanhol José O’Callaghan identificou em 1972 como sendo Mc 6, 52-53 (o mais antigo manuscrito conhecido do Novo Testamento!) e Carsten Thiede confirmou²⁰, mostram que já no ano 50 corria entre as cristandades uma tradução grega deste Evangelho.

¹⁶ Carmignac, Jean, *La Naissance des Évangiles Synoptiques*, ed. François Xavier de Guibert, Paris, 1983 (3.ª ed.), p. 95.

¹⁷ Tresmontant, Claude, *Le Christ Hébreu (la langue et l’âge des Évangiles)*, ed. F. X. de Guibert, Paris, 1983, p. 314.

¹⁸ Esta tem sido uma questão altamente polémica, pois o grupo de exegetas mais tradicionalista reagiu muito negativamente às conclusões destes estudiosos e ignorou inclusivamente as descobertas feitas em Qumran, a que adiante fazemos referência. Pode apontar-se, entre os que assim reagiram, o conhecido teólogo e exegeta Pierre Grelot, do Instituto Católico de Paris (veja-se, por exemplo, o estudo de Grelot sobre *Os Evangelhos (origem, data, historicidade)*, publicados no n.º 18 dos “CADERNOS BÍBLICOS”, ed. Difusora Bíblica (Franciscanos Capuchinhos), Lisboa, 1985.

¹⁹ Os cerca de 600 rolos até agora descobertos contêm manuscritos cuja redacção se situa entre o séc. III a.C. e o séc. I d.C. Ali figuram todos os livros do Antigo Testamento (excepto o de Ester), os deuterocanónicos e apócrifos do A. Testamento (compostos no período intertestamentário) e numerosos documentos relativos à própria comunidade essénia (Regra, orações, comentários bíblicos, calendário e astrologia).

²⁰ Thiede, Carsten Peter, *Qumrân et les Évangiles*, ed. F. X. de Guibert, Paris, 1994.

²¹ Ignorando intencionalmente os dados da Tradição, a escola alemã da “crítica das formas”, liderada por R. Bultmann, tentou sempre separar o “Cristo da História” (ao qual não atribua qualquer valor) do “Cristo da Fé”, posição que logrou grande popularidade porque se apresentava como “científica”, mas que acabou por se desacreditar totalmente face à exegese moderna. Escreve, a propósito, Vittorio Messori no seu livro *Il a souffert sous Ponce Pilate (enquête historique sur la passion et la mort de Jésus)*, trad. francesa do original italiano editada por F. X. de Guibert, Paris, 1995, a pp. 22-23: “*Se durante dezenas de anos a exegese alemã procurou libertar-se do Jesus ‘segundo a carne’, é talvez também porque esta ‘carne’ era judia. Um ‘Cristo da fé’, quer dizer, sem raízes semitas, sem caracteres judeus, um mito desincarnado, nascido numa ambiência helenística: parece ter sido este o objectivo a atingir para tantos investigadores, ignorando talvez que aquilo que apresentavam como ‘ciência’ vinha na realidade da zona obscura do inconsciente. A recusa obstinada de ir à Palestina de Rudolf Bultmann, o venerado príncipe dos desmistificadores; aquilo que repetia que “do judeu Jesus nós não sabemos nada e também nada nos deve importar saber”; a sua atribuição de todo o cristianismo a uma comunidade de etnia e de cultura gregas (portanto, constituída por “arianos”); que sem ser molestado de alguma forma, durante todos os anos do Terceiro Reich, conservou a sua cátedra na universidade de Marbourg; a sua dependência filosófica de Martin Heidegger que estabeleceu com os nazis as primeiras relações de colaboração e depois sempre de amizade... Tudo isto não passa de um exemplo, mas que pode ser reflexo daquele que conhece um pouco certa exegese, aquela que parece por vezes querer libertar-se do mal-estar da sombra de um circuncidado, da inquietação pela judaização do mundo operada através deste judeu”.*

²² Joachim Jeremias, *Jerusalém no Tempo de Jesus* (cfr. bibliografia), pp. 120, 121, 281 e 341. Boa parte das referências sobre a Palestina na época de Jesus podem encontrar-se nesta grande obra do erudito pastor protestante. Nele se apoiaram autores como Émile Morin (*Jesus e as Estruturas do Seu Tempo*) e Christiane Saulnier e Bernard Rolland (*A Palestina no Tempo de Jesus*), embora nem sempre citem a fonte. Muito diferentes dos dados de J. Jeremias

Nessa mesma gruta foram encontrados os pedaços de uma ânfora em cujo gargalo estão inscritas três letras hebraicas, duas vezes repetidas (RWM), o que significava Roma, indicando a proveniência da comunidade a que a jarra e o seu conteúdo (os papiros) pertenciam.

Outra descoberta não menos sensacional foi a de um outro fragmento (n.º 4), encontrado no mesmo local, e que contém algumas linhas da 1.ª carta de Paulo a Timóteo (2.ª parte do 1.º versículo do 4.º capítulo) – uma das chamadas cartas “pastorais” – que a exegese tradicional remetia para os anos 100 a 120.

A “Tradição”, por sua vez, consiste na preservação da pregação primitiva dos apóstolos (catequeses, narrações, testemunhos, hinos, orações, etc.) que primeiro foi transmitida oralmente, logo após a ocorrência dos factos, e que permite assim interpretar com segurança o sentido daquilo que era ensinado, dentro do respectivo contexto²¹.

3. A Palestina no tempo de Jesus

Pouco maior do que o Alentejo e correspondendo, pouco mais ou menos, aos limites do actual Estado de Israel, a Palestina do tempo de Jesus era habitada apenas por cerca de 500 a 600 mil judeus, ou seja, cerca de um quinto do total dos israelitas de então (2,5 a 3 milhões), cuja grande maioria residia em territórios da “diáspora” (dispersão). Na capital, Jerusalém, viviam entre 25 a 30 mil pessoas, mas este número chegava a aumentar seis vezes por ocasião das grandes festas religiosas²². Havia ainda romanos, gentios e samaritanos.

Tal como hoje, o território era acidentado, com uma depressão profunda por onde corre o rio Jordão, o qual, depois de atravessar o lago de água doce conhecido por lago de Genesaré (ou ainda, “mar da Galileia” ou “mar de Tiberíades”) vai desaguar nas águas profundas e salgadas do mar Morto (a maior depressão do mundo, 392 metros abaixo do nível médio dos oceanos). O deserto, as montanhas da Judeia e da Samaria, bem como o litoral mediterrânico, completam esta moldura geográfica que importa ter em conta para melhor se compreenderem os acontecimentos que ali se desenrolaram (ficou a dever-se a Ernesto Renan e, mais tarde, a Daniel Rops, esta preocupação de situar rigorosamente os acontecimentos no seu contexto histórico-geográfico, ao contrário de Bultmann e sua escola, os quais, como já vimos, preferiam lidar com um Cristo desincarnado e não judeu).

Politicamente, a Palestina estava submetida a Roma desde o ano 63 a.C. (Pompeu) que governava por intermédio dos chefes locais. Como já dissemos, quando Jesus nasceu reinava Herodes, rei dos Judeus desde 40 a.C. até à

data da sua morte, em 4 a.C. Foi chamado “o Grande” para o distinguir do seu filho com o mesmo nome (Herodes Antipas), mas sobretudo devido às construções e empreendimentos megalómanos que este idumeu levou a cabo (a demorada reconstrução do templo de Jerusalém, a cidade de Cesareia marítima, palácios, fortalezas). Tendo seu filho Arquelau, cruel e déspota como o pai, sido deposto pelos romanos em 6 da nossa era, a Judeia tornou-se uma província romana de 3.º grau, com um governador dependente do governador da Síria. Mais tarde foi atribuído a estes governantes o título de “procuradores”; o mais conhecido, por ter pronunciado a sentença que condenou Jesus à morte, foi Pôncio Pilatos, que administrou o território entre 26 e 36.

O poder – sobretudo na esfera sócio-religiosa, mas igualmente política, embora com limitações – era exercido pelo *Sinédrio*, simultaneamente assembleia legislativa, governativa e tribunal. Era composto por 71 membros (chefes dos sacerdotes, escribas e anciãos) e presidido pelo Sumo Sacerdote.

O clero tinha funções hereditárias, exercidas pelos **sacerdotes** (cerca de 7200) e **levitas** (uns 9 600). Com suas mulheres e filhos, o conjunto das famílias clericais atingia 50 a 60 mil pessoas, isto é, um décimo de toda a comunidade judaica da Palestina. Desempenhavam as suas tarefas por turnos no *Templo*, em torno do qual se desenrolava toda a vida económica e social. Nas outras cidades e aldeias, os centros de instrução religiosa e de culto eram as *Sinagogas*, onde se guardavam os rolos com as Escrituras, lidas e comentadas ao Sábado por qualquer membro da assistência (excepto as mulheres, que ocupavam uma área aparte).

Nessa época, a sociedade judaica estava bem longe de constituir um todo homogéneo, tanto social, como económica ou religiosamente. Fervilhavam as dissensões entre saduceus e fariseus, ricos e pobres, instruídos e ignorantes.

Os **saduceus**, essencialmente membros da aristocracia sacerdotal (chefes dos sacerdotes e nobreza sacerdotal) e da aristocracia leiga rica (os anciãos), dominavam a vida política. Eram conservadores e mantinham boas relações com os invasores romanos que lhes asseguravam a manutenção do seu património. Do ponto de vista religioso aceitavam apenas o Pentateuco, não acreditando na ressurreição dos mortos nem na existência de anjos. Eram mal aceites pelo povo, a quem oprimiam, e desempenhavam algumas das tarefas mais detestadas, como as de cobradores de impostos, senhorio das terras, etc.

Os **fariseus** ou “separados” (cerca de 6 mil, ou seja, apenas um minúsculo 1% da população) eram, na sua maioria, pessoas do povo (mercadores, artífices, camponeses) que viviam em comunidades fechadas, com regras muito minuciosas e numerosas prescrições – sobre a pureza ritual, o dízimo, as orações, etc. Este grupo, que a si mesmo se considerava a comunidade

relativamente à população judaica, dentro e fora da Palestina, são os números apresentados por Jacques Paternot, numa recente publicação intitulada *O Assassinato de Jesus* (ed. Inquérito, Mem Martins, 2000): apoiando-se no historiador Salomão Graysel afirma, a págs 20, que “no princípio da era cristã não restavam na Palestina mais do que 2,5 milhões de Judeus para 5,5 milhões no resto do império e a leste. Menos de um terço”. Confrontados com os bem fundamentados cálculos de Jeremias, estes números afiguram-se-nos francamente exagerados.

dos *santos*, ou a *verdadeira comunidade de Israel*, tanto se opunha aos saduceus como ao povo que desconhecia a Lei (os ‘*ammê ha-’ares*). Note-se que, entre os fariseus e os saduceus, a maioria era composta por “leigos”, ou seja, por gente que não exercia funções religiosas. A chefia, contudo, era assegurada pelos *homens da religião*: clérigos (entre os saduceus) e teólogos (entre os fariseus).

Os **escribas**, ou *doutores da Lei*, recebiam uma formação especializada e o prestígio daí resultante assegurava-lhes consideráveis privilégios: eram eles os juizes, reservavam-lhes os lugares de honra nas sinagogas e nos banquetes, etc. Havia escribas entre os sacerdotes, os levitas e os leigos, tanto fariseus como saduceus (S. Paulo, por exemplo, antes da sua conversão, quando usava o nome de *Saulo*, era fariseu e escriba).

Vale a pena referir ainda os **zelotas**, um grupo de patriotas extremistas e fanáticos que se opunham pela violência tanto aos opressores estrangeiros como aos judeus que considerassem colaboracionistas. Seita fundada por Judas, o “galileu”, e por Sadoc, desencadearam uma revolta no ano 6 e entrincheiraram-se na cidade de Séforis, que acabou por ser destruída pelos romanos, comandados por Quintílio Varo, legado da Síria, que mandou crucificar 2 mil zelotas (é possível que hajam pertencido a esta seita os apóstolos Simão e Judas Iscariotes, bem como Barrabás e os dois ladrões crucificados com Cristo). Aliados aos fariseus, os zelotas desencadearam nova revolta em 66 que veio a ser esmagada tragicamente no ano 70, culminando com a destruição de Jerusalém pelas tropas de Tito. Com o chamado “suicídio” colectivo na fortaleza de Masada (na realidade uma matança efectuada por um pequeno grupo que decidiu que jamais se renderiam) terminou praticamente a existência destes guerrilheiros, tão destemidos como insensatos.

Outro grupo a que já nos referimos ao abordar a descoberta dos manuscritos do Mar Morto, era o dos **Essénios** (uns 4 mil, no tempo de Jesus), que teve a sua origem, tal como os fariseus, no movimento dos “assideus”, na época dos Macabeus (152 a.C.). Constituíam comunidades semelhantes às dos fariseus, tendo-se estabelecido a maior parte nas cidades, tanto solteiros como casados; um pequeno grupo com cerca de 200 celibatários, porém, construiu um mosteiro junto do Mar Morto, em Kibet Qumran, onde viviam como monges. Fundamentalmente a sua teologia era a do “resto” de Israel, constituído por eles, os “filhos da luz” que se opunham aos “filhos das trevas” e se preparavam para acolher o Messias. Liderados pelo “mestre da Justiça”, haviam-se afastado do Templo de Jerusalém, considerando os seus sacerdotes e o seu calendário lunar como ilegítimos. De facto, seguiam o calendário solar para evitar que qualquer festa pudesse ter lugar ao Sábado. Desapareceram entre 68 e 70, como referimos, durante o cerco de Jerusalém. É quase certo que João Baptista, embora não sendo essénio, teve com eles

alguns contactos (até pela proximidade do seu local de pregação). Também Jesus os conheceu (o local da última Ceia, situado no bairro essénio de Jerusalém e ainda outros indícios levam a supôr que o dono da casa fosse um essénio), embora a sua teologia estivesse quase nos antípodas da do mestre galileu. Outra demonstração da sua importância na época transparece do evangelho de João, onde se encontram numerosos vestígios da sua terminologia, quando antes se pensava tratar-se de influência puramente helenística.

Os **Samaritanos**, frequentemente citados nas descrições evangélicas, eram odiados pelos judeus que os colocavam ao nível dos pagãos, por se terem misturado com estrangeiros durante o exílio da Babilónia e haverem construído o seu próprio templo no monte Garizim. Tal como os Saduceus, só aceitavam o Pentateuco como livros inspirados, e consideravam-se descendentes dos primeiros Patriarcas. Jesus atravessou as suas terras mais do que uma vez e não hesitou em anunciar-lhes a Boa Nova sempre que a ocasião se apresentou. O diálogo com a mulher samaritana, junto ao poço de Jacob, que levou à conversão de numerosos habitantes de Sicar, é um episódio bem conhecido e que, tal como a parábola do “bom samaritano”, escandalizou profundamente muitos judeus, indignados pela sua abertura tão cheia de simpatia a estes inimigos que eles se haviam habituado a tratar como estrangeiros infieis.

Por sua vez, os elementos do **povo** (os “*am-ha-arez*”, uma expressão que comportava um sentido pejorativo e significava “gente da terra”) que não pertencessem a nenhum dos grupos anteriores – e que constituíam, afinal, a maioria dos israelitas – eram olhados com desprezo e considerados inferiores por todos eles. Para os israelitas do tempo de Jesus (tal como para certas seitas cristãs actuais – em Dallas, nos EUA, por exemplo) a pobreza era considerada um castigo de Deus pelos pecados do próprio ou dos seus antepassados, e daí o escândalo de “os pobres serem evangelizados” – uma das prioridades de Cristo desde o início da sua pregação²³.

Uma palavra, finalmente, a completar o esboço deste quadro social, para a situação das **mulheres** cujo estatuto, à semelhança dos outros povos semitas, era nitidamente inferior ao dos homens, tanto nas relações familiares, como nos trabalhos domésticos, na sinagoga ou na simples apresentação em público, tolhidas por numerosas restrições e interditos. Também neste domínio a acção de Jesus escandalizou e levantou fortes polémicas entre os religiosos conservadores: Jesus não tinha qualquer problema em falar com uma mulher em público (o que era considerado de muito mau tom), mostrou grande misericórdia para com pecadoras e prostitutas, evitou inclusivamente a lapidação de uma adúltera, ao atingir em cheio a consciência dos seus acusadores (todos se afastaram e deitaram fora as pedras, “a começar pelos mais velhos”...), etc. O facto de viver na Galileia, onde as mulheres disfrutavam de muito mais liberdade do que em Jerusalém e eram alvo de menos preconceitos,

²³ Escreve Daniel Rops, referindo-se à situação do povo no tempo de Jesus: “*Um verdadeiro estado de hostilidade disfarçada reinava entre as classes de Israel. Os Fariseus, no Evangelho de São João, dizem com ódio: <Esta população que não conhece a Lei, são uns malditos!> (VII, 49) e Rabi Aqiba que foi, no século II, uma das glórias da seita farisaica, refere que, na época em que não pertencia ainda a esse credo, e apenas se encontrava entre a ‘gente da terra’, sentia na presença dos doutores cólera tão grande que, se tivesse podido ter um deles à sua mercê, o teria mordido como um burro, até lhe esmigalhar os ossos. Por seu lado, os Doutores professavam a respeito dos am-ha-arez opiniões não menos categóricas: Rabi Hillel, o doce Hillel, garantia que ‘um lapuz não tem consciência’; Rabi Jonathan aconselhava a ‘rachar ao meio, como se faz aos peixes, as pessoas que desconhecem a Lei’; Rabi Éléazar esclarecia ser indispensável abri-los de alto a baixo, e não imolá-los, pois a palavra ‘imolar’ ainda tem um sentido religioso! E todos concordavam em que, num dia de sábado, não era proibido esfaquear qualquer am-ha-arez. Lê-se na Enciclopédia Judaica, no artigo Am-ha-arez, a conclusão dum escritor judeu, S. Bialoblotzki: ‘Esta separação contribuiu muito para fortalecer a nova seita dos Cristãos. Junto deles, as ‘pessoas da terra’ encontravam amor e acolhimento, enquanto que, da parte dos letrados, não achavam senão a mais brutal repulsa’ – Daniel Rops, *Jesus no Seu Tempo*, Livraria Tavares Martins, Porto, 1956, 3.ª ed., pp. 183-184.*

facilitou obviamente este tipo de atitudes, embora mesmo para os galileus ultrapassassem muito as normas convencionais.

4. O profeta assassinado

Se Jesus “passou fazendo o bem”, na expressão de S. Pedro, por que razão o mataram?

A chave para este enigma reside nas expectativas messiânicas dos vários grupos acima referidos que se sentiram defraudados pela soluções totalmente inesperadas do profeta galileu.

Esperava-se, com efeito, por aqueles tempos, a vinda do Messias (o Ungido de Deus, o Salvador de Israel), baseados nas profecias de Daniel, amplamente divulgadas e que apontavam para “setenta semanas”, isto é, 70 períodos de 7 anos. Os essênios, por exemplo, contavam estes 490 anos a partir do final do cativeiro da Babilónia (516 a.C.) e daí a reclusão no deserto, edificando e ampliando o mosteiro de Qumran, desde 26 a.C. Estava em voga a literatura apocalíptica, uma resposta de esperança às dificuldades e à opressão continuada que o povo sofria. Neste mundo em verdadeira efervescência espiritual o aparecimento e a mensagem de Jesus foram escutados como a resposta aos seus anseios. Mas acabaram por desiludir muita gente, porque não serviam os seus propósitos.

De facto, Jesus incomodou todos os grupos, gorou as suas expectativas, contestou os poderosos, relativizou a importância do Sábado, do Templo, da interpretação estreita e literal da Lei, conviveu com os pecadores e marginalizados e, escândalo dos escândalos, anunciou o fim do *exclusivo* da Revelação aos Judeus, transformando o mundo todo no novo “povo de Deus” (relembram-se, por exemplo, as parábolas do banquete ou a do bom samaritano, a pregação em Siquém ou a cura do servo do centurião romano). Deste modo:

- os *zelotas* esperavam um Messias guerreiro que restaurasse o poder e o prestígio de Israel entre as nações (há muito quem defenda que a traição de Judas é a resposta à recusa de Jesus em assumir este papel);
- os *fariseus* foram desmascarados na sua hipocrisia e na sua pretensão de serem guias do povo (“*cegos que conduzis outros cegos*”...);
- os *saduceus* recearam as consequências de uma revolta do povo que poria em risco a sua segurança e bem-estar (daí, o famoso “mau conselho”: *Antes morra um só homem pelo povo*...);
- os *sacerdotes* sentiram-se ameaçados na sua fonte de proventos e de prestígio – o Templo. O episódio da expulsão dos vendilhões do

pátio exterior ou a ameaça de destruir o Templo e o reconstruir em 3 dias (Jesus referia-se simbolicamente a si próprio, mas eles tomaram as palavras à letra) punham em risco toda a estrutura sócio-económica do Israel de então, de que o Templo constituía sem dúvida o ponto central;

- dos *essénios* não se conhece a reacção. Mas não há dúvida de que a sua doutrina da salvação exclusiva de uma elite de israelitas “puros” e “filhos da luz” se opunha frontalmente à do amor universal que Jesus pregou. Em lugar do Messias guerreiro e exterminador dos infiéis, ele pregava e testemunhava na sua vida o amor aos próprios inimigos. A anos-luz dos essénios, portanto;
- os *romanos* não permitiam quaisquer ameaças à ordem estabelecida. Para Pilatos, tratou-se apenas de mais um caso aborrecido, entre os muitos que teve de julgar nos 10 anos do seu consulado²⁴;
- quanto à estranha reacção do *povo*, o grande beneficiário da Boa Nova, ao exigir a morte de Jesus em troca da libertação de Barrabás, rebelde e assassino comprovado mas líder revolucionário em quem se podia colocar alguma esperança, compreende-se sem grande dificuldade, se tivermos em conta dois factores importantes: a psicologia das multidões, que se deixam facilmente manipular por qualquer grupo razoavelmente organizado, como aconteceu, e o facto de a maior parte da multidão presente naquela Páscoa em Jerusalém mal o conhecer. Eram, na realidade, peregrinos da Diáspora²⁵ e o seu número era muito superior ao dos galileus e judeus que haviam escutado a sua palavra ou presenciado os seus milagres (um número relativamente pequeno, pobres e fracos, sem poder político nem social).

Poucas vozes se levantaram, de facto, em sua defesa: 2 ou 3 sinedritas de boa vontade, o sonho de uma mulher supersticiosa (a mulher de Pilatos), e pouco mais. Ficaram as mulheres chorando, ao longo do caminho para o monte Calvário e junto da cruz, mais corajosas do que os homens, pois apenas o apóstolo João permaneceu junto delas no local do suplício. Todos os outros o abandonaram na hora decisiva. E até na sua morte foi roubado, como sublinha um comentador, pois a morte tradicionalmente reservada aos profetas era a lapidação, e Jesus foi executado por Roma sob a acusação de revolucionário...²⁶.

Alguém escreveu que, se Jesus se tivesse limitado a curar doentes e a fazer milagres, provavelmente até teria recebido um subsídio do Sinédrio ou dos Romanos. Mas, na realidade, como vimos, Jesus tornou-se incómodo para muita gente e ele bem o sabia: “(o mundo) odeia-me porque dou testemunho de que as suas obras são más” (Jo 7, 7). A solução óbvia, portanto, era suprimi-lo...

²⁴ Vale a pena ler, a propósito do alheamento de Pilatos, que nunca teve a noção de que se encontrava no centro da História, o belo conto de Anatole France, prémio Nobel da Literatura, intitulado *O Procurador da Judeia*. Pilatos nutria um claro desprezo pelo povo que governava e não foi por acaso que o cruel Sejano, prefeito da guarda pretoriana do Imperador, amigo pessoal de Pôncio e inimigo dos judeus, o escolheu para o cargo.

²⁵ *Partos, medos e elamitas; habitantes da Mesopotâmia, da Judeia e da Capadócia, do Ponto e da Ásia, da Frígia e da Panfília, do Egito e das regiões da Líbia próximas de Cirene; romanos que aqui residem, tanto judeus como prosélitos, cretenses e árabes...* (At 2, 9-11). “Prosélitos” eram os convertidos ao Judaísmo que, embora não sendo judeus, se haviam convertido e sido circuncidados.

²⁶ Veja-se *O Profeta Assassinado*, de H. Cousin, ed. Paulinas, S. Paulo, 1978.

5. Para que tenhais a vida em abundância...

Procuramos situar a vida de Jesus de Nazaré no espaço e no tempo e estudamos o meio em que se desenvolveu, tendo como pano de fundo uma sociedade complexa e heterogénea. Entrevimos as causas da sua morte, que teve tudo a ver com a mensagem de que era portador. Resta-nos examinar em que consistia essa Boa Nova, capaz de mobilizar tanta gente ao longo dos séculos e um terço da Humanidade nos nossos dias. Concretamente, o que é que Jesus trouxe de diferente?

²⁷ Joachim Jeremias, na sua *Teologia do Novo Testamento* (p. 13) escreve o seguinte acerca da forma como era pronunciado o nome de Jesus na sua época: “O nome era pronunciado na Judéia *Iechua*’, como o sabemos pelas inscrições dos ossários dos arredores de Jerusalém (...) A forma *Iechu* (sem um *‘ayin*) que se usa predominantemente no Talmud (...) dificilmente será deturpação feita com intenções anti-cristãs; antes é “quase certo” (*Flusser*, Jesus, 13) a pronúncia galilaica, do nome; engolir o *‘ayin* era típico do dialeto galileu (*Billerbeck* I, 156 s).

Iechu²⁷ pregou o amor de Deus de uma forma perfeitamente revolucionária, como nunca ninguém o houvera concebido. Proclamou a chegada do “**Reino de Deus**”, afirmando que, longe da concepção distante e austera de Iaweh judeu, acima de tudo **Deus é Pai**, e um Pai que ama os seus filhos com ternura, de forma atenta e carinhosa. Estes filhos não eram apenas o Povo Eleito mas toda a Humanidade. Por isso, o amor de Deus passa pelo amor dos homens entre si.

No que toca à noção de **pecado**, centrou-a no atentado contra o amor, pondo assim a descoberto as suas raízes (o coração do Homem, as suas intenções) e não apenas os actos exteriores. Relativizou deste modo muitas prescrições legais, como as noções de impureza ou a observância do Sábado, pelo que, embora afirmando que não viera para modificar a Lei, lhe deu todavia um sentido muito mais profundo, chegando a dar uma volta de 180° às interpretações correntes dos doutores da Lei. Não invocava a autoridade de ninguém para apoiar o que afirmava, mas falava como quem tem **autoridade própria**. Vejamos um pouco mais em detalhe a doutrina de Jesus:

- A primeira coisa que chama desde logo a atenção é que Jesus se apresenta a si mesmo como **a medida de todas as coisas** que afirma. Ele não exige que os discípulos procedam segundo determinadas regras, mas sim que o sigam... *Eu sou o caminho, a verdade e a vida*. Há uma infinidade de estudos sobre a consciência que Jesus tinha de si mesmo e do seu ministério, e todos estão praticamente de acordo ao afirmar que ele sabia perfeitamente desde o princípio quem era e o que queria, embora tenha optado por o revelar progressivamente, primeiro de forma mais ou menos encoberta e depois de maneira cada vez mais clara até ao final da sua vida. Tratou-se de uma questão de prudência e bom senso, facilmente compreensíveis para quem conhecia o meio sócio-religioso em que se movia. Já quanto à sua estratégia e prioridades, como atrás sublinhamos, houve uma nítida alteração de rumo, ditada pelas circunstâncias, bastante visível após o episódio da *transfiguração* no monte Tabor.

Começando por usar um título bíblico algo ambíguo – o *Filho do Homem* – Jesus foi demonstrando o seu poder através dos milagres

(os sinais comprovativos do que dizia), o que causou grandes perplexidades nos que o ouviam. À pergunta: “*quem dizem os homens que eu sou?*”, os discípulos deram respostas diferentes que traduziam a confusão do próprio povo. Jesus todavia sublinha a resposta de Pedro, que considera inspirada pelo Pai. Por fim, na última Ceia afirma que “*eu e o Pai somos um*”, e ao pedido de Filipe para lhes mostrar o Pai, responde “*quem me vê, vê o Pai*”. Frente ao Sinédrio confessa que é o Messias e que o “*hã-de ver, à direita de Deus todo-poderoso, chegar sobre as nuvens do céu*” (Mt 26, 64); por fim, afirma-se “Rei” diante de Pilatos, de “*um Reino que não é deste mundo*” (Jo 18, 36).

- A perfeita consciência da sua missão exprime-a frequentemente ao dizer “*eu vim para*” ou “*eu não vim para*”... Sublinhemos aquela em que afirma “*eu vim para que tenhais a vida e a tenhais em abundância*”. Os seus ouvintes perguntarão estupefactos quem é afinal aquele homem que depois de curar doentes e ressuscitar mortos tem a ousadia de perdoar pecados, algo que só Deus poderia fazer? Quem pode dar a vida senão Deus?
- Dissemos que Jesus se refere sempre a Deus como Pai – “*meu Pai e vosso Pai*”. Perceberemos a novidade que esta expressão representa se soubermos que em todo o Antigo Testamento Deus é referido como Pai apenas 15 vezes, mas sempre de forma distante, como Pai de Israel, jamais ousando os crentes tratá-lo com a intimidade que se estabelece entre um pai e um filho. (o mesmo sucede aliás com o Islão, “*esse filho menor do Judaísmo*”, na expressão de Messori, que acrescenta: “*Entre os múltiplos nomes de Alá que o crente repete enquanto desfia o seu rosário, o Poderoso, o Justo, o Misericordioso, o Eterno, etc, falta absolutamente o de Pai*”²⁸). Em contrapartida, nos Evangelhos o nome de *Pai* aplicado a Deus aparece nada menos do que 170 vezes (4 em Marcos, 15 em Lucas, 42 em Mateus e 109 em João) e é sempre enquanto Pai que Jesus se Lhe dirige nas suas orações. Mais significativo ainda é o facto de Jesus empregar o termo aramaico **Abba**, que se traduz por “paizinho” ou “papá” e expressa aquela profunda intimidade, confiança, simplicidade e ternura só possíveis entre os filhos e os seus pais terrenos. Jamais alguém se atrevera a fazê-lo e todavia Jesus – e depois dele, a Igreja primitiva – é sempre deste modo que se dirigem a Deus, para escândalo dos judeus seus contemporâneos. Trata-se de uma inovação importantíssima, revolucionária, nas relações do Homem com Deus, de que hoje, dois mil anos passados, já não nos damos conta, mas que revela um abismo de diferença em relação ao judaísmo. S. Paulo, por exemplo, não se cansa de o pôr em relevo (vejam-se, por exemplo, Rm 8,15 ou Gl 4,6)²⁹. É significativo que a única oração que Jesus ensinou os discípulos a rezar seja precisamente o “Pai Nosso”.

²⁸ Vittorio Messori, *Il a souffert sous Ponce Pilate*, cit., p. 306.

²⁹ Cfr. todo o cap. I de *A mensagem central do Novo Testamento*, de Joachim Jeremias, ou o cap. XXIX (“Et il disait: “Abba! Père!”) de *Il a souffert sous Ponce Pilate*, de V. Messori, cit.

- Outra das grandes novidades do ensinamento de Jesus consistiu em afirmar que o 2.º mandamento (amar o próximo como a si mesmo) tinha o mesmo valor do primeiro (amar a Deus sobre todas as coisas). E acrescentou na última Ceia, de maneira mais radical ainda: *“Ninguém tem maior amor do que quem dá a vida pelos seus amigos”* (Jo 15, 13). Os apóstolos entenderam tão bem este preceito que João escreverá mais tarde *“Se alguém disser: ‘Eu amo a Deus’ mas tiver ódio ao seu irmão, esse é um mentiroso; pois aquele que não ama o seu irmão, a quem vê, não pode amar a Deus, a quem não vê. E nós recebemos dele este mandamento: quem ama a Deus, ame também o seu irmão”* (1 Jo 4, 20-21).
- Na linha deste preceito, instituiu um **mandamento novo** (na realidade, o 11.º mandamento), no decorrer da última ceia, o qual espantosamente não figura em nenhum dos catecismos da Igreja³⁰. E a verdade é que se trata do **único mandamento especificamente cristão**, que de modo algum está contido no 1.º ou no 2.º. Diz o seguinte: *“Dou-vos um novo mandamento: que vos ameis uns aos outros; que vos ameis uns aos outros assim como Eu vos amei. Por isto é que todos conhecerão que sois meus discípulos: se vos amardes uns aos outros”* (Jo 13, 34-35). A diferença radical consiste neste “como eu”: significa um amor total, que vai até à dádiva da própria vida, se necessário – o que é uma exigência infinitamente maior do que se limitar a amar o outro “como a si próprio”.
- De facto, como dissemos, Jesus Cristo constitui-se a si mesmo como medida de todas as coisas. Isso mesmo transparece de uma leitura atenta do *sermão da montanha*, em que os evangelistas Mateus e Lucas condensaram boa parte dos ensinamentos do mestre. Na realidade, não seria possível entender as bem-aventuranças sem Cristo, pois elas são de tal modo contrárias aos critérios humanos habituais que ninguém as tomaria a sério, ainda que fossem anunciadas pelos antigos profetas. Como escrevi há alguns anos³¹:

... Felizes os pobres: e Jesus nasceu, viveu e morreu pobre; seu berço foi numa gruta e noutra gruta convertida em casa viveu 30 anos, em Nazaré. Nas suas caminhadas pela Palestina, o Filho do Homem nem tinha onde deitar a cabeça.

... Felizes os mansos, os obreiros da paz: ele ataca violentamente todos os alicerces da guerra e da violência, manda que se estenda a outra face mas faz muito mais do que isso: estende ele próprio os braços para ser crucificado e perdoa aos seus inimigos (felizes os misericordiosos)!

... Felizes os aflitos – e Jesus sofreu tal aflição que souou sangue, no Getsemani (aflição por antever as traições, o abandono dos seus

³⁰ O *Catecismo da Igreja Católica*, editado pelo Vaticano em 1993, sob a direcção do cardeal Joseph Ratzinger, continua a apresentar apenas 10 mandamentos, como se os cristãos vivessem ainda no tempo da Antiga Aliança...

³¹ António Carmo, *O Sermão da Montanha no Movimento dos Cursilhos de Cristianidade*, pp. 108 e sgs.

amigos ao longo dos séculos? Ou porque viu o tempo fugir-lhe, sem conseguir ir mais além na sua missão?). Mas foi consolado pelos anjos que o serviram, na medida da sua aflição.

... Felizes os puros de coração, porque verão a Deus: por isso Jesus pôde dizer que só ele conhecia o Pai.

... Felizes os que têm fome e sede de justiça, que por ela são perseguidos, caluniados – não é exactamente a descrição da Paixão?

- Mas Jesus não se limitou a afirmar a igualdade radical do Pai e do Filho: foi mais longe e revelou a existência de uma terceira Pessoa, distinta de ambos mas com a mesma natureza: o **Espírito Santo**.

A existência da **Trindade** constitui, com efeito, um dos pilares da fé cristã, e aqui reside talvez uma das mais significativas diferenças entre a mensagem de Cristo e as das outras religiões monoteístas: ao contrário dos judeus que os precederam e dos muçulmanos que surgiram mais tarde, os cristãos crêem num Deus Trino, uma comunidade (no sentido literal da palavra, de *comunidade*) de três Pessoas, inteiramente distintas umas das outras, mas com uma só natureza. Obviamente que tratando-se de um mistério não era possível explicá-lo, mas esta crença firme foi produto de uma revelação (também no sentido literal de *re-velare*, isto é, afastar o véu – o véu que encobre o mistério de Deus), feita por uma das pessoas desta Trindade – Jesus, o Filho, o Verbo encarnado e feito Homem (Jo 14, 5-10; Mt 28.19). Deste mistério central da fé cristã decorrem duas ideias fundamentais:

- A primeira tem a ver com a própria noção de Deus, que a si mesmo se define como Amor. Ora, como já alguém escreveu, se Deus fosse apenas uma pessoa, “seria um monstro de egoísmo”, amando-se a Si próprio desde toda a Eternidade. Sendo três, este Amor circula desde sempre. No símbolo dos Apóstolos (o *Credo*, que é recitado em todas as missas) se repete diariamente “*creio no Espírito Santo, que procede do Pai e do Filho e com o Pai e o Filho, é adorado e glorificado*”.
- A outra consequência diz respeito aos próprios fiéis que, pelo facto de o Verbo ter encarnado e se ter feito homem (Jo 1, 14), passaram a ter “acesso à própria Divindade”. Efectivamente, sendo simultaneamente Homem e Deus, o Cristo é como que o ponto comum de dois ângulos verticalmente opostos, e assim, por seu intermédio, na sua companhia e identificando-se com Ele (*por Cristo, com Cristo e em Cristo*), os fiéis participam (isto é: tomam parte) na vida do próprio Deus. E isto antes da própria morte, pois “o Reino de Deus já está entre vós” (Lc 17, 21). A única condição exigida é ser *santo*. A identificação com Cristo é Ele próprio que a afirma ao descrever o Juízo Final, afirmando: “*o que fizestes ao mais pequeno dos meus irmãos, a Mim próprio o fizestes*” (Mt 25, 40).

³² Messori, Vittorio, *Hipóteses sobre Jesus*, ed. Salesianas, Porto, 1980, pp. 245-246.

- Esta descrição do Juízo Final (veja-se a citação no início deste capítulo) constitui outro ponto fundamental e inteiramente novo – escandaloso até para os ouvidos dos judeus cumpridores da Lei – da mensagem de Cristo: a salvação não depende de actos de piedade mas de amor. Isto é: o Cristianismo é essencialmente uma religião de **comportamento**. De facto, como escreve Tiago no cap. 2 da sua epístola, “*o homem é justificado pelas obras e não simplesmente pela fé*”, indo mesmo ao ponto de afirmar que a fé sem obras está morta (Tg 2, 17). Comentando tudo isto, escreve Vittorio Messori³²: “*Não basta crer que Jesus fala em nome de Deus e como Deus ele mesmo, para ter direito a um lugar no reino prometido. Antes, é dito que nas primeiras filas daquele reino estarão muitos daqueles que os “crentes” julgavam “perdidos”, irremediavelmente “fora” porque nunca recitaram as orações da manhã e da noite, blasfemaram, nunca foram à missa. Mas amaram. Ao passo que não é seguro que muitos dos “crentes” conseguirão obter ao menos um lugar de pé, na bancada*”.
- Finalmente, para concluir esta brevíssima análise dos pontos essenciais da Boa Nova que Jesus anunciou, notemos a decisão de criar, logo no início da sua pregação, um **colégio de discípulos** – os 12, tal como as doze tribos de Israel – que instruíu pacientemente ao longo do seu ministério, escolheu para suas testemunhas e a quem enviou depois em missão para o resto do mundo, anunciando aquilo que haviam aprendido e vivido. A convicção de que este número era fundamental levou-os a escolher imediatamente outro elemento (Matias) para substituir aquele que se havia suicidado – Judas, o traidor.

6. A ressurreição e a comunidade apostólica

Cabe agora perguntar: como foi possível que este grupo de homens do povo, amedrontados ao ponto de o abandonarem nas horas mais difíceis da sua prisão, julgamento e morte, escondidos com medo dos judeus, tivessem aparecido dias depois, correndo todos os riscos, sendo presos e açoitados, mas “*não podendo calar aquilo que haviam visto e ouvido*”? (At 4, 20). O que é que se passou que explique uma tal reviravolta?

Jesus dissera mais do que uma vez que ressuscitaria “ao 3.º dia” e os apóstolos nunca o haviam posto em dúvida. Todavia, eles sempre pensaram que este “3.º dia” tinha um sentido *escatológico*, isto é, que se referia ao fim dos tempos. Nunca lhes passara pela cabeça que o 3.º dia fosse “o dia depois de amanhã”. Por isso se encontravam tão deprimidos e assustados. Sirva de exemplo a desilusão dos discípulos de Emaús que regressavam totalmente

abatidos à sua terra: “*Nós esperávamos que fosse ele o que viria redimir Israel, mas, com tudo isto, já lá vai o terceiro dia desde que se deram estas coisas.*” (Lc 24, 21).

A ressurreição foi efectivamente um acontecimento totalmente inesperado e por isso bem se compreende a primeira reacção de completa incredulidade do apóstolo Tomé, chamado Dídimo. E é bem significativo que, após se certificar que se tratava realmente do seu mestre, este incrédulo tenha sido a primeira pessoa a chamar-lhe “Deus”, numa afirmação de fé sem precedentes: “*meu Senhor e meu Deus!*” (Jo 20, 28).

Após a ascensão de Jesus, os discípulos achavam-se reunidos de novo no local da última ceia, teatro das primeiras aparições do ressuscitado, quando se deu um acontecimento de importância decisiva, tão importante que muitos o consideram o momento exacto do nascimento da Igreja: trata-se da descida do Espírito Santo, no dia da festa de Pentecostes³³, que Lucas descreve logo no início do segundo capítulo dos *Actos dos Apóstolos*. Depois deste episódio a conduta dos apóstolos sofreu uma inflexão de 180 graus: de temerosos que estavam passam a desafiar o poder do Sinédrio, proclamando publicamente a ressurreição daquele homem crucificado cerca de um mês e meio antes, e as conversões sucederam-se em massa. Na sequência de um longo discurso de Pedro à multidão heterogénea que se juntou para o ouvir, no qual proclamou o essencial dos factos e doutrina de Jesus³⁴, juntaram-se ao grupo dos cristãos *cerca de três mil pessoas* (At 2, 41). E o número de fiéis foi rapidamente crescendo e “*eram assíduos ao ensino dos apóstolos, à união fraterna, à fracção do pão e às orações.*” (At 2, 42).

A partir daqui, cumprindo as instruções do seu Senhor, os apóstolos iniciaram uma obra de evangelização que ultrapassou largamente as pequenas fronteiras de Israel, se alargou em todas as direcções e rapidamente atingiu o coração do Império: Roma. Pedro e Paulo (que se convertera na estrada de Damasco), depois de exaustivas viagens em que fundaram numerosas comunidades, foram ambos martirizados na colina romana do Vaticano, e os crentes sofreram numerosas e brutais perseguições ordenadas pelos imperadores romanos, desconfiados dessa estranha gente que se recusava a oferecer sacrifícios às divindades do Império.

E no entanto, 3 séculos depois, no reinado de Constantino (313), esta fé tão brutalmente perseguida emergia como religião “oficial” e respirava finalmente à luz do dia, sem ter que se esconder em catacumbas para celebrar os seus rituais e chorar os seus mortos. Uma história humanamente inimaginável, nascida da pregação de um humilde carpinteiro que vivia num cantinho insignificante do grandioso Império Romano, crucificado 3 escassos anos após iniciar a sua vida pública, apoiado por uma dúzia de homens socialmente desqualificados e considerada herética e blasfema pelos seus conterrâneos.

³³ “*Festa judaica da colheita do trigo, e também da comemoração da Lei do Sinai, celebrada no dia 6 do mês de Sivan (cerca de 20 de Maio). O nome de Pentecostes, que significa “cinquenta”, deriva do facto de a festa ocorrer cinquenta dias depois da Páscoa.*” (nota de *O Novo Testamento – A Boa Nova Para Toda A Gente*, tradução interconfessional do texto grego para português moderno, ed. Sociedade Bíblica, Lisboa, 1978).

³⁴ A esta proclamação, alegre e resumida ao fundamental cristão, dá-se o nome de *Kerigma*, distinguindo-a da *Didaké* ou catequese, em que os catecúmenos eram instruídos após a sua conversão. Um dos kerigmas mais antigos pode encontrar-se no cap. 15 da primeira carta de S. Paulo aos Coríntios (1 Cor 15, 3-8).

³⁵ Guitton, Jean, *A Igreja e o Evangelho*, Livr. Tavares Martins, Porto, 1965.

³⁶ Podem consultar-se em língua portuguesa, entre muitas outras, a *História da Igreja* de Daniel Rops (cfr. *Bibliografia* no final deste capítulo), bastante extensa (8 grossos volumes, dos quais só metade foram traduzidos, devido ao desparecimento da editora) ou, para uma rápida síntese, a *História da Igreja* de Pierre Pierrard, prefaciada por M. D. Chenu. Para além de valiosos índices e anexos, aí se encontram outras indicações bibliográficas úteis para quem pretenda iniciar-se neste estudo.

³⁷ “As palavras *cisma* e *heresia* designam ambas uma divisão grave e durável do povo cristão, mas em dois níveis de profundidade: o cisma é uma ruptura na comunhão hierárquica, a heresia, uma ruptura na própria fé”, *Vocabulário de Teologia Bíblica*, col. 401 a 403.

³⁸ “A gnose é uma ciência religiosa, um modo de conhecimento superior. O gnóstico pretende possuir um conhecimento direto, intuitivo, total, beatificante dos angustiantes problemas da metafísica: ele não é um “fiel”, mas um “iniciado”. Os gnosticismos – pois eles são inumeráveis – têm convicções comuns: o caráter essencialmente mau das operações da matéria e da carne; a infelicidade do homem, prisioneiro ao mesmo tempo de seu corpo, do mundo, do tempo, de sua alma inferior pecadora – pois ele tem uma alma celeste. E com isso chegamos ao fundamento da gnose: o dualismo. À carne, a gnose opõe o espírito; ao criador do mundo visível – o demiurgo –, opõe um deus desconhecido que é luz e bondade”, Pierre Pierrard, *História da Igreja*, p. 33.

³⁹ Seguidores do frígio Montano (séc. II), que se dedicavam sobretudo ao profetismo. Perseguida no Ocidente e no Oriente, esta heresia desapareceu menos de 3 séculos depois.

⁴⁰ Doutrina da escola de Alexandria, condenada no concílio de Calcedónia (451), segundo a qual Jesus Cristo teria apenas uma natureza – a natureza divina. O concílio reuniu na sequência de uma carta do Papa Leão I ao Patriarca Flaviano de Constantinopla, em que reafirmava que em Jesus coexistiam duas naturezas numa única pessoa (união hipos-

Vinte séculos depois, o Cristianismo é a religião de dois biliões de pessoas – um terço da Humanidade – e influenciou profundamente os valores éticos, elevando os direitos humanos a um nível jamais atingido, e deixando uma profunda marca em todos os aspectos da nossa vida actual.

7. Luzes e sombras, cismas e separações

Tem-se salientado que enquanto Jesus “pregou a chegada do Reino de Deus”, a Igreja nascente “pregou Jesus”. Assim foi, de facto. Não se vislumbra, porém, nesta diferença de acento tónico qualquer alteração de percurso, pois os apóstolos sempre se mostraram profundamente convencidos de que o reino de Deus chegara pela mão do Cristo e que ele era a única via, o caminho para o Pai, como repetidamente o afirmara. Ele prometera-lhes que não ficariam orfãos e que o Espírito Santo os conduziria no seu ministério apostólico. De tal forma esta convicção se arraigara neles que, como salienta Jean Guitton³⁵, embora convencidos de que o fim dos tempos estava muito próximo, eles fundaram e organizaram comunidades para durarem muitas gerações, mostrando assim a sua docilidade ao “*Espírito que sopra onde quer*”.

Não cabe aqui tentar sequer um breve resumo da História do Cristianismo, pois não é esse o nosso objectivo. Relembramos que a Antropologia das Religiões pretende, acima de tudo, tentar compreender em que medida é que as religiões influenciaram as culturas e vice-versa. Assim sendo, limitar-nos-emos a apresentar breves “flashes” que possam ajudar aquela compreensão, remetendo o leitor interessado para alguma das muitas Histórias publicadas³⁶.

Desde o seu início que a Igreja nascente teve de lutar com dissidências e heresias e mais tarde até com cismas³⁷. Foi o caso, logo no início, da polémica dos “judaizantes”, que pretendiam que todos os convertidos à nova fé cristã se submetessem aos rituais da lei mosaica (circuncisão, prescrições alimentares, etc.), ao contrário da opinião de Paulo e Barnabé, assunto que ficou resolvido a favor dos segundos, em 52, na assembleia que reuniu os apóstolos em Jerusalém sob a presidência de Pedro.

Ao longo dos séculos as **heresias** foram-se sucedendo (podemos destacar, entre muitas outras, as dos gnósticos³⁸, montanistas³⁹, monofisitas⁴⁰, nestorianos⁴¹ e maniqueus⁴²), sendo por vezes necessário reunir concílios para as examinar e condenar.

Dos grandes **cismas** merecem especial destaque a separação, ocorrida em 1054, entre as igrejas do ocidente e do oriente (igreja católica, sediada em Roma, e igreja ortodoxa, em Constantinopla) e quase 500 anos depois, com o saxão Martinho Lutero (1483-1546), a Reforma protestante. Ao

luteranismo seguiu-se, como veremos, o calvinismo e o anglicanismo, todos com um denominador comum: a recusa da autoridade do Papa de Roma. Embora tratando-se de contendas de carácter religioso, importa frizar a importância das profundas **divergências culturais**: A igreja de Roma era essencialmente ocidental, expressando-se em *latim*, enquanto que os ortodoxos possuíam uma cultura greco-oriental, utilizando o *grego* como língua de comunicação e língua litúrgica. Quanto à igreja reformada protestante, era culturalmente *anglo-saxónica*, divergindo também dos povos mediterrânicos, tanto na matriz cultural como nas línguas respectivas. Cindiu-se assim o Cristianismo em três grandes ramos, divisão que ainda perdura, embora na 2.^a metade do século XX se tenham dado passos apreciáveis para reatar as relações entre todos, num esforço ecuménico visível.

Entretanto, a História registou *luzes e sombras* projectadas pelos 3 grupos, que acabaram por ser decisivas para o presente e o futuro da Humanidade. De uma forma ou de outra, todos cometeram graves atropelos à missão de difundir a Boa Nova, umas vezes lutando entre si, outras pactuando com abusos do poder instituído, tanto na Europa e no Mediterrâneo oriental como nos países do chamado “terceiro mundo”, evangelizados sobretudo por católicos e protestantes. Foram erros que se pagaram caro e de que recentemente o Papa João Paulo II se haveria de penitenciar, com perto de cem pedidos públicos de perdão⁴³, no espírito renovado de exame de consciência e “purificação da memória e dos pecados dos filhos da Igreja” proporcionado pelo grande Jubileu do ano 2000. Uma releitura da História que se espera venha a ser também levada a efeito pelas outras confissões cristãs.

Entre os passos decisivos no sentido da reaproximação, sublinhem-se as conversações e levantamento recíproco de excomunhões entre católicos e ortodoxos, o movimento ecuménico em que se encontram empenhadas as várias confissões protestantes (através do Conselho Ecuménico das Igrejas) e o Vaticano, tendo este último convidado observadores das outras Igrejas para o concílio Vaticano II – uma das realizações de maior importância no conturbado séc. XX, que conduziu a uma purificação da Igreja Católica (o famoso *aggiornamento*) e a uma revisão profunda dos problemas do mundo e suas relações com a missão cristã.

Nesta outra face da medalha, é ainda de toda a justiça registar o saldo extremamente positivo da acção sócio-caritativa e educativa das várias igrejas cristãs – embora em diferentes medidas – que constitui, sem dúvida, o património da Humanidade mais importante nestes domínios.

tática). Esta definição teve graves consequências, dividindo as igrejas do Oriente. O Patriarca de Alexandria passou a liderar a Igreja separada monofisita, que incluía a população de língua copta no Egipto e boa parte da Etiópia. A sua doutrina espalhou-se ainda pela Síria (igreja *jacobita*, assim chamada por causa de um dos seus dirigentes, Jacob Baraddai) e parte da Arménia.

⁴¹ Doutrina defendida por Nestório, patriarca de Constantinopla, que o terceiro concílio ecuménico, realizado em 431, em Éfeso, sob a liderança de Cirilo de Alexandria, viria a condenar. Sustentava que em Cristo haveria *duas* naturezas e *duas* pessoas. A Virgem Maria seria apenas mãe de Cristo Homem (*Khristotokos*) mas não da Pessoa Divina (*Theotokos*), como afirmava Roma. Nestório foi deposto pelo imperador e obrigado a exilar-se no Egipto, mas os seus seguidores espalharam-se pelo Oriente, desde Edessa à Pérsia, à Ásia Central, Índia e até mesmo à China. Tendo feito as pazes com Roma perto do final do séc. XIII, as igrejas nestorianas foram destruídas pelo Islão, na Síria e na Pérsia, mas as comunidades da China resistiram, pelo menos, até ao séc. XVI. Cfr. o meu artigo sobre *Os Primeiros Cristãos na China*, separata do n.º 1 da revista “Asianostra”, editada em Macau, em Maio de 1994, bem como o parágrafo dedicado aos Nestorianos (pp. 160 a 171) no meu livro cit. *A Igreja Católica na China e em Macau, no contexto do Sudeste Asiático – Que Futuro?*

⁴² O Maniqueísmo (que recebeu o seu nome de Mani, o fundador) é um sincretismo de cristianismo, budismo e mazdeísmo, perpassado pela filosofia gnóstica. Assenta no dualismo (luz versus trevas, bem contra mal, espírito oposto à matéria), considerando a sociedade dividida entre *perfeitos* e *imperfeitos*. No ocidente sobreviveu apenas até ao séc. X, mas na Ásia central e China subsistiu até ao séc. XVII.

⁴³ Cfr. entre outros, Luigi Accatoli, *Quando o Papa pede perdão*, ed. Paulinas, 2000.

8. E o mundo nunca mais foi o mesmo...

Com efeito, desde o aparecimento do Cristianismo que a face do mundo se alterou por completo. Bastaria recordar a *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, aprovada pelas Nações Unidas, que é inegavelmente um produto da inculturação dos valores cristãos nas sociedades ditas “ocidentais”. As dificuldades de aplicação dos seus princípios resultam precisamente das diferentes matrizes sócio-culturais de alguns povos não-cristãos do Oriente, para quem os direitos do Homem são mais colectivos do que individuais.

Se percorrermos os diferentes estádios da história a partir do nascimento do Cristianismo, em primeiro lugar entre os povos mediterrânicos e europeus, e em seguida os do Atlântico, Índico e Pacífico, verificaremos não apenas a sua presença constante, mas também a profunda influência que os cristãos exerceram nas suas culturas.

Na realidade, a expansão do Evangelho, facilitada pela dispersão das comunidades judaicas (a *diáspora*) inicia-se rapidamente em torno do Mediterrâneo, durante a chamada **Idade Antiga**, até à queda do Império Romano do Ocidente às mãos dos povos “bárbaros”, em 476. Perseguido, martirizado, o cristianismo acabou por ser aceite e tornado religião oficial no tempo de Constantino (313) o que, se por um lado facilitou a sua rápida expansão, por outro traduziu-se num gradual enfraquecimento resultante da associação com o Poder – o qual pretendeu instrumentalizar a nova religião como o fizera com os deuses pagãos que antes adorara (valeram então os mosteiros, como ciosos guardiões da pureza da fé). Organizada em dioceses urbanas, a Igreja absorveu o essencial da cultura greco-romana, “baptizando-a” e protegendo-a da destruição dos bárbaros.

Com o antigo império fraccionado e governado pelos novos senhores, a partir do séc. V teve início a chamada **Idade Média**, que obrigou os cristãos a uma nova inculturação⁴⁴ do Evangelho e a uma organização pastoral totalmente diferente, dispersa pelo violento mundo rural. Dos reinos bárbaros transitou-se para o feudalismo e a Igreja acabou por deter um poder temporal e espiritual sobre os feudos e reinos, para o qual não tinha efectivamente vocação. Foi a época das Cruzadas, da tentativa fracassada de criar um espaço cristão em torno de Roma (a *Cristandade*), e do afastamento dos cristãos do Oriente (1054). A invasão de Constantinopla pelos Turcos e a consequente queda do Império Romano do Oriente assinalam o fim desta época, cheia de luzes e sombras.

Segue-se a denominada **Idade Moderna**: impedidos de prosseguir para Oriente pela grande barreira do Islão, os cristãos reconquistam os territórios ocupados pelos mouros na Península Ibérica e lançam-se à conquista dos mares, rumando para ocidente e para sul, descobrindo novas terras e gentes,

⁴⁴ A *inculturação*, um vocábulo relativamente novo para designar um fenómeno antigo, significa a adopção dos valores evangélicos pelas diferentes culturas e, por outro lado, a absorção pelo Cristianismo dos valores dessas culturas que não estejam em contradição com a Boa Nova. Pedro e outros apóstolos deram o exemplo nesta matéria, o qual foi depois algo esquecido quando se confundiu “evangelização” com “europeização”, após os primeiros descobrimentos da Idade Moderna. Coube sobretudo aos jesuítas a recuperação deste espírito (podem apontar-se como exemplos Roberto de Nóbili, na Índia, e Mateus Ricci – 1552-1610 – na China). Incompreendidos e até perseguidos na sua época, acabaram os membros da Companhia de Jesus por ver reconhecida a verdade das suas teses no século XX, no fim da era colonial, sendo hoje a inculturação uma das palavras-chave da nova evangelização.

contornando o cabo da Boa Esperança e chegando rapidamente ao extremo-orient. Foi a aventura portuguesa e espanhola, brilhante pelas relações interculturais que proporcionou⁴⁵, mas ofuscada pelo tráfico infame de negros e ameríndios. Ainda aqui acabou por ser a Igreja quem mais lutou contra tal exploração, nem sempre com grande êxito e discernimento, mas com inegável empenhamento. A modernidade trouxe consigo o renascimento das artes e das letras e o desenvolvimento das ciências, mas foi também o palco de mais uma trágica dilaceração do tecido da Igreja: a Reforma protestante, que afastou as comunidades nórdicas das latinas, assistindo-se ao nascimento de numerosas *igrejas reformadas*, desde os luteranos aos calvinistas, anglicanos e metodistas, uma divisão de que os príncipes de então se aproveitaram para desencadear sangrentas guerras na Europa. Mas foi também o tempo da *reforma católica*, com as ordens franciscanas, jesuítas e outras a provocarem o retorno ao espírito cristão sem criar separações e pondo fim, a partir de dentro, a muitos abusos contra os quais os reformados haviam lançado justamente o seu protesto. Um dos pilares desta reforma foi o concílio de *Trento*, iniciado em 1545 e concluído apenas em 1563, do qual saiu a organização dos seminários, como escolas indispensáveis para uma formação superior mais profunda e homogênea do clero (formação religiosa, mas também moral e intelectual).

Chegamos assim à Revolução Francesa (1789) e à sua proclamação do inalienável valor da *liberdade*, uma marca essencial da **Idade Contemporânea**⁴⁶. De então para cá, o mundo alterou-se profundamente: devido à enorme pressão da Revolução Industrial nasceu um fenómeno novo – o *urbanismo* – que obrigou à deslocação de imensas massas humanas das zonas rurais para as cidades, a ponto de hoje metade dos habitantes do planeta viverem acantonados em centros urbanos. Esta enorme revolução que alterou todos os conceitos vigentes, desde as estruturas familiares aos processos de produção massificados, teve o efeito de um enorme maremoto a que ninguém escapou. Alvin Toffler⁴⁷ chamou-lhe a 2.^a *Vaga*, à qual se seguiu uma terceira, não menos violenta, operada por um pequeno aparelho feito de areia: o computador. Nesta 3.^a *Vaga* as alterações têm sido tão profundas quanto rápidas, crescendo tudo num ritmo exponencial dificilmente controlável: população, economia, política, etc. O século XX foi teatro de duas grandes guerras mundiais, da famigerada onda nazi e do holocausto dos judeus, do nascimento da ideologia e dos estados comunistas, da bipolarização dos poderes mundiais (EUA e União Soviética), da queda do muro de Berlim, do desmantelamento da URSS, da revolução cultural maoista, do progresso industrial japonês apoiado pelos seus anteriores inimigos, de um sem número de pequenas mas sangrentas guerras nos países do terceiro mundo após o fim da era colonial, dos grandes espaços económicos e culturais (União Europeia e Americana, China e Ásia Pacífico), tudo isto convergindo para a onda neo-liberal que ameaça subverter o novo mundo, tornando os pobres mais pobres, e que se chama *globalização*.

⁴⁵ Ainda hoje os manuais escolares japoneses sublinham que a Idade Moderna do Japão teve início com a chegada dos portugueses que lhes deram a conhecer novos horizontes e culturas. O chamado “século cristão” foi iniciado com S. Francisco Xavier e encerrado brutalmente nas primeiras décadas do séc. XVII, com o aniquilamento puro e simples de cerca de 300 mil cristãos japoneses – uma das perseguições mais cruéis de toda a martirizada história da Igreja católica.

⁴⁶ Aconselharíamos o leitor interessado a consultar o magnífico resumo de 4 páginas sobre os “Dois mil anos de Cristianismo”, escrito pelo professor de História da Igreja e actual bispo auxiliar de Lisboa D. Manuel Clemente, incluído em *2000 Anos que mudaram o Mundo*, uma publicação da Agência ECCLESIA, em Lisboa, 21 de Dezembro de 1999.

⁴⁷ Toffler, Alvin, *O Choque do Futuro* (1970), *A Terceira Vaga* (1984), *Os Novos Poderes* (1991), *Guerra e Antigüerra* (1994) e *Criando uma nova Civilização* (1995), todos editados pela editora Livros do Brasil, em Lisboa.

Em todo este processo, os cristãos tiveram destacado protagonismo. Segundo alguns sociólogos, a doutrina liberal teria recebido um forte impulso inicial do protestantismo americano e anglo-saxónico mas, em contrapartida, tomou corpo a doutrina social da Igreja, afirmada em encíclicas e declarações cada vez menos espaçadas, acompanhando o ritmo dos tempos. Realizou-se o *Concílio Vaticano II*, cujos textos surgem como uma verdadeira bússola para os homens do mundo moderno. Os vários ramos cristãos aproximam-se e aparecem cada vez mais comprometidos, por intermédio dos fiéis leigos, em campos tão diversos como a defesa do ambiente, a bioética, a cultura, as artes, os meios de comunicação social, a educação (milhões de alunos e milhares de escolas de todos os níveis), a saúde (milhares de hospitais e centros de saúde polivalentes), a acção sócio-caritativa, a solidariedade, as missões. Cresceu também em flecha, como é óbvio, o número de vítimas das violências e prepotências que as Igrejas combatem, a ponto de poder afirmar-se que “a Igreja teve mais mártires no século vinte do que em todos os outros juntos”. De facto, o mundo nunca mais foi o mesmo porque, como acaba de dizer João Paulo II, “*o cristianismo é uma religião entranhada na história*”⁴⁸.

⁴⁸ João Paulo II, *À entrada do novo milénio*, carta apostólica de 6 Janeiro 2001, ed. A. O., Braga, Janeiro de 2001.

9. Os três grandes ramos cristãos

9.1 *Católicos*

⁴⁹ Houve apenas um período em que o papado se deslocou de Roma para França (Avinhão). Os 7 Papas franceses, desde Clemente V (1305) até Gregório XI (1370) governaram a Igreja durante 70 anos, razão porque alguns autores se referem a este período como “o cativo babilónico dos papas”.

⁵⁰ Há listas que apresentam um número diferente de Papas, devido ao facto de alguns terem sido depostos e substituídos por outros, não reconhecidos oficialmente – os “antipapas”. Durante o grande cisma do Ocidente chegou a haver 3 papas ao mesmo tempo (!), todos convencidos da sua legitimidade. O primeiro anti-papa foi Hipólito (217-235) e o último Félix V (1439-1449). Cfr., entre outros, Rudolf Fischer-Wollpert, *Léxico dos Papas – De Pedro a João Paulo II*, ed. Vozes, Petrópolis, Brasil, 1991.

A estrutura básica da **hierarquia** católica é semelhante à que se consolidou nos primeiros tempos apostólicos: além do clero ser escolhido e ordenado (ao contrário dos judeus, onde constituía uma função hereditária), basicamente tem apenas 4 níveis (é a chamada “hierarquia de ordem”):

- **O Papa**, sucessor de Pedro, cuja missão essencial é coordenar a acção dos restantes apóstolos (os bispos), reservando-se a última palavra em questões de fé (daí, a prerrogativa da “infalibilidade” papal, raramente utilizada, que se aplica exclusivamente em matéria de fé). Pedro foi martirizado em Roma, na colina do Vaticano (o seu túmulo encontra-se sob a actual basílica com o seu nome) e os bispos daquela cidade (Lino, Cleto, Clemente, etc.) sucederam-lhe na direcção do Colégio Apostólico, mesmo em vida de alguns apóstolos⁴⁹. Até hoje, a Igreja conheceu uma longa lista de Papas. O actual Pontífice (o 262.º)⁵⁰, João Paulo II, eleito em 1978, de seu nome polaco Karol Woityla, foi o primeiro não italiano a ocupar a cátedra de Pedro, depois de 456 anos de papas italianos.

Os papas são eleitos pelos *cardeais*, reunidos em conclave secreto. Ao contrário do que geralmente se pensa, os cardeais não pertencem, nessa qualidade, à hierarquia de ordem, não estando assim acima de

qualquer bispo. São meros conselheiros do papa, e podem inclusivamente ser leigos⁵¹ o que, no entanto, já há muito não acontece. Actualmente são sempre bispos (e se for escolhido um padre, é primeiro sagrado bispo). Do mesmo modo, os *cónegos* são conselheiros do Bispo (sendo padres como quaisquer outros) e os *coadjuutores* são auxiliares dos párocos. Há ainda uma série de títulos honoríficos, como *monsenhor*, ou ligados a tradições históricas, como *patriarca* – que não é mais do que o Bispo de uma diocese antiga que deu origem a outras (Lisboa, Goa, Veneza, etc.) – ou ainda *Arcebispo* (um título que corresponde ao governo de uma província eclesiástica). Assim é que, por exemplo, o bispo de Lisboa tem sempre o título de “Patriarca” (por causa de Lisboa ser uma sé patriarcal), mas pode ser ou não cardeal, dependendo da escolha do Papa.

- Os **Bispos** (*episcopos*), que receberam directamente dos apóstolos o seu mandato e o foram transmitindo em cadeia ao longo das gerações, a quem compete a direcção da sua comunidade – a diocese. Para resolução dos grandes problemas da Igreja, os bispos e o papa reúnem-se em assembleia e tomam decisões em comum, em *concílios* e *sínodos*. Quando se trata de concílios ao nível de toda a Igreja, convocados pelo bispo de Roma, fala-se em concílios “ecuménicos”. Desde o primeiro, que teve lugar em Niceia (325) já se realizaram 21 destes concílios ecuménicos, sendo o último o “Vaticano II”, convocado por João XXIII, que teve a duração de 3 anos (1962-1965) e representou, como dissemos, uma profunda viragem na Igreja, tanto pastoral como teológica. O anterior (Vaticano I) tivera lugar 92 anos antes (1869-1870).
- Os **Presbíteros** (palavra derivada do grego, significando “anciãos” porque, nos primeiros tempos apostólicos eram escolhidos entre os mais idosos, pela sua experiência e sabedoria) ou padres. Diz-se que são *diocesanos* ou ordinários quando dependem directamente do bispo da diocese (trabalhando nas paróquias, que são as parcelas da diocese, ou desempenhando funções especializadas muito variadas), ou *regulares*, quando integrados em ordens ou congregações religiosas, com as suas regras próprias.

As *ordens religiosas*, caracterizadas por os seus membros terem votos de pobreza, castidade e obediência, tiveram sempre enorme importância na história da Igreja e sucederam aos ascetas e anacoretas dos primeiros séculos⁵². São especialmente importantes as ordens *monásticas*, *mendicantes* e as de *Cavalaria* (estas, hoje em dia sem expressão prática, embora tivessem desempenhado um papel importante na Idade Média, estreitamente ligado às Cruzadas e ao ideal cavaleiresco da época). São dirigidas geralmente por bispos (que tomam nomes

⁵¹ O cardeal italiano Mazarrino, primeiro-ministro de Luís XIV de França, não era clérigo mas leigo.

⁵² A vida monástica organizada ficou a dever-se, no Oriente, à iniciativa de S. Pacómio (292-346) e S. Basílio (329-379). No Ocidente o grande iniciador foi S. Bento (480-547).

diversos como “abade”, superior-geral”, etc.) e integram sacerdotes e irmãos leigos. Os membros das congregações têm apenas votos simples. Há ordens e congregações masculinas e femininas (estas, muito mais numerosas) e ainda institutos seculares, em que os seus membros se ocupam das tarefas profanas.

- Os **Diáconos**, nascidos da necessidade de apoiar as viúvas e orfãos e de distribuir equitativamente os bens, conforme as necessidades, surgem logo no 1.º ano de vida da Igreja, em Jerusalém, a fim de auxiliar o trabalho dos apóstolos. Um dos sete escolhidos, Estevão, convertido logo após o Pentecostes, foi condenado pelo Sinédrio e lapidado até à morte, tornando-se assim o primeiro mártir cristão (Act 7, 54-60). Os diáconos podem pregar e desenvolver uma série de actividades dentro da Igreja, mas não têm o poder de consagrar as espécies (a consagração é o centro da eucaristia).

Como canais de transmissão da Vida de Deus aos homens (a Graça) existem na Igreja Católica sete **sacramentos**, que acompanham os vários estádios da vida do Homem, desde o nascimento (*Batismo*) à morte (*Santa Unção*), passando pelas situações de casamento e ordenação sacerdotal. Em caso de emergência qualquer leigo (isto é, qualquer pessoa não consagrada) pode administrar o batismo. O matrimónio é sempre ministrado pelos cônjuges um ao outro, sendo o sacerdote presente apenas a testemunha qualificada em nome de toda a Igreja.

Esta diferença entre clérigos e leigos, que nos primeiros tempos da Igreja era mínima, partilhando os episcopos e presbíteros da vida das suas comunidades, numa organização de tipo circular, carismática⁵³, acabou por se acentuar profundamente quando o Cristianismo se tornou religião oficial do Império Romano, a seguir a Constantino. A necessidade de atender um número desproporcionado de novos “crentes”, isolou de certo modo os bispos e padres, levou a que se decretasse o celibato dos consagrados para melhor atender às necessidades e redundou afinal na emergência de uma estrutura de tipo piramidal, em que os leigos ocuparam uma posição cada vez mais dependente, de simples ovelhas obedientes aos seus pastores (Pio X chegou mesmo a afirmar: “*Só o colégio dos pastores tem o direito e a autoridade de dirigir e governar. A massa não tem direito algum, a não ser o de se deixar governar como rebanho obediente que segue o seu Pastor*”⁵⁴). O séc. XX assistiu a uma retomada de consciência da importância do laicado, aprofundando a respectiva teologia, clarificada pelo concílio Vaticano II, na sequência da reflexão de eminentes teólogos como Yves Congar, e do trabalho apostólico de numerosos movimentos de leigos fortemente empenhados, de que merece especial destaque, na fase inicial, a Acção Católica.

O facto de cerca de metade dos católicos se encontrarem na América Latina explica-se por este movimento de renovação dos clérigos e leigos daquele

⁵³ O *carisma* não é mais do que um talento posto ao serviço da comunidade.

⁵⁴ Boff, Leonardo, *Igreja, carisma e poder*, p. 200.

continente, os quais fizeram uma clara opção pastoral pelos pobres e pela justiça social, apoiados sobretudo nas comunidades eclesiais de base e no espírito da chamada “teologia da libertação”. Deu-se assim início à *nova evangelização*, um conceito em que os dois últimos Papas vêm insistindo frequentemente, que inclui a descentralização do Vaticano a favor dos bispos e conferências episcopais das igrejas locais, passando-se de uma Igreja europeia-ocidental para uma Igreja mundial – uma alteração de fundo tão importante que, na opinião do teólogo jesuíta Karl Rahner, representa *a segunda grande viragem pastoral na história da Igreja* (a 1.^a ter-se-ia dado aquando da passagem do cristianismo judeu para o dos gentios⁵⁵).

A passagem do 2.^o para o 3.^o milénio foi também aproveitada para um profundo exame de consciência e estabelecimento de novas metas, durante o “Jubileu” do ano 2000. Entre estas conta-se, além da intensificação do ecumenismo, o aprofundamento do diálogo com as religiões não cristãs, acompanhado da proclamação do Evangelho, numa atitude de propôr sem impôr, promovendo a indispensável inculturação. Em capítulo próprio registaremos os avanços alcançados nesta área.

Uma palavra, finalmente, para os cristãos de rito oriental que, a partir do concílio de Florença, de 1439, voltaram a unir-se a Roma, sob a autoridade do Papa, e por isso passaram a ser conhecidos por **Uniatas**. Uma parte destes cristãos era constituída por Nestorianos, outra por monofisitas, outra ainda por ortodoxos. Na liturgia mantêm as línguas e ritos tradicionais. Exemplo destes *uniatas* são os Rutenos (russos, em latim) da Polónia, os católicos sírios e arménios, os Caldeus do rito siro-malabar, os Romanos bizantinos, os Greco-melquitas (em vários países), os da Ucrânia e os Russos do grupo francês “Istina”. Há comunidades Uniatas na Alemanha, nos E.U.A. e em França (Paris), com bispos e ritos próprios.

Na Rússia, só passado um século e meio sobre o concílio de Florença e mercê dos esforços dos jesuítas é que a união ficou definitivamente consagrada, após o sínodo de Brzesc (Polónia), em 1596. A China albergou uniatas (católicos russos de rito oriental) desde 1917, mas as suas comunidades voltaram a emigrar em 1949, devido à revolução maoísta, tendo os últimos seguido para Nova Iorque e Samar (Filipinas)⁵⁶.

A questão dos Uniatas continua a ser um espinho que dificulta a aproximação entre as Igrejas Católica Romana e Ortodoxa. Na 3.^a conferência pré-conciliar de Genebra (1986) foi redigido um documento intitulado “Sobre as relações das Igrejas Ortodoxas com o restante mundo cristão”, no qual se afirma que *“a presença e a prossecução de um facto tão negativo para a vida das Igrejas Ortodoxas Locais como é o unitarismo nas suas formas históricas e nas suas manifestações actuais, são factos inadmissíveis para a Ortodoxia e factores negativos para o nosso diálogo bilateral”*⁵⁷.

⁵⁵ Rahner, Karl, *Uma interpretação teológica fundamental do Concílio Vaticano II*, 8.4.1979.

⁵⁶ Cfr. o meu livro cit. *A Igreja Católica na China ...*, cap. 8, “Católicos e Ortodoxos Russos na China”, pp. 279-282.

⁵⁷ Declarações de S. S. Pimen, Patriarca de Moscovo e de todas as Rússias, na entrevista concedida a Alceste Santini, em *Mil Anos de Fé na Rússia*, ed. Paulistas, Lisboa, 1988, p. 214. Trata-se de uma obra em que são abordados praticamente todos os grandes problemas contemporâneos da Igreja Ortodoxa, bem como as suas relações com as outras confissões cristãs e com o poder político das regiões da esfera de influência do Patriarcado.

A posição de algumas comunidades russas ortodoxas da diáspora também tem dificultado o diálogo com o Ocidente, pois exigem ao Patriarcado russo que corte todos os contactos com a Igreja latina como condição para se reunirem de novo àquele Patriarcado, o que tem sido sistematicamente rejeitado.

9.2 Ortodoxos

Os cristãos ortodoxos consideram-se os herdeiros directos da tradição e do dogma cristãos, sem adulterações (do grego *orthos*, direito, justo, e *doxa*, opinião). A divisão do Império Romano em dois mundos diferentes contribuiu fortemente para o afastamento dos cristãos do ocidente e do oriente. De concílio para concílio (primeiro o de Calcedónia, em 451, e depois o de Niceia, em 787, onde o pomo maior de discórdia residiu na conhecida fórmula do *filioque*, inserida no “Credo” –, para os Ortodoxos, o Espírito Santo não procede “do Pai e do Filho”, mas apenas “do Pai” – além do celibato dos padres que os orientais não aceitaram), as divergências foram-se acentuando. Foram determinantes para a ruptura os papéis de **Fócio** (858) e **Miguel Cerulário** (1054), pelo lado de Bizâncio, e o procedimento desastrado do Cardeal Humberto, legado papal, ao excomungar Cerulário sem que para isso estivesse habilitado. O Patriarca oriental, por seu turno, queimou publicamente o texto da sentença de excomunhão e deste modo se separaram definitivamente, nesse ano de 1054, os cristãos Ortodoxos e os da Igreja Latina (grande cisma do Oriente), separação essa que veio a acentuar-se quando os cruzados se apoderaram de Constantinopla e a saquearam barbaramente.

De tudo isto resultaram excomunhões recíprocas que só vieram a ser anuladas nos nossos dias, quando o Papa Paulo VI e o Patriarca Atenágoras I trocaram um fraternal abraço, em 7 de Dezembro de 1965, pondo fim a quase um milénio de separação. Claro que isto foi o resultado de um paciente movimento de aproximação de ambos os lados, que recebeu um forte impulso com o convite dirigido pelo Papa João XXIII aos responsáveis máximos da Igreja Ortodoxa para participar como observadores no Concílio Vaticano II. Nas palavras do Patriarca Pimen, “*em toda a história das relações entre as nossas igrejas depois da separação de 1054, nenhum Pontífice da Igreja Católica Romana fez tanto, e em tão breve tempo, para restabelecer uma compreensão recíproca entre Ortodoxos e Católicos (como com outros cristãos) de modo a passar-se das polémicas e das acusações ao diálogo fraterno e à cooperação*”. E acrescenta o mesmo Patriarca: “*Entre as muitas definições, mais correspondentes ao meu pensamento dedicadas ao Papa João XXIII ‘o Papa bom’, o ‘Papa do amor’, ‘o Papa da paz’, eu prefiro a frase do Evangelho com a qual foi recebido em Roma e em muitas outras partes do mundo e que o Metropolita Nikodim usou no seu ensaio biográfico sobre João XXIII: ‘Houve um homem enviado por Deus, o seu nome era João’ (Jo 1, 6)*” (Pimen/Santini, pp. 203-204).

O Papa João Paulo II e o Patriarca Dimitrius I nomearam, em Novembro de 1979, uma “comissão mista católica-ortodoxa” com a incumbência de acelerar a caminhada para a unidade, certos de que é muito mais aquilo que os une do que aquilo que os separa. Os patriarcas ortodoxos estiveram igualmente presentes na histórica reunião de Assis, em 27 de Outubro de 1986, para a qual o Papa convidou os líderes de todas as grandes religiões do mundo para orarem em conjunto pela Paz.

Mesmo durante o longo tempo de total afastamento, os sacramentos e a hierarquia da Igreja ortodoxa sempre foram reconhecidos como válidos pela Igreja católica (o que já não acontece em relação aos pastores e sacramentos das Igrejas protestantes). Para além da questão da autoridade do Papa como sucessor de Pedro, as divergências teológicas e disciplinares têm uma importância relativamente pequena (entre os Ortodoxos os padres podem casar-se, mas os bispos não, devendo ser escolhidos entre os monges; os instrumentos de música são proibidos na liturgia, mas ao canto é atribuída grande importância; os templos são ricamente – excessivamente? – ornamentados com pinturas e mosaicos coloridos, mas a escultura é interdita; etc. Boa parte destas pequenas diferenças, de resto, mantêm-se em relação aos Uniatas).

Apesar de todos os esforços para a reunificação, a nível dos teólogos e das cúpulas, a reacção negativa e mesmo fortemente agressiva de grande número de monges e monjas ortodoxos à recente visita (2001) do Papa João Paulo II à Grécia – que acabou por ser mais bem recebido na Síria, um país muçulmano – mostra bem as consequências funestas destes 2 mil anos de separação, em que o peso da História e das divergências culturais é ainda muito grande.

Além da Bíblia, a doutrina da Igreja Ortodoxa apoia-se sobretudo nos 7 primeiros concílios e nas obras dos chamados “Padres da Igreja” – S. Basílio, S. Gregório de Nisa, S. Gregório Nazianzeno e S. João Crisóstomo.

A Igreja Ortodoxa Russa, com o seu Patriarcado, é hoje talvez o centro mais importante da ortodoxia no mundo (por isso Moscovo é chamada por alguns autores a “terceira Roma”; a 2.^a seria Constantinopla, que foi gradualmente perdendo importância desde a invasão turca). É dirigida pelo Sacro Sínodo da Igreja Russa Ortodoxa, sendo seu membro permanente o metropolitano de Kiev e de toda a Ucrânia, o qual lhe está subordinado em termos de fé e disciplina eclesiástica, embora possua completa autonomia no que toca à jurisdição eclesiástica e à gestão económica. Calcula-se que o número de crentes na região da antiga União Soviética ronde os 60 milhões. Têm grande peso entre as populações eslavas (russos, bielorrussos e ucranianos), moldavos, georgianos e iakutis.

Ao longo da história da Rússia, a partir de 988, o cristianismo ortodoxo tem desempenhado um papel da maior importância, podendo dizer-se que *marcou*

profundamente a cultura do país desde então. O facto de a Igreja Ortodoxa apresentar um acentuado pendor para as cerimónias litúrgicas, dotadas de grande beleza e esplendor, bem como para colocar o acento tónico da sua vida nos aspectos místicos – intervindo pouco na vida social, ao contrário dos latinos – parece poder explicar-se também pelas matrizes culturais da hierarquia e fiéis dos povos em questão.

Nas relações com a Igreja Católica, além do problema dos *Uniatas* referido na alínea anterior, persiste ainda um certo mal estar devido à nomeação por Roma de um Arcebispo para Moscovo, Karaganda e Novosibirsk (durante o período da *perestroika* de Gorbachev), o que os Ortodoxos russos consideraram uma ingerência do Vaticano nas suas áreas pastorais tradicionais, tida como “concorrência desleal”.

Não menos dramáticos são os desentendimentos entre algumas Igrejas ortodoxas russas no exílio e o Patriarcado Ortodoxo de Moscovo, esgrimindo acusações mútuas de colaboracionismo com os governos totalitários locais (Moscovo acusa os ortodoxos russos na Alemanha de colaborar com os nazis e estes, por sua vez, acusam aqueles de sujeição e colaboração com o regime comunista soviético)⁵⁸.

⁵⁸ Cfr., por ex., a entrevista concedida em 1991 à “Der Spiegel” pelo sucessor do falecido Patriarca Pimen, S. S. Alexis II.

Refiram-se finalmente a grande importância e prestígio de que goza ainda hoje a Igreja Ortodoxa grega, conhecida sobretudo pela vida dos seus monges no monte Atos, uma verdadeira república monástica inacessível a mulheres. Hábeis pintores de ícones (pinturas com valor religioso que só os monges podem executar), estes monges e eremitas mantêm um verdadeiro repositório vivo da *arte bizantina*. O Patriarca grego de Constantinopla conserva a jurisdição sobre grande parte das comunidades ortodoxas americanas.

9.3 *Protestantes*

A Reforma Protestante, embora já preparada por acontecimentos anteriores, pode dizer-se que teve o seu início histórico quando o monge agostinho alemão **Martinho Lutero** (1483-1546) afixou as suas 95 teses contra os abusos das indulgências, em 1517, na porta da capela de Wittenberg (Saxónia). Insistia também na salvação pela fé em Cristo e não pelas obras (embora não deixando de as considerar necessárias), apoiado em textos de S. Paulo. Três anos depois foi-lhe enviada pelo Papa Leão X uma bula de excomunhão que Lutero queimou na praça pública, recusando daí em diante submeter-se à autoridade papal. Mais tarde, já casado com Catarina de Bora, redigiu com Melanchton, um dos seus discípulos, a *Confissão de Augsburgo*, base doutrinária de todas as futuras igrejas luteranas.

Os príncipes alemães que o apoiaram aproveitaram-se rapidamente das suas ideias – entre as quais a supressão do sacerdócio – para destituir o clero e apossar-se dos respectivos bens. Seguiram-se lutas cruéis, entre as quais o levantamento dos camponeses (1521-1525) em que participaram os chamados *anabaptistas*, uma seita reformista que era contra o baptismo das crianças. A reforma luterana estendeu-se logo a seguir aos países escandinavos e bálticos, Holanda, Europa central e oriental e mais tarde à América.

Em consequência do mal-estar e insatisfação religiosa que se sentiam na Europa, surgiram outros reformadores: **Zwínglio**, antigo padre e humanista, em Zurique, e **João Calvino** (1509-1564), um francês com formação jurídica que se viu obrigado a abandonar o seu país para se refugiar em Basileia e depois em Genebra, por causa da sua adesão às ideias protestantes. A sua obra fundamental é a *Instituição da Religião Cristã*, iniciada em 1536 (em latim) e concluída em 1559 (em 1541 a obra surgiria já em francês). Homem honesto e com preocupações sociais era, no entanto, extremamente intolerante, governando com mão de ferro, de tal modo que Genebra chegou a ser conhecida no seu tempo como “a Roma do Protestantismo”. Tal como Lutero, insistiu na justificação apenas pela fé e suprimiu os sacramentos (excepto o baptismo), mas afastou-se daquele ao pregar a predestinação da Graça, ou seja, a convicção de que Deus havia traçado o destino de cada homem desde toda a Eternidade. Os templos deveriam ser despojados de qualquer ornamento ou imagem e as cerimónias de culto bastante reduzidas, tendo a Eucaristia apenas um carácter simbólico. À semelhança dos luteranos, a livre interpretação da Bíblia ocupou sempre um lugar fundamental no calvinismo, o qual se espalhou também rapidamente pela Europa Central, Alemanha, França, Inglaterra e Escócia.

Os *presbiterianos*, de inspiração calvinista, rejeitam o episcopado e são governados por um conselho de anciãos (presbíteros), escolhidos entre os pastores, anciãos ou leigos, segundo a fórmula de J. Knox, adoptada na Escócia e na América. Uma das suas seitas – os *puritanos* – que aceita a predestinação e é extremamente severa, enraizada na Suíça, França e Holanda, foi perseguida e emigrou para os E.U.A. no *Mayflower*, constituindo os “Pilgrim Fathers”, burgueses destacados cuja influência é bem conhecida.

Cismática se tornou também a Igreja de Inglaterra, com **Henrique VIII** que aproveitou a controvérsia em torno do seu divórcio, não reconhecido por Roma, para romper com o Papa, atitude mais tarde confirmada pela sua sucessora Isabel I (1558-1603). Nasce assim como religião do Estado o *anglicanismo*, uma espécie de compromisso entre o catolicismo e o calvinismo. A Bíblia passou a ser ensinada em inglês e o ritual nacional está consagrado no *Common Prayer Book*..

Nenhuma destas separações se fez de forma indolor. Ódios, guerras, condenações à fogueira de ambos os lados, cindiram praticamente a Europa entre

norte e sul, como já havia acontecido antes na divisão leste-oeste de ortodoxos e católicos latinos. Em França católicos e “huguenotes”(protestantes calvinistas) guerrearam-se fanaticamente, até que, já no final do séc. XVI, Henrique IV subscreveu o conhecido Édito de Nantes (1598), através do qual se garantia a liberdade de culto e de consciência aos cristãos das várias confissões. A guerra dos trinta anos (1618-1648) foi outro dos trágicos conflitos que opuzeram príncipes, reis e imperadores, os quais, sob pretexto de defender a religião, procuravam esmagar os adversários e alargar os seus domínios.

O facto de os protestantes não aceitarem a autoridade central do Papa, deu origem à proliferação de um sem número de igrejas separadas (algumas delas mais próximas de seitas do que de igrejas). É comum, no entanto, classificar como “protestantes” apenas 4 grandes grupos: *Luteranos, calvinistas, anglicanos e metodistas*.

Os *metodistas*, de que ainda não falamos, destacaram-se dos anglicanos no séc. XVIII quando **John Wesley** e outros dois pastores pregaram na Universidade de Oxford um protestantismo mais rigoroso, que recusava a predestinação calvinista e insistia na caridade evangélica e num maior zelo apostólico. Utilizavam um novo método de vida espiritual, o que lhes valeu a alcunha popular de “metodistas” com que passaram a ser conhecidos. As sociedades metodistas dividiram-se em numerosos grupos, vindo depois um certo número a reunir-se na igreja metodista britânica (1917 e 1932). Em França inclinaram-se mais para as orientações de um dos pastores mencionados – Jorge Whitefield – e estão mais próximos do calvinismo, e nos Estados Unidos da América surgiu um metodismo *episcopal*.

A dolorosa experiência da separação levou a que as Igrejas protestantes, desde os começos do século vinte, procurassem reunir-se em numerosas associações comuns, de matriz ecuménica (por razões de eficácia missionária, entre outras): Conselho Internacional das Missões, Federação Luterana Mundial, Aliança Reformada Mundial, Aliança Evangélica Universal, Aliança Universal das Uniões Cristãs de Jovens, etc. A mais importante é, sem dúvida, o *Conselho Ecuménico das Igrejas*, criado em 1948, com sede em Genebra, o qual reúne perto de duas centenas de igrejas (à data da sua constituição eram 150), incluindo igrejas ortodoxas. É dirigido por uma Assembleia Geral que se reúne de 6 em 6 anos e dispõe de 6 presidentes e um secretário-geral.

Em Portugal, o número total de protestantes é estimado em cerca de 100.000, ou seja, cerca de 1% da população total⁵⁹. Estão agrupados em “ecuménicos” e “não ecuménicos”. São 3 as Igrejas ecuménicas: *Metodista, Presbiterana e Lusitana* (esta última, é de comunhão Anglicana), reunidas, desde 1971, no *Conselho Português de Igrejas Cristãs* (Copic), organismo que sucedeu à Comissão Intereclesiástica Portuguesa, criada em 1956 e extinta com a sua transformação em Conselho.

⁵⁹ Cfr. Manuel Pedro Cardoso (Secretário-Geral do Conselho Português de Igrejas Cristãs), *Protestantismo em Portugal*.

Os “não-ecuménicos” constituíram também uma Associação, designada *Aliança Evangélica Portuguesa*, com estatutos revistos em 1975 (esta Aliança Evangélica foi fundada em 1923. Na altura agrupava praticamente todas as confissões protestantes – Lusitanos, Presbiteranos, Metodistas, Baptistas, Irmãos, etc., ainda não separadas em ecuménicos e não-ecuménicos). Os “ecuménicos” têm posições menos radicais face ao Catolicismo Romano, graças a uma caminhada teológica na linha do Conselho Mundial das Igrejas.

Ao todo, segundo o *Prontuário Evangélico*⁶⁰ há cerca de 30 denominações protestantes em Portugal. O seu denominador comum são os *quatro princípios fundamentais do Protestantismo*: 1.º: *A Bíblia como regra de fé e de prática*; 2.º: *O direito ao livre exame das Escrituras*; 3.º: *A justificação pela fé*; 4.º: *O sacerdócio universal dos crentes*.

Face a estes princípios *não* podem incluir-se entre os protestantes os “Adventistas”, as “Testemunhas de Jeová”, os “Mórmons”, os “Meninos de Deus” e outras seitas de inspiração bíblica.

10. Outras confissões cristãs

Além das Igrejas Católica, Ortodoxa e Protestante, existem ainda núcleos antigos de cristãos que professam doutrinas consideradas heterodoxas e que se afastaram das grandes sés nos séculos V e VI (não nos referimos obviamente às “seitas” de inspiração bíblica, as quais serão estudadas num capítulo próprio). As mais conhecidas são⁶¹:

- A Igreja *Caldeia*, na Mesopotâmia, herdeira da heresia nestoriana;
- As igrejas *siriaca* (jacobita), *arménia* e *copta*, todas monofisitas. Vale a pena deixar aqui um breve apontamento sobre a Igreja Copta, a qual, neste momento, se vê confrontada com forte contestação e mesmo perseguições sangrentas por parte dos grupos fundamentalistas muçulmanos egípcios: os coptas (“do grego *aiguptos*, egípcio, derivado do nome faraónico do santuário de Mênfis” – M. Thiollier, *Dicionário das Religiões*), são cristãos desde os primeiros séculos. Contando com numerosas comunidades monásticas, o seu chefe é o Patriarca de Alexandria, a qual, segundo a tradição, teria sido evangelizada pelo próprio São Marcos. Alguns grandes nomes de Patriarcas, como Santo Atanásio e São Cirilo de Alexandria, constituem justificados títulos de glória desta igreja. Separados de Constantinopla desde o concílio de Calcedónia, lograram preservar, além da língua, um tipo de arte e uma liturgia singulares. Os religiosos e religiosas fazem votos de castidade e o Patriarca é escolhido entre os monges do convento de Santo Antão, nas imediações do mar Vermelho. É obrigatoriamente celibatário, mas

⁶⁰ Editado pelo Centro de Publicações Cristãs, uma editora evangélica. Contém indicações sobre as Igrejas, organizações, editores, livreros, publicações, lares, cursos teológicos, nomes de pastores e outros responsáveis das Igrejas reformadas portuguesas.

⁶¹ Para um estudo mais pormenorizado pode consultar-se, entre outros, a enciclopédia *Bilan du Monde*, cit. na bibliografia, I vol., pp. 178 e sgs.

-
- os outros membros do clero são autorizados a casar-se. Conservam a prática judaica da circuncisão, jejuam frequentemente e organizam peregrinações a Jerusalém e aos lugares santos da Palestina.
- Nascida da Igreja copta, à qual esteve ligada até há pouco tempo, existe ainda a *Igreja da Etiópia*, monofisita mas com muitos elementos judaicos, tais como a observância do sábado, a circuncisão e os tabus alimentares. A sua sede principal é em Adis-Abeba, onde reside o seu Patriarca – o *Abuna*. Constituída por volta de 330, era uma verdadeira teocracia que esteve na origem da conhecida lenda do “Prestes João das Índias”. São famosas as suas igrejas escavadas na pedra vulcânica em Lalibela e Aksum onde, segundo a lenda, estaria ainda guardada a arca da Aliança trazida por Menelik, filho do rei Salomão e da rainha do Sabá.
 - A Igreja *sírio-malabar*, na costa sudoeste da Índia (também chamados *cristãos de São Tomé*), é formada pela parte dos descendentes dos antigos Nestorianos que se juntou à Igreja siríaca monofisita. No séc. XVI tinha-se verificado a reunião dos Nestorianos com Roma mas, no século seguinte, uma parte do grupo voltou a separar-se para se juntar aos monofisitas.

Síntese

O nascimento de **Jesus de Nazaré**, chamado o *Cristo*, dividiu em duas épocas a história da Humanidade (muito embora Jesus tenha nascido 6 ou 7 anos antes do ano zero, um paradoxo que se ficou a dever a um erro de cálculo de um monge). Tendo ensinado a sua doutrina na Palestina de então durante cerca de 3 anos, o pregador galileu foi entregue ao procurador romano Pôncio Pilatos pelo Sinédrio judeu, sob a falsa acusação de ser um rebelde político anti-romano. Pilatos mandou-o crucificar sem suspeitar do verdadeiro motivo: Jesus sustentava que era o Messias aguardado havia longo tempo por Israel, e era na qualidade de filho de Deus que ensinava e fazia milagres o que, para os sinédritas, constituía uma heresia e um perigo potencial. Três dias depois da morte de Jesus, os seus discípulos, que se haviam escondido com medo das represálias dos judeus, testemunharam a sua **ressurreição** dos mortos, atraíram numerosos convertidos e partiram por todo o mundo conhecido onde criaram numerosas comunidades de crentes – os cristãos. Todos esses apóstolos do Colégio dos Doze selaram com o seu martírio o testemunho da ressurreição.

Apoiado nos convertidos da diáspora judaica, em torno do Mediterrâneo e no Médio Oriente, o cristianismo propagou-se muito rapidamente e atingiu o coração do Império, para onde transferiu o seu centro de gravidade, o que

Ihe permitiu continuar a desenvolver-se mesmo após a destruição total de Jerusalém, operada por Tito e as suas legiões no ano 70. Até à conversão do Imperador Constantino os cristãos sofreram perseguições extremamente cruéis, por se recusarem a adorar os ídolos romanos. Transformado em religião oficial após 313, o cristianismo viria a desempenhar um papel fundamental na preservação dos valores da civilização greco-romana, após as duas fases da queda do Império – a ocidente, nas mãos dos bárbaros, e a oriente, nas mãos dos turcos. Um dos instrumentos mais importantes desta preservação foram as ordens monásticas, que salvaguardaram simultaneamente os valores evangélicos e os valores ético-culturais do Império moribundo.

Através de inúmeras vicissitudes, em que a Igreja desempenhou sempre papel de relevo, embora nem sempre de acordo com a mensagem de que era portadora (citem-se, a título de exemplo, as cruzadas, a inquisição, e as reacções contra o progresso científico nalgumas épocas), o balanço que se pode efectuar da sua acção em todos os domínios sociais é amplamente positivo, podendo dizer-se que o mundo não só nunca mais foi o mesmo depois do nascimento do Cristianismo, mas também se tornou muito melhor, aprendendo a respeitar e defender valores fundamentais, como a vida, a liberdade, a igualdade fundamental de todos os seres humanos, etc.

De todas as religiões esta é, sem dúvida, a mais **universal**, não só por ser praticada por um terço da Humanidade (cerca de dois biliões de pessoas), como por ter chegado a todos os países do planeta, podendo dizer-se que não há sítio, por mais recôndito, onde as missões não tenham chegado. Em termos de Antropologia das Religiões é sumamente interessante constatar os aspectos de **inculturação** verificados em todos os países e etnias, muito evidentes, por exemplo, nas diferentes liturgias e expressões artísticas (pintura, escultura, arquitectura, etc.).

Desde os primeiros tempos que a preservação do legado da fé foi causa de inúmeras disputas, primeiro contra doutrinas condenadas como **heréticas** nas assembleias conciliares (gnósticos, monofisitas, nestorianos, etc.), e especialmente nos dois grandes *cismas* que acabaram por dividir a Cristandade em três grandes ramos: a separação operada em 1054, dividindo-a em **católicos romanos** e **cristãos ortodoxos** e a reforma de que nasceram as **igrejas protestantes** (iniciada em 1520 com Lutero, a que se seguiram os calvinistas, os anglicanos, os metodistas, etc.).

Ao longo do século XX estas diferentes confissões, que se haviam guerreado como se fossem religiões diferentes, acabaram por reconhecer que era muitíssimo mais o que as aproxima do que aquilo que as afasta, e iniciaram um *movimento ecuménico* de reconciliação, em que foram determinantes a constituição do **Conselho Ecuménico das Igrejas** e o **Concílio Ecuménico Vaticano II** (1962-1965). De então para cá multiplicaram-se as comissões teológicas mistas, as edições conjuntas de traduções das escrituras, as reuniões para oração (*Assis* é uma situação exemplar), os centros de reflexão comum

(*Taizé* é outro caso notável), etc. Muito embora ainda persistam bastantes divergências, pode dizer-se que o novo milénio nasce com uma esperança bem fundamentada na reconciliação fraternal – ou, pelo menos, pacificação – dos cristãos dispersos por estes três ramos.

Revisão

1. Caracterize a sociedade da Palestina do tempo de Jesus, identificando os principais grupos religiosos, as suas expectativas messiânicas e a sua posição face ao ocupante romano.
2. Em que consistiu a novidade de doutrina de Jesus de Nazaré relativamente ao ensinamento judaico?
3. “*Três Pessoas distintas num só Deus*” é um artigo de fé comum às três grandes religiões monoteístas descendentes de Abraão? Porquê?
4. Porque razão foi Jesus condenado pelos judeus e crucificado pelos romanos?
5. Quais os livros que constituem os textos canónicos do Novo Testamento?
6. Por que motivo as primeiras comunidades cristãs se espalharam tão rapidamente nas regiões dominadas por Roma?
7. O gnosticismo foi desde os primeiros tempos da Igreja considerado e condenado como uma seita herética. Diga o que caracterizava esta heresia e se conhece algum movimento actual que perfilhe as mesmas tendências gnósticas.
8. Em 1054 verificou-se o 1.º grande cisma na Igreja cristã. Diga em que consistiu, quais os líderes desta separação e as suas causas teológicas e culturais.
9. Outra grande separação teve lugar em 1520, com a Reforma Protestante. Caracterize este movimento e enuncie as suas causas, consequências, e ramos mais importantes.
10. *O cristianismo é uma religião entranhada na História.* Comente esta afirmação, sublinhando os aspectos positivos resultantes da existência desta religião, especialmente no que toca à promoção da dignidade da pessoa humana.
11. O que entende por *inculturação*? Dê alguns exemplos.
12. Em que consiste o movimento ecuménico? Indique algumas realizações deste movimento, tanto a nível da Igreja Católica, como Protestante e Ortodoxa.

Leituras complementares

A) Textos Bíblicos

- 1985 *A Bíblia de Jerusalém*, ed. Paulinas, S. Paulo, 9.^a ed. (2366 pp.).
As notas desta Bíblia, considerada a mais autorizada no mundo católico, são da responsabilidade da “École Biblique de Jérusalem”, como atrás referimos.
- 2000 *Bíblia Sagrada*, Difusora Bíblica (Franciscanos Capuchinhos), Lisboa/Fátima, Maio, 2.^a ed. (2143 pp.).
- 1968 *O Evangelho de Jesus*, MIMEP (Pessano, Milão), ed. Paulistas (S. Paulo, Brasil).
Trata-se de uma reunião dos 4 Evangelhos numa só narração, abundantemente ilustrada com fotografias, gráficos e mapas dos locais onde ocorreram os factos, bem como comentários e informações de carácter pedagógico, elaborados por uma equipa de especialistas dirigida por Enrico Galbiati.
- 1975 *La Iglesia de los Orígenes en los Hechos de los Apóstoles y en sus escritos*, MIMEP (Pessano, Milão), 1972 e Instituto S. Gaetano, (Vicenza, Italia).
Semelhante ao anterior na sua metodologia, completa a trilogia iniciada com o Antigo Testamento.

B) Estudos sobre a Pessoa e a Mensagem de Jesus

Não é certamente possível (nem desejável, porque só serviria para lançar a confusão) apresentar uma bibliografia exaustiva sobre Jesus de Nazaré.

A bibliografia sobre ele é, na realidade, um oceano, para mais em contínua tempestade.

Só no século passado, foram-lhe dedicados 62 mil volumes. Na Biblioteca Nacional de Paris, espelho da cultura ocidental, o seu “nome” é o segundo pelo número de fichas. O primeiro, significativamente, é Deus” (Vittorio Messori, Hipóteses sobre Jesus, p. 14).

ADAM, Karl

- 1986 *Jesus Cristo*, Quadrante, S. Paulo.

BOFF, Leonardo

- 1981 *Igreja, carisma e poder*, ed. Inquérito, Lisboa (col. “Perspectivas”, n.º 2).

CARMIGNAC, Jean

- 1983 *La Naissance des Évangiles Synoptiques*, François Xavier de Guibert, Paris (3.^a ed.).

CARMO, António

- 1985 *O Sermão da Montanha no Movimento dos Cursilhos de Cristandade*, ed. Franciscana, Braga (col. “Pedras Vivas”, n.º 12).
- 1990 *João viu e acreditou*, ed. autor, Macau.
- 1990 “A agonia de Jesus (expressão e caminho de liberdade)”, artigo in *Boletim Eclesial de Macau*, n.ºs 3, 4 e 5.

CONGAR, Yves

- 1969 *Jesus Cristo*, União Gráfica, Lisboa.

CRISTIANI, L.

- 1956 *Jesus Cristo, filho de Deus*, Liv. Apostolado da Imprensa, Porto.

DODD, Charles Harold

- 1977 *O fundador do Cristianismo*, ed. Paulinas, S. Paulo (col. “A Palavra Viva”, n.º 6).

DRANE, John William

- 1982 *Jesus*, ed. Paulinas, S. Paulo (col. “entender a Bíblia”).

GRELOT, Pierre

- 1985 “Os Evangelhos (origem, data, historicidade)”, n.º 18 dos *Cadernos Bíblicos*, ed. Difusora Bíblica (Franciscanos Capuchinhos), Lisboa.

GUARDINI, Romano

- 1966 *O Senhor*, Liv. Moraes Editora, 2.ª ed., Lisboa.

JEREMIAS, Joachim

- 1977 *Teologia do Novo Testamento*, ed. Paulinas, S. Paulo, 2.ª ed. (Nova Coleção Bíblica, n.º 3).
- 1977 *A mensagem central do Novo Testamento*, ed. Paulinas, 2.ª ed. (col. “A Palavra Viva”, n.º 13).
- 1980 *O Sermão da Montanha*, ed. Paulinas, S. Paulo (col. “A Palavra Viva”, n.º 11).
- 1983 *Jerusalém no Tempo de Jesus*, ed. Paulinas, S. Paulo (Nova col. bíblica, n.º 16).
- 1983 *As parábolas de Jesus*, ed. Paulinas, S. Paulo (Nova col. Bíblica, n.º 1).

KASPER, Walter

- 1976 *Jésus le Christ*, les Éditions du Cerf, Paris.

LAURENTIN, René

- 1991 *A Igreja do Futuro*, ed. Paulistas, Lisboa.
1996 *Vie authentique de Jésus Christ*, Libr. Arthème Fayard, Paris, 2 vols.

MESSORI, Vittorio

- 1980 *Hipóteses sobre Jesus*, ed. Salesianas, Porto (trad. da 16.^a ed. italiana).
1995 *Il a souffert sous Ponce Pilate (enquête historique sur la passion et la mort de Jésus)*, trad. francesa do original italiano editada por F. X. de Guibert, Paris.

MESTERS, Carlos

- 1983 *Curso Bíblico*, ed. Paulistas, Lisboa.
1985 *As Parábolas*, ed. Vozes, Petrópolis (Brasil), col. “Círculos Bíblicos”, n.º 5.

NEVES, Joaquim Carreira

- 1989 *Jesus Cristo, História e Fé*, ed. Franciscana, Braga, (col. “Espírito e Vida”, n.º 2).

PIERRARD, Pierre

- 1982 *História da Igreja*, ed. Paulinas, S. Paulo (Brasil).

RAHNER, Karl

- 1989 *Curso Fundamental da Fé*, ed. Paulinas, S. Paulo, (col. “Teologia Sistemática”, n.º 3).

RICCIOTTI, Giuseppe

- 1951 *Vida de Jesucristo*, Luis Miracle, Barcelona, 4.^a ed. da trad. espanhola, Abril (a edição original italiana data de 1941).

ROPS, Daniel

- 1956 *Jesus no Seu Tempo*, Livraria Tavares Martins, Porto (3.^a ed.).
“História da Igreja”, Livraria Tavares Martins, Porto, 5 volumes publicados em português: I. *A Igreja dos Apóstolos e dos Mártires*, 1956, 724 pp.*. II. *A Igreja dos Tempos Bárbaros*, 1960, 748 pp.*. III. *A Igreja das Catedrais e das Cruzadas*, 1961, 905 pp.*. IV-1.º *A Igreja do Renascimento e da Reforma – Uma Revolução Religiosa: A Reforma Protestante*, 1962, 650 pp.*. IV-2.º *A Igreja do Renascimento e da Reforma – Uma Era de Renovação: A Reforma Católica*, 1970, 570 pp. (Esta obra monumental não chegaram nunca a ser publicadas as traduções dos 5 volumes seguintes: V-1.º *A Igreja dos*

Tempos Clássicos – O Grande Século das Almas A Igreja dos Tempos Clássicos – A Era dos Grandes Abalos* VI-1.º A Igreja das Revoluções – Em frente dos novos destinos* VI-2.º A Igreja das Revoluções – Um combate por Deus* VI-3.º A Igreja das Revoluções – Os cristãos, nossos irmãos).*

SANTINI, Alceste

1988 *Mil anos de Fé na Rússia*, ed. Paulistas, Lisboa.

O livro é uma longa entrevista concedida ao autor em 1987 por S. S. Pimen, Patriarca de Moscovo e de todas as Rússias (falecido 3 anos depois), na qual se abordam temas da maior importância e actualidade, tanto da vida religiosa da Igreja Ortodoxa e das suas relações com as outras confissões (especialmente a Igreja Católica), como das relações com o Estado e o seu pensamento acerca dos grandes temas sócio-políticos actuais. É uma leitura indispensável para quem pretenda familiarizar-se com os problemas actuais que enfrenta a Igreja Ortodoxa.

THIEDE, Carsten Peter

1994 *Qumrân et les Évangiles*, F. X. de Guibert, Paris.

TRESMONTANT, Claude

1983 *Le Christ Hébreu (la langue et l'âge des Évangiles)*, F. X. de Guibert, Paris.

URBEL, Perez

1955 *Vida de Cristo*, ed. Aster (Lisboa) e Casa do Castelo (Coimbra), (col. “Éfeso”, n.ºs 9 e 10).

WEIGEL, George

2000 *Testemunho de Esperança*, Bertrand Editora, Lisboa.

Uma obra minuciosa, por muitos considerada a mais completa biografia de João Paulo II.

VÁRIOS

1960 *Bilan du Monde (Encyclopedie Catholique du Monde Chretien)*, Casterman, Paris e Tournai. Publicado pelo Centre de Recherches Socio-Religieuses (Bruxelas) e Centre Église Vivante (Lovaina), 2 vols.

Vejam-se especialmente os capítulos dedicados às várias confissões cristãs (cap. XI da 1.ª secção) e à visão sociológica da Igreja Católica (cap. I da 2.ª secção).

- 1992 *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*, Vozes, Petrópolis (Brasil), 5.^a ed. Direção de A. Van Den Born. Colaboração de 45 biblistas de várias nacionalidades.
- 1982 *A Igreja que surge da Base (eclesiologia das comunidades cristãs de base)*, ed. Paulinas, S. Paulo.
Comunicações apresentadas por diversos autores ao IV Congresso Internacional Ecuménico de Teologia, realizado em São Paulo, em 1980.
- 1992 *Vocabulário de Teologia Bíblica*, Vozes, Petrópolis (Brasil), 5.^a ed. Direção de Xavier Léon-Dufour S. J. Colaboração internacional de 70 exegetas de língua francesa.

C) Magistério da Igreja Católica

- 1972 *Concílio Ecuménico Vaticano II (constituições, decretos, declarações. Documentos pontifícios)*, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, Braga.
- 1993 *Catecismo da Igreja Católica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra.
- s/d *Evangelização no presente e no futuro da América Latina*, ed. Paulinas (2.^a ed.), S. Paulo (Brasil), col. “Sal da Terra”.
São as conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Puebla de los Angeles (México), de 27 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1979, que inclui os discursos do Papa, e constitui um dos documentos pastorais de maior interesse publicados no séc. XX.

JOÃO PAULO II

Muitos foram os documentos, discursos e alocuções do Papa João Paulo II durante este seu longo pontificado que já vai em 23 anos. Seleccionei apenas os 2 seguintes porque constituem, a meu ver, uma boa sùmula do pensamento do actual Pontífice sobre os grandes problemas da nossa época e sobre o modo como encara o futuro próximo da Igreja e do Mundo, o que não dispensa obviamente o leitor interessado em aprofundar outros temas de consultar a sua vasta obra, toda praticamente traduzida para português.

- 1994 *Atravessar o limiar da Esperança*, ed. Planeta, Lisboa.
Trata-se de uma longa entrevista com Vittorio Messori, em que são abordados com grande frontalidade temas da maior importância como a oração, as várias religiões no mundo de hoje, o comunismo, a Igreja post-conciliar, etc.
- 2001 *À entrada do novo milénio*, carta apostólica de 6 de Janeiro de 2001, ed. A. O., Braga, Janeiro.

Página intencionalmente em branco

6. O Islamismo

Página intencionalmente em branco

SUMÁRIO

Objectivos da Unidade

1. **Uma história das Arábias**
2. **O mensageiro de Alá**
3. **Alcorão sim, Bíblia não**
4. **Os cinco pilares do Islamismo**
5. **A sucessão. Os primeiros Califas**
6. **Sunitas, Xiitas e grupos menores**
7. **Árabes e Muçulmanos na História: Influências culturais, políticas e religiosas**
8. **O legado árabe na península ibérica. O Islão em Portugal em finais do século XX**
9. **Pacifistas e fundamentalistas: que futuro para o Islamismo?**

Síntese

Revisão

Leituras complementares

Objectivos da unidade

No final do capítulo que se segue o aluno deve estar apto a:

- Formar uma ideia do quadro geográfico-social da Arábia anterior ao Islão;
- Avaliar a importância histórica e traçar um esboço do perfil religioso e político do fundador do Islamismo : o Profeta Maomé;
- Compreender a razão que leva os muçulmanos a aceitar apenas o Alcorão, embora este considere como inspiradas algumas das mais notáveis figuras da Bíblia, nomeadamente Jesus de Nazaré e sua mãe, Moisés e Abraão;
- Enunciar os deveres fundamentais de todo o bom muçulmano, conhecidos como os cinco pilares do Islamismo;
- Ter ideias claras acerca dos problemas da sucessão de Maomé e das divisões doutrinárias que daí resultaram, correspondentes a outros tantos grupos, tradições e expressões religiosas (sunitas, xiitas, sufistas, kharijitas, ismaelitas, etc.);
- Reconhecer a importância da expansão árabo-islâmica para o desenvolvimento das civilizações onde se instalou, em especial no campo das ciências e das artes;
- Identificar o legado cultural do Islão em Portugal e formar uma ideia da sua importância e expansão actual no nosso país;
- Equacionar os grandes problemas do fundamentalismo e do diálogo inter-religioso no que toca à presença do Islão no mundo actual.

*Não há nenhum deus a não ser Deus
e Maomé é o mensageiro de Deus.*
(palavras da profissão de fé dos Muçulmanos,
ou Shahada)

1. Uma história das Arábias

Desde tempos remotos que a grande península arábica era povoada por dois tipos de habitantes distintos, embora falando a mesma língua:

- os *sedentários*, com uma organização política de tipo monárquico, concentrados no sul, onde o clima permitia a prática da agricultura (cereais, especiarias, essências) e a aglomeração em cidades e povoados, com seus mercadores e artesãos, ou vivendo em torno de alguns oásis, onde a tamareira fornecia sombra, alimentação e madeira;
- e os *nômadas*, organizados em tribos, pastores e viajantes errantes do deserto, em permanente movimento com os seus rebanhos de cabras, ovelhas e camelos. Também conhecidos como *beduínos*, comerciavam com os habitantes das povoações ou simplesmente se dedicavam à sua pilhagem, vendo-se os outros obrigados a comprar-lhes a protecção para evitar a destruição dos seus bens.

A primeira destas Arábias era chamada a “Arábia feliz”, devido à relativa abundância de que gozava, face às carências de tudo na imensidão do deserto. O simples facto de disporem desse bem precioso entre todos que é a água, permitia-lhes disfrutar de uma vida cosmopolita, comerciando com povos de outras longitudes, dedicando-se às artes e gozando de uma vida relativamente confortável.

As famílias de beduínos, por sua vez, pertencentes a diversas tribos, erravam por toda a península, organizando muitas vezes caravanas que ligavam as regiões do Crescente Fértil (Mesopotâmia, Palestina, Egipto), à Arábia Saudita e às costas do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico. Mais tarde vieram também a ser conhecidos por *Sarracenos*¹. Uns e outros eram, do ponto de vista religioso, politeístas.

Uma dessas tribos beduínas – a dos Coraixitas – fez de Meca o seu centro de operações, ponto de chegada e de partida das caravanas que demandavam a costa ocidental ou o norte. Para além do comércio, Meca constituía ainda um centro de peregrinação religiosa, organizada em torno da famosa pedra negra, de possível origem meteorítica, encerrada numa construção cúbica (a *Caaba*, ou *Ka’aba*, que significa cubo), onde as diversas tribos depositavam também as imagens dos seus ídolos (ao que parece eram, ao todo, 360 divindades). Inteligentemente, os Coraixitas (Qoraysh quer dizer “tubarão”) exploravam

¹ Lewis, Bernard, *Os Árabes na História*, ed. Estampa, Lisboa, 1982, p. 16: “É igualmente na literatura grega que a expressão *Sarraceno* começa a ser divulgada. Aparece pela primeira vez nas antigas inscrições, supondo-se que seria o nome de uma única tribo do deserto da região do Sinai. Na literatura grega, latina e tal-múdica é usada em relação aos nômadas em geral, e em Bizâncio e no Ocidente medieval foi, posteriormente, aplicada a todos os povos muçulmanos”.

² Sempre que os termos hajam sido aportuguesados, usá-los-emos nessa forma indicando, entre parêntesis, outras grafias mais correntes, como por exemplo no caso de Maomé (Muhammad), prescindindo de outras designações para evitar confundir o leitor. No português arcaico, por exemplo, Maomé era frequentemente designado por Mafoma ou Mafamede. Há várias versões para o nome completo do Profeta: José Pedro Machado, filólogo e arabista português, tradutor de uma versão do Alcorão, indica *Abu'l-Kacim Muhammad ben Abd al-Mutallah ben Haçam*; Suleiman Valy Mamede, da comunidade islâmica de Lisboa, escreve *Muhammad ben Abdulalh ben Abdul Mutlib ben Hâxime*; e Azzedine Guellouz, em *O Islão* (cfr. bibliografia) utiliza simplesmente *Muhammad ibn Abdi-İllâh*.

³ Rodinson, Maxime, *Maomé*, ed. Caminho, Lisboa, 1992 (é a tradução da 3.ª ed., de 1974), p. 250. Sobre a figura de Maomé seguimos de muito perto esta biografia que é certamente um dos estudos mais notáveis produzidos por um ocidental não muçulmano. Historiador, sociólogo e orientalista, confessadamente ateu (p. 14), Rodinson manifesta todavia grande equilíbrio na apreciação que faz acerca da figura histórica do Profeta e do Islamismo. Afirma, por exemplo, que “*eu não acredito, evidentemente, que o Alcorão é o livro de Allah, pois se acreditasse seria muçulmano*” (p. 203), mas, por outro lado, insurge-se contra as acusações de impostura feitas repetidamente contra Maomé, acreditando na sua sinceridade e atribuindo ao seu subconsciente as palavras que ele ouvia e transmitia (pp. 204-205).

⁴ Rodinson, ob. cit., p. 73: *Mohammad era acusado, sabe-mo-lo de modo indiscutível pelo texto do próprio Alcorão, de escutar homens que falavam uma língua estrangeira (Alcorão, XVI, 103) e que contavam as “lendas antigas” (Alcorão, XXV, 5). Era certamente a esses relatos que ele prestava mais atenção. À luz deles, pouco a pouco, formava-se uma representação do mundo e da sua história. Judeus e cristãos falavam-lhe do mesmo Deus, Allah, “a Divindade” que se venerava também na Arábia associando-lhe outros deuses.*

a seu favor esse manancial de fés politeístas, aproveitando a presença dos peregrinos para tratarem dos seus negócios e fazer prosperar a cidade. Foi no seio dessa tribo e na cidade de Meca que veio a nascer o responsável pela futura união daqueles povos, separados por permanentes rixas e desavenças: Maomé.

2. O mensageiro de Alá

Não se conhece com rigor a data de nascimento de Maomé (Muhammad)², admitindo-se que tenha ocorrido entre 567 e 573, provavelmente em 571 do calendário cristão. Orfão de pai e mãe ainda muito novo, Maomé foi criado por seu tio Abu Tâlib, com quem provavelmente terá feito uma viagem à Síria, datando talvez daí os primeiros contactos com outras culturas e religiões, nomeadamente o Cristianismo. Com vinte e poucos anos entrou ao serviço de uma viúva rica, de seu nome Cadija (Khâdija bint Khowaylid), tornando-se guia das caravanas que ela enviava à Síria para comprar mercadorias bizantinas que revendia depois em Meca.

Aos 25 anos Maomé casou com Cadija, quinze anos mais velha do que ele, e tornou-se um negociante próspero, passando a disfrutar de uma invejável posição social e financeira. Tiveram vários filhos, mas os rapazes morreram todos enquanto crianças, sobrevivendo apenas 4 filhas, entre as quais Fátima, a qual veio a desempenhar um importante papel na sucessão do Profeta. De facto, Fátima casou com Ali, filho de Abu Tâlib e portanto primo de Maomé, que viria a ser o 4.º Califa. Durante a vida de Cadija, o marido não tomou outras esposas – a poligamia era corrente entre as tribos árabes da época – mas após a sua morte o número de mulheres do Profeta atingiu, pelo menos, a dezena, sem contar com as concubinas³.

Preocupado com as situações de injustiça reinantes e com um espírito ávido de conhecimentos, os seus contactos com cristãos (Nestorianos, sobretudo), judeus e mesmo maniqueístas (seguidores do babilónio Mani, que viveu entre 216 e 277), contribuíram certamente para responder às suas inquietações, levando-o a formular novas questões⁴. Quando tinha cerca de 40 anos, Maomé começou a fazer retiros cada vez mais frequentes numa caverna situada a poucos quilómetros da cidade, na colina de Hira, onde teve as primeiras visões. Apareceu-lhe o arcanjo Gabriel (*Jibrîl*, em árabe), o qual, em nome de Alá lhe foi transmitindo revelações e lhe ordenou que recitasse algumas frases.

Os grupos de palavras que Mohammad recitava como sendo-lhe inspiradas por Allah, as revelações, formavam aquilo a que se chama uma ‘recitação’, em árabe qor’ân. Elas foram anotadas em sua vida em documentos dispersos: bocados de couro, ossos planos de camelo, fragmentos de

cerâmica, talos de palma, etc. Também em sua vida, começou-se a agrupar esses fragmentos, fizeram-se deles suratas ou capítulos. Começou-se a chamar ao conjunto 'a recitação' por excelência, em árabe al-qor'ân, o que veio a dar Alcorão, e também por vezes o Corão. Mais tarde ainda, vários muçulmanos respeitáveis fizeram colectâneas que se pretendiam completas e das quais, finalmente, apenas uma foi retida. As suratas são aí classificadas mecanicamente por ordem de extensão decrescente (salvo a primeira). A ordem pela qual se encontra o texto nas edições actuais do Alcorão e da maioria das suas traduções nada têm a ver com a cronologia (Rodinson, p. 93).

A princípio, Maomé comunicou estas visões a um número restrito de pessoas, entre as quais se encontrava Cadija, sua mulher e sua fiel discípula. Depois o círculo foi-se alargando, a ponto de se tornar pública a pregação, o que incomodou seriamente os ricos negociantes que detinham o controlo político e económico da cidade. Tentaram suborná-lo, acenando-lhe com a direcção da comunidade, depois ameaçaram-no, mas ele manteve-se firme. Já viúvo e perante o risco de um atentado, o Profeta e seus discípulos fugiram para Medina (uma parte tomou o rumo da Etiópia), cidade que então se chamava Iatrib. Este acontecimento, que teve lugar em **622**, denominado **Hégira** (fuga, ou emigração), passou a marcar o início da era islâmica.

Estabelecido em Medina, onde foi muito bem aceite, Maomé tornou-se rapidamente no líder da comunidade. Logo que conseguiu reunir forças suficientes iniciou uma campanha guerreira contra Meca que durou 8 anos, com vitórias e reveses alternados⁵. Quando dominava já grande parte das tribos nómadas do deserto, Maomé sentiu-se suficientemente forte e marchou sobre Meca, em 630, onde entrou sem resistência e foi aclamado pelos seus antigos inimigos, a quem perdoou (embora não a todos, pois alguns foram executados). Dois anos depois, sentindo-se doente, regressou a Medina, a terra que o acolhera, e aí faleceu aos 62 anos, sendo sepultado no local da sua antiga casa, depois transformada em Mesquita. O seu túmulo está rodeado pelos dos dois primeiros Califas, seus companheiros de luta e pregação.

Embora levando em conta a cultura beduina da época, extremamente violenta, não deixam de nos chocar certos acontecimentos, como o massacre dos judeus que se seguiu ao cerco de Medina, em 627. Do extenso relato de Maxime Rodinson (pp. 193 e seg.) respiguemos alguns parágrafos: “*Em fins de Março do ano 627, ao que parece pouco depois do casamento com Zaynab, três exércitos, sob o comando supremo de Abu Sofyân, dirigiram-se para Medina. Ao todo haveria aí uns 10.000 homens, mais 600 cavalos e camelos*”. Mas Medina tinha boas defesas naturais, a que Maomé mandara acrescentar um fosso cavado a norte, e o cerco ameaçava eternizar-se sem resultados. “*Aqueles 13 000 homens reunidos em volta daquela trincheira passaram duas a três semanas a trocar injúrias em prosa e em verso, bem como algumas flechas*

⁵ Esta faceta violenta do Profeta é por vezes “branqueada” pelos seus cronistas, especialmente quando escrevem para cristãos ocidentais. Sirva de exemplo o prefácio da 1.ª edição do Alcorão (ed. Publicações Europa-América, em formato de bolso, n.º 186 da colecção “grandes obras”), da autoria de Suleiman Valy Mamede, presidente do Conselho Directivo do Centro Português de Estudos Islâmicos, no qual esta fase guerreira é deixada completamente no esquecimento, passando-se directamente da Hégira para a véspera da morte de Maomé.

lançadas a uma distância tranquilizadora. Ao todo houve três mortos entre os assaltantes e cinco entre os defensores do oásis!". Por fim, os coligados resolveram bater em retirada e regressar a Meca. Ora, entre a população de Medina havia uma comunidade de judeus, a tribo dos Coraíza (Qorayza) os quais, embora tivessem combatido ao lado dos muçulmanos, eram todavia olhados por estes com suspeição e considerados perigosos. Maomé cercou a aldeia no próprio dia em que os coligados se retiraram, cerco que se arrastou ao longo de 25 dias. Por fim, os judeus acabaram por se entregar, fiados na equidade do Profeta. Este propôs de imediato que o julgamento fosse confiado a Sa'd ibn Mo'âdh (membro influente da tribo aliada dos Aws) cujo ódio aos judeus era conhecido publicamente. Já moribundo, Sa'd pronunciou a sentença: *"Todos os varões púberes seriam mortos, as mulheres e as crianças reduzidas à escravidão, os bens partilhados. Mohammad exclamou: 'Tu julgaste segundo a sentença do próprio Allah no alto dos sete céus!' No dia seguinte, mandou cavar grandes fossas no mercado de Medina. Conduziram para ali os judeus ligados por magotes, decapitaram-nos um a um à beira das fossas e atiraram-nos para ali. Eles eram entre 600 e 700 segundo uns, 800 a 900 segundo outros."* (...) *"Depois as mulheres e as crianças foram vendidas. O dinheiro assim reunido e o saque de objectos mobiliários foram partilhados. Deram-se dois lotes a mais aos cavaleiros. O profeta tomou para si uma concubina, a bela Rayhâna, viúva de um dos executados. Ela converteu-se ao Islão. Sa'd morreu pouco depois de dada a sentença. Era um homem tão santo que o trono de Allah no céu foi sacudido."* Rodinson comenta assim o sucedido: *"É difícil julgar o massacre dos Qorayza. É preciso pensar nos costumes da época, que eram muito rudes. No entanto, o cuidado posto pelos textos em desculpar Mohammad atesta que ele deve ter levantado alguma emoção. Aparecem nesses mesmos textos pormenores que tornam difícil acreditar na inocência do profeta. Como explicar o episódio de Abu Lobâba, sem supôr que o destino dos Judeus estava antecipadamente fixado?"*. Sobre a posição de Maomé no tocante à guerra e à violência, bastará meditar os versículos 190 a 195 (incitação à guerra contra os habitantes de Meca) do Cap. II do Alcorão. Por exemplo: "193. Matai-os até que a perseguição não exista e esteja no seu lugar a religião de Deus. (...) 194. O mês sagrado pelo mês sagrado! A quem vos ataque, atacai-o da mesma maneira que vos tenha atacado."

Trata-se, como se vê, de uma ética que se encontra no extremo oposto da pregação de Cristo, o preceito de "estender a outra face" ao agressor, ou o de amar os inimigos. Desta diferença de concepções resultaram frequentes desentendimentos, levando a guerras e feridas profundas, que ainda hoje perduram em muitas partes do mundo, como é sabido.

Durante os 8 anos que viveu em Medina, Maomé organizou um verdadeiro regime teocrático (não lhe chamaremos Estado, dadas as suas características

muito peculiares), em que a Lei se confundia com as normas religiosas. No essencial manteve a estrutura tribal dos árabes do deserto, com o chefe assistido por um grupo de conselheiros, um exército não permanente arregimentado no início de cada batalha, sem outro salário do que o produto do saque. E sobretudo logrou unir as tribos dispersas sob uma mesma bandeira, com base na fé islâmica. Nasce assim a nação árabe, com uma mística de conquista e conversão que haveriam de levar os seus descendentes, em poucas gerações, a ultrapassar os limites geográficos da Árabia, para norte, este e oeste, irrompendo como um furacão pelos países da orla do Mediterrâneo.

3. Alcorão sim, Bíblia não

Já vimos que a palavra Alcorão⁶, de raiz siríaca, significa “a recitação”. É composto por 114 capítulos ou *suras*, os quais, por sua vez, se dividem em versículos (*ayat*). A dimensão destes capítulos é extremamente variável. Assim, enquanto a sura mais longa (intitulada “A Vaca”) tem 286 versículos, as menores (103, 108 e 110) não têm mais do que 3 ayat cada. A “Introdução” – a única que não se encontra por ordem de extensão – está dividida em sete ayat.

Como referimos, a ordem dos capítulos não é cronológica, mas sim de extensão decrescente. O Alcorão foi sendo transmitido pelo arcanjo Gabriel ao Profeta e anotado por escribas seus companheiros (Maomé era iletrado, como a maior parte dos beduínos), ao longo de 20 anos, primeiro em Meca e depois em Medina. Mas “o Corão só foi inteiramente posto por escrito depois da morte de Maomé. A redacção primitiva remonta ao terceiro califa, Uthman, que mandou destruir todos os exemplares que não fossem conformes com o cânone adoptado por ele próprio”⁷. O texto do Alcorão que os fiéis são obrigados a conhecer só pode ser escrito em árabe, língua litúrgica oficial, pelo que há hoje centenas de milhar de crentes (em África, em Portugal, em quase todos os países onde o Islão criou raízes) que repetem as palavras decoradas nesta língua, mas sem conhecer o seu significado.

Há uma nítida diferença de conteúdo entre as fases de Meca e Medina, correspondendo a primeira a revelações de ordem estritamente religiosa (a natureza unitária de Deus, o julgamento final, as obrigações dos crentes, etc.), enquanto em Medina se multiplicam, entre outras, as instruções relativas ao direito civil (família, casamento, divórcio) e penal (por exemplo: Maomé manteve a pena de Talião – olho por olho, dente por dente – mas limitou-a à reparação inicial dos crimes, acabando com as sucessivas e intermináveis “vendettas”, comuns entre os Árabes, e recomendou a indemnização aos familiares das vítimas – Sura II, 178 e 179).

⁶ É comum empregar-se indiferentemente os vocábulos *Corão* e *Alcorão*. Em português usa-se sempre o artigo (*al* significa *o*), ao contrário da prática comum em França. A este propósito escreveu José Pedro Machado em *Influência Árabe no Vocabulário Português*: “Há quem prefere e use a forma de “Corão”, com a justificação de que esta é mais lógica do que “Alcorão”, pois com ela não se verifica repetição do artigo definido, que em árabe é como se sabe *al*. Dentro desta ordem de ideias, por que não dizer igualmente o finete (em vez de o “alfinete”) o zeite (o “azeite”) a deia (a “aldeia”)? Trata-se, como se verifica, de argumento sem consistência. Mas há mais: qual das duas formas tem tradição em português: *Alcorão* ou *Corão*? Como vimos na numerosa documentação que para trás ficou, só *Alcorão* aparece. Nunca *Corão*. Esta é galicismo, pois procura reproduzir o francês *Coran*, por vezes também escrito *Khoran*. Julgo que esta forma *Corão* não é anterior ao século XIX.”

⁷ Varillon S. J., François, *Um Cristão face às Grandes Religiões*, ed. A. O., Braga, 1996, p. 49.

⁸ Por exemplo, a história apócrifa de Jesus menino modelando pássaros de barro a quem depois insuflava vida com um sopro, aparece reproduzida no texto corânico.

⁹ Varillon, ob. cit., p. 61: “Maomé considera-se a si mesmo como abaixo de Jesus. O seu nascimento não foi miraculoso como o de Jesus. Jesus não sofreu a escravidão do pecado, enquanto que ele, Maomé, no Corão, confessa as suas faltas, tanto antigas como recentes e por elas pede perdão a Deus. Reconhece a superioridade moral de Jesus. No entanto, enquanto profeta, enquanto enviado encarregado de uma missão, considera-se superior a Jesus.” Veja-se ainda a transcrição que fizemos deste autor na nota 39 do Cap. III, a propósito das chamadas “religiões do Livro”, em que se salienta que o Cristianismo não é uma religião do Livro, pois segue uma Pessoa – a pessoa de Cristo – ao passo que o Islamismo o é de facto – embora o livro que siga seja outro.

É comum afirmar-se que os crentes das três grandes religiões monoteístas – judeus, cristãos e muçulmanos – constituem os “povos do Livro”, referindo-se à Bíblia, o que não corresponde à realidade. No que aos muçulmanos respeita, aproveitaram bastante material do Antigo e Novo Testamento (com larga influência dos Evangelhos Apócrifos⁸), mas consideram que tudo aquilo que de facto interessa, a verdadeira palavra de Deus, se encontra no Alcorão, pelo que é inútil a leitura da Bíblia. Abraão, o antepassado comum que teria passado também por Meca, não era judeu nem cristão, mas sim muçulmano, porque “submisso a Deus” (a descendência de Abraão que os árabes reivindicam é feita através de Ismael, filho da escrava Agar, que Abraão despediu quando Sara engravidou). Moisés (*Muça*, em árabe), que revelou aos homens a Tora, e Jesus (*Iça*), que proclamou o Evangelho, foram ambos grandes profetas, que o Islão aceita como tais, mas não mais do que isso. Maomé chega mesmo a dizer que Jesus, filho de Maria (cuja virgindade o Islão não põe em causa) era muito mais santo do que ele⁹, que também nunca pretendeu ser mais do que um simples homem, mas a mensagem definitiva foi-lhe confiada a si. Por isso ele, Maomé, é o último e o mais importante dos profetas de Deus.

4. Os cinco pilares do Islamismo

A fé islâmica, que assenta essencialmente na crença em Deus único (Alá, em árabe *al ilah*, ou seja, “o Deus”), no Profeta, nos Anjos, no Livro e no Julgamento Final (sura II, vers. 177), impõe aos crentes alguns deveres, conhecidos como os “cinco pilares”:

- **A profissão de fé:** É a chamada *Shahada*, que afirma que “*Não há outro Deus senão Alá e Maomé é o seu mensageiro*”. São 99 os nomes de Deus (o Misericordioso, o Eterno, o Altíssimo, etc.) e os fiéis enumeram-nos nas suas orações, socorrendo-se de uma espécie de rosário de contas – o *subha*. Quanto às qualidades ou atributos de Deus são oito: Vida, Omnisciência, Onnipotência, Visão, Ouvido, Palavra (o Alcorão é a palavra de Deus e daí o seu carácter indiscutível, que não admite qualquer exegese), Vontade e Poder Criador.

Face aos atributos de Deus, toda a religião islâmica se pode reduzir a dois vocábulos: adorar e obedecer. Daí, o termo **Islão** (*Içlam*) que significa *submissão* mas também *salvação*. O crente salva-se, submetendo-se sem restrições à vontade do Altíssimo. “Muçulmano”, derivado de *moslim* é, por definição, o que adora Deus e se submete à Sua vontade.

- **A oração (*Salat*):** Os fiéis devem rezar cinco vezes por dia, virados para Meca, curvando-se, ajoelhando-se e prosternando-se, depois de

se terem purificado através de abluções rituais. Nas mesquitas existe um local (o *Mihrab*) que indica a direcção de Meca. Quando viajam, os muçulmanos usam também o astrolábio para o mesmo fim e em quase todos os hotéis dos países muçulmanos há pequenas setas nos tectos dos quartos indicando a direcção de Meca. A chamada para a oração (*Adhan*) é feita pelo *muezim*, devendo orar-se sobre um tapete apropriado, quando o dia desponta, ao meio dia, à tarde, ao pôr-do-sol e à noite.

- **O jejum** (*sawm*): Tem lugar durante o mês do Ramadão (o 9.º mês do calendário islâmico que é lunar e tem apenas 354 dias), durante o qual os crentes não podem beber, comer ou ter relações sexuais enquanto houver luz do dia. No final do jejum (a festa do *'Id al-Fitr*) é habitual trocarem-se presentes, como no Natal cristão.
- **A esmola** (*zakat*): É um acto de solidariedade para com os muçulmanos mais pobres que o Alcorão resume assim (sura II, 215): *Perguntam-te como devem fazer a esmola. Responde: "Que os bens que gastardes sejam para os pais, os parentes, os orfãos, os pobres e o viajante. O bem que façais, Deus o conhece"*. Normalmente oferece-se aos pobres e instituições de beneficência um quadragésimo dos rendimentos anuais, o que representa uma apreciável contribuição.
- **A peregrinação a Meca** (*Hajj*): Todo o bom muçulmano deverá deslocar-se a Meca, ao menos uma vez na vida, salvo se as suas condições o impedirem (Sura III, 96, 97). A Hajj tem lugar no 12.º mês do calendário muçulmano, ficando os fiéis, vestidos de branco, obrigados a dar 7 voltas à Caaba, em sentido contrário ao dos ponteiros de um relógio. *"A sagrada pedra negra está embutida na parede, no canto sudeste da Caaba, perto da porta. Os muçulmanos crêem que foi dada a Adão pelo arcanjo Gabriel e que, posteriormente, Abraão a pôs na Caaba reconstruída. Primeiro branca, a pedra tornou-se negra devido aos pecados dos homens"*¹⁰. Depois disto os peregrinos percorrem a distância entre dois montes próximos, sete vezes também (a recorrência do número 7 é comum em várias religiões, nomeadamente na Bíblia. Por exemplo: perdoar 7 vezes, uma obrigação que Jesus aumentou para 70 vezes 7, ou seja, sempre).

Ter feito a peregrinação, além do cumprimento do dever religioso, acarreta grande prestígio na comunidade para aquele ou aquela que o conseguiram. São os "hajj", que adquirem assim direito a um especial respeito dos que ainda o não praticaram.

¹⁰ Bowker, John, *Religiões do Mundo (estudo e explicação das grandes religiões)*, p. 169.

5. A sucessão. Os primeiros Califas

As divergências sobre a sucessão do Profeta como autoridade máxima do Islão, política e religiosa, surgiram logo após a sua morte. Com efeito, tendo Maomé morrido sem deixar filhos varões (apenas uma filha, Fátima, a que já nos referimos), parte dos seus seguidores apoiaram a candidatura do sogro e conselheiro, *Abu Bekr*, pai de Aïsha, a esposa preferida de Maomé, o qual veio a ser o 1.º Califa. Ficaram conhecidos como **Sunitas** (vocábulo árabe que significa “tradição”). Outro grupo, porém, seguia seu primo e genro Ali, filho de Abu Talíb e casado com sua filha Fátima, que acabou também por ascender ao califado, embora tardiamente: foi o 4.º Califa. Este grupo autodenominou-se **Xiitas**, ou seja, o dos fiéis ao partido (*xia* ou *chi’a*) de Ali, cujo chefe, o “Imam”, legisla e dirige a comunidade apoiado no direito divino.

No curto espaço de 30 anos o Islão conheceu os seus primeiros quatro Califas (*Khalifa* significa “delegado” do Profeta): Abu Bekr (632-634), Omar (634-644), Othman (644-656)¹¹, que pertencia a uma das famílias mais importantes de Meca e desposara duas filhas de Maomé, e Ali (656-661), cujo califado decorreu praticamente todo num clima de guerra civil. Com excepção do primeiro, foram todos assassinados por razões diversas.

Iniciou-se então a dinastia dos *Omiadas*, com a capital em Damasco, que governou desde 661 até 750, data em que viria a ser por sua vez deposta pela dinastia dos *Abássidas*, os quais transferiram a capital para Bagdade, aí se mantendo até 1258, até ser derrubada pelos Mongóis que conquistaram a cidade e mataram o Califa. Segue-se uma época de confusas e permanentes lutas pelo poder, o qual veio mais tarde a cair nas mãos dos Turcos Otomanos – descendentes de povos da Ásia Central que se haviam convertido ao Islamismo – e que em 1453 conquistaram Constantinopla, tornando-se na maior potência muçulmana reinante após o declínio do Império Árabe¹². Com os Descobrimentos iniciados pelos portugueses grande parte das rotas comerciais islâmicas entraram em ruptura, acabando por perder quase toda a sua influência no século XIX, devido à expansão colonial dos povos europeus.

6. Sunitas, Xiitas e grupos menores

Enquanto a grande maioria dos Xiitas se concentra no Irão (a antiga Pérsia), embora com núcleos um pouco por todos os países muçulmanos, os Sunitas constituem a esmagadora maioria do Islão (quase 85%) que está hoje espalhado por todo o mundo, não se confundindo nem limitando ao

¹¹ Noutras traduções os nomes dos 3 primeiros Califas aparecem como Abu Bakr, Umar e Uthman.

¹² Não é possível em poucas linhas, além de estar fora do objectivo deste estudo, passar em revista as muitas e complicadas peripécias que se desenrolaram em torno da expansão árabe. Recomenda-se assim, a quem se interesse pelo assunto, que comece por consultar uma enciclopédia (a Enciclopédia do Mundo Árabe, por exemplo), ou alguns dos títulos que indicamos na brevíssima bibliografia do final do capítulo, nomeadamente *Os Árabes na História*, de Bernard Lewis, ou a enciclopédia *Bilan du Monde*.

mundo árabe, que foi apenas o seu berço. O número de muçulmanos é hoje equivalente ao dos católicos, mas ultrapassa-os-á provavelmente em poucos decénios. É corrente a afirmação, em África, de que “*por um africano que se torna cristão, há 7 que se fazem muçulmanos*” – o que diz algo acerca do seu proselitismo, associado ao crescimento demográfico dos povos islamizados.

Com muito menos expressão numérica (0,25%) podem mencionar-se os grupos *Kharigitas* (ou Karaítas), que reconhecem os dois primeiros califas e sustentam que todo o bom muçulmano pode ser escolhido para chefiar o Islão. *Kharijitas* (de *Khawarij*, os que partem) foi o nome com que passou a ser conhecido um grupo que se rebelou em 657 contra Ali, por não concordarem com o sistema de arbitragem que este fora forçado por Muawiya a aceitar, para definir se deveria ou não continuar como Califa. Ali combateu-os, mas os *Kharijitas*, derrotados e afastados, subsistiram até hoje, embora com reduzida importância no xadrez político-religioso. Julga-se que o atentado que vitimou Ali tenha sido obra deste grupo.

Bem mais importantes são, sem dúvida, os *Sufistas*. O nome parece ser oriundo do árabe *suf*, designação da humilde túnica de fazenda usada pelos primeiros ascetas desta corrente mística que se opunha, desde o século XII, ao formalismo jurídico de alguns mestres muçulmanos, contrapondo-lhe o amor de Deus e a Sua contemplação. Nasceu na Pérsia e sofreu fortes influências das várias religiões e filosofias que coexistiam no Irão – cristianismo, hinduísmo, budismo, maniqueísmo e mesmo das correntes neo-platónicas. O total abandono nas mãos de Deus leva-os a experiências espirituais muito intensas, normalmente orientadas por um mestre (o *shaykh*). Para alcançar o êxtase pretendido, as várias irmandades sufistas utilizam diferentes técnicas que passam pela excitação dos sentidos através da música, do ritmo, dos cânticos ou da dança (os “derviches bailarinos” turcos, por exemplo), entrando frequentemente em transe. Pode-se ser sufista vivendo como um eremita, ou integrado em escolas ou irmandades, muitas das quais se dedicam a ajudar os muçulmanos mais pobres. Os sufistas tanto podem ser sunitas como xiitas, pois constituem um tipo de espiritualidade dentro do Islão e não uma seita separatista. Nalgumas épocas e regiões foram considerados heréticos e chegaram a sofrer perseguições.

Na República Popular da China as comunidades sufistas constituíram o núcleo de apoio principal do Islão “clandestino”, por ocasião do encerramento das mesquitas e das perseguições anti-religiosas, sobretudo antes e durante a Revolução Cultural (1966-1976), reagindo contra o ateísmo e materialismo do Estado e do partido comunista. São bastante numerosos neste país (entre a minoria Uygur, na cidade de Kashgar e em toda a enorme região do chamado “corredor islâmico”¹³, contam-se por muitas centenas de milhar).

¹³ Veja-se, por exemplo, o meu livro cit. *A Igreja Católica na China...*, pp. 142-146.

¹⁴ Marguerite-Marie Thiollier, *Dicionário das Religiões*, ed. Perpétuo Socorro, Porto, e ed. Vozes, Petrópolis (Brasil), 1990.

¹⁵ Os “assassinos” (do árabe *haxxin*, ou seja, fumadores de haxixe) eram membros de uma sociedade secreta, inspirada nos Ismaelitas e fundada em 1090 na Pérsia. Embora em 1256 os Mongóis os tenham praticamente eliminado neste país, reapareceram na Síria, onde os seus correlegionários (os *sicários*), temidos pelos cruzados, levaram a cabo numerosas execuções.

Deverá ainda referir-se o grupo dos *Ismaelitas*, nascido no século VIII, a partir do xiismo muçulmano. Os ismaelitas crêem que Ismael (o sétimo Imã) não morreu, e que regressará um dia para castigar os opressores dos descendentes de Ali (enquanto outra parte dos xiitas aguarda a vinda do 12.º, chamado “al Mahdi”, desaparecido em 873). Acerca dos ismaelitas escreve Thiollier¹⁴: “*Os dois filhos de Ismael foram expulsos de Medina; um refugiou-se na Pérsia, onde os seus descendentes fizeram numerosas conversões no que é hoje o Afeganistão e o Paquistão e mesmo na Ásia Central, e o outro na Síria, onde os drusos, os assassinos*¹⁵, *foram seguidores zelosos. O ismaelismo interpreta o Alcorão de uma maneira alegórica e isotérica, e os seus iniciados mais fervorosos têm acesso aos graus na hierarquia de seitas divididas em certos pontos de doutrina ou de política. Actualmente os ismaelitas estão muito espalhados no Oriente e ao longo da costa oriental da África. Fixam-se, em geral, nos países que habitam e têm como chefe espiritual único o Aga Cão, considerado um descendente directo do profeta*”. Em Portugal, como veremos, existe também uma comunidade ismaelita.

7. **Árabes e Muçulmanos na História: Influências culturais, políticas e religiosas**

Conquanto muitas vezes se confundam no Ocidente “árabes” com “muçulmanos”, devido ao facto de os primeiros fiéis do Alcorão serem todos árabes, a verdade é que após as extensas conquistas que estes levaram a cabo, tanto para Oriente como na bacia do Mediterrâneo, se registaram inúmeras conversões de povos não árabes, pelo que há que saber distinguir estas duas realidades.

Muçulmano é evidentemente todo o que crê na mensagem recebida por Maomé e inscrita no Alcorão e segue os seus preceitos, nomeadamente a prática dos cinco pilares. Pode por isso pertencer a qualquer etnia, cultura, povo ou nação.

Já a definição de *árabe* tem sofrido mais contestações. Em países predominantemente islamizados, como o Egipto e o Iraque “*a expressão árabe continua a ser usada coloquialmente para distinguir o beduíno dos desertos circundantes do camponês indígena dos vales dos grandes rios*”¹⁶. O significado do termo foi-se alterando ao longo da História e hoje, embora não haja unanimidade entre os próprios países de língua árabe, parece considerar-se como tal todo aquele que fala esta língua e tem uma cultura de raiz árabe, sem que seja necessariamente muçulmano. Assim, são árabes os cristãos egípcios, libaneses ou palestinianos, ou os judeus do Iémen e do Iraque; inversamente, não são árabes os muçulmanos indonésios, muito

¹⁶ Bernard Lewis, *Os Árabes na História*, cit., p. 14.

embora este país seja aquele em que vive o maior número de fiéis do Alcorão em todo o mundo. A questão é polémica, porém, e nem todos estão de acordo com estes critérios¹⁷.

Podemos considerar que os países de língua árabe se distribuem por 3 grandes grupos, a saber: *Sudoeste Asiático* (Arábia Saudita, Iémen, União dos Emiratos Árabes, Iraque, Síria, Líbano, Jordânia), *Norte de África* (Líbia, Tunísia, Marrocos e Argélia), e ainda as grandes repúblicas africanas do *Egipto* e do *Sudão*. Embora possuam em comum o idioma dominante, estão longe de constituir uma unidade e, menos ainda, uma uniformidade. Diferenças culturais, a existência de comunidades de religiões diferentes constituindo importantes minorias (coptas, curdos, berberes, maronitas, etc.), ou mesmo de facções e seitas islâmicas diversas (xiitas, ismaelitas, drusos), são alguns dos factores que evidenciam esta falta de uniformidade (como, aliás, entre os países de maioria cristã, com as suas profundas diferenças culturais). É importante reter estas diferenças, as quais explicam as dificuldades de os membros da Liga Árabe¹⁸ se porem de acordo em aspectos fundamentais, tal como as cotações do petróleo ou as atitudes a tomar no conflito israelo-palestiniano.

Vale a pena recordar aqui a influência do deserto na expansão árabe: “*A estratégia usada pelos Árabes nas grandes campanhas da conquista foi determinada pelo seu domínio do deserto, à semelhança do que se passa com o domínio marítimo dos impérios actuais. O deserto era familiar e acessível aos Árabes, mas não aos seus inimigos. Podiam utilizá-lo como via de comunicação para efeitos de aprovisionamento e de reforços, e como refúgio em caso de emergência. Não foi por acaso que em todas as províncias conquistadas os Árabes estabeleceram as suas bases principais em cidades na orla do deserto, utilizando as cidades já existentes, como Damasco, quando convenientemente situadas, e criando novas cidades, como Kufa e Basra no Iraque, Fustat no Egipto, Qairawan na Tunísia, quando necessário.*” (Lewis, 63).

E quanto à religião? Continuemos a seguir a opinião autorizada de Lewis: “*O papel da religião nas conquistas é sobrevalorizado pelos escritores antigos e tem sido, talvez, subestimado por alguns autores modernos. (...) Nas Guerras da Conquista foi o símbolo da unidade e da vitória árabes. Que a força impulsionadora das conquistas teve um carácter muito mais materialista e profano do que religioso está patente nas suas figuras mais eminentes – homens do tipo de Khalid e de Amr, homens cujos interesses religiosos eram superficiais e interesseiros. Salvo algumas raras excepções, os verdadeiros conversos e os pietistas desempenharam um papel pouco relevante na criação do Império Árabe.*” (Lewis, 65).

Os cerca de 1044 milhões de muçulmanos existentes actualmente (dos quais, 870 milhões são sunitas) encontram-se distribuídos por *sete áreas culturais*,

¹⁷ Veja-se a introdução da ob. cit. de B. Lewis, pp. 13-22 da tradução portuguesa.

¹⁸ A Liga Árabe é constituída por 20 Estados independentes: Egipto, Iraque, Síria, Líbano, Arábia Saudita, Iémen, Transjordânia, Líbano, Sudão, Tunísia, Marrocos, Mauritânia, Kuwait, Argélia, Iémen do Sul, Qatar, Bahrain, Oman, União dos Emiratos Árabes e Somália. Todos eles conquistaram (ou reconquistaram) a sua independência no séc. XX, libertando-se sucessivamente do domínio dos Turcos e dos colonizadores europeus.

segundo Suleiman Mamede (este autor, no citado prefácio ao Alcorão, refere apenas “mais de 800 milhões” de muçulmanos em 1978, ou seja, há já 22 anos, o que traduz bem o seu crescimento). São elas:

- Islão *africano* (120 milhões), nos países ao sul do Saara;
- Islão *árabe* (135 milhões), englobando os países onde o árabe é a língua dominante: norte de África (Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia), Egito, Sudão, e países árabes do Médio Oriente;
- Islão *balcânico* (55 milhões): Albânia, Bulgária, ex-Jugoslávia, Polónia e repúblicas ex-soviéticas (Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzebequistão);
- Islão “*diversificado*” (22 milhões): as comunidades implantadas no chamado “ocidente”, ou seja, América, Austrália e Europa. Embora o seu número seja relativamente menor do que nas restantes zonas geográficas, é contudo da maior importância em termos de estratégia de proselitismo (em França parecem registar-se 2 conversões diárias ao Islamismo);
- Islão *irano-indiano* (270 milhões): Paquistão, Bangladesh, Afeganistão, União Indiana e Irão (este, de maioria xiita);
- Islão *malaio* (180 milhões): Indonésia (como dissemos, o país com maior número de fiéis muçulmanos em todo o mundo), Malásia, China, Filipinas, Ceilão, Coreia, Japão, Singapura, Tailândia e Vietname;
- Islão *turco* (48 milhões), englobando Turquia e Chipre.

Finalmente, apenas algumas considerações acerca da influência do Islão nas culturas dos povos onde penetrou: Inicialmente os árabes, provenientes do deserto e dos oásis, pouco tinham para dar ao mundo para além da sua religião. À medida, porém, que a expansão os levou a dominar povos culturalmente mais avançados, eles tiveram o talento de absorver os seus conhecimentos e de os aprofundar, como quem pega no “testemunho” de uma corrida de estafetas. Foi assim, por exemplo, em relação à cultura grega, cujas contribuições os Muçulmanos souberam assimilar e fazer suas: na Filosofia (Aristóteles e Platão estão traduzidos para árabe desde o ano 800), na Medicina (Galeno, sobretudo, mas também aproveitaram os conhecimentos da medicina indiana), na Astronomia (o *Almagesto* de Ptolomeu, por exemplo), entre muitas outras. Essa evolução não foi nunca fácil, porque os cientistas árabes tiveram que lutar contra as reacções dos pensadores religiosos mais conservadores, que viam com suspeita todas as incursões em domínios que escapavam à Revelação.

Há ainda que referir a enorme importância das contribuições muçulmanas noutros ramos, como a Matemática, a Álgebra, a Química, a Geografia ou as diversas Artes. Dizemos “muçulmanas” e não “árabes” porque, na realidade, grande parte destas actividades foram desenvolvidas por pessoas convertidas ao islamismo provenientes de outros povos e culturas, que nada tinham a ver com os árabes das primeiras conquistas ou seus descendentes, limitando-se a absorver a língua e a religião.

No que toca às artes, o facto de o Alcorão proibir a representação da figura humana (uma interdição que os xiitas não perfilham), teve como consequência um grande desenvolvimento das artes decorativas não figurativas, a partir de desenhos geométricos e jogando com a linha e a cor com grande mestria. Na Arquitectura são conhecidos os rendilhados de pedra, as abóbadas e colunas magnificamente trabalhadas, tanto das mesquitas como de construções profanas (vejam-se, por exemplo, alguns arranha-céus de Kuala-Lumpur, a capital da Malásia, em estilo árabe, que os tornam verdadeiramente únicos e distintos de outras grandes moles de betão com dimensões idênticas). Entre as mesquitas de fama mundial podem citar-se, além da de Medina (famosa sobretudo por albergar o túmulo do Profeta e dos primeiros Califas), as de El-Aqsa, em Jerusalém, a de Mohamed ben Ali, do Cairo, a mesquita Azul de Istambul ou a de Córdoba, em Espanha, todas elas impressionantes pela sua construção, decoração e pela atmosfera propícia à oração que os seus arquitectos lograram criar¹⁹.

8. O legado árabe na Península Ibérica. O Islão em Portugal em finais do século XX

A presença de comunidades islâmicas nos nossos dias em Portugal não tem rigorosamente nada a ver com o domínio árabe antes e durante o nascimento do reino de Portugal. Quando muito, terá facilitado a sua aceitação, face à presença dos muitos elementos que permaneceram da sua cultura – na língua, na toponímia, na arquitectura, etc.

A ocupação do território da península ibérica pelos muçulmanos (sendo a maioria de origem berbere e não árabe propriamente dita) ocorreu entre o princípio do séc. VIII e meados do séc. XIII, ou seja, uma permanência de cerca de cinco séculos e meio. Os invasores ocuparam quase sempre os espaços urbanos criados pelos romanos na península, designando a região que viria mais tarde a ser portuguesa por *al-Garb al-Andalus*, que em árabe significa “o ocidente do Andaluz”, e que compreendia toda a área a ocidente e noroeste do rio Guadiana. Mais tarde esta região foi-se reduzindo até aos limites do actual Algarve.

¹⁹ Entre a muita bibliografia sobre o assunto recomendamos, por ser acessível aos leitores portugueses, o capítulo sobre a “Arte Muçulmana” (pp. 242-255) da *História da Arte*, de H. W. Janson, editada em 1992 (5.ª ed.) em Lisboa, pela Fundação Calouste Gulbenkian.

²⁰ Para a história da presença árabe em Portugal vejam-se os primeiros capítulos das várias Histórias de Portugal, que todas obrigatoriamente a referem, bem como os estudos de Cláudio Torres e Santiago Macias (*O Legado Islâmico em Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1998) e Pinharanda Gomes (*História da Filosofia Portuguesa*, Guimarães Editora, 1991, vol. III – *A filosofia árabe-portuguesa*).

Os grandes centros de poder situavam-se em Sevilha e Córdova, onde o califa omíada se instalou com a sua corte. A ocidente, na região do Garb, que correspondia sensivelmente à antiga Lusitânia romana e visigoda, as cidades eram administradas pelos *alcaldes* islâmicos, mas as comunidades cristãs e judaicas conservaram os seus usos com algumas restrições (interdição de qualquer proselitismo em relação aos muçulmanos, obrigatoriedade de pagamento de determinados impostos e proibição de construir novos templos), embora podendo celebrar as suas práticas religiosas nas igrejas que se mantiveram abertas (em Sagres e na catedral de Faro, então designada Ossónoba)²⁰.

Decisivos para a manutenção deste bom relacionamento foram os chamados *moçárabes*, cristãos que adoptaram o estilo de vida e cultura árabes excepto no tocante à fé. Constituíram verdadeiras pontes culturais e políticas entre as comunidades cristãs e as autoridades islâmicas. Os cristãos convertidos à religião muçulmana eram os *muladis*. Do moçarabismo resultou uma convivência relativamente estável e a absorção natural de muitos elementos da cultura árabe, que permaneceram até hoje: na toponímia (são inúmeros os lugares começados por “al”, desde o Algarve a Almeida, de Alcácer do Sal a Almoçageme), no léxico (o “oxalá”, ou “queira Alá”, alambique, alfinete, almotolia, etc., etc.), na arquitectura e nas artes em geral (os tectos planos e as chaminés algarvias rendilhadas, os pátios centrais “mouriscos”, entre muitos outros), na música (os dolentes e belos cantares alentejanos que evidenciam bem as suas raízes “mouras”) e em muitos outros aspectos do nosso quotidiano e desta cultura híbrida que é a nossa.

Quanto aos muçulmanos que hoje vivem em Portugal são, na sua esmagadora maioria, imigrantes vindos dos antigos territórios portugueses de Moçambique e Guiné após as respectivas independências. Os de Moçambique, com um nível de vida económico-social bastante mais elevado são, em grande parte, de etnia indiana ou seus descendentes; os guineenses, mais pobres, trabalham quase sempre na construção civil, na grande Lisboa mas também noutros pontos, como é o caso do Algarve. Embora se reúnam na Grande Mesquita de Lisboa, às sextas-feiras (dia da oração islâmica por excelência) ou em festas importantes como o Ramadão, nota-se um certo afastamento entre os dois grupos, queixando-se por vezes os guineenses de serem alvo de uma discreta discriminação.

Ninguém sabe ao certo – nem mesmo os dirigentes do Centro Português de Estudos Islâmicos – qual o número exacto de muçulmanos em Portugal, mas as estimativas apontam para 25000 a 30000. Normalmente quando chegam procuram ir viver para locais onde vivem outros irmãos na fé, havendo por isso prédios inteiros comprados ou alugados por muçulmanos.

Além da grande mesquita de Lisboa (uma construção magnífica mas um pouco “fora de mão”, na opinião de muitos fiéis), existem outras pequenas mesquitas

ou apenas lugares de oração – que podem ser simplesmente em casa de uma família – improvisadas em caves, garagens e armazéns, tanto em bairros periféricos da capital (Odivelas, Larangeiro, Quinta do Mocho, Portela de Sacavém, Damaia), como em localidades mais afastadas, como o Forte da Casa (perto de Vila Franca de Xira), Portimão, Palmela, Porto e Figueira da Foz²¹.

Praticamente todos falam português (excepto um escasso número de famílias vindas do Paquistão, África do Sul, Senegal, Marrocos, Bósnia ou Coreia) mas não falam árabe, que se mantém apenas como língua litúrgica. Os que o aprendem é apenas para poderem ler o Alcorão, sem contudo entenderem o seu significado. Mantêm contactos com comunidades islâmicas de outros países, das quais recebem orientações em matéria de defesa e propagação do Islão, através da participação em conferências internacionais, com a duração habitual de 3 dias. Realizaram-se encontros destes na Alemanha, França e Reino Unido, pelo menos, sendo as despesas de viagem e estadia suportadas pelos organizadores locais.

Questionados sobre a proposta de Lei da Liberdade Religiosa, nem os líderes da Comunidade nem os comuns cidadãos muçulmanos se mostraram esclarecidos ou ansiosos, dizendo que se sentem perfeitamente livres em Portugal, e revelando apenas algumas preocupações sobre aspectos do quotidiano: “*Quando fui abordando o assunto com as várias pessoas, mais anónimas ou mais empenhadas dentro das várias comunidades islâmicas fui sendo surpreendida com um total desconhecimento, desvalorização ou redução a meras questões práticas e mais ou menos burocráticas que gostariam de ver simplificadas.*” (Teresa Mendes, 2000, cap. I, 2.^a parte). Gostariam, por exemplo, que os seus casamentos fossem considerados válidos pela lei portuguesa, bem como reconhecido paralelismo pedagógico aos estudos das escolas islâmicas; temem e desaconselham os casamentos mixtos, que comportam um risco de perda da identidade muçulmana, e sonham com a criação de uma Universidade Islâmica que minimizaria o risco de contactos e portanto de casamentos com elementos estranhos à comunidade. “*Os entrevistados que estiveram em contacto com o debate da Lei de Liberdade Religiosa em Portugal, conheceram alguns dos aspectos em debate quando membros das forças políticas que apresentaram projectos lhos deram a conhecer. Estes contactos aconteceram quando lhes pediram, nos mercados em que trabalham ou à saída da mesquita, para subscreverem os seus projectos e petições para que a Igreja Católica não pudesse estar sozinha nos espaços escolares nem intervir em cerimónias públicas não estritamente religiosas ou organizadas pelo Estado, segundo o testemunho de elementos de uma das famílias*”. (Teresa Mendes, idem). Fica assim a impressão que estes partidos políticos, mais do que defender os interesses da comunidade islâmica – que nem sequer conheciam – estariam sobretudo preocupados em atacar a posição da Igreja Católica.

²¹ Grande parte dos dados sobre as comunidades islâmicas no Portugal contemporâneo foram extraídos da dissertação a apresentar em 2001 por Teresa Maria Ferreira Mendes, intitulada *O Islamismo em Portugal no final do século XX: práticas e educação das novas gerações*, no âmbito do Mestrado em Relações Interculturais da Universidade Aberta (Lisboa), que estamos neste momento a orientar, a convite desta investigadora.

Por último, é ainda de referir a existência de uma comunidade ismaelita, cuja sede – o sumptuoso edifício do Centro Ismaili, em Lisboa – foi construída pela Fundação Aga Khan, a qual financiou já alguns projectos de desenvolvimento no nosso país. Neste momento há mais dois em preparação, em conjunto com a Igreja Católica: a formação de voluntários sociais (com o Patriarcado de Lisboa), e o apoio à Universidade Católica de Moçambique, na extensão da Beira.

9. Pacifistas e fundamentalistas: que futuro para o Islamismo?

²² Em 1992 o governo egípcio desencadeou uma verdadeira guerra contra o terrorismo dos fundamentalistas islâmicos que têm vindo a atacar sistematicamente as pequenas comunidades coptas cristãs e os turistas estrangeiros. Na Argélia, os fundamentalistas da Frente Islâmica de Salvação desencadearam uma série de atentados contra os dirigentes democráticos do país, o que provocou grandes manifestações populares anti-terrorismo, em Março de 1993. Um outro caso típico e pouco divulgado é o do Sudão, o maior país africano em superfície, onde o governo vem praticando abertamente uma política de genocídio contra as populações do Sul – animistas e cristãos – a fim de impôr a lei corânica (Sharia), islamizando todo o país. Os Médicos Sem Fronteiras foram expulsos, sob o pretexto de “fazerem o jogo dos rebeldes”, acusação feita igualmente à Cruz Vermelha Internacional, ONU e UNICEF...

²³ P. Giuseppe Scattolin, “Islão: mas Qual? – Um relance sobre os movimentos islâmicos contemporâneos. Tentativa de tipologia”, in *ALÉM-MAR*, Agosto-Setembro 1990. É o 1.º artigo de um dossier intitulado “Islão: Religião e Poder”; este mesmo artigo foi integrado num outro “dossier”, também sobre o Islão (*Islam, in the Southeast Asia*), publicado pelo WORLD MISSION MAGAZINE (Filipinas) em Dezembro de 1990.

Mas as interpretações em torno da “Shariah” (a lei que regula tanto os aspectos religiosos como a vida civil), da “Jihad” (luta ou guerra santa), da discriminação dos direitos da mulher, etc., levam os vários grupos islâmicos a tomadas de posição que chegam a ser diametralmente opostas. Enquanto para uns a “jihad” representa a luta interior para o aperfeiçoamento moral, de acordo com o Alcorão, para outros é simplesmente o dever de lutar contra os infiéis. Deste modo, a par de comunidades pacíficas de coexistência fácil, adaptadas ao modo de viver dos povos que os acolheram (caso da Indonésia e boa parte do Sudeste Asiático), surgem extremistas fanáticos liderando Estados (Komeini, Kadafi, etc.) e apoiando acções terroristas, bem como grupos fundamentalistas do tipo dos “*Irmãos Muçulmanos*”, nascidos no Egipto após a 1.ª guerra mundial, que liquidam quem consideram traidor ao Islão e se mostram dispostos a lutar pelo seu projecto de sociedade até ao martírio (no Egipto, onde há mais de 70 grupos, chegam a lutar entre si com certa frequência)²².

A base teórica deste Islão “totalizante” é fornecida pelo pensador muçulmano medieval Ibn Taymiyya, um dos maiores expoentes da escola jurídica chamada hanbalita, do nome do seu fundador Ibn Hanbal (século IX), a mais rigorosa e rígida escola de direito islâmico. Note-se que o pensamento de Ibn Taymiyya foi adoptado pelo movimento wahhabita como pensamento oficial do Estado islâmico monárquico da Arábia Saudita.

Presentemente a doutrina de Ibn Taymiyya é a mais difundida pelos “mass media” financiados pelos petrodólares. Tornou-se o ponto de referência de muitos movimentos islâmicos militantes. De modo particular tornou-se a base de inspiração dos dois teóricos do movimento dos Irmãos Muçulmanos: al-Sayyid Qutb e al-Mawdudi.²³

A par deste islamismo de carácter eminentemente político, existem outros movimentos reformistas de tipo exclusivamente religioso e moral, como o movimento Tablighi Gamaat (grupo do anúncio, inspirado em al-Nawawi, um piedoso escritor muçulmano do séc. XIV). Com frequência, porém, a estrita observância religiosa leva à militância política e vice-versa.

Se entre si os movimentos muçulmanos encontram dificuldades em entender-se²⁴, é óbvio que em relação às outras religiões e, em particular, ao Cristianismo, igualmente missionário e vocacionado para a conversão, os obstáculos são bastante maiores e os pontos de atrito frequentes.

Como regra prática pode afirmar-se que, onde as comunidades muçulmanas são minoritárias o entendimento com os cristãos é relativamente fácil, quer estes sejam igualmente minoria quer sejam largamente majoritários. Quando, porém, o Islão governa, o diálogo torna-se extremamente difícil, sendo praticamente banido nos países de constituição teocrática, onde o Alcorão é simultaneamente a Lei Civil²⁵. Um bom exemplo é o da construção de templos: enquanto a Europa vê nascer mesquitas com assinalável frequência para servir os 14 milhões de muçulmanos que se fixaram no Continente, **nos estados árabes teocráticos não foi autorizada a construção de uma única igreja nas últimas décadas...**²⁶

A forte presença de comunidades islâmicas na Europa – a 2.^a religião neste continente, depois do cristianismo – é interpretada pelos ocidentais de dois modos inteiramente diferentes: enquanto para uns constitui um perigoso “cavalo de Tróia”, susceptível de abrir as portas a uma invasão muçulmana fortemente apoiada pelos petrodólares do médio-oriente, para outros significa antes uma oportunidade – diríamos: a grande oportunidade – de o Islão caminhar para a modernidade, desenhando-se dos velhos laços da cultura árabo-beduína que o tolhem.

Com efeito, nos países em que impera a *Charia* (ou *Shariah*), o que se tem verificado é a consolidação das antigas tradições culturais beduínas pré-islâmicas, que nada têm a ver com a mensagem do Alcorão ou com a prática dos 5 pilares da fé (a regressão do estatuto da mulher nesses países, bem como a aplicação da justiça são dois bons exemplos). Nestes países, como a Arábia Saudita, que se tornou num reino fundamentalista, o Afeganistão, onde os *talibãs* (do árabe *talib*, estudante do Alcorão) dominam pela violência quase todo o país impondo um regime de terror dogmático, ou no Irão xiita, cujo governo luta com enormes dificuldades para superar o domínio fanático da sociedade civil pelos *ayatolas*, é virtualmente impossível pensar numa modernização de mentalidades, correndo risco de vida quem se atreva a propôr essa via. Isso mesmo é sublinhado pelo historiador tunisino contemporâneo Mohamed Talbi, ao escrever que “*o pensamento árabe-muçulmano não tem falta de recursos para fecundar, à escala mundial, os valores da liberdade e da dignidade humana, e para recordar a cada um o dever de se assumir plenamente diante da sua consciência. Este é o principal obstáculo com que a intelectualidade muçulmana se defronta. Quando não é palaciana, esta intelectualidade corre sérios riscos. O malpensante pode ser pendurado numa corda, decapitado com um alfange ou feito em postas por uma bomba artesanal. Na melhor das hipóteses é condenado a prisão. O papel do intelectual árabe-muçulmano, aterrorizado por todos os lados, não é nada fácil.*”²⁷

²⁴ São exemplos destas profundas divergências as lutas contra os fundamentalistas travadas pelos governos muçulmanos da Indonésia ou da Argélia.

²⁵ Como se sabe, há países muçulmanos pertencentes à Organização da Conferência Islâmica (ICO), com constituições “laicas” (Mali, Senegal, Iémen, Egípto, etc.).

²⁶ Referindo-se ao número de mesquitas construídas na área geográfica a que chama o “Islão diversificado” (América, Austrália e Europa), Suleiman Valy Mamede, no mencionado prefácio à 1.^a ed. do Alcorão (1978), dá conta da existência das seguintes mesquitas: 2 em Washington, 8 em Nova Iorque, 2 em Bruxelas, 9 em Paris, 2 em Munique, 6 em Londres, 2 em Melbourne, 2 em Otava. Poderíamos acrescentar uma grande mesquita em Lisboa e várias adaptadas no resto do país.

²⁷ Do artigo “Autocrítica e diálogo inter-religioso”, in *Além-Mar*, Novembro de 2000.

Por seu lado, a vivência num meio em que imperam a mentalidade e a prática democráticas, favorece o aparecimento de uma visão alargada e crítica que separe os preceitos da fé da ganga cultural que lhe tem sido associada. Mais uma vez, a libertação da mulher, conferindo-lhe um estatuto igual ao do homem, é um excelente barómetro desta mudança.

Neste novo ambiente (o Ocidente), caracterizado por condições de liberdade de expressão que não se encontram na quase totalidade dos países muçulmanos, pode florescer uma interessante reflexão que já deu frutos, como no caso de Tariq Ramadan, intelectual de origem egípcia que vive e trabalha na Suíça, profundamente radicado na sua tradição religiosa, mas disposto a interrogar-se seriamente em relação aos valores e exigências da modernidade: “Demasiados muçulmanos, perante as interrogações dos ocidentais, fecham-se em considerações puramente teóricas e recusam-se a aceitar a realidade actual. Alguns encaram até as legítimas interrogações dos seus interlocutores como manifestação de hostilidade em relação ao islão. Parece até que, como reacção, quem não partilha o mesmo que eles se torna numa espécie de inimigo.” (...) “É preciso louvar os impulsos generosos de que os muçulmanos souberam dar prova, quando isso aconteceu, mas é preciso igualmente reconhecer os desvios e saber fazer uma crítica séria a todas as injustiças e instrumentalizações levadas a cabo em nome do islão por parte dos seus fiéis”, abrindo caminho àquela purificação da memória iniciada pelos cristãos e que em território islâmico ainda tem dificuldade em se desenvolver.²⁸

²⁸ *Idem.*

A questão essencial que se coloca é afinal a seguinte:

- É ou não o Alcorão um texto fundamentalista por natureza?

Alguns especialistas, como o historiador inglês Paul Johnson, não hesitam em afirmar que “quando falamos de fundamentalismo islâmico, na verdade estamos usando uma expressão enganosa. Todo o Islã é fundamentalista na essência. É uma característica congênita. Baseia-se na crença de que toda palavra do Corão é verdadeira e imutável – algo que só o mais extremista dos extremistas sustentaria hoje num ambiente cristão, em relação à Bíblia. Em termos de religião comparada, não há nada de moderado no islamismo”. E acrescenta: “Sim, há ensinamentos de paz no islamismo, mas eles não compõem o coração da doutrina. A palavra “Islã” não significa paz, mas “submissão”. Basta ler o Corão. A sura 9, versículo 5, decreta: “Matai os idólatras onde quer que os encontréis, e capturai-os, e cercai-os e usai de emboscadas contra eles”. E mais adiante o livro insiste que nações, não importa quão poderosas, deverão ser combatidas “até que abracem o Islã”. Essa é a vertente central, ortodoxa do islamismo. Paz não é uma palavra que se possa encaixar facilmente nessa forma de pensamento. Estamos falando de uma

religião imperialista, que parte da premissa de que deve espalhar-se pela força, se necessário.”²⁹.

²⁹ Entrevista concedida à revista brasileira “Veja” em 26 de Setembro de 2001.

Também o escritor de origem indiana V. S. Naipaul, galardoado em Outubro de 2001 com o prêmio Nobel da literatura, considera que, na sua essência, o islamismo é uma religião imperialista, obcecado pelos seus ressentimentos contra o Ocidente (vejam-se os seus livros *Entre os Fiéis* e *Além da Fé*, indicados na bibliografia).

Se autores como os que acabamos de citar (e muitos outros) parecem por vezes ir longe de mais ao identificar a “doutrina” do livro com o “comportamento” dos fiéis, a verdade é que o próprio texto do Alcorão contém em si mesmo tantas ambiguidades que se presta a todo o tipo de interpretações e controvérsias, facilmente aproveitadas pelos grupos mais radicais. Por exemplo:

– Do capítulo (sura) II, intitulado “A Vaca”:

190. *Combatei, no caminho de Deus, aqueles que vos combatem, mas não sejais nunca os agressores. Deus não ama os agressores.*

191. *Expulsai-os donde vos expulsaram! A perseguição dos crentes é pior do que o homicídio: não os combateis junto da Mesquita Sagrada antes de vos terem combatido, mas, se vos combatem, matai-os: essa é a recompensa dos incrédulos.*

192. *Se deixam de vos atacar, então certamente Deus será indulgente, misericordioso.*

193. *Matai-os até que a perseguição não exista e esteja no seu lugar a religião de Deus. Se eles se converterem, não haverá mais hostilidade; esta não cessará senão para os injustos.*

194. *O mês sagrado pelo mês sagrado! A quem vos ataque, atacai-o da mesma maneira que vos tenha atacado. Temei a Deus e sabei que Deus está com os tementes!*

– Do capítulo IV (As Mulheres):

71. *Ó vós que credes! Ponde-vos em guarda! Lançai-vos contra os nossos inimigos por grupos ou em bloco.*

74. *Combatam na causa de Deus os que trocam a vida mundana pela outra! A esses, que combatam na senda de Deus e sejam mortos ou vencedores, dar-lhes-emos uma enorme recompensa.*

95. *Não são iguais, entre os crentes, os não combatentes – salvo os réprobos – e os combatentes na senda de Deus com os seus bens e as suas pessoas. Deus distinguiu dos não combatentes os que combatem com as suas riquezas e as suas pessoas. Deus prometeu a todos uma recompensa, mas Deus distinguirá os combatentes por cima dos não combatentes, dando-lhes uma grande recompensa.*

Se para algumas escolas muçulmanas moderadas estes incitamentos à guerra e à extrema violência são apenas circunstanciais, isto é, referiam-se apenas aos adversários do Profeta no seu tempo, para os radicais e fundamentalistas, todavia, são preceitos a observar permanentemente enquanto houver “infieis” não convertidos ao Islão.

No que toca às *relações com judeus e cristãos*, sublinhemos apenas, a título de exemplo, a contradição entre duas sentenças do mesmo capítulo, pouco distantes uma da outra (sura V – “A Mesa”):

51. *Ó vós que credes! Não tomeis a judeus e cristãos por confidentes: uns são amigos dos outros. Aquele de entre vós que os tome por confidentes será um deles. Deus não ilumina os iníquos.*

82. *Nos judeus e nos que adoram ídolos encontrarás a mais violenta inimizade para com os que crêem. Nos que dizem: “Nós somos cristãos”, encontrarás os mais próximos, em amor, para os que crêem, e isso porque entre eles há sacerdotes e monges e não se enchem de orgulho.*

E há ainda factores muito importantes de ordem geo-estratégica que nada têm a ver com as diferenças religiosas, mas que podem vir a utilizá-las como cobertura: ninguém ignora que o século XX assistiu a uma retomada da importância dos povos árabes, provocada pela descoberta de riquíssimas jazidas de petróleo no seu sub-solo. Face ao modelo de desenvolvimento industrial adoptado por todas as potências ocidentais, praticamente assente na energia fornecida pelo petróleo, criou-se uma situação de dependência de que os estados árabes têm sabido tirar proveito. Bastaram dois choques petrolíferos para abanar toda a estrutura económica do chamado 1.º mundo, o que constitui motivo de tensões que são uma permanente ameaça à paz mundial. Corre-se o gravíssimo risco de ver repetida a guerra que opôs os Estados Unidos ao Iraque (a famosa “*tempestade no deserto*”), sob pretexto de defender os direitos dos Kuwaitianos, embora todo o mundo percebesse que o que estava em jogo eram os interesses das potências industrializadas, por um lado, e as ambições hegemónicas iraquianas, por outro. O “direito de ingerência”, aceite já pelas Nações Unidas como única forma de pôr termo a abusos e violações dos Direitos Humanos, pode assim vir a ser futuramente invocado se a corda for demasiado esticada e a estabilidade do mundo economicamente desenvolvido ameaçar ruptura, devido aos constantes aumentos do preço do barril de petróleo árabe.

A incitação ao ódio religioso de ambos os lados será certamente invocada para camuflar as verdadeiras intenções e, se tal acontecer, ninguém sabe quais as consequências (veja-se o que tem sucedido com Israelitas e Palestinianos, em que o problema político aparece travestido em ódio religioso).

O apelo ao fundamentalismo (de ambos os lados) é efectivamente um perigo sempre latente. É verdade que, como escreve Allievi³⁰ “*a equação que garante que Islão é igual a fundamentalismo está errada*”. É efectivamente uma generalização absurda e perigosa que comporta uma ofensa grave aos que professam o islamismo de coração aberto. Mas não é menos perigosa a atitude ingénua de minimizar os riscos de um terrorismo (de grupos isolados mas também de governos) que utiliza as armas mais sofisticadas e não hesita em desviar aviões, fazer reféns, colocar bombas em mercados e autocarros, ou mesmo atacar no coração da potência militar mais poderosa do mundo – como aconteceu com o atentado ao World Trade Center, nos E.U.A.³¹.

A única solução com capacidade para durar afigura-se-nos que será a do diálogo inter-religioso – difícil, todos o sabemos, mesmo muito difícil, mas não impossível. Em 1985 o Papa João Paulo II visitou o Rei Hassan II, de Marrocos (ainda hoje considerado por muitos muçulmanos como o descendente directo do Profeta Maomé), com quem trocou um apertado abraço e rezou uma oração comum, cuidadosamente redigida.

Em Assis, a convite do mesmo pontífice, reuniram-se os fiéis das várias confissões e oraram em conjunto pela paz no mundo. Os encontros inter-religiosos multiplicam-se e ainda recentemente, em Setembro de 2000, respondendo à iniciativa da Comunidade de Santo Egídio, se reuniram também, em Lisboa, altos responsáveis de todos os credos para procurar uma solução para os grandes problemas que afligem a Humanidade, buscando mais o que os aproxima do que aquilo que os afasta. Foram mais alguns passos no caminho do diálogo e da coexistência.

É, sem dúvida, todos o sabem, um caminho árduo e semeado de escolhos. Mas não é menos verdade que, quando duas pessoas ou dois povos caminham um em direcção ao outro, por muito lenta que seja a marcha, virão a aproximar-se. Se virarem as costas, jamais se encontrarão. Voltaremos a este assunto no capítulo sobre o diálogo inter-religioso.

Síntese

Quando o profeta **Maomé** nasceu, cerca de 571, a Arábia era habitada pelos povos sedentários da chamada “Arábia Feliz” (a sul e nos oásis) e pelos beduínos do deserto, pastores nómadas pertencentes a várias tribos. Maomé pertencia à tribo dos Coraixitas, uma parte da qual se instalara em **Meca**, onde organizava caravanas comerciais para a Síria e outros destinos, e explorava em seu proveito a devoção pagã aos ídolos que as várias tribos veneravam na **Caaba**. Alguns anos depois do seu casamento com Cadija, a quem servira como condutor de caravanas, Maomé anunciou que recebera a

³⁰ Stefani Allievi, “A ‘perigosidade’ do Islão”, *Além-Mar*, Lisboa, Novembro, 2000.

³¹ Já depois de escritas estas linhas, na manhã de 11 de Setembro de 2001, o mundo foi profundamente abalado com os atentados terroristas de fundamentalistas muçulmanos que esmagaram aviões comerciais cheios de passageiros contra as duas torres do World Trade Centre e o Pentágono, nos quais perderam a vida mais de seis mil pessoas, além dos muitos milhares de feridos que provocaram. Vejam-se as notas finais que acrescentámos ao último capítulo deste livro.

visita do arcanjo Gabriel, o qual lhe ditou, em nome de **Alá**, o Deus único, as sentenças que mais tarde formariam o **Alcorão**. Perseguido pelos seus conterrâneos, o Profeta viu-se obrigado a exilar-se em **Medina** com os seus discípulos mais fiéis (foi a **Hégira**), no ano **622**, que marca o início do calendário muçulmano. Oito anos depois, após vários combates com os seus inimigos, à frente de um exército de convertidos, Maomé regressou triunfante a Meca que o acolheu e se converteu à nova fé. O profeta viria a morrer dois anos depois em Medina, com 62 anos.

A sua sucessão não foi pacífica: os partidários dos 4 **Califas** que asseguraram o poder lutaram entre si (só o 1.º não morreu assassinado) e a divisão então nascida entre **sunitas** (partidários do sogro) e **xiitas** (seguidores do genro), ainda hoje se mantém. Os primeiros agrupam 83% dos muçulmanos actuais e os segundos perto de 17%. Existem ainda grupos de reduzida expressão, tais como os **kharigitas** e os **ismaelitas** (estes, regidos pelo Aga Khan), além da corrente mística dos **sufistas**, muito difundida tanto entre sunitas como xiitas.

A fé islâmica assenta essencialmente na crença em Deus único, no Profeta Maomé, nos Anjos, no Alcorão e no Julgamento final. Todo o bom muçulmano deverá observar os seguintes deveres principais, conhecidos como “os **cinco pilares do Islão**”: A profissão de fé, a oração (cinco vezes ao dia), o jejum do Ramadão, a esmola e a peregrinação a Meca (ao menos uma vez na vida).

A rápida expansão das tribos árabes, unidas pela fé, desde o tempo dos primeiros Califas, prolongou-se no espaço e no tempo, constituindo o grande **império árabe** que se estendia da Índia à península ibérica. Às longas dinastias dos **Omíadas** (661-750) e dos **Abássidas** (750-1258), seguiu-se uma época de confusas e permanentes lutas pelo poder, desde as conquistas **Mongóis** aos **Turcos Otomanos** que acabaram por conquistar Constantinopla (1453), tornando-se na maior potência muçulmana reinante após o declínio do Império Árabe. Mais tarde, como consequência dos descobrimentos e conquistas portuguesas, grande parte das rotas comerciais islâmicas entraram em ruptura, acabando por perder quase toda a sua influência no século XIX, devido à expansão colonial dos povos europeus.

Em virtude do grande número de conversões ao Islamismo dos povos que constituíam o império árabe, este acabou por sofrer uma metamorfose, tornando-se num **império islâmico**, com a religião muçulmana como denominador comum de uma grande variedade de culturas, que o enriqueceram extraordinariamente. De um punhado de beduínos peritos em combater e viver nas precárias condições do deserto, o mundo islâmico ampliou-se, absorvendo e desenvolvendo notavelmente as contribuições estrangeiras (gregas, latinas, indianas) em domínios tão importantes como a matemática, a astronomia, a filosofia, a medicina, a geografia, a arquitectura, a engenharia e as artes.

Em **Portugal**, os “mouros” (árabes e berberes) permaneceram cinco séculos e meio, até à sua expulsão pelos cristãos portugueses e espanhóis, deixando traços culturais que ainda permanecem, no léxico, na toponímia, na arquitectura e outras áreas culturais. No último quarto do século XX fixaram-se em Portugal, vindos sobretudo de Moçambique e da Guiné-Bissau, entre 25 a 30 mil muçulmanos, que se têm vindo a integrar com relativa facilidade na sociedade portuguesa metropolitana.

Actualmente os fiéis do Alcorão constituem **17,4%** da Humanidade, ou seja, cerca de **um bilião e 44 milhões** (870 milhões de sunitas e perto de 170 xiitas, além de outros grupos menores) distribuídos por **sete áreas culturais**, que apresentam entre si diferenças assinaláveis: há países ricos (os produtores de petróleo) enquanto outros se debatem com as dificuldades próprias do 3.º Mundo em que se situam, há alguns governos integristas, teocráticos, onde a **Charia** impera no domínio religioso como no civil, a par de outros com constituições de modelo democrático, multiplicam-se os grupos **fundamentalistas** responsáveis por inúmeros actos terroristas dentro dos próprios estados muçulmanos (Indonésia, Argélia, Egipto, etc.) e fora deles – os quais, por serem mais mediáticos e chocantes tendem a generalizar uma má imagem do Islão no mundo ocidental – e há ainda comunidades de apreciável dimensão radicadas nos países do “ocidente” (na Europa, os 14 milhões de muçulmanos são hoje a 2.ª religião mais praticada, depois do cristianismo).

O entendimento com os fiéis de outras religiões não tem sido fácil, embora estejamos já longe das lutas sangrentas entre o Islão e os Cruzados, e tenham sido dados passos consideráveis no **diálogo inter-religioso**. Mas há ainda muitos preconceitos a eliminar, não apenas no que toca à tolerância religiosa (algo difícil porque, embora judeus, muçulmanos e cristãos sejam todos monoteístas, o Alcorão e a Bíblia não são idênticos), mas também nas tradições e práticas culturais e políticas, frequentemente confundidas com aspectos religiosos.

Revisão

1. Caracterize a Arábia pré-islâmica e sublinhe as alterações fundamentais que o Islão provocou nessas sociedades.
2. O profeta Maomé foi o carismático fundador da nova religião; indique alguns acontecimentos-chave da sua biografia e personalidade.
3. Em que consiste fundamentalmente a crença dos muçulmanos?
4. Quais as obrigações comuns a todos os muçulmanos, em matéria religiosa?

5. Como nasceu e como se encontra estruturado o Alcorão?
6. Conhece algumas figuras bíblicas acolhidas pelo Alcorão como seus Profetas e antepassados? Indique-as, explicando qual a sua posição na hierarquia de importância do Alcorão.
7. Durante o reinado dos 4 primeiros Califas, os muçulmanos dividiram-se em dois grandes ramos que ainda hoje se mantêm e continuam a hostilizar-se. Diga quais são e indique a origem das suas discordâncias.
8. Podem considerar-se sinónimas as expressões “império árabe” e “império islâmico”? Porquê?
9. Refira sucintamente a importância da civilização islâmica no mundo e em Portugal.
10. Quais os problemas que considera mais importantes para a Paz no mundo, no que toca às relações entre os países muçulmanos e os não-muçulmanos?

Leituras complementares

s/d *Alcorão*, ed. Europa-América, Mem Martins, col. “Livros de Bolso”, 2 vols., n.º 186 e 187 (1979?).

A tradução, de Américo de Carvalho, foi revista e anotada pelo presidente da Comunidade Islâmica de Lisboa, Dr. Suleiman Valy Mamede. Há outra tradução, do ilustre filólogo e arabista Dr. José Pedro Machado, editada pela Junta de Investigação Científica do Ultramar, Lisboa, 1979.

AKKAD, Moustapha (produtor e realizador); CRAIG, H. A. L. (argumentista)

1990 *Maomé, o Mensageiro de Deus*, filme de 110'. Foi aprovado pela Universidade Islâmica do Cairo e outras autoridades muçulmanas. Há uma edição vídeo da Livendas, Lisboa. Por acordo com aquelas autoridades, a figura do profeta nunca aparece, sendo contudo uma presença permanente.

ARMSTRONG, Karen

Islam, Modern Library.

1959 *Bilan du Monde, Encyclopedie Catholique du Monde Chretien*, Casterman, Centre de Recherches socio-religieuses, Bruxelas; Centre Église Vivante, Lovaina, 2 vols.

Ver especialmente o cap. XIII da 1.ª parte (O Islão) e o cap. IV da 2.ª parte (O Mundo Árabe).

BOWKER, John

- 1997 *Religiões do Mundo*, Livraria Civilização Editora, Lisboa.
O Islamismo ocupa as pp. 160-177, tendo sido consultor o Dr. David Thomas.

COSTA, Helder Santos

- 2000 *Shiismo Iraniano (uma abordagem histórico-sociológica)*, ISCSP, Universidade Técnica de Lisboa.
Trata-se de uma tese de doutoramento defendida pelo autor no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, contendo grande número de elementos actualizados sobre os problemas do Islão e do Irão.
- 2001 *O Revivalismo Islâmico*, ISCSP, Universidade Técnica de Lisboa.
Neste livro o autor distribui os revivalistas islâmicos por sete grandes grupos: fundamentalistas, activistas radicais, tradicionalistas, modernistas, reformistas, pragmáticos e nacionalistas. Assim, por exemplo, enquanto o Ayatollah Khomeini pertenceria aos activistas radicais, Saddam Hussein seria um pragmático e Kadafi e Nasser representariam os nacionalistas.

GUELLOUZ, Azzedine

- 1997 “O Islão”, in *As Grandes Religiões do Mundo*, ed. Presença, Lisboa, Direcção da publicação: Jean Delumeau.

HOURANI, Albert

Uma História dos Povos Árabes, Companhia das Letras, Brasil.

LEWIS, Bernard

- 1982 *Os Árabes na História*, ed. Estampa, Lisboa, (col. Imprensa Universitária, n.º 26).
O Oriente Médio, Jorge Zahar Editor, Brasil.

LEWIS, Ioan M.

- 1986 *O Islamismo ao Sul do Saará*, ed. Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

NAIPAUL, V. S.

Entre os Fiéis, Companhia das Letras, Brasil.
Além da Fé, Companhia das Letras, Brasil.

RODINSON, Maxime

- 1992 *Maomé*, ed. Caminho, Lisboa (col. Universitária).
Vejam-se os comentários feitos nas notas 3 a 5.

RUTHVEN, Malise

2000 *Islam in the World*, Penguin Books.

WILLIAMS, John Alden

1979 *Islamismo*, ed. Verbo, Lisboa (col. “As Grandes Religiões do Mundo”, n.º 1).

VAN ESS, Josef; KÜNG, Hans

1986 “L’Islam et le Christianisme”, in *Le Christianisme et les Religions du Monde (Islam, Hindouisme, Bouddhisme)*, Éditions du Seuil, Paris.

Trata-se da publicação – revista, aumentada e enriquecida com as intervenções dos participantes – de uma dúzia de conferências-diálogo que teve lugar na Universidade de Tübingen, durante o semestre do Verão de 1982, no decorrer das quais os especialistas expuseram as doutrinas das 3 grandes religiões, cabendo ao teólogo católico Hans Küng apresentar a “resposta cristã”. Sobre o Islão (pp. 21-192), o trabalho foi dividido em 4 partes: 1) Maomé e o Corão: profecia e revelação; 2) Sunitas e Xiitas: estado, direito e culto; 3) Conceção de Deus e mística muçulmana, concepção do Homem e sociedade; 4) O Islão e as outras religiões. Jesus no Corão.

VARILLON, François

1996 *Um Cristão face às grandes Religiões*, edit. A. O., Braga, (col. “Fronteira”).

O capítulo que trata do Islamismo é o 2.º. Como todo o resto do livro (uma colectânea de conferências feitas pelo autor e publicadas postumamente por um seu confrade jesuíta), é uma reflexão séria e bem documentada sobre a religião do Islão.

II. AS RELIGIÕES DA ÍNDIA

Página intencionalmente em branco

SUMÁRIO

Objectivos da unidade

7. Hinduísmo

1. A “Mãe Índia”

2. Uma porta com várias chaves

2.1 *Os primitivos habitantes. A civilização de Harapa*

2.2 *A invasão ariana*

2.3 *A chegada do Islão*

2.4 *Os Parses*

2.5 *Da chegada dos Portugueses ao domínio inglês. Os Cristãos*

2.6 *O preço da independência*

3. Vários afluentes ou um estuário comum?

4. O Uno, o múltiplo e a libertação das servidões

5. Sociedade de vasos não-comunicantes: as castas

6. Os textos fundamentais

7. Os “estados de vida” e o papel dos gurus

8. Jainismo

1. A doutrina

2. Os textos

3. Os jainistas e a sociedade indiana

9. Sikhismo

1. Uma comunidade de religiosos e guerreiros

2. Os dez gurus

3. O Templo, centro de gravidade dos Sikhs

4. Guerreiros à força

Síntese

Revisão

Leituras complementares

Objectivos da unidade

No final dos capítulos que se seguem o aluno deve estar apto a:

- Identificar as religiões professadas na Índia, no passado e no presente;
- Conhecer as diferenças entre os dois principais credos daquilo a que se convencionou chamar “Hinduísmo” – o **Vixnuísmo** e o **Xivaísmo** – bem como os pontos comuns das respectivas doutrinas;
- Distinguir entre um politeísmo aparente (e muitas vezes real) das grandes massas populares que prestam culto a uma imensidade de deuses, e a doutrina mais elaborada dos grandes mestres hindus relativamente ao Absoluto (*Brâman*);
- Conhecer o significado da *samsara* (a roda interminável das transmigrações) e a sua relação com o comportamento do indivíduo em cada encarnação (*Karma*), bem como saber em que consiste o objectivo último da “libertação”;
- Ter uma ideia das vias (*Yoga*) para alcançar esta libertação;
- Distinguir as várias castas e suas funções, seu fundamento histórico, e o papel que desempenha a teoria do Karma na sua manutenção na prática (embora inconstitucional);
- Saber quais são os textos fundamentais destas religiões, nomeadamente as grandes epopeias do *Râmâyana* e do *Mahâbhârata*;
- Ter noção da importância do papel dos *gurus* nos 4 estados de vida dos crentes;
- Conhecer a história do **Jainismo**, as ideias-chave da sua doutrina, as seitas que o professam, as comunidades de monges e monjas e os seus textos sagrados, bem como a posição aparte dos jainistas na sociedade indiana;
- Ter ideia da religião dos **Sikhs**, seu desenvolvimento pelos dez gurus, sua teologia, ritos de iniciação e de culto e as raízes da conflitualidade permanente que mantêm com o governo indiano.

7. Hinduísmo

Página intencionalmente em branco

1. A “Mãe Índia”

Deslumbrante e aterrorizadora, fétida e perfumada, banhada de luz e submersa pelas cheias, habitada por multidões incontáveis de pedintes esfomeados à sombra de belos palácios, onde o sofrimento e a alegria caminham de mãos dadas, tolerante e fanática, capaz de uma não-violência exemplar e de uma ferocidade sem limites – é assim a Índia...

Incompreensível para os olhos e a sensibilidade de qualquer ocidental recém-chegado ao Oriente, esta imensa *cidade da alegria*¹ constitui uma surpresa permanente para os nossos padrões culturais:

- são os casamentos de crianças estabelecidos entre as famílias, sem que ninguém pense em ouvir a opinião dos interessados, para já não falar dos milhões de crianças obrigadas a trabalhar desde a mais tenra idade;
- é o papel, ao mesmo tempo central e subalterno, da Mulher, que até há bem pouco tempo tinha de se sujeitar a ser queimada viva na pira funerária ao lado do cadáver do marido, sob pena de ser votada à mais degradante indignidade se ousasse recusar o *sati*. Ser mulher na Índia é quase sempre sinónimo de ser infeliz: milhões de abortos de fetos femininos e de meninas mortas à nascença anualmente! Completamente subordinadas aos pais, passam depois a escravas do marido (que não escolheram). Contam-se por milhares, todos os anos, os casos de mulheres espancadas e torturadas para que a sua família aumente o dote; se tal não acontecer, podem ser mortas – frequentemente queimadas vivas. Muitos pais, por falta de dinheiro para o dote, vendem as filhas para a prostituição...;
- é uma imensa maioria de famintos numa população de 900 milhões (mais habitantes do que toda a África e o dobro da América Latina!) que continua sempre a crescer, a ponto de as previsões demográficas indicarem que ultrapassará a China em duas décadas;
- é a estratificação social em castas perfeitamente herméticas e a imensa multidão de *párias* sem casta (os intocáveis), que ultrapassa os 130 milhões;
- é um espírito de abertura exemplar para com os outros credos, alternando com a intolerância mais extrema, responsável por incontáveis massacres, em que o único pecado das vítimas é o de pertencerem a tradições e fés diferentes (hindus, muçulmanos ou cristãos);
- são as pessoas a morrer de fome ao lado de vacas que passeiam a sua indiferença pelas ruas, sem que ninguém se atreva a tocar-lhes;
- são os banhos rituais de purificação no rio Ganges, onde mergulham doentes e são sem quaisquer preocupações de contágio;

¹ Referência ao famoso livro de Dominique Lapierre, *A Cidade da Alegria* que descreve a vida miserável dos habitantes de um bairro de lata de Calcutá, os quais, a despeito da sua trágica existência material, irradiam ainda assim alguma alegria, alicerçada nas suas crenças religiosas (as quais paradoxalmente são o suporte e o alimento da resignação do povo face às condições infra-humanas em que vive). Devido ao enorme êxito alcançado, o autor publicou mais tarde um livro com fotografias dos protagonistas e dos locais, intitulado *Les Héros de la Cité de la Joie*, ed. Robert Laffont, Paris, 1986.

-
- é o refinamento social, cultural e científico de uma respeitável classe de formação superior, a par de uma incontável multidão de ignorantes (no início do séc. XXI, um em cada 2 analfabetos do mundo será indiano);

Tudo isto radicado numa visão da existência humana que não tem nada a ver com o nosso conceito ocidental de “qualidade de vida”. É a *Mãe Índia*, como dizia Ghandi. Uma mãe bem pouco carinhosa para os seus filhos, os quais, no entanto, raramente protestam, parecendo sempre resignados à sua sorte. Fatalismo? Convicções filosóficas e religiosas muito próprias?

É um pouco de tudo isto, como veremos. Mas adiantemos desde já que talvez em nenhuma outra parte do mundo a religião marque tão profundamente a sociedade e o seu estilo de vida como na grande península indústânica, berço do Hinduísmo (Índia, Nepal) e do Budismo (Sri Lanka, Butão), ou convertida ao Islamismo (Paquistão, Bangladesh).

2. Uma porta com várias chaves

No presente capítulo não trataremos das religiões vindas de fora, como o Cristianismo e o Islamismo, ou que, nascidas em solo indiano, emigraram para outras partes (Budismo), uma vez que lhes reservamos um espaço próprio neste Manual. Trataremos assim apenas do chamado *Hinduísmo*, do *Jainismo* e do *Sikismo*.

Para entendermos a complexidade de religiões que fervilham e se sobrepõem no grande continente indiano, é necessário recorrer à sua longa história, recheada de invasões, contactos culturais, intercâmbio de deuses e demónios, mas também de acidentes naturais e catástrofes – inundações anuais, epidemias e os restantes cavaleiros do Apocalipse que sempre as acompanham – que obrigaram os povos, antigos e recém-chegados, a unirem-se contra estes infortúnios.

É porventura esta união para enfrentar tragédias comuns e recorrentes que explica a grande tolerância face às crenças dos outros, a ponto de parecerem confundir-se, enriquecendo os respectivos panteons com deuses alheios, numa atitude que tem mais a ver com a hospitalidade do que com o simples sincretismo.

Para os estrangeiros, porém, as várias religiões da Índia pareciam uma só, e daí a invenção pelo imaginário europeu de *uma* religião que, de facto, parece nunca ter existido: o *Hinduísmo*.

Na expressão feliz de Stietencron², tratar-se-ia antes de um *colectivo de religiões*, que incluiria todas as crenças dos indianos que não se confundem com o islamismo, cristianismo, budismo, jainismo ou sikismo.

O vocábulo “hindu” foi usado pela primeira vez com uma conotação religiosa pelos europeus, para distinguir os indianos não-muçulmanos, pois até aí chamavam-se “hindus” a todas as pessoas de etnia indiana sem distinção. O termo tem a sua origem no grande rio Indus, cuja bacia se situa no actual Paquistão. As palavras *Indo* e *Indiano* derivam do nome grego do rio (*Indos*).

² Hans Küng, J. Van Ess, Heinrich von Stietencron e H. Bechert, “Qu’est-ce que l’hindouisme? Pour l’histoire d’une tradition religieuse (1. Perspectives Hindoues)”, in *Le Christianisme et les religions du monde (Islam, Hidouisme, Bouddhisme)*, ed. Seuil, Paris, 1986, pp. 197 sgs. Para Stietencron, o hinduismo seria “*uma espécie de orquídea cultivada pela ciência ocidental*”.

2.1 Os primitivos habitantes. A civilização de Harapa

Depois de um longo período em que as populações primitivas deste subcontinente se limitavam à recolocção, à pastorícia e a uma agricultura ainda incipiente (povos que subsistem ainda nos nossos dias, em pequenas bolsas), o vale do Indo assistiu ao desenvolvimento de uma civilização de tipo marcadamente urbano, mercantil e teocrático, que ficou conhecida como a civilização de *Harapa* ou de *Mohenjo-daro* (do nome das duas cidades-fortaleza centrais) que ocupava uma região equivalente a duas vezes e meia a área da França.

Pensa-se que esta antiga civilização tenha despontado cerca de 4.000 anos antes da nossa era³, mantendo-se durante um longo período até ao séc. XVIII a.C. Nesta altura, devido possivelmente a causas naturais (inundações, etc.), terá entrado em decadência em quase todo o continente, excepto no sul (e no norte da ilha de Ceilão, ou Sri Lanka), onde ainda hoje se conservam as comunidades herdeiras do idioma drávida ou dravidiano, menos afectadas pelas invasões seguintes, todas vindas do norte.

Embora a escrita desta cultura esteja ainda longe de ser decifrada, há todavia elementos que permitem concluir que dela deriva, pelo menos, uma das correntes da tradição hindu.

³ “*Quanto à origem desta primeira civilização urbana desenvolvida na Índia, concorda-se em procurá-la no Beluquistão. Segundo Fairervis, os antepassados dos harápicos descendiam dos agricultores pré-arianos do Irão.*”, Mircea Eliade, *História das Ideias e Crenças Religiosas*, I vol., p. 119.

2.2 A invasão ariana

A partir de 1700 a.C. surgiram na Índia os *Arianos* (ramo oriental dos indo-iranianos), vindos através do Afeganistão. Chegaram em vagas sucessivas ao longo de cinco séculos, e atingiram mais tarde (1000 a.C.) o curso superior do Ganges. É a este povo que se devem as tradições mais importantes das religiões hindus.

Falando *sânscrito* – idioma que se manteve como língua de culto, à maneira do hebraico, latim e árabe entre os judeus, católicos e muçulmanos, respectivamente – é nesta língua que se encontram redigidos os seus textos sagrados mais antigos, os *Vedas*.

Da progressiva fusão das crenças dos primitivos habitantes do vale do Indo e do Ganges (os harapianos) com as dos Arianos, resultou a religião a que chamamos o *bramanismo*, a qual consagrou definitivamente a estratificação da sociedade em grupos separados – as castas.

2.3 *A chegada do Islão*

Na viragem do primeiro milénio foi a vez dos Turcos e Afegãos avançarem pelo norte do País, criando o sultanato de Delhi e estabelecendo, nos 5 séculos seguintes, diversos reinos muçulmanos na região central.

Coube, porém, aos Mongóis e seus descendentes (os Mogois) o papel mais importante na implantação do Islão na Índia. O seu vasto império, sediado em Delhi e Agra, desmoronou-se antes do século XVIII, mas o Islão sobreviveu, continuando a influenciar as artes e as ciências e emergindo de novo politicamente logo que teve oportunidade, o que só se verificou em 1947, com a criação do Estado independente do Paquistão.

2.4 *Os Parses*

O seu nome indica a respectiva origem (Parsa ou Pérsia). Quando o Islão invadiu a Pérsia, este grupo iraniano de religião mazdeísta (organizada inicialmente por Zoroastro) fugiu para a Índia, fixando-se primeiro em Kathiavar (séc. VIII) e mais tarde (séc. XVI) em Bombaim, onde constituem uma comunidade à parte bastante importante. Cultivam o fogo sagrado, praticam diversas abluções (prática relacionada com a noção de pureza) e expõem os seus mortos em “torres do silêncio” para serem comidos pelos abutres. Não crêem na reencarnação mas sim num julgamento final, aguardando a vitória final do Bem (representado por Ahura-Mazda) sobre o Mal.

2.5 *Da chegada dos Portugueses ao domínio inglês. Os Cristãos*

Com a chegada de Vasco da Gama (1498) e a conquista de Goa por Afonso de Albuquerque (1510), os portugueses fixaram-se em vários pontos estratégicos

ao longo da costa, mas raramente penetraram no interior do país. Foi uma estratégia realista, face à escassez de meios e pessoas (Portugal não tinha então mais do que um escasso milhão de habitantes), havendo apenas que assegurar o apoio logístico às naus que demandavam as rotas do Oriente e a protecção do respectivo comércio. Os missionários católicos, porém – quer os que dependiam directamente do Padroado Português do Oriente, nos primeiros tempos, quer depois os que partiram ao serviço da Congregação da Propaganda da Fé – foram bem mais longe na tentativa de converter as populações ao Cristianismo e espalharam-se por todo o território, tendo encontrado na costa do Malabar a muito antiga comunidade dos nestorianos, conhecidos como “cristãos de São Tomé”⁴.

Por fim, a última chave deste largo portão que dá acesso às religiões da Índia, é verdadeiramente uma chave inglesa: A Inglaterra tratou de ocupar a península a partir do século XVII (Bombaim, Bengala, Delhi, etc.), acabando a Rainha Vitória por ser proclamada Imperatriz das Índias, em 1877. Para o Reino Unido, a grande Índia era sem dúvida a mais bela das jóias da Coroa. A ocupação manteve-se ao longo das 2 guerras mundiais iniciadas em 1914 e 1939, mas a pressão dos partidos políticos (Congresso Indiano e Liga Muçulmana) no sentido de alcançar a independência tornou-se cada vez maior, desempenhando então Ghandi um papel decisivo, através das várias campanhas não-violentas e extraordinariamente eficazes que liderou.

Os ingleses capitularam mas, em contrapartida, por todo o país se foram ateando sangrentas guerras fratricidas entre muçulmanos (liderados por Jinnah) e hindus. Usando o seu enorme prestígio, conseguiu o Mahatma (grande alma), com pregações e sucessivas greves de fome, conter os ânimos nas cidades principais (Calcutá, etc.). Mas Ghandi, como quase todos os grandes pacifistas, acabou por ser assassinado por extremistas...

2.6 O preço da liberdade

Foi assim que, em 1947, nasceram simultaneamente, mas separados, o Estado da Índia (hindu) e o do Paquistão (islâmico). As matanças de parte a parte, pelo simples facto de terem nascido do lado errado da fronteira religiosa, foram indescritíveis, e as estradas da Índia encheram-se de incontáveis multidões de deslocados que apenas procuravam sobreviver. A questão de Cachemira continuou – e continua – por resolver.

No Sri Lanka, os budistas são maioria e detêm o poder, mas os tigres Tamil (hindus) não desistem e os mortos contam-se também por centenas de milhar.

Quanto ao Nepal, a norte da Índia, o único país de religião oficial hindu, embora não tenha sofrido nunca ao longo da sua história milenar o colo-

⁴ De acordo com uma antiquíssima tradição, o Cristianismo teria chegado à Índia logo nos seus primeiros tempos, levado pelo apóstolo São Tomé, cujo túmulo ainda hoje é venerado em Meliapor – a cidade do pavão – onde se estabelecera uma comunidade nestoriana subordinada ao Patriarca sírio-oriental, o “Catholicos”. Muito antes da chegada dos portugueses ao Oriente, já os cristãos Nestorianos tinham alcançado a China setentrional, a península da Indochina e a Indonésia (ilha de Samatra), sendo os cristãos conhecidos nesta vasta região como *serani*, uma abreviatura da palavra árabe *nasarani* (nazarenos).

⁵ Veja-se, por exemplo, a parte dedicada ao Nepal no meu livro *A Igreja Católica na China e em Macau, no contexto do Sudeste Asiático*, pp. 328 e sgs, ou “A Igreja no Nepal: um grão de mostarda no tecto do Mundo”, artigo que publiquei em *Além-Mar*, Lisboa, Maio, 1992.

nialismo ou outra ocupação estrangeira, a sua história está bem longe de ser pacífica. Os adeptos do Hinduísmo são ali cerca de 90 por cento⁵.

3. Vários afluentes ou um estuário comum?

Embora o número de deuses “menores” seja enorme, eles integram-se num sistema em que os panteões gravitam em torno de uma tríade superior: **Brama**, **Vixnu** (*Vishnu* ou ainda *Visnu*) e **Xiva** (*Siva*).

Acima e fora de toda a criação existe o Uno, um absoluto denominado **Brahman** (*Brâman*) que preside à criação, conservação e destruição do Universo. A criação é representada por Brama, a conservação por Vixnu e a destruição por Xiva. Não se trata, porém, de uma Trindade à maneira do Deus Trino cristão, mas de deuses efectivamente distintos, pelo que os fiéis de Vixnu não seguem Xiva e vice-versa.

Brama desempenha um papel pouco importante na devoção dos fiéis, ao contrário de Vixnu e Xiva. Mas estes “*não formam propriamente uma tríade: é-se visnuíta ou sivaíta, mas nunca as duas coisas ao mesmo tempo. Inversamente, também nunca Visnu e Siva são completamente exclusivos um do outro. Não só figuram lado a lado na trimûrti – representação a bem dizer bastante tardia e “erudita” –, como cada um ocupa sempre um pequeno lugar, por exemplo, de “regente cósmico”, no panteão que se organiza em redor do outro. Do mesmo modo, as imagens ou estátuas de um encontram muito frequentemente uma localização (modesta) no templo do outro, na cerca desse templo ou nos seus anexos. Um e outro retiram a sua origem do sacrifício védico, ainda que de maneira muito diferente*”⁶.

⁶ Michel Hulin e Lakshmi Kapani, “O Hinduísmo”, in *As Grandes Religiões do Mundo*, cit., p. 347.

Ambos têm os seus *avatares*, isto é, encarnações, que são frequentemente deificações de figuras lendárias ou reais do passado, ou mesmo animais ou figuras míticas.

Vixnu tem mais de dez encarnações (peixe, tartaruga, javali, Homem-Leão, Rama, Krishna – estes dois últimos muito populares e protagonistas de famosas epopeias – etc.). Vixnu é venerado sobretudo pelas castas mais elevadas e representa a ordem, a harmonia e a pureza.

Xiva, pelo contrário, é uma divindade anarquista, adorada por todas as castas mas especialmente pelos de condição mais baixa, modelo de ascetas porque despreza as convenções sociais e patrono das artes (o que é bastante lógico pois os artistas, por natureza, anseiam por se libertar de todos os formalismos). Tem também os seus *avatares*, mas estes disfrutam de menos popularidade do que os de Vixnu.

Por último, refira-se a existência de uma terceira figura da maior importância que ocupa um lugar especial na devoção hindu: *Devi*, a deusa, que assume também inúmeras formas: Kali, Durga, deusas das aldeias que velam pelas suas comunidades e pelas crianças, protegendo-as e aos animais de doenças e outros males. Há quem a considere irmã de Vixnu e esposa de Xiva, cooperando com ambos nas suas funções. É afinal a deificação das figuras da Mulher e da Mãe.

Entre os deuses menores mas muito estimados pela população, citemos, a título de exemplo, o *Ganês* (Ganesh), sempre apresentado na figura de um jovem com cabeça de elefante, frequentemente sentado sobre um grande rato (a história edificante deste hibridismo tem tanto de ingénuo como de encantador)⁷. As festas que lhe são dedicadas em muitos locais da Índia (Goa, por exemplo) têm uma popularidade que se assemelha ao Natal cristão.

Para aumentar a confusão no espírito de um observador estranho às práticas hinduístas, há ainda toda uma série de prescrições, de proibições, de tabus alimentares – como, por exemplo, a interdição de comer carne de vaca – cujas raízes nem sempre são fáceis de seguir. A questão das vacas, que na Índia assume o carácter de verdadeiro culto, prende-se com os hábitos ancestrais dos pastores arianos, para quem este animal se tornou um companheiro inseparável, verdadeiramente um animal doméstico. Comer uma vaca seria, para um hindu piedoso, tão impensável como seria para um europeu comer o seu gato ou o seu cão⁸.

Observando assim a prática quotidiana dos fiéis e os actos de culto e devoção prestados a uma tal abundância de deuses e divindades, maiores ou menores, somos de imediato tentados a classificar as tradições hindus como idólatras e “*politeístas*”. Mas será de facto assim? Oijamos alguns dos especialistas que reunimos na bibliografia final:

- Para Michel Hulin e Lakshmi Kapani⁹, “*a Índia não é propriamente panteísta, nem monoteísta, nem politeísta. A sua realidade religiosa concreta nada tem a ver com os dilemas em que pretendemos encerrá-la. Ela prova o movimento caminhando, isto é, através da coexistência pacífica que sabe gerir entre “opções” teológicas consideradas incompatíveis. (...) Quem quer que procure pôr alguma ordem no pulular anárquico das representações e práticas hinduístas tem de adoptar um ponto de vista estrutural, isto é, que tentar ver como é que aqueles diversos aspectos são complementares uns dos outros e formam um sistema.*”
- Shafique Keshavjee¹⁰ coloca na boca do seu personagem encarregado de defender o Hinduísmo (o swami Krishnanda) as seguintes afirmações: “*Não somos politeístas. No pior dos casos poderão qualificar-nos de mono-polyteístas. Essencialmente, acreditamos que a*

⁷ De acordo com a lenda, quando o Ganês era ainda criança, seu pai teria partido para a guerra num país distante, por onde se demorou largos anos. Ao regressar, tentando entrar em casa, deparou com a resistência de um jovem guerreiro que não reconheceu – tal como ele não reconheceu o pai. Este, num golpe de espada, cortou-lhe a cabeça. É então que surge a mãe e acusa o marido de ter morto o próprio filho. Pegando num anel mágico, o guerreiro envia-o à floresta, a fim de cortar a primeira cabeça que encontrasse, para substituir a do filho. Calhou ser a de um elefante, que assim veio a ser aproveitada para a mágica transplantação. ... É possível que isto tenha alguma coisa que ver com a grande estima em que são tidos os elefantes na Índia e no Sri Lanka, onde estes inteligentes paquidermes são auxiliares preciosos e indispensáveis do trabalho do homem. Noutra variante da lenda do Ganês, este teria sido modelado em barro por Parvati, mulher de Xiva, para o colocar à porta do seu quarto, a fim de impedir a entrada do marido com quem tivera uma grande discussão. Este, fora de si, decapitara o filho de barro. A sequência (busca da cabeça, etc.) é semelhante à outra versão. Ganês tornou-se assim o deus do Lar, das crianças e, de um modo geral, da Felicidade. Por isso, é considerado muito auspicioso quando os pescadores do rio Mandovi, em Goa (para onde haviam sido lançadas diversas estatuetas durante a grande festividade do Ganês) o recolhem nas suas redes, ficando com a obrigação de o alimentar até à próxima festa.

⁸ Quando passei em Bombaim pela primeira vez, em 1953, havia uma vaca a viver num 3.º andar, que os seus donos traziam à rua carinhosamente todos os dias, como quem passeia o cão, o que não causava a mínima estranheza, sendo, pelo contrário, considerado um acto extremamente meritório. Durante as grandes fomes na Índia, as pessoas podem morrer à falta de comida, mas não se atrevem a abater uma vaca para sobreviverem, o que é perfeitamente lógico dentro do seu sistema de pensamento.

⁹ Michel Hulin e Lakshmi Kapani, *O Hinduísmo*, cit., p. 344.

¹⁰ Shafique Keshavjee, *O Rei, o Sábio e o Bobo*, p. 76.

Realidade suprema é Una. Num dos hinos védicos mais conhecidos (Rigveda: 10, 129), eis o que é cantado: “Naquele tempo, não havia o ser, não havia o não ser [...] Nem a morte nem a não-morte existiam naquele tempo, nada que distinguisse a noite do dia. O Uno respirava sem sopro de si próprio: nada mais existia”.

¹¹ Heinrich von Stietencron, *Perspectives Hindoues*, p. 199.

Do mesmo modo, Stietencron¹¹ afirma que “*é preciso rectificar um certo número de erros: o erro, por exemplo, que consiste em ver no hinduísmo uma religião politeísta, e sobretudo o erro de querer considerar o hinduísmo como uma religião única. (...) Não é fácil, seguramente, ordenar num conjunto coerente, claramente reconhecível, as formas revestidas pela religião hindu. Nada de espantoso: somos finalmente confrontados com expressões da fé que vão desde a utilização de poderes mágicos nos ritos de fertilidade e nos cultos sacrificiais até à concepção de um absoluto não antropomórfico, que escapa às categorias do pessoal e do impessoal, que transcende toda a representação humana, passando por todas as cambiantes de crenças politeístas, dualistas e monoteístas.*”

Seja como for, o que parece poder afirmar-se desde já é que não se trata de uma só religião (o Hinduísmo), que ora põe o acento tónico num deus ora noutro, mas de tradições diferentes com importantes aspectos comuns; não é um único rio engrossado pelos seus vários afluentes, mas antes a confluência de rios diferentes numa mesma foz, que constitui o seu denominador comum. Qual é então esse mínimo doutrinal comum?

4. O Uno, o múltiplo e a libertação das servidões

Parafraseando o Pe. Varillon¹², “*este mínimo doutrinal comum assenta em dois pilares:*

- *o primeiro, é a certeza de que a condição humana é uma condição de servidão;*
- *o segundo, é a certeza de que a libertação é possível”.*

Para o hindu, toda a vida é uma *ilusão*, que deriva da roda infundável dos sucessivos nascimentos – a *transmigração* ou *metempsicose*: o homem nasce para morrer e renascer de novo noutro ser, numa condição melhor ou pior, em função dos actos praticados na vida anterior¹³. É o *Carma* (*Karma*), a lei que determina que cada acto produz os seus frutos na existência seguinte. Este desenrolar sem fim das várias existências é o chamado *samsara*. Diga-se desde já que é justamente pela crença nesta lei que o hindu de casta inferior aceita resignadamente a sua situação (como expiação de actos

¹² François Varillon S. J., *Um cristão face às grandes religiões*, Cap. 4.º, *O Hinduísmo*, p. 134. Varillon, nesta conferência, seguiu de muito perto o estudo de Olivier Lacombe, “Le Brahmanisme”, em *La Mystique et les mystiques*, Desclée de Brouwer, Paris, 1965, pp. 731-827.

¹³ O Pe. Varillon esclarece mais adiante (p. 157): “*Para as formas mais elevadas do pensamento hindu, não é, pois, a acção que escraviza, mas os motivos pelos quais actua a alma que não está purificada. O que nos arrasta e nos prende à roda das transmigrações é a paixão, é o desejo, é o interesse*”.

praticados numa existência anterior) e procura viver rectamente, a fim de reincarnar numa casta superior.

É devido a esta submissão às leis do Karma e da transmigração que se pode dizer com propriedade que a condição humana é essencialmente de *servidão*. Tal servidão, porém, pode ser quebrada quando o Homem (*âtman*) finalmente consegue descobrir a sua identidade, ao unir-se e dissolver-se no Uno, o ser absoluto (*Brahman*). Não se trata de uma união *com o Uno*, mas de uma dissolução *no Uno*. De novo a palavra a Varillon (V., 150):

No Hinduísmo, pelo menos na sua tendência maioritária, o objectivo pretendido, a libertação, é a absorção em Deus, isto é, a identificação com Ele. Isto é possível, porque tudo o que não é Deus é ilusão; o mundo é ilusão. É necessária a libertação da ilusão. A libertação é o fim da ilusão. Mas o fim da ilusão é a absorção em Deus. O nirvana não é o nada; é a extinção desta ilusão que sou, quando ela se identifica com o absoluto. (...) Para o hindu, é necessário que cada um seja libertado da ilusão do múltiplo. O Ser é UNO. A substância é UNA.

E o Pe. François Varillon conclui (p. 151), referindo-se à libertação final do Homem: “*Já não haverá homem e Deus, não haverá senão o Absoluto. Neste momento, o homem fica liberto. A absorção é total. É a libertação. Porém, como se costuma dizer, “para amar são precisos dois”. Se há absorção, já não há dois. Já não há amor. A vida eterna do hindu não é uma vida de amor*”.

Como é que se consegue esta libertação? São várias as vias para a alcançar. No Hinduísmo¹⁴ estas vias recebem o nome de *yogas* (vocábulo de origem sânscrita que quer dizer “unir”) e constituem um tipo de ascese, uma disciplina que se desenvolve em várias etapas:

Os Ocidentais conhecem sobretudo o hatha-yoga, que propõe posturas físicas apropriadas, mas existe também o Karma-yoga, que consiste em agir de forma desinteressada, o raja-yoga, exemplarmente descrito por Pantanjali no seu Yoga-sutra, que consiste em melhorar a concentração e a meditação, o jnana-yoga, que conduz ao processo de conhecimento e de compreensão; e finalmente o bhakti-yoga, que através do amor abre as portas à Realidade absoluta. Este mundo está pejado de violências e de ilusões. Só no verdadeiro Real existe felicidade e plenitude. Ora, o ensinamento dos sábios diz que o Real está presente no irreal e que, para quem procura, a revelação é alcançável. (Shafique Keshavjee, 80).

¹⁴ Por comodidade de exposição, faremos várias vezes referência ao “Hinduísmo”, significando com este termo que estamos a referir-nos ao tal denominador comum do Vixnuísmo e Xivaísmo.

5. Sociedade de vasos não-comunicantes: as castas

Ao longo da sua vida o indivíduo permanece ligado à casta onde nasceu, sem qualquer hipótese de mudança, a não ser numa encarnação futura. Os

casamentos são, por isso, endogâmicos, e as interdições chegam ao ponto de não ser permitido ingerir alimentos preparados por uma pessoa de casta inferior, o que os torna “impuros”. São 4 as castas principais (ou *varnas*, termo que quer dizer “côr”, em sânscrito), divididas depois em numerosas “sub-castas”, chamadas *jati* (palavra igualmente sânscrita que significa “nascimento”; são cerca de três mil), classificadas em função do seu nascimento e das profissões que desempenham.

Historicamente, as primeiras 3 castas (sacerdotes, nobres e guerreiros, e trabalhadores para o serviço das casas, do gado e dos campos) correspondem à distribuição de funções na sociedade ariana. A 4.^a e mais numerosa casta (sudras) é constituída pelos povos dominados pelos arianos quando invadiram a Índia.

Doutrinariamente, a fundamentação do sistema pode encontrar-se no *Livro das Leis de Manu* e noutros textos, como o Rigveda, onde se diz que as castas saíram do Homem primordial (Purusha): da boca saíram os Brâmanes (*brâhamana*), dos braços os Xártrias (*Kshatriya*), da barriga e das pernas os Vaixia (*vaishya*) e dos pés os Sudras (*shûdra*):

- Os Brâmanes são os chefes religiosos, sacerdotes, intelectuais e estudiosos. São eles quem detém tradicionalmente o poder supremo;
- Os Xártrias, além de guerreiros, desempenham funções de chefia política;
- Os Vaixia são sobretudo comerciantes e camponeses;
- Quanto aos Sudras, constituem a enorme falange dos servidores.

Abaixo de todos eles e completamente excluídos do sistema de castas surge o grande grupo dos “intocáveis” – os *párias* ou *dalits*. Serão hoje cerca de 130 milhões, numa Índia que ultrapassou já os 800 milhões no ano 2000. A sua privação de direitos é tal que não podem tocar em nenhum membro de qualquer das castas, preparar ou apenas tocar nos seus alimentos, nem sequer tocar na sombra de um brâmane com a sua própria sombra.

Vimos já que a crença nas reencarnações e a sua ligação aos actos cometidos em vidas anteriores justificam a resignação dos hindus a este sistema obviamente injusto. Referindo-se à gritante situação dos párias, a que chamava *harijan* (filhos de Deus), o Mahatma Gandhi proclamou indignadamente que se tratava do “pecado mortal da Índia”. Mas nem ele conseguiu abolir este sistema que constitui, afinal, o fundamento de toda a organização social, política e religiosa da Índia¹⁵. Embora abolida pela Constituição de 1950, dois anos após a morte do Mahatma, esta divisão social vai-se mantendo na prática, pois tem atrás de si o peso de três mil anos de História e tradições culturais.

¹⁵ A tal ponto que um homem da categoria do doutor Ambedkar, principal autor da Constituição da União Indiana, se viu na contingência de se converter ao Budismo, pois não era aceite pelos seus subordinados brâmanes por ser um “fora-de-casta”...

6. Os textos fundamentais

Não possuindo um fundador, as doutrinas hindus estão contidas em numerosos textos sagrados, inspirados pelo Absoluto (Brahman), sendo a sua autoridade proporcional à respectiva antiguidade.

Os mais antigos de todos são os quatro *Vedas* (A Sabedoria), no início transmitidos oralmente e depois redigidos em sânscrito, provavelmente entre os séculos XV e X a.C., que traduzem as crenças dos primeiros arianos que invadiram a Índia e o seu posterior desenvolvimento. Tratam de sacrifícios, fórmulas mágicas, orações, etc. Seguem-se os *Brâhmana* (também sobre sacrifícios), os *Âranyaka* (textos sobre magia) e os mais conhecidos, os *Upanixades*, de inspiração filosófica, os quais focam essencialmente as “*correspondências termo a termo entre as componentes da pessoa humana, os elementos do sacrifício e as estruturas do universo físico*”. (M. Hulin-L. Kapani, 340, citando L. Renou). Os Veda são, em princípio, apenas acessíveis às castas superiores, nomeadamente aos brâmanes.

Seguem-se os *Smriti*, ou tradição memorizada, acessíveis também aos Sudras, que dizem respeito aos caminhos de salvação e incluem diversas obras, das quais as mais famosas são as *Leis de Manu* (sobre as castas, os deveres e os direitos dos crentes) e as grandes e popularíssimas epopeias do *Râmâyana* e *Mahâbhârata*:

- O *Râmâyana* narra as aventuras de *Rama*, avatar de Vixnu, para recuperar sua esposa *Sita*, raptada pelo rei dos demónios, *Ravana*, e levada por este para o Sri Lanka.
- No *Mahâbhârata* relatam-se os feitos do mítico herói *Bharata* e seus descendentes. O texto revela um substrato pré-ariano alheio ao bramanismo. Num dos seus muitos episódios – o *Bhagavad-Gîtâ* – o herói é o próprio Krishna, constituindo por isso uma das fontes importantes do Vixnuísmo.

Refiram-se ainda, entre muitos outros, os *Purana* (textos antigos e algo confusos, que tratam de mitologia, teogonia, cosmologia, história, etc.) compostos entre os séc. III e séc. XII, e os *Dharma-Shastra* (recolhas de leis).

7. Os “estados de vida” e o papel dos gurus

A vida de um hindu deve processar-se por etapas, em quatro *estados de vida* que corresponderão a uma maturidade cada vez mais completa.

A 1.^a etapa é a do *estudo*, ou fase de aprendizagem, que dura até que o indivíduo assuma a responsabilidade de um lar. Nesta fase recomenda-se a

prática da castidade (de tal forma que o vocábulo sânscrito para “castidade” é o mesmo de “estado de estudante”). Tanto neste como nos estádios subsequentes, o indivíduo deve ser orientado por um mestre: o *guru*.

Segue-se a etapa da *vida em família*, em que um dos objectivos principais é o de conseguir uma descendência masculina, cumprindo determinadas regras, como “*viver da sua profissão, casar-se dentro da sua casta, praticar a união carnal nos períodos permitidos e dar o devido aos deuses, aos espíritos dos antepassados, aos hóspedes e aos servos*” (Varillon, 146).

O terceiro degrau corresponde ao *recolhimento na floresta*. Só é possível quando o crente atingiu a velhice e pode deixar a família para ir viver como eremita na floresta, solitário (podendo também levar consigo a companheira).

O último estado é o de *renunciante*, em que se abandona tudo, num total desprendimento dos bens materiais, para se dedicar apenas à meditação e ascese.

A orientação, como se disse, deve ficar sempre a cargo de um *guru*, ou mestre espiritual. É frequente um destes místicos reunir em torno de si um grupo de discípulos, que vivem no seu *ashram*¹⁶ ou nas imediações e escutam atentamente as suas lições de vida. Acontece, no entanto, o discípulo abandonar o mestre ou trocá-lo por outro, o que é considerado perfeitamente normal, pois cada um deve saber escolher o seu próprio caminho.

Deve notar-se que a figura do guru, muito respeitada na Índia, está um tanto desacreditada devido à acção de alguns pseudo-gurus instalados no Ocidente (alguns mesmo na Índia) que tentam enriquecer à custa da ingenuidade dos crentes. Um dos critérios para reconhecer um verdadeiro mestre consiste na observação do seu modo de vida (o que faz e não apenas o que diz), o seu desprendimento dos bens materiais e a sua vida contemplativa e de oração.

¹⁶ “Palavra sânscrita que significa “pena”, “esforço”. Lugar de meditação, eremitério onde uma pequena comunidade leva uma vida simples de disciplina pessoal no trabalho, no estudo e na meditação. Está geralmente colocado sob a direcção de um guru e recebe os viajantes. Os mais célebres “ashrams” da Índia eram os de Gandhi, de Tagore em Santiniketan, de Sri Aurobindo em Pondichery, etc. (Alguns padres católicos, seguindo o exemplo dos Padres Montchanin e Le Saux, criaram em Shantivanam, na Índia, um ashram cristão). Modo de vida religiosa que compreende os quatro estados da vida de um brâmane piedoso” (M. Thiollier, *Dicionário das Religiões*).

8. Jainismo (Jinismo)

Página intencionalmente em branco

1. A doutrina

São cerca de 4 milhões de fiéis, quase todos espalhados pelo Ocidente e Noroeste da Índia (Guzarate, Maharashtra, Rajastão), Misore e Bengala.

Jina Mahavira (do sânscrito *Jina*, vencedor ou liberto das paixões humanas), o fundador (540-470) afastou-se do bramanismo por não concordar com os sacrifícios sangrentos nem com o regime das castas. Pregou a não-violência (o princípio de *ahimsa*) até ao extremo de não atingir qualquer ser vivo, por mais insignificante. “*Um bom jaina deve filtrar a água que bebe, levar um pequeno pedaço de tecido de véu diante da boca, varrer diante dele quando caminha, com medo de atentar contra a vida do mais pequeno animal*” (M. Thiollier, 189). É por este motivo que os jainistas são estritamente vegetarianos, limitando-se a ingerir legumes e frutos.

Curiosamente, embora as lendas que ilustram a vida e pregação de Jina e do seu contemporâneo Sidharta Gautama, o Buda, sejam extraordinariamente semelhantes, parece no entanto que nunca chegaram a conhecer-se. Contemporâneos seus foram também, na China, Confúcio e Lao Tzé, e os Judeus tinham regressado do longo cativeiro da Babilónia apenas 20 anos antes do nascimento de Jina, o que torna este século muito singular numa perspectiva religiosa.

Do ponto de vista moral, os jainistas observam cinco regras comuns a leigos e monges, as quais proibem roubar, mentir, matar, abusar das relações sexuais e acumular riquezas. Os monges e monjas e os *sadhus* praticam ainda exercícios de ascese mais exigentes, sempre com o objectivo, à semelhança do Budismo, de se libertarem da roda das transmigrações sucessivas. Tal como os budistas, os fiéis do Jainismo constituem assim uma religião de *renunciantes*.

A partir do século III, os jainistas dividiram-se em duas seitas cujas diferenças, no entanto, não são muito acentuadas, pois ambas praticam o *yoga* e prestam culto nos templos aos “santos perfeitos” (*jina* ou *tirthakara*), que aparecem na Terra em grupos de 24 espaçados de milhões de anos. Pode dizer-se, no entanto que, tal como os budistas, os jainistas são ateus, na medida em que não consideram a existência de um Deus supremo, criador do Universo. Crêem todavia na presença de uma alma (*âtman*) em todas as criaturas, inclusive naquelas que os ocidentais classificam de inanimadas – ar, água, minerais...

A seita mais rigorista é a dos *digambara*, que viviam todos nus (“*digambara*” significa “os que se vestem de ar”). A nudez integral é hoje relativamente rara. Surgiram no 1.º século da nossa era no Misori (sul da Índia). Para os Digambara as mulheres, antes de atingirem a libertação, devem primeiro reincarnar como homens.

Os *shvetambara* (ou *vetâmbara*), por seu turno, vestem-se de branco e constituem a imensa maioria dos jainistas.

No séc. XV nasceu uma 3.^a seita – os *sthanakavasi* – que recusam as imagens e o culto dos jina.

Os monges jainas vivem em comunidades hierarquizadas, normalmente itinerantes, sustentados pelos crentes leigos, a quem assistem espiritualmente.

Os leigos fazem também ascese e cumprem os votos, embora de forma mais moderada, o que constitui uma forma de preparação para ingressarem mais tarde como monges, nesta ou em futuras encarnações, pois este estado é considerado indispensável para se libertarem do ciclo do *Karman* (tal como entre os budistas mais ortodoxos da escola Theravada).

2. Os textos

Os livros sagrados da Jainismo são obra do próprio Mahavira, tendo-lhes sido posteriormente acrescentados diversos comentários (séc. XVII). Todos eles foram redigidos em *ardhamâgadhî*, uma variante das línguas indianas antigas. Os digambara, contudo, recusam estes textos, afirmando que todos os livros jainas terão sido destruídos no séc. VIII por Shankara¹.

Os jainistas deslocam-se frequentemente em peregrinações aos santuários do Monte-Abu, Ginar, etc., onde existem esplêndidos templos, nos quais fazem as suas ofertas aos Jina (arroz, flores).

3. Os jainistas e a sociedade indiana

Do ponto de vista da sua integração social “*a adesão incondicional ao princípio da não-violência levou os jainas a renunciar aos ofícios da agricultura, assim como ao das armas, e a virar-se para profissões urbanas, tais como o comércio de luxo (a joalheria, por exemplo), a administração, a banca, etc. Portanto, sociologicamente, situam-se quase ao nível dos vaiya do hinduísmo. Por outro lado, a austeridade geral da doutrina, o seu puritanismo e o seu conservadorismo, associados a uma certa endogamia de facto, levaram a uma real concentração de riquezas no seio da comunidade, tanto quanto eles favoreciam o estudo e a acumulação do saber. Por isso é que os jainas desempenham na Índia contemporânea um papel económico, social e intelectual sem proporção com o seu fraco peso demográfico. Ao mesmo tempo, o seu particularismo situa-os “à parte”, quer na consciência hindu, quer entre os muçulmanos, o que lhes vale evitarem implicar-se excessivamente nos actuais conflitos intercomunitários.*”²

¹ Shankara (788-c. 820) é considerado um dos maiores filósofos da Índia e fundamento da sua mais moderna teologia. Para além de contrariar frontalmente as teses do Budismo, Shankara defendeu que a única realidade é o “brâman”, o absoluto e impessoal, constituindo tudo o mais simples ilusão (*maya*). Todavia o *âtman* pode vir a identificar-se e fundir-se com o *brâman* (veja-se o que se disse atrás sobre o assunto). Estudou profundamente os Vedas, os Upanixades, e comentou minuciosamente o Bhagavad-Gitâ.

² Michel Hulin, “O Jinismo (Jainismo)”, in *As Grandes Religiões do Mundo*, cit., p. 417.

9. Sikhismo

Página intencionalmente em branco

1. Uma comunidade de religiosos e guerreiros

Quem não tem presente, ao pensar na Índia e seus habitantes, a memória desses homens barbudos armados de punhal e com o sabre à cintura, reputados guerreiros e ciosos defensores do seu templo de Amritsar, no Punjabe¹? Os *Sikhs* (vocábulo punjabi que deriva do sânscrito “Shishya”, discípulos) distinguem-se fisicamente pelo uso de cabelos muito longos que enrolam em carrapito sob o turbante, bem como uma barba farta enrolada em torno do queixo.

São cerca de 7 milhões, dos quais 1 milhão se encontra disperso pelas ex-colônias britânicas e outros países (EUA, Canadá, África do Sul, etc.).

Até à sua integração na antiga Índia inglesa, o Estado do Punjabe era independente, situação que nunca mais recuperou e que tem sido o motivo principal dos tumultos quase diários que ali se verificam. Com efeito, os Sikhs não desistem de recuperar a sua autonomia política e de reclamar a independência (seria o Estado do Khalistão, o “país dos puros”).

Relacionados com esta comunidade foram notícia, entre outros, o combate sangrento e a ocupação pelos militares indianos do Templo de Ouro de Amritsar, em 1984, bem como, ao invés, o assassinato da Primeira Ministra Indira Gandhi por elementos sikhs da sua guarda pessoal.

Mas quem são afinal os sikhs? Que religião professam e em que é que se distinguem dos hindus e muçulmanos, com os quais, no entanto, possuem bastantes afinidades?

Um sikh é uma pessoa que crê em Deus [Akâl Purakh, o “Eterno”], nos dez guru [de Guru Nânak até Guru Nobind Singh], no Sri Guru Granth Sâhib [o Venerado Mestre Livro dos Guru], nos outros escritos dos dez guru e nos seus ensinamentos, na cerimônia de iniciação no Khâlasâ instituída pelo décimo guru, e que não acredita noutra sistema qualquer de doutrina religiosa (Sikh Rahit Maryâdâ).²

É uma religião bastante recente na Índia, se a compararmos com o Hinduísmo, o Budismo ou o Jainismo (nasceu cerca de dois mil anos depois das duas últimas).

2. Os dez gurus

Foi seu fundador o Guru *Nânak* (1469-1539), o qual procurou aproveitar o que se lhe afigurou melhor nas doutrinas e práticas dos *sâdhus*, monges ascetas de tendência vixnuísta, dos praticantes do yoga xivaístas, mas também no misticismo sufista muçulmano³ sem que, contudo, se possa falar propriamente

¹ O Punjab (país dos cinco rios), também designado Panjab e Penjab, situado a norte da Índia, encontra-se dividido, desde 1947, entre a Índia e o Paquistão e é habitado por crentes das 3 religiões (sikhs, hindus e muçulmanos).

² Michel Delahoutre, *Les Sikhs*, Paris, Brepols, 1989, p. 94; e W. H. McLeod, *The Sikhs. History, Religion and Society*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1989, p. 60 – citados por Lakshmi Kapani, em “O Sikhismo”, in *As Grandes Religiões do Mundo*, cit., pp. 418-428.

³ O Sufismo é uma “corrente mística que se opôs ao nacionalismo e ao formalismo jurídico de alguns doutores” (M. Thiollier, *Dicionário das Religiões*). Adoptado tanto por crentes sunitas como xiitas, nasceu na Pérsia onde sofreu influências, antes da chegada do Islão, de neo-platonistas, budistas, hindus, cristãos e maniqueus. Poetas e místicos, praticando a ascese e a meditação, os sufistas procuram acima de tudo o amor de Deus através da contemplação.

em sincretismo. O Sikhismo constitui antes uma via original, a qual, não hostilizando nenhuma religião, pretende colher o melhor de todas, privilegiando a solidariedade e o espírito de serviço.

O Guru Nânak, após várias peregrinações que efectuou a partir dos 27 anos, ensinou que existe apenas um Deus, simultaneamente pessoal e impessoal, a que chamou *Akâl Purakh*, termo que significa “o Princípio Absoluto Eterno”, o qual se faz ouvir pelos homens enquanto Nome (*nâm*) ou Som fundamental. É a repetição constante deste som que liberta o crente do ciclo dos renascimentos (o *samsâra*) no qual ele próprio acabara por descrever. Pregou o amor a Deus e aos homens e instituiu um culto muito simples, acompanhado de cânticos. Adepto fervoroso da igualdade entre os homens, opôs-se ao sistema das castas, auxiliou os mais desfavorecidos e criou uma refeição comum – o *langar* – em que todos devem participar por igual, independentemente da sua casta, recebendo o mesmo alimento sagrado (*Karâh prasâd*).

Sucederam-lhe outros nove gurus, entre 1504 e 1708, que foram fazendo diversos acrescentos, de acordo com as necessidades.

Assim, o Guru Amar Dâs (o 2.º depois de Nânak) aboliu a prática hindu do *sati* e a obrigatoriedade do uso islâmico do véu pelas mulheres.

Por sua vez, o Guru Arjun (o 4.º depois de Nânak) notabilizou-se por ter mandado construir, no tempo do Imperador Mogol Akbar⁴, o primeiro templo Sikh, conhecido pelo “Templo de Ouro”, e por haver compilado o *Guru Granth Sâhib* (o “Senhor Mestre Livro”) que passou a constituir o centro do culto. Todos os dias este livro – de 1430 páginas, que os fiéis devem ler e estudar com frequência – é levado para o centro do Templo, em procissão solene, onde permanece exposto à veneração dos crentes até ao pôr-do-sol, altura em que regressa, igualmente em procissão, ao local onde passa a noite, a pequena distância do templo.

⁴ A dinastia muçulmana Mogol, que se afirmava descendente dos Mongóis, reinou na Índia entre 1526 e 1857.

3. O Templo, centro de gravidade dos Sikhs

O Templo (denominado *Gurdwara*), de arquitectura sóbria mas de grande beleza, é o local onde a comunidade diariamente se concentra, convive e canta hinos de louvor ao Mestre Livro. Escrupulosamente asseado (ao contrário da imensa maioria dos templos hindus), obrigando a que os visitantes se descalcem e lavem os pés, à semelhança das mesquitas muçulmanas, não possui quaisquer imagens, limitando-se ao Livro e a uma espada.

Ali se desenrolam as principais festas religiosas: aniversários dos nascimentos dos gurus, celebração de rituais, o Ano Novo, efemérides como a da instalação do Mestre Livro e homenagens a alguns gurus martirizados.

Além do Templo Dourado de Amritsar, existem outros templos menores no Punjab, em Patna e Maharashtra.

4. **Guerreiros à força**

O último dos Gurus (Gobind Singh, 1675-1708) criou a Ordem guerreira dos “Puros” (*Khâlasâ*), com um rito de iniciação próprio, conhecido como *amrit* (baptismo da espada), durante o qual é dado a beber aos iniciados uma mistura de água com açúcar, mexida por um sabre de dois gumes. Tanto homens como mulheres podem ser iniciados na *Khâlasâ*, ficando obrigados a nunca mais cortar os cabelos, usar permanentemente um pente e uma pulseira de aço e trazer sempre consigo um punhal. Os homens ostentam o título de “leão” (*singh*) e as mulheres de “princesa” (*Kaur*). De um modo geral, todos os sikhs, pertencendo ou não à *Khâlasâ*, se abstêm de álcool e tabaco.

Do ponto de vista da Antropologia Cultural, o caso dos sikhs é um dos que melhor sublinha a influência do meio sobre a religião: com efeito, de uma comunidade extremamente pacífica, adepta da não-violência, tal como foi fundada pelo Guru Nânak, os sikhs acabaram por ser universalmente conhecidos como guerreiros temíveis, e isto devido às perseguições e massacres de que foram vítimas, tanto por parte dos mogóis, que não toleravam uma fé considerada herética e perigosa, como depois pelos governantes hindus. O problema complicou-se por motivos políticos pois, como dissemos, os sikhs não desistem de recuperar a sua independência, o que provoca conflitos permanentes com as autoridades indianas.

Síntese

País de grandes contradições, o **crescimento demográfico da Índia** é verdadeiramente assustador, uma vez que não é acompanhado por idêntico crescimento económico, verificando-se ainda enormes **assimetrias** entre as várias regiões. Esta **debilidade económica** é bem patente nas grandes cidades como Bombaim e Calcutá, onde a miséria ultrapassa tudo quanto possa imaginar-se. Tudo isto agravado por um número elevadíssimo de **grupos étnicos** que se exprimem em **782 línguas e dialectos** diferentes (a Constituição reconhece 14 línguas!).

Como se não bastassem as catástrofes naturais que periodicamente se abatem sobre o território (monções, cheias, secas, epidemias), a Índia é ainda palco de alguns dos problemas sociais mais graves que afligem a Humanidade, como o **analfabetismo** crescente (no séc. XXI, 1 em cada 2 analfabetos no mundo será indiano), o degradante **estatuto das mulheres** (as que escapam ao infanticídio e ao aborto estão condenadas a ser escravas da própria família ou da família do marido que lhes foi imposto) ou a explosiva situação dos **párias** e dos grupos sociais de casta inferior.

E, no entanto, esta população sofredora parece **resignada** ao seu destino, alimentando de quase nada a sua **alegria de viver!** É sobretudo nas suas religiões, nos vários credos que professam, que reside a explicação para este fenómeno sociológico paradoxal: de facto, a crença na **transmigração das almas** e nos efeitos do **comportamento individual** em cada ciclo de vida (o *Karma*) contribuiu simultaneamente para a manutenção de uma **estratificação social** obviamente injusta (**as castas**) e para a forma resignada como ela é aceite.

Religião **sem fundadores**, produto da sedimentação das crenças dos invasores **arianos** e das civilizações autóctones (a civilização de **Harapa**), o **bramanismo** evoluiu no sentido daquilo que hoje se designa, de forma errada, por **Hinduísmo**. Trata-se, na realidade, de duas religiões diferentes, que prestam culto ou a **Vixnu** ou a **Xiva**, mas que apresentam formulações religiosas em larga medida comuns, ensinando ambas a possibilidade de *libertação* final deste mundo em que a Humanidade vive mergulhada, considerado *irreal*. Esta libertação consiste na dissolução final do “eu” (*âtman*) no *Brâman*, o Absoluto. Destas crenças comuns e da recíproca tolerância em admitir os deuses alheios no seu panteão próprio, terá nascido o equívoco, da responsabilidade dos estudiosos ocidentais, que os confundiram numa só religião, baptizada com o nome de **Hinduísmo**.

Por seu lado, não aceitando nem o sistema de castas nem os sacrifícios sangrentos e defendendo o princípio da **não-violência** (*ahimsa*), *Jina Mahavira* fundou no séc. V a.C. uma nova religião – o **Jainismo** – cujos crentes, actualmente rondando os quatro milhões, se dedicam ao estudo e a

profissões com características urbanas, acabando por desempenhar um papel na sociedade indiana bastante mais importante do que faria supôr a sua insignificante percentagem.

Cerca de dois mil anos depois de Mahavira, o *Guru Nânak*, procurando associar o que de melhor encontrara no Hinduísmo e no Islamismo, veio também a fundar uma nova religião: a religião dos discípulos – os **Sikhs** – para quem só existe um Deus (*Akâl Purak*, o Princípio Absoluto Eterno). Sucederam-lhe, até ao princípio do séc. XVIII, outros nove gurus que, entre outras coisas, estabeleceram as bases de um culto muito simples, tendo como centro o salmodiar do “Mestre Livro”, o qual ocupa o lugar central no famoso templo Templo Dourado do Punjabe. As desavenças com as autoridades indianas têm sido constantes, pois os 7 milhões de sikhs não desistem de tentar recuperar a independência que perderam a partir do domínio britânico.

Existem ainda, tanto na União Indiana como no Paquistão, vários milhões de **crístãos** (na Índia serão cerca de 2 por cento) e um número bastante inferior de **budistas** pois, embora a Índia tenha visto despontar esta religião, ela acabou por emigrar para os países a Oriente.

Revisão

1. Ao longo da sua história várias vezes milenar a Índia sofreu invasões de povos com culturas e religiões diferentes. Aponte alguns que considere importantes para a formação do actual quadro das religiões deste subcontinente.
2. Aquilo a que se convencionou chamar “Hinduísmo” resulta da confusão entre duas religiões diferentes mas com muitos aspectos comuns. De que religiões se trata?
3. Qual o papel, na mitologia hindu, de Brâma, Vixnu e Xiva? E Brâman?
4. Diga em que consiste a crença nas sucessivas reencarnações, qual o papel desempenhado pelo Karma, e que influência têm essas concepções na manutenção do regime social das castas.
5. Quais as principais castas (Varnas) que conhece e qual o papel social desempenhado pelos seus membros?
6. Gandhi defendeu insistentemente a situação dos párias, conseguindo que a Constituição indiana abolisse legalmente o sistema das castas. Acha que, na prática, este sistema deixou de vigorar? Porquê?
7. Quais os textos fundamentais do Vixnuísmo e do Xivaísmo? Indique duas das mais conhecidas epopeias, resumindo-as em poucas linhas.

8. Indique os 4 “estados de Vida” que os crentes devem assumir e explique o papel dos gurus nesse processo.
9. Quem foi o fundador do Jainismo e qual a originalidade desta religião face às outras praticadas na Índia?
10. Por quem e quando foi fundada a religião dos Sikhs? Em que consiste essencialmente?
11. Porque é que, sendo o Guru Nânak um adepto fervoroso da não-violência, os Sikhs são conhecidos sobretudo pelas suas qualidades guerreiras?
12. Que papel desempenha a religião na vida dos indianos e paquistaneses e quais os riscos do seu acentuado crescimento demográfico?

Leituras complementares

Para além dos títulos e autores referenciados nas notas, destacaremos os seguintes, para aprofundamento das breves noções deste capítulo:

CLÉMENT, Catherine

1999 *A viagem de Théo*, Asa Editora, Porto.

Tal como o livro de Shafique Keshavjee que resumimos mais abaixo, esta notável obra apresenta-se como um “romance” das religiões e não tanto como um tratado, muito embora escorado num bom conhecimento das religiões que aborda, as quais descreve de forma leve mas correcta. Para quem pretenda iniciar-se no estudo comparado das grandes religiões, este tipo de leitura é extremamente útil, pois permite uma visão de conjunto sem descer a muitos e cansativos detalhes. No final, o livro contém um índice remissivo (o que é invulgar num romance) que facilita muito a consulta.

DELUMEAU, Jean (coordenador)

1997 *As Grandes Religiões do Mundo*, Edit. Presença, Lisboa.

Sobre os temas aqui tratados, este excelente livro contém três capítulos, o primeiro dos quais em parceria, da autoria de Michel Hulin e Lakshmi Kapani (O Hinduísmo), o segundo apenas de M. Hulin (O Jinismo ou Jainismo) e o terceiro de L. Kapani (O Sikhismo). Necessariamente resumidos, por estarem integrados numa Antologia, constituem no entanto uma indispensável iniciação ao estudo destas religiões.

ELIADE, Mircea

s/d *História das Ideias e Crenças Religiosas*, RÉS-Editora Lda., Porto (a data do prefácio do autor no último volume é Abril de 1983, três anos antes da sua morte), 3 vols., num total de 1220 páginas.

As secções consagradas à Índia e suas religiões estão dispersas pelos Caps. V, VIII, IX (1.º volume), XVII e XXV (2.º volume).

KESHAVJEE, Shafique

1999 *O Rei, o Sábio e o Bobo*, Temas e Debates, Lisboa.

Especialista em diálogo interreligioso, o autor recorreu a uma forma romanceada original para apresentar a doutrina das religiões mais difundidas no mundo actual, resultando numa leitura muito agradável e instrutiva. No final incluiu fichas sintéticas caracterizando cada uma das tradições religiosas que abordou.

KÜNG, Hans (e outros)

1986 *La christianisme et les religions du monde (Islam, hindouisme, bouddhisme)*, Ed. du Seuil, Paris.

Na segunda parte do livro são apresentadas, por Heinrich von Stietencron, as perspectivas hindus sobre 4 grandes questões: a) Qu'est-ce que l'Hindouisme? Pour l'Histoire d'une tradition religieuse; b) Le Monde et la Divinité: conceptions des Hindous; c) L'Homme et sa délivrance dans les religions des Hindous; d) Praxis religieuse: Rite, Mythe, Méditation.

A todas elas o teólogo católico Hans Küng apresenta “uma resposta cristã”, sempre no espírito do diálogo interreligioso.

RENOU, Louis

1980 *Hinduísmo*, Verbo, Lisboa (n.º 3 da colecção “As Grandes Religiões do Mundo”).

THIOLLIER, Marguerite-Marie

1990 *Dicionário das Religiões*, Edit. Vozes (Petrópolis, Brasil)/Ed. Perpétuo Socorro (Porto).

VARILLON, S. J. François

1996 *Um Cristão face às Grandes Religiões*, Edit. A. O., Braga.

O livro contém uma série de conferências que o padre jesuíta pronunciou sobre as principais religiões do mundo actual, reunidas postumamente por um seu colega, baseado nos manuscritos e nas gravações existentes. Os resumos doutrinários são de muito bom nível e seriedade, como era próprio do autor, e a confrontação com os valores do Cristianismo é assaz interessante.

VÁRIOS

1960 *Bilan du Monde (Encyclopedie Catholique du Monde Chretien)*, Casterman, Centre de Recherches Socio-Religieuses, Bruxelas; Centre Église Vivante, Lovaina, 2 vols.

Embora com dados desactualizados (não foi feita infelizmente nenhuma reedição) é, no entanto, uma obra de grande fôlego, cuja consulta se recomenda vivamente.

III. SUDESTE ASIÁTICO: OS CAMINHOS DO BUDA

Página intencionalmente em branco

10. Budismo

Página intencionalmente em branco

SUMÁRIO

Objectivos da unidade

1. **Da libertação das sucessivas reencarnações ao Nirvana: a iluminação do Buda Shakyamuni (Siddharta Gautama)**
2. **Quatro Verdades Santas, três jóias e três cestos de flores**
3. **As três Vias (ou Veículos) e sua implantação nas sociedades e culturas orientais**
4. **Percurso histórico e situação actual**
 - 4.1 ***Pequeno Veículo (Hynâyâna) ou Doutrina dos Antigos (Escola Theravâda)***
 - 4.1.1 Índia
 - 4.1.2 Sri Lanka
 - 4.1.3 Birmânia (Myanmar)
 - 4.1.4 Tailândia
 - 4.1.5 Laos
 - 4.1.6 Cambodja (Kampuchea)
 - 4.1.7 China
 - 4.2 ***Grande Veículo (Mahâyâna)***
 - 4.2.1 China (RPC e Taiwan)
 - 4.2.2 Coreia
 - 4.2.3 Japão
 - 4.2.4 Vietname
 - 4.3 ***Veículo Tântrico (Vajrayâna) ou Lamaísmo***
5. **Influência do Budismo na cultura dos povos do Oriente**

Síntese

Revisão

Leituras complementares

Objectivos da unidade

No final deste capítulo o aluno deve estar apto a:

- Saber onde, quando e por meio de quem teve o seu início esta religião;
- Conhecer os princípios básicos da doutrina budista, nomeadamente as chamadas “quatro Verdades Santas”, as “três Jóias” e os “três Cestos de Flores”;
- Fazer a distinção entre o Budismo e o Hinduísmo, no que respeita à crença nas sucessivas reencarnações;
- Enumerar as características principais que distinguem as três grandes Tradições ou Escolas (mais conhecidas por *Veículos*) do Budismo actual;
- Ter ideias claras sobre alguns conceitos específicos budistas, tais como *Nirvana*, *Budas* e *Bodhisattvas*;
- Possuir uma visão panorâmica da localização e extensão geográfica da religião budista nos países da Ásia onde se enraizou, bem como do número dos seus fiéis;
- Conhecer alguns dos principais obstáculos com que o Budismo se defronta actualmente nestes países e regiões (perseguições, indiferença religiosa, competição com outros cultos, etc.);
- Ajuizar da influência do Budismo na cultura e mundividência dos povos do Extremo-Oriente e vice-versa (ou seja: em que medida estas culturas levaram os 3 Veículos a adaptar-se na sua forma e, por vezes mesmo, no seu conteúdo filosófico e religioso).

1. Da libertação das sucessivas reencarnações ao Nirvana: a iluminação do Buda Shakyamuni (Siddarta Gautama)

O fundador do Budismo – o príncipe indiano **Siddharta**¹ do clã **Gautama**, nascido cerca de 550 a.C.² em Lumbini, perto de Kapilavastu, no Sul do actual Reino hindu do Nepal – não ensinou qualquer dogma, limitando-se a propôr uma *via*, um “veículo” de salvação. Insatisfeito com as respostas do Hinduísmo, em que fora educado, e preocupado com o sofrimento humano, Siddharta deixou a mulher e o filho recém-nascido, ouviu os mestres espirituais do seu tempo e acabou por encontrar o seu próprio caminho, através da meditação.

Atingiu finalmente a iluminação quando meditava sob a famosa árvore Bodhi (figueira), em Bodh Gaya (lugar sagrado), tornando-se assim o BUDA Shakyamuni (**Buda** significa *iluminado*; **Shakyamuni** quer dizer *sábio da tribo dos Shakya*). A partir daí, começou a pregar (é famoso o seu primeiro sermão, em Benares) fez discípulos e deu início àquela que havia de ser uma das religiões mais importantes da História. Siddharta morreu aos 80 anos, em Kusinâra (actual Kasi), no distrito de Gorakhpur.

Tendo como certo que a crença na individualidade não passa de uma ilusão, de que deriva todo o desejo, o qual, por sua vez, é a fonte do sofrimento, o objectivo do sábio consiste em extinguir em si todos esses desejos, como única forma de alcançar o “nirvana”, que é um estado indefinível de dissolução da pessoa (um estado que o próprio Buda nunca quis definir; *nirvana* significa exactamente extinção – como uma vela cuja chama se extingue depois de consumida toda a matéria).

O Budismo constituiu assim, em relação ao Hinduísmo (tal como o Cristianismo em relação ao Judaísmo) um ramo dissidente, uma espécie de heresia, pois, embora baseado na tradição hindu, encontrou novos caminhos de libertação. Desta filosofia resulta uma espiritualidade “mundífuga” (justamente ao contrário do Cristianismo), que todavia não o impede de se preocupar, às vezes até ao exagero, com a preservação da vida, inclusivamente dos animais mais insignificantes. A sua grande conquista foi ter conseguido quebrar o círculo vicioso das reencarnações sucessivas – que no Hinduísmo se prolongam eternamente – através da iluminação final que conduz ao Nirvana.

2. Quatro Verdades Santas, três Jóias e três Cestos de Flores

Como a seguir veremos, co-existem escolas diferentes no Budismo, mas há um fundo comum a todas elas: além da crença na libertação das reencarnações, todos os budistas aceitam as “*quatro Verdades Santas*” (por vezes

¹ Siddharta significa “aquele que atingiu o objectivo”.

² Não há nenhuma certeza histórica quanto às datas de nascimento e morte do Buda. Apenas se pode dizer com alguma segurança que ele morreu com cerca de 80 anos. Para a escola Theravâda, nasceu em 624 a.C. e morreu em 543. Outros autores propõem datas muito diferentes, tendendo hoje os investigadores para os anos 566-486, ou seja, séculos VI-V a.C.

traduzidas por “quatro nobres realidades”), as chamadas “três jóias” (também conhecidas pelos “três refúgios”) e o *triplo cesto de flores* (o cânone dos textos budistas).

As **4 Verdades Santas** dizem respeito à **dor** e foram ensinadas pelo Buda logo no seu primeiro sermão (o célebre sermão de Benares, já referido): A dor é universal, tem a sua origem no desejo, é necessário suprimi-la, e o caminho para tal tem oito ramos. Eis o texto do sermão:

Eis, ó monges, a Verdade Santa acerca da dor: o nascimento é dor, a velhice é dor, a doença é dor, a morte é dor, a união com aquilo de que não gostamos é dor, a separação daquilo de que gostamos é dor, não lograr um desejo é dor... Resumindo, as cinco espécies de objectos de apego (isto é, os cinco elementos que constituem o Eu: o corpo, as sensações, as representações, as formações e o conhecimento) são dor.

Eis, ó monges, a Verdade Santa sobre a origem da dor: é a sede (da existência) que conduz de re-nascimento em re-nascimento, acompanhada da volúpia e da concupiscência, que encontra aqui e acolá o seu prazer – a sede de gozo, a sede de existência, a sede de impermanência.

Eis, ó monges, a Verdade Santa sobre a supressão da dor: a extinção desta sede pelo completo aniquilamento do desejo, banindo o desejo, renunciando a ele, dele se libertando, não lhe deixando qualquer lugar.

Eis, ó monges, a Verdade Santa sobre o caminho que leva à supressão da dor: é este caminho sagrado de oito ramos que se chamam: fé pura, vontade pura, linguagem pura, acção pura, meios de existência puros, aplicação pura, memória pura, meditação pura.³

As **3 Jóias**, às quais todos os budistas se consideram ligados, como *caminho de salvação*, são: o Buda, o Dharma (Dharma) e a Sanga (Sangha).

O termo **Buda** significa, como vimos, “iluminado”. Trata-se de um estado a que qualquer mortal pode aceder e não, como muitas vezes erradamente se supõe no Ocidente, de uma única pessoa, com a categoria de “Deus” – até porque no Budismo nunca se fala na existência de Deus como um Ser, mas apenas no Universo, na Realidade, na Vida. Constitui portanto o Budismo um caso único de uma religião “sem Deus”, o que poderá parecer paradoxal mas, como explicámos no 1.º capítulo, pode bem classificar-se como religião, uma vez que deu origem a um culto praticado por uma comunidade de muitos milhões de pessoas (cerca de 330 milhões). Há todavia quem defenda que é apenas uma “Disciplina”⁴ ou uma “Espiritualidade”⁵.

O príncipe Siddharta nunca teve intenção de criar uma religião intitulada “Budismo” e menos ainda de se proclamar Deus. Limitou-se, após aturada busca e profunda meditação, a propôr uma via de libertação (também lhe podemos chamar “salvação”), caminho esse que partilhou com os seus discípulos, a quem ensinou o Dharma.

³ Seguimos a tradução de Henry Arvon em *O Budismo* (pp. 41-42).

Vale a pena transcrever o comentário de Jean-Noel Robert, em “O Budismo: História e fundamentos”, incluído em *As Grandes Religiões do Mundo* (p. 439): “Esta disposição da mensagem primordial do Buda em quatro partes remonta provavelmente aos métodos médicos preconizados por uma escola indiana: o primeiro movimento é a verificação da doença, depois a sua etiologia, seguidamente a possibilidade ou impossibilidade de cura e, finalmente, o tratamento que a ela leva. As referências médicas serão numerosas nas doutrinas búdicas posteriores. O próprio Buda justificara o seu pouco interesse pelas questões metafísicas comparando-se com o médico que à cabeceira de um ferido grave pouco tempo tem para se preocupar com portadores ociosos.”

⁴ “Menos ambicioso que uma religião e mais extenso que uma filosofia, o budismo é, segundo a feliz definição de La Vallée-Poussin, uma disciplina”, Henry Arvon, *O Budismo*, cit., p. 31. Na opinião do mesmo autor, “Buda rejeita a alma universal e ignora a alma individual; é neste sentido que se pode dizer que Buda deu provas de ateísmo e de materialismo.” (p. 30).

⁵ M. Jean Wu, *Para lá do Leste e do Oeste*, Paris, Tournai, Casterman, 1955.

O **Dharma**⁶, que tem sido traduzido por “Lei” e “Verdade”, constitui de facto a *Doutrina*, a qual, como vimos, assenta na eliminação de todo o desejo, considerado a causa de todo o sofrimento, condição indispensável para atingir a sabedoria e a iluminação, conseguidas através da meditação.

Finalmente, a terceira jóia é constituída pela *Comunidade* dos discípulos que atingiram as várias etapas da libertação – a **Sangha**. No princípio este termo aplicava-se a todos os fiéis, fossem monges, monjas, leigos ou leigas. Mais tarde este conceito restringiu-se às pessoas ordenadas, ou seja, monges e monjas. Nos países do Budismo Theravâda as ordens femininas acabaram mesmo por desaparecer:

*De facto, nos países do Budismo Theravâda (Sri Lanka e a maior parte do Sudeste da Ásia continental) a Ordem das monjas, em sentido estrito, extinguiu-se. Há mulheres nestes países que adoptam vidas de clausura e se comportam como monjas, mas por falta de uma tradição válida de ordenação permanecem à margem do Sangha, no sentido estrito usual. Nesses países, portanto, o termo Sangha é geralmente entendido como referindo-se apenas aos monges e noviços masculinos. Não sabemos exactamente porquê e quando a Ordem das monjas desapareceu do Ceilão medieval. As monjas estão formalmente subordinadas aos monges na Ordem; mas a sua contribuição para a vida budista e para a espiritualidade budista foi grande nos tempos antigos, tal como permanece importante actualmente nos países do Mahāyāna.*⁷

Etienne Lamotte⁸ resume assim, com bastante humor e sentido pedagógico, o papel de cada uma das três jóias do Budismo: “*O Buda é o grande médico; o Dharma é o remédio; a Sangha é a enfermeira que administra o remédio*”.

O Cânone dos textos budistas é constituído por 3 grupos de textos, conhecidos pelos **três cestos de flores** (em sânscrito, este triplo cesto é chamado *tripitaka*):

- O primeiro e mais importante é o dos *sutras*, que reúne os *ensinamentos do próprio Buda*, recolhidos, segundo se julga, pelo seu discípulo predilecto, Ananga.
- O segundo (*Vinaya*), devido também ao fundador, diz respeito à *disciplina monástica* a que são obrigados os monges.
- Finalmente, o terceiro cesto (*Abhidharma*), é a *exposição da doutrina búdica*, constituindo um repositório dos comentários e desenvolvimentos da doutrina inicial, da autoria de um grande número de monges, escrito ao longo de várias gerações, e reflectindo o ensino das várias escolas. Não se liga portanto directamente, como os anteriores, à figura histórica do Buda.

⁶ Alguns autores preferem usar o termo *Dhamma*, em vez de *Dharma*. É o caso, por exemplo, de Mōhan Wijayaratna no seu estudo “O Budismo nos países do Theravâda” incluído em *As Grandes Religiões do Mundo* (pp. 443 e sgs.). A explicação é simples: Enquanto o vocábulo “Dhamma” pertence à língua pāli e é utilizado preferencialmente na tradição Theravâda, o “Dharma” pertence ao sânscrito e é usado nas tradições Mahāyāna e Vajrayāna (Cfr. a nota de p. 15 de *Budismo*, de Richard A. Gard). Richard Gombrich, em “Introduction: The Buddhist Way”, incluído em *The World of Buddhism*, utiliza o termo sânscrito *Dharma* (pp. 9 e sgs.).

⁷ Gombrich, Richard, ob.cit., p.13.

⁸ Lamotte, Etienne, “The Buddha, His Teachings and His Sangha”, em *The World of Buddhism*, cit., p. 41.

3. As três vias ou veículos e sua implantação nas sociedades e culturas orientais

Os métodos para atingir o Nirvana divergem, segundo as escolas de pensamento, seguindo cada qual o seu “veículo” diferente. São três as escolas principais: a escola Theravâda (também chamada Hinâyâna ou do Pequeno Veículo), o Mahâyâna ou Grande Veículo, e o Budismo Lamaísta ou Tântrico (Rajvayâna).

Entre outras características comuns, as três Escolas ensinam a reencarnação (ou melhor: a transmigração das almas – *samsâra*) que segue um processo de aperfeiçoamento ou retrocesso, de acordo com o comportamento moral do indivíduo (*Carma* ou *Karman*), numa evolução que conduzirá finalmente ao *Nirvana* (e é aqui que se afasta do hinduísmo).

- O **Hînayâna**, ou **Pequeno Veículo**, representa a ortodoxia primitiva e recusa qualquer possibilidade de atingir o Nirvana sem a prática da vida monástica. A designação “Hînayâna” tem sentido pejorativo e foi inventada pelos seguidores do Grande Veículo. Os seguidores do Pequeno Veículo dividiram-se em vários ramos, a maioria dos quais já desaparecidos, subsistindo apenas praticamente a tradição ou escola *Theravâda* (“doutrina dos Antigos”, em língua páli).
- O **Mahâyâna**, ou **Grande Veículo**, data do princípio da era cristã, embora os seus fundamentos possam encontrar-se em época mais recuada, no cisma dos “Mahâsanghika” (245 a.C.), um ramo antigo do Pequeno Veículo, no tempo do imperador indiano Açoka (274-236).

O Grande Veículo “*admite como autênticos os sutras (textos atribuídos ao próprio Buda) posteriores ao 1.º Concílio, reconhece aos leigos a possibilidade de atingir o Nirvana, e apresenta como ideal não apenas o nirvana individual, mas o desejo de ajudar os outros a atingi-lo. Deste último ponto nasceu a ideia de uma intercessão e o culto prestado ao Buda e aos santos, os bodhisattva. Desenvolve-se toda uma mitologia, com múltiplos budas divinizados. Entre os mais venerados contam-se Amitâbha ou Amida, “buda da luz infinita”, e Avalokitêçvara, “buda da misericórdia” que, para os Chineses e os Japoneses, se reveste de traços femininos sob o nome de Kwan-Yin ou Kwannon*”⁹.

Os “bodhisattvas” são aqueles que se encontram no último estágio de perfeição antes de chegar à iluminação total (estado de “Buda”) mas que decidiram permanecer assim durante um longo período, para se devotarem a ajudar todos os seres e a auxiliarem os crentes a percorrer o seu próprio caminho. São por vezes chamados os “santos” do Budismo e a sua actuação lembra muito a intercessão dos santos da Igreja Católica. É neste sentido que o Dalai Lama do Tibete escreveu, a propósito de Madre Teresa de Calcutá, que “*do ponto de vista budista, ela podia ser considerada uma Bodhisattva*”¹⁰.

⁹ Cfr. a “introdução ao Budismo” (pp. 136-138) da enciclopédia *Bilan du Monde*, que inclui uma excelente cronologia da História do Budismo. A deusa Kwan-Yin é conhecida em Macau e em toda a China onde se fala o cantonense, por **Kun Yam**. No sistema oficial de transcrição fonética (o Pin Yin) é designada por **Guan Yin**.

¹⁰ Dalai Lama, *Liberdade no Exílio (autobiografia)*, ed. Inquérito, Lisboa, 1990, p. 261.

Há pois que distinguir entre Budas e bodhisattvas pois, ao atingir a última etapa, desaparece esta função de intermediário. No texto acima transcrito, de *Bilan du Monde*, Avalokitésvara é classificado como Buda quando, na realidade, se trata de um bodhisattva, ao mesmo nível do Maitreya (uma espécie de Messias que sucederá a Shakyamuni) e de Mañjusri, o bodhisattva da sabedoria.

*Os Srāvakas, i.e., ‘os Ouvintes’, os primeiros discípulos do Buda, só pensavam em libertar-se eles próprios do mundo para entrar no Nirvana o mais depressa possível; o Mahāyānista aspira a tornar-se Buda e atingir a onisciência a fim de se dedicar ao bem estar e felicidade de todos os seres.*¹¹

O Mahâyâna é o ramo budista mais numeroso, embora não se possa fazer uma quantificação exacta.

- A terceira Escola é a do **Veículo Tântrico**, nascida no Norte da Índia, no séc. VI. É o **Vajrayâna** (Yâna significa “via” ou “veículo”; vajra traduz-se por “diamante” ou “raio”. É, pois, o “veículo do diamante”), conhecida também pelo “budismo **lamaísta**”.

O **tantrismo**¹² que, na sua doutrina, incorporou ritos herdados do hinduísmo, assenta em rituais mágicos, na recitação dos *mantra* (fórmulas com poder mágico em que entram apenas as sílabas “om” e “aum”), na meditação centrada sobre os *yantra* (diagramas igualmente mágicos, com triângulos, círculos e semicírculos que evocam, no budismo tântrico, as pétalas do lótus – flor que é o emblema da espiritualidade), e ainda na meditação através dos *mandala* – círculo, em sânscrito (diagramas místicos, cósmicos e mágicos, em que os quadrados e círculos concêntricos desempenham também um importante papel de suporte para a meditação).

O Lamaísmo dá grande importância à execução de certos gestos rituais (*mudrã*), como a prostração, as posições de oração, o rodar dos “moinhos de orações”, etc..

Os mosteiros abrigam milhares de monges, celibatários, vivendo em comunidades de trabalho, de oração e de estudo (alguns são verdadeiras Universidades, com métodos pedagógicos muito próprios, que lembram as nossas sabatinas). Aos monges o Buda não permitiu que possuíssem mais de 8 objectos, uma lista que foi alargada para 13 no caso dos monges das regiões de clima muito rigoroso, como a China e o Tibete. Desta lista constam sapatos, tapetes para se sentarem, duas toalhas brancas, um manto, um bordão, uma tijela de esmolas, um filtro para evitar que o monge destrua os organismos vivos ao beber, uma lâmina, agulha e linha e um cinto. Actualmente, dados os condicionalismos da vida moderna, os monges diminuíram bastante estas restrições.

¹¹ Etienne Lamotte, “Mahāyāna Buddhism”, in *The World of Buddhism*, cit., p. 90.

¹² Nome derivado dos “tantra”, palavra sânscrita que significa “trama”, “uso”. Os tantra “são livros de doutrina da Índia, formados por compilações muito variadas de especulações, de crenças, de ritos, de símbolos, de ensinamentos secretos, de práticas mágicas, etc.” (cfr. Marguerite M. Thiollier, *Dicionário das Religiões*).

Entre os seus lugares de culto, são famosas as *stupas*, monumentos contendo relíquias de monges famosos ou do próprio Buda, cuja forma original representa simbolicamente a tigela de esmolas do Buda, invertida sobre a sua túnica dobrada. Esta calote é encimada por um cubo com 4 faces voltadas para os respectivos pontos cardeais, com os olhos do Buda pintados, dominando o horizonte e completados pelo “olho da sabedoria” no meio da testa. Por cima há ainda vários andares circulares, decorados como grandes guarda-sóis, que representam as virtudes ensinadas pelo Buda, servindo assim de menemónica e objecto de meditação. Estes guarda-sóis foram evoluindo na China e Japão para formas de telhados ponteados e arrebentados, transformando-se nos conhecidos “pagodes”. Os fiéis vão circulando em torno, fazendo rodar os moinhos de orações, detendo-se diante das imagens colocadas nos quatro pontos cardeais. Se o rito for funerário, a circulação é feita em sentido inverso. Segundo a lenda, o grande imperador budista indiano Açoka teria erigido 84.000 *stupas*¹³.

¹³ Lal Mani Joshi, “The Monastic Contribution to Buddhist Art and Architecture”, in *The World of Buddhism*, cit.

Além da incorporação do tantrismo, a originalidade do lamaísmo, em relação às outras duas vias, consiste em afirmar que as paixões não são más em si mesmas, podendo ser utilizadas para atingir a “iluminação”, desde que sejam controladas por meio de determinadas técnicas de ascese que os monges foram desenvolvendo.

Vale a pena referir, no entanto, que há estudiosos do Budismo que aceitam apenas a existência de duas vias, considerando o veículo tântrico como um simples ramo do Māhayāna.

Além de vários congressos internacionais, tiveram já lugar seis *concílios* budistas, dos quais os três primeiros na Índia: Nos arredores de Rājagriha, numa gruta (473 a.C.), em Vaiçali (363 a.C.) e em Pāliputra (245 a.C., convocado pelo imperador budista Açoka); o 4.º teve lugar em Ceilão (a actual Sri Lanka, em 80 a.C.); o 5.º, muito mais tarde, em Mandalay, na Birmânia (1871) e o 6.º, também na Birmânia, em Rangun, em meados do século XX (1954).

4. **Percurso histórico e situação actual**

4.1 *A Doutrina dos Antigos (Escola Theravāda ou do Pequeno Veículo)*

É a forma de Budismo mais comum no Sri Lanka, Birmânia, Tailândia, Laos e Cambodja. Na China é seguido por cerca de um milhão (talvez mesmo um milhão e meio) de crentes, pertencentes a várias minorias étnicas.

4.1.1 Índia

A pátria do Budismo encontra-se hoje curiosamente reduzida a pouco mais de 4 milhões de fiéis (a maioria dos quais no Norte de Bengala e em Assame), num país que conta para cima de 800 milhões (algo de semelhante aconteceu ao Cristianismo em relação à Palestina, como vimos).

Conheceu grande desenvolvimento no tempo do rei Açoka (séc. III a.C.) o qual, após a sua conversão (que se seguiu à sangrenta conquista de Kalinga), instaurou um reino de tolerância e de paz, recomendando aos seus súbditos que substituíssem as conquistas das armas pelas conquistas da Lei, e enviou missionários budistas a todos os países vizinhos, com grande êxito. Foi a partir deste monarca que o Budismo ascendeu à categoria de religião “universal”. Dominada mais tarde pelos gregos (cujos cânones artísticos vieram a influenciar fortemente a arte budista), esta religião atingiu o seu apogeu no séc. V d.C., começando a perder importância três séculos depois, devido à contra-reforma bramânica. Mas “*é a invasão muçulmana que traz à doutrina o golpe mortal. Em 1193, Ikhtiyar-uddin Mohamed Bakhtyar toma de assalto a capital do Biar, destrói os mosteiros e massacra os monges. É assim que termina a carreira indiana do Budismo, que se estende por cerca de quinze séculos*”¹⁴.

¹⁴ Henry Arvon, *O Budismo*, cit., p. 91.

Como principais razões para o declínio do Budismo na sua terra de origem, apontam-se o comportamento cada vez menos ascético dos monges, a contaminação da doutrina pelo Hinduísmo e pelo Shaktismo (culto das divindades femininas) e algumas perseguições sangrentas de que foi vítima.

4.1.2 Sri Lanka

Os budistas, com os seus 20.000 monges, constituem 70% da população deste país que conta com perto de 18 milhões de habitantes. Considerada a região de mais estrita observância da doutrina dos Antigos, mais austera e ascética do que as restantes, terá sido nesta ilha (antigo “Ceilão” para os Portugueses, “Taprobana” para os Romanos e “Serendib” para os comerciantes muçulmanos) que nasceu e se consolidou a escola Theravâda, irradiando depois para o Sudeste Asiático, nomeadamente para a península da Indochina. A conversão do Sri Lanka deve-se ao grande imperador budista indiano Açoka que enviou à ilha o seu próprio filho Mahendra, há mais de 2.000 anos.

A cultura da sociedade singalesa, desde a literatura à arte e à arquitectura, encontra-se fortemente impregnada pelos princípios budistas, sendo muito numerosos os templos, stupas, festas do calendário oficial, etc. O templo mais famoso, situado na cidade planáltica de Kandy, é o “Templo do Dente

¹⁵ Os portugueses afirmaram ter roubado este dente para o queimarem na praça pública em Goa. Os budistas singaleses contrapõem que os lusitanos terão sido enganados e que o verdadeiro dente permaneceu em Ceilão. Fosse como fosse, o importante é o culto que se lhe presta, com milhares de visitantes diários (fiéis e turistas), que assistem às 3 ruidosas procissões dirigidas pelos monges.

do Buda”, onde se venera 3 vezes por dia esta relíquia¹⁵. Uma vez por ano tem aqui lugar o grande e colorido desfile do *Perahera*, em que o dente é transportado através da cidade num cofre sobre o dorso de um elefante ricamente ajaezado, precedido de outros 50 paquidermes e seguido por uma enorme multidão em festa.

A quase totalidade dos budistas pertence à maioria étnica singalesa (74% da população) enquanto os Tamil, de religião hindu e que falam uma língua diferente, não vão além dos 18%. O conflito armado que opõe as 2 etnias desde 1983 tem feito dezenas de milhares de vítimas (mortos, deslocados e refugiados), sendo de sublinhar o incitamento à violência da responsabilidade de alguns monges budistas, muito influentes junto do Governo e com larga intervenção na política, o que vem ao arrepio dos preceitos de não violência do fundador e da maioria das comunidades budistas no mundo e no próprio Sri Lanka, que são normalmente pacíficas.

Pode dizer-se que o *movimento modernista* do Budismo teve também aqui a sua origem, nascido da conciliação entre o espírito nacionalista e o desejo de restaurar o antigo prestígio e pureza da religião, com o apoio prestado por estrangeiros convertidos. Ensinaram-se as antigas técnicas de meditação, abriram-se escolas nos mosteiros a que os leigos têm acesso e fundaram-se as primeiras organizações internacionais, com o objectivo de unir os budistas de todos os países. A 1.^a organização internacional foi a Maha Bodhi Society, fundada em 1891 por Anagãrika Dharmapãla, um dos responsáveis pelo ressurgimento do Budismo. Para a sua clarificação como sistema integrado de pensamento contribuíram decisivamente alguns dos convertidos ocidentais que visitaram ou mesmo se radicaram no Ceilão.

4.1.3 Birmânia (Myanmar)

O Budismo fez a sua entrada na Birmânia por volta do séc. II a.C. (reino do Pegú), também como consequência da missionação dos enviados de Açoka, e acabou por ser a religião dominante. Actualmente, dos 41 milhões de pessoas que vivem neste imenso país, 36 milhões são budistas (ou seja, 88%).

Oprimidos pelo actual regime militar (o SLORC – State Law and Order Restoration Council), que instituiu um estado de terror, centenas de monges foram presos juntamente com os elementos da oposição que vencera as eleições – a Liga Nacional para a Democracia, liderada por *Aung San Suu Kyi*, prémio Nobel da Paz, a qual continua a viver em regime de prisão domiciliária – em Maio de 1990. Em Agosto, os monges budistas de Mandalay recusaram as esmolas dos soldados e deixaram de assegurar serviços religiosos para eles e suas famílias. Como represália o Exército ocupou, a 6 de Outubro, 133 mosteiros budistas onde viviam 80.000 bonzos...

Embora menos tensa, a situação política de ditadura militar ainda se mantém neste país onde a religião oficial foi sempre o Budismo.

4.1.4 Tailândia

A Tailândia (antigo Sião), com 54 milhões de habitantes, é o único reino budista actualmente. Quase toda a população segue o Budismo Theravâda (93,7%), sendo muito grande a sua influência em todos os sectores da vida (social, económica, política, etc.). Tal como na Birmânia, é habitual, por exemplo, que os jovens passem um período da sua vida como monges, o que faz parte da sua formação, mas não são obrigados a permanecer. Isto ajuda a compreender a enorme quantidade de monges existente no país: 150.000!

O diálogo com as outras religiões, nomeadamente Cristianismo e Islamismo, nem sempre tem sido fácil, mas as relações têm vindo a tornar-se cada vez mais cordiais nos últimos 10 anos, devido às obras sociais sustentadas pelas Igrejas e aos encontros frequentes entre os seus responsáveis.

4.1.5 Laos

Mais de metade da população deste martirizado país segue também a doutrina budista do Pequeno Veículo. São cerca de 2 milhões e meio, ou seja, perto de 60% de um total de 4 milhões. Os outros 40% são animistas, constituindo os católicos e protestantes uma insignificante minoria de 2%. Deve referir-se, no entanto, que as estatísticas deste país (como, aliás, as da Birmânia) são muito pouco seguras.

O Laos está ainda convalescente das sucessivas guerras de que tem sido vítima, devido sobretudo à sua situação geográfica, sem saída para o mar, apertado entre a China, o Vietname, a Tailândia, a Birmânia e o Cambodja, o que fez deste país um dos mais pobres do mundo.

4.1.6 Cambodja (Kampuchea)

Dos 8 milhões de habitantes 6,5 são budistas. A situação política, ainda bastante instável, parece apresentar agora tendência para recuperar, com a rendição dos Kmers Vermelhos e a reorganização operada pela UNTAC (Autoridade Provisória da ONU para o Cambodja).

De 1975 a 1979 foram suprimidas todas as formas de religião e todos os lugares de culto arrasados, durante o genocídio levado a cabo pelos Khmers Vermelhos – um dos maiores genocídios da História da Humanidade. Em 1989 o Budismo voltou a ter o estatuto de *religião nacional*, iniciando uma recuperação lenta neste país totalmente destruído.

4.1.7 China

Adiante daremos uma breve panorâmica da história do Budismo no Império do Meio, quase toda referente ao Mahâyâna. No que toca ao Hînayâna (ou Theravâda), teve aqui sempre uma expressão mais reduzida, circunscrevendo-se às minorias étnicas que habitam a SW, nas províncias de Yunnan (*Dai, Blang, Benglong, Lahu, Va, Naxi, Jingpo e Achang*) e Guangxi (*Mulam*), e a NE – minoria *Coreana*, ao longo da fronteira com a Coreia do Norte (províncias de Jilin, Heilongjiang e Liaoning) e na Mongólia interior.

Em termos quantitativos não deverão exceder um milhão e meio a dois milhões, de acordo com as estimativas oficiais¹⁶ (às quais os especialistas põem sempre reservas, considerando-as subestimadas para que as nacionalidades não se apercebam da sua própria força, o que acontece sobretudo com os muçulmanos):

Os *Dai* (1.025.400), *Blang* (82.400) e os *De'ang*, também designados *Benglong* (15.000) são praticamente todos budistas. Os restantes povos compartilham outras religiões, não havendo dados exactos sobre as respectivas proporções. A explicação oficial é a de que “o governo da nova China nunca exigiu aos povos que registassem a sua fé religiosa, e por isso é difícil de estimar esta proporção”¹⁷.

Em valores globais, as estimativas apontam para: *Coreanos*: 1.923.400; *Lahu*: 411.500; *Va*: 352.000; *Naxi*: 278.000; *Jingpo*: 119.300; *Mulam*: 160.600; *Achang*: 27.700.

4.2 O Grande Veículo (Mahâyâna)

Ao Grande Veículo pertence a maior parte dos budistas chineses (da maioria Han), bem como as comunidades da Coreia, Japão¹⁸, Taiwan, Vietname e, de um modo geral, as comunidades de etnia chinesa espalhadas pela Ásia (Malásia, Singapura, Indonésia, Brunei, Hong Kong, Filipinas, Macau, etc.).

¹⁶ *Questions and Answers about China's National Minorities*, ed. New World Press, Pequim, 1985, apêndice II.

¹⁷ *Questions and Answers about China's National Minorities*, cit., p. 69.

¹⁸ No Japão predomina o ramo nascido da seita **Chan** (Chan é a transliteração da palavra sânscrita **dhya**na, que significa “meditação”), que surgiu na China no séc. VI, passando ao Japão seiscentos anos depois, sendo então pronunciado **Zen**, à maneira japonesa. Centra-se na meditação (Zazen), durante a qual pode surgir a iluminação, como uma inspiração súbita. Os budistas Zen são cerca de 10 milhões.

4.2.1 O Budismo na China (R. P. C. e Taiwan)

À semelhança do Cristianismo e ao contrário do que geralmente se pensa, a implantação do Budismo na China nem sempre foi fácil, tendo sofrido frequentemente a oposição, tanto de confucionistas como de taoistas. Tal oposição ficou sobretudo a dever-se ao carácter proselitista do Budismo, cujos monges, tal como os missionários católicos do séc. XVI, se esforçaram sempre por conquistar novos adeptos – o que não aconteceu nem com o Islão (que é por natureza proselitista, mas foi muito moderado na China) nem com os primeiros cristãos nestorianos. De facto, tanto uns como outros se instalaram na sequência dos movimentos de populações da Rota da Seda, os primeiros entre as minorias do Ocidente chinês e os segundos reduzidos a uma vida monástica, na época dos Tang.

O Budismo – sobretudo o Mahâyâna, ou do Grande Veículo, que se implantou no seio da maioria Han – encontrou a resistência de uma cultura fortemente estruturada, com base no Confucionismo e no Taoismo e viu-se assim na necessidade de se sinizar¹⁹. Um processo lento, que levou mais de um milénio, durante o qual as escrituras e tradições orais budistas importadas da Índia foram traduzidas para chinês, muitas vezes recorrendo a vocábulos e conceitos taoistas e confucionistas, o que acabou por tornar mais fácil a sua aceitação.

As traduções das Escrituras budistas, tanto da escola Theravâda como do Mahâyâna, foram efectuadas por monges, a partir do sânscrito e do pali. Entre os mais eruditos (os quais, normalmente, eram auxiliados por uma equipa) contam-se o famoso Dharmaraksa (232-309), Faxian (monge chinês que se deslocou à Índia em 399, à frente de um grupo de outros religiosos), Kumârajîva (344-415) e o extraordinário Xuanzang (602-664), um monge erudito chinês que, após regressar da Índia a Changan (Xi'an), trazendo consigo milhares de sutras, traduziu durante 18 anos mais de um quarto de todos os sutras budistas indianos (1.338 capítulos)²⁰. A gesta da sua peregrinação foi romanceada na famosa *Peregrinação ao Ocidente*, escrita por Wu Cheng'en 900 anos mais tarde, segundo a qual Xuanzang teria vencido enormes perigos graças à ajuda dos seus três companheiros – o rei dos macacos, um porco e o monge da areia.

O êxito da implantação do Budismo na China parece dever-se a quatro factores essenciais:

- a sua *independência* em relação a um poder central exterior ao País (ao contrário dos jesuítas, por exemplo), o que lhes dava grande liberdade de movimentos e facilidade de adaptação (mesmo em matéria de doutrina);
- a *proliferação dos mosteiros*, devida ao facto de os monges serem mendicantes, constituindo, nessa perspectiva, pequenas sociedades

¹⁹ E convém não esquecer que o próprio Budismo era, por sua vez, um corpo de doutrina antigo e também solidamente estruturado, pois tinha já cerca de 600 anos quando entrou na China. Apesar de Buda e Confúcio terem sido contemporâneos, as duas escolas de pensamento só vieram a encontrar-se por altura do séc. I d.C., ou ligeiramente antes. Segundo a lenda, os primeiros missionários budistas, vindos da Índia, teriam sido convidados pelo imperador Mingdi, na sequência de um sonho em que vira um gigante dourado entrar no seu palácio – o qual, de acordo com a interpretação dos seus sábios, seria o próprio Buda em pessoa.

²⁰ Segundo Jacques Gernet, em *O Mundo Chinês*, eram, ao todo, 5.084 capítulos. Para traduzir os restantes 3.746 foram necessárias 185 equipas de tradutores, trabalhando durante 6 séculos...

Xuanzang foi contemporâneo de Alopen, durante a dinastia Tang, tendo empreendido a sua peregrinação ao ocidente em 629, apenas meia dúzia de anos antes da chegada daquele monge nestoriano a Xi'an.

economicamente parasitárias. Quando a povoação atingia o limite da sua capacidade para sustentar mais monges, os excedentários partiam para outro local, normalmente situado junto das rotas das caravanas ou dos grandes aglomerados, onde fundavam novo mosteiro. E assim sucessivamente...;

- a *sinização* operada, tanto pela tradução dos textos para chinês, como pela absorção de tradições, crenças e práticas autóctones, como ainda pelo facto de os monges não serem estrangeiros, atraindo para os conventos os jovens das populações locais;
- e, finalmente, porque o Budismo, sendo muito exigente nas suas práticas ascéticas e de culto para os monges e monjas, era, pelo contrário, bastante *tolerante em relação aos leigos*, a quem impunha obrigações muito ligeiras, o que tornava mais fácil a sua aceitação.

Para o Budismo dos primeiros séculos, os períodos de relativa prosperidade (entre os quais os das dinastias mongóis e manchus, não-chinesas, com uma cultura muito menos coesa) alternaram com outros difíceis, surgindo épocas de verdadeira perseguição (entre 414 e 455, em 573, em 845, etc.).

A partir do séc. IX começou a verificar-se uma diminuição de importância desta religião no meio social chinês, acabando por ser quase aniquilada no período maoísta. Tal como aconteceu com os cristãos e muçulmanos, os monges e monjas foram presos, deportados ou condenados a trabalhos forçados (reeducação pelo trabalho) durante a Revolução Cultural, e a maior parte dos seus templos saqueados e destruídos.

Em 1953 foi criada a *Associação dos Budistas da China*, a primeira das Associações “Patrióticas”, a que se seguiu a dos cristãos protestantes (1954) e as dos taoístas e católicos (1957).

Visto assim, muito rapidamente, o percurso histórico do Budismo na China, é altura de nos debruçarmos sobre a sua situação actual (número e distribuição geográfica dos fiéis, grupos étnicos que o adoptaram e perspectivas de desenvolvimento):

Após a Revolução Cultural, com o advento da era de Deng Xiao Ping, a situação deste ramo – o mais numeroso, integrado por crentes da maioria *Han* – melhorou consideravelmente. Se aceitarmos as estatísticas de “Églises d’Asie” (*Regard sur l’Asie*, Paris, 1991), serão cerca de **140 milhões** os budistas chineses Mahâyâna, uma vez que a escola Theravada não excede um milhão e meio, e o Budismo Lamaísta (Tibete, Mongólia) andarà pelos 10 milhões.

Mais do que atrair um grande número de fiéis, a preocupação da Associação Budista parece orientar-se de preferência para a recuperação dos mon-

ges e monjas, bem como do seu património espiritual e material (livros, imagens, templos).

*Hoje na China existem 4.000 templos oficialmente abertos e lugares de actividade religiosa, onde vivem mais de 30.000 monges, todos levando uma vida religiosa normal (...) Um dos quatro grandes lugares sagrados do budismo da China, a montanha de Jiuhua, foi aberto oficialmente em 1978 e até 1986, foram restaurados 82 templos (90% do total dos existentes antes da “revolução cultural”), com mais de 300 monges e monjas”.*²¹

Entre os mais famosos, foram restaurados o templo do Cavalo Branco, em Luoyang (Província de Henan), considerado o mais antigo da China (séc. I), e os das cinco *montanhas sagradas* (assim consideradas tanto pelos budistas, como pelos taoistas e confucionistas, que aí têm também alguns dos seus templos mais importantes): os montes *Tai*, a leste (província de Shandong), *Hengshan*, ao norte (prov. Shanxi e Hebei), *Songshan*, na região central (prov. Henan), *Hengshan* ou *Tianzhu*, ao sul (prov. Hunan) e *Huashan*, a oeste (prov. Shaanxi). Estas “montanhas sagradas” estão profundamente ligadas à história da China, tendo sido visitadas como lugares de culto por muitos imperadores, e cantadas pelos poetas mais famosos²².

Foram ainda recuperados locais de grande valor artístico, como as estátuas de pedra de Dazu e o grande Buda Leshan, na Província de Sichuan.

Apesar deste indesmentível apoio, muitos budistas reclamam pela facto de não poderem dispôr dos templos para fins estritamente religiosos, vendo-os ser utilizados sobretudo para efeitos culturais e turísticos.

*A vitalidade dos templos budistas é apreciada frequentemente pelo seu contributo para a sociedade. Em Zhejiang, entre 1988 e 1990, estatísticas por defeito demonstram que os templos Budistas deram mais de dois milhões de “yuan” e de 10.000 “jin” de alimentos e para cima de 1.000 peças de roupa aos necessitados.*²³

Jean Charbonnier completa este quadro com um excelente resumo²⁴:

A vida religiosa propriamente budista é apanágio sobretudo dos monges e monjas. Os seus dias são ritmados pelo salmodiar dos sutras, apoiado pelo martelar regular no peixe de madeira. Num certo número de templos podem encontrar-se grupos de jovens em formação: mosteiro de Qixia, perto de Nanquim, mosteiro de Putuo shan (montanha de Putuo) em Zhejiang, Templo dos Lamas em Pequim, comunidade de jovens noviços perto de Chengdu, em Sichuan. Um Instituto de estudos budistas foi aberto no final de 1986 na zona económica especial de Xiamen, com um programa de formação de quatro anos, para 130 jovens e 70 raparigas. Ali se estuda não apenas o budismo, mas também a política, as línguas estrangeiras. Praticam-se também desportos e caligrafia. Um Instituto deste género existia já em Pequim no Fa Yuan si, templo da origem do dharma. Célebres

²¹ Peng Jianqun, “Zhao Puchu fala sobre o Budismo na China”, em *China em Construção*, Setembro de 1987.

²² A revista mensal CHINA TOURISM (Hong Kong) publicou, no seu n.º 160, de Outubro de 1993, um completo dossier sobre *As quatro grandes montanhas Budistas* (Wutai, Jihua, Putuo, Emei) e no n.º 176, de Março de 1995, outros excelentes artigos, também com belas fotografias, sobre as cinco montanhas sagradas. No mês seguinte (n.º 177) saiu novo artigo sobre outra montanha sagrada do Budismo, o monte *Jizu*, ao sul, na província de Yunnan (compartilhado também por taoistas e outra religião local antiga, não identificada).

Em *Religion in China – 100 Questions and Answers*, respondendo à pergunta n.º 56 (onde ficam os santuários budistas mais famosos e os mosteiros e templos mais antigos da China?), aparece uma descrição muito completa de todos estes lugares (pp. 76-81), começando por afirmar que “os quatro santuários budistas mais famosos são o Monte Wutai, na Província de Shanxi, Monte Emei na Província de Sichuan, Monte Putuo, na Província de Zhejiang, e Monte Jinhua, na Província de Anhui”.

²³ Edmund Ryden, S. J., “Religions in China Today”, in *Correspondence*, Manila, 1991, p. 12.

²⁴ *La Chine sans muraille (Heritage Culturel et Modernité)*, Le Sarment, Librairie Arthème Fayard, Paris, 1988, p. 211.

mosteiros reconstituem as suas bibliotecas. No templo do Buda de jade, em Xangai, milhares de livros escaparam às destruições da Revolução Cultural. Em Putuo shan, pelo contrário, é necessário reproduzir pacientemente os textos mais preciosos reduzidos ao estado de fragmentos. Estudos escriturísticos, históricos e filosóficos assinalam um renascimento do budismo chinês talvez mais significativo do que o recomeço das devoções populares.

Assinale-se ainda, no que toca à formação, a actividade da Academia de Budismo (criada em 1956, no velho templo de Fayuan, em Pequim, e encerrada nos 10 anos da Revolução Cultural), a qual, depois da sua reabertura, já formou mais de uma centena de alunos. Há cerca de dez anos a Academia abriu duas filiais, uma na montanha de Lingyan (Suzhou) e outra na montanha de Qixia (Nanquim).

Hoje, existem 10 instituições de ensino do budismo na China, com mais de 600 estudantes, além de cursos organizados pelos templos de influência nacional. Em 1987, foi criado o Instituto de Estudos do Budismo (...) Simultaneamente foi reabilitado e criado o arquivo de livros e relíquias culturais do budismo na China, a revista “Fayin”, departamento de gravação de sutras de Jinling, em Nanquim e outros órgãos culturais budistas. Foram publicados entretanto mais de 180 sutras e clássicos budistas.²⁵

²⁵ Peng Jianqun, Zhao Puchu, cit., p. 17.

A Associação dos Budistas da China mantém também contactos com associações congéneres, sobretudo de países do Sudeste asiático.

Apesar de todas estas actividades e tentativas de revitalização do Budismo chinês, a verdade é que os números acima indicados têm muito pouca expressão num país com mil e duzentos milhões de habitantes. A influência do Budismo na vida social desapareceu em larga medida, ultrapassada pelas antigas e novas ideologias (confucionismo, comunismo, capitalismo), pelo que as previsões dos sinólogos e estudiosos do Budismo (como Erik Zürcher, por exemplo) são pouco animadoras em relação ao futuro. Seja como for, o que parece mais provável é que esta religião jamais voltará a recuperar a importância que teve em épocas como a da dinastia Tang, em que atingiu verdadeiramente o seu apogeu.

Quanto a **Taiwan**, a situação do Budismo reflecte também as muitas vicissitudes por que passou esta ilha Formosa ao longo dos séculos. Os primeiros ocupantes terão sido as tribos aborígenes proto-malaias, cuja instalação se processou entre 7000 e 1500 antes da era actual. As primeiras migrações chinesas para a “ilha selvagem do Oriente” (Taiwan) tiveram lugar entre os séculos X e XII (chineses *Hakkas* da China central), os quais foram mais tarde (séc. XIII) empurrados para as montanhas pelos *Hokklos* (sul da China). Depois da chegada dos portugueses à ilha (1590) seguiram-se japoneses, espanhóis e holandeses. Estes foram expulsos pelo famoso corsário chinês Koxinga, em 1662, o qual fundou o “Reino Cheng”, de curta

duração (duas décadas), logo dominado pelos manchus. Entre revoltas e ocupações (a mais importante e duradoura das quais, pelos japoneses), a ilha acabou por ser invadida, em 1943, pelas tropas de Chiang Kai Chek, na sua fuga à perseguição do exército comunista de Mao Tse Tung. Os militares e civis que nessa altura desembarcaram eram cerca de dois milhões, contando-se entre eles muitos budistas. Actualmente a ilha mantém a sua autonomia face à República Popular da China, embora esta continue a considerá-la uma das suas províncias, o que dá origem a frequentes manobras militares e ameaças de invasão. De qualquer modo, as relações comerciais e outras foram praticamente restabelecidas, havendo contactos entre religiosos das duas margens do canal.

A maioria da actual população pratica uma espiritualidade confucionista, reconhecida pelo governo como oficial, sendo os Budistas do Grande Veículo estimados em cerca de 3 milhões e meio (17,3% da população). O êxodo rural para as regiões industrializadas tem causado bastantes dificuldades, afectando por igual as várias confissões religiosas.

4.2.2 O Grande Veículo na Coreia

O Budismo fez a sua entrada na península da Coreia, então dividida em três reinos independentes, no século IV, vindo da China. Mais tarde, foi daqui que partiu para o Japão, levado pelos monges coreanos.

Penetrou no reino de Koguryo, a norte, onde se tornou religião oficial em 392; nos reinos de Paekche, a sudoeste, e Silla, a sudeste, entrou pela mão dos missionários chineses vindos da corte de Nanquim, respectivamente em 384 e 528.

Na Coreia, tal como aconteceu mais tarde no Japão, o Budismo funcionou não apenas como um movimento religioso, mas também como uma grande força civilizadora – um canal através do qual a cultura Chinesa foi introduzida numa sociedade tribal primitiva. A sua contribuição mais importante neste campo foi sem dúvida a introdução da escrita Chinesa, a qual permitiu aos Coreanos absorverem a grande tradição da literatura clássica Chinesa. A adopção do Budismo como religião oficial do estado nos três reinos Coreanos implicou também, sem dúvida, a sua predisposição para absorver a cultura Chinesa como um todo”.²⁶

O triunfo do Confucionismo na China durante as dinastias Ming e Qing alastrou aos outros países do sudeste asiático de influência cultural chinesa, tais como a Coreia, Japão e Vietname. Durante a dinastia Yi (1392-1910) o Confucionismo tornou-se a ideologia dominante, remetendo o Budismo para os campos e os estratos mais incultos da população, num declínio que não parou de se acentuar até aos nossos dias.

²⁶ Erik Zürcher, “‘Beyond the Jade Gate’: Buddhism in China, Vietnam and Korea”, in *The World of Buddhism*, cit., p. 202.

Apesar disso, pode dizer-se que cerca de metade da população da Coreia do Sul (estimada em 43 milhões) segue o Grande Veículo, quer se afirme explicitamente budista (11 milhões de crentes, correspondentes a 26% da população) quer se confesse simultaneamente confucionista (24%), de acordo com a sua prática de sincretismo habitual.

Quanto à Coreia do Norte, separada após a guerra de 1950-1953 e transformada no último baluarte comunista, não há informação credível.

É interessante verificar a expansão do Cristianismo na Coreia do Sul²⁷, onde atinge neste momento cerca de 18% da população (2,75 milhões de católicos e 5 milhões de protestantes), com profunda influência na evolução democrática e modernização do país. Refira-se ainda o fenómeno do rapidíssimo crescimento da seita sincretista fundada por Sun Myung Moon, conhecida pela “Igreja da Unificação”, com 3 a 4 milhões de adeptos, metade dos quais fora da Coreia, espalhados por uma centena de países, com destaque para o Japão e Estados Unidos da América.

²⁷ Para as origens da Igreja Católica na Coreia, veja-se o excelente estudo de Juan Ruiz de Medina S. J., *The Catholic Church in Korea (its origins, 1566-1784)*, ed. Istituto Storico S. I., Roma, 1991.

4.2.3 O Budismo japonês

O Budismo entrou no Japão através da Coreia, como acima referimos. Em 552 o rei de Paekche (Paekche) enviou uma embaixada ao imperador do Japão, levando, entre outros presentes, imagens e textos budistas. A corte adoptou rapidamente a nova mensagem, a qual começou por ser apanágio das classes mais cultas. Só mais tarde haveria de se estender a todas as camadas da população.

A partir do séc. IX dá-se praticamente a fusão com o Xintoísmo, a religião nacional japonesa, sincretismo que foi bastante facilitado pela fraca estrutura do Xintô (limitado a cultos locais de divindades da natureza – os *kamis*, ao culto dos antepassados e do Imperador), ao contrário do que sucedera na China com o Confucionismo e Taoísmo.

Desde meados do séc. XVII, porém, assiste-se a uma gradual diminuição da importância do Budismo, em favor do Xintoísmo, o qual se mantinha estreitamente ligado ao poder imperial. A tal ponto que o imperador Meiji, responsável pela abertura moderna do Japão, proclamou em 1868 o Xintoísmo como religião oficial do Estado, despojando ao mesmo tempo os budistas dos seus mosteiros e santuários e perseguindo os “cristãos ocultos”, cuja existência só fora descoberta pouco antes. Dezasseis anos depois, porém, esta disposição foi anulada e em 1889 o Imperador restituiu a liberdade a todos os cultos.

Um fenómeno característico do budismo japonês é o seu fraccionamento em diversas seitas, todas imbuídas de forte espírito nacionalista, destacando-se

o budismo *zen* (uma técnica de meditação – ou melhor, de “não-meditação”, para libertar o espírito, largamente praticada pela classe guerreira dos samurais, que inspirou o seu código de honra – *bushido* – onde o desprezo pela morte anda ligado à crença na reencarnação), e as seitas amidistas (de *Amitâbha*, que em japonês deu *Amida*).

Após a invasão da China em 1937 e durante a segunda guerra mundial, o Budismo foi muito vigiado pelo governo, devido ao facto de colocar os seus ideais acima da autoridade suprema do Imperador, chegando mesmo a ser aprisionados os membros mais influentes da única seita que se lhe opôs abertamente (a *Sōka-gakkai*, fundada em 1930). O seu fundador, Makiguchi Tsunesaburō, morreu no cativeiro.

Com o fim da guerra, e apesar do indiferentismo religioso que se espalhou pelo país e da sua falta de recursos financeiros, o budismo japonês recuperou rapidamente, desenvolveu actividades sociais e culturais, promoveu estudos aprofundados da doutrina, a nível académico, e lançou-se numa intensa actividade missionária em várias ilhas do Pacífico, nos E.U.A e na Europa. Nasceram seitas novas no âmbito da tradição Nichiren, que se desenvolveram em paralelo com as antigas. Além da referida *Sōka-gakkai* merece especial menção, pela sua importância, a *Risshō-kōseikai*, ambas empenhadas na formação espiritual dos seus membros, fortemente abalada pelo rapidíssimo desenvolvimento industrial do país e consequente onda de materialismo e avidez de bem-estar que o acompanhou.

*Comparado com outros países budistas, o Japão impressiona o visitante pela tremenda variedade e enorme riqueza da sua vida budista. As novas seitas não substituem as antigas, tomando simplesmente um lugar ao seu lado. Assim, a tradição torna-se ainda mais rica, e o mundo budista japonês (na realidade a cultura japonesa como um todo) pode considerar-se como um museu vivo do seu próprio passado. É claro que inclui aparentes contradições – uma alta espiritualidade a par de magia grosseira, sentimentos religiosos profundos e prática superficial... Tais contradições não passam despercebidas aos próprios japoneses, mas não é verdade que elas existem também em qualquer outra religião por esse mundo fora?*²⁸

Mas o fenómeno das seitas no Japão está longe de constituir exclusivo do Budismo. Começaram por ser de origem xamanista, no século passado, crescendo subitamente a partir da 2.^a Guerra Mundial (a mais importante e numerosa é a “Tenrikyo”, fundada em meados do séc. XIX por um xamanista, de nome Mki Nakayama). Muitos destes grupos apresentam-se mais preocupados com problemas de tipo profano (criação artística, agricultura sem fertilizantes, etc.) do que propriamente religioso. Calcula-se que o número destas seitas tenha duplicado entre 1992 e 1995, atingindo um total de 24 milhões de aderentes (20% da população) pertencentes a 16 mil seitas, o que, dados os estranhos objectivos que anunciam, constitui uma séria

²⁸ Robert K. Heinemann, “This World and the Other Power: Contrasting Paths to Deliverance in Japan”, in *The World of Buddhism*, cit., p. 230.

preocupação, especialmente para o Budismo, o mais afectado pelas defecções dos seus crentes.

Quanto a estatísticas, é difícil destringir os Xintoístas dos Budistas pois, na sua imensa maioria, praticam os dois cultos simultaneamente, sem qualquer problema. No conjunto, serão 80% da população, i.e., cerca de 115 milhões²⁹. O número de templos e sacerdotes era o seguinte, em 1991: Budismo – 84.500 templos e 274.000 monges; Xintoísmo – 90.529 santuários e 102.000 sacerdotes³⁰.

²⁹ *Além-Mar*, Dez. 1991.

³⁰ *Églises d'Asie*, Maio, 1991.

4.2.4 O Grande Veículo no Vietname

Durante longos séculos (desde o séc. III a.C.) o Vietname foi uma colónia chinesa que se estendia até à região actual de Hanói, ocupando praticamente metade do país actual, para norte de Da-Nang, do que resultou a existência de uma cultura e uma classe política fortemente sinizada. Para sul houve, desde muito cedo, contactos com a cultura indiana.

Aqui, como na China, devido à mentalidade confucionista chinesa, o Budismo encontrou dificuldades para se impôr. Eram de três ordens os argumentos apresentados (e que aparecem já num famoso documento do séc. III da era cristã):

- um argumento moral que condenava a vida monacal celibatária, uma vez que esta impedia os fiéis de prestar a assistência aos pais que a piedade filial confucionista exigia veementemente;
- um argumento de ordem prática, por se considerar improdutivo e parasitária a vida dos monges;
- e um argumento político-económico, que decorria da auto-suficiência e riqueza dos mosteiros, as quais poderiam vir a desafiar o poder do governo.

Por outro lado, o facto de o Budismo aparecer associado, no norte do Vietname, aos dominadores chineses, tornou-o suspeito aos olhos dos nacionalistas vietnamitas, pelo que só se desenvolveu plenamente quando o país conseguiu a sua independência, no séc. X.

*Le Thanh-ton, o mais duro governante da dinastia Le vietnamita, no séc. XV, reorganizou o seu estado como uma cópia muito próxima do império Ming, com o Confucionismo como ideologia oficial. Aqui também a doutrinação confucionista foi intensa e eficazmente praticada e o Budismo declinou lentamente. No século XVIII houve contudo uma certa revitalização do Budismo de que resultou o nascimento das seitas indígenas vietnamitas.*³¹

³¹ Erik Zürcher, artigo cit., p. 208.

Actualmente, embora as estatísticas sejam muito inseguras neste país que figura (tal como o Camboja) entre os 11 mais pobres do mundo, admite-se que a maioria da população professa o Grande Veículo, frequentemente misturado com o Taoísmo, as antigas crenças animistas e uma ética confucionista. Os católicos são cerca de 10% da população.

4.3 O Veículo Tântrico

A forma principal do tantrismo budista é o *Lamaismo*³², religião adoptada no Tibete, na Mongólia, nalgumas regiões da Ásia Central, da Sibéria, do Sikkim, do Butão, da Mongólia Exterior e nas comunidades budistas do Nepal (terra natal de Buda, separada do Tibete pela grande cordilheira dos Himalaias). É ainda a escola budista das comunidades tibetanas refugiadas na Índia, que seguiram o Dalai-Lama na sua fuga ao comunismo chinês.

³² Do tibetano “lama”, título atribuído aos monges de nível superior.

O Budismo penetrou no Tibete, na sua forma mähâyana, no séc. VII, trazido por duas princesas – uma do Nepal e outra chinesa – que casaram com o Rei. Acabou por se misturar com a religião primitiva da população (*Bon po*), com deuses e demónios personificando as forças da natureza. O Veículo Tântrico foi trazido, cerca do ano 750, por Padma-Sambhava, que fundou mosteiros e deu origem à *seita dos “gorros vermelhos”* (“nyngmapa” ou “Ningma”, os antigos).

Após várias vicissitudes, um monge tibetano (Tsong Kapa) introduziu várias reformas, no final do séc. XIV e deu origem à *seita dos “gorros amarelos”* (“gelugpa” ou apenas “Gelug”), essencialmente monástica e com uma disciplina rigorosa. É hoje a mais numerosa, seguida por tibetanos e mongóis. O seu chefe espiritual e político é, desde 1542, o *Dalai-Lama*, conhecido vulgarmente pelo “Buda vivo”, tradução que o próprio contesta, nestes termos:

Disse atrás que as palavras Dalai Lama têm diferentes significados consoante as pessoas e que, para mim, eles apenas se referem ao cargo que desempenho. De facto, Dalai é uma palavra mongol que quer dizer “oceano” e Lama é um termo tibetano correspondente à palavra indiana guru, que significa professor. Juntas, as palavras Dalai e Lama são, por vezes, livremente traduzidas por “oceano de sabedoria”. Mas eu penso que isto se deve a um equívoco. Na origem, Dalai era a tradução parcial de Sonam Gyatso, o nome do Terceiro Dalai Lama: Gyatso quer dizer oceano, em tibetano. Um infeliz equívoco adicional deveu-se à tradução chinesa da palavra Lama por huo-fou, que tem a conotação de “Buda vivo”, o que está errado. O budismo tibetano não reconhece tal coisa, apenas aceita que certos seres, como o Dalai Lama, podem escolher a maneira de renascer: estas pessoas chamam-se tulkus (encarnações).³³

³³ *Liberdade no Exílio (autobiografia do Dalai-Lama do Tibete)*, edit. Inquérito, Mem Martins, 1992, p. 13.

O Dalai Lama é soberano de um regime teocrático, cujo governo, actualmente no exílio, no Estado da Índia, funcionava na fortaleza-mosteiro de Potala, em Lassa, capital do Tibete.

Outra figura religiosa e política do Tibete de primeiro plano – embora inferior ao Dalai Lama – é o *Panchen-Lama* (ou “Bainqen”, em pinyin), residente habitualmente no mosteiro de Tashi Long Po e que é também a reencarnação de um bodhisattva. O último (o 10.º) morreu em 28 de Janeiro de 1989, com 53 anos, em viagem de Pequim para o Tibete e não foi ainda substituído. Este 10.º Panchen-Lama foi frequentemente acusado de ser apenas uma marioneta nas mãos do Governo Comunista de Pequim. O Dalai-Lama na sua autobiografia, porém, considerou que “*no seu coração, o Panchen Lama permanecia fiel à sua religião, ao seu povo e ao seu país*”, pelo que o Tibete “*perdera um verdadeiro lutador pela liberdade*” (pp. 332-333). Erdeni Qoigy Gyaincain, o 10.º Panchen-Lama, foi sepultado com grande cerimónia apenas 4 anos depois da sua morte, a 30 de Agosto de 1993, num *Chörten* do mosteiro de Tashilhunpo, em Xigazê (sul do Tibete).

Em 14 de Maio de 1995, o Dalai-Lama anunciou finalmente ter sido encontrada a reencarnação do Panchen-Lama num rapazinho tibetano de 6 anos, Gedhun Choekyi Nyima, do distrito de Lhari, de Nagchu, no Tibete. O governo chinês, porém, recusou-se a reconhecer a escolha do Dalai-Lama, alegando que não lhe fora pedida autorização prévia, sendo por isso a escolha nula e de nenhum efeito. O líder do grupo que procedera à escolha, Chadrel Rinpoche, foi colocado sob prisão domiciliária em Chengdu, sendo presos na mesma altura mais de 30 lamas. Gedhun Nyima, o rapazinho escolhido, bem como seus pais, desapareceram da aldeia em Julho. Terão sido raptados pela polícia chinesa, de acordo com as acusações dos monges partidários do Dalai-Lama. Entretanto o Governo chinês nomeou outro grupo de 75 lamas, do mosteiro de Tashilhunpo, chefiados por Sengchen Lobsang, vice-presidente do Congresso do Povo do Tibete (um homem da linha dura, favorável ao regime de Pequim), para escolherem novo candidato. A 29 de Novembro foi designado Gyaincain Norbu, também de 6 anos, natural de Nagchu, no Tibete central.

Para o regime comunista é crucial poder controlar a educação do novo Panchem-Lama, pois será este quem um dia assumirá a responsabilidade de chefiar o grupo de lamas que identificará a reencarnação do futuro Dalai-Lama, quando morrer o actual...

Quanto ao Dalai-Lama, como é sabido, viu-se obrigado a fugir do Tibete em 31.3.1959, dez anos após o início da invasão do país pelas tropas da República Popular da China, passando a viver exilado na Índia. Em 1989 foi-lhe atribuído o Prémio Nobel da Paz, o que exasperou o governo chinês.

Se as perseguições aos budistas da maioria Han foram relativamente moderadas (com exceção dos 10 anos da Revolução Cultural) e a recuperação tem sido feita sem incidentes, como ficou relatado, no que toca aos tibetanos a situação tem sido completamente diferente, uma vez que estes reivindicam a sua autonomia nacional, baseados na História e na diferença de culturas.

Calcula-se que tenham sido destruídos 6.254 mosteiros e templos no Tibete, além de um número indeterminado na Mongólia³⁴. E embora a literatura oficial acuse sempre a Revolução Cultural de todas as culpas, o Dalai Lama afirma insistentemente (Autobiografia, p. 313) que o genocídio e a destruição sistemática dos mosteiros começaram muito mais cedo. Quanto às destruições de vidas humanas, essas são ainda muito mais graves:

*Depois do holocausto das três últimas décadas, durante as quais, incrivelmente, quase um milhão e duzentos e cinquenta mil tibetanos perderam a vida por inanição, ou devido às execuções, torturas e ao suicídio, enquanto dezenas de milhares permaneceram em campos de prisioneiros, só a retirada das tropas chinesas poderia iniciar um autêntico processo de reconciliação. A enorme força de ocupação no Tibete é uma lembrança diária da opressão e do sofrimento que têm suportado.*³⁵

Completando a ocupação militar, o governo chinês levou a cabo uma política eficaz de transferência de populações no Tibete, Mongólia, Manchúria e Turquestão Oriental, onde os chineses da maioria Han são já muito mais numerosos do que as populações locais.

Apesar desta perseguição impiedosa, o lamaísmo continua muito vivo, dentro e fora do Tibete: “*Em Lassa, o Potala e o Jokhang vêem desfilar todos os dias milhares de peregrinos agasalhados nas suas peles de yack ou de carneiro. Os grandes mosteiros de lamas de Sela e de Drepung, contavam antigamente dez mil monges cada um. Hoje em dia abrigam cerca de trezentos, cada. Os numerosos trabalhos de restauro em curso visam recuperar o valor da cultura tibetana, seja para pacificar a população local, seja para atrair os turistas. O lamaísmo estendeu-se aliás bastante para lá dos limites do Tibete, nas províncias de Qinghai, Sichuan*³⁶ *e Mongólia Interior. Mesmo em Pequim, o templo dos lamas recuperou todo o seu esplendor. Os templos lamaicos de Chengde, ao Norte de Hebei, testemunham as relações históricas de amizade com os povos da Mongólia e do Tibete, no tempo dos imperadores manchus.*”³⁷

Em termos quantitativos as estimativas mais prováveis para os budistas tibetanos apontam para cerca de **10 milhões**, assim distribuídos: *Tibetanos* (seis milhões, segundo o Dalai Lama³⁸; as cifras oficiais apresentam um número muito mais reduzido: 4,59 milhões³⁹; *Mongóis* (4,80 milhões); *Yugurs* (13.500); *Tu* (192.600); *Pumi* (29.700); *Lhoba* (2.300); *Moimba* (7.500). Partilhando outros credos há ainda lamaístas entre os povos *Daur* (total – 121.500), *Ewenki* (total – 26.400), *Kirgiz* (total – 143.500, na sua maioria muçulmanos) e *Nu* (total – 27.200).

³⁴ Cfr. E. Ryden, S. J., ob. cit., p. 12.

Grande número dos mosteiros referidos são de importância secundária. Em *The Realm of Tibetan Buddhism*, Li Jicheng apresenta uma relação actualizada de 69 dos principais mosteiros e templos tibetanos, com a sua localização e datas de construção, que vão desde o séc. VII até 1794. Refere este autor que em 1737 o 7.º Dalai Lama mencionava a existência de 3.477 mosteiros (apenas da seita dos gorros amarelos). Contando com as outras seitas e com os que foram construídos nos trezentos anos seguintes, este número aproxima-se bastante dos indicados por Ryden.

³⁵ Ob. cit., p.323.

³⁶ Na pequena cidade de Dêgê, no limite dos distritos de Sichuan e do Tibete, separados pelo Yangtzé (que aí toma o nome de Jinsha), empoleirado nas montanhas, existe um famoso mosteiro onde os lamas imprimem as escrituras budistas usando blocos de madeira entalhados, como há mil anos atrás. Na sua biblioteca de madeira têm cerca de 217 mil blocos, correspondentes a mais de 430 mil páginas de escrituras, quase todas do budismo tibetano. Cada artesão gasta entre 8 a 10 anos para gravar todos os blocos necessários para completar um único volume das escrituras. Também no Sichuan, em Sêrtar, isolado a uma altitude de 3800 metros, na orla do planalto de Qinghai-Tibete, funciona o Instituto de Budismo Tântrico *Larong Pancavidya*, que já formou gratuitamente (a expensas da comunidade local) mais de 7 mil estudantes, oriundos de toda a China. Alojados em cabanas rústicas construídas nas vertentes das montanhas, vivem e estudam, entre outros, cerca de 1000 lamas e 700 monjas, de todas as idades. Para obter o certificado de “mestre” são necessários cerca de 5 anos, com disciplinas que vão desde o

estudo das escrituras e tradições budistas até à cultura tibetana, poesia, pintura, geografia, línguas (tibetano, mongol, chinês ou inglês) e ciências médicas. O Instituto, presidido por Jinme Pumcuo, conta com 50 professores e é considerado a melhor escola dirigida por tibetanos.

³⁷ Jean Charbonnier, *La Chine Sans Muraille*, cit., pp. 211-212.

³⁸ Ob. cit., p. 322.

³⁹ *Questions and Answers about China's National Minorities*, cit..

⁴⁰ Cfr., por ex., entre muitos outros, a ob. cit. *Questions and answers About China's National Minorities*, em que se pode ler, na última página: “*To further enhance unity between the Han and Tibetan nationalities and to facilitate the realization of the modernization programme, the Chinese government welcomes the Dalai Lama and his followers back home.*”

Continua em aberto a possibilidade do regresso do chefe espiritual (e político) à sua terra natal o que, a verificar-se, abriria certamente outras e mais fecundas possibilidades de entendimento.

O governo chinês, por seu lado, persiste em afirmar-se interessado no regresso do Dalai Lama e do numeroso grupo que o seguiu⁴⁰.

Assim sejam criadas as necessárias condições, o que afinal todos afirmam desejar.

5. Influência do Budismo na cultura dos povos do Oriente

Pode dizer-se que, com excepção de pequenos grupos de convertidos de expressão numérica insignificante e pouca influência cultural, existentes na Europa e América, o Budismo se circunscreve ao Oriente, onde tem uma forte implantação: O Mahâyâna nas regiões do norte do Sudeste Asiático (China, Japão, Coreias), o Theravâda no sul (Sri Lanka e Indochina) e o Vajrayâna, na região dos Himalaias e Mongólia. Esta implantação significa uma profunda influência nas culturas dos povos convertidos, as quais, por sua vez, configuraram de modos diversos a sua expressão, como já vimos ao estudar as três vias. Destaquemos rapidamente alguns aspectos que parecem merecer maior realce:

- A *arquitectura* do mundo budista recebeu uma evidente contribuição da simbologia dos seus santuários (templos, mosteiros e monumentos funerários), tendo evoluído, como vimos, das stupas para os pagodes. As próprias habitações acusam muitas vezes essa influência artística.
- A *escultura* indiana enriqueceu-se notavelmente com o contacto com a arte grega dos ocupantes do norte do território, transitando depois para oriente, onde sofreu novas adaptações de acordo com o génio artístico chinês, tibetano e japonês. A pedra, o bronze, a madeira e o jade são os materiais mais usados, tanto para a estatuária como para a confecção de objectos rituais.
- O mesmo se dirá da *pintura*, que foi utilizando materiais diversos de suporte (linho, seda, papel, enormes frescos nas paredes dos templos e grutas, etc.), tintas também variadas e sobretudo temáticas próprias, ligadas à fé budista. Nos mosteiros os monges ainda hoje se dedicam a estas pinturas, como é o caso das famosas “*tankas*” (*thang-kas*), ou pinturas sobre tecido, em que se retratam Budas, histórias da vida dos santos e dos grandes mestres e, mais raramente, cenas da vida quotidiana do povo. São normalmente de feitio rectangular, reser-

vando-se as quadradas para os mandalas. Podem atingir grandes dimensões, sendo neste caso pintadas por vários artistas, o que chega a levar meses ou mesmo anos.

Para além das artes, é de destacar a influência pacífica que o Budismo exerce, pregando a não-violência, a protecção da natureza e da vida (as ratazanas corriam livremente no quarto do pequeno Dalai Lama, no palácio-fortaleza de Potala, em Lassa, no Tibete, porque não era permitido fazer-lhes mal...), e as decorrentes preocupações ecológicas.

Em contrapartida, uma vez que o mundo é considerado “transitório” e por vezes mesmo constituído por simples aparências, o seu empenhamento no progresso material é pequeno e a caridade que os monges praticam é, por assim dizer, de “via estreita”. É o próprio Dalai Lama quem o afirma nas suas memórias⁴¹:

Durante as minhas viagens pela Europa, tenho visitado mosteiros em diferentes países, e fico sempre impressionado com o que vejo. Os monges com quem me encontrei revelaram uma devoção invejável à sua vocação. Embora, comparativamente, sejam poucos em número, fiquei com a impressão de que a sua dedicação e carácter eram muito elevados. Ao contrário, entre os tibetanos, mesmo os que estão no exílio, há um grande número de monges, quatro ou cinco por cento da população; no entanto, nem sempre se assiste a um tal grau de dedicação.

Também admiro muito o trabalho prático dos cristãos, de todas as igrejas, nas organizações de caridade dedicadas à saúde e à educação, de que há muitos exemplos maravilhosos na Índia. Esta é uma área em que podemos aprender muito com os nossos irmãos e irmãs cristãos: seria muito útil que os budistas contribuíssem para a sociedade de forma semelhante. Sinto que os monges e monjas budistas falam muito sobre compaixão sem fazerem nada para a pôr em prática. Já discuti este assunto, em várias ocasiões, com tibetanos e outros budistas e tenho encorajado activamente a criação de organizações deste género.

Refira-se ainda uma fraca estrutura organizativa e uma mentalidade um tanto machista, herdada do próprio Buda:

Em virtude da sua própria doutrina, Buda apenas podia experimentar uma profunda desconfiança face às mulheres. Proscurendo as múltiplas tentações da existência, não teria ele que denunciar, sobretudo, a atracção sensual que estas exercem sobre o homem, e que é a própria origem de todo o ser? Buda não se cansa de prevenir os seus discípulos contra os artifícios nefastos das mulheres. Quando Ânanda lhe pergunta: “Qual deve ser a nossa atitude, Senhor, para com uma mulher?”, Buda responde-lhe: “Evitai olhá-la Ânanda!” “Mas se, mesmo assim, a virmos, Senhor, que devemos fazer?” “Não lhe faleis, Ânanda!” “Mas se nós lhe falarmos, Senhor, que acontecerá?” “Então deveis-vos acautelar com vós mesmos, Ânanda!”

⁴¹ Dalai Lama, *Liberdade no Exílio*, cit., p. 246.

Não é portanto de admirar que somente após longas hesitações Buda se resolveu a admitir as mulheres na Ordem. E ainda foi necessário que esta medida fosse tomada a favor de Mahâ-Pajâpatî, irmã de sua mãe, que o havia criado depois da morte desta, para que ele a tal se resignasse. (...) A concessão que Buda fez às mulheres estava acompanhada de inúmeras restrições. Embora admitidas na Ordem, deviam ceder o passo aos monges em todas as circunstâncias da vida monástica. “Uma monja”, prescreve Buda, “nem que tenha 100 anos, deve fazer a reverência a um monge, levantar-se à sua passagem, saudá-lo de mãos postas e honrá-lo com os seus respeitos, mesmo que ele tenha recebido ordens naquele próprio dia.” Uma monja não tem o direito de criticar oficialmente um monge, enquanto o inverso é permitido.” (...) “Quando Ânanda, discípulo favorito de Buda, perguntava ao seu Mestre as razões desta hostilidade, Buda respondeu-lhe com a seguinte tirada: “Ânanda, as mulheres são ciumentas; Ânanda, as mulheres são invejosas; Ânanda, as mulheres são estúpidas”.⁴²

⁴² Henry Arvon, *O Budismo*, cit., pp. 58-59, 84-85.

É claro que estes preconceitos podiam ter alguma justificação na época em que Gautama viveu, 500 anos antes de Cristo. Mas a verdade é que ainda hoje, 2500 anos depois, como acima vimos, esta mentalidade que deixa as mulheres em segundo plano se mantém quase inalterável. Como sucede entre os muçulmanos, de resto, e os japoneses, e tantos outros povos que se reclamam de civilizados...

Uma palavra, finalmente, para a utopia do paraíso terrestre, ainda muito viva entre as comunidades tibetanas do budismo lamaísta: Trata-se da famosa lenda de *Shambhala*, a cidade onde habitariam os bodhisattvas, todos os anos evocada numa cerimónia presidida pelo Dalai-Lama – a *Kalachakra* (a máquina do tempo) – através da elaboração de uma colorida *mandala*, destruída ao cabo dos dez dias que dura a cerimónia para restabelecer a roda da vida. Paralela ao mito de Shambhala é conhecida a famosa lenda de *Shangri-la*, o mosteiro onde os seus habitantes viveriam em eterna harmonia. Nunca localizada geograficamente, embora sempre procurada pelos tibetanos na imensa cordilheira dos Himalaias, a lenda de Shangri-la foi popularizada no Ocidente pelo famoso romance “Horizonte Perdido”, de James Hilton, publicado em 1933, de que o cinema já forneceu também as suas versões⁴³.

⁴³ Veja-se, sobre o tema, a excelente síntese de Paulo Carmo em “A Viagem ao Tibete: a Aventura da Sabedoria”, in *Macau*, n.º 90, 2.ª série, Outubro 1999, pp. 54 sgs.

Em termos de **cooperação internacional**, na segunda metade do século XX, são de destacar sobretudo:

- a constituição, em 1950, de uma união universal, a *World Fellowship of Buddhists* (WFB);
- a realização de diversos encontros da *Conferência Mundial Budista*, em Colombo (1950), Kathmandu (1956), Bangkok (1958), Phnom Pen (1961), Tóquio (1978), etc.;

- a criação em Colombo (1966), de uma organização internacional de monges e monjas budistas, da 1.^a e 2.^a vias – o *World Buddhist Sangha Council*;
- elaboração da importante “*Enciclopédia do Budismo*”, iniciada em 1956, cobrindo mais de 25 séculos de História, bem como de um outro dicionário enciclopédico no Japão (*Hōbōgin*);
- finalmente, a “*Associação Internacional de Estudos Budistas*”, fundada em 1976, com investigadores de vários países, é também um expressivo índice da revitalização que se vem operando no estudo e aprofundamento desta religião⁴⁴.

⁴⁴ Dados fornecidos por Heinz Bechert em “*Buddhist Revival in East and West*”, incluído no cit. *The World of Buddhism*, pp. 284 e 285.

Síntese

O Budismo, nascido no século V antes da era cristã, foi o caminho encontrado pelo príncipe **Siddharta Gautama** para dar resposta às suas inquietações sobre os problemas fundamentais da vida, nomeadamente a dor, a morte e a angústia pelo infindável ciclo das reencarnações, para as quais não encontrava soluções no Hinduísmo em que fora criado.

Após a iluminação, Siddharta passou a ser **Buda**, o “iluminado”, e começou a pregar a mensagem de libertação, o que fez até ao fim da sua longa vida. Os monges e monjas que o seguiram (estas últimas aceites sem grande entusiasmo, como um penoso acto de condescendência) vieram a dividir-se, séculos depois, em três Escolas (**Theravâda** ou do Pequeno Veículo, **Mahâyâna** ou do Grande Veículo, e Veículo Tântrico ou **Vajrayâna**) cujos fiéis se espalharam por todo o extremo-orient, restando apenas um grupo relativamente pequeno na sua pátria de origem – a Índia.

Religião sem Deus mas com um culto elaborado, tem como fundo comum a crença na reencarnação e na influência do comportamento moral (o **Karma**), que partilha com os hindus, dos quais se afasta ao afirmar a possibilidade de lhes pôr termo, quando o ser atinge o estado da suprema libertação pela total extinção (o **Nirvana**).

Comuns são também a crença nas *quatro Verdades Santas* (a universalidade da dor, o desejo como sua raiz, a necessidade de o suprimir e o caminho para aí chegar), nas *três Jóias* – o **Buda**, a Lei (**Dharma**) e a Comunidade (**Sangha**) – e no cânone dos textos budistas, conhecido pelo “*Tripitaka*” ou o *triplo cesto de flores* – os ensinamentos do próprio Buda, contidos nos *sutras*, a disciplina monástica (**Vinaya**) e os comentários à doutrina (**Abhidharma**).

Pode dizer-se, *grosso modo*, que a escola Theravâda se conservou no sul da Ásia (Sri Lanka e Indochina), ao passo que o Budismo do Grande Veículo se implantou sobretudo a norte (China, Coreia, Japão, Formosa e comunidades chinesas, naquela vasta área a que os antropólogos chamam “a civilização dos pauzinhos”, devido ao uso generalizado dos *fa chis* como talheres). Quanto ao 3.º Veículo, nascido junto à grande cordilheira dos Himalaias, continua a ser a religião do planalto do Tibete, da Mongólia (exterior e interior) e de algumas comunidades do Nepal.

Apesar das vicissitudes a que foi sujeito durante o último século, pode dizer-se que o Budismo recomeça a emergir com bastante pujança nos países onde o Comunismo vem recuando e na própria China, onde a liberdade religiosa é ainda fortemente condicionada mas incomparavelmente maior do que na era maoísta. No Japão, mercê da sua associação ao Xintoísmo, conserva também grande importância, apesar da onda de materialismo que se abateu sobre o país após a sua industrialização.

Do ponto de vista da Antropologia Cultural, a acção do Budismo foi e continua a ser notável, influenciando fortemente a mundividência de perto de **350 milhões** de pessoas. Se é verdade que o objectivo de extinguir todo o desejo acaba por ser contrário a todas as ideias de progresso e desenvolvimento, não é menos verdade que os princípios de Siddharta contribuíram decisivamente para a formação de uma **mentalidade pacífica**, não-violenta, onde a ecologia encontra o seu habitat natural, através da protecção dispensada a todas as formas de vida.

É inegável a sua profunda influência nas artes, na arquitectura, na literatura e na própria estrutura de vida dos povos onde conquistou direitos de cidadania.

Por outro lado, dada a ausência de uma autoridade central, doutrinária ou política (excepção feita ao Estado teocrático do Tibete), o Budismo incorporou também grande número de tradições, padrões culturais e mesmo crenças religiosas daqueles povos. Entre os sincretismos a que deu origem merece especial destaque o Budismo Esotérico Lamaísta do Tibete.

Revisão

1. Como se chamava o fundador do Budismo e por que motivo empreendeu um novo itinerário espiritual?
2. Cite as traves-mestras do pensamento de Buda, também conhecidas pelas “4 Verdades Santas”. Qual o papel do “desejo” na opinião de Siddharta Gautama?

3. Como é habitualmente designada a organização básica (Buda, Lei, Comunidade) e em que consiste o *Tripitaka*?
4. O que significa o Nirvâna? Como se atinge?
5. Pode um simples mortal atingir o estado de “iluminado”? Como?
6. O que significa ser um *bodhisattva*? Qual o seu papel no mundo dos vivos? Conhece algum (s) dos mais famosos?
7. Em que se distinguem as três “vias” do Budismo?
8. Como se encontram geograficamente distribuídas estas 3 escolas, ou vias? (indique os países budistas mais importantes de cada uma).
9. Quantas vias do Budismo se podem encontrar na China? Quais os povos que as seguem?
10. É frequente os fiéis budistas professarem simultaneamente outras religiões, sem que tais sincretismos pareçam afectá-los. Indique alguns países em que isto sucede.
11. Dê alguns exemplos da influência cultural do Budismo no Oriente.

Leituras complementares

Dos títulos que figuram na bibliografia geral, destacaremos os seguintes, para aprofundamento das breves noções deste capítulo (além de alguns livros e artigos citados nas notas e que aqui damos por reproduzidas):

ARVON, Henry

s/d *O Budismo*, Europa-América, Lisboa.

Em formato de bolso, constitui uma excelente síntese da doutrina e da situação do Budismo no mundo.

BECHERT, Heinz; GOMBRICH, Richard (editores). Vários autores

1984 *The World of Buddhism*, Thames & Hudson, Londres.

Embora marcada, aqui e ali, por alguns exagêros nacionalistas – talvez mesmo chauvinistas – e desconhecimento das outras religiões, por parte de alguns autores de visão algo estreita, é todavia uma obra notável, não só pela qualidade gráfica das muitas gravuras que contém, mas sobretudo pela autoridade dos especialistas em Budismo que elaboraram os textos; passamos a indicar as grandes divisões do livro: “O caminho da iluminação” (bases doutrinárias), “A Tra-

dição Indiana” (Índia, Afeganistão, Nepal), “Budismo Theravāda” (Sri Lanka, Birmânia, Tailândia, Laos e Camboja), “Budismo na Ásia Oriental” (China, Vietname, Coreia e Japão), “Budismo Tibetano” e “Budismo no Mundo Moderno”. No final o livro contém, além de um útil índice remissivo, um bom glossário e uma excelente selecção bibliográfica. Estamos convencidos de que esta obra não se encontra à venda em Portugal nem em qualquer biblioteca pública, pelo que a sua encomenda deverá ser feita directamente à Editora. Pode ainda comprar-se em Hong Kong.

CARMO, António

- 1994 *A Longa Marcha das Religiões na China*, Fundação Macau, Macau. Apresenta, de forma resumida, o percurso das várias religiões neste país, fornecendo dados estatísticos sobre a sua actual situação. Em pequenas “caixas” resume o essencial da doutrina de cada uma destas religiões.
- 1997 *A Igreja Católica na China e em Macau no contexto do Sudeste Asiático (Que Futuro?)*, Fundação Macau/Instituto Cultural de Macau/Instituto Português do Oriente, Macau. Desenvolve os dados apresentados na obra anterior, alargados a todo o Sudeste Asiático, num total de 17 países e territórios. Contém mapas e quadros inéditos com informação actualizada sobre a situação das religiões daquela vasta área.
- 1993 “Minorias e miniaturas em Shenzhen”, revista *Macau*, n.º 15, II série, Julho.

DALAI LAMA, do Tibete

- 1992 *Liberdade no Exílio*, Editorial Inquérito, Mem Martins. Autobiografia do actual Dalai Lama, com um dramático retrato da actual situação do Tibete sob ocupação chinesa.
- 1996 *O Budismo Tibetano*, Edit. Presença, Lisboa. *A Força do Budismo*, ed. Círculo de Leitores, Lisboa. *Entrevistas ao Dalai Lama feitas por Jean-Claude Carrière, em 1994, no mosteiro onde aquele vive (Thekchen Choeling), ao pé de Dharamsala, no Norte da Índia. Aborda alguns dos grandes problemas contemporâneos, na visão do Budismo tibetano.*
- 1997 *A Bondade do Coração*, Edições ASA, Porto. Apresenta uma perspectiva budista sobre os ensinamentos de Jesus.
- 1998 *O Caminho para a Libertação*, ed. Círculo de Leitores, Lisboa. *Obra que inicia a colecção “A Biblioteca do Tibete”, constitui um manual sobre o Budismo tibetano, escrito pelo seu próprio chefe espiritual.*

DELUMEAU, Jean (coordenador)

- 1997 *As Grandes Religiões do Mundo*, Edit. Presença, Lisboa.
Contém dois capítulos da autoria de Jean-Noel Robert (“O Budismo – História e Fundamentos” e “O Grande Veículo na Índia e no Extremo Oriente”) e um outro escrito por Môhan Wijayaratna (“O Budismo nos países do Theravâda”). Necessariamente resumido, por estar integrado numa Antologia, este resumo do Budismo em cerca de 80 páginas apresenta, no entanto, grande qualidade e rigor.

ELIADE, Mircea

- s/d *História das Ideias e Crenças Religiosas*, RÉS-Editora Lda., Porto (a data do prefácio do autor no último volume é Abril de 1983, 3 anos antes da sua morte), 3 vols.
A secção consagrada ao Budismo aparece no 2.º volume (“De Gautama Buda ao triunfo do Cristianismo”) e na parte final do 3.º (“As Religiões Tibetanas”).

GARD, Richard A.

- 1981 *Budismo*, Verbo.
É o n.º 6 da colecção “Grandes Religiões do Mundo”. Além de uma abordagem original contém, entre outros pontos de interesse, a descrição da vida rotineira em mosteiros das 3 vias, situados na Tailândia, no Japão e no Tibete.

HAWKINS, Bradley K.

- 2001 *Budismo*, edições 70, Lisboa.
A colecção “Religiões do Mundo” em que este livro se insere é de publicação muito recente e não pretende mais do que dar uma ideia geral das várias religiões e sua situação actual, sem possibilidade de grandes aprofundamentos. Contém alguma informação sobre o Budismo nos E.U.A. nos nossos dias, mas ignora totalmente os primeiros contactos entre os ocidentais (nomeadamente os padres da Companhia de Jesus) e os budistas, a partir do séc. XVI (a sua “cronologia”, por exemplo, deixa em branco todos os anos que vão de 1350 a 1870).

JICHENG, Li

- 1984-1985 *The Realm of Tibetan Buddhism*, The Commercial Press (Hong Kong Branch), 224 pp.
Obra do maior interesse para quem pretenda familiarizar-se com o Budismo Esotérico Tibetano, possui ainda grande número de excelentes gravuras em formato A4, representando os monges no seu dia-a-dia, obras de arte, objectos de culto, etc.

VARENNE, Jean-Michel

1984 *O Budismo Tibetano*, Publicações Europa-América, Mem Martins.

1984 *O Zen*, Publicações Europa-América, Mem Martins.

Para além das obras acima mencionadas, vejam-se também as secções dedicadas ao Budismo nos dicionários das religiões (há alguns indicados na Bibliografia Geral) em que a limitação do espaço obrigou à elaboração de sínteses, sempre úteis, tanto para uma iniciação ao tema, como para uma revisão final.

IV. AS RELIGIÕES DA CHINA ¹

Página intencionalmente em branco

¹ Na elaboração destes capítulos aproveitei também grande número de dados dos meus livros *A Igreja Católica na China e em Macau, no contexto do Sudeste Asiático – Que futuro?*, e *A Longa Marcha das Religiões da China*, para os quais se remete o leitor interessado em aprofundar as matérias aqui tratadas.

SUMÁRIO

Objectivos da unidade

1. **Comunidades extintas: Judeus e Maniqueus**
 2. **As grandes religiões sinizadas ou inculturadas: Budismo, Cristianismo e Islamismo**
 3. **Religiões de origem chinesa**
 11. **Confucionismo**
 1. **Mestre Kong, filósofo, moralista e pedagogo**
 2. **Confúcio e confucionismo**
 3. **Uma ética ou uma religião?**
 4. **A cultura de base do mundo chinês**
 5. **Confúcio reabilitado**
 12. **Taoísmo**
 1. **A filosofia de Lao-Tsé**
 2. **Religião sincretista**
 3. **Uma história atribulada**
 4. **O Taoísmo contemporâneo**
 13. **Religião Popular Chinesa**
 1. **Deuses e divindades do passado**
 2. **A religião do povo**
 14. **As religiões das minorias étnicas nacionais**
 1. **Divergências culturais e religiosas**
 2. **Um cadinho de religiões**
 3. **A política do governo chinês para as minorias**
- Que futuro para as religiões na China?**

Síntese

Revisão

Leituras complementares

Objectivos da unidade

No final deste capítulo o aluno deve estar apto a:

- Identificar as religiões praticadas na China, tanto na actualidade como em épocas passadas;
- Conhecer a situação das grandes religiões de origem exterior ao país (breve evolução histórica, número de fiéis, implantação geográfica, posição face ao poder político), nomeadamente Budismo, Cristianismo e Islamismo;
- Conhecer os princípios em que se baseia o Confucionismo e a discussão em torno da sua classificação como religião, filosofia ou código ético;
- Discernir a importância fundamental do Confucionismo na cultura do povo chinês (tanto os chineses que vivem na República Popular da China, como os chamados chineses “ultramarinos”);
- Distinguir entre o Taoísmo enquanto filosofia do Taoísmo enquanto religião e conhecer as suas grandes orientações, contidas no *Tao Te Ching*;
- Avaliar a importância desta religião na China dos nossos dias;
- Ter a noção do conteúdo do sincretismo religioso conhecido pela “Religião Popular Chinesa” e sua importância na cultura e na vida quotidiana do povo chinês;
- Conhecer a existência e variedade demográfica das 55 minorias nacionais chinesas, sua distribuição geográfica, diversidade dos seus modos de vida e cultura, seu relacionamento com o governo e as autoridades do país no passado e na actualidade, bem como as diversas religiões que professam.

Nos capítulos que se seguem trataremos sobretudo das grandes religiões de origem chinesa, a saber, o **Confucionismo**, o **Taoísmo** e o sincretismo religioso conhecido pela **Religião Popular Chinesa**. Importa todavia não esquecer que neste grande país – o mais populoso do mundo, habitado por mil e duzentos milhões de pessoas (ou seja: um quinto da Humanidade) e o terceiro em dimensão territorial, logo depois da Rússia e do Canadá – coexistem várias religiões, nomeadamente o Budismo, o Cristianismo e o Islamismo, bem como os cultos praticados pelos povos das minorias étnicas (Xamanismo, Culto dos Antepassados, etc.). Uma vez que estudamos noutros capítulos aquelas grandes religiões, faremos apenas uma brevíssima referência à sua implantação (número de fiéis, distribuição geográfica, etc.) e importância actual na sociedade e cultura chinesas. No final, apresentaremos uma breve panorâmica das minorias e seus credos religiosos.

1. Comunidades extintas: Judeus e Maniqueus

Há conhecimento da presença de **comunidades judaicas** no Império do Meio, vindas através da “rota da seda”, na época da dinastia Tang (618-907). Marco Polo refere-os várias vezes na sua obra. A comunidade mais importante e duradoura foi a que se fixou em Kaifeng, então capital da China, no princípio do séc. XII. Extinguiram-se ao cabo de sete séculos², devido aos sucessivos cruzamentos com os chineses locais.

Desde meados do século XIX até ao fim da última guerra mundial, numerosos grupos de judeus demandaram a China: os primeiros, vindos de Bagdade, como comerciantes, os últimos (russos, alemães, austríacos), como refugiados dos regimes comunista e nazi, da URSS e da Alemanha. Terminada a guerra todos abandonaram a China, regressando aos seus países ou encaminhando-se para os EUA e Israel.

Ficaram apenas os da ex-colónia inglesa de Hong Kong (4 a 5 mil) que ainda se mantêm, constituindo o centro judaico mais importante e organizado de todo o sudeste asiático. Facto importante a registar, é que a China foi um dos poucos países do mundo em que *os judeus nunca foram discriminados nem sofreram perseguições*.

Quanto ao **Maniqueísmo**, religião dualista e gnóstica fundada por Mani, aglutinando elementos do Mazdeísmo, Cristianismo e Budismo, penetrou na China no séc. VI ou VII, também pela rota da seda. Enfraquecido pelas invasões mongóis de Gengis Khan (séc. XIII) acabou praticamente por se dissolver na seita do Lótus Branco, cuja contribuição para a derrota da dinastia Mongol foi decisiva (1368). A seita, perseguida pelos neo-confucionistas, converteu-se em sociedade secreta.

² Para um melhor conhecimento da história do judaísmo na China, veja-se a comunicação “Comunidades Judaicas na China” que apresentei ao Congresso *Les Juifs Portugais: Exil, Héritage et Perspectives (1496-1996)*, que decorreu em Montréal (Canadá), de 22 a 25 de Novembro de 1996, incluída nas respectivas Actas, publicadas, com o mesmo título, por ed. Médiaspaul, Montréal e Paris, 1998.

2. As grandes religiões sinizadas ou inculturadas

Sobre a situação do **BUDISMO** na China (RPC e Taiwan) já foi dito o suficiente no capítulo dedicado a esta religião (veja-se o parágrafo 4.2.1), aconselhando--se por isso a sua re-leitura. Limitar-nos-emos a frizar, como pontos importantes a reter, que esta religião se adaptou com êxito ao meio social chinês, cuja cultura absorveu mas também influenciou, o que se explica, entre outras razões, tanto pelo facto de as suas escrituras terem sido laboriosamente traduzidas para chinês, como por os seus monges e monjas serem autóctones e as exigências em relação aos leigos serem muito ligeiras, como ainda porque o Budismo, ao contrário do Cristianismo, não dependia de nenhum poder central exterior ao país.

No momento actual, em que se verifica uma notável recuperação de templos, documentos e escolas de formação, destruídos durante a Revolução Cultural (1966-1976), o número de fiéis budistas no Continente está calculado em pouco mais de **150 milhões** (140 milhões do Grande Veículo, uns 10 milhões do Budismo Lamaísta e 1,5 a 2 milhões do Pequeno Veículo, distribuídos, respectivamente, pela maioria Han, pelos Tibetanos e Mongóis e por algumas minorias da província do Yunnan).

Em Taiwan os budistas do Grande Veículo são cerca de 17,3% da população, ou seja, 3,5 milhões.

Na opinião de alguns conceituados sinólogos, embora se verifique actualmente uma saudável melhoria da sua situação, não parece provável que o Budismo chinês venha algum dia a recuperar a preponderância que atingiu nos tempos áureos da dinastia Tang.

Quanto aos **CRISTÃOS**, no conjunto dos seus três ramos – católicos, protestantes e ortodoxos – serão pouco mais de **20 milhões**. Uma reduzida percentagem de 1,7% que transmite uma falsa ideia da sua real influência na sociedade chinesa. Embora tenham sido todos espoliados das suas numerosas estruturas assistenciais (hospitais, orfanatos, etc.) e educativas (escolas, liceus, universidades – só a Igreja Católica, por exemplo, antes da revolução comunista possuía mais de duas mil escolas, com uma frequência superior a 300 mil alunos), as diversas igrejas têm vindo a recuperar a estima da população, apresentando-se como uma alternativa credível à “religião do dinheiro” que alastra ultimamente de forma preocupante.

Com efeito, o socialismo chinês, dominado com mão de ferro pelo partido único (o PCC), ao abrir as portas à economia de mercado nas zonas económicas especiais, foi incapaz de impedir a entrada dos seus malefícios (os “mosquitos capitalistas”, na imagem expressiva de Deng Xiao Ping), pelo que a ânsia de ganhar cada vez mais dinheiro se tornou quase uma obsessão

para certas classes, com destaque para os jovens para quem o comunismo é uma ideologia cada vez menos atraente. Os cristãos procuram dar resposta a estas inquietações, sobretudo através do seu testemunho de vida, embora continuem proibidos de fazer proselitismo fora das áreas destinadas ao culto.

Tanto os católicos como os protestantes estão divididos em igrejas “públicas” e “clandestinas”, uma separação que foi consequência da política de Chou Enlai ao tentar controlar (e extinguir, a longo prazo) os diversos credos religiosos, através da imposição das chamadas “associações patrióticas”. Enquanto um largo grupo se recusou a cumprir as novas regras, passando assim à clandestinidade – são os cristãos das igrejas “clandestinas” ou “subterrâneas” (*underground*) – um outro grupo, integrando também bastantes bispos, padres e pastores, aceitou o pouco espaço de manobra que lhes era concedido, a fim de evitar a desagregação das suas comunidades. É a igreja “pública”, mais conhecida por igreja “patriótica” – uma designação caluniosa inventada pelo PCC, com o duplo objectivo de dar a entender que se trata de uma marioneta nas mãos do governo e para poderem rotular os clandestinos de anti-patriotas, perseguindo-os a coberto desse pretexto.

Outra consequência inesperada das perseguições da era maoista foi a total *sinização* das igrejas católica e protestantes: com a expulsão de todos os missionários estrangeiros, acompanhada da prisão de grande número de padres, pastores e bispos chineses, os cristãos ficaram totalmente isolados do mundo exterior, pelo que se viram obrigados a ordenar novos bispos e padres, todos chineses. Actualmente todo o clero e fiéis são de etnia chinesa, com excepção dos que pertencem às minorias étnicas, como veremos adiante.

Resta acrescentar que, em minha opinião, os cristãos se encontram numa posição privilegiada para servir de ponte de entendimento entre a grande China e o Ocidente, uma vez que partilham os valores culturais de ambos e não constituem, pela sua reduzida dimensão, qualquer perigo político para o regime.

A história da **Igreja Católica** na China caracteriza-se, nos primeiros séculos, pela descontinuidade, aos arranques, terminando invariavelmente cada período pelo martírio dos fiéis.

A primeira tentativa de evangelização, feita pelos *Nestorianos*, durou cerca de 200 anos³. Depois, com alguns episódios pontuais pelo meio, seguem-se os *Franciscanos*, com uma acção tão intensa como curta: não chegou a um século.

Decorrerão mais 200 anos até que a Igreja tente nova arrancada, desta vez pela mão dos *Jesuítas*, cuja extraordinária visão e preparação lhes dão rápido acesso à corte imperial. Mas a controversa “questão dos ritos” irá desencadear nova onda de perseguições e, desta vez, por culpa da própria Igreja, incapaz de perceber a estratégia de inculturação⁴ e a mentalidade verdadeiramente evangélica dos padres da Companhia de Jesus.

³ Sobre os Nestorianos vejam-se o meu artigo “Os primeiros cristãos na China” (publicado no n.º 1 da revista *Asia-nostra – Revista de Cultura Portuguesa no Oriente*, Macau, Maio, 1994, pp. 13-27, de que foi editada uma separata) e o cit. *A Igreja Católica na China e em Macau, no contexto do Sudeste Asiático – Que Futuro?*, pp. 160-171. Para a história da Igreja Católica na China, vejam-se os capítulos V e VI.

⁴ “Inculturação” é um vocábulo técnico da antropologia cristã que significa “a íntima transformação dos valores culturais autênticos, pela sua integração no cristianismo, e o enraizamento do cristianismo nas várias culturas” (João Paulo II, carta apostólica *Redemptoris Missio* – A Missão do Redentor, 1990).

Desde então a Igreja católica sofreu fortes perseguições, alternadas com curtos períodos de tranquilidade, a última das quais teve lugar durante a *revolução cultural* (1966-1976). Após 1978, recuperou parte dos templos ocupados e vandalizados durante a última década do maoísmo e conta actualmente com cerca de **10 milhões** de fiéis, o que significa que terá, pelo menos, quintuplicado, neste meio século de regime comunista na China. O pessoal consagrado é estimado em cerca de 120 bispos (70 da Igreja pública e cerca de 50 da Igreja clandestina), 1300 padres (além dos da Igreja clandestina, que se calculam em algumas centenas), mais de 1200 irmãs religiosas, havendo um razoável número a frequentar o noviciado, o que acontece igualmente em relação aos futuros padres (cerca de 1800, dos quais 800 da Igreja pública, em 13 seminários maiores e 14 preparatórios).

Continua a aguardar-se o reatamento de relações diplomáticas entre a R. P. C e o Vaticano, cortadas desde a expulsão do Núncio Apostólico em 1951, bem como – e esse parece ser o problema mais difícil – o restabelecimento da harmonia entre os cristãos das igrejas pública e clandestina, que constituem afinal duas faces da mesma moeda, igualmente provadas pela perseguição e martírio e ambas declarando repetidamente a sua fidelidade ao Papa, como chefe espiritual da Igreja.

Uma palavra ainda para referir a passagem pela China, durante um período bastante curto (pouco mais de 30 anos), dos *católicos de rito oriental* (eslavobizantino), pertencentes ao chamado grupo dos *uniatas*⁵: Originários da Rússia, vieram para a jovem república chinesa em 1917, para escapar às atrocidades da revolução bolchevista, fixando-se na Manchúria (Harbin), no Xinjiang (Urumqi) e em Xangai.

⁵ Sobre os Uniatas, veja-se o ponto 9.1 do cap. 5 (Cristianismo).

Após o termo da segunda guerra mundial, em 1946, regressaram à sua pátria 4.500 russos que viviam em Xangai, seguindo a maioria dos outros 3.000 para as Filipinas, e um pequeno grupo para os EUA.

O **Protestantismo** fez a sua entrada na China bastante mais tarde do que a igreja católica, em 1807, quando Robert Morrison obteve do Império uma autorização formal. Por essa altura (1811) o Imperador Kia-Ts'ing decretava a perseguição aos católicos, fazendo numerosas vítimas, entre as quais o promotor do primeiro sínodo chinês (1803), mons. Dufresse.

O espírito de rivalidade reinante até então entre católicos e protestantes manteve-se na China, o que levou os governos a considerá-los como duas religiões diferentes (os protestantes ainda hoje são oficialmente designados na RPC como “cristãos”, por oposição aos “católicos”). Só recentemente, devido ao facto de ambas as Confissões terem sido igualmente perseguidas, se constata uma aproximação, sobretudo no campo da acção social.

Actualmente são também cerca de **10 milhões**, coordenados por 2 dos 8 bispos existentes. Existe em Nanquim um Colégio Teológico onde estudam 700 homens e mulheres de todas as denominações protestantes (antes da formação da República Popular, chegaram a ter 13 universidades). Os pastores, em número manifestamente insuficiente, tal como os padres católicos, são cerca de 800.

Os fiéis encontram-se espalhados por todo o país (talvez com a única excepção do Tibete), com maiores concentrações nas províncias de Zhejiang, Anhui, Henan e Fujian.

No campo social, destaca-se a *Associação Cristã da Juventude* (*Y. M. C. A* – Young Men’s Christian Association), uma organização com finalidades sociais, interconfessional, mas dirigida sobretudo por protestantes.

Quanto à **Igreja Ortodoxa**, sabe-se que havia missões da Igreja Ortodoxa Russa na China, desde 1712⁶, tendo-se mantido até 1957 o exarcado asiático oriental do Patriarcado de Moscovo.

Mas a sua implantação no meio chinês no final do século passado era ainda muito frágil: O primeiro padre ortodoxo chinês, Mitrophan Tsi, antigo catequista, foi ordenado apenas em 1884.

Quando rebentou a revolta dos Boxers foram massacrados mais de 200 fiéis, entre os quais um padre, um catequista e um professor.

Entretanto a Igreja Ortodoxa parece ter recuperado com bastante rapidez, pois, por alturas de 1950, tinha já um arcebispo e cinco dioceses, 150 paróquias e 200.000 fiéis.

De há 40 anos para cá, a Igreja Cristã Ortodoxa ficou reduzida a 2 minorias étnico-culturais: A minoria **Russa (Elusi)** (12.293 pessoas) que habita em Xinjiang (Turquestão Oriental) e a **Ewenki** (26.379), espalhada também pelo Norte (Mongólia Interior e Manchúria), dedicadas à agricultura, caça e criação de animais.

Considerando que ambas as minorias partilham outros credos (Protestantismo, Xamanismo e Lamaísmo), o número total de cristãos ortodoxos vivendo actualmente na China não deve portanto ultrapassar uns escassos **20.000** (isto é: 92% menos do que eram antes do triunfo do regime comunista).

O **ISLÃO** penetrou na China no próprio século em que nasceu (séc. VII, dinastia Tang), com os mercadores árabes e persas que percorriam em longas caravanas a antiga Rota da Seda, entrando pelo noroeste (Xinjiang) até alcançar a capital (Chang’an – a actual Xi’an), ou demandavam os portos do Sul, navegando desde o Golfo Pérsico e Mar da Arábia até Guangzhou, Quanzhou, Yangzhou, Hangzhou, etc..

⁶ Foster Stockwell (*Religion in China Today*, ed. New World Press, Beijing, 1993) esclarece que, antes mesmo da criação oficial da missão ortodoxa russa na China, já ali tinham chegado alguns fiéis. Escreve Stockwell, a p. 227, que “*Os primeiros Cristãos Ortodoxos da Rússia foram para a China em 1685. O grupo incluía um padre e 31 prisioneiros da Dinastia Qing, capturados durante a batalha de Alba-zin. Depois de libertados, ficaram na China onde se tornaram militares a soldo do exército do imperador Qing, Kangxi. Anos mais tarde, a Igreja Ortodoxa da Rússia nomeou um padre e depois outro para seguirem para a China e darem assistência a este pequeno grupo de recrutas do exército.*”

O governo russo enviou uma missão ortodoxa oficialmente ao imperador Qing, em 1715. E em 1727, com a assinatura do tratado de Kiakta, esta missão tornou-se permanente em Beijing. No século XIX havia clero russo ortodoxo a dirigir igrejas em Xinjiang, na Mongólia Interior, e nas cidades de Harbin, Xangai, Tianjin, Qingdao, e noutros locais”.

Em meados do séc. X (dinastia Song, 960-1279) implantou-se gradualmente em Xinjiang, expandindo-se depois para o Norte e para o Sul (Yunnan) e alcançando as terras a sul do rio Yangtzé (Changjiang), aproveitando a abertura da dinastia Mongol (1279-1368). Alguns dos povos convertidos dedicaram-se à agricultura e criação de animais, enquanto outros permaneciam nómadas, situação que se mantém ainda hoje, completando a sua economia com o comércio e venda de artesanato. Outros estabeleceram-se nas cidades, em torno das mesquitas, como Kashgar, Urumqi, etc..

Tal como no resto do mundo, os Sunitas são muito mais numerosos do que os xiitas, havendo também muitos seguidores do misticismo *sufista* em ambos os grupos (a seita sufista Uygur, em Kashgar, tem centenas de milhar de seguidores na região).

A presença do Islão na China não tem sido inteiramente pacífica, registando-se verdadeiros motins em meados do século passado, bem como na última década deste milénio (já sem referir as humilhações e perseguições durante a revolução cultural), nas regiões de Kashgar, Urumqi e Xiji (região autónoma de Ningxia). A tensão é visível em todo o chamado “corredor islâmico” que abrange o Xinjiang, Qinghai, Gansu, Ningxia e Sichuan (onde se situam as instalações nucleares militares e as do programa espacial chinês).

Receando qualquer veleidade de nacionalismo pan-turco ou um eventual levantamento dos fundamentalistas islâmicos, instigados pelo Irão (cujas emissões radiofónicas são ouvidas regularmente nesta zona do antigo estado semi-autónomo do Turquestão Oriental), o governo chinês mantém na zona cerca de 100.000 soldados e os dirigentes do Partido fizeram sérios avisos aos chefes religiosos durante a guerra do Golfo de 1992, em que a China alinhou, embora passivamente, com as Nações Unidas.

Outro tipo de controlo é exercido, de forma mais subtil, através da “Associação Islâmica Chinesa”, fundada em 11 de Maio de 1953. Esta, que publica o jornal “*Muslim in China*” (Zhongguo Musilin), tem contribuído para a reabertura de mais de 20.000 mesquitas no país, promoveu a publicação de clássicos islâmicos (incluindo o Alcorão), reabriu o *Instituto Chinês de Estudos Islâmicos* e oito institutos de estudos locais, e apoia anualmente a peregrinação de algumas centenas de fiéis a Meca⁷, além de manter contactos com comunidades islâmicas estrangeiras, “*muitos dos quais consistindo em permutas académicas e visitas amigáveis de delegações*”⁸.

⁷ *Religion in China – 100 Questions and Answers*, New Star Publishers, Pequim, 1991, pp. 107 e sgs.

⁸ *Questions and Answers about China's National Minorities*, New World Press, Pequim, 1985, p. 78.

Apesar de tudo, o governo chinês manifesta uma certa complacência para com os muçulmanos, devido à necessidade de manter um bom relacionamento com o mundo árabe e islâmico (na Ásia, em especial, com o Paquistão, Malásia e Indonésia), expressa, por exemplo, na autorização para a formação de uma *Associação Comercial Muçulmana*, em Xangai (1985), destinada a

desenvolver as trocas com os países árabes e na autorização para a fundação de uma *Companhia Muçulmana Internacional de Investimentos*, na região autónoma de Ningxia (Junho de 1986)⁹.

Os crentes do Islão encontram-se distribuídos por 10 minorias étnicas: Hui, Uigur, Kazak, Dongxiang, Salar, Tajik, Uzbek, Bonan, Tatar e Kirgiz (note-se que apenas entre estes últimos existem crentes de outra religião – o Budismo tibetano – o que evidencia claramente o exclusivismo muçulmano).

É difícil saber com exactidão o número total de muçulmanos: Os dados oficiais apontam para cerca de 18 milhões. Todavia, como faz notar Ryden¹⁰, se se atender à frequência de fiéis nas cerimónias religiosas, os números são muito mais baixos. Charbonnier, pelo contrário, diz que “*oficialmente, o número dos muçulmanos da China é de 13 milhões. Mas eles são provavelmente entre 30 a 50 milhões*”¹¹.

Quanto ao pessoal religioso, eram, em 1987, cerca de 30.000¹², com uma média de idades muito alta, tal como os católicos e protestantes, notando-se uma diminuição acentuada do conhecimento do Alcorão na geração mais jovem.

Nos capítulos seguintes iremos estudar as religiões de origem chinesa.

⁹ Jean Charbonnier, *La Chine sans muraille (Heritage Culturel et Modernité)*, Le Sarmant, Librairie Arthème Fayard, Paris, 1988, col “Des Chrétiens” (Missions Etrangères de Paris), p. 213.

¹⁰ Edmund Ryden, S. J., “Religion in China Today”, *Correspondence*, Manila, 1992.

¹¹ Jean Charbonnier, *La Chine sans muraille*, cit., p. 213. É também a cifra estimada por *Églises d’Asie, (Regard sur l’Asie)*, Paris, 1991, o que é natural, visto o Pe. Charbonnier pertencer às MEP, sendo um dos seus melhores sinólogos e observadores, não só a partir de Singapura, onde reside, mas também devido às suas frequentes viagens à R. P. China (mais de 20).

¹² Jean Charbonnier, *Guide to the Catholic Church in China, 1989*, China Catholic Communication, Singapura, p. 316, que publica os dados referentes ao final de 1987 (pelo Anuário da R.P.C. de 1988).

Página intencionalmente em branco

11. Confucionismo

Página intencionalmente em branco

1. Mestre Kong, filósofo, moralista e pedagogo

O vocábulo “Confúcio” é uma latinização, operada pelos jesuítas do século XVII das palavras “Kong fuzi” (mestre Kong), designação por que era conhecido o grande filósofo Kong Qiu¹ (551-479), nascido no Estado de Lu (actual província de Shandong). Órfão de pai aos 3 anos, Confúcio mostrou, desde muito novo, um grande interesse pela tradição dos antigos e pelos rituais. Aos 15 anos entrou para a escola dos letrados, vindo mais tarde a desempenhar cargos públicos, relativamente modestos, até se tornar finalmente ministro da Justiça e depois, aos 56 anos, primeiro-ministro do seu país. Desiludido com a corrupção dos governantes, demitiu-se e voltou às suas anteriores actividades de conselheiro dos príncipes dos reinos que se combatiam permanentemente e necessitavam da sua avisada experiência, acabando finalmente por se retirar e dedicar-se exclusivamente aos seus estudos e à formação de discípulos. Com efeito, a actividade que lhe deu maior reputação foi a de educador: aos seus alunos ensinava, não apenas a história e os preceitos de moral que o tornaram famoso, mas também actividades de ordem prática, como tiro ao arco e condução de carros. Da sua família pouco se sabe, além de que foi casado, teve um filho e uma filha e um neto que se notabilizou como escritor, seguindo a escola do avô².

2. Confúcio e confucionismo

Confúcio dedicou-se ao estudo e compilação das crónicas das 3 dinastias anteriores – Xia (Hsia), Shang (Chang) e Zhou (Tcheou) – à recuperação dos rituais de homenagem aos antepassados e ao Céu, e ao ensinamento das regras da boa harmonia, começando pelo respeito tributado aos pais (piedade filial), aos governantes e ao Imperador, cujo mandato lhe vinha do Céu. Quando o governante se tornava injusto, corrupto ou praticava acções moralmente con-denáveis, era sinal de que o Céu lhe retirara o seu mandato e era lícito substituí-lo. Acima de tudo, o que o Mestre ensinou foi uma “arte de viver”, assente numa filosofia de fidelidade à tradição, em que cada um deveria respeitar a ordem estabelecida.

A sua obra foi continuada nos séculos seguintes, destacando-se dois famosos discípulos: Mengzi (Mêncio ou Mêncio), na segunda metade do séc. quarto e Xunzi (298-235). Crê-se que a maior parte das obras atribuídas a Confúcio hajam sido produzidas pela sua escola, nos primeiros séculos que se lhe seguiram.

Os cinco livros³ considerados “clássicos” ou “canónicos” são o livro das *Mutações* ou das *Mudanças* (Yi-King), os *Documentos Históricos* (Chu-King), o livro dos *Cantares* (*Odes* ou *Canções* – Che-King), o livro que

¹ A romanização do Chinês tem sido feita de maneiras diferentes, o que provoca compreensíveis confusões ao leitor desprevenido. Os sistemas mais conhecidos são os de *Wade-Giles* (dos nomes dos dois diplomatas que o criaram e aperfeiçoaram) e o *Pinyin*, hoje oficialmente adoptado pelo governo da R.P.C. Devido a estas diferenças, encontramos o nome de Confúcio latinizado como “Kong Qiu” (Jacques Gernet, *O Mundo Chinês*, vol. I, p.92), ou “K’ung K’ieu” (Albert Cavin, *Confucionismo*, p. 67), ou ainda “Qheo”, em vez de Qiu ou K’ieu (Pe. J. Guerra, S. J., *Quadrivolume de Confúcio*, p. 47).

² Entre as numerosas biografias de Mestre Kong podem consultar-se, em língua portuguesa, os dois livros citados na nota anterior, respectivamente de A. Cavin e J. Guerra.

³ Note-se que, quando dizemos “livro” estamos a referir-nos aos escritos contidos em tabuinhas ou placas de bambú, atadas por uma correia.

contém a cronologia do Estado de Lu – *Primavera e Outono* (Tch’uen-Ch’ieu) e o *Livro dos Ritos* (Li-Ki), de redacção posterior aos outros.

No séc. XII foi feita uma compilação (Quadrivolume) englobando os *Diálogos de Confúcio* (*Analectos*, ou *Conversações*), as *obras de Mêncio* e duas separatas do *Livro dos Ritos* (a *Grande Escola* e a *Harmonia Perfeita*). Esta compilação difundiu-se por todo o Império, constituindo aquilo a que os missionários jesuítas chamaram “confucionismo” e que constituía matéria obrigatória para os exames dos letrados nas duas últimas dinastias chinesas. Com o advento da República (1911), proclamada por Sun Yat Sen, o Confucionismo foi relegado para segundo plano, acabando por ser definitivamente proscrito pelos comunistas da República Popular (1949) que o consideraram culpado de todos os atrasos do país.

Quando tudo parecia assim indicar o ocaso do Confucionismo, eis que, surpreendentemente, nos últimos anos, ele recomeçou a ser o objecto privilegiado de numerosos encontros e debates a nível internacional: em Agosto e Novembro de 1987 tiveram lugar duas conferências científicas internacionais sobre *Confúcio* e o *confucionismo*, a primeira no Continente (em Qufu, província de Shandong), onde Confúcio nasceu, e a segunda em Taipé (Taiwan). Também em Hong Kong, em 1988, os especialistas se reuniram para debater o tema *O confucionismo e o cristianismo*. Na Alemanha Ocidental, foi efectuada igualmente uma conferência sobre o confucionismo, patrocinada pela Fundação Adenauer, em 1988. Em Macau teve lugar um simpósio sobre *Confucionismo e Modernidade*, entre 17 e 20 de Dezembro de 1990, promovido pela Associação de Filosofia e o Instituto Cultural de Macau.

Na China multiplicaram-se também os estudos e encontros, “reabilitando” a memória de Confúcio, tão atacada e caluniada na era maoísta.

3. Uma ética ou uma religião?

Todavia, na República Popular da China o Confucionismo nunca aparece classificado como “religião” nem nos documentos oficiais, nem no Departamento de Estudos Religiosos, o órgão de mais alto nível para estes problemas, dependente directamente do Conselho de Estado.

E a primeira pergunta que se põe é, de facto, esta: O Confucionismo é ou não uma religião? Os especialistas dividem-se:

- Edmund Ryden, S. J.⁴, no seu estudo sobre as religiões da China actual não lhe faz qualquer referência;

⁴ “Religion in China Today”, *Correspondence*, Manila, 1992, cit.

- Jean Charbonnier⁵ afirma: “*O confucionismo não é um sistema filosófico, como também não é uma religião. É antes uma “Via” (Dao) de desenvolvimento humano.*”
- M. Jean Wu⁶: “*O Confucionismo é uma ética, o Taoísmo uma filosofia, mas o Budismo é uma espiritualidade.*”
- Júlia Ching, por sua vez, põe a questão desta maneira⁷: “*O confucionismo é uma filosofia ou uma religião? Neste capítulo e nesta obra, a minha definição de religião inclui a consciência de uma dimensão transcendente cuja presença no confucionismo eu verifico desde os seus primórdios, mesmo se esta consciência nem sempre se traduziu em crença numa divindade pessoal. Reconheço também a tendência, na tradição, de identificar a transcendência com o que é imanente, a reconhecer a presença da via do Céu na via do homem, a tal ponto que se verificaram por vezes ambiguidades.*

(...)

Mas é inegável que a influência do confucionismo se torna cada vez mais difusa e por vezes quase insensível. Com o desaparecimento progressivo do culto dos antepassados, hoje – mas somente hoje – o confucionismo aparece mais como uma filosofia do que como uma religião. Todavia, na medida em que ele não é apenas uma filosofia da vida, mas também uma “realidade viva” que exerce uma influência real e orienta aqueles que escutam o seu apelo para a transcendência de si, podemos ainda falar de religião.”

- E na sua “resposta cristã”, no capítulo seguinte⁸ Hans Küng afirma: “*... Confúcio incarna um terceiro tipo fundamental de religiosidade que podemos, e devemos, distinguir dos outros dois, sem nenhuma ideia de superioridade nem de inferioridade.*” (Küng refere-se à tradição semítica profética, à tradição mística e ao sistema da sabedoria chinesa).
- Para Léon Vandermeersch⁹, “*Nem por isso é menos certo que o confucionismo está profundamente apegado a práticas que, em geral, são a manifestação por excelência do espírito religioso: as práticas culturais. Antes de mais, culto dos antepassados, ainda hoje extremamente vivo em todas as sociedades outrora confucionizadas; mas também, nesse tempo, o culto do Céu, reservado ao Imperador e que por conseguinte se extinguiu com o império; e, além disso, cultos prestados a entidades sobrenaturais de toda a espécie: génios locais, deuses do lar e de diversas partes da casa, espíritos de grandes homens defuntos (nomeadamente Confúcio), etc.*” (...) “*... a tradição canónica em que o confucionismo se apoia é uma tradição sem*

⁵ *La Chine sans muraille. Heritage culturel et modernité*, cit., p. 154.

⁶ *Para lá do Leste e do Oeste*, Paris, Tournai, Casterman, 1955, p. 143 (cit. por Charbonnier, ob. cit. na nota anterior, p. 201).

⁷ Júlia Ching e Hans Küng, *Christianisme et Religion chinoise*, Seuil, Paris, 1991, pp. 113-114.

⁸ *Christianisme et Religion chinoise*, cit., p. 135.

⁹ Léon Vandermeersch, “O Confucionismo”, pp. 551 sgs. de *As Grandes Religiões do Mundo*, cit.

teologia. Mas então que tem ela de religioso? A resposta apenas pode ser dada pela análise da singularidade do confucionismo: a vitalidade de um culto inteiramente desligado de qualquer enraizamento teológico.” E depois de fazer notar que o facto de não ter sacerdotes nem magistério religioso impediu praticamente toda a especulação teológica, e que “o confucionismo antigo não tem metafísica”, este autor faz um resumo da história do confucionismo e do neo-confucionismo no século XX, para concluir que não se espera uma renovação da religião confucionista, enquanto tal; à pergunta que formula: “*É isto religião ou filosofia?*”, responde: “*Antes será, entre as duas, uma espécie de religião da cultura humanista ou de doutrina filosófica da santidade, coisa que o confucionismo sempre foi, e a que o novo confucionismo tenta devolver uma forma nova...*”

¹⁰ Mircea Eliade, *História das Ideias e Crenças Religiosas*, RÉS-Editora, Porto, II vol., p. 23. Trata-se, como sublinha Paulo Ferreira da Cunha no pós-fácio (*sobre o autor*) a esta tradução por-tuguesa, da grande obra do escritor e estudioso romeno, deixada inacabada. Mircea Eliade (1907-1986) leccionou na Faculdade de Letras de Lisboa, quando desempenhava funções de conselheiro cultural da Embaixada Real da Roménia, durante a última guerra mundial.

- Demos, por último, a palavra a Mircea Eliade¹⁰: “*Confúcio não é propriamente um líder religioso. As suas ideias, e sobretudo as dos neo-confucionistas, são estudadas, em geral, nos compêndios de história da filosofia. Mas, directa ou indirectamente, Confúcio teve profunda influência na religião chinesa. Na verdade, a própria fonte da sua reforma moral e política é religiosa. Por outro lado, ele não rejeita nenhuma ideia tradicional importante, nem o tao, nem o deus do Céu, nem o culto dos antepassados. Além disso, exalta e revaloriza o papel religioso dos ritos e comportamentos costumeiros. Para Confúcio, o Tao foi estabelecido por decreto celeste: “Se o Tao é praticado, isso se deve ao decreto do Céu” (Luen yu = Analectos, XIV, 38). Pautar a própria conduta pelo Tao é conformar-se à vontade do Céu. Confúcio reconhece a preeminência do Céu (T’ien). Para ele, não se trata de um deus otiosus; T’ien interessa-se por cada indivíduo isoladamente e ajuda-o a tornar-se melhor. “Foi o Céu que produziu em mim a virtude (tö)” (V, 22), declara. “Com 50 anos de idade compreendi a vontade do Céu” (II, 4). Com efeito, o Mestre acreditava estar incumbido pelo Céu de executar uma missão. Como tantos outros entre os seus contemporâneos, cuidava que o caminho do Céu é exemplarmente ilustrado pelos heróis-civilizadores Yao e Chun e pelos reis da Dinastia Tcheu, Wen e Wu (VIII, 20).”*

Em que ficamos? É ou não é religião? Ninguém hoje põe em dúvida que Mestre Kong (Kong Fou Tseu, ou K’ung-fu-tzu), ou Confúcio, era, ele próprio, não apenas um extraordinário moralista e educador, mas um homem verdadeiramente religioso, respeitando o Céu, aceitando naturalmente os fundamentos da antiga religião chinesa e prestando culto aos antepassados. Lê-se, por exemplo, no Livro II dos “Diálogos”:

- Aos quinze anos, pus todo o meu coração em aprender (em ser sábio).
- Aos trinta anos estava seguro.

- Aos quarenta anos, já não tinha dúvidas.
- Aos cinquenta anos, *compreendi a vontade do Céu*.
- Aos sessenta anos, as minhas orelhas estavam em uníssono (com esta vontade).
- Aos setenta anos, eu podia seguir os desejos do meu coração, sem ultrapassar a justa medida¹¹.

Embora crente na transcendência, parece todavia que a sua preocupação fundamental, como grande humanista, foi a de formular e transmitir regras práticas de conduta ética à sociedade do seu tempo, dando como implícita a crença religiosa e os rituais que lhe estavam associados.

Uma vez que o confucionismo não se confunde com as posições do próprio Confúcio e tendo em conta as opiniões dos especialistas, de que citámos brevemente algumas, afigura-se-nos que estamos sobretudo perante uma filosofia moral, de raiz antropológica. Todavia, se levarmos em conta a crença subentendida no sobrenatural, a noção do sagrado, as práticas culturais, poderemos talvez falar ainda, em sentido bastante lato, numa “religião confucionista”.

4. A cultura de base do mundo chinês

Para o objectivo desta análise, não parece útil aprofundar mais as raízes do pensamento de Mestre Kong e da sua escola, ou tentar separar a história da lenda no que toca às peripécias da sua existência, ou ainda averiguar em que medida os textos clássicos traduzem com fidelidade os seus ensinamentos (é bom não esquecer que *todos os livros foram reproduzidos de memória*, depois de, no final do séc. III a.C., o Imperador Qin Shi Huangdi os ter mandado queimar, enterrando vivos 400 intelectuais letrados...).

O que se nos afigura relevante é o facto de, embora enriquecido e equilibrado com o pensamento taoísta anti-conservador e com as normas dos “legistas”, o confucionismo permanecer, nos nossos dias, a **cultura de base do mundo chinês**, dentro e fora da República Popular.

Foi motor do progresso numas épocas e travão conservador noutras, aproveitado por gerações de monarcas e letrados que o manipularam a seu favor, mas também encarniçadamente combatido, na antiguidade como no nosso século. O comunismo chinês atribuiu-lhe todos os defeitos, perseguiu os intelectuais seus adeptos durante a Revolução Cultural e acabou por reabilitá-lo na última década (Zhang Jian, vice-presidente da Sociedade Chinesa de

¹¹ Tradução de Júlia Ching, ob. cit., p. 89. O Pe. Joaquim Guerra, S. J., na sua tradução (*Quadrivolume de Confúcio*, ed. I.C.M., 1990, p. 121) oferece uma versão diferente, cujo sentido, todavia, é o mesmo:

- “1. Disse o Mestre: Aos 15 anos, todo o meu empenho era aprender.
2. Aos 30 estava formado.
3. Aos 40 já não tinha hesitações.
4. Aos 50 conheci a missão de Deus.
5. Aos 60 era só seguir.
6. Aos 70, seguia os desejos do meu coração, sem pisar a linha.”

¹² Cit. por Charbonnier, *La Chine sans muraille*, p. 154.

Educação, afirmava em 1984: “*Nós queremos utilizar os ensinamentos de Confúcio para acelerar os programas de modernização*”¹². E na Conferência Nacional de Qufu (1984), Confúcio foi reconhecido pelos especialistas presentes (mais de uma centena) como “*um grande educador, filósofo e homem de Estado*”, convicção mais tarde reforçada na Conferência de Hangzhou (1981) sobre “*O neo-confucionismo nas dinastias Song e Ming*”, que reuniu uns 250 investigadores (entre os quais, a Prof.^a Júlia Ching).

Outros autores vêem nas virtudes herdadas do Confucionismo o segredo do êxito económico espectacular dos cinco Dragões da Ásia (Japão, Taiwan, Coreia, Hong Kong e Singapura), todos de cultura basicamente chinesa. Ao contrário destas afirmações, os países ocidentais atribuem aquele progresso quase exclusivamente às virtudes da tecnologia e mentalidade empresarial do Ocidente, conjugadas com factores externos favoráveis (mão-de-obra barata e não contestatória, recursos naturais abundantes, etc.).

Os observadores mais imparciais, contudo, acreditam que o “segredo” reside na conjugação dos dois tipos de cultura (chinesa e ocidental) funcionando a 1.^a como a terra-mãe e a 2.^a como semente escolhida. De nada serve uma excelente terra sem boas sementes, nem estas produzem em terra estéril...

E, além disso, atribuir ao Confucionismo o exclusivo da responsabilidade no desenvolvimento do Sudeste Asiático, é esquecer que há outros “dragões”, cuja economia se desenvolve em meios culturais e religiosos diferentes, como, por exemplo, os muçulmanos (Indonésia e Malásia) ou os budistas (Tailândia)¹³.

Em si mesmo, o Confucionismo comporta uma certa ambiguidade, retratada ao longo da sua história bimilenar, que importa não negligenciar, para evitar os riscos de entusiasmos cegos ou de condenações extremistas. O Padre Charbonnier, que vive num dos locais onde o Confucionismo tem sido fortemente implementado pelo Governo (Singapura) põe muito bem esta questão. Passamos a traduzir¹⁴:

Poder-se-ia concluir, como no caso da educação, que há dois tipos de confucionismo, um fechado, em consequência da sua politização e do seu uso formalista, o outro aberto e favorável ao crescimento de uma sociedade nova. Seria assim fácil acusar a sociedade antiga e feudal de um confucionismo conservador e paralisante e atribuir todas as vantagens de um confucionismo flexível e dinâmico aos nossos dias.

Esta dicotomia arrisca-se a iludir o verdadeiro problema. O confucionismo do passado teve as suas horas de dinamismo reformista e de sentido crítico. O confucionismo actual, por outro lado, pode conhecer desvios paralisantes ao legitimar novas formas de exploração do homem: submissão total à colectividade, sujeição a técnicas de produtividade desumanas.

¹³ O aumento calculado para 1992, tanto para o *Produto Nacional Bruto* como para as *exportações*, é o seguinte, segundo o Pacific Economic Corporation Council: **Hong Kong**: 5,4% (PNB)-18,0% (Exp.); **Indonésia**: 6,4%-14,3%; **Malásia**: 8,5%-18,0%; **Coreia do Sul**: 7,5%-11,4%; **Singapura**: 6,0%-9,5%; **Taiwan**: 6,8%-9,2%; **Tailândia**: 8,6%-12,3% (cfr. “Growing, GROWING...”, por George M. Taber, in *Time*, 14.9.1992).

¹⁴ *La Chine sans muraille (héritage culturel et moderne)*, cit., pp. 175-176. Cfr. também, do mesmo autor, a excelente síntese das várias campanhas da era de Deng Xiao Ping, destinadas a preservar a estabilidade, no Cap. 29, alínea “Ouverture sous contrôle” da sua *Histoire des Chrétiens de Chine* (1992), cit., pp. 375 e sgs.

É possível que o confucionismo, por si só, não possua no seu próprio fundo a força crítica de autocorreção que lhe permita um perpétuo rejuvenescimento. Outras concepções culturais, ideológicas e religiosas, chinesas ou estrangeiras, podem ajudar a uma renovação confucionista no contexto do mundo moderno.

Seja como for, não se faz justiça à tradição confucionista ao tratá-la como uma simples força de suporte da modernização. A mensagem do confucionismo é precisamente a de pôr em causa as orientações puramente materialistas do crescimento económico e lembrar que este crescimento deveria estar ao serviço do homem. O homem, segundo Confúcio, não é um utensílio, mas um fim. Os objectivos de prosperidade não deveriam polarizar todas as motivações. Confúcio vê no bem estar material uma simples etapa que permite ascender à educação total do homem. Muitos governos estão ainda hipnotizados por uma educação para a produtividade, ao passo que seria necessário pensar numa produtividade para a educação.

5. Confúcio reabilitado

Na China, a recuperação da imagem confucionista parece caminhar mais na primeira direcção, instrumentalizando as suas capacidades de preservar a ordem social, através da aceitação submissa e voluntária das directivas do poder. É, pelo menos, uma leitura possível da campanha governamental lançada em 1982, dos “*Cinco Desejos e Quatro Belezas: desejos de civilidade, de boa educação, higiene, ordem e moral; belezas do espírito, da linguagem, do comportamento e do meio ambiente*”.

Outra leitura é, porém, possível: a de que o governo chinês se tenha convencido de que, pelo menos em matéria de educação e piedade filial, **Confúcio tinha razão**. Com efeito, todo o mundo assistiu à reacção brutal do governo chinês contra o movimento pró-democracia na praça de Tiananmen, e a sua condenação foi unânime. Mas poucos terão compreendido os mecanismos psicológicos que terão ditado a atitude dos velhos governantes, como Deng Xiao Ping. Na realidade, eles foram quase todos vítimas da crueldade dos jovens adolescentes durante a Revolução Cultural¹⁵ e a sua reacção agora tem algo de pavloviano. A campanha anti-confucionista, desencadeada pelo “grande timoneiro”, aproveitou a tendência psicológica natural de todos os adolescentes para a emancipação da tutela paterna – o jovem desta idade quer ser “livre” e pensa ter todas as soluções e, por consequência, todos os direitos – e levou aquela tendência ao extremo oposto, de “subjugar” a geração mais velha. O que fizeram, de resto, com requintes de crueldade (o mesmo sucedeu no Cambodja, por exemplo, e as cenas bárbaras representadas no filme “Terra Sangrenta” são apenas uma pálida amostra da actuação dos jovens guerrilheiros dos Khmers Vermelhos). Por tudo isto, é bem natural

¹⁵ Deng foi duas vezes exilado por Mao e um dos seus filhos vive preso a uma cadeira de rodas por ter sido lançado de uma janela pelos guardas-vermelhos.

que os dirigentes chineses vissem nas manifestações dos milhares de jovens (que nem sempre foram totalmente pacíficas, pois chegaram a queimar soldados vivos dentro dos tanques), a reedição dos dias terríveis da Revolução Cultural e receassem ver de novo o poder cair na rua. Não se trata aqui – longe disso! – de defender a actuação repressiva do Governo, mas antes de tentar descortinar as raízes psicológicas e culturais para uma tal actuação, aparentemente irracional e incompreensível para os ocidentais, tanto mais que sabiam que estava a ser filmada em directo para o mundo exterior e havia outros meios pacíficos de dissuasão. Por todos estes sintomas, é bem possível que a reabilitação da ética de Confúcio, que rege a China há mais de dois milénios, não seja uma atitude maquiavélica de pura manipulação, mas antes resulte do reconhecimento sincero do seu bom senso.

Assistimos assim a um revivalismo confucionista, tanto do lado capitalista (visando a produtividade e o consumismo) como comunista (utilizando-o como estabilizador social).

Independentemente destas manipulações, o Confucionismo contém em si mesmo os germes indispensáveis à sua sobrevivência, embora necessite de contribuições exteriores, o que aconteceu ao longo da sua história com o Taoísmo, o Budismo e o Cristianismo. Demos, de novo, a palavra a Charbonnier:

*O rejuvenescimento do Confucionismo depende dos intercâmbios que mantiver com as grandes religiões. O humanismo confucionista deve ir beber numa fonte transcendente para orientar as missões terrestres com vista a um verdadeiro desenvolvimento do homem.*¹⁶

¹⁶ J. Charbonnier, *La Chine sans muraille*, cit., p. 202; é o remate da 4.ª parte da obra “*L’heritage confucéen*”.

Trata-se de uma questão **essencial** porque, como vimos, toda a cultura chinesa está impregnada dos valores éticos e filosóficos de Confúcio (embora não só). E não se pode negligenciar o facto de que os chineses constituem a maior fatia da Humanidade, tanto em termos étnicos como culturais: Para além dos 1.200 milhões do Continente, há cerca de 25 milhões no SE asiático, dois milhões no continente americano, seiscentos mil na Europa, cento e sessenta mil na Oceania, cento e vinte e cinco mil na Austrália, setenta mil nas ilhas do oceano Índico e onze mil na África do Sul¹⁷, para já não falarmos de outras etnias de cultura sínica e tradição confucionista, como a Coreia do Sul, com os seus 44 milhões de habitantes.

¹⁷ Jean Charbonnier, “Les Chinois de la Diaspora”, in *ETUDES*, Julho-Agosto 1987, pp. 15-16. Segundo outros cálculos mais recentes, os chineses do Sudeste Asiático (os *hua chiao*) serão, em 1995, cerca de 35 milhões.

Reparar-se-á que não demos números, quanto ao confucionismo na R. P. C.. De facto, *não existem*, e cremos ter deixado claro no texto os motivos porque é impossível consegui-los. As estatísticas conhecidas reflectem esta imprecisão, oscilando **entre os 178 e os 333 milhões**. Mas a verdade é que, por tradição cultural, bem pode dizer-se que todo o chinês partilha algo da mundividência e filosofia confucionistas, independentemente de praticar ou não outra religião.

12. Taoísmo

Página intencionalmente em branco

1. A filosofia de Lao-Tsé

Também em relação ao Taoísmo se põe a questão de saber se se trata de uma filosofia ou de uma religião, mas aqui a resposta é mais fácil¹:

Como **filosofia** terá nascido com **Lao-Tsé** (*Laoutsí*, que em pinyin se escreve *Laozi* e na forma aportuguesada deu *Láucio*), que significa “velho mestre”, o qual se julga ter vivido nos séculos VI ou V a.C.². Recebeu depois novo impulso com **Chuang-Tsé** (*Zhuang-Zi*, ou ainda *Zhuangzi*) que terá morrido cerca de 275 a.C..

Lao-Tsé, que fora arquivista e conservador da biblioteca da corte de Tche, retirou-se do mundo, passando a viver como eremita e acabando, já muito velho, por se encaminhar para o “Ocidente”. Antes de partir deixaria um pequeno livro de pouco mais de cinco mil palavras, o famoso “Livro da Via e da Virtude” – o **Tau-te Ching** (*Dao De Jing*, em pinyin, ou ainda, na versão do Padre Guerra, *Daow-Tc-Keg*³, e também *Tao-tö King*...) que condensa – de forma algo confusa e caótica – o essencial da sua filosofia. A obra está dividida em 81 pequenos capítulos, cada um dos quais agrupa algumas sentenças relativamente curtas. O centro de tudo é o Tao (Dao), ou “**Via**”, fundamento último da existência, ao qual o homem sábio deve tentar unir-se, através da prática da meditação.

Na realidade, hoje a palavra “Tao” é utilizada por todas as escolas de pensamento chinesas, o que estabelece certa confusão. A própria tradução de “Tao” varia conforme os contextos e autores, desde *Via* (a mais usual) até *Natureza*, *Providência*, *Deus*, *Logos*, *Rectidão*, *Princípio da Rectidão*, *Razão Suprema Universal*, e o *Absoluto*⁴. Mas o Tao é, por sua própria natureza, indefinível. No início do cap. 25, por exemplo, pode ler-se (na tradução de Gonzaga Gomes): “*O Tou* (em cantonense; em pequinense é tau) *é um ser confuso que existia antes do Céu e da Terra. Como é calmo, como é imaterial! Subsiste por si e não se transforma nunca. Circula por toda a parte e não periclita. Pode ser considerado o criador do Universo. Não sei o seu nome.*”

Na Natureza há uma dualidade essencial de categorias que mutuamente se complementam: O **Yin** e o **Yang**. “*O sol e a lua são as manifestações por excelência da dualidade complementar que atravessa toda a criação expressa pelo yin (a sombra, o duplo, o negativo, o frio, etc.) e pelo yang (a luz, o principal, o positivo, etc.). Yin e Yang (sempre enunciados por esta ordem) opõem-se permanentemente. Da sua dinâmica dual resultam as transformações de toda a criação: o dia e a noite, os ciclos lunares, as estações, a vida e a morte. A sua acção é cíclica: quando o yin atinge o seu apogeu, transmuta-se em yang, e vice-versa. Esta alternância é a primeira das leis cósmicas.*”⁵. O Yan e o Yang percorrem alternadamente um ciclo constituído pelos “cinco Agentes”: água, fogo, madeira, metal e terra. “*A água é o yin*

¹ Vejam-se, para um melhor conhecimento da doutrina taoista, os estudos que indicamos no final deste capítulo.

² A biografia do “velho mestre” é atribuída ao historiador chinês Sima-Chen (Seu-ma Ts'ien) que escreveu cerca do ano 100 a.C.. Da sua leitura parece deduzir-se que Lao-Tsé teria nascido em 570, no Leste da China (actual província de Henan). Há, porém, autores que o contestam, preferindo as datas de 480-390 (W. Baskin), 604 (M. M. Thiollier), 729 (dicionário Universal de Larousse), etc.. O sinólogo macaense Luís Gonzaga Gomes, após uma avaliação criteriosa das várias datas previstas, é de opinião que Lao Tzé terá nascido em **570 a.C.** e morrido em **474 a.C.**, com a projectada idade de 96 anos.

³ A tradução do Pe. Joaquim Guerra S. J., *Prática da Perfeição (Daow-Tc Keg)* foi editada pelos Jesuítas Portugueses de Macau, em 1987. Antes desta, em 1952, Luís Gonzaga Gomes fez uma tradução de *O Livro da Via e da Virtude (Tou Tak Keng)*, acompanhada de uma introdução e comentários e do original chinês, publicada em separata da revista *Mosaico*, de que a Fundação Macau fez recentemente (1995) uma reedição fac-similada.

⁴ Gomes, Luís Gonzaga, ob. cit., p. 17.

⁵ Kristofer Schipper, “O Taoísmo”, in *As Grandes Religiões do Mundo*, cit., p. 511.

perfeito, o fogo o yang perfeito; entre os dois situam-se o metal (o yin nascente) e a madeira (o yang nascente). O elemento terra reúne os outros quatro e serve de fase intermédia entre cada etapa da revolução do ciclo. Os Cinco Agentes servem também para classificar os pontos cardinais, as cores, as notas da escala pentatónica, as vísceras, os sabores, etc.⁶

⁶ Kristofer Schipper, *O Taoísmo*, idem

O Taoísmo dos primeiros séculos era uma doutrina ascética, que pregava a liberdade do indivíduo e por isso se opunha, em muitos aspectos, à rigidez da ética confucionista.

A filosofia taoista é designada por *Daojia*, ao passo que o vocábulo para a religião é *Daojiao*.

2. Religião sincretista

Como **religião** pode dizer-se que é muito anterior a Lao-Tsé, na medida em que incorporou as crenças e práticas antigas (as xamanistas, por exemplo, com as suas técnicas de adivinhação através dos ossos), mas só veio a estruturar-se bastante mais tarde, no séc. II a.C., com **Chang Tao Ling** (*Zhang Ling*, ou ainda *Zhang Daoling*), o fundador da seita dos **Mestres Celestes** (também conhecida por *Wudoumi Tao*, ou das “cinco medidas de arroz”, que correspondiam à taxa paga pelos aspirantes a membros da comunidade). Chang, o Mestre Celeste, que vivia como eremita, tivera uma visão de Lao-Tsé que o encarregara de restabelecer a ortodoxia, combatendo o culto aos demónios, acabando com sacrifícios sangrentos e com numerosas superstições que proliferavam nos cultos locais. Com o andar do tempo, porém, acabou por assimilar uma boa parte dessas mesmas superstições e ritos.

Se bem que a religião taoista, que reaparece ulteriormente, reverencie Laozi (o homem e os seus textos)⁷, ela reinterpreta radicalmente os seus ensinamentos, tal como os de Zhuangzhi. A religião acumulará um enorme corpus de escrituras, chamado o “Daozang” (canon taoista), comportando mais de mil volumes acumulados ao longo de mais de quinze séculos. Este conjunto é extremamente eclético, dado que comporta um certo número de textos budistas, maniqueístas e mesmo cristãos, de que o taoísmo religioso simplesmente se apropriou, fazendo-os seus. Os mais importantes destes textos passam por ser revelações divinas feitas a adeptos do taoísmo em estado de transe. Não têm nome de autor nem data de composição. São muitas vezes redigidos numa linguagem codificada, esotérica, apenas acessível aos iniciados. Tratados filosóficos como os de Laozi e de Zhuangzi foram incorporados no canon taoista, que os interpreta à sua maneira; o “Livro das Mutações”, um clássico confucionista e um manual de adivinhação, faz igualmente parte deste canon.

⁷ Zhang Ling instituiu mesmo o culto a Laozi, considerado o “pai da religião” e deu-lhe o título honorífico de *Tai Shang Lao Jun*, que significa “Mestre Supremo”.

*O taoísmo filosófico é apenas uma das correntes que confluem no taoísmo religioso. A ele se juntam ideias vindas da escola “Yin-Yang”, que compreende a ordem natural na perspectiva dos dois aspectos complementares, ainda que antitéticos, do Dao, e a escola dos Cinco Elementos ou Agentes (o metal, a madeira, a água, o fogo e a terra), grupo de substâncias físicas que representam também as forças cósmicas. Estas duas escolas contribuíram para dar forma às primeiras tentativas de compreensão do universo; eles penetraram as filosofias confucionistas e taoístas, e adquiriram mesmo uma importância de primeiro plano na religião taoísta.*⁸

⁸ Júlia Ching, ob. cit., p. 164.

Mesmo assim, na opinião de estudiosos como o teólogo católico Hans Küng, não é muito clara a distinção entre taoísmo filosófico e religioso, uma vez que *“a filosofia taoísta, com efeito, é profundamente religiosa e a própria religião neo-taoísta sempre se reclamou do ensino “filosófico” de Laozi”*⁹.

⁹ Hans Küng e Julia Ching, *Christianisme et Religion chinoise*, cit., p. 191.

Os taoístas dedicam-se a práticas de alquimia, tentando obter ouro a partir de metais diversos, dão grande importância à higiene (praticando exercícios de ginástica e yoga) e ambicionam, acima de tudo, atingir a *imortalidade*, através do aperfeiçoamento constante, mas também da produção de “elixires da longa vida”.

3. Uma história atribulada

O Taoísmo, ao contrário do Confucionismo elitista, circunscrito aos letrados, desenvolveu-se sobretudo num meio popular (embora não excluindo completamente as camadas cultas).

Não foi por acaso que a China imperial e confucionista e depois, bastante mais tarde, a China comunista e maoísta, mas também a China “democrática” de Taiwan, deram sempre provas de uma desconfiança muito burocrática em relação a esta religião. Porque o taoísmo, esta religião de eremitas originariamente esotérica e secreta, mágica e sincretista, que foi muitas vezes a religião dos quietistas retirados do mundo, foi precisamente também a religião dos rebeldes, dos revolucionários e dos iluminados apocalípticos, dos movimentos contestatários e das sociedades secretas. O taoísmo religioso popular de hoje, tal como floresceu na periferia, sobretudo em Taiwan entre os autóctones taiwaneses (assinatura da sua identidade étnica), mas também tal como se apresenta à luz do dia no continente após a reabertura de numerosos templos, o taoísmo, recordaram-nos, tornou-se sobretudo num conjunto amorfo e complexo, feito de ritualismo clerical, de pensamentos religiosos profundos, de religião popular ordinária e de audaciosa alquimia, que se afigura vão pretender encerrar numa definição: é uma mística de salvação sincretista

¹⁰ Hans Küng, *Christianisme et Religion chinoise*, cit., p. 190.

*para as massas, à qual se vêm amalgamar todos os rituais e instituições (monaquismo) imagináveis (em parte inspiradas no budismo), as superstições, a magia e os elixires de vida eterna.*¹⁰

Acabou por se dividir em numerosas seitas e subseitas que se diferenciavam, mais pelo ênfase que davam a uma ou outra prática, do que propriamente pela doutrina.

Muitas destas seitas assumiram o carácter de *sociedades secretas* para poderem sobreviver, sempre que o poder imperial as perseguia, receoso de que as suas concepções anárquicas desestabilizassem a ordem estabelecida. E, de facto, houve rebeliões como a dos “Turbantes Amarelos”, em 184, e outras.

O Taoísmo conheceu também as suas épocas de triunfo, como aconteceu em 666, quando Lao-Tse foi proclamado *Altíssimo Imperador de Origem Celeste*, pela imperatriz convertida Mhu-Hw, ou em 743, ano em que o Imperador Huen-Tsoq lhe deu também o título de *Altíssimo Imperador*.

Posteriormente, porém (sobretudo a partir do séc. XVII), entrou em nítida decadência, sobrevivendo apenas duas importantes congregações monásticas: a escola do Sul, ou do Mestre Celeste, também conhecida por **Zheng Yi**, ou seita da “Perfeita Unidade” (ou ainda da “Verdade Perfeita”), e a escola do Norte, conhecida como **Quan Zhen** (“Completa Pureza” ou “Perfeita Realização”).

A primeira (do Sul), tinha a sua base na montanha do Dragão e do Tigre, em Jiangxi, acabando por se transplantar para Taiwan na altura da tomada do poder pelas tropas comunistas, em 1949. Aí tem mantido uma certa vitalidade, sendo actualmente dirigida pelo 64.º Mestre Celestial, Zhang Yuanxian, sobrinho do 63.º, que encabeçara a fuga para a Formosa (a função de Mestre Celestial tornou-se hereditária). Esta seita de Zheng Yi inclui mulheres no seu clero, o qual pode casar e viver com a família, ao contrário do que sucede com a escola do Norte. Comem carne e peixe, no que também se distinguem dos Quan Zhen, que são estritamente vegetarianos. O facto de os seus líderes se terem aliado aos nacionalistas de Chiang Kai Chek, fez com que os membros que permaneceram no continente não gozem de muitas simpatias por parte do governo da R. P. C., que os considera anti-comunistas – e portanto anti-patriotas – acusando-os frequentemente de “supersticiosos”. E, ao que parece, constituem a grande maioria dos taoistas.

A seita do Norte (Quan Zhen), pelo contrário, dedicada à vida monástica e ao estudo, dirigida por monges celibatários, não levanta problemas ao sistema de “liberdade religiosa” em vigor, e é por isso bem tolerada. A sua sede (bem como a da Associação Taoista Chinesa, criada em 1957) é no *Templo da Nuvem Branca*, em Pequim.

4. O Taoísmo contemporâneo

De uma forma geral, o governo não demonstra muita consideração pelas seitas taoistas, disfarçando mal o seu desdém pelas suas crenças politeístas e sus-peitando (por vezes com razão) de práticas supersticiosas e adulteração da medicina natural, corrompida pelo uso de rituais mágicos. Um indicador desta fraca estima é a lentidão com que os templos vão sendo devolvidos e reparados, estando ainda um grande número ocupado por fábricas, hospitais, escolas, ou mesmo por particulares.

O grande templo da Nuvem Branca (*Bai Yun guan*, atrás mencionado) só reabriu em 1985. “*Este santuário célebre, antigamente muito frequentado pelo povo de Pequim, dá hoje a impressão de um museu asepsitado onde alguns padres fazem papel de guardiões*”¹¹.

¹¹ Jean Charbonnier, *La Chine sans muraille*, cit., p. 208.

O regime reconhece, em todo o caso, o seu valor no campo artístico, cultural e filosófico e, nesse aspecto, apoia a promoção de festivais, de exposições artísticas, de actividades folclóricas, de agrupamentos musicais e do turismo (sobretudo em visitas aos templos das montanhas). Sublinham também a sua contribuição positiva para o desenvolvimento da cultura chinesa, sobretudo nas áreas da química (atribuem-lhes a invenção da pólvora, quando se dedi-cavam à alquimia), astronomia e medicina (acunpunctura, técnicas de ginástica respiratória e outras para manter a saúde)¹² e valorizam o seu amor à Natureza e sua preservação como percursos da Ecologia.

¹² Cfr. *Religion in China – 100 Questions and Answers*, cit., pp. 89-101.

A Associação Taoista Chinesa publica um jornal trimestral (*Chinese Taoism*), editou um *Dicionário Taoista* e outros trabalhos de divulgação, promove contactos com visitantes estrangeiros taoistas e formou cerca de 200 estudantes para trabalharem nos templos. Mais ainda do que nas outras religiões, o Taoísmo ressent-se da idade avançada do seu clero, uma vez que o tipo de formação é muito personalizado, de mestre a discípulo, o que torna cada vez mais difícil a transmissão da herança doutrinal tradicional. Para obviar a esse inconveniente (e certamente também para um controlo mais eficaz do poder, através da educação), a Associação está em vias de criar um Instituto Taoista Chinês, para formar investigadores e pessoal de direcção.

Quanto ao clero existente actualmente, número de templos e fiéis, os dados são escassos:

As fontes oficiais, citadas por Charbonnier em 1989¹³, referem apenas 100 lugares de culto em 1987, tendo sido reabertos mais 200 templos em 1989, servidos por cerca de 2.000 religiosos, segundo informação do Comité Executivo da Associação Taoista. A mesma Associação, nas suas publicações, indica apenas 20.000 fiéis para toda a China, o que é manifestamente irrealista, pecando largamente por defeito.

¹³ *Guide to the Catholic Church in China*, 1989, p. 316.

¹⁴ *Religion in China Today*, cit., p. 10.

O jesuíta Edmund Ryden¹⁴ completa e actualiza estes dados em 1992, da seguinte forma:

*Em finais de 1989 existiam, a nível de concelhos ou superior, para cima de 250 templos restaurados para utilização em 21 locais famosos. Se incluirmos todos os pequenos templos não autorizados, o número total pode atingir os 1.000. Havia cerca de 10.000 clérigos, de ambos os sexos, vivendo em mosteiros, além de uns 2.000 encarregados de templos pequenos. O número de crentes era estimado em 100.000, mas **pode ir até um milhão** se se incluírem todos aqueles que, uma vez ou outra, oferecem incenso ou se deslocam em peregrinação.*

A oferta e queima do incenso é o ritual central mais visível do Taoísmo. Como atrás referimos, a publicação *Églises d'Asie*, das Missões Estrangeiras de Paris, estima em **30 milhões** os Taoístas na R. P. C. (*dossiers et documents* n.º 5/91, Supplément EDA n.º 111, Maio 1991, p. 43).

¹⁵ Kristofer Schipper, *O Taoísmo*, cit., p. 509.

Por sua vez, Kristofer Schipper¹⁵, afirma que “*a quase totalidade da população rural e uma boa parte das cidades são taoístas; isto é, perto de um quarto da Humanidade*”. Trata-se de evidente exagêro e sobretudo de confusão entre “taoísmo” e “religião popular chinesa”, a qual, como veremos adiante, é um sincretismo que abrange também boa parte da doutrina e prática taoístas. Embora a maior parte dos chineses se possam rever nesta religião popular, estão bem longe, mesmo assim, de ser todos. E ainda que o fossem seriam, quando muito, um quinto e não um quarto da Humanidade – o que, con-venhamos, é bem diferente (embora Schipper seja um dos grandes especialistas ocidentais em Taoísmo, as estatísticas não são o seu forte. Ele próprio o confessa, algumas linhas acima, quando considera que as estatísticas “*são uma das taras do mundo moderno*”...)

Tudo visto, é bem possível que quem mais se aproxime da realidade seja *Églises d'Asie* (trinta milhões), embora, repetimos, não seja possível colher números exactos.

Cabe aqui uma referência breve – porque incertos são também os dados – às seitas secretas conhecidas por “*Hui Dao Men*”, que combinam elementos do Budismo, Taoísmo e Confucionismo, numa religião única que garante a salvação pela observação de códigos morais rígidos.

Suprimidas em 1950, logo no início da era maoísta, parece que manifestam nova vitalidade, não apenas em Taiwan (a seita do “Caminho da Unidade Dominante”, ou “*Yi Guan Dao*”) mas no próprio Continente (onde continuam a ser ilegais), sobretudo no Norte da China, nas áreas que o Japão ocupou nos anos 30 e 40.

13. Religião Popular Chinesa

Página intencionalmente em branco

1. Deuses e divindades do passado

Não subsistem hoje dúvidas de que, muito antes de nascimento de Confúcio e de Lao Tse, já os chineses tinham um antiquíssimo sistema religioso que integrava a crença num **ser supremo** e em **espíritos**, as práticas de **adivinhação**, a veneração dos **antepassados**, o **xamanismo**, etc. Ofereciam comida, jade, sedas e sacrifícios, tanto de animais como humanos, comprovados hoje por eloquentes testemunhos arqueológicos – inscrições oraculares sobre ossos da época Shang (1766-1122 a.C.) e sobre bronze (dinastia Zhou, 1122-256 a.C.) bem como despojos de guerreiros, concubinas e outros infelizes sepultados com os seus senhores.

Os reis desempenhavam também o papel de xamãs, grandes adivinhos e sumo-sacerdotes, intercedendo pelo povo, pedindo aos Céus boas colheitas, chuvas, etc. (o templo do Céu, perto de Pequim, verdadeiro ex-libris da China, é um testemunho importante desta função que se manteve até muito tarde).

Os deuses e seres espirituais distribuía-se, grosso modo, por quatro níveis ou categorias:

- O ser supremo, chamado “Senhor” (**Di**), ou “Senhor nas alturas” (**Shangdi**) que reinaria sobre uma corte de divindades, à semelhança dos reis terrenos; na época Chou (Zhou) usou-se o termo **Tian** (Céu) em vez do Di da dinastia anterior (Shang);
- Divindades da Natureza, quer celestes (sol, lua, núvens, vento), quer terrestres (terra, montanhas, rios);
- Os grandes antepassados, heróis mitológicos fundadores das três primeiras dinastias;
- E, finalmente, os espíritos dos antepassados, de nível inferior aos anteriores.

2. A religião do povo

O que importa aqui salientar é a permanência de muitos destes elementos da religião arcaica, velha de 4.000 anos, na actual religião popular, juntamente com o Taoísmo e Confucionismo, tanto na China como em todo o Sudeste Asiático. Continuam a fazer-se as oferendas aos antepassados, recorre-se à adivinhação (aliás, condenada na RPC), à comunicação com espíritos através de médiuns que entram em transe, etc.. Por todo o lado se encontram os altares domésticos com divindades das várias religiões, as quais co-existem tran-quilamente sem dificuldade em numerosos templos chineses.

Este fundo religioso, tão antigo como a própria China, incorporando as grandes tradições filosóficas e religiosas posteriores, é que constitui a chamada **religião popular chinesa**.

Para se tentar compreender a cultura dos povos da China, é indispensável ter na devida conta este *sincretismo* largamente sedimentado, que se manifesta exuberantemente na vida quotidiana, tanto da grande maioria Han como das minorias étnicas, em numerosas práticas, que vão desde a veneração dos antepassados míticos e das divindades protectoras ao culto dos mortos, nos templos e nas habitações, com oferendas de alimentos e homenagens diversas – velas, inscrições, pivetes, panchões, etc..

Fundamentais são também as grandes festas do seu calendário, realizadas em todo o país¹. Um calendário agrícola, de base lunar, ligado às estações, como é próprio de um povo de larga maioria camponesa, e acompanhando os ciclos da Vida, desde o nascimento até à morte.

Acerca da Religião Popular, escreve Howard Smith²: “*a religião popular da China pode ser descrita como nem confucionista, nem budista, nem tauísta*”. Conforme H. Maspero escreveu³:

As três religiões, como sistemas definidos, têm tido durante séculos somente interesse histórico: o povo nem pratica todas três juntas nem cada uma em separado. A pouco e pouco, através dos tempos, formou-se uma religião popular que adoptou várias feições de todas três mas que é completamente distinta delas todas e deve ser considerada um sistema à parte.

(...)

Indubitavelmente a religião popular sofreu um declínio sério durante o século xx. A pregação dos missionários cristãos, o desenvolvimento de uma educação moderna ocidentalizada, os fortes movimentos anti-religiosos, o sequestro dos templos, o enfraquecimento dos laços familiares e o aumento de materialismo e secularismo, tudo tem tendido para quebrar a firmeza das práticas religiosas tradicionais. O regime comunista, ao passo que proclama a liberdade de crença pessoal, tem sido incansável em tentar destruir o que supõe ser superstições inúteis, perigosas e consumidoras de riqueza.

É, contudo, muito possível calcular mal a espalhada influência da religião popular na China comunista. Ela penetrou durante tantos séculos na vida e no pensamento do povo chinês que somos inclinados a crer que só espera um clima político mais favorável para florescer com renovada actividade. A sua influência na literatura, na arte, no folclore e nos costumes tem sido imensa. Só uma pequena percentagem da população chinesa aceita, ou mesmo compreende, a ideologia marxista. Embora essa pequena percentagem seja uma elite governante com imenso poder, a grande maioria, se bem que grata pelo governo estável e pelas vantagens da economia do sistema comunista, repudia o ateísmo militante que não tem lugar para uma interpretação espiritual da vida e do destino do homem.⁴

¹ O número de Janeiro de 1993 (n.º 151) da revista mensal de Hong Kong *China Tourism*, por exemplo, foi inteiramente dedicado às importantes festas do Ano Novo Chinês, com as lendas e culto que lhes estão associados, cobrindo praticamente todas as províncias da R. P. China. A mesma revista, no n.º 179, de Junho de 1995, publicou um quadro-resumo das 79 festividades mais importantes das minorias étnicas, explicando a sua origem e significado sócio-religioso.

² D. Howard Smith, *As Religiões Chinesas*, p. 227, Edit. Arcádia, Lisboa, 1971 (n.º 5 da Col. “História das Religiões”), 286 p.. H. Smith foi missionário na China durante 24 anos e depois leitor de Religião Comparada na Universidade de Manchester, jubilando-se em 1966.

³ H. Maspero, “The Mythology of Modern China”, *Asiatic Mythology*, J. Hackin, Londres, 1932 e 1963, p. 252 (cit. por H. Smith, nota anterior).

⁴ H. Smith, ob. cit., p. 231.

14. As religiões das minorias étnicas nacionais

Página intencionalmente em branco

1. Divergências culturais e religiosas

Oficialmente, a R.P.C. só reconhece 5 grandes religiões, apresentando-as normalmente por esta ordem: Budismo, Taoísmo, Islamismo, Catolicismo e Protestantismo – este último denominado também frequentemente “Cristianismo”.

Todas as restantes têm o estatuto de “superstições”, sendo toleradas apenas entre as 55 minorias étnico-culturais. Numa publicação oficial chinesa sobre minorias¹, diz-se que “o Xamanismo é praticado entre os Oroqens, Daur e Ewenkis. Encontram-se aderentes do politeísmo e feiticismo, bem como totemismo e culto dos antepassados entre os Drungs, Nus, Vas, Jingpos, Gaoshans e povos de outras minorias”.

Isto é: Os classificados de “Xamanistas” vivem em toda a zona Norte (incluindo NE e NW) e os restantes a Sul, na Província de Yunnan (com excepção dos Gaoshan, que habitam em Taiwan e Fujian). Para além da indicação transcrita não há mais nenhuma menção às crenças e práticas religiosas destes povos. É evidente que a existência destas religiões – cuja classificação não é muito rigorosa, como se vê – se deve, tanto ao relativo isolamento em que vivem, como ao contacto com as populações dos países limítrofes, com quem têm maiores afinidades étnicas e culturais. Na realidade, Yunnan tem largas fronteiras, cobertas de florestas, com a Birmânia, Laos e Vietname; no Norte, por seu lado, o parentesco é com os povos da Mongólia e regiões siberianas, encontrando-se aqueles povos distribuídos pelas províncias de Heilongjiang, Mongólia Interior e Xinjiang (ou Turquestão Oriental).

O culto dos antepassados e o xamanismo têm raízes muito mais profundas na longa história da China e estão longe de ter desaparecido entre a maioria Han.

Como se pode observar no quadro das “Religiões das Minorias Étnicas da China”², a par das grandes religiões organizadas, surgem o **culto dos antepassados**, o **xamanismo**, **animismo**, **magia**, **politeísmo** (frequentemente misturados), bem como os cultos de certos **deuses protectores** ou **heróis históricos divinizados** (É o caso dos **Xibe**, que vivem ao Norte, no Xinjiang – região autónoma Uygur – os quais, “acreditavam no Politeísmo antes da Libertação em 1949. Para além dos deuses dos insectos, dragões, terra e varíola, os Xibes adoravam também os protectores divinos das terras e animais. Além disso, alguns povos Xibe crêem no Xamanismo e no Budismo. O povo Xibe presta um fervoroso culto aos antepassados, a quem oferecem peixe no mês de Março e melões em Julho”³).

Também os **Jino**, agricultores do Yunnan, prestam culto à memória de um antigo estratega militar da época dos Três Reinos (220-280), Zhuge Liang, também conhecido por Kong Ming, que os teria abandonado na região sul, como represália por terem sucumbido ao cansaço e adormecido na floresta)⁴.

¹ *Questions and Answers about China's National Minorities* (cfr. bibliografia acerca das minorias étnicas no final deste capítulo).

² Reproduzi este quadro do meu livro cit. *A Igreja Católica na China e em Macau, no contexto do Sudeste Asiático – Que Futuro?*, p. 150.

³ *China's Minority Nationalities*, pp. 171-172. Descontados os omnipresentes exageros patrióticos, trata-se de um excelente trabalho de equipa, patrocinado pela Comissão Estatal dos Assuntos das Nacionalidades, que fornece uma visão global dos povos das minorias da China, integrando colaborações de professores e investigadores do Instituto para o Estudo das Nacionalidades da Academia Chinesa de Ciências Sociais e do Instituto Central das Nacionalidades, de Pequim. Este último colaborou também activamente na exposição dos **Trajes das Minorias Étnicas da China**, organizada em Macau pelo Museu Luís de Camões e Leal Senado, de que foi publicado um belo catálogo com o mesmo título (141 p.), com introdução do antropólogo António Pedro Pires.

⁴ *In Search of China's Minorities*, p. 240.

As Religiões das Minorias Étnicas da China (1990)

N.º DE ORDEM	POVO		RELIGIÕES	N.º DE ORDEM	POVO		RELIGIÕES
	DESIGNAÇÃO	N.º TOTAL			DESIGNAÇÃO	N.º TOTAL	
1	ZHUANG	15.555.820	Pol.	30	MULAM	160.648	Bh*
2	MANCHÚ (MAN)	9.846.776	X; CA; C; P	31	KIRGIZ	143.537	I; Bt*
3	HUI	8.612.001	I	32	DAUR	121.463	X; Bt
4	MIAO	7.383.622	Pol.; M; P; C	33	JINGPO	119.276	Pol.; Bh*
5	UIGUR	7.207.024	I	34	SALAR	87.546	I
6	YI	6.578.524	Pol.; M; P; C	35	BLANG	82.398	Bh; P*
7	TU JIA	5.725.049	C*	36	MAONAN	72.370	T; P
8	MONGOL	4.802.407	Bt; Bm; X; C*	37	TAJIK	33.223	I
9	TIBETANOS (ZANG)	4.593.072	Bt	38	PUMI	29.721	Bt
10	BOUYEI	2.548.294	Pol; T *	39	ACHANG	27.718	Pol.; Bh
11	DONG	2.508.624	Pol.; CA; DM	40	NU	27.190	Pol.; P; C; Bt
12	YAO	2.137.033	Pol.; CA; C	41	EWENKI	26.379	X; Bt; O; P
13	CHAOXIAN (Coreanos)	1.923.361	Bh; P	42	JING	18.749	C; T
14	BAI	1.598.052	Pol.; B; P; C	43	JINO	18.022	CA; X; A
15	HANI	1.254.800	Pol.; CA	44	DEANG (Benglong)	15.461	Bh
16	LI	1.112.498	Pol.	45	UZBEK (OZBEK)	14.763	I
17	KAZAKH	1.110.758	I	46	YUGUR	13.500	Bt; X
18	DAI	1.025.402	Bh	47	RUSSO (ELUSI)	12.293	O; P *
19	SHE	634.700	T; M*	48	BONAN	11.683	I
20	LISU	574.589	Pol.; P*; C*	49	MOINBA	7.498	Bt
21	GELO (LIAO)	438.192	CA; X	50	OROQEN	7.004	X; CA
22	LAHU	411.545	Bh; P*; C*	51	DRUNG	5.825	Pol.; P; C
23	DONGXIANG	373.669	I	52	TATAR	5.064	I
24	VA (WA)	351.980	Bh; P*	53	HEZHEN	4.254	X
25	SHUI (SUI)	347.116	Pol.	54	GAOSHAN (de Taiwan)	2.877	Pol.; CA
26	NAXI*	277.750	Bh; T*; P*	55	LHOBÁ	2.322	Bt
27	QIANG	198.303	Pol.		TOTAL	90.567.245	
28	TU	192.568	Bt		Proveniência desconhecida	752.347	
29	XIBE	172.932	X; Pol.; B; CA		Estrangeiros com nacionalidade chinesa	3.498	
					TOTAL GERAL	91.323.090	

Bm – Budismo Mahayâna (Gr. Veículo); **Bh** – Budismo Hinayâna (Peq. Veículo); **Bt** – Budismo Tibetano (Lamaísmo); **I** – Islamismo; **T** – Taoísmo; **C** – Catolicismo; **P** – Protestantismo; **O** – Cristianismo Ortodoxo; **Pol.** – Politeísmo; **X** – Xamanismo; **CA** – Culto dos Antepassados **A** – Animismo; **M** – Magia; **DM** – Culto de uma deusa “mãe santa”; * – número pouco significativo.

2. Um cadinho de religiões

No quadro anterior, que elaborei a partir dos dados das publicações editadas na R.P.C. referidas no final, e dos resultados do último censo (1990), torna-se evidente a grande variedade de crenças destas minorias, que poderíamos resumir desta forma:

- a) Partilhando a fé **budista** (das 3 vias): Tibetanos, Mongóis, Dai, Tu, Mulam, Pumi, De'ang, Moimba, Lhoba, Coreanos, Bai, Lahu, Va, Naxi, Xibe, Kirgiz, Daur, Jingpo, Blang, Achang, Nu, Ewenki e Yugur (23 povos, muitos deles partilhando igualmente outras crenças);
- b) Crentes do **Islão**: Hui, Uigur, Kazak, Dongxiang, Salar, Tajik, Uzbek, Bonan, Tatar e Kirgiz (note-se que apenas entre os últimos existem crentes de outra religião, o que evidencia claramente o exclusivismo muçulmano);
- c) **Taoístas**: Bouyei, She, Naxi, Maonan, Jing;
- d) **Católicos**: Manchús, Miao, Yi, Tujia, Mongóis, Yao, Bai, Lisu, Lahu, Nu, Jing e Drung (nenhum exclusivamente católico);
- e) **Cristãos protestantes**: Manchús, Miao, Yi, Coreanos, Bai, Lisu, Lahu, Va, Naxi, Maonan, Nu, Ewenki, Russos e Drung (todos partilhando também outras crenças);
- f) **Cristãos ortodoxos**: Russos e Ewenki;
- g) Sem professar nenhuma destas grandes religiões: Zhuang (o grupo mais numeroso, classificado apenas como “politeísta”), Dong, Hani, Li, Gelo, Shui, Qiang, Jino, Oroqen, Hezhen e Gaoshan.

Porém, se é possível saber **quais** as religiões praticadas por cada povo destas minorias, não se sabe todavia **quantos** são os crentes, pois no censo o apuramento não foi feito. A explicação oficial, que já atrás referimos, é a de que “o Governo da nova China nunca exigiu ao povo que registasse a sua fé religiosa, e por isso é difícil estimar as proporções”⁵.

⁴ *Questions and Answers About China's National Minorities*, p. 69.

3. A política do governo chinês para as minorias nacionais

É importante ter presente que, embora classificadas como “minorias”, face à grande maioria Han (que é o maior grupo étnico do mundo, desde sempre!), estes 55 povos constituem 8 por cento da população da R.P.C., ou seja, no final do séc. XX ultrapassaram já largamente os 100 milhões. As 4 minorias mais numerosas têm uma população superior à de Portugal...

Para encerrar este breve apontamento sobre as minorias, chamaríamos a atenção para a política actual do Governo a seu respeito.

É fora de dúvida, que o Governo procura desenvolver a sua educação, ao mesmo tempo que tenta preservar as tradições, com o objectivo de as integrar na nação. Fá-lo por intermédio de Institutos e quadros especializados e “por contacto”, através da colonização interna resultante das transferências de populações. Do extremo (hoje eliminado) de usar o símbolo para “cão” como parte dos caracteres que definiam estes “bárbaros” (na concepção chinesa), evoluiu-se para o símbolo de “homem”. Olhadas com simpatia por uns, indiferença por outros, e como gente “exótica” por quase todos⁶, a verdade é que a China ainda não conseguiu a criação de um espírito de coesão e identidade patriótica entre todos estes povos. O que, dadas as condições e dificuldades expostas, não é, de facto, tarefa fácil nem rápida...

⁵ Esta sensação de estranheza e mesmo completo espanto verifica-se quotidianamente no parque das aldeias das minorias (a “Splendid China”, onde ficam também as miniaturas das grandes construções de toda a China) na cidade de Shenzhen, próximo de Hong Kong, na R.P.C. Estão ali representadas 24 das 55 nacionalidades do país, que são visitadas todos os dias por milhares de turistas, na sua esmagadora maioria chineses Han, que não escondem a sua admiração. Vejam-se o meu livro *A Longa Marcha das Religiões na China*, cit., pp. 96-102, e o artigo que publiquei na revista *Macau* (n.º 15, II Série, Julho de 1993) com o título “Miniaturas em Shenzhen” (pp. 48-60).

Quanto ao **futuro** das crenças entre as minorias, é difícil fazer previsões. Aqueles que emigrarem para os centros urbanos, quase sempre jovens estudantes, sofrerão obviamente a pressão da doutrina oficial ateísta, mas também poderão vir a ser atraídos pelas grandes religiões, dependendo do dinamismo e testemunho destas a sua maior ou menor capacidade de atracção.

Que futuro para as religiões na China?

Trata-se de uma questão a que ninguém sabe responder, como é óbvio, pois depende de várias circunstâncias. Podemos, no entanto, fazer algumas conjecturas, baseados no conhecimento do passado e do presente, mas sem jamais esquecer que a História nem sempre evolui de forma previsível. Foi uma total surpresa, por exemplo, mesmo para os melhores analistas políticos, a rapidez com que a União Soviética se desmoronou, como um castelo de cartas, após a destruição do muro de Berlim, arrastando na sua queda outros baluartes do comunismo considerados inexpugnáveis, como a Albânia e o Vietname. Não menos surpreendente foi a mudança de posição da Indonésia ao permitir a realização da consulta popular para a independência de Timor Leste, o que resultou da conjugação das pressões externas com a inesperada alteração do seu xadrez político interno.

No que toca ao futuro das religiões na China, afigura-se-me que os factores a ter em conta se prendem não apenas com a sua própria *evolução interna* (política, social e económica), como também com as alterações da *conjuntura internacional* (nomeadamente na região do sudeste asiático), como ainda e sobretudo com a vitalidade e dinâmica das próprias *confissões religiosas*.

Internamente a R.P.C. vive um período de crise de crescimento difícil de gerir:

- embora cientes de que o indispensável controlo demográfico dependerá, em última análise, do crescimento económico, os governantes chineses vêem-se obrigados, por enquanto, a não abrandar a feroz política do “filho único” (de que apenas se exceptuam as minorias étnicas nacionais), com todos os riscos e custos psico-sociais que comporta;
- para que a economia cresça e o país recupere o atraso tecnológico, haverá que continuar a estimular a iniciativa privada, como acontece nas zonas económicas especiais, mas com grandes cautelas para evitar o assalto do capitalismo selvagem (o risco de deixar entrar os “mosquitos” quando se abrem as janelas, como repetidamente alertou Deng Xiao Ping, o pai desta arrojada política);
- a China sabe que tem que corrigir as suas assimetrias sócio-económicas, cada vez mais evidentes, sobretudo entre o interior rural e o litoral industrializado, mas sem cair no erro soviético de abandonar os camponeses e favorecer apenas os operários (80% dos chineses são agricultores);
- finalmente, para mencionar apenas alguns pontos, a gerontocracia que tradicionalmente dirige os destinos do país, está consciente de que os jovens acreditam cada vez menos na ideologia comunista, e são tentados a dar valor apenas à riqueza, ao consumismo, ao bem-estar material – aquilo a que atrás chamei a “religião do dinheiro”. Ora, a perda de valores e referências, ainda que controversos, é o pior que pode suceder a uma nação, deixando-a à mercê de perturbações graves, como a agulha desmagnetizada de uma bússola. E a grande China já passou mais do que uma vez por esta experiência.

Penso que as religiões são capazes de suprir essa ausência de valores e motivações, dando aos jovens razões mais importantes para viver do que a simples conquista do bem-estar. Ciente disso, o governo chinês da pós-revolução cultural tem vindo cautelosamente a apoiá-las. O problema reside no exagêro de tais cautelas e no controlo férreo que pretende manter sobre a liberdade de pensamento. Apesar da declaração de *liberdade de crença religiosa* expressa no art.º 36.º da Constituição (texto revisto e aprovado na 6.ª Assembleia Nacional Popular, em Dezembro de 1982), a verdade é que continuam a ser proibidas todas as actividades de proselitismo religioso fora dos lugares de culto, e os membros de quaisquer grupos não autorizados expressamente continuam a ser diariamente presos, torturados e, por vezes mesmo, assassinados. São igualmente proibidas todas as actividades missionárias e respectivas publicações vindas do exterior, seja qual for o seu credo.

Como ficou dito, a maior ou menor liberdade religiosa (de todas as religiões) na China, foi sempre consequência directa da sua situação política interna: muito aberta durante a dinastia Tang e o curto período da dominação mongol, reflectiu todavia, no resto da sua História, os preconceitos chauvinistas e xenófobos das classes dominantes. Qualquer religião estranha que penetre na China, ou se *siniza*, isto é, ou incorpora os valores fundamentais da cultura chinesa, com sacerdotes também chineses, ou estará infalivelmente condenada ao fracasso.

O **Budismo**, como vimos, foi capaz de se sinizar, sendo facilmente aceite na sua expressão do Grande Veículo e até deu uma forte contribuição para o sincretismo conhecido pela Religião Tradicional (ou Popular) Chinesa. Aquele que continua a resistir – o Budismo Tibetano – enfrenta perseguições ferozes que estão longe de chegar ao fim. Mas mesmo em relação ao Hinayâna e ao Mahayâna, não parece fácil que venham a readquirir o prestígio de que disfrutaram nos tempos áureos da dinastia Tang.

A **Religião Popular Chinesa**, essa sim, emergirá certamente de novo se afrouxar a pressão asfíxiante do P.C.P., porque está profundamente enraizada na alma do povo.

Os 50 milhões de **muçulmanos**, para já, mantêm-se calmos, mas o governo e o exército vigiam-nos atentamente, “pondo as barbas de molho”, dada a proximidade do Irão e do Afeganistão e as suas campanhas fundamentalistas, especialmente após a guerra que o Ocidente moveu aos Taliban e aos grupos terroristas de Osama bin Laden.

Em relação aos **católicos**, o futuro dependerá sobretudo da concretização dos acordos diplomáticos com o Vaticano, tarefa difícil mas não impossível, como vimos. É uma questão que não se põe aos **Protestantes**, mas certamente que uma melhoria nas relações com os católicos proporcionaria uma maior abertura para o seu trabalho evangelizador.

O **Taoísmo**, profundamente desacreditado, dificilmente crescerá enquanto religião, mas os seus lugares de culto – especialmente os templos e montanhas sagradas – continuarão a atrair turistas e curiosos.

Quanto ao **Confucionismo**, como ética e como filosofia de muitos milhões de chineses, do continente e do “ultramar” (ou seja, das comunidades espalhadas pelo sudeste asiático), poderá constituir o suprimento espiritual de que carece esta potência mundial em ascensão, se souber reforçar os seus aspectos positivos e absorver o melhor que os estrangeiros lhe podem oferecer, liberto do seu tradicional e paralisante chauvinismo.

Tentar descortinar o futuro das religiões neste grande país não é um exercício de mera futurologia: é interrogar-mo-nos seriamente sobre a alma deste grande povo, que constitui nada menos do que *um quinto da Humanidade*.

Síntese

O **Budismo**, que penetrou na China no primeiro século da nossa era, adaptou-se com facilidade ao meio chinês, tendo conhecido épocas de esplendor e outras de perseguições. Nos nossos dias, embora sujeito às limitações impostas pelo regime comunista no poder, tem vindo a recuperar das perdas sofridas na Revolução Cultural. Devido à violência do regime, o Dalai Lama, chefe espiritual do Budismo lamaísta, vive refugiado na Índia, desde 1979.

As crenças budistas foram parcialmente aproveitadas pela **Religião Popular Chinesa**, um sincretismo que aglomera também elementos confucionistas e taoistas, bem como das religiões arcaicas, podendo dizer-se que *é a religião mais difundida actualmente entre os chineses* (dentro e fora do Continente), cuja vida continua a processar-se ao ritmo das suas festividades periódicas.

Quanto ao **Cristianismo**, presente no Império do Meio desde a chegada dos Nestorianos (dinastia Tang), sucessivamente substituídos pelos Franciscanos (dinastia Yuan) e Jesuítas (dinastias Ming e Manchu), foi duramente perseguido pela revolução comunista, cindindo-se em 2 grupos (igreja pública e clandestina), tanto no que toca aos católicos como aos Protestantes (estes, chegados tardiamente ao Império chinês, no princípio do século XIX). Actualmente gozam de liberdade de culto, atraído com o seu testemunho bastantes jovens e adultos, desiludidos do ateísmo oficial. A Igreja Ortodoxa teve vida efémera, estando hoje tão reduzida que não tem praticamente qualquer expressão. O mesmo sucedeu com os católicos uniatas.

O **Islão** é a religião de 10 das 55 minorias étnicas, instaladas na zona conhecida pelo “corredor islâmico”, onde são também objecto de vigilância. Tal como sucedeu aos budistas e aos cristãos, muitos dos seus templos (mesquitas), profanados ou destruídos durante o maoísmo, têm vindo a ser-lhes devolvidos desde o governo de Deng Xiao Ping.

Das religiões que tiveram a sua origem na China – o **Confucionismo** e o **Taoísmo** – ambas conheceram períodos em que gozaram os favores do Imperador, alternados com épocas de violentas perseguições. Globalmente, o Confucionismo foi certamente mais afortunado, porque a sua ética conformista convinha aos detentores do poder, ao contrário do taoísmo, por natureza rebelde. Ambas as tradições (continua a discutir-se se o Confucionismo deve ser considerado uma religião ou apenas uma filosofia ou uma ética) foram duramente perseguidas pela China maoísta, acusados de reaccionarismo (os discípulos de Confúcio) e de fomentar as superstições (os sacerdotes e fiéis taoístas). Nos nossos dias assiste-se a uma curiosa recuperação do Confucionismo, sendo o Taoísmo apenas tolerado.

Quanto às *minorias étnicas*, que constituem oito por cento da população, contam com adeptos de todas as religiões existentes no país. Em todas elas

se presta também culto aos antepassados, acolhendo ainda com frequência práticas xamanistas, mágicas e politeístas.

Revisão

1. Existem actualmente judeus na China? Onde? Dê uma ideia do percurso histórico das várias comunidades judaicas na China continental.
2. Acha que a importância do Cristianismo na China (católicos e protestantes) corresponde à sua reduzida percentagem? Porquê? Quais são os problemas mais difíceis com que lutam neste momento os cristãos chineses?
Pode dizer-se que as igrejas se encontram “sinizadas” ou “inculturadas”?
3. Assinale a distribuição geográfica do Islão na China e o modo como se processa a sua inserção nas culturas locais.
4. Na China podemos encontrar adeptos das três grandes vias do Budismo. Onde? Qual a sua actual situação, face ao regime comunista no poder?
5. O Confucionismo pode considerar-se uma religião, ou será apenas uma filosofia ou uma ética? Resuma brevemente a doutrina do seu fundador e refira a forma como o Confucionismo moldou a cultura e mentalidade chinesas até aos nossos dias.
6. O Taoísmo de Lao Tsé coincide com a chamada religião taoísta? Se não, quais as principais diferenças?
7. O livro mais conhecido da filosofia taoísta, atribuído ao próprio Lao Tsé, refere-se várias vezes ao “Tao”; trata-se de um vocábulo para o qual foram propostas muitas traduções diferentes. Diga como se intitula esse livro e qual o conceito mais corrente de “Tao”.
8. *Yin e Yang*, são dois termos fundamentais que perpassam toda a filosofia chinesa. Explique o seu significado.
9. Em que consiste a chamada “religião popular chinesa”?
10. Além da grande maioria Han, com cerca de um bilião de indivíduos, co-existem na R.P.C. outros 55 grupos étnicos, espalhados por todo o país, atingindo mais de 100 milhões de pessoas. As suas diferentes trajectórias históricas, localização geográfica, contactos com missionários e povos de outras religiões, explicam a diversidade de credos e tradições que professam. Exemplifique algumas destas situações, não deixando de referir o culto dos mortos.

Leituras complementares

Indicam-se apenas algumas leituras de acesso relativamente fácil, aliás já referidas nas notas. Nestas obras poderá o leitor interessado encontrar bibliografia especializada sobre cada tema.

- a) *História e cultura chinesa*: a bibliografia existente é enorme; o leitor encontrará algumas centenas de títulos no meu livro já citado *A Igreja Católica na China...* Seleccionamos, por isso, apenas 2 obras:

CHARBONNIER, Jean

1988 *La Chine sans Muraille (Heritage Culturel et Modernité)*, Le Sarment, Librairie Artheme Fayard, Paris.

GERNET, Jacques

1974 *O Mundo Chinês*, Cosmos, Lisboa/Rio de Janeiro, 2 vols.

- b) *Presença na China de judeus, budistas, cristãos e muçulmanos*:

CARMO, António

1997 *A Igreja Católica na China e em Macau, no contexto do Sudeste Asiático (Que futuro?)*, Fundação Macau/Instituto Cultural de Macau/ Instituto Português do Oriente, Macau.

1994 *A Longa Marcha das Religiões na China*, Fundação Macau, Macau.

CHARBONNIER, Jean

1992 *Histoire des Chrétiens de Chine*, Desclée/Bégédis, Paris.

- c) *Confucionismo*

CAVIN, Albert

1980 *Confucionismo*, Verbo (col. Grandes Religiões do Mundo, n.º 2).

CHING, Julia; KÜNG, Hans

1991 *Christianisme et Religion Chinoise*, Seuil, Paris.

Nesta obra, de invulgar profundidade e concisão, a sinóloga Julia Ching, professora da Universidade de Toronto, descreve as religiões da China antiga, o Confucionismo, o Taoísmo e o Budismo, para cada uma das quais é apresentada uma “resposta cristã” pelo conhecido teólogo católico, sublinhando as principais divergências e convergências.

GUERRA, Joaquim A. de Jesus

1990 Tradução do chinês, prefácio e notas: *Quadrivolume de Confúcio* (inclui os “Diálogos”, “Escola de Governo”, “No Dia-a-Dia” e

“Manual da Piedade Filial”). Ed. revista do Instituto Cultural de Macau/Aidan Publicities & Printing (Canadá e EUA), Hong Kong, série “na escola de Confúcio”.

VANDERMEERSCH, Léon

1997 “O Confucionismo”, in *As Grandes Religiões do Mundo*, Presença, Lisboa, pp. 551 e sgs.

d) *Taoísmo* – Além daqueles que já acima se indicaram, é útil a consulta de:

SCHIPPER, Kristofer

1997 “O Tauismo”, in *As Grandes Religiões do Mundo*, Presença, Lisboa, pp. 506 e sgs.

LAO Tsé

Tao-te Ching (ou Dao De Jing, em Pinyin): Vejam-se as duas traduções existentes em Português, de L. G. Gomes e J. J. Guerra:

1995 *O Livro da Via e da Virtude, de Láucio* (Tou Tak Keng), versão portuguesa e introdução de Luís Gonzaga Gomes, ed. fac-similada bilingue da Fundação Macau, da separata da revista “Mosaico”, publicada em Macau em 1952.

1987 *Prática da Perfeição* (Daow-Tc Keq), tradução do chinês, prefácio e notas de Joaquim A. de Jesus Guerra S. J., Jesuítas Portugueses, Macau.

e) *Culto dos antepassados*

Sobre esta matéria e as anteriores é sempre muito útil a consulta do “clássico” de Mircea ELIADE, *História das Ideias e Crenças Religiosas*, em 3 vols., RES-Editora, Porto, já referido noutros capítulos,

PIRES, António Pedro

1999 *O culto dos antepassados em Macau*, Afrontamento, Porto.

Embora o objecto do seu estudo seja o território de Macau, o autor vai muito mais longe e descreve as origens do culto dos antepassados, embrenhando-se ainda, sempre que necessário, no estudo do Confucionismo, Taoísmo, Budismo e Religião Popular.

f) *Religiões das minorias étnicas da China*

Nota: *Todos os dados fornecidos pelas publicações oficiais da República Popular da China devem ser apreciados com extrema reserva, pois são sempre manipulados pelo governo, de acordo com os seus interesses de propaganda política.*

ABREU, Rosa Maria Bento Gaspar

- 2000 *O Povo Miao da República Popular da China*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, Dezembro.

China Tourism, revista mensal, editada por Hong Kong China Tourism Press.

CHUN Shizeng (editor chefe)

- 1989 *Chinese Nationalities*, China Nationality Photography and Arts Press, Pequim.

LI Chunsheng (e outros)

- 1966 *China's Minority Peoples*, State Nationalities Affairs Commission, Pequim (2.^a ed.).

LIN Guozhi (e outros)

- 1992 *A Mosaic of Peoples (Life Among China's Minorities)*, Nationality Pictorial of China, Pequim.

MA Yin (editor)

- 1982 *China's Minority Nationalities*, Foreign Languages Press, Pequim.
1985 *Questions and Answers about China's National Minorities*, New World Press, Pequim.

QUI Huanxing

- 1997 *Folk Customs of China*, Foreign Languages Press, Pequim (2.^a ed.).

SAVINA, François Marie

- 1930 *Histoire des Miao*, Société des Missions Étrangères de Paris, Hong Kong (2.^a ed.).

ZHANG Weiwen; ZENG Qingnan

- 1993 *In Search of Minorities*, New World Press, Pequim.

Página intencionalmente em branco

V. RELIGIÕES DO JAPÃO

Página intencionalmente em branco

15. Xintoísmo

Página intencionalmente em branco

SUMÁRIO

Objectivos da unidade

1. **Um sincretismo religioso nacionalista**
2. **Evolução histórica**
3. **Elementos básicos do Xintoísmo**
 - 3.1 *Os Kami e os Santuários*
 - 3.2 *O culto do Imperador*
 - 3.3 *Festivais e outros rituais*
 - 3.4 *A pureza ritual*
4. **O Xintoísmo e a cultura japonesa**
 - 4.1 *O crisântemo e a espada (traços contraditórios da cultura nipónica)*
 - 4.2 *A água e o azeite (influência das tradições espirituais do Xintoísmo e do Budismo na cultura japonesa)*

Síntese

Revisão

Leituras complementares

Objectivos da unidade

No final deste capítulo o aluno deve estar apto a:

- Conhecer os elementos básicos do Xintoísmo, nomeadamente a relação estreita entre os deuses, os homens e a natureza, bem como os mitos relacionados com a génese do arquipélago do Japão;
- Identificar a presença de antigas práticas xamanistas nas cerimónias de culto;
- Avaliar o significado das divindades locais – os *Kami* – a sua origem, e as formas de que se reveste o respectivo culto;
- Ter ideia da importância dos santuários (desde os domésticos ao santuário supremo de Ise) e das alterações provocadas pelo fenómeno do urbanismo, tão importante no Japão;
- Perceber a relevância social do culto do Imperador e suas limitações;
- Conhecer alguns dos principais festivais e sua importância na vida da sociedade japonesa;
- Entender o significado que a pureza ritual tem para o Xintô japonês;
- Saber como entrou o Budismo na sociedade japonesa, de onde veio, como se enraizou e as posições que conquistou, os avanços e retrocessos que conheceu desde o séc. VI até aos nossos dias;
- Ter noções sobre as estatísticas referentes à prática simultânea do Xintoísmo e do Budismo, bem como ao número de cristãos, das seitas e “novas religiões”;
- Conhecer algumas das contradições que caracterizam a sociedade japonesa e sua expressão histórica;
- Ajuizar da influência recíproca das tradições xintoísta e budista na cultura do Império do Sol nascente e vice-versa.

1. Um sincretismo religioso nacionalista

O xintoísmo, ou xintô – literalmente “*a via dos deuses*” – é uma religião exclusiva do Japão. Simultaneamente simples e complexa, o seu conhecimento é indispensável para entender o carácter e a mentalidade do povo japonês. A tal ponto se acham interligados que é comum dizer-se que “os japoneses nascem xintoístas”.

É simples porque não tem fundadores, nem dogmas, nem escrituras, não exige aos fiéis grandes aprofundamentos filosóficos nem um empenhamento total das suas vidas, e os actos de culto são extremamente simplificados.

Complexo porque é constituído por um aglomerado de crenças, desde a reverência politeísta prestada a um incontável panteão de deuses, às práticas xamanistas e ao culto dos mortos, integrando ainda boa parte da espiritualidade budista e da filosofia confucionista. É o exemplo típico do sincretismo religioso.

Nalguns textos oficiais o Xintô aparece definido simplesmente como “*um aglomerado do culto da natureza, culto tribal, veneração dos heróis, e reverência ao Imperador*”¹.

¹ International Society for Educational Information, *Facts about Japan*, Tóquio.

2. Evolução histórica

Inicialmente a população das ilhas limitava-se a prestar culto às divindades – os “*kami*” – que tanto podem habitar em astros e lugares naturais (sol, lua, estrelas, florestas, montanhas, vales, regatos, encruzilhadas), como estar relacionados com acidentes e catástrofes (erupções vulcânicas, sismos, tufões, chuvas torrenciais), ou ainda identificar-se com antepassados ou heróis falecidos, figuras míticas, ou animais selvagens. Na realidade, tudo pode ser habitado pelos kami, os quais normalmente restringem a sua acção, boa ou nefasta, à área que habitam ou ao clã que os venera. O seu poder e ciência são limitados, não existindo, nas concepções do povo japonês, a ideia de um Deus cujo poder se sobreponha a todos os outros.

No século VI (538 ou 552, segundo fontes diferentes) o Budismo fez a sua entrada no Japão, através da Coreia, a qual por sua vez o havia recebido da China, e esta da Índia. Acompanhando a religião budista vieram também as concepções culturais dominantes na China – o Confucionismo e, em menor grau, o Taoísmo – que o Japão adoptou, como o fez em relação à escrita. Limitado primeiro às classes aristocráticas que o monopolizaram, o Budismo foi assimilado a pouco e pouco pelas camadas populares, acabando por se fundir, ou melhor, por ser praticado simultaneamente pelas mesmas pessoas, interligando-se a veneração aos kami com a dos bodhisattvas budistas, sendo

os primeiros umas vezes considerados protectores dos segundos, outras vezes suas manifestações.

A consolidação recíproca das duas religiões permitiu colocar Kami e budas ao serviço do Estado. A pouco e pouco, o caminho seguido foi na direcção de um sincretismo xinto-búdico elaborado por monges budistas influentes, com a intenção de associar os dois tipos de divindades, clarificando ao mesmo tempo as relações que as uniam. Este pensamento assimilador, dito Honji suijaku, pode resumir-se do seguinte modo: divindades búdicas – bodhisattva ou buda – podiam assumir a aparência de divindades xintoístas; o respectivo estado original (honji) manifestava-se sob a forma de “marcas descendidas” (suijaku) à terra. Os grandes deuses nacionais eram pois, a título de avatares, incorporados no panteão búdico. Amaterasu Omikami, a divindade suprema do xintoísmo, foi naturalmente associada a Dainichi-nyorai, símbolo do disco solar e divindade essencial do budismo esotérico xingon. Os kami perdiam as suas funções de “protectores dos budas” (gohó-jin) e entravam ao seu serviço para se tornarem suas “manifestações temporárias” (gongen). (...) Na época de Edo (1603-1868) apareceu um xintoísmo de essência neo-confucionista (juka shintó) que procurou aproximar as tradições xintó das ideias de origem chinesa.²

² Jean-Pierre Berthon, “O XINTOÍSMO: Referências históricas e situação actual”, in *As Grandes Religiões do Mundo*, cit., p. 585.

O poder dominante (uma hierarquia constituída por diversos graus, nomeadamente o Imperador, o Xógum e os Dáimios) tentou entretanto utilizar em seu favor a religião que politicamente mais lhe convinha. Assim, o xogun Nobunaga, na sua tentativa de unificar o país (1571), o que fez de forma extremamente sangrenta e brutal, perseguiu os budistas para vencer a resistência dos monges³, indo inclusivamente ao ponto de favorecer a implantação do Cristianismo, chegado duas décadas antes (1549) ao Japão, com S. Francisco Xavier.

³ Sobre a controversa figura de Nobunaga, vale a pena ler o excelente romance de Kunio Tsuji *O Signore (Xógum das Províncias em Luta)*, ed. Gradiva/Instituto Cultural de Macau, Lisboa, 1992.

Os seus sucessores, todavia, exterminaram impiedosamente os cristãos e apoiaram de novo o Budismo, durante todo o governo dos Tokugawa, o último e mais poderoso dos xogunatos, que durou de 1603 até 1867 (época “Azuchi-Momoyama”).

Seguiu-se a era da restauração *Meiji*, em que o Japão se viu obrigado a reabrir os seus portos ao comércio com o exterior e a permitir a entrada de estrangeiros. É restaurada a autoridade política do Imperador e Mutsuhito Meiji (1867-1912) inicia uma série de reformas para a modernização do país: estabelece acordos com as potências europeias, adoptando-as como modelo; o feudalismo é suprimido em 1871, o ensino sofre uma reforma profunda no ano seguinte, tornando-se obrigatório a partir de 1886, é criado o serviço militar obrigatório (1873), o partido liberal (burguês) nasce em 1880, o governo parlamentar em 1898 e a Constituição é promulgada no ano seguinte. A fim de fortalecer as suas posições e consolidar o seu prestígio como símbolo religioso e político da nação, o Imperador declara o Xintoísmo “religião

nacional”, afastando os budistas e desclassificando os seus monges. Tal política, porém, que contrariava o sincretismo há muito enraizado na sociedade nipônica, acabou por não resultar, e a nova Constituição aboliu as barreiras e instituiu a liberdade religiosa, colocando todas as religiões em pé de igualdade.

Verificou-se entretanto uma divisão dentro do próprio Xintoísmo (deliberadamente provocada pela política imperial, aliás), que consistiu em separar o “*xintô das seitas*” (religioso) do “*xintô dos santuários*” (laico). Este último, “*transformou-se numa religião do dever cívico em que a população japonesa era convidada – em santuários nacionais e através de ritos executados por liturgistas nomeados pelo governo – a participar no culto do imperador. O xintô deixava de ser uma religião. Servia para justificar, tal como o ensino escolar e os seus manuais de educação moral (shóshin), a descendência divina da casa imperial e a “essência inalterável” (kokutai) da nação japonesa.*”⁴

*Em 1970, o número total dos movimentos religiosos de obediência xintoísta elevava-se a 146 (o xintô dos santuários, 16; as treze seitas xintoístas (kyóha shintó) e os movimentos filiados, 83; os grupos xintoístas de desenvolvimento recente, 47).*⁵

Atualmente, o número de fiéis que praticam simultaneamente o Xintoísmo e o Budismo ultrapassa os 100 milhões, ou seja, 80 por cento da população (calculada em 124 milhões, em 1993).

Dos restantes 20 por cento, para além de uma percentagem de cristãos inferior a 1% (435 mil católicos e 580 mil protestantes), cerca de 24 milhões pertencem às 16.000 seitas a que já fizemos referência no capítulo sobre o Budismo, tendo a sua maioria surgido depois da 2.^a Guerra Mundial. São normalmente designadas como as “novas religiões” (embora algumas remontem ao século passado). A seita mais numerosa é a *Soka Gakkai* (“Sociedade Para a Criação de Valores”, com mais de 16 milhões de aderentes), seguindo-se-lhe a *Rissho Koseikai* (“Sociedade Para o Estabelecimento da Justiça para o Despertar do Budismo”, com 6 milhões) e a *Tenrikyo* (“Religião da Sabedoria Divina”, com 2,5 milhões de adeptos). As duas primeiras são de inspiração budista, ao passo que a última era de raiz xintoísta, embora hoje se considere praticamente independente do Xintô.

3. Elementos básicos do Xintoísmo

Tal como se faz a separação entre o “Xintô das seitas” e o “Xintô dos santuários” (ou de Estado), também há quem o classifique em dois grandes grupos, a saber: o “Xintô cerimonial” (*matsuri-gata no shintó*) e o “Xintô

⁴ Jean-Pierre Berthon, ob. cit., p. 587.

⁵ Masanori Toki, “O Xintoísmo, religião étnica do Japão”, in *As Grandes Religiões do Mundo*, cit., p. 591.

doutrinal” (*oshie-gata no shintó*). O primeiro diz respeito às festas e aos ritos, enquanto que o segundo se preocupa com a doutrina e o seu ensino. Não nos deteremos aqui em pormenores, limitando-nos a assinalar alguns dos traços mais marcantes desta religião, para vermos de que modo é que terá influenciado (e sido influenciada) pela cultura e mundividência do povo, pois é este afinal o campo específico e a perspectiva própria da Antropologia das Religiões.

Na sua essência, o Xintoísmo não se preocupa com ideias como a de “salvação”, tão importantes para as religiões reveladas da Bíblia. Os homens, tal como a natureza, foram *gerados* pelos Kami. Deste parentesco entre Kami, homens e natureza, resulta a necessidade de manter entre eles uma estreita harmonia, havendo necessidade de certos rituais de purificação sempre que esta é quebrada.

De acordo com o *Kojiki*⁶ as ilhas japonesas foram geradas por um casal divino (Izanagi no Mikoto e Izanami no Mikoto), seguindo-se depois o nascimento de todos os outros Kami (das montanhas, dos mares, dos rios, etc.) e do homem.

⁶ O “Kojiki”, constituído por 3 volumes, é o texto sagrado mais antigo das escrituras (*shinten*) do Xintoísmo, datando de 712. Descreve a época dos deuses.

3.1 *Os Kami e os Santuários*

O culto era inicialmente muito simplificado e qualquer árvore, rocha ou montanha podiam ser utilizados como santuário, aí se invocando o kami respectivo, fazendo-lhe petições e oferendas. Os documentos mais antigos referem “oitocentas miríades” de kamis e milhares de santuários. Estes foram-se estabilizando com o passar do tempo, nas pequenas e grandes povoações, depois mesmo nas cidades, sempre construídos em madeira e com a duração máxima de 20 anos, ao fim dos quais devem ser obrigatoriamente destruídos. Em Maio de 1991 existiam no Japão 90.529 santuários e 102.000 sacerdotes xintoístas. É frequente, no entanto, que os serviços religiosos tenham lugar em recintos privados, fora dos santuários.

A intercessão dos xamãs, como intermediários entre os vivos e os espíritos (de divindades ou dos mortos) era muito comum antes da introdução do Budismo. Servia para proteger a comunidade da cólera dos maus espíritos, além de apresentarem as oferendas e darem graças durante as festas (*matsuri*). Executavam também cerimónias rituais de “purificação”. Ainda hoje o xamanismo é praticado no norte do país, na ilha de Hokaido, especialmente pelas tribos ainus.

Sediada em Tóquio, existe uma “Associação dos Santuários” (*Jinja honchó*), criada em 1946, e que agrupa a sua quase totalidade. O santuário mais importante do Japão fica na cidade de Ise, onde se celebram, duas vezes por ano, grandes festas com rituais de purificação. Todo o japonês procura, ao

menos uma vez na vida, fazer uma peregrinação a este santuário supremo de Ise. No santuário interior é venerada a deusa mais importante do panteão xintoísta, Amaterasu O-mikami, deusa do sol e antepassada da família imperial. No santuário exterior presta-se culto a Toyouke O-mikami, aquele que zela pela alimentação.

Em cada lar xintoísta existe um pequeno altar onde diariamente se recitam preces e fazem pequenas oferendas (sal, arroz, vinho de arroz – o *sakudê*).

O fenómeno do urbanismo, atraindo para os grandes centros uma população originariamente rural e organizada na base de clãs familiares, provocou uma curiosa alteração na ligação entre os Kami e seus devotos: O Kami venerado por toda a família, designado *Ujigami*, era o seu antigo chefe ou mesmo uma divindade que lhe dera origem, e era venerado no seu santuário familiar local; com a deslocação para as cidades, continuou a ser designado “Ujigami”, mas o culto passou a ser prestado pelos habitantes do local onde o santuário foi construindo, evoluindo-se assim de uma concepção baseada nos laços familiares de sangue para a dos laços de vizinhança ou territoriais – embora se considerem na mesma aparentados por “laços de sangue”.

3.2 *O culto do Imperador*

De acordo com a tradição, o Imperador seria descendente da deusa Amaterasu O-mikami, pelo que se desenvolveu todo um culto à sua pessoa, ainda hoje observado nos três santuários instalados no recinto do palácio imperial. Aquela deusa é venerada no santuário do meio, sendo os outros dois reservados ao culto dos imperadores já falecidos (pavilhão de Oeste), e às divindades do céu e da terra (pavilhão Leste).

Embora o Imperador tenha renegado a sua origem divina, logo após a derrota na 2.^a Guerra Mundial, perdendo assim sentido o respectivo culto, a verdade é que as organizações extremistas e xenófobas de direita continuam a pretender restaurá-lo, a ponto de um pistoleiro fanático, militante da organização *Seiki Juko* (“escola do pensamento correcto”) ter alvejado, em 1990, o presidente da Câmara de Nagasáqui, por este se ter atrevido a sugerir que “talvez o Imperador Hirohito houvesse tido alguma culpa no eclodir da guerra”...

3.3 *Festivais e outros rituais*

À semelhança de todos os povos com um passado fortemente marcado pela agricultura, os japoneses xintoístas celebram numerosas festas ao longo do

ano, tanto para comemorar a entrada das novas estações, como das actividades relacionadas (sementeiras, colheitas), como ainda para festejar os ritos de passagem da vida individual e social (nascimento, puberdade, casamento, morte, etc.). Para além de rituais de oferendas diários e mensais de pouca expressão, que têm lugar nos santuários, são de destacar as festas anuais, celebrando a fundação do santuário e homenageando o seu kami, as quais consistem essencialmente em grandes procissões, acompanhadas de festejos, espectáculos e divertimentos populares.

Entre as festividades mais conhecidas podem citar-se:

- A *Festa da Primavera (haru matsuri)* ou das colheitas, que se realiza a 17 de Fevereiro em todos os santuários do país, rezando-se pela prosperidade de todos os sectores económicos e sociais. O arroz, base da alimentação nipónica, é aqui especialmente recordado.
- Nas *Festas do Outono (aki matsuri)*, a 17 de Outubro, são oferecidas a Amaterasu, em Ise, as primeiras espigas de arroz das novas colheitas, incluindo as que o próprio Imperador cultivou nos seus arrozais.
- Também o *Verão* é comemorado (*natsu matsuri*), com grandes desfiles e carros alegóricos, destacando-se o grande festival de Gion, em Quioto; um dos objectivos deste festival é o de afugentar os demónios das doenças e outras desgraças.
- Porque diz particularmente respeito a Portugal e aos portugueses, não deixaremos de mencionar o grande festival anual de Tanegashima (ilha de Tanega, no sul do arquipélago), denominado “Festival da Espingarda” (*teppo matsuri*), evocativo da chegada dos primeiros portugueses ao Japão, em 1543. A aprendizagem da tecnologia do fabrico e emprego da espingarda lusitana, levada por Fernão Mendes Pinto – que lhe valeu a mão da bela Wacassa – não foi, de facto, um episódio fortuito: esteve na origem da passagem do feudalismo à Idade Moderna japonesa, não só por se tratar dos primeiros contactos dos ilhéus com gente do Ocidente, mas também porque permitiu a reunificação do país. Usados estrategicamente pelos grandes chefes guerreiros de então (Oda Nobunaga primeiro, em 1575, e depois Toyotomi Hideyoshi e Tokugawa Ieyasu), os mosquetes de origem portuguesa foram o principal suporte para as grandes vitórias militares de que resultaria a unidade do país sob a mesma autoridade.

Os ilhéus de Tanegashima sabem que a fama da sua terra começou com o desembarque dos mosqueteiros portugueses. Todos os anos no mês de Julho, o Teppo Matsuri (Festival da Espingarda) mobiliza toda a gente para a mais comovedora manifestação da memória dos mareantes portugueses em terras do Oriente. É a grande

*feira da ilha, feriado municipal e ocasião para a grande romaria de visitantes das ilhas vizinhas e principalmente de naturais da terra radicados noutras paragens. A animação começa na semana anterior com a decoração das ruas, a pintura de cartazes, a preparação dos velhos mosquetes e a construção da grande nau de Portugal que há-de levar Mendes Pinto e a sua lendária amante japonesa no cortejo alegórico pelas ruas da capital da ilha. Nishinoomote sai da monotonia de pequena cidade pesqueira e toda ela se vai transformando em palco do Teppo Matsuri. A festa demora dois dias, às vezes três.*⁷

- Outras festas importantes são as do Ano Novo, os 13 feriados nacionais, a Festa do Respeito pelas Pessoas Idosas, a primeira apresentação da criança recém-nascida no santuário (no 31.º dia para os rapazes e no 33.º para as raparigas) e a festa do Rei Celeste, com seus barcos iluminados por lanternas desfilando durante a noite, na véspera da qual as impurezas e dramas foram deitados à água, aprisionadas em canas – lembrando, estas duas últimas festividades, os rituais hebraicos da apresentação da criança no Templo e da expulsão do bode expiatório para o deserto...

⁷ Avelino Rodrigues (texto), Leong Ka Tai (fotografia) e Gonçalo César de Sá (coordenação), *Tanegashima, a Ilha da Espingarda Portuguesa*, ed. trilingue (português, inglês e japonês) do Instituto Cultural de Macau, 1988, p. 6.

3.4 *A pureza ritual*

No Xintoísmo, quase se poderia dizer que a pureza constitui uma obsessão, tais as preocupações de que se cercam os seus rituais. Não se trata, todavia, de um conceito semelhante à ideia cristã de isenção de pecado ou de mácula, mas antes de estar em harmonia com o mundo em que a pessoa se situa (mundo dos kami, dos homens e da natureza), para não quebrar as regras e o equilíbrio que devem presidir às suas boas relações.

Para eliminar impurezas e desgraças praticam-se os chamados ritos “Harae”, que consistem em exorcismos, orações e oferendas de saquê. Os oficiantes têm muito cuidado em não infringir as prescrições minuciosas do ritual antes e durante a sua realização.

Dois vezes por ano tem lugar o *Grande Ritual de Purificação*, que “permite eliminar os pecados cometidos sem conhecimento do próprio, expulsar as manchas contraídas por descuido e recuperar a pureza fundamental. Este acto tem pois por finalidade o regresso à natureza original do homem, a renovação da sua força vital, em suma, a manutenção de uma vida conforme à vontade dos Kami.”⁸

⁸ Masanori Toki, “O Xintoísmo, religião étnica do Japão”, in *As Grandes Religiões do Mundo*, cit., p. 610.

4. O Xintoísmo e a cultura japonesa

4.1 *O crisântemo e a espada*

Talvez ninguém melhor do que a antropóloga Ruth Benedict tenha conseguido caracterizar melhor as contradições da cultura japonesa, ao colocar, no título do seu estudo, a delicada flor nacional nipônica e o símbolo guerreiro dos samurais: *o crisântemo e a espada*⁹. Aos olhos ocidentais, com efeito, os japoneses dão uma imagem paradoxal, contraditória, incoerente e incompreensível. E tudo indica que estas características sejam bem reais, sendo difícil compreender como podem coexistir numa mesma sociedade sem que isso cause qualquer estranheza aos seus protagonistas.

Foi por não os entenderem e se sentirem incapazes de prever as suas reacções, arriscando-se a arrastar por vários anos ainda a guerra do Pacífico, quando a ofensiva na Europa contra as potências do Eixo estava praticamente ganha, que o governo americano encomendou o seu estudo à conhecida antropóloga. Se os Estados Unidos da América eram um país de contrastes (O “gato preto em campo de neve”, na fórmula lapidar do grande escritor brasileiro Erico Veríssimo), o Japão era um país de contradições. Tentemos pôr algumas em evidência, para depois inquirirmos se as suas tradições espirituais têm alguma influência neste verdadeiro cocktail cultural:

- À *delicadeza* extrema dos seus códigos de etiqueta (as múltiplas vénias, o acolhimento afável – nas ocasiões mais banais, como na hora de abrir o supermercado, em que o pessoal formando alas saúda os primeiros clientes – aos delicados arranjos florais, à complicada e rigorosa cerimónia do chá, à doçura da voz das mulheres japonesas, contrapõe-se uma extrema *brutalidade*, sentida no falar gutural e gesticular agressivo dos homens, às manifestações de xenofobia e racismo de certas organizações e mesmo da classe política dirigente¹⁰, para já não referir a incrível crueldade e falta de respeito pelos outros povos manifestada em tempo de guerra. Bastará lembrar o tristemente célebre massacre de Nanquim (que ficou conhecido pela “violação de Nanquim”, devido aos milhares de violações das mulheres chinesas, ocorrido nas 6 semanas que se seguiram à entrada das tropas na cidade, em 13 de Dezembro de 1937, e cujo número de vítimas – 300 mil civis – muitas delas enterradas vivas, sem qualquer piedade, foi superior ao causado pelas 2 bombas atómicas de Hiroshima e Nagasáqui!)¹¹, ou ainda as não menos conhecidas “casas de conforto”, um eufemismo para designar os bordéis em que as mulheres coreanas, chinesas e indo-chinesas (domésticas, professoras, técnicas) foram obrigadas a prostituir-se para servir os soldados do Império, factos de que os recentes governos já se penitenciaram e pelos quais apre-

⁹ Ruth Benedict, *O Crisântemo e a Espada (padrões de cultura japonesa)*, ed. Perspectiva, S. Paulo, 1988.

¹⁰ Refiro-me aos “deslizes” a que a comunicação social deu grande relevo, do 1.º Ministro Yuashiro Nakasone (1986), do presidente do partido do governo e Ministro dos Negócios Estrangeiros Michio Watanabe (1988), do Ministro da Justiça Seiroku Kajijama (1990), todos revelando um racismo preocupante em relação à raça negra, ou ainda aos 2 best-sellers de Shoichi Watanabi contra a multiracialidade. Cfr. a minha obra cit. *A Igreja Católica na China e em Macau, no Contexto do Sudeste Asiático – Que Futuro?*, p. 300.

¹¹ Vejam-se, entre outros: de Jonathan Spence, *Em Busca da China Moderna*, Companhia das Letras, Ed. Schwarz, São Paulo, 1996, p. 429; de Immanuel Hsü, *The Rise of Modern China*, Oxford University Press, New York/Oxford, 1990, 5.ª ed., p. 584; ou ainda o meu livro cit. na nota anterior, pp. 298-299.

sentaram desculpas públicas, estando ainda em discussão as indenizações exigidas pelas vítimas (cujo número está calculado em 200 mil). Quando, cinquenta anos passados, a população civil japonesa tomou finalmente conhecimento destes horrores, até então cuidadosamente ocultados pelos antigos oficiais e soldados, sentiu uma imensa vergonha e nem queria acreditar. Foi a reacção do crisântemo...

- Simultaneamente carrascos e vítimas, as histórias de violência nesta sociedade são incontáveis. Para não referir já as sangrentas perseguições de Nobunaga aos budistas, lembremos o extermínio dos 300 mil cristãos na primeira metade do século XVII¹², revestidas da maior crueldade (orelhas e narizes cortados, crucificações maciças, lançados vivos em fontes sulfurosas escaldantes ou suspensos de cabeça para baixo sobre valas imundas – um suplício conhecido por *ana-tsurushi*, que Shusako Endo descreve com grande realismo no seu romance “O Silêncio”), ou o recente episódio (1995) da colocação de gaz *sarin* no metropolitano de Tóquio pelos fanáticos adeptos da seita da “Verdade Suprema”, que atingiu milhares de pessoas e matou meia centena – em todas estas situações os ferozes carrascos eram japoneses, mas as inocentes e dóceis vítimas também o eram...
- A obediência cega à hierarquia no poder parece ser outra das características deste povo e que explica muitas das suas reacções (inclusive o comportamento dos soldados em tempo de guerra), sendo notória a arrogância das chefias e a subserviência dos subordinados – o que, todavia, parece nem existir durante a habitual interrupção diária para o chá e convivência nas grandes empresas. E se o poder é acatado sem reservas pela generalidade da população, também é continuamente desrespeitado pelas organizações criminosas como a “Yakusa”, a terrível mafia japonesa que domina o submundo da droga, prostituição, jogo, tráfico de escravatura branca, etc...
- São proverbiais o culto da Natureza e os belos jardins nipónicos; no entanto, olhando com atenção, reparamos na preocupação de re-arranjar essa mesma natureza, dispondo rochas, pedras, árvores e relvados de determinadas maneiras, numa espécie de realidade “virtual” – como são virtuais os convívios musicais em que a espontaneidade da música feita livremente pelo grupo cedeu o passo à tirania da máquina de “karaoke”, ou a substituição dos animais vivos de estimação pelo *tamagochi*, uma moda de 1997 que se tornou numa dor de cabeça para pais e professores, pois as crianças interrompiam as aulas para “dar de comer” ou “tratar” do bichinho... electrónico...
- É o contraste chocante entre a finura de espírito de muitos dos intelectuais nipónicos e o grosseiro novo-riquismo de tantos outros,

¹² Referi algumas destas situações em dois artigos publicados na revista “Macau”, de Março e Dezembro de 1995, respectivamente *O Regresso dos Mártires e Nagasáqui, cidade martirizada*.

cujos grandes divertimentos passam pelo alcoolismo imoderado e pelas excursões sexuais, em voos “charter”, à Tailândia;

- É a magnanimidade do país que concede maiores auxílios económicos em todo o mundo (9 dos 10 maiores bancos mundiais são japoneses), mas que também não perde ocasião de acentuar o seu domínio económico, especialmente nos países da Ásia-Pacífico, onde investe enormes capitais, fomenta novas actividades e empregos, mas também consegue mão-de-obra barata, matérias-primas ao pé da porta e um mercado alargado para os seus produtos;
- É o aparente respeito pelo art.º 9.º da Constituição que se opõe ao rearmamento, mas é também um orçamento militar que não pára de crescer, equipando as forças armadas nipónicas com armamentos ultra-sofisticados e aumentando assim as preocupações do resto do mundo face a um aguerrido, embora pequeno, grupo de extrema-direita ultranacionalista¹³;
- É a capacidade inata para imitar o que os outros produzem (máquinas, equipamentos, música rock, modas, desportos), superando-os frequentemente, mas ao mesmo tempo fechando-se obstinadamente à penetração dos seus valores culturais (o estatuto de igualdade da mulher, a não discriminação racial, etc.). Shusako Endo designou esta faceta como “o pântano japonês”, que absorve e corrói o que nele cai, ou a aranha que apanha a mosca e a devora, deixando apenas o seu feio invólucro.
- É ainda o cuidado em não ferir a harmonia entre as pessoas e o mundo que as rodeia, exaltando os valores da vida, e simultaneamente a revelação de um supremo desprezo por essa mesma vida (própria e alheia), com o mais alto índice de suicídios do mundo, o tradicional *hara-kiri* e os pilotos suicidas *kamikases* (do nome dos ventos que por duas vezes salvaram o Japão das invasões mongóis).
- Não menos importante é o sentimento de pertença ao grupo, da necessidade de uma estreita associação com os outros, numa sociedade inter-dependente (família, vizinhança, escola, emprego e comunidades diversas). É a “identidade social”, expressa no uso de uniformes, bandeiras, emblemas; uma identidade que leva os japoneses a evitarem competições e comportamentos que conduzam a confrontações dentro do grupo, mas que os incita, pelo contrário, a competir com os grupos e empresas alheios.
- *Todas essas contradições constituem-se, todavia, na própria tessitura dos livros sobre o Japão. São verdadeiras. Tanto a espada como o crisântemo fazem parte do quadro geral. Os japoneses são, no mais*

¹³ Cfr. entrevista com Alvin Toffler, in *Previsões & Premissas*, cap. “Os mitos japoneses (e outros)”, ed. Livros do Brasil, Lisboa, 1987.

*alto grau, agressivos e amáveis, militaristas e estetas, insolentes e corteses, rígidos e maleáveis, submissos e rancorosos, leais e traiçoeiros, valentes e tímidos, conservadores e abertos aos novos costumes. Preocupam-se muito com o que os outros possam pensar da sua conduta, sendo também acometidos de sentimento de culpa quando os demais nada sabem do seu deslize. Seus soldados são disciplinados ao extremo, porém, são igualmente insubordinados*¹⁴.

¹⁴ Ruth Benedict, ob. cit., pp. 10 e 11 (2.^a ed.).

4.2 A água e o azeite

Como acontece em todas as culturas de todos os povos, as crenças e tradições religiosas “explicam” muitas das suas atitudes e comportamentos, uma vez que lhes fornecem quadros de valores e referências. No caso japonês, o facto de as mesmas pessoas adoptarem simultaneamente os valores de duas tradições religiosas tão diferentes como são o Xintoísmo e o Budismo, talvez forneça uma explicação para as contradições de que acima demos alguns exemplos. Como se misturássemos água e azeite num mesmo recipiente: embora possam parecer homogéneos quando a mistura é agitada, rapidamente se decantam e separam em níveis diferentes quando estabilizados. É apenas uma hipótese, mas não deixa de ser sedutora.

Assim, à serenidade e não violência próprias do Budismo (na sua forma *zen* de meditação, tão cara aos nipónicos) corresponderia a imagem de doçura e harmonia do crisântemo, e a delicadeza que caracterizam a alma japonesa. Em contrapartida, o pragmatismo nas relações com o mundo e a sociedade e a busca dos interesses imediatos que os fiéis xintoístas vão implorar nos santuários, facilitariam um certo egoísmo justificador das práticas agressivas que também encontramos na alma japonesa. O Xintoísmo é certamente responsável pelo amor que o povo consagra à natureza, habitada pelos *kamis*, e isso contribui fortemente para a sua atitude resignada e sempre disposta a começar de novo, cada vez que sobre eles se abate uma calamidade, como um sismo (muito frequentes e causando grandes estragos materiais e de vidas humanas), um tufão, cheias, actividades vulcânicas e outras catástrofes tão comuns nestas ilhas montanhosas.

Ao Confucionismo terão os japoneses ido beber os princípios da piedade filial e o respeito pela hierarquia, com a conseqüente submissão voluntária ao poder instituído. O sentido da honra, levado ao extremo do sacrifício da própria vida pelos antigos samurais (os guerreiros que os dáimios mantinham ao seu serviço), reflectido pelo seu código de honra – o *bushido* – nasceu no seio do Budismo, para quem a morte honrosa só pode beneficiar o *karma* de cada um, conduzindo-o a uma re-incarnação num nível superior. É essa, de

resto, a explicação para a imolação pelo fogo como sinal de protesto contra as injustiças, tão comum entre monges budistas, entre os quais se incluem também os japoneses.

Seja como for, esta capacidade de assimilar facilmente valores tão diferentes, por vezes mesmo opostos, deveria ter permitido, por exemplo, uma penetração mais rápida e profunda do Cristianismo o que, de facto, parece não acontecer nos dias de hoje, ao contrário do que sucedeu no chamado “século cristão” (1549-1640). Nessa altura o número de conversões e a sua solidez, preferindo o martírio à apostasia, parecia denotar uma facilidade que hoje se não verifica, pois a percentagem de cristãos é inferior à da própria China, onde o regime perseguiu a Igreja, o que não sucede no Japão desde a época Meiji. O que se passa? Será a igualdade radical de todos os homens proclamada pelo Evangelho (“*Já não há judeu nem grego, nem escravo nem homem livre...*”) que se choca com a rigidez da hierarquia confucionista? Procurando respostas para estas dificuldades, os bispos católicos japoneses acabaram por dar prioridade pastoral a duas linhas de força – a *Alegria* e a *Solidariedade*. Isto parece indicar que a Igreja considera que, apesar do enorme desenvolvimento económico do país, os japoneses não se sentem felizes e teriam perdido o sentido de entreatajuda próprio da vida clânica. Talvez que a rapidíssima alteração das estruturas deste povo, tradicionalmente rural, apinhado em enormes megalópoles (na região de Tóquio e Yokohama, hoje praticamente interligadas, vivem mais de 26 milhões de pessoas, ou seja, 20 por cento da população total) signifique que a emergência de um novo modelo de civilização (a “3.^a Vaga”, de Toffler) ainda não está consolidado e tarde a definir-se.

Será que o Japão, com as cicatrizes de Hiroshima e Nagasáqui ainda mal fechadas, apanhado no turbilhão do industrialismo e entrado de repelão na sociedade de informação, confrontado com valores ocidentais diferentes dos seus, perdeu aquele encanto que atraíu irresistivelmente pessoas como o nosso Wenceslau de Moraes e os padres seiscentistas da Companhia de Jesus? Provavelmente, não. As forças espirituais do Xintô e do Budismo afiguram-se-nos ainda capazes de se renovar num humanismo de sinal japonês, criativo e salutar. O crisântemo sobrepondo-se ao punho da espada...

Síntese

O Xintô ou Xintoísmo, que significa literalmente “via dos deuses”, é uma religião politeísta, exclusiva do Japão. Sem fundadores nem dogmas, integra também as antigas práticas xamanistas (que ainda mantêm certa autonomia na ilha de Hokaido) e veio a associar-se ao Budismo, o qual fez a sua entrada no arquipélago no século VI, vindo da China através da Coreia. Encontram-

-se de tal modo associados que a maioria das pessoas que se confessa xintoísta declara-se também simultaneamente budista, o que inviabiliza qualquer tentativa de os separar estatisticamente. No conjunto, são mais de 100 milhões, correspondendo a cerca de 80 por cento da população.

Se bem que o número dos deuses do Xintoísmo (os *Kami*) seja praticamente ilimitado, os seus poderes e jurisdição circunscrevem-se à área onde o respectivo santuário se localiza, bem como à família ou ao clã que tutelam. As cerimónias e rituais de culto são muito simplificados, aliás como os Santuários, construídos em madeira, e obrigatoriamente renovados de 20 em 20 anos. Existem mais de 90 mil recintos de oração, desde os santuários domésticos aos santuários locais e aos urbanos. Os mais imponentes, aqueles para onde todos os peregrinos convergem, são o grande Santuário da cidade de Ise e o Santuário do Palácio Imperial. No conjunto, estes recintos de oração são servidos por mais de 100 mil sacerdotes.

Pratica-se ainda o culto ao Imperador, que consiste em homenagear a sua pessoa e a linhagem dos seus antepassados (na raiz dos quais estaria a deusa do Sol Amaterasu O-mikami), embora com a noção de que não se trata de uma divindade, como ele próprio declarou publicamente, após a derrota do Japão na última guerra mundial.

Os Festivais assinalando mudanças de estação, ritos de passagem ou aniversários de santuários, são muito populares no Japão, atraíndo enormes multidões que desfilam processionalmente, em grandes carros alegóricos profusamente decorados, ou em barcos, consoante o tipo de festa.

É comum realizarem-se cerimónias de purificação – os ritos “Harae” – para restaurar a harmonia entre kamis, homens e natureza, quando esta se quebrou ou foi seriamente ameaçada, fazendo-se exorcismos para afastar as desgraças.

É bem possível que a coexistência destas duas religiões (Xintoísmo e Budismo), suportadas ainda por uma filosofia de marcada influência confucionista, estejam na base das numerosas contradições que se encontram na cultura do povo japonês – contradições tão notórias e chocantes que a antropóloga Ruth Benedict não hesitou em usar a imagem de “o crisântemo e a espada” para as caracterizar.

Revisão

1. Porque dizemos que o Xintoísmo é um sincretismo religioso?
2. Qual o papel dos *Kami* e qual a real dimensão dos seus poderes? Em que circunstâncias é que os fiéis se dirigem aos seus *Kami*?

3. Para além dos santuários domésticos, que outro tipo de santuários pode encontrar no Japão xintoísta? Indique os santuários mais famosos que são objecto de peregrinações anuais.
4. Em que consiste o culto prestado ao Imperador? Sofreu alguma alteração ao longo da História?
5. Que significado têm os Festivais periódicos para os japoneses xintoístas?
6. Em que consiste a pureza ritual? Os japoneses consideram-na importante? Porquê?
7. Diz-se que “os japoneses já nascem xintoístas” para explicar a íntima ligação entre esta religião e a sua herança cultural. Desenvolva este tema.
9. Enuncie algumas das contradições mais visíveis no comportamento e cultura do povo japonês.
10. Parece-lhe que a filosofia confucionista e as religiões xintoísta e budista moldaram, de algum modo, a maneira de ser e a mundividência dos japoneses? De que modo? Dê alguns exemplos.

Leituras complementares

Indicam-se apenas algumas obras publicadas em português. Para aprofundar o conhecimento do Xintoísmo e da sua influência na cultura e mentalidade japonesas, bastará recorrer às bibliografias incluídas nestes livros.

BENEDICT, Ruth

1988 *O Crisântemo e a Espada (padrões de cultura japonesa)*, Perspectiva, São Paulo.

Um dos mais rigorosos estudos antropológicos até hoje realizados sobre a sociedade e a cultura japonesas. Elaborado durante a 2.ª Guerra Mundial, a autora e sua equipa viram-se obrigados a prescindir do trabalho de campo mas, apesar disso, a sua investigação foi fundamental para a tomada de decisões do governo americano para pôr termo à guerra do Pacífico.

CARMO, António

1997 *A Igreja Católica na China e em Macau no contexto do Sudeste Asiático (Que Futuro?)*, Fundação Macau/Instituto Cultural de Macau//Instituto Português do Oriente, Macau.

Para além de um breve resumo do Xintoísmo (pp. 318 e sgs.), analisa a actual situação social, económica e política da sociedade japonesa

e suas implicações no plano espiritual (pp. 296 e sgs., alínea “O Japão: uma benção ou uma ameaça?”).

1995 “O Regresso dos Mártires”, artigo in *Macau*, II série, n.º 35, Março, pp. 64-68.

1995 “Nagasáqui, cidade martirizada”, artigo in *Macau*, II série, n.º 44, Dezembro, pp. 70-74.

DELUMEAU, Jean (coordenador)

1997 *As Grandes Religiões do Mundo*, Edit. Presença, Lisboa.

Contém dois capítulos da autoria de Jean-Pierre Berthon (O Xintoísmo – Referências históricas e situação actual) e um outro escrito por Masanori Toki (O Xintoísmo, religião étnica do Japão). São dois estudos muito claros que se completam mutuamente.

ELIADE, Mircea; COULIANO, Ioan P.

1993 *Dicionário das Religiões*, Publicações D. Quixote, Lisboa.

Ocupa-se desta religião no cap. 32 (Xintó). Apesar de muito resumido (escassa meia dúzia de páginas), constitui uma síntese com interesse.

LING, Trevor

1994 *História das Religiões*, ed. Presença, Lisboa, (o original inglês é de 1968).

O autor advoga, de forma algo tendenciosa e com fracos argumentos, a criação de um sincretismo espiritualista entre o Cristianismo e as religiões do Oriente. Mesmo assim, os pontos 2.48 e 2.49 (“A religião do Japão antigo” e “O desenvolvimento do Shinto de Estado”) e 7.48 (“As novas religiões do Japão desde 1947”) fornecem dados interessantes.

PARKER, Steve

1989 *Japão*, ed. Edinter, Porto (col. “Povos e Lugares”).

Poderá estranhar-se a inclusão nesta bibliografia de um livrinho de divulgação, como é o caso. Mas nem o facto de se tratar de uma pequena monografia, nem a sua despretenciosa apresentação (na realidade, nada “académica”, no mau sentido da palavra, o que, por outro lado, a torna atraente e de fácil leitura), nada disso impede que a recomendemos a quem nunca teve qualquer contacto com o Império do Sol Nascente. Amplamente ilustrada, pretende apenas, tal como as outras monografias da colecção, servir de introdução à geografia e ao clima, à economia e à história, e à maneira “como vivem as pessoas”. É nessa perspectiva que a recomendamos a quem nunca leu nada sobre o Japão. Obviamente que há milhares de estudos aprofundados, alguns deles escritos ou traduzidos para Português, que o leitor encontrará facilmente através de uma pesquisa a bibliotecas, CD Roms e outras formas de consulta habituais.

ROCHEDIEU, Edmond

1982 *Xintoísmo*, Verbo, Lisboa.

É o n.º 8 da colecção “Grandes Religiões do Mundo”. O autor não é um especialista, pois não tem experiência da vida no Japão, conhecendo muito superficialmente a sociedade nipónica. Depende assim integralmente das fontes que consultou, pelo que o livro, embora bem sistematizado, deve ser lido com reservas. Chega mesmo a ser um tanto ingénuo, ao descrever uma breve experiência durante um Congresso, em que toma por amor à arte uma evidente demonstração de xenofobia. Contém todavia elementos interessantes e manifesta a preocupação de referir as “novas religiões” do arquipélago (o original é de 1966, pelo que, neste aspecto, se encontra algo desactualizado).

U. S. DEPARTMENT OF THE ARMY

Army Area Handbooks, UM – St. Louis Libraries, USA, Cap. 2.03
“Values and Beliefs”.

Para além das obras acima mencionadas, vejam-se também as secções dedicadas ao Xintó nos dicionários das religiões (há alguns indicados na bibliografia geral) em que a limitação do espaço obrigou à elaboração de sínteses, sempre úteis, tanto para uma iniciação ao tema, como para uma revisão final.

VI. ÁFRICA, UM CONTINENTE RELIGIOSO

Página intencionalmente em branco

16. As Religiões da África

Página intencionalmente em branco

SUMÁRIO

Objectivos da Unidade

1. **O berço da Humanidade**
2. **Um Continente religioso**
3. **A Filosofia Banto**
4. **O monoteísmo banto**
5. **A Pirâmide Vital e o culto do mundo invisível (antepassados, espíritos, génios)**
Antepassados “especiais”
Heróis fundadores
Espíritos e génios
Culto dos antepassados
Animais, plantas, minerais
As leis que regem as forças vitais

6. **Magia e feitiçaria**

Síntese

Revisão

Leituras complementares

Objectivos da unidade

No final deste capítulo o aluno deve estar apto a:

- Indicar quais as principais religiões praticadas no continente africano, a sua actual distribuição e as razões históricas que a explicam;
- Conhecer a distribuição da etnia Banto, bem como as bases da sua filosofia das forças vitais;
- Caracterizar o monoteísmo banto e explicar as possíveis razões para a não existência de um culto muito elaborado, apesar do lugar aparte que Deus criador ocupa nas suas concepções religiosas;
- Entender a identificação dos conceitos de “força” e “ser”, na Religião Tradicional Africana, segundo os princípios da ontologia banto;
- Descrever as várias categorias de forças vitais e a posição hierárquica que ocupam, de acordo com a hierarquia das forças vitais, tanto do mundo invisível como do mundo visível;
- Caracterizar estas forças pelo papel que desempenham em relação ao homem vivo, centro real da pirâmide;
- Avaliar a importância que podem ter, dentro deste sistema filosófico, as forças “impessoais” (animais, plantas, minerais);
- Enunciar as principais leis que regem as forças vitais;
- Distinguir “religião” de “magia”, magia “branca” de magia “negra”, e perceber a importância do recurso frequente a práticas mágicas na Religião Tradicional Africana;
- Destrinçar os papéis do “feiticeiro” e do “adivinho-curandeiro” (conhecido em Angola como “quimbanda”), e os processos de actuação de uns e de outros;
- Indicar as principais semelhanças entre adivinhos-curandeiros africanos e os “xamãs”, bem como a distribuição geográfica do xamanismo.

Sem penetração filosófica, a etnologia não passa de folclore. Já não é possível contentarmo-nos com vagas locuções tais como: “forças misteriosas dos seres”, “certas crenças”, “influências indefiníveis” ou “uma certa concepção do homem e da natureza”. Semelhantes definições, vazias de todo o conteúdo, não têm qualquer espécie de valor científico.”

Placide Tempels, *A Filosofia Banto*.

1. O berço da Humanidade

Tanto quanto hoje sabemos, os nossos primeiros antepassados terão surgido na África oriental e meridional, há mais de 3 milhões de anos. Erguendo-se e caminhando sobre os dois pés, olhando os longínquos horizontes e não apenas a terra que pisavam, libertando as mãos que puderam usar como ferramentas, desenvolvendo as suas novas capacidades de comunicar entre si com uma linguagem articulada, Lucy¹ e seus irmãos percorreram a savana ou cresceram em meio aquático², aumentando gradualmente o volume e o peso do seu cérebro, o que os tornou definitivamente diferentes dos seus primos antropóides com quem compartilhavam notáveis semelhanças.

Incansáveis andarilhos, os seus descendentes (*homo erectus* e *homo sapiens*) espalharam-se depois por toda a Terra, desde a vizinha Europa às lonjuras de Java e de Pequim, passaram a vau pelo estreito de Bering e atingiram o Alasca, progredindo depois para Sul até se deterem nos inóspitos promontórios da Terra do Fogo. Atravessaram os rios e os mares em canoas e jangadas, inventando os remos e as velas, aprenderam a dominar o fogo, tornaram-se temíveis caçadores e aprenderam por fim, ao cabo de centenas de milhares de anos, a relação entre a semente e a árvore. Transformaram-se assim em agricultores, o que constituiu a primeira grande revolução na história da Humanidade.

Muitos milhares de anos mais tarde, os europeus descobriram a África, sem se darem conta de que estavam voltando às origens. Embora o continente negro houvesse sido palco de algumas culturas brilhantes (atestam-no as esculturas do Benin, por exemplo, ombreando com as suas congêneres gregas), os povos que encontraram tinham parado no tempo e a sua *tecnologia* era muito mais rudimentar do que a dos recém-chegados. Aproveitando a velha instituição africana da escravidão, estes usaram-na em seu proveito e desenvolveram um negócio rendoso e miserável – a escravatura³ – sangrando a África dos seus filhos mais vigorosos, em proveito das plantações e engenhos do Novo Mundo descoberto por Cabral e por Colombo. As potências europeias

¹ Lucy foi o nome por que ficou conhecido um esqueleto de um “australopithecus afarensis”, do sexo feminino, descoberto em 1974 na região de Afar, na Etiópia (o nome escolhido pelos paleoantropólogos foi consequência de estarem a ouvir no acampamento, na altura da descoberta dos ossos, a canção dos Beatles “*Lucy in the Sky With Diamonds*”). Estes hominídeos terão durado cerca de 900 mil anos, extinguindo-se provavelmente há 3 milhões de anos. Boa parte das descobertas de ossos e outros vestígios humanos na Tanzânia e Quênia, se deve ao trabalho incansável de investigadores como a famosa família Leaky, já com 3 gerações de paleoantropólogos (Louis, já falecido, sua mulher Mary, filhos, noras e netos) que têm vindo a orientar gerações de investigadores de todo o mundo.

² À conhecida teoria de que o Homem se terá desenvolvido na savana africana, opõe-se uma outra (a do “símio aquático”, defendida através de várias obras pela escritora Elaine Morgan) que sugere que o seu desenvolvimento se terá processado, igualmente em África, mas em meio aquático.

³ Enquanto a *escravidão* é um sistema através do qual determinadas pessoas passam a “pertencer” a outras, por razões várias (grupos dominados pela força, devedores insolventes, etc.), a *escravatura* constituía um negócio em larga escala, em que os cativos eram vendidos a quem mais pagasse e perdiam todos os seus direitos como seres humanos. Infelizmente, e apesar de todos os esforços das Nações Unidas, este tráfico odioso ainda não foi completamente banido, continuando a ser capturados africanos para servirem como escravos na península arábica.

distribuíram entre si o vasto continente africano, lutando pelos melhores bocados, e os negros viram-se transformados em servos na sua própria terra. No sul, povoado por ingleses e holandeses, chegou-se ao cúmulo de transformar em filosofia nacional o desenvolvimento separado (o “*apartheid*”). Mais a norte as relações eram melhores, indo de um paternalismo mais ou menos inconsciente (sobretudo nos estratos menos instruídos da população branca) até situações de convivência saudável e fraterna. Para tal muito contribuiu, diga-se de passagem, a acção esforçada dos missionários cristãos.

Mas o mito de que “o negro é uma criança grande”, misto de ternura e de complexo de superioridade, era ainda corrente em meados do século vinte⁴, aceitando-se pacificamente que o seu mundo era povoado de bruxos e feiticeiros, sem um sistema de pensamento elaborado e coerente, uma vez que nem sequer possuíam escrita própria que revelasse a sua memória colectiva e os fundamentos da sua sabedoria⁵.

Tal como foi necessário que uma maçã caísse sobre a cabeça de um homem inteligente para que soubéssemos da existência da gravidade, também em África houve que esperar que surgissem homens estudiosos e dedicados, como o padre holandês Placide Tempels, para se descobrir que, afinal, os africanos possuíam uma filosofia real e bem fundamentada, que não sabiam expôr sistematicamente mas que moldava a sua existência, presidia às acções da sua vida quotidiana e lhes fornecia as razões últimas para viver e morrer. Uma filosofia e uma religião, inextricavelmente ligadas, como veremos em seguida.

2. Um Continente religioso

Na realidade, o preconceito de que os africanos seriam “pagãos”, no sentido de não possuírem qualquer religião estruturada, não tem qualquer consistência. Para além daquilo a que se convencionou chamar a “Religião Tradicional Africana” e que estudaremos nas alíneas seguintes, convém não perder a noção da fortíssima presença de duas religiões monoteístas, caracterizadas pelo seu proselitismo, que de há muito se instalaram neste enorme continente e vêm crescendo sempre de ano para ano. Refiro-me obviamente aos cristãos e aos muçulmanos.

Olhando para o mapa das religiões nos 54 países africanos (a maioria dos quais ascendeu à independência na segunda metade do século XX, após longos períodos de dominação colonial, o que os marca ainda hoje fortemente, para o bem e para o mal), podemos estabelecer, *grosso modo*, a seguinte distribuição:

- a norte do Equador predominam os muçulmanos, de língua e civilização árabes (19 países);

⁴ Hergé, o pai de Tintim, um dos maiores criadores de banda desenhada de todos os tempos, reflecte esta mentalidade paternalista no seu álbum “Tintim no Congo” (1931), um dos primeiros que publicou, no qual os negros são apresentados de forma simpática mas ingénua, como as tais “crianças grandes”. Eu próprio, quando era criança, ouvi muitas vezes esta expressão em Angola, na década de 40.

⁵ A propósito da não-existência de escrita, é comum dizer-se que “em África, quando morre um velho, desaparece uma biblioteca”. Hampate Bâ escreveu em 1975, a p. 88 da revista *Nigri-zia* (Bolonha) num artigo intitulado “Aspetti della civiltà africana”, o seguinte: “O meu professor T. Bokar dizia: *uma coisa é a escrita e outra o saber. A escrita é a fotografia do saber, mas não é o saber. O saber é uma luz para o homem. É a herança de tudo aquilo que os antepassados conheceram e transmitiram em germen, à maneira do baobá que em potência se encontra já na semente*”.

- os cristãos (17 países), na sua imensa maioria católicos, têm mais peso para sul desta linha até ao extremo sul (com alguns enclaves a norte, como os antigos reinos, hoje repúblicas, da Etiópia e Eritreia, cuja maioria cristã é copta e remonta aos primeiros séculos do cristianismo). A África do Sul, por sua vez, apresenta uma maioria de cristãos protestantes, como consequência natural da colonização anglo-saxónica;
- no golfo da Guiné, países da costa oriental e alguns do centro, a Religião Tradicional Africana detém ainda a maioria (18 países).

A avaliar pelo número de países em que cada religião está em maioria, dir-se-ia que há um grande equilíbrio entre os três grandes grupos. Mas, na realidade, trata-se de uma estatística enganadora, pois não entra em conta com a área e menos ainda com a respectiva população. Com efeito, basta comparar a superfície das ilhas Seychelles com a do Sudão, ou as de São Tomé e Príncipe com a África do Sul. As variações da densidade populacional são igualmente muito grandes (alguns destes países são constituídos por imensidões de areia do deserto, ao passo que noutros a acumulação das populações vai ao ponto de ocuparem cemitérios que passaram assim a bairros residenciais).

Estimada a população africana, no ano 2000, em 790 milhões de pessoas⁶, verificaremos que cerca de 40% são muçulmanos (uns 318 milhões), 33% cristãos (256 milhões) e os restantes 27% (216 milhões) se distribuem entre crentes da religião tradicional e membros de igrejas independentes, sincretistas, normalmente originadas a partir de igrejas cristãs protestantes.

Não iremos descrever a situação dos cristãos e muçulmanos nos países indicados, pois isso foi já referido nos capítulos próprios dedicados àquelas religiões. Valerá, no entanto, a pena sublinhar que ambas se encontram em plena *expansão*, crescendo todos os dias o número dos seus adeptos. No que toca, por exemplo, à Igreja Católica, é sintomático que tenha duplicado nos últimos 20 anos (de 59 milhões em 1982 passou para 123 em 2000), não apenas no que respeita ao número de fiéis mas também ao de obras assistenciais que tem a seu cargo (817 hospitais, 375 leprosas, 4 381 dispensários, etc.).

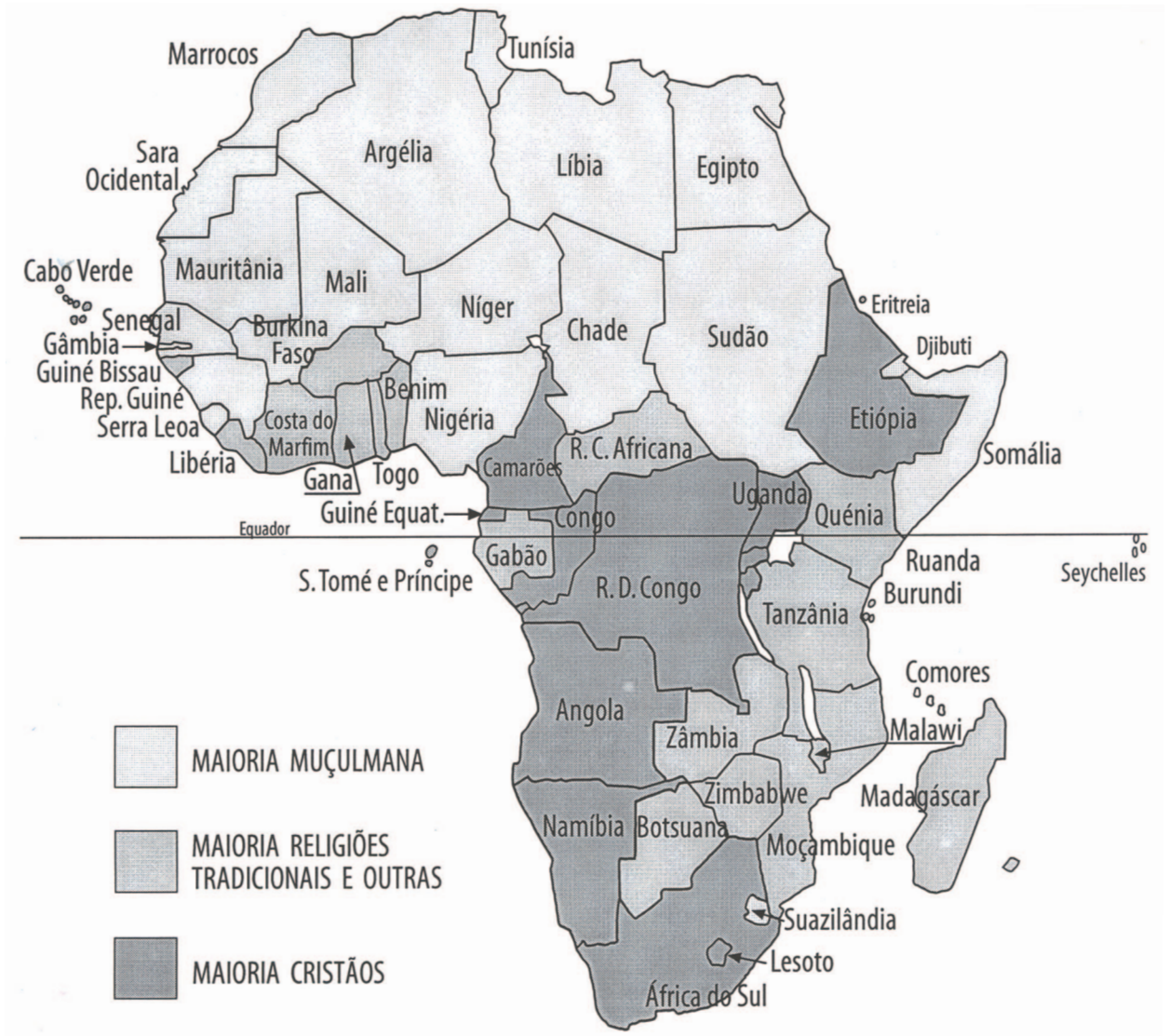
Quanto às chamadas *igrejas independentes*, “*surgem em África como cogumelos. As suas vestes e trajas coloridos são algo mais que uma exibição da singularidade. Muitos acham que elas proliferam onde o cristianismo não soube dar uma resposta adequada aos problemas de cada dia. Em África proliferam as igrejas de novo cunho, seitas fundamentalistas e comunidades religiosas com os mais variados nomes e condições. Basta sair de casa para encontrar por todo o lado cartazes que as anunciam: neoapostólica, cristianismo celeste, santos de Deus, serafins e querubins, Betânia...*”⁷. Embora numerosos, são grupos pequenos que têm muita dificuldade em entender-se,

⁶ Os dados a que nos reportamos foram extraídos do número especial de Janeiro 2001, todo ele dedicado ao continente africano, da revista *Além-Mar*, a qual, por sua vez, utilizou elementos da revista espanhola *Mundo Negro*, entre outros.

⁷ “Amalgama de crenças”, por Josean Villalabeita, irmão de La Salle e professor no Benim, artigo publicado em *Além-Mar*, cit., Janeiro de 2001.

ÁFRICA

Distribuição das religiões



Fonte: *Além-Mar*, Janeiro de 2001.

entrando por vezes mesmo em conflito aberto umas com as outras. É uma situação preocupante que obriga os responsáveis da pastoral católica e protestante a rever as suas noções e práticas de inculturação, a qual, se é relativamente fácil de levar a cabo ao nível da liturgia, se torna muito mais difícil a níveis mais profundos, como é o caso da ontologia e, de um modo geral, da filosofia e mundividência dos africanos.

3. A filosofia Banto

Na impossibilidade prática de nos ocuparmos aqui de todos os grupos que vivem no continente africano – os povos das famílias linguísticas camito-semíticas (semitas, berberes e kushitas), negro-africanas (sudaneses, nilóticos e bantos) e khoisans (bosquímanos e hotentotes) – vamos tratar apenas da religião dos **Banto**, por ser o grupo mais numeroso e as suas concepções mágico-religiosas não diferirem muito dos restantes grupos (*Banto* é o plural de *munto* e significa “homens”). Como já observamos, esta manifestação de etnocentrismo – cada grupo se considera como os homens propriamente ditos... – é vulgar em muitos povos deste nosso planeta).

Os Banto distribuem-se pelo centro e sul do Continente, *grosso modo* para sul de uma linha que une Duala (Camarões) a Mombaça (Quénia). É uma vastíssima região a sul do Equador em que, para além dos Banto, existem apenas pequenos grupos de Bosquímanos e Hotentotes.

O conhecimento sistemático, numa perspectiva científica, do seu sistema de pensamento, da sua visão do mundo, numa palavra, da sua *filosofia*, é extremamente recente (1945) e ficou a dever-se, como referi, ao missionário holandês Placide Tempels, que a expôs com muita clareza e de forma convincente em *A Filosofia Banto*, obra que seguirei de perto nesta rápida síntese⁸. Depois dele desenvolveu-se toda uma vasta literatura científica que estuda os valores da chamada “negritude”. Mas as traves mestras do pensamento banto continuam a ser aquelas que a experiência, a intuição e a sólida formação científica de Tempels nos revelaram (o autor foi missionário, ao longo de muitos anos, no Congo ex-belga).

Antes de iniciar a sua exposição, Tempels colocou algumas perguntas básicas, cujas respostas só fariam sentido quando ancoradas num sistema de pensamento claro e coerente. Escreveu ele, a pp. 22 e 23⁹:

Admitamos que os negros sejam “animistas”, no sentido em que eles atribuem uma “alma” a todos os seres, ou tomemo-los por “dinamistas”, no sentido em que reconhecem um “mane”, uma força universal animando os seres do universo. Será preciso, no entanto, colocar aos próprios Bantos as perguntas:

⁸ Pe. Placide Tempels, *A Filosofia Banto*, Présence Africaine, Paris, 1949. Trata-se de uma tradução para a língua francesa, pois o original holandês foi escrito em Kamina, em 1945. Sendo uma obra de consulta obrigatória para todos os estudiosos das questões africanas, impunha-se a tradução do texto francês, há muito esgotado, o que fiz efectivamente em 1961. Infelizmente não foi possível a sua publicação nessa altura por ter sido considerada “oportuna” (foi o ano do início da guerra em Angola). Passados 40 anos, continua a revelar-se indispensável, pelo que a edição portuguesa deverá sair dentro de alguns meses.

⁹ As páginas indicadas são as da versão francesa.

-
- Como é que essas almas ou essa força universal podem, em vossa opinião, agir sobre os seres? – Como se realiza a interacção dos seres? – Como é que o “bwanga” (medicamento mágico, amuleto, talismã...) pode, em vossa opinião, curar o homem? – Como é que o mfwisi, o muloji, o feiticeiro, pode matar-vos, mesmo a distância? – Como é que o morto pode renascer? – Que entendem vocês por esse renascimento? – Como é que a cerimónia da iniciação pode fazer de um simples mortal um munganga, um mágico-curandeiro ou, como o faremos aparecer mais adiante, um dominador das forças? – Quem inicia? O homem ou o espírito? – Como é que o iniciado adquire o “conhecimento” e o “poder”? – Por que motivo a maldição tem um efeito destruidor? – Como é que o possui? – Como se explica que os nossos catecúmenos, em vésperas do seu baptismo, nos venham dizer: sem dúvida que os nossos remédios mágicos são eficazes, mas nós queremos renunciar a recorrer ao seu uso?

*Semelhantes questões ultrapassam a descrição superficial das práticas costumeiras. Mas não estão, no entanto, condenadas a ficar sem resposta. A resposta que darão todos os Bantos é invariavelmente a mesma. Aquilo a que se chamou magia, animismo, manismo ou dinamismo, numa palavra, todos os costumes dos Bantos, repousa sobre um princípio único, o reconhecimento da natureza íntima dos seres, quer dizer, sobre o princípio da sua **Ontologia**. Porque é precisamente com este termo filosófico que devemos designar os seus conhecimentos do ser, da existência das coisas.*

(...) Tentemos antes de tudo compreender o pensamento dos Bantos. Precisamos de saber quais as suas noções, a sua interpretação racional da natureza dos seres visíveis e invisíveis. Estas concepções podem mostrar-se exactas ou erróneas; de qualquer forma, devemos admitir que estas ideias sobre a natureza das coisas do universo são conhecimentos essencialmente metafísicos e constituem uma “ontologia”. Antes de ensinar aos negros o nosso pensamento filosófico, tentemos penetrar o seu. Sem penetração filosófica, a etnologia não passa de folclore. Já não é possível contentarmo-nos com vagas locuções tais como: “forças misteriosas dos seres”, “certas crenças”, “influências indefiníveis” ou “uma certa concepção do homem e da natureza”. Semelhantes definições, vazias de todo o conteúdo, não têm qualquer espécie de valor científico. (Tempels, 1949: 24).

A concepção que os Banto possuem da vida centra-se sobre um único valor: a **força vital**. Esta concepção constitui, com efeito, a **base de toda a filosofia banto**: “Nós, ocidentais, vimos na força um atributo do ser, e elaboramos uma noção do ser independentemente da noção de força. Parece que os primitivos não interpretaram assim a realidade. A sua noção de ser é essencialmente dinâmica. Falam, vivem e agem como se, para eles, a força fosse um elemento necessário do ser. A noção de força está assim essencialmente ligada a toda a noção de ser”. (Tempels, 1949: 34, 35).

A partir daqui podemos começar a compreender a essência da sua própria **religião**, constituída por uma **hierarquia de forças vitais**, em cujo topo se encontra Deus e que inclui os animais, as plantas e os minerais¹⁰:

O ser é força, a força é ser. Segundo a nossa noção de ser ele “é o que É”; segundo a sua, é “a força que é”. Quando nós pensamos no conceito de “ser” eles servem-se do conceito de “força”. Onde nós vimos seres concretos, vêem eles forças concretas. Onde nós diríamos que os seres se distinguem pela sua essência ou natureza, os Bantos dirão que as forças diferem pela sua essência ou natureza.

Em sua opinião, existem a força divina e as forças celestes e terrestres, as forças humanas, animais, vegetais e até as forças materiais ou minerais. E consideram todos estes seres como forças especificamente diferentes e numericamente distintas.

*É devido ao facto de que todo o ser é força, e não é senão na medida em que é força, que esta categoria **força** abrange necessariamente todos os seres: Deus, os homens vivos e mortos, os animais e plantas, os minerais. Sendo o ser força, todos estes seres se apresentam aos olhos dos Bantos como forças. (Tempels, 1949: 36).*

Sublinhemos finalmente que todas as forças podem aumentar ou enfraquecer. Usando a terminologia banto, isto significa que todo o ser pode vir a ser mais forte ou mais fraco. A partir daqui, entende-se facilmente a preocupação constante, que é quase uma obsessão, de aumentar a sua força vital, pois esta nunca permanece estática: ou aumenta ou diminui. Daí também o grande poder da magia, uma vez que é essencialmente utilizada para aumentar a força do interessado e eventualmente diminuir a do seu inimigo.

4. O monoteísmo banto

Embora os nomes e os atributos de Deus variem, a crença num Deus único e pessoal é uma constante em toda a África. “Com efeito, por mais longe que penetremos em sua história, o negro, onde quer que se encontre, é monoteísta. Não existe mais do que um Deus, que tudo criou, que é todo-poderoso e de vontade absoluta. Todos os poderes, todas as vontades dos génios e dos antepassados, emanam dele”¹¹.

Ao testemunho de Senghor podemos juntar, entre muitos outros, o do não menos autorizado Mbiti, o qual recolheu informações entre três centenas de povos negro-africanos vivendo em regime tradicional:

Em todos esses povos, sem uma única excepção, os homens conhecem um Deus que é o ser Supremo. É a noção mais concisa e fundamental de Deus; aparece em todas as sociedades africanas...

¹⁰ Na alínea 4 deste capítulo, consagrada à pirâmide vital, desenvolvi um pouco mais estas noções.

¹¹ Leopold Senghor, *Libertad, Negritud y Humanismo*, Tecno, Madrid, 1970, p. 29, cit. pelo Pe. Raul Ruiz de Asúa Altuna, a p. 390 do capítulo sobre “Monoteísmo Banto” da sua obra *Cultura Tradicional Banto*, Luanda, 1985 (cfr. “Leituras complementares”), um trabalho que seguirei de perto neste capítulo, não só pela sua excepcional qualidade como pelo elevado número de autores consultados (praticamente todos ou quase todos os investigadores de maior reputação que se debruçaram sobre as questões da cultura e religião africanas).

*Deus não é um estrangeiro para os africanos e, na sociedade tradicional, não se encontra um único ateu. É o significado desse provérbio ashanti: "Ninguém mostra o Ser supremo a uma criança"; quer dizer que todo o homem conhece a existência de Deus quase por instinto e que as crianças não são exceção.*¹²

¹² Mbiti, J., *Religions et Philosophie Africaines*, ed. Cle. Yaundé, 1972, p. 39, cit. por Raul Asúa, ob. cit., pp. 392-393.

Este monoteísmo é muito anterior à chegada das grandes religiões missionárias (cristianismo e islão). O facto de existirem outras entidades com carácter sagrado levou alguns etnólogos a afirmar que os africanos eram “politeístas”, o que é tudo menos exacto. Outros chamaram àquelas entidades “deuses menores”, o que também só serve para aumentar a confusão. Para os africanos, de facto, há apenas um único Deus, acima de todas as outras criaturas, as quais lhe estão subordinadas visto terem sido criadas por ele. Prestam-se ainda a confusões as designações de Deus como sinónimos de algo muito grande e poderoso: o mar – *Kalunga*, em quimbundo, o elefante – *Ndjamba* ou *Nzambi*, nas regiões de Luanda e Cabinda, ou o sol, entre outras. Mircea Eliade sublinha, baseado sobretudo nas observações de James Frazer em *The Worship of Nature* – Londres, 1926 – que “a solarização do ser supremo uraniano é um fenómeno bastante frequente em África. Toda uma série de povos africanos dá ao ser supremo o nome de ‘Sol’”¹³.

¹³ Mircea Eliade, *Tratado de História das Religiões*, ed. Asa, Porto, 1992 (o original francês é de 1949), pp. 174-175.

Deus é para os Banto o criador de todo o universo e a força suprema (que o mesmo é dizer o “ser” supremo, como vimos), aquela que não pode jamais ser destruída ou sequer diminuída, o que constitui o seu principal atributo. Escreve Tempels, a propósito: “A origem, a subsistência e o aniquilamento dos seres ou das forças são expressa e exclusivamente atribuídos a Deus. O termo ‘criar’, em sua concepção própria de tirar do nada, aparece com o seu pleno significado nos vocabulários banto” (...) “O Poderoso que possui a força por si mesmo e outorga a existência, a sobrevivência e o aumento das outras forças (...) Tem a causa existencial em Si mesmo”. (Tempels, 1949: 39, 31).

Mas embora Deus ocupe um lugar à parte e incomparável e esteja sempre presente no pensamento das suas criaturas, a verdade é que os bantos não lhe prestam nenhum culto especial. Não constroem templos, não têm lugares fixos de culto, não têm sacerdotes, nem uma liturgia especial, nem praticam sacrifícios para lhe agradecer. E todavia rezam – e rezam muito – à sua maneira.

Há quem explique esta ausência de culto por desnecessária. De facto, sendo Deus tudo, no entender dos Banto, estando em tudo, não tendo necessidade de nada, para quê uma liturgia própria? Seria até, de certo modo, desconfiar da sua omnipresença. Assim, “o culto a Deus é simplesmente generalizado... Desenrola-se na cubata à roda da lareira, nas praças públicas, nos caminhos, nos campos e um pouco por toda a parte no vasto templo coberto magestosamente pela cúpula do firmamento”¹⁴.

¹⁴ A. Kagame, *La Philosophie Bantu comparée*, Présence Africaine, Paris, 1976, p. 298, cit. por Raul Asúa, ob. cit., p. 421.

Mas há outras explicações para o facto curioso de estas sociedades não construírem templos. Uma delas tem a ver com a própria escassez de materiais e tecnologia para efectuarem grandes construções. Na sua maioria as habitações banto são construções ligeiras, de pau-a-pique, cobertas a capim e rebocadas com barro, próprias de quem não pretende demorar-se muito no local. São povos pastores e agricultores, nómadas e semi-nómadas, seguindo o gado nas suas deslocações ou mudando de casa à medida que os terrenos de cultura vão entrando em pousio, no sistema clássico de rotação. Com excepção do Zimbabwe, a sua cultura ignora as grandes construções em pedra. São escultores em madeira e, mesmo essa arte, não existe enquanto tal mas sempre com finalidades religiosas. E, por último, há que lembrarmo-nos de que estes grupos móveis são geralmente de pequena dimensão, não ultrapassando algumas dezenas, constituídos por famílias e clãs.

Cada comunidade resolve a sua preocupação religiosa sem necessidade de edifícios e guarda em sigilo, (isto é muito importante), os lugares e objectos através dos quais comunica com o mundo invisível. A construção de um templo amplo e definitivo, conseqüentemente público, exporia o dinamismo vital-religioso próprio do grupo ao conhecimento e conseqüente interferência mágica de estranhos e inimigos.

A Religião Tradicional fundamenta-se em crenças que se vivenciam permanentemente e que se expressam e robustecem por símbolos, gestos, palavras e ritos. Não são necessários lugares oficializados. O banto, participante-comungante, entra espontaneamente em comunicação com a vida e com as permanentes mensagens, manifestações e solicitações do mundo invisível. Cada pessoa pode ser, ao mesmo tempo, fiel e sacerdote do culto privado.¹⁵

¹⁵ Raul Asúa, ob. cit., p. 422.

Quanto à oração, como dissemos, é um meio habitual dos Banto se relacionarem com o Ser Supremo. Fazem-no no seu quotidiano (quando caçam, pescam, comem, semeiam, etc.) mas também em ocasiões mais solenes: doenças, mortes, nascimentos, para esconjurar feitiçarias, epidemias, inundações, inauguração de um povoado, etc. E quase sempre cantando e dançando, ao ritmo inebriante dos seus tambores.

5. **A pirâmide vital e o culto do mundo invisível (antepassados, espíritos, génios)**

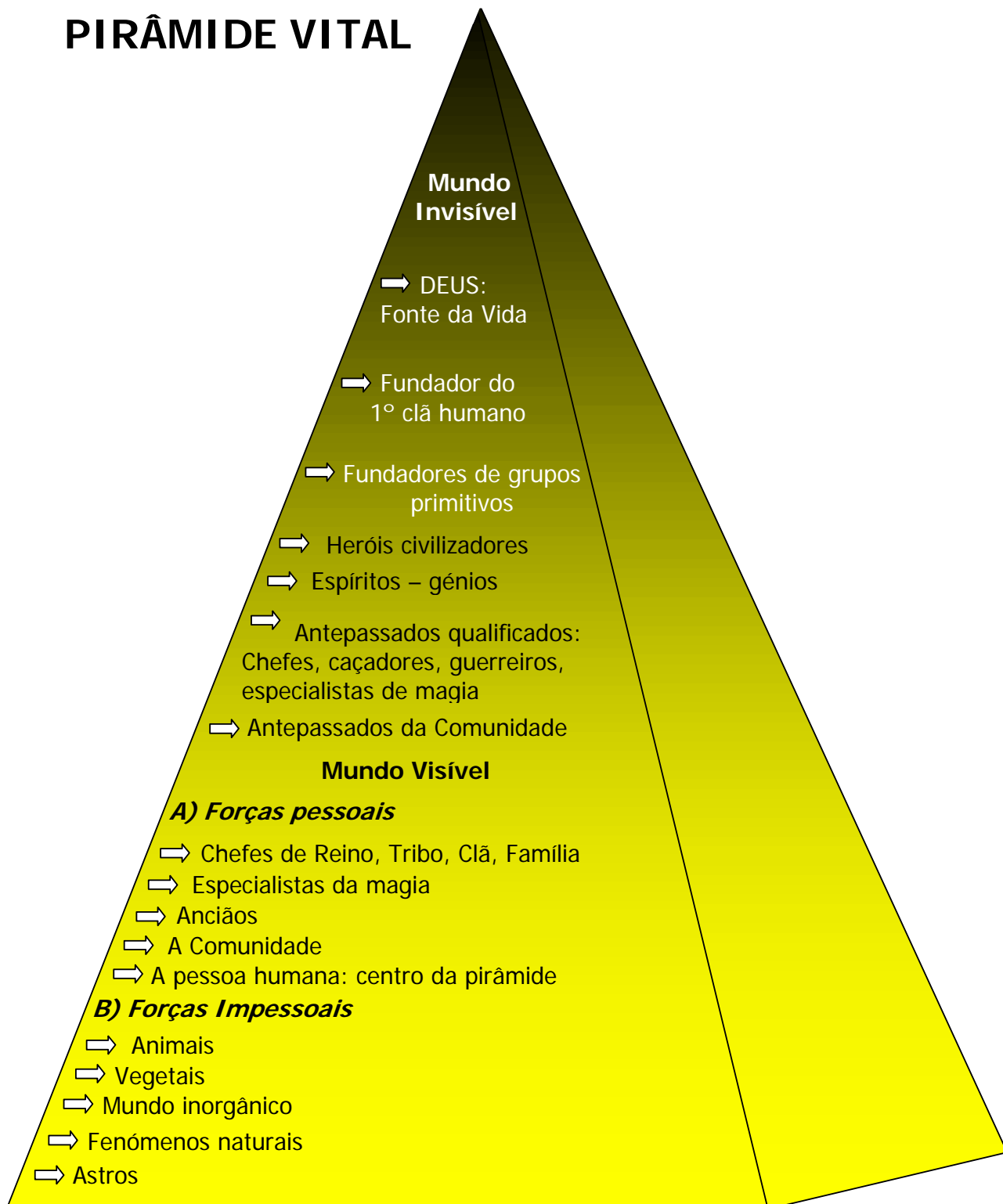
Mas se não existem propriamente rituais de culto a Deus, em contrapartida os intermediários entre este e o homem (antepassados, génios, espíritos) são objecto de frequentes demonstrações de atenção e veneração. Para compreendermos este aparente paradoxo, teremos de recorrer de novo ao auxílio das regras da sua filosofia:

Como vimos, todo o ser é força e a única que não pode ser alterada, que paira sobre todas as outras, é Deus. Mas logo abaixo encontramos uma série de seres, pertencentes ou não ao mundo visível, “acima” e “abaixo” do homem, dispostos *em pirâmide*, cuja força aumenta ou diminui continuamente. Os mais próximos do homem vivo são justamente os seus antepassados, de quem se espera e a quem se pede auxílio, mas também que se torna necessário manter satisfeitos, sob pena de vinganças terríveis. Tudo isto funciona em termos de aumentar ou diminuir a força vital, própria ou alheia. Na página seguinte incluí um gráfico em forma de pirâmide, resumindo as diversas categorias de forças vitais, desde o topo, em que figura Deus criador e fonte de toda a vida, até à base, constituída pelo mundo inorgânico, pelos fenómenos naturais e pelos astros.

- a) **Antepassados “especiais”:** Podemos classificar assim aqueles cuja memória se perde no tempo. São os que vieram primeiro, os fundadores – de famílias, de clãs, do próprio género humano – cuja força vital é enorme por se acharem mais perto de Deus. *“São os máximos reforçadores da vida, depois de Deus, e para todos os clãs são como a imagem, a personificação de Deus”*. (Tempels, 1949: 42, 103).
- b) **Heróis fundadores:** Esta categoria, constituída por *“heróis salvadores a quem Deus encarregou de inaugurar técnicas e reforçar e influir na vida”* (Raul Asúa, 1985: 59) não é comum a todos os grupos banto, o que já se não pode dizer do grupo dos espíritos e génios.
- c) **Espíritos e génios:** *“O banto pensa que Deus criou seres espirituais sem relação alguma com formas humanas corporais. Conhece numerosos espíritos de origem extra-humana. Lançou-se a hipótese de que a crença mágica e a excitação dos caçadores sugeriram a existência doutros seres supra-terrenos. Mas não se sabe donde surgiu esta crença. (...) Como intermediários, estão próximos de Deus, podem contactar com Ele, apresentar-lhe as oferendas e orações dos homens e trazer a Sua resposta. Muitos grupos consideram-nos como servidores de Deus, o Qual por eles se aproxima do mundo.* (Raul Asúa, 1985: 430-431).

Quase nada explicam da sua natureza. Só que Deus os criou assim.. São inteligentes, espirituais, livres, benfeitores ou malfeitores. Por isso consideram alguns como protectores e guardiões de indivíduos, grupos e lugares. Até podem habitar em objectos, lugares e pessoas temporária ou permanentemente. Nestes casos recebem um nome próprio que reflecte as suas funções, índole, poderes, exigências e acções, ou que é tomado do lugar onde os localizam.. (...) Nenhum aspecto da Religião Tradicional resulta mais difícil de perceber que a natureza, qualidades e funções dos Espíritos, e, sobretudo, onde

PIRÂMIDE VITAL



Fonte: Pe. Raul Ruiz de Asúa Altuna, *Cultura Tradicional Banto*, p. 61.

começa e termina o seu poder e a sua influência. Devem ser considerados como seres criados, inferiores a Deus, intermediários, imersos no dinamismo vital e actuantes pela inter-acção, mesmo que os não considerem 'familiares'. (Raul Asúa, 1985: 431).

Quanto aos *génios*, embora não se possa precisar exactamente o que são e como são, os banto não duvidam da sua existência e da sua superioridade em relação ao homem, bem como da sua participação na comunhão das forças vitais. São guardiões dos lugares e do povo que ali reside, a quem controlam, sendo por isso necessário mantê-los satisfeitos com pequenas oferendas, pois tanto podem ser benéficos como maléficos. Lembram irresistivelmente os *kami* do xintoísmo japonês, aos quais se assemelham na concepção do povo e no culto simples que se lhes presta. Em ocasiões especiais (caça, pesca, sementeiras) oferecem-lhes as primícias, tal como o fazem os caçadores bosquímanos, que nunca deixam de pedir perdão ao animal abatido por lhe terem tirado a vida.

Os génios fixam o seu habitat em lugares e árvores especiais. Para vários angolanos, alguns embondeiros gigantes, os baobá, ficam sacralizados com a presença de génios bons e protectores, e constroem ao pé deles pequenas cubatas-santuários onde lhes oferecem culto. Era frequente dependurar os cadáveres dos feiticeiros dos seus ramos para que os génios impedissem as suas acções nefastas. (Raul Asúa, 1985: 432).

E Senghor acrescenta, a respeito destas estranhas criaturas: “*Observar-se-há que os... génios não são mais que a expressão dos astros, dos fenómenos naturais – raios, chuva, ventos, epidemias, rios, montanhas e mares – dos animais e das plantas; numa palavra, das manifestações do ambiente do campo*”. (L. S. Senghor, 1970: 278).

- d) **Culto aos antepassados:** Como referi logo no primeiro capítulo, o culto dos mortos aparece em todas as civilizações e em todas as épocas da História, significando essencialmente que o homem não se resigna a aceitar a morte como um simples ponto final, acreditando que a Vida continua, embora de forma diferente. A interferência dos defuntos no quotidiano dos vivos é também comum, em povos tão diferentes como, por exemplo, os chineses e os timorenses, o que obriga a manter com eles uma boa relação. Entre os cristãos, reza-se pelos fiéis defuntos e pede-se a sua intercessão junto de Deus, especialmente quando se crê que os méritos da sua vida os creditaram como “santos” (é a chamada *comunhão* ou *comunicação dos santos*).

Entre os povos Banto, o culto dos antepassados é uma consequência lógica da sua ontologia. “*Não é uma superstição, uma idolatria, nem a decisão angustiante de uma mentalidade primitiva. Brota como*

um acto de fé na sobrevivência da pessoa e no dinamismo vital” (Raul Asúa, 1985: 476).

Pode bem dizer-se que este culto se encontra generalizado por toda a África negra. Não se trata de uma forma idolátrica de adoração, mas antes de uma relação íntima e permanente com quem, sendo da mesma natureza que as pessoas vivas, já atingiu contudo um estado superior, com maior força vital, mas que carece de a alimentar através de uma relação permanente com os vivos, a quem, por sua vez, auxilia de muitos modos nas suas necessidades. Bem pode dizer-se que esta situação resulta do facto de se encontrarem mais próximos de Deus que neles terá delegado parte da sua autoridade.

Por isso mesmo talvez seja pouco próprio falar em “culto”, quando o tipo de relação que os vivos estabelecem com os defuntos apresenta sobretudo um carácter de partilha, de fraternidade entre seres da mesma espécie. J. Mbiti explica esta questão com muita clareza: “*As libações e o alimento oferecidos aos defuntos são testemunho de fraternidade, de hospitalidade e de respeito. A oferenda destes alimentos é um símbolo da continuidade familiar e da conservação do contacto. O termo “culto” carece de sentido neste caso. Os Africanos sabem muito bem que não “rendem culto” aos membros defuntos da comunidade. É quase uma blasfémia descrever estes actos familiares como ‘cultos’*”. (J. Mbiti, 1972, p. 17, cit. por R. Asúa, 1985: 477). Os antepassados são antes os mediadores que podem reforçar a vida de cada um e que, por sua vez, recebem dos vivos o necessário “suprimento de força” para se manterem operantes.

A relação com os antepassados exprime-se através de símbolos, quer se trate de estatuetas esculpidas ou de máscaras, quer de oferendas de alimentos e bebidas. Tal como fazem muitos outros povos (chineses, minorias étnicas da R. P. C., hindus, etc.), antes de comer derramam um pouco de comida e bebida, ou deixam-na mesmo em certos locais para que os mortos compartilhem da refeição. Eles sabem perfeitamente, tal como os povos que citamos, que aquilo que os mortos consomem não é propriamente o alimento ou a bebida, mas sim a sua “essência”. O mesmo sentido simbólico tem a oferta das primícias das culturas ou de parte dos animais abatidos, sejam animais domésticos, caça ou pesca.

As ocasiões para estas oferendas nunca são fixas. Acontecem no início das sementeiras e das colheitas, mas também na celebração dos ritos de passagem, desde o nascimento à morte, sem esquecer a entrada na adolescência (rituais da circuncisão e puberdade, de rapazes e raparigas), o casamento, uma doença grave, epidemias, práticas mágicas (contra ou a favor), início de uma guerra e situações semelhantes.

Há lugares privilegiados, como é o caso das lareiras ou dos cemitérios, onde a presença dos antepassados se faz sentir de modo especial.

Refira-se, por fim, que os vivos podem ser “possuídos” pelos mortos, de forma benéfica ou maléfica (conforme a natureza do espírito possuidor), o que se manifesta através de sintomas, que vão do estado de transe até diversas alterações do comportamento destes médiuns. Normalmente estes acontecimentos são públicos, desenvolvendo-se em comunidade¹⁶.

¹⁶ No cap. 12.º do estudo cit. do Pe. Raul Asúa Altuna (*Culto aos antepassados*) estes aspectos são tratados com o necessário desenvolvimento, pelo que se remete o estudante interessado para a sua consulta.

- e) **Animais, plantas, minerais:** Estas forças impessoais são também, e por esta ordem, fonte de energia e fortalecimento da força vital do “muntu”. Assim, quando o animal ou a planta são ingeridos, a pessoa como que se apropria da sua força vital, enriquecendo desta forma o seu ser. Do mesmo modo, o uso simbólico de certas partes destes animais confere ao utilizador as respectivas capacidades: o colar de dentes e garras do leão ou do leopardo em volta do pescoço não é apenas, como parece, um simples ornamento, mas uma forma de adquirir a sua força e combatividade. Os pelos de cabrito em torno dos artelhos dar-lhe-ão a agilidade do animal (o que acontece também com outros povos não-africanos, como os timorenses ou os índios).

E se, como facilmente se repara, o relacionamento com as forças do mundo invisível apresenta evidentes analogias com a comunicação dos santos da doutrina católica, não deixa de ser igualmente curiosa a semelhança com as relações ao nível da Natureza. Como escreveu o místico e monge trapista Thomas Merton (*Sementes de Contemplação*, 1954), toda a natureza se ergue até Deus através do Homem, o qual, mais do que dominá-la, deveria portanto emprestar-lhe a sua própria voz e espiritualidade para louvar o Criador – uma reflexão muito oportuna nestes tempos de delapidação desenfreada do ambiente.

f) **As leis que regem as forças vitais**

Para terminarmos estas observações sobre o lugar central da força vital na ontologia dos Banto, resta enunciar duas leis fundamentais que regem as relações entre as várias forças:

- Toda a força vital superior pode influir noutra inferior e vice-versa, ou seja, todos os seres existentes podem influenciar os outros seres (forças), positiva ou negativamente. É a **lei do dinamismo vital**. Isto se passa, como vimos, com os espíritos, os antepassados, os animais e as plantas, num vai-e-vem em que o homem (o *muntu*) ocupa sempre o centro.
- “A vida de todos os seres criados é susceptível de crescimento e de diminuição. Podem aumentá-la, diminuí-la ou perdê-la” (Raul

Asúa, 1985: 62). É a *lei do crescimento ou diminuição do dinamismo vital*.

Efectivamente, entre os banto, a força vital aumenta ou diminui sem cessar, mas nunca permanece estática. A pessoa, “o “*muntu*” vivo encontra-se numa relação de ser ou de vida com Deus, com a sua ascendência, com os seus irmãos de clã, com a sua família e os seus descendentes; mantém uma relação ontológica semelhante com o seu património, o seu solo, com tudo o que ele contém ou produz, com tudo o que nele cresce e vive. Todas as aquisições constituem um crescimento da força vital aos olhos dos Bantos; tudo aquilo que ofende, deteriora ou destrói este “património”, quer dizer, tudo o que atenta contra o que constitui a sua força vital, provoca uma diminuição do “muntu” em si, do “muntu” na sua essência, que ficará “morto”, *kufwa*, no sentido que acima precisamos” (Tempels, 1949: 68, 69).

Num artigo recente de um carmelita congolês¹⁷, professor de Teologia em Kinshasa, podemos encontrar, em breves linhas, uma síntese de quanto ficou dito sobre a Religião Tradicional Africana: “*Por último, a ideia de Deus e da urgência de uma relação com Ele encontra-se enraizada no homem, não contradizendo o antropomorfismo religioso (que é uma coisa bem distinta da antropogénese). Encontra-se infundida como uma graça, uma vocação. É preciso, portanto, compreender o antropocentrismo da religião africana nesta chave de interpretação: a vida humana encontra-se no âmago da espiritualidade. Deus é fonte dessa vida, de que os antepassados e os espíritos participam, transmitindo-a segundo a hierarquia dos seres. Por isso, tudo quanto valoriza o ser humano e lhe dá um pouco de vida, de felicidade, torna-se objecto da experiência religiosa negro-africana.*”

O recurso às forças vitais pode ser feito através dos rituais a que nos referimos ou por intermédio da magia, como vamos ver em seguida.

6. Magia e feitiçaria

É importante não confundir “religião” com “magia”, pois são formas de expressão e actuação que se *opõem*, embora muitas vezes possam apresentar semelhanças externas. “*Georges Gurvitch mostrou a diferença entre a noção de sagrado, atributo da divindade, característica das religiões, e a de mana, poder oculto posto em acção pelos mágicos e pelos feitiçeiros.*”¹⁸

Através das práticas mágicas pretende-se dominar a natureza, alterando as suas leis, para obter determinados fins. Bronowski resume assim este

¹⁷ Joachim Kalonga, “O essencial é invisível aos olhos”, in *Além-Mar* (revista dos missionários combonianos, editada em Lisboa), n.º 489, ano XLV, Janeiro de 2001.

¹⁸ “A Antropologia”, *Enciclopédia do Mundo Actual (EDMA)*, colecção dirigida por Charles-Henri Favrod, ed. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1977, p. 128.

¹⁹ J. Bronowski, *Magia, Ciência e Civilização*, col. “Perspectivas do Homem”, edições 70, Lisboa, 1986, p. 32.

procedimento¹⁹: “A natureza tinha que ser subjugada, e a magia era uma forma de palavras, acções e imagens que forçavam a natureza a fazer algo que, por si própria, ela não faria. Deixai que assinale aqui que a ciência faz exactamente o oposto. Mas é importante compreender que a subjugação da natureza é o tema de toda a prática mágica. Temos que a levar a fazer alguma coisa por nós que ela não faria por mais ninguém – o que significa que temos que a obrigar a desobedecer às suas próprias leis.”

A magia “rodeia-se frequentemente de um aparato mais ou menos científico de astrologia, de adivinhação, de plantas, de animais, ou até mesmo de objectos e completa-se quase em toda a parte com uma mântica (geomancia, oniologia, horoscopia, quiromancia, etc.)”²⁰.

²⁰ Marguerite-Marie Thiollier, *Dicionário das Religiões*, cit.

Os antropólogos costumam distinguir a magia *branca* da magia *negra*, com base nos seus objectivos e consequências. Assim, tudo o que se destina a melhorar o indivíduo, a produzir o bem, é classificado na primeira categoria: remédios para curar doenças e ferimentos, acções destinadas a afastar espíritos maus ou curar pessoas que foram suas vítimas, cerimónias com o objectivo de fazer chover, certos ritos agrários, etc. A magia *branca* seria assim eticamente aceitável, por não ser considerada anti-social. Embora proceda como um falsa ciência, seria natural e benéfica.

A magia *negra*, pelo contrário, procura fazer o mal, utilizando feitiços, maldições e outros malefícios. É também chamada “feitiçaria”. “*Feiticeiros e mágicos recorrem aos actos mais reprovados (assassínio, incesto, transgressão de tabus), às matérias mais repugnantes (fezes, detritos diversos), aos objectos e às situações mais raras. É mesmo esta pesquisa do excepcional, do anormal, que confere uma propriedade actuante à magia.*” (*A Antropologia*, cit., p. 128).

Obviamente que a magia não é um exclusivo das civilizações e culturas da África Negra. Foi praticada desde sempre em todos os tempos e em toda a parte: no antigo Egipto, na Grécia, em Roma, entre os Judeus (a Cabala é um bom exemplo), Árabes, Europeus, Chineses, Indianos, etc. Ainda hoje, em Portugal e noutros países “civilizados”, é comum as pessoas (mesmo gente com formação universitária!) consultarem o astrólogo, a bruxa ou a quiromante, quererem saber o futuro através da bola de cristal, do tarot, da leitura da sina na palma da mão, dos horóscopos, dos signos, etc., continuando assim a exploração da ingenuidade e da ignorância a mostrar-se uma actividade tão rendosa que aparece diariamente em anúncios (caros) na televisão, na rádio, em jornais e nos panfletos publicitários que nos põem na caixa de correio, sempre com a chancela de respeitáveis “professores”.

Não há, pois, que nos admirarmos se a magia continua viva e actuante na África Negra. O que se pode afirmar é que nestas sociedades a sua influência é mais profunda, mais generalizada e mais difícil de eliminar, uma vez que

lida com os princípios da ontologia banto e os distorce, provocando um terror permanente entre as suas vítimas, reais ou potenciais. Com efeito, como ninguém morre por causas naturais – com excepção dos velhos – há sempre que procurar a origem da morte, provocada invariavelmente por um feiticeiro, um “comedor de almas” que perversamente se apoderou da força vital do falecido e a quem há que combater eficazmente. Se levarmos um banto a espreitar pelo microscópio e lhe mostrarmos os microorganismos responsáveis pela doença e morte de uma pessoa, ele dirá com toda a lógica: – Vejo muito bem que estas bactérias foram a causa “segunda” da morte dele; mas a causa “primeira”, aquela que levou a que elas se instalassem no corpo do doente, foi a acção criminosa do feiticeiro...

Mas quem são afinal os feiticeiros? É importante clarificar este conceito, pois uma certa literatura ignorante e uma série de filmes de má qualidade, têm vindo a induzir as pessoas em erro, confundindo, por exemplo, “adivinhos” com “feiticeiros”, que são exactamente o seu oposto²¹. Expliquemos:

- **feiticeiro** é todo aquele que tem o poder de actuar sobre os outros, prejudicando-os e diminuindo a sua força vital, podendo mesmo ir até ao ponto de a aniquilar. Qualquer um pode ser feiticeiro, ainda que o não saiba. Daí, tantas acusações de feitiçaria lançadas contra pessoas aos nossos olhos inocentes, mas que o banto acredita serem intrinsecamente más (característica que saberiam ocultar perfidamente) ou que, não o sendo inicialmente, foram possuídas por algum espírito malévolo que as utilizou para os seus fins.
- Os **adivinhos** e os **curandeiros**, pelo contrário, situam-se do lado oposto da barricada: aos primeiros, cabe-lhes descobrir quem são os feiticeiros que causaram este ou aquele mal, os responsáveis pela morte ou doença de A ou B, e neutralizarem-nos, recorrendo às práticas mágicas em que foram iniciados; quanto aos segundos, exercem uma medicina natural à base de plantas e ervas medicinais, de mistura com rituais mágicos para esconjurar os espíritos causadores da doença. Normalmente, acumulam estas duas funções e são remunerados em espécie. O ambiente mágico de que se rodeiam confere-lhes grande prestígio e poder sobre o espírito das sociedades africanas, exercendo muitas vezes um despótico reinado de terror, o que levou muitos observadores incautos a confundirem-nos com os verdadeiros “feiticeiros” (embora em casos raros possam sê-lo também).

Em Angola estes adivinhos-curandeiros são conhecidos como *quimbandas*. Ao abordar as actividades e a natureza desta profissão, o Pe. Carlos Estermann, um missionário que passou dezenas de anos entre os povos do sudoeste do país e era, sem dúvida, o antropólogo mais conceituado em toda aquela vasta área, escrevia, acerca dos Hereros e outras tribos da região²²:

²¹ “Actualmente, a noção de feiticismo é muito pouco utilizada em Etnologia, porque os etnólogos aperceberam-se de que este termo compreendia fenómenos muito diferentes conforme as sociedades, os quais, isolados do seu contexto, não formam uma categoria operatória”, Michel Panoff e Michel Perrin, *Dicionário de Etnologia*, edições 70, Lisboa, 1979. Sublinhe-se que estes autores utilizam sempre o vocábulo “Etnologia” para designar aquilo a que os anglo-saxónicos chamam “Antropologia”.

²² Pe. Carlos Estermann, *Etnografia do Sudoeste de Angola*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1961 (são 3 volumes. A data indicada é a da ed. do 3.º vol.), pp. 205 e sgs. do 3.º vol.

É a única (arte) que não admite exercício puramente profano, ou melhor: o indivíduo que a pretende exercer não o poderá fazer sem que as suas faculdades físicas e mentais hajam sido transformadas por um ente espiritual, que dirige ou informa, no sentido latino da palavra, todas as acções do praticante.

(...) A iniciação a este ofício segue, mais ou menos, os trâmites nossos conhecidos dos Nhanecas: diagnóstico da presença de um espírito ancestral, que em vida exerceu a mesma profissão; cerimónia iniciadora com matança de um boi, carneiro ou cabrito; danças especiais executadas ao som do batuque (okutumbika), tudo isto presidido e orientado por um quimbanda-mestre; entrada em transe do aprendiz (okutunthukwa), que é o sinal mais evidente da sua possessão pelo espírito; finalmente, entrega das insígnias e administração das lições práticas sobre o exercício da arte.

(...) “Não será necessário lembrar aqui que esta profissão é acessível a ambos os sexos.” Quanto às atribuições do ou da quimbanda, adianta este investigador: “diagnosticar doenças por meio de adivinhação, descobrir a presença de espíritos ou de enfeitadores, expelir espíritos maus (ovilulu), obter curas sugerindo sacrifícios e servindo de sacerdote-sacrificador em certos casos, preparar amuletos e aplicar remédios naturais de origem vegetal. (Estermann, 1961: 206).

Numa ocasião, em 1962, no Posto Administrativo da Cahama (circunscrição dos Gambos, pertencente ao antigo Distrito do Lubango, com sede em Sá da Bandeira), nesta mesma região do sudoeste angolano, tive ocasião de testemunhar a actuação de um destes quimbandas, durante um julgamento a que presidi²³. Um membro de uma família mundimba, o qual há muito deixara os costumes e crenças ancestrais, tinha vindo apresentar queixa ao Posto por a sua avó ter sido barbaramente espancada pela própria família, por instigação de um quimbanda. Quando todos se apresentaram para ser ouvidos, pude facilmente reconstituir os acontecimentos, que se resumiam no seguinte: dois irmãos, de cerca de 6 e 8 anos, haviam morrido com sarampo ou algo parecido. Consultado o adivinho para saber quem causara a morte, este afirmou que as crianças haviam sido vítimas da própria avó, uma feiticeira que lhes “comera a alma”. Como castigo ordenou que os cadáveres fossem desenterrados e a velha (era mesmo muito idosa, com o cabelo todo branco), devorasse os seus restos, pois “já que lhes comera a alma, deveria comer-lhes também o corpo”. Tendo-se esta recusado, a família – a começar pela filha, mãe das crianças falecidas – deu-lhe uma enorme tarefa, possivelmente para expulsar o mau espírito de que se achava possuída.

Convidei então o quimbanda a repetir a cerimónia de adivinhação, o que fez utilizando uma galinha que depenou (viva!) e matou em seguida, para ler as suas entranhas. Nessa altura, quando se encontrava sentado no chão, entrou em transe, começou a tremer, caiu para o lado e, quando se levantou, recomeçou a falar com uma voz muito diferente da habitual, como um verdadeiro

²³ Os funcionários administrativos, nomeadamente administradores de concelho e administradores de posto, tinham funções de juizes de paz, competindo-lhes julgar as questões gentílicas, de acordo com o direito consuetudinário em vigor na região. No ano indicado, eu pertencia ao Quadro Administrativo de Angola, chefiando o Posto da Cahama.

ventríloquo. Disse que era “um espírito do munano” (o espírito seria talvez da zona de Sá da Bandeira, como supunham alguns dos presentes, tendo em conta o vocabulário que passou a usar) e que iria proceder à adivinhação. Antes que prosseguisse, pedi para adivinhar o conteúdo de um cesto de papéis que colocara na minha frente e que continha um apara-lápis (objecto que ele obviamente desconhecia). O adivinho respondeu, com bastante segurança: são ovos!

Mandei destapar o cesto e mostrar “os ovos”, o que causou grande espanto entre a numerosa assistência, a qual nem por um momento duvidava dos poderes sobrenaturais do quimbanda. Fiz segunda experiência, desta vez com um pau de lacre (que ele também não conhecia, pois tinha que me assegurar que não haveria a mínima hipótese de acertar por acaso). A resposta foi evidentemente outro disparate. Perante as manifestações dos muitos homens e mulheres bantos presentes, que começavam a rir-se abertamente, ele achou esta saída genial para “salvar a face”: – este homem, disse, apontando para si próprio, só é capaz de adivinhar as coisas dos negros, mas não as dos brancos...

Dei indicações para prosseguir a adivinhação. Cautelosamente, disse que não fora propriamente a avó que “comera a alma” das crianças, mas sim um espírito mau que encarnara nela, pelo que a velha senhora não era culpada.

- Mas, mesmo assim, mandaste desancá-la?!
- Bom, tinha que ser, para expulsar o espírito mau...
- Então, segundo essa lógica, o melhor seria aplicar-te o mesmo correctivo, para que o espírito do munano não te leve a fazer mal às pessoas – insinuei.

Mandei-o recolher à cadeia para prosseguirmos o julgamento no dia seguinte. Pois bem: nessa noite, alguém lhe abriu a porta e ele fugiu, para nunca mais ser visto na região. Na mesma madrugada, a mãe das crianças, que se encontrava grávida, com medo de qualquer terrível vingança do adivinho, enforcou-se numa árvore ali perto!

Para um europeu, esta decisão de se matar “com medo de ser morta” seria perfeitamente absurda. Mas, de acordo com as suas crenças mais profundas, a passagem ao estado de defunto, junto dos antepassados, coloca-la-ia ao abrigo de qualquer acção nefasta do adivinho, evitando assim que este lhe pudesse diminuir a força vital...

Dramas como este sucedem diariamente em África, o que dá bem a medida da importância que representam as crenças tradicionais na vida destes povos africanos. Como, aliás, sucede com todas as crenças em todas as épocas e latitudes, onde o homem se movimenta e busca um sentido para a vida e para

a morte. Bastará recordar a consideração e respeito (imbuído de medo) tributados aos **xamãs** (um termo originado da língua tungu das populações siberianas), esses interlocutores privilegiados dos espíritos que, além da sua actividade como curandeiros, entram em transe, quase sempre utilizando substâncias alucinogénias que lhes permitem efectuar longas “viagens” ao mundo dos mortos. Encontram-se mágicos com estas características, desde as regiões árticas à Amazónia, dos esquimós aos tibetanos, dos índios americanos aos japoneses e chineses e a algumas das suas minorias étnicas²⁴.

²⁴ “O xamanismo não é propriamente uma religião, mas um conjunto de métodos extáticos e terapêuticos cujo objectivo é obter o contacto com o universo paralelo, mas invisível, dos espíritos e o apoio destes últimos na gestão do mundo dos humanos. (...) Apesar de se constatar que o xamanismo autêntico surgiu na Ásia central e setentrional (povos turco-mongóis, himalaianos, ugro-fínicos e árticos), a maior parte dos estudos inclui na área do xamanismo a Coreia e o Japão, a Indochina e as duas Américas.(...) Na Coreia e Japão, o xamanismo é geralmente praticado pelas mulheres. (...) O xamanismo está presente entre os povos das zonas fronteiriças entre o Tibete, China e Índia (Miaos, Nakhí, Nagas, Lushus-Chino, Cásis, etc.), assim como entre os povos da Indochina (Hmong, Khmer, Laos, etc.), da Indonésia e da Oceânia”, Mircea Eliade e Ioan P. Couliano, *Dicionário das Religiões*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1993. Note-se que os Miao da China e os Hmong da Indochina são um único povo. A designação que a si próprios atribuem é de Hmong (homens). O termo Miao foi inicialmente uma alcunha, com carácter pejorativo, inventada pelos chineses (cfr. *O Povo Miao da República Popular da China*, tese de mestrado apresentada em 2000 por Rosa Gaspar Abreu à Universidade Aberta, da qual fui orientador).

Síntese

Ao contrário do que se pensava no primeiro quartel do séc. XX, o **berço da Humanidade** terá sido a África e não o Próximo Oriente. Aí, os nossos antepassados mais longínquos ensaiaram os primeiros passos sobre os dois pés e partiram para uma aventura que os levaria a todo o resto do mundo. Mas a sua tecnologia, mercê de circunstâncias diversas, permaneceu rudimentar, o que os tornou extremamente vulneráveis face aos invasores (árabes ao norte, europeus ao longo da costa sul, etc.), permitindo a estes dominá-los e exportar um grande número para outros continentes, como escravos.

Destas circunstâncias históricas resultou uma ocupação do continente em **duas grandes faixas**, para norte e sul do Equador, respectivamente pelos **árabes** e povos islamizados e pelos **crístãos** (católicos, na sua maioria, mas também protestantes, de origem inglesa e holandesa). Pelo meio ficaram grandes comunidades, hoje tornadas independentes, professando a chamada **Religião Tradicional Africana**. Do total de 790 milhões de pessoas que habitam hoje a África, 40% são muçulmanas, 33% cristãs e 27% seguem as suas crenças ancestrais, além de uma apreciável quantidade de pequenas igrejas sincretistas de origem protestante.

Devido àquela ocupação sistemática das terras africanas, traduzida no domínio exercido sobre as suas populações, resultaram vários mal-entendidos, como, por exemplo, a atitude de subestimar frequentemente as suas capacidades, fruto do desconhecimento dos princípios e mecanismos da sua **filosofia**. Esta só veio a ser sistematizada por um missionário holandês com excelente preparação e grande argúcia – o Pe. Placide Tempels, que escreveu em 1945 uma obra verdadeiramente revolucionária: *A Filosofia Banto*. Seguiu-se a criação de um movimento que exaltava os valores da negritude, de que se destacou a editorial *Présence Africaine*. Embora hoje os dados da filosofia banto estejam dados como adquiridos e haja um amplo e conceituado grupo de investigadores africanos e europeus a aprofundar permanentemente estas

matérias, ainda surgem, todavia, com alguma frequência, autores com rótulos de “especialistas” que olímpicamente as ignoram.

A Filosofia Banto centra-se sobre um valor fundamental que é a **força vital**. Na hierarquia das forças vitais, Deus ocupa o vértice da pirâmide – porque a Religião Tradicional Africana é essencialmente **monoteísta**, embora não preste a Deus um culto muito elaborado – seguindo-se os primeiros **antepassados**, os **espíritos** e **génios** e os **antepassados das comunidades** (em relação a estes, a comunicação é bastante mais intensa, uma vez que podem influir benéfica ou maleficamente no mundo dos vivos, aumentando ou diminuindo a força vital do Homem, centro do universo). Também as chamadas “forças impessoais”, constituídas por animais, plantas, minerais e fenómenos naturais, podem aumentar ou diminuir a força vital do “muntu” (o ser humano) e por isso ele tenta apropriar-se da sua essência (a força dos felinos, a agilidade dos antílopes, etc.). Na ontologia banto, o “**Ser**”, sinónimo de “**Força**”, nunca é estável e definitivo, podendo sempre aumentar ou diminuir.

Por vezes, para o conseguir recorre-se à **magia**, tentando forçar a natureza a contrariar as suas próprias leis para se pôr ao serviço do mágico ou do seu cliente. Uma das funções dos **quimbandas** (adivinhos-curandeiros) é a de combater aqueles que por formas perversas tentam diminuir ou aniquilar a força vital das suas vítimas: são os “**feiticeiros**”, que podem exercer esta acção nefasta consciente ou inconscientemente. Embora, em princípio, a acção do adivinho tenha uma finalidade positiva, o certo é que, com muita frequência contribuem para alimentar a atmosfera de terror supersticioso gerado pelo medo dos feiticeiros.

Noutras paragens, com um aparato diferente (trajo especial ornamentado, uso de campainhas e de tambores, etc.) mas com processos semelhantes, nomeadamente o estado de transe que lhes proporciona um contacto íntimo com os espíritos do Além, surgem os **xamãs**. O xamanismo está espalhado por grande parte do Planeta, desde as regiões boreais ao Amazonas, às Américas, ao Japão, à China e à península indochinesa.

Revisão

1. Como se distribuem as principais religiões existentes no vasto continente africano, e qual a explicação para esta disposição?
2. Para os europeus, com uma filosofia de matriz grega, judaica e cristã, a “força” pode ser um atributo do “ser”, mas na ontologia banto são sinónimos. Que consequências daí derivam?

3. A Religião Tradicional Africana é monoteísta ou politeísta? Justifique a resposta.
4. As chamadas “forças vitais” dispõem-se segundo uma determinada ordem, formando aquilo a que Tempels chamou a “pirâmide vital”. Descreva esta pirâmide, distinguindo entre mundo visível e invisível, e diga de que modo podem actuar sobre o “muntu”, o homem vivo.
5. Quando um banto coloca ao pescoço um colar feito de garras ou dentes de leão, e ata nos tornozelos uma fiada de pelos de antílope, está apenas a enfeitar-se, a usar um talismã, ou essa prática terá um sentido mais profundo, relacionado com as forças vitais?
6. O Pe. Placide Tempels – que foi, como sabe, o grande sistematizador da Filosofia Banto – enunciou duas leis que regem o dinamismo das forças vitais, uma relacionada com a influência mútua e outra com o seu crescimento ou diminuição. Descreva estas leis pelas suas próprias palavras, dando um ou dois exemplos da sua aplicação.
7. O que deve entender-se por “magia”? Que diferenças estabelecem os antropólogos entre magia “branca” e magia “negra” ou feitiçaria?
8. No quadro da magia movem-se personagens com papéis muito diferentes, tais como os “feiticeiros”, os “adivinhos” e os “curandeiros”. Diga quais as diferenças entre estas figuras e como actuam, não esquecendo sublinhar a enorme importância destes seres no quotidiano dos africanos, e de que modo se relacionam com as forças vitais.
9. O que é um xamã e quais as áreas de influência do xamanismo? Tem algumas semelhanças com os adivinhos-curandeiros africanos?

Leituras complementares

ASÚA ALTUNA, Raul Ruiz

1985 *Cultura Tradicional Banto*, Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, Luanda.

Obra do maior interesse, infelizmente pouco divulgada entre nós, fazendo a síntese do que melhor se escreveu sobre o assunto, a que o autor adiciona a autoridade da sua longa experiência como missionário em Angola. Em complemento deste estudo, recomenda-se a leitura de duas obras anteriores deste sacerdote natural de Gordejuela, Espanha: “Cultura Banto e Cristianismo”, ed. Âncora, Luanda, 1974, e “Os Movimentos Profético-Salvíficos Bakongo”, a última das quais constituiu a sua tese de doutoramento em Teologia Dogmática, em 1971 (Pontifícia Universidade de S. Tomás, Roma).

BOWKER, John

- 1997 *Religiões do Mundo*, Livraria Civilização Editora, Lisboa.
Ver o último capítulo, intitulado “Religiões Indígenas” (consultor: Paul Heelas).

BRONOWSKI, J.

- 1986 *Magia, Ciência e Civilização*, edições 70, col. “Perspectivas do Homem”, n.º 25, Lisboa.

CUNHA, A. Silva

- 1956 *Movimentos Associativos da África Negra*, Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa.

DELUMEAU, Jean (coordenador)

- 1997 *As Grandes Religiões do Mundo*, ed. Presença, Lisboa.
Ver sobretudo o capítulo dedicado às “Religiões da África Negra”, pp. 613-679, de Issiaka-Prosper Laleye.

ELIADE, Mircea

- 1992 *Tratado de História das Religiões*, ed. ASA, Porto (*o original francês é de 1949*).

ELIADE, Mircea e COULIANO, Ioan P.

- 1993 *Dicionário das Religiões*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

ESTERMANN, Carlos

- 1961 *Etnografia do Sudoeste de Angola*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa (3 vols. A data indicada é a da ed. do 3.º vol.).

FAVROD, Charles-Henri (director da colecção)

- 1977 *A Antropologia*, Enciclopédia do Mundo Actual (EDMA), Publicações Dom Quixote, Lisboa.

FISHER, Mary Pat

- 2000 *A Religião no Século XXI*, edições 70, Lisboa.

LEHMANN, Arthur C.; MYERS, James E. (compiladores dos artigos)

- 1989 *Magic, Witchcraft, and Religion (an Anthropological Study of the Supernatural)*, Mayfield Publishing Company, Mountain View, California (E.U.A.), 2.ª ed..

LÉVI-STRAUSS, Claude

1986 *O Totemismo hoje*, edições 70, col. “Perspectivas do Homem”, n.º 26, Lisboa.

1993 *Tristes Trópicos*, edições 70, Lisboa.

PANOFF, Michel e PERRIN, Michel

1979 *Dicionário de Etnologia*, edições 70, Lisboa.

PAULME, Denise

1996 *As Civilizações Africanas*, Publicações Europa-América, 2.ª ed., col. “Saber”, Mem Martins (o texto francês original é de 1953).

SAMUEL, Albert

1997 *As religiões hoje*, ed. Paulus, S. Paulo (Brasil).

THIOLLIER, Marguerite-Marie

1990 *Dicionário das Religiões*, ed. Vozes (Petrópolis, Brasil)/ed. Perpétuo Socorro, Porto.

TEMPELS, Placide

1949 *La Philosophie Bantoue*, Présence Africaine, Paris.

Trata-se de um “clássico”, uma obra fundamental para a compreensão da maneira de ser e de estar no mundo dos povos banto, a partir da qual nasceu toda uma vasta literatura científica que estuda os valores da negritude.

Publicações Periódicas

Há muitas revistas que se dedicam ao estudo das sociedades africanas e, em particular, às suas religiões. Por serem muito acessíveis e de boa qualidade, recomendaríamos a consulta de “Além-Mar” e “Fátima Missionária”, ambas editadas em Portugal:

- *Além-Mar* – revista dos missionários combonianos, onde aparecem regularmente artigos de muita qualidade. Foi distinguida em 2000 com o Prémio destinado a galardoar a melhor publicação sobre Direitos Humanos da comunicação social portuguesa. Em Dezembro de 2000 publicou um número especial inteiramente dedicado a África, com muita informação.
- *Fátima Missionária* – revista dos missionários da Consolata. Contém, entre outras, uma secção dedicada à antropologia dos povos africanos.

17. Seitas e Sincretismos

Página intencionalmente em branco

SUMÁRIO

Objectivos da unidade

1. **Seitas ou Novos Movimentos Religiosos?**
2. **Uma classificação possível**
- 2.1 *Seitas de origem bíblica*
 - Milenaristas (*Testemunhas de Jeová, Adventistas do 7.º Dia, Mormons, Meninos de Deus, Davideanos*)
 - Renovadores (*Moon – Igreja da Unificação, IURD, Christian Science, Exército de Salvação*)
 - Modernistas (*Amigos do Homem, Cientologia, Meditação Transcendental*)
 - Satanistas
- 2.2 *Seitas de raiz oriental (Hare Krishna, Missão da Luz Divina, Missão de Ramakrishna, seitas japonesas)*
- 2.3 *Seitas islâmicas (Fé Baha'ie, Irmãos Muçulmanos)*
3. **Sincretismos religiosos** (*New Age, Santeria, Cao Dai, Igreja ni Cristo, Aglipeanos, Vodou, Macumba, Iemanjá, Bruxas, Neo-paganismo, Transe, Santa da Ladeira...*).
4. **As seitas, sintomas de uma sociedade em crise, e as interrogações do novo milénio**

Síntese

Revisão

Leituras complementares

Objectivos da unidade

No final deste capítulo o aluno deve estar apto a:

- Distinguir entre religiões e seitas, tendo em conta as características habituais destas últimas;
- Arrumar pedagogicamente por categorias as seitas mais conhecidas, tomando como critério as grandes tradições religiosas em que se enraízam (textos bíblicos, corânicos, orientais, etc.);
- Estabelecer claramente as diferenças entre movimentos de cariz essencialmente religioso ou espiritualista, e outros que apenas utilizam o sagrado como fachada;
- Identificar as seitas de carácter mais duvidoso, seja pelo predomínio de aspectos políticos, económicos ou de outra natureza, bem como o seu nível de perigosidade para a paz social;
- Enumerar alguns dos sincretismos religiosos mais conhecidos e com maior número de adeptos, bem como as respectivas origens, finalidades e resultados conseguidos;
- Relacionar a preocupante emergência do fenómeno das seitas, em número sempre crescente, com as características das sociedades em que têm vindo a proliferar;
- Descortinar possíveis soluções pastorais e doutrinárias para fazer face a este alarmante processo, a partir das grandes tradições religiosas actuais (cristianismo, hinduísmo, budismo, islamismo, etc.).

Capricho efêmero ou renascimento autêntico, este retorno em força do religioso – mesmo sob as formas mais temíveis – é um aviso. Quer o deploremos ou o aproveemos, o fenómeno social, que o sucesso das seitas representa, merece a nossa atenção. Além da credulidade de uns e da duplicidade de outros, é sobretudo revelador do estado da nossa sociedade. Uma civilização sem ideal espiritual e sem alma está condenada. Como dizia André Malraux: “O século vinte e um será religioso, ou não será.” A este respeito, as seitas são outros tantos sinais vermelhos que assinalam uma falha nos circuitos da nossa civilização materialista.

Alain Woodrow, *As novas seitas*, p. 196.

1. Seitas ou Novos Movimentos Religiosos?

Quando se referem ao fenómeno das seitas religiosas muitos autores preferem utilizar a expressão “novos movimentos religiosos”, devido à conotação pejorativa do termo “seita”. Mas são sempre utilizados como sinónimos.

Na realidade, a História mostra-nos que algumas das grandes religiões actuais começaram por ser classificadas como “seitas” quando surgiram. Foi o caso dos cristãos, que eram chamados “nazarenos” e considerados uma seita herética saída do Judaísmo (At 24, 14), o mesmo se passando com o Budismo, que nasceu como uma dessidência do Hinduísmo.

A sua relativamente reduzida dimensão – pelo menos no estágio inicial – a dependência de um líder carismático, a oposição sistemática às igrejas e religiões consagradas, o proselitismo, intolerância e mesmo fanatismo com que se apresentam os novos crentes, são algumas das características habituais do fenómeno das seitas. Também não é raro incluírem no seu corpo doutrinal elementos de diversas religiões, formas de culto e filosofias, dando origem a verdadeiros sincretismos religiosos. Notemos de passagem que, enquanto muitas destas seitas desaparecem ao fim de alguns anos, outras vêm a adquirir o estatuto de religião, sendo como tal reconhecidas. A título de exemplo, citem-se as Igrejas baptistas e pentecostais, que acabaram por ser admitidas no Conselho Ecuménico das Igrejas.

Poderemos englobar toda a enorme variedade de seitas numa única definição? Não me parece nem possível nem vantajoso. Do meu ponto de vista, basta que saibamos do que estamos a tratar em cada momento.

Woodrow¹, por exemplo, define seita de uma forma sintética, como *um agrupamento contratual de voluntários que compartilham de uma mesma crença*. E acrescenta logo a seguir: “Esta definição de seita ultrapassa as

¹ Alain Woodrow, *As novas seitas*, ed. Paulistas, Lisboa, 1979.

fronteiras da religião para abranger outras manifestações do fenómeno sectário, nos domínios ideológico, social, político.” (Woodrow, 1979: 10).

Não enveredarei por esse caminho, uma vez que pretendo manter-me no domínio da Antropologia das Religiões. Todavia, não deixarei de sublinhar – porque também tem tudo a ver com esta área – que, a coberto da fachada religiosa de algumas seitas, se escondem outras actividades obscuras, como o tráfico de estupefacientes, de pessoas e de armas. Todas as polícias do mundo o sabem e se previnem, vigiando as actividades de muitos destes grupos suspeitos de aparência candidamente religiosa. Em Portugal foram detectados alguns que, a par de um proselitismo pouco insistente e polido (quase sempre levado a cabo por jovens estrangeiros impecavelmente vestidos de calça preta, camisa branca e gravata), alugavam grandes espaços sem olhar a despesas, áreas completamente desproporcionadas em relação à dimensão das suas exíguas comunidades, o que desde logo era suspeito.

Ficam igualmente de fora deste estudo as associações de malfeitores (igualmente conhecidas como “seitas”), tais como as *mafias* (americana, italiana, russa, ucraniana), as *tríades* chinesas ou os *Yakusa* japoneses. Do mesmo modo, deixaremos de lado as seitas de carácter político (*Nova Acrópole, neo-nazis...*) e as sociedades secretas (*Maçonaria, Rosacruz, sociedades secretas africanas – Homens-leopardos, Mau-Mau, etc.*)

Embora algumas das seitas que vamos estudar compartilhem de muitos destes aspectos (tráfico de influências políticas, gigantismo financeiro, etc.), como é o caso da seita de *Moon* (coreana), as suas actividades religiosas obrigam a que lhes prestemos a devida atenção.

Como não há vantagem em inventar o que outros já fizeram com êxito, passo a transcrever alguns parágrafos de Albert Samuel², o qual, em vez de tentar uma definição, procurou antes precisar o conceito de “seita”, atendendo às suas características mais comuns. Escreve aquele autor:

A própria etimologia é ambígua. Hesita entre secare (“cortar”) e sequi (“seguir”). Seita seria, portanto, uma “secção”, um “setor” separado do conjunto mais vasto, e o grupo que “seguiu” um mestre, precisamente na origem dessa separação.

O termo “seita” é, contudo, muito influenciado por seu derivado “sectário”, que admite idéia de fanatismo ou, pelo menos, de intolerância.

(...)

A seita é um aspecto do fenómeno religioso, próxima do irracional, do profetismo e da efusão espiritual. É a emanção de uma instituição religiosa, da qual surge como protesto obstinado. Separa-se e opõe-se à religião.

² Albert Samuel, *As religiões hoje*, ed. Paulus, S. Paulo 1997, pp. 300-302.

A seita é adesão exaltada a uma pessoa, o fundador venerado, cuja autoridade não pode ser contestada.

Segue-se que a seita tem caráter minoritário em relação às grandes igrejas. Compraz-se nas pequenas assembléias tranqüilizadoras. Desses diversos caracteres decorre certo fanatismo, isto é, um apego visceral ao chefe carismático e ao grupo. Irrefletido e passional, ele se traduz frequentemente em comportamento intolerante perante as outras sociedades religiosas, e por proselitismo combativo entre os indiferentes.

A partir destas características A. Samuel ensaia a seguinte definição:

Seita é grupo de tendência religiosa e filosófica que une seus adeptos em torno de um mestre reverenciado. Hoje, ela tende para tomar aspecto paracientífico e, muitas vezes, terapêutico e se caracteriza também por comportamento elitista, muito particularista e fechado. Demonstra intolerância mais ou menos marcante e proselitismo vigoroso, empregando processos próximos da propaganda.

2. Uma classificação possível

Classificar as seitas por tipologias não será demasiado importante (tanto mais que algumas comungam de características de outros grupos) mas ajuda sem dúvida a clarificar ideias.

Como escreveu Alain Woodrow, “há para todos os gostos. Diz-me a que seita pertences, dir-te-ei quem és. Uma juventude desnorteada e ávida de absoluto será atraída pelas seitas **utopistas**: os Filhos de Deus, os Discípulos de Krishna, os Pioneiros da Idade Nova (AUCM de Moon). Os angustiados serão seduzidos pelas seitas **milenaristas**: os Adventistas, as Testemunhas de Jeová, os Mórmones.

*Os sedentos do maravilhoso serão tentados pelas seitas **curandeiras**: os movimentos de renovação, o pentecostismo, os Três Santos Corações, o Cristo de Montfavet. Os adeptos do **ocultismo** voltar-se-ão para o Espiritismo, a Astrologia, a Magia, o Satanismo. Os racionalistas serão convencidos pelas seitas **científicas**: a Ciência cristã, a Cientologia, a Teosofia. Os orientalistas serão atraídos por seitas **esotéricas**: a meditação transcendental, a missão da luz divina, o budismo zen, o vodu...”³.*

³ Alain Woodrow, ob. cit., pp. 9-10.

Diferente mas não menos interessante foi a tipologia apresentada pelo Cardeal Francis Arinze, da Nigéria, presidente do Conselho Pontifício para o Diálogo Interreligioso, no decorrer do Consistório extraordinário que reuniu 93 Cardeais em Roma, entre 4 e 7 de Abril de 1991 (note-se que o fenómeno da irrupção das seitas e dos Novos Movimentos Religiosos constitui uma

preocupação e um desafio pastoral tão preocupantes para a Igreja Católica que foi um dos temas inscritos na agenda daquela importante reunião). Entre os vários movimentos conhecidos – disse o Cardeal – “*podem distinguir-se 4 tipos:*

- *Há os movimentos fundados sobre a Sagrada Escritura. São portanto cristãos ou derivam do cristianismo.*
- *Um segundo grupo de NMR é o daqueles que provêm doutras religiões como o hinduísmo, o budismo ou as religiões tradicionais. Alguns de entre eles integram de maneira sincretista elementos provenientes do cristianismo.*
- *Um terceiro grupo de seitas é marcado pela desintegração da ideia autêntica de religião e um retorno ao paganismo.*
- *Um quarto grupo de seitas é gnóstico”⁴.*

⁴ Tradução do documento inserido no dossier “Seitas e Novos Movimentos Religiosos”, in *Mission de l’Église*, n.º 93, Setembro de 1991, pp. 19-38.

Como fenómeno de dimensões mundiais, acrescentou o Cardeal, nos Estados Unidos da América os NMR apareceram no século passado, mas em particular no decorrer dos últimos quarenta anos. Provêm principalmente do protestantismo, mas também das religiões orientais e da fusão de elementos religiosos e psicológicos. Dos EUA foram exportados para a América Latina, África do Sul, Filipinas e Europa.

Na América latina, os NMR são, na sua maioria, de origem cristã e são geralmente negativos e agressivos face à Igreja católica, cujo apostolado é frequente denegrir.. As mesmas observações podem ser feitas para as Filipinas. (...) Na Ásia, os NMR de origem local não parecem ser a principal ameaça nos países onde o Cristianismo está em minoria, com excepção dos que são importados da Europa e das Américas e que atraem as pessoas, incluindo os intelectuais, com as suas propostas sincretistas e esotéricas de distensão, de paz e de iluminação.⁵

⁵ *Seitas e Novos Movimentos Religiosos*, cit.

⁶ Comunicação apresentada ao 2.º Conselho Plenário das Filipinas (20.01 a 17.02 de 1991) que reuniu cerca de 500 bispos, padres, religiosos e leigos.

Como o relatório do Vaticano sublinhou – escreve o Cardeal R. J. Vidal, de Cebu⁶ – estas seitas empenham-se nesta obra de evangelização com a intenção de afastar os fiéis da Igreja católica. Para isso, o meio mais eficaz parece ser o de atacar directamente os ensinamentos e as práticas católicas, especialmente a devoção marial, a utilização das imagens, o culto dos santos, o sacramento da confissão, a regra do celibato sacerdotal, etc..

Com efeito, é necessário dizer que uma grande parte da sua capacidade de atracção de massa decorre da habilidade dos seus pregadores, das sessões de curas de que fazem uma hábil publicidade, e do seu uso e interpretação particulares das Escrituras.

Por sua vez, Albert Samuel (*As religiões hoje*, 1997: 304) propõe uma classificação, baseada na origem destas seitas, uma vez que todas elas, directa ou indirectamente, tiveram a sua raiz nas grandes religiões. Assim, agrupa-as em seitas de origem **bíblica, islâmica e oriental**. As primeiras, por sua vez, são divididas em *milénaristas, renovadoras e modernistas*. Seguirei este

critério, mas adicionando a estas últimas um quarto grupo de que nem Samuel nem Woodrow se ocupam: as seitas *satânicas*.

As seitas a que farei breves referências são porventura as mais conhecidas, mas na realidade existem hoje muitos milhares em todo o planeta, numa impressionante variedade, que vai desde os praticantes do *Candomblé* e similares (Brasil e América central) aos *Adoradores do Sol*, às 16 mil seitas japonesas, muitas das quais nem têm carácter religioso. São quase todas inofensivas, em aberto contraste com outras, como a da *Verdade Suprema*, responsável pelo acto terrorista com gás “sarin” no metropolitano de Tóquio. O âmbito deste estudo, porém, não nos permite analisá-las. Basta que saibamos que existem. O leitor interessado encontrará farta bibliografia à sua disposição (embora reduzida nas bibliotecas nacionais).

2.1 *Seitas de origem bíblica*

A) Milenaristas

- As **Testemunhas de Jeová**, movimento fundado em 1881 pelo presbiteriano americano *Charles Russel* (1852-1916), com o nome de **Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania**, com sede no E.U.A. (Brooklyn), tem cerca de 3 milhões de adeptos e está espalhado por quase todo o mundo (205 países). Publica e distribui 2 revistas bi-mensais – *A Sentinela* e *Desperta!* – em várias línguas, entre as quais o português (impresas habitualmente no Brasil: *A Escola e as Testemunhas de Jeová*, *O Nome Divino que durará para sempre*, *O Governo que estabelecerá o Paraíso*, *Eis que faço novas todas as coisas*, etc.). Graças ao seu grande poderio financeiro, distribuem ainda milhões de Bíblias e outras publicações.

Bem organizados e devotados à pregação das suas convicções, utilizam o método de visitas de porta em porta, distribuindo livros e revistas do movimento. Recusam terminantemente sujeitar-se a transfusões de sangue (com o argumento de que o sangue é a vida de cada um, não podendo por isso ser transmitido). Rejeitam igualmente todas as imagens, saudações à bandeira nacional, etc., consideradas práticas idólatras.

Doutrinalmente apoiam-se no Apocalipse de São João (uma prática, aliás, comum neste tipo de credos, que interpretam a seu favor as profecias do Antigo e Novo Testamento). Jeová é o único Deus e Jesus é apenas seu filho mas não é Deus. Veio à Terra como testemunha de Jeová. Para provar as suas teses, adulteraram a tradução grega do Novo Testamento, publicando em 1950 a *Tradução do Novo Mundo das Escrituras Sagradas* (versão portuguesa em 1986)⁷. No final dos tempos salvar-se-ão apenas os 144 mil eleitos.

⁷ Ver a comparação entre a tradução do original grego e a das Testemunhas em vários livros do N.T. in *As novas seitas cristãs e a Bíblia*, de Joaquim Carreira das Neves, OFM, Universidade Católica, Editora, Lisboa, 1998, pp. 102 e sgs.

- **Adventistas do Sétimo Dia:** Foi seu fundador o baptista americano *William Miller* (1782-1849), cuja obra foi prosseguida por *Ellen White*. Tem sede em Washington. São mais de 4 milhões e distribuem-se por 185 países, onde dão apoios nas áreas da educação e assistência, especialmente aos refugiados do 3.º Mundo.

A comunidade pratica o repouso ao sábado, apoia a sua doutrina na Bíblia (especialmente nas profecias de Daniel) e aguardava esperançada que no final do milénio se tivesse verificado o “advento” de Cristo, com a destruição simultânea de Satanás e dos pecadores. Miller previra o regresso de Cristo para 1843, corrigindo depois a data para o ano seguinte. Frustrado, morreu 5 anos depois.

- *A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias*, mais conhecidos por **Mormons**, fundada em 1830, também por um americano (*Joseph Smith*), está concentrada sobretudo em Salt Lake City, capital do Estado de Utah que domina política e religiosamente.

Smith afirmou ter recebido de Moroni, um enviado de Deus, as instruções gravadas em placas de ouro com a mensagem que transcreveu para *O Livro de Mórmon*⁸, no qual a Bíblia é completada com a narração do povoamento da América. A propósito deste livro, escreve o Pe. Carreira das Neves:

Como conclusão geral, há a dizer que o Livro de Mormon é uma interpretação totalmente falseada da Bíblia, porque nem a história, geografia, arqueologia, etnologia, etc., corroboram qualquer descrição deste livro “sagrado” dos mormons acerca dos sobreviventes da torre de Babel ou dos sobreviventes do exílio da Babilónia e consecutiva vida nos Estados Unidos da América do Norte (Carreira das Neves, ob. cit., p. 75).

Além disso, há quem ponha em causa a originalidade da doutrina de Joseph Smith, acusando-o tanto de plagiar o romance *View of the Hebrew*, de Ethan Smith, como o *Manuscript Found*, de Solomon Spaulding.

A poligamia e poliandria, um dos traços característicos do grupo, parece ter desaparecido no final do século XIX, dando lugar a uma sociedade semi-matriarcal.

Os Mórmons totalizam cerca de 5 milhões e meio, dos quais só os Estados Unidos contam com três quintos. A maior universidade particular daquele país, com mais de 25 mil estudantes, a Brigham Young, pertence aos mormons. Os crentes pagam o dízimo dos seus rendimentos, o que explica em parte a sua grande riqueza (empresas, companhias de seguros, estações de televisão e rádio, imóveis,

⁸ A edição que possuímos em português do *Livro de Mórmon* foi impressa em 2000 no Paraguai. Tem 620 páginas, além de um “guia para estudo das Escrituras”, com 221 pp. de verbetes dispostos por ordem alfabética.

terrenos, etc.). As suas ligações aos casinos de Las Vegas são do domínio público e os seus dirigentes não as escondem nem vêem qualquer incompatibilidade entre o jogo e a doutrina. Fazem proselitismo no estrangeiro (Portugal incluído), com 24 mil jovens missionários mas, mesmo assim, com relativamente fraca implantação.

- Os **Meninos de Deus**: Fundados também por um americano (o ex-pastor *David Berg*, que passou a usar o nome de *Moisés David*) com a designação de **Meninos de Deus** ou **Revolução para Jesus** (Jesus revolution), vivem em comunidade mas são acusados de viver sobretudo em *promiscuidade*. Esperam ser os sobreviventes de uma guerra atômica mundial, após a qual reconstruirão a sociedade primitiva perfeita. São vários milhares, espalhados por meia centena de países das Américas, Europa (Portugal incluído) e suas antigas colónias. A maioria é constituída por jovens, orientados por adultos com uma rígida hierarquia. São frequentemente acusados, na imprensa de todo o mundo, de abusos sexuais sobre os neo-convertidos.
- Outros movimentos deram que falar, não tanto pelo seu número de adeptos, assaz reduzido, mas pela sua expressão mediática. Foi o caso, por exemplo, da seita de *David Koresh*, um psicopata que nos primeiros anos da década de 90 se afirmava o novo Messias. Denunciado por alguns dissidentes que se queixaram de abusos sexuais e outras violências, a seita foi cercada pelo FBI na sua quinta de Waco – sempre nos EUA! – e Koresh deitou fogo à casa, em 19.4.1993, perecendo consigo 85 seguidores (homens, mulheres e crianças). Exactamente dois anos depois, em 19.4.1995, “como vingança contra o governo americano” outro psicopata (*Timothy Mc Veigh*, antigo combatente da guerra do Golfo) fez explodir um camião armadilhado e provocou o maior atentado terrorista nos EUA até àquela data, matando 168 pessoas que se encontravam num enorme edifício comercial em Oklahoma City, entre as quais 19 crianças de um infantário, com menos de 5 anos. Foi executado com uma injeção letal, em espectáculo televisionado, em Junho de 2001.

Para a Interpol não está ainda completamente resolvido o mistério que envolve os “suicídios” (crimes?) de algumas dezenas de membros da seita dos *cavaleiros do Templo do Sol*; os cadáveres apareceram em vivendas no Canadá e na Suíça e numa floresta francesa. Nos seus escritos afirmavam ter partido em viagem para o tempo futuro da redenção, com referências ao texto do Apocalipse. O que é certo é que muitos deles possuíam bens e consideráveis fortunas que terão ido parar às mãos dos mentores da seita. Suspeita-se que, embora temporariamente interrompida, a sua actividade criminosa não tenha ficado por aqui.

Para finalizar este brevíssimo apontamento sobre as seitas milenaristas, de que aponte apenas alguns casos paradigmáticos, afigura-se-me interessante meditar as palavras finais do capítulo “A América do Norte, terra de todas as promessas”, da obra citada *As Novas Seitas Cristãs e a Bíblia*, de Joaquim Carreira das Neves. Escreve o autor, a pp. 199: “A citação foi extensa, mas penso que necessária para percebermos as coordenadas do protestantismo fundamentalista proveniente dos Estados Unidos, sempre unido ao milenarismo e também nacionalismo americano. É assim que se compreende o anticomunismo “primário” dos Estados Unidos e a amizade de todos os movimentos bíblicistas pelos Estados Unidos e a antipatia feroz pela Igreja Católica, a Besta e a meretriz do Apocalipse. Não se podem compreender as Testemunhas de Jeová, os Mormons, os Adventistas, os evangélicos fundamentalistas sem este pano de fundo. A Bíblia vai funcionar como “guarda-costas” de uma política e de uma religião tipicamente americanas”.

B) Renovadores

- **Moons:** A Igreja da Unificação, ou Associação para a Unificação do Cristianismo Mundial (AUCM) nascida na Coreia do Sul com Sun My Yung Moon, conta com 3 a 4 milhões de adeptos, metade dos quais na Coreia e os restantes espalhados por uma centena de países, com destaque para o Japão e EUA.

Através do livro *Princípios Divinos*, em que Moon expõe as revelações que teria recebido quando estava preso na Coreia do Norte, terra da sua naturalidade, se diz que lhe foi cometida a tarefa de salvar o mundo, falhada por Jesus. Assim, será a AUCM que virá a unificar todas as crenças mundiais, preparando a vitória final depois da 3.^a Guerra Mundial, a qual corresponderá à vitória sobre a 3.^a tentação de Cristo. Tal guerra terá como alvo o comunismo, o grande inimigo de Moon e da Humanidade. Doutrinalmente, é um sincretismo onde cabem noções cristãs (especialmente de raízes presbiterianas e pentecostais), budistas, xamanistas, maniqueístas e milenaristas. A Coreia será obviamente o *novo Israel* e Moon o novo Messias salvador (note-se que nos últimos cem anos a Coreia albergou qualquer coisa como duas centenas e meia de messias...).

Considerando o casamento como a base essencial para as futuras gerações de salvos, é o próprio Moon quem se encarrega de escolher o perfil dos futuros noivos, utilizando o seu computador, a maioria dos quais nem se conhecem e pertencem a países diferentes. Só num dia Moon casou 25 mil (entre os quais alguns adeptos de Portugal, a quem foram entregues noivas orientais).

Mas a realidade é bem outra e a AUCM tem-se revelado um potentado político-económico, sob uma mal disfarçada fachada religiosa.

Politicamente dispõe de várias organizações, a mais importante das quais é a “Confederação de Associações para a Unificação das Sociedades da América” (CAUSA), a qual, desde 1980, intervém activamente na política. Entre outras acções, cite-se o apoio financeiro dado ao presidente Reagan, o apoio a Nixon no caso Watergate, aos “contras” anti-sandinistas e outras guerrilhas anti-comunistas, e a governantes latino-americanos de extrema-direita, como o general Pinochet, o general Stroessner, etc. Moon possui ainda em vários países organizações anticomunistas especializadas, agrupando estudantes, cientistas, intelectuais, médicos, militares, jornalistas, etc.

Esse imenso empreendimento político se apóia em gigantesco império econômico.

Economicamente, Moon é uma grande multinacional que, com 700 milhões de dólares de renda anual, ultrapassa a Unilever, a ITT e a Chrysler. Seu maior negócio é o monopólio mundial do condicionamento e da comercialização do ginseng, uma raiz de virtudes supostamente tonificantes. Na França, seus negócios são os laboratórios farmacêuticos astuciosamente batizados de “Alfa e Ômega”, e os relógios e jóias Christian Bernard. Na Coreia, Moon é fabricante de armas, graças à sociedade Tong I I, e produz dióxido de titânio. No Uruguai, tem o terceiro banco do país, o maior hotel do país, um estabelecimento de embalagem de carne e vastas propriedades agrícolas. Nos Estados Unidos, é banqueiro pelo Diplomat National Bank, pescador com um estaleiro de construção naval, com duas grandes firmas de condicionamento, congelamento e expedição e hoteleiro ainda com a recuperação do New-Yorker... Na França adquiriu o Trianon-Palace para instalar nele um instituto dependente da Causa.

É principalmente no domínio da informação que seu reino não tem nada a invejar aos de Springer e de Hersant. No Uruguai, tem o segundo diário nacional, Últimas Notícias. Sua gráfica Impressora Polo edita 70% das publicações e 15% dos livros uruguaios. El Soldado, publicação mensal do Centro de Estudos Militares, é dele. Muito moderno, tem participação em várias rádios, entre as quais a Rádio Cristal. Nos Estados Unidos, o braço direito do reverendo, M. Julian Safi, adquiriu o Washington Times e transformou o News World em New York Tribune, que rivaliza com o liberal New York Times. Um bimensal, o International Report, uma cadeia de televisão a cabo e principalmente uma agência de imprensa, a Free Press International, completam a panóplia dos meios de comunicação do reverendo magnata. (Albert Samuel, 1997: 314).

- A **IURD** (Igreja Universal do Reino de Deus), fundada em 1977 pelo brasileiro *Edir Macedo*, tem naquele país cerca de 2 milhões de crentes. Passou já para Portugal, Estados Unidos, Argentina, Angola e Moçambique.

No nosso país adquiriu vários espaços (normalmente antigas salas de cinema ou de teatro), destinados ao culto, em que proliferam sessões de “curas” milagrosas. Aluga tempos de antena e mantém programas de proselitismo em diversas estações de rádio, tudo, ao que parece, a partir da receita que recebe de seus fiéis – o “dízimo”.

Com fortes raízes americanas neopentecostais, milenaristas e dualistas, o bispo Macedo apoia-se na Bíblia, sempre à maneira fundamentalista, como é próprio destas seitas. O seu principal teólogo é o professor brasileiro *J. Cabral*, o qual, após criticar todas as religiões e seitas conhecidas do mundo actual (com especial virulência contra a Igreja Católica, o que é também uma constante em países de forte implantação católica), se fixa num dualismo, com Deus de um lado e o Diabo e seus demónios do outro. Vale a pena, sobre estas doutrinas, ler as reflexões oportunas do Pe. Joaquim Carreira das Neves, na sua obra já citada, em que dedica todo um capítulo à IURD.

- A **Christian Science** (*Igreja Cientista de Cristo*), foi fundada em 1879 nos Estados Unidos pela senhora *Mary Baker Eddy* (1821-1910), que escreveu um livro intitulado “Ciência e Saúde com a chave das Escrituras”, o qual, juntamente com o cântico de hinos e a leitura da Bíblia, constituem a base das suas reuniões de culto. Junta a saúde com a fé e o seu objectivo é a cura de toda a Humanidade através da conversão. O número de fiéis ronda um milhão e meio.

Sediada em Boston, possui mais de 10 mil igrejas por todo o mundo, embora a organização não tenha sacerdotes. O seu jornal diário – *The Christian Science Monitor* – tem uma tiragem de 200 mil exemplares.

- O **Exército de Salvação** pode não ser classificado entre as seitas, uma vez que foi aceite como membro do Conselho Ecuménico das Igrejas (organização protestante de cúpula, nascida da necessidade de recuperar alguma coesão doutrinal. Veja-se a referência mais alargada no capítulo sobre o Cristianismo). Fundado em 1865 pelo pastor metodista *William Booth* (1829-1912) com o nome de “Missão Cristã”, recebeu a partir de 1878 a actual designação, devido à sua organização de tipo militar, com estandarte, uniforme e um “general” como comandante supremo que dirige outros oficiais e militantes.

É bem conhecida em cerca de 85 países a imagem dos pequenos grupos deste Exército, pregando a fé que professam e cantando destemidamente pelas ruas, normalmente acompanhados por uma orquestra de metais, sempre ao abrigo do seu estandarte “sangue e fogo”. Além de evangelizar, os seus 2 milhões e meio de adeptos praticam a caridade e sustentam obras sociais.

C) Modernistas

São assim chamados por serem de fundação relativamente recente (século XX) e pelas suas pretensões “científicas” para a salvação do Homem, a quem pretendem curar espiritual e fisicamente. Apresentarei apenas três breves exemplos:

- Os **Amigos do Homem**, oficialmente designados *Exército do Eterno* ou *Igreja do Reino de Deus*, fundados na Suíça, em 1916, por Alexandre Freytag (1870-1947), sucedendo-lhe Bernard Sayerce e Lydie Sartre, conhecida como “a querida Mamã”. Pretendem transformar os homens e o mundo. Com a sede instalada perto de Genebra, têm ramificações no resto da Suíça, na França, Bélgica e Alemanha. Além dos 5 mil propriamente da “família” contariam com cerca de cem mil simpatizantes, com quem mantêm contacto através do órgão bi-mensal *O Reino da Justiça e da Verdade* e do semanário *Journal pour tous*.
- A Igreja de **Cientologia** foi fundada em 1950, nos Estados Unidos, por Lafayette Ron Hubbard, engenheiro americano e autor de ficção científica, nascido em 1911. No final dos anos sessenta instalou-se em França, de onde o seu mentor desapareceu em 1981 por haver sido condenado a 4 anos de prisão, sob acusação de desonestidade.

Os seus ensinamentos baseiam-se “*numa terminologia geralmente obscura, uma mistura de conceitos tirados do hinduísmo, do budismo e das tradições cabalísticas, que servem de fundamento teórico a uma série de técnicas de tipo psicanalítico. Esta “filosofia religiosa aplicada”, que ensina que a alma é imortal e se reincarna, promete aos adeptos aperfeiçoar-lhes a aptidão para comunicar, aliviar-lhes os sofrimentos, ensinar-lhes a “manejar as pessoas e o seu ambiente”.* (Woodrow, 1979: 204). Ao que parece, alivia-lhes igualmente os bolsos, pois tanto os livros de doutrina como os cursos e estágios são bastante dispendiosos.

A venda de livros, os estágios e os contratos de libertação fazem da Igreja de cientologia um bom negócio: somente na Flórida, ela teria uma renda de 2 milhões de dólares por semana. A Igreja reivindica 6 milhões de adeptos em 32 países, mais de 130 igrejas, 175 missões e 230 grupos de dianética. Seus cursos e suas revistas (Arc, The Auditor e Justice et Liberté) atingem público numeroso mas os seus efectivos estariam em baixa. (Albert Samuel, 1997: 317-318). Para Woodrow, porém, o número de adeptos da cientologia não iria além de 2 milhões (dos quais 60 mil nos EUA, 16 mil na Grã-Bretanha e apenas mil em França).

- A **Meditação Transcendental** ou *Ciência da Inteligência Criadora*, nascida na Índia em 1958 e difundida logo depois pelos Estados

Unidos e Europa (a sua sede fica em Seelisberg, na Suíça) foi fundada pelo iogue Maharishi Mahesh. Sem ligações a qualquer religião em especial, a meditação transcendental consiste na prática de uma técnica de concentração, em que o praticante repete um *mantra* (fórmula encantatória geralmente monossilábica) que o leva a um relaxamento interior e à “consciência pura” – o chamado *samadhi*. O objectivo final é a transformação do mundo, através de “um governo mundial da idade da iluminação”. Para este efeito o guru fundador concebeu já alguns ministérios com designações no mínimo estranhas (“ministério da saúde e da imortalidade”, “ministério de todas as possibilidades”, etc.) e dispõe da Universidade Internacional Maharishi, nos Estados Unidos, um Instituto (MERU) e uma revista (*Gouvernement Mondial*).

A seita atingiu grande popularidade quando o agrupamento musical dos Beatles aderiu à MT. Terá cerca de 1600 centros, 16 mil professores e entre 1 a 3 milhões de meditantes, dos quais meio milhão nos EUA e 32 mil em França.

D) Satanistas

Embora não mencionados por Albert Samuel na sua obra, as seitas satânicas têm proliferado e constituem grande preocupação para as várias religiões e governos, uma vez que o seu objectivo é o culto do mal pelo mal, através da adoração a Satanás ou Satã (ou ainda Lúcifer ou Belial). Pensa-se que a maioria dos crimes hediondos que lhes são atribuídos terão ficado impunes, ou por falta de provas ou pelo secretismo de que os seus membros se rodeiam. Entre os mais conhecidos do público pode apontar-se o sangrento assassinato da actriz Sharon Tate (mulher do realizador Roman Polanski, também ele satanista assumido) que levou à condenação do grupo chefiado por Charles Manson, o qual misturava orgias sexuais, drogas e rituais satânicos, como em todas as seitas satanistas ou luciferinas.

Talvez que o nome mais conhecido do satanismo moderno seja o do inglês Aleister Crowley (1875-1947). Crowley intitulava-se “o homem mais perverso da criação” e dizia-se a reencarnação da Besta do Apocalipse. Entre muitos outros, podem ainda referir-se o alemão Theodore Reuss e o americano de origem romena e russa Lay Anton Szandor La Vey⁹, antigo domador de leões e assessor “técnico” de Polanski no filme satanista “O bebé de Rosemary”. “*Só no estado da Califórnia, estão registradas perto de cinquenta associações da “First Church of Satan” (Primeira Igreja de Satã) com mais de 10.000 adeptos. Seu fundador – em 1966 – e chefe supremo é Lay Anton Szandor La Vey*” (Quevedo, ob. cit., p. 14).

Por inconcebível que nos possa parecer, a legalização destas “igrejas satânicas” é, de facto, permitida nos Estados Unidos desde 1967, com base

⁹ O leitor interessado em aprofundar este tema tem à sua disposição uma vasta bibliografia. Aconselharia especialmente alguns dos que indico nas leituras complementares, a saber: *As novas seitas cristãs e a Bíblia*, do franciscano português professor da Universidade Católica Pe. Joaquim Carreira das Neves (cap. IX – Seitas satânicas), *Antes que os demónios voltem*, do jesuíta Oscar Quevedo, e *Le démon: mythe ou réalité?*, do teólogo francês René Laurentin, pp. 201-214. Laurentin inclui uma “caixa” intitulada *Geografia das igrejas satânicas*, na qual distingue satanistas “ocultistas” de satanistas “racionalistas”, conforme acreditam ou não no diabo como pessoa. Indica a localização geográfica de uma grande quantidade destas seitas (muitas delas figurando nas páginas amarelas das listas telefónicas), com especial ênfase nos EUA e Itália, nomeadamente Turim e Bolonha, Reino Unido e Alemanha, bem como o nome de algumas revistas satânicas.

na 1.^a emenda da Constituição, a mesma que permitiu a legalização dos grupos neo-nazis – de resto, há entre ambos fortes afinidades, sabendo-se que muitos dos novos nazis são fervorosos adeptos do satanismo. Não esqueçamos que Crowley “*exigia adoração não só a Satanás, mas também ao Führer da Alemanha, Hitler*” (Quevedo, 1989: 27).

Num outro livro, de um autor que se confessa luciferino e faz uma delirante apologia das suas teses¹⁰, distinguindo sempre Lúcifer (o “portador da luz”) de Satanás, se afirma a dada altura:

*Existe, portanto, uma subversão social “luciferina”, mesmo que não diga o seu nome, e grande número de movimentos políticos preparam, sem o saberem, a vinda de Lúcifer. (...) Chegou a altura de fazer uma **União Sólida** de todas as nossas sociedades, é mais que tempo para que os filhos e as filhas do Hiperbóreo elevem a chama dos tempos novos e do super-homem divino, herdeiro do Graal e da coroa boreal. De Shamballah, a cidade santa do Agartha, chega esta mensagem para os Polares: **Uni-vos!**...*

Esse apelo, lançado de Bruxelas em 1975 pela “ordem verde” com vistas a preparar o advento duma Internacional Luciferina, teve repercussões que ultrapassaram de longe o mundo do Oculto.

Se traçássemos a linha subterrânea partida de Bruxelas num dia do ano de 1975, assistiríamos a curiosos encontros, tanto ocultos como sociais, ligados entre si pela ordem impenetrável de Lúcifer: unificação das lojas de obediência luciferina, campos de treino de militantes neonazis algures nos montes de Auvergne, reuniões ocultas em Paris, na Rue d’Assas, onde se encontra o mercenário J. K. em cruzada para o Ocidente, e certos amigos em volta duma mesa giratória, depois a morte de Franco e a partida dum pequeno grupo de nostálgicos vestidos de preto, abandonando a sua sede parisiense, o encontro nos arrabaldes de Madrid do mago Lopez Rega, então no exílio, antigo braço direito de Juan Peron e especialista da magia sexual... Tudo isso sob a bandeira preta de Lúcifer, mesmo que, para alguns dos actores desse drama, essa bandeira tenha por vezes outras cores...”

Como todos os rituais da carácter mágico, as *missas negras*, que constituem o cerne destes cultos satânicos, processam-se às avessas¹¹, invertendo os símbolos cristãos, as orações, etc. É bastante elucidativa a resumida descrição reproduzida pelo Pe. Carreira das Neves da obra de Wenisch¹²: “*Para La Vey, com a inauguração da sua Igreja de Satanás, no dia 30 de Abril de 1966, inaugurava também a Idade do Fogo e a Idade de Satanás. (...) No altar das suas igrejas, durante as missas negras, há sempre uma mulher nua, música sagrada com hinos católicos e protestantes, mas de sentido contrário, a cruz exposta em sentido inverso, o Pai Nosso rezado em sentido inverso (<Satanás nosso que estais nos infernos...>), as hóstias consagradas na vagina da mulher nua, a água benta feita de sémen humano misturado com leite, e são invocados os deuses infernais em vez do Deus dos cristãos. A figura do deus dos infernos, o “Bapfomet”, preside a todas as celebrações”.*

¹⁰ Jean-Paul Bourre, *As seitas luciferinas de hoje*, ed. Europa-América, Lisboa, 1978, pp. 100-101.

¹¹ “*Uma das coisas que devem ter-vos impressionado no caso de terdes lido qualquer livro sobre magia, é que há uma tendência para os rituais da magia voltarem a natureza de pés para o ar. (...) Por que é que as pessoas pensavam que os rituais satânicos tinham que ser feitos de trás para a frente? Por que é que as pessoas celebravam a missa negra dizendo a missa de trás para a frente? Porque o conceito dessa conquista da natureza era de que fossem quais fossem as leis da natureza, a magia consistia em voltá-las do avesso”, J. Bronowski, *Magia, Ciência e Civilização*, edições 70, Lisboa, 1986, p. 31. Notemos que o autor usa os verbos no passado e está a tratar de um fenómeno actual. Tratar-se-á provavelmente de um erro de tradução, pois não creio que um antropólogo bem informado como Bronowski desconhecesse a difusão do satanismo nos nossos dias.*

¹² Joaquim Carreira das Neves OFM, *As novas seitas cristãs e a Bíblia*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1998, pp. 231-232. O livro cit. de Bernhard Wenisch é *Satanismo*, Petrópolis, Brasil, 1992, p. 257. Nesta mesma obra se informa que “*mais de dez mil jovens se reúnem em grupos na Alemanha para adorar satanás e praticar a magia negra*” (C. Neves, cit., p. 235).

É comum os satanistas tentarem roubar hóstias consagradas, colocando-se entre os fiéis nas filas da comunhão durante as missas católicas, para as usarem posteriormente nas missas negras. Fui testemunha de uma situação dessas em Macau – o desconhecido era estrangeiro e dava nas vistas pelo seu traje e aspecto geral – mas o sacerdote apercebeu-se da situação e conseguiu recuperar a partícula consagrada ainda dentro da Igreja.

Em Portugal decorreu em Abril de 2001 o julgamento de um homem que assassinou os pais, com os habituais requintes de crueldade e derramamento de sangue, um crime hediondo atribuído pela Polícia Judiciária à prática de rituais satânicos. Embora o Tribunal não tivesse podido corroborar esta tese, condenou-o, no entanto, a 25 anos de prisão.

No nosso país há também pequenos grupos neo-nazis, sem expressão numérica (não devem ultrapassar uma centena de adeptos), que tentam atrair as atenções através de propaganda racista exibida na Internet (veja-se o esclarecedor artigo “www.nazis.pt”, publicado pela revista *Visão* de 17 de Maio de 2001).

2.2 *Seitas de raiz oriental*

Abordarei aqui apenas algumas das mais conhecidas, a título de exemplo, pois o seu número é muito elevado. Assim, farei brevíssimas referências à Hare Krishna, Guru Maharaj Ji, Ramakrishna Mission, e lembrarei uma ou outra seita japonesa de que já nos ocupamos nos capítulos sobre o Budismo e o Xintoísmo. Todas elas constituem desvios das grandes tradições religiosas orientais em que tiveram origem.

- **Hare Krishna:** Quem não conserva na retina a imagem desses jovens ocidentais embrulhados em túnicas cor de açafraão, entoando cânticos orientais pelas ruas, aeroportos, centros comerciais e parques de estacionamento, e vendendo textos hindus antigos? São os adeptos da *Associação Internacional para a Consciência de Krishna*, também conhecidos como ISKCON (International Society for Krishna Consciousness), um movimento fundado em 1966 pelo guru indiano *Bhaktivedanta Swami Prabhupada* (1896-1977). Seu objectivo era provocar uma revolução das consciências a partir da devoção a Krishna, o qual já não era considerado simplesmente como uma das encarnações (avatars) de Vixnu, mas como o Deus único e supremo, criador de todas as coisas. Repetem incansavelmente o mantra de “Hare Krishna!” e abstêm-se de carne, álcool, jogos, etc. Como livro de base seguem o *Bhagavad-Gita* e editam um periódico – o *Back to Godhead* – com mais de um milhão de exemplares em Inglaterra e 50 mil em França.

Uma comissão de 11 gurus e 12 devotos de alto nível, nos Estados Unidos, dirige a organização. Os adeptos se reúnem em templos – 141 no mundo – colocados sob a responsabilidade de um conselho e de um presidente. A seita tem missões em 46 países; o número de seus discípulos seria de alguns milhares. Mas é também vasta empresa comercial, tendo nos Estados Unidos dez grandes propriedades rurais, imóveis, uma editora, uma cadeia de restaurantes vegetarianos e uma fábrica de incenso e de produtos de beleza (“Spiritual Sky”). Membros da Hare Krishna foram processados por escroqueria, tráfico de drogas e recepção de armas. (Albert Samuel, 1997: 320).

- **Missão da Luz Divina:** Fundada na Índia em 1960 pelo guru *Sri Maharaj Ji*, o “mestre perfeito” que veio ao mundo para livrar os homens do sofrimento, conjugando os ensinamentos de Jesus, Krishna e Buda. Publica o *impulso vital e actualidades diversas*. Através da meditação, os fiéis, que vivem em comunidades (*ashram*) dirigidas pelo guru (o actual “mestre perfeito” é o filho do fundador), atingem directamente a experiência de Deus, recebendo o Verbo, a Luz, a Música celeste e o Néctar. A organização é sustentada pelos bens dos crentes, pelas receitas dos festivais internacionais e pelas empresas que controla (uma agência de viagens, uma companhia aérea, uma editora discográfica, etc.). Tem sede na Flórida e afirma possuir cerca de 7 milhões de adeptos (80 mil nos EUA e 2 mil em França).
- **A Missão de Ramakrishna:** Organização de carácter contemplativo e filantrópico, originária da Índia, tem sede em Belur, perto de Calcutá, e dedica-se a obras educativas e de caridade, conferências, edição de publicações, etc. Foi seu fundador, em 1897, o grande asceta bengali *Vivekananda* (1862-1902), o mais célebre dos discípulos do famoso místico Ramakrishna.

Ramakrishna, que viveu entre 1834 e 1886, foi um santo hindu filho de um pobre brâmane de Bengala, vixnuíta e sacerdote de Kali, que pregava a tolerância, reunindo preceitos da tradição hindu, cristã e islâmica, embora convencido de que, para os indianos, o caminho de ascese ideal passava pelo *Yoga* e pela meditação – *bhakti*.

A Ramakrishna Mission e a Ordem de Ramakrishna foram decalcadas das organizações monásticas cristãs e os seus mestres são chamados *swamis*.

- **Seitas japonesas:** Um fenómeno característico do budismo japonês é o seu fraccionamento em diversas seitas, todas imbuídas de forte espírito nacionalista, destacando-se o **budismo zen** (uma técnica de meditação – ou melhor, de “não-meditação”, para libertar o espírito, largamente praticada pela classe guerreira dos samurais, que inspirou o seu código de honra – *bushido* – onde o desprezo pela morte anda ligado à crença na reencarnação), e as seitas **amidistas** (de *Amitâbha*, que em japonês deu *Amida*).

Após a invasão da China em 1937 e durante a segunda guerra mundial, o Budismo foi muito vigiado pelo governo, devido ao facto de colocar os seus ideais acima da autoridade suprema do Imperador, chegando mesmo a ser aprisionados os membros mais influentes da única seita que se lhe opôs abertamente (a **Sōka-gakkai**, “Sociedade para a criação de Valores”, com mais de 16 milhões de aderentes, fundada em 1930). O seu fundador, *Makiguchi Tsunesaburō*, morreu no cativeiro. É a seita mais numerosa.

Com o fim da guerra, o budismo japonês recuperou rapidamente e nasceram seitas novas no âmbito da tradição Nichiren, as quais se desenvolveram em paralelo com as antigas. Além da referida **Sōka-gakkai** merecem especial menção, pela sua importância, a **Risshō-kōseikai**, (“Sociedade para o estabelecimento da Justiça para o despertar do Budismo”, com 6 milhões) e a **Tenrikyo** (“Religião da Sabedoria Divina”, com 2 milhões e meio de adeptos, fundada em meados do séc. XIX por um xamanista, de nome *Miki Nakayama*). As duas primeiras são de inspiração budista, ao passo que a última era de raiz xintoísta, embora hoje se considere praticamente independente do Xintô. Todas elas se afirmam igualmente empenhadas na formação espiritual dos seus membros, fortemente abalada pelo rapidíssimo desenvolvimento industrial do país e consequente onda de materialismo e avidez de bem-estar que o acompanhou.

Como vimos, o fenómeno das seitas no Japão está longe de constituir um exclusivo do Budismo. Começaram por ser de *origem xamanista*, no século XIX, crescendo subitamente a partir da 2.^a Guerra Mundial.

Muitos destes grupos apresentam-se mais preocupados com problemas de tipo profano (criação artística, agricultura sem fertilizantes, etc.) do que propriamente religioso. Calcula-se que o número destas seitas tenha duplicado entre 1992 e 1995, atingindo um total de **24 milhões de aderentes** (20% da população) pertencentes a **16 mil seitas**, o que, dados os estranhos objectivos que anunciam, constitui uma séria preocupação, especialmente para o Budismo, o mais afectado pelas defecções dos seus crentes.

2.3 Seitas islâmicas

No capítulo sobre o Islamismo fizemos referência a diversas correntes (Kharijitas, Sufistas e Ismaelitas), as quais não podem classificar-se propriamente como seitas, mas antes como correntes de espiritualidade dentro do Islão. O mesmo se dirá das divisões correspondentes aos diferentes ritos (malekitas, hanafitas, chafeítas e hanbalitas).

Examinaremos apenas dois exemplos extremos originados na fé corânica: o primeiro, completamente intolerante e radical, é o dos *irmãos muçulmanos* (um ramo activista do *Wahhabismo*) e o segundo, levando ao extremo a sua tolerância, de tendência completamente sincretista – a fé *Baha'ie*.

- Os **Irmãos Muçulmanos**: Nascidos depois da 1.^a Guerra Mundial (1929), como uma associação político-religiosa criada por *Hassan al-Banna*, um professor primário egípcio, teve sempre por principal objectivo uma fidelidade integrista e radical ao Alcorão, combatendo toda a influência ocidental, considerada como ateísta e fonte de corrupção. Dissolvidos em 1948 pelo rei Faruk, o seu fundador foi executado no ano seguinte. Mais tarde coube a Nasser perseguir-los, mas reapareceram sempre, assassinando todos os que se lhes opuseram. São contra a mistura de sexos nas escolas, exigem o uso dos véus e advogam o direito antigo corânico, que inclui o corte das mãos para os ladrões, as chibatadas para os adúlteros – e a lapidação ou o enterro das adúlteras vivas, etc. Mostram-se dispostos a lutar até ao martírio pelo seu projecto de sociedade e é frequente lutarem entre si (no Egipto há mais de 70 destes grupos)¹³. Neste país continuam a perseguir as comunidades coptas cristãs e os turistas estrangeiros, contra quem são frequentes os actos de terrorismo, na evidente intenção de desincentivar o turismo.

Teoricamente vão buscar as suas raízes ao Wahhabismo, uma doutrina que deve o seu nome a *Mohamed ibn Abd al-Wahhab* (1703-1791), o qual pregava uma fé depurada, contra todas as inovações. Como dissemos no capítulo sobre o Islão, as doutrinas de Ibn Taymiyya, pensador muçulmano medieval, foram adoptadas pelo movimento wahhabita como regra oficial do estado islâmico monárquico fundamentalista da Arábia Saudita. Tornou-se especialmente a base de inspiração dos dois teóricos do movimento dos Irmãos Muçulmanos: *al-Sayyid Qutb* e *al-Mawdudi*.

- A fé **Baha'ie** foi fundada por dois xiitas iranianos: *Mirza Ali Muhammad* o “Báb” (1819-1850) e *Mirza Husayn-Ali* (1817-1892), o primeiro dos quais foi fuzilado por ordem do Xá e está sepultado no monte Carmelo, em Israel. O segundo, que tomou o nome de *Bahau'llah* ou Bahá'u'lláh (Glória de Deus), morreu no exílio em São João d’Acre, igualmente em Israel. Por esse motivo, a sua sede fica em Haifa, na costa mediterrânica israelita.

Os baha'ie, sincretistas, acreditam numa revelação progressiva com elos sucessivos constituídos pelas várias religiões, incarnadas por pessoas que são manifestações de Deus (Abraão, Moisés, Buda, Krishna, Zoroastro, Jesus Cristo, Maomé e o próprio fundador). Visam

¹³ Dos grupos armados islâmicos os mais conhecidos são:

Egipto: “Al-Jihad”, responsável pelo assassinato do presidente Sadat, em 1981 e de outros políticos; “Al-Gama’a al-Islamiyya”, que chacinou 58 turistas estrangeiros em 1997 e tentou assassinar o presidente Hosni Mubarak.

Afganistão: “Al-Qaeda”, responsável pelos ataques terroristas às torres do World Trade Center e Pentágono, bem como às embaixadas americanas em África, em 1998.

Palestina: “Jihad islâmica” e “Hamas – brigadas al-Qassam”, autores de diversos actos terroristas contra Israel (mercado de Jerusalém, etc.).

Líbano: “Hezbollah”, responsável por centenas de atentados contra israelitas e pela explosão que vitimou 241 soldados americanos, em 1983; organização “Abu Nidal”, que provocou mais de 300 mortos, tendo feito explodir bombas em 1985, nos aeroportos de Viena e Roma.

Iémen: “Exército Islâmico de Aden” – fez explodir um destróyer americano, em 2000, e assassinou vários turistas.

Argélia: “Grupo Islâmico Armado”, autor de massacres constantes na última década.

Paquistão: “Harakat ul-Mujahidin”, autor do assassinio de turistas em Caxemira, em 1995.

a harmonia universal das culturas e dos povos. Não fazem proselitismo, e baseiam-se na tolerância e respeito na diversidade. Têm também alguns milhões de adeptos em cerca de 320 países, entre os quais Portugal.

Em 1959 (Janeiro) Arnold Toynbee manifestou a opinião de que a fé Bahá'í não deve ser considerada uma seita de outra religião, mas antes uma religião independente, ao nível das grandes religiões mundiais.

Shoghi Effendi, o guardião da religião Bahá'í entre 1921 e 1957, resume assim o essencial da sua fé: “*A religião Bahá'í reconhece a unidade de Deus e dos Seus profetas, defende o princípio da livre busca da verdade, condena todas as formas de preconceito e superstição, ensina que o propósito fundamental da religião é o de promover a concórdia e a harmonia, que deve caminhar de mãos dadas com a ciência, e que constitui o cimento único e último para uma sociedade pacífica, ordenada e progressiva. Inculca o princípio da igualdade de oportunidades, direitos e privilégios de ambos os sexos, advoga a educação obrigatória, elimina os extremos da pobreza e da riqueza, recomenda a adopção de um idioma internacional auxiliar e proporciona os meios necessários para o estabelecimento e salvaguarda de uma paz universal e permanente*”.

A biografia dos fundadores e as bases da doutrina Bahá'í estão bem resumidas na obra *Bahá'u'lláh e a nova era*, de J. E. Esslemont, escrita em 1921 e com edições actualizadas em várias línguas (cfr., por exemplo, a ed. de 1975, impressa no Rio de Janeiro).

3. Sincretismos religiosos

- A **New Age** (*Nova Era* ou *Era do Aquário*), uma seita sincretista, nasceu também nos Estados Unidos, onde possui milhões de adeptos, mas ramificou-se já por todo o Ocidente. Essencialmente é uma seita de raiz gnóstica:

É difícil definir o que seja a New Age como movimento sócio-religioso. Embora o movimento seja muito recente, as suas origens já remontam aos pais do gnosticismo antigo (Marcião, Valentim, Mani, Cerinto), tão combatidos por alguns Padres da Igreja dos quatro primeiros séculos. Tudo o que seja gnosticismo, esoterismo, percepção extra-sensorial, yoga, teosofia, ocultismo, espiritismo, reincarnacionismo, psicologia das profundezas de C.Yung, mitologias antigas, cultos arcaicos da natureza, etc., entra dentro do sistema da New Age. Trata-se, pois, de um sincretismo religioso que tem por centro o homem – e só o homem – na sua dimensão de autolibertador.

O movimento é, ao mesmo tempo, uma religião, uma filosofia, um humanismo, uma antropologia religiosa, que tem por intenção libertar o homem de todas as religiões clássicas, mormente das de matriz judeo-cristã, apresentando a alternativa da salvação-libertação através do desenvolvimento do consciente humano” (...) a New Age, pouco a pouco, vai-se dimensionando como a religião tipicamente americana que unificará, segundo os seus mentores, tudo o que há de bom nas outras religiões e purificará toda a escória das mesmas religiões. M. Ferguson, paladino da Nova Era, na sua obra A Conspiração do Aquário, enumera mais de quarenta centros da Nova Era nos Estados Unidos. Fora dos Estados Unidos são célebres o centro de Findhorn, na Alta Escócia, mas os centros multiplicam-se às dezenas e centenas por toda a parte (J. Carreira das Neves, 1998: 241, 242). (...) O deus da New Age é a energia cósmica de que todos participamos, não por recepção ad intra, mas por pertencermos à essência da mesma energia (...).

Em conclusão, o Deus da Nova Era é o Deus da minha interiorização e iluminação pessoal, venham elas através da meditação, do channeling, da vibração da ordem cósmica. Deus não habita na história da revelação mas na minha história ou na minha biografia que eu crio a mim mesmo. Não é o Deus de Abraão, Isaac e Jacob, Moisés, Profetas e Jesus Cristo, nem o Deus da criação, que está no princípio de tudo e de todos, mas o Deus apenas do presente, criado pelas minhas vibrações. Sou eu como ser cósmico que crio o próprio Deus. (Idem, 249).

E conclui o autor que temos vindo a citar, a pp. 263: “Não há dúvida que a gnose voltou em cheio ao mundo cultural religioso dos nossos dias. Ela foi o grande desafio dos primeiros séculos cristãos à Igreja de então e volta a sê-lo à Igreja de hoje. O gnóstico é o que conhece e não o que acredita, e é por este conhecimento gnóstico que é salvo e não pelo mistério pascal de morte e ressurreição de Jesus. Não é a fé nem a graça que fundamentam a salvação, mas o conhecimento iniciático. Neste sentido, o espiritismo de Allan Kardec (1804-1869) o ocultismo de Eliphas Lévi (1810-1875), o teosofismo de Helena P. Blavatsky (1831-1891), bem como tantos outros movimentos (Rosa Cruz, Fraternidade Branca Universal, Ordem Martinista Tradicional, Nova Acrópole, Atlantis, Metanoia, Pensamento Novo, Escola do Arcano, a Nova Idade do Aquário ou New Age) são todos devedores directa ou indirectamente dos princípios estruturais do gnosticismo”.

- **Santeria:** Praticada na América Latina e nos Estados Unidos por mais de 100 milhões de pessoas, a *santeria* é um sincretismo de tradições religiosas yorubas e católicas. Originária de Cuba, resulta da mistura das crenças dos escravos Yoruba, trazidos da Nigéria para aquela ilha, com as crenças e práticas católicas ensinadas pelos missionários desde o século XVI. A coberto da veneração aos santos prestam

culto aos seus *orixás*, divindades dependentes do Deus supremo Olodumare. Há sacerdotes e sacerdotizas que entram em contacto com estes orixás, utilizando processos mágicos e realizando curas através de danças rítmicas que levam a estados de transe, à semelhança dos xamãs. Sacrificam também numerosas vítimas animais (o sangue tem parte muito activa nestas cerimónias). São especialmente famosos o orixá *Xangô* que controla os relâmpagos e trovões e se confunde com Santa Bárbara, e a orixá *Oxum*, uma espécie de representação da Virgem Maria.

*Algumas pessoas efectuam peregrinações espirituais à Nigéria para redescobrir as raízes da sua religião. A Santeria também se pode encontrar na Internet, com sites que explicam os principais mandamentos da religião.*¹⁴

¹⁴ Mary Pat Fisher, *A Religião no Século XXI*, edições 70, p. 87.

- A igreja vietnamita do **Cao Dai** (literalmente: *Ser Supremo*) é também um excelente exemplo de uma seita sincretista, que mistura elementos do espiritismo, budismo, cristianismo, confucionismo, taoísmo e xintoísmo. Buda, Confúcio, Jesus, Victor Hugo, Lenine, Sun Yat-Sen, Joana d’Arc e Churchill, são alguns dos “iniciados” deste culto ao Ser Supremo, instituído em 1920 por Ngô Van Chien, o primeiro “Papa”, com o objectivo de escapar ao ciclo das reencarnações.

A sua hierarquia foi decalcada sobre a da Igreja Católica, com uma “santa sé”, fundada em 1926, 4 Kms a leste de Tay Minh, na vila de Long Hoa, a cerca de uma centena de quilómetros de Saigão (hoje, cidade de Ho Chi Min). É um templo enorme, extravagante e profusamente colorido, com duas torres na fachada, ornada com símbolos também sincretistas, como o triângulo com um olho inscrito. Uma das suas características, de resto, é a profusão de cores, vestindo-se os fiéis com túnicas brancas, vermelhas, azuis ou amarelas; durante as três longas cerimónias diárias sentam-se disciplinadamente em sectores correspondentes a estas cores, sobre os mosaicos coloridos e de desenho variado do chão. No interior do Grande Templo, ou catedral, logo à entrada, é obrigatório passar por um grande mural que representa a assinatura da 3.^a aliança entre Deus e a Humanidade, com a presença dos 3 “santos”: Dr. Sun Yat Sen (o médico que derrubou o sistema imperial e fundou a 1.^a República Chinesa), o escritor francês Victor Hugo e o poeta vietnamita Nguyen Binh Khiem¹⁵.

¹⁵ Publiquei algumas fotografias da catedral, com seu mural e fiéis em oração, a p. 368 do meu livro cit. *A Igreja Católica na China e em Macau, no contexto do Sudeste Asiático – que futuro?*

De acordo com as estimativas locais, a seita terá 1 a 2 milhões de adeptos. São pacifistas e foram duramente perseguidos pelos japoneses durante a ocupação nipónica na segunda guerra mundial.

- Nas Filipinas a actuação dos grupos *fundamentalistas*, frequentemente apoiados por milhões de dólares vindos do exterior, constitui grave preocupação do episcopado, tendo sido largamente debatida no “Segundo

Conselho Plenário das Filipinas” a que já nos referimos. Podem citar-se entre estas “igrejas” a dos **Aglipeanos**, como são popularmente conhecidos, fundada em 1902 pelo padre católico cismático Gregório Aglipay (o seu nome correcto é *Iglesia Filipina Independiente*) e a **Iglesia ni Cristo**, a qual paga aos seus membros por cada “conversão” alcançada! Igualmente sincretista, foi fundada em 1920 por Félix Manalo, também ele um antigo católico. Os seus templos apresentam impressionantes linhas arquitectónicas e a seita possui um indisfarçável cariz político, tendo apoiado claramente o antigo ditador Marcos.

- A lista de sincretismos é extremamente longa: poderíamos acrescentar o culto afro-americano do **Vodu**, muito espalhado no Haiti (e a **macumba** brasileira, sua parente próxima), composto por rituais e práticas mágicas africanas ancestrais, em que o sangue desempenha papel preponderante, a que vieram depois juntar-se formas de culto católico no século XVIII, e em que são frequentes os estados de transe dos crentes, rituais de possessão e comunicação com os espíritos (*loa*) – um culto que desempenhou importante papel no levantamento dos escravos e na libertação nacional do Haiti;
- ou o culto de **Iemanjá**, a deusa das águas do nordeste brasileiro, com características maternais e imagens que lembram as da Virgem Maria, a quem os pescadores oferecem flores e pedem bons resultados na sua faina;
- ou ainda o novo surto de **bruxas** e cultos de **neo-paganismo**, um pouco por toda a Europa, com seus rituais de culto às forças da natureza e a ressuscitação dos antigos druidas...
- E há também organizações de tipo supostamente místico ou religioso, mas que não passam de pretextos para o livre consumo de droga e sexo, uma revivescência dos festivais hippies do pós-guerra. Em Portugal, onde é habitual que tudo chegue com algum atraso, o movimento auto-denominado **transe**, reúne todos os anos numa herdade alentejana (mas também noutros lugares, como Sintra). Durante o festival “boom”, pessoas vindas de vários países, que dançam ao ar livre e se encharcam em drogas (cogumelos alucinogéneos, ácidos – LSD, e derivados – e *ecstasy*), utilizam imagens da mitologia hindu (Ganesh, Parvati e Shiva – o qual, afirmam, é azul *porque absorve todas as drogas do mundo...*) ou a hindu e budista sílaba OM...

“Muitos são adeptos do vegetarianismo, do nudismo, da agrobiologia; outros dedicam-se ao yoga, ao tantrismo. Se não acreditam em tudo, aceitam quase tudo como parte do movimento. Têm ídolos culturais próprios: Terence McKenna, pai do LSD, Timothy Leary e, de certa

¹⁶ João Dias Miguel, *Tribo Transe*, reportagem publicada na revista “Visão”, de 10.8.2000.

*forma, William Burroughs”*¹⁶ – todos figuras conhecidas pela sua íntima ligação ao mundo da droga.

- Outro excelente exemplo actual de credices que atraem multidões no nosso país, é o fenómeno da chamada **santa da ladeira**: *Maria da Conceição Mendes Horta* (a “mãe Maria”, como é tratada pelos fiéis), na Ladeira do Pinheiro, mantém um culto, com imagens e ritos copiados do catolicismo, assessorada por “religiosas”, que dura há mais de 30 anos. Inicialmente contou com o apoio de padres ortodoxos polacos, os quais acabaram por se retirar.

Embora denunciado como fraude pela hierarquia católica, o movimento e as peregrinações continuam. Entre os seus “milagres” aparecem óstias que “sangram”, curas, perfume de rosas, etc..

4. **As seitas, sintomas de uma sociedade em crise, e as interrogações do novo milénio**

É certo que sempre houve seitas, grupos dissidentes das religiões oficiais, sociedades secretas com os mais variados objectivos. Mas não é menos verdade que a actual irrupção destes movimentos, em quantidades nunca antes vistas e a sua ampla globalização é um fenómeno sem paralelo na história da Humanidade. Quando falamos em números da ordem dos *120 milhões* com tendência para crescer diariamente, não podemos meter a cabeça na areia e fingir que se trata de um episódio sem importância. Isto obriga-nos a colocar algumas questões e tentar obter respostas para compreender o que se passa e prevenir consequências funestas que se situam muito para lá da liberdade de expressão religiosa.

Porque é que gente aparentemente feliz, sem problemas financeiros, decide praticar suicídios colectivos para se evadirem deste mundo? O que explica que nos Estados Unidos da América (o país de todas as excentricidades e confusões religiosas) tenham nascido novas seitas à cadência de mais do que uma por dia, à medida que nos aproximávamos da viragem do século? Todos sabemos que os milenaristas aguardam com ansiedade o fim do mundo em cada mudança de século ou de milénio, mas nunca se tinha registado um tal grau de histeria colectiva. O que estará por detrás de tudo isto?

Independentemente dos métodos de recrutamento e doutrinação serem frequentemente anti-éticos, ou de muitas destas seitas servirem de cobertura para negócios dos seus dirigentes ou tráfico de armas e de droga, o que interessa sobretudo é procurar compreender porque é que tanta gente em todo o mundo se deixa aliciar tão facilmente pela suas promessas e abandona tudo para as seguir.

Serão sintomas de uma sociedade doente e sem esperança, de um modelo de desenvolvimento claramente falhado, em que os pobres aumentam diariamente em flecha, deixando o usufruto das riquezas para uma pequeníssima e poderosa minoria, com o garante da democracia – que era a classe média – empobrecida e a desaparecer em consequência da globalização?

A viragem do milénio, depois de duas prolongadas guerras mundiais, a que se seguiram dezenas de conflitos regionais de enorme violência – em vez de condições de estabilidade e esperança num futuro melhor que, em princípio, os progressos da ciência e da tecnologia deveriam garantir – trouxe consigo tremendas incertezas, desde a falta de Paz à falta de empregos, de comida, de saúde, de instrução; para enormes massas humanas, não apenas do 3.º mundo mas também no seio da comunidade europeia e dos poderosos Estados Unidos. A queda do comunismo e o derrubar do muro de Berlim, que pareciam anunciar-se como o símbolo vivo da liberdade e da esperança, deram lugar ao reinado da confusão e do crime organizado, com as mafias dominando a antiga União Soviética e as lutas fratricidas nos Balcãs. Por isso se fala hoje tanto no novo e temível muro de Berlim que percorre toda a Europa, marginalizando e excluindo as multidões de refugiados da África e da Ásia, famintas de pão e de paz, de novo vítimas de xenofobia e racismo, habilmente explorados pelas extremas-direitas neo-nazis e neo-fascistas.

Perante todos estes sintomas, podemos admirar-nos de que as pessoas busquem refúgio e segurança junto de quem lhes acena com soluções fáceis (o “bacalhau a pataco”, como dizia o povo no início da 1.ª República) e panaceias para os seus males materiais e espirituais? Gurus insinuantes e convincentes, apoiados em organizações internacionais proprietárias de poderosas redes de media que nos entram dentro de casa a toda a hora, lembram irresistivelmente as imagens das vítimas incautas atraídas pelos olhos magnéticos da serpente...

Em contrapartida, as respostas fornecidas pelas grandes religiões mundiais têm sido mais lentas que a Globalização, encontrando dificuldade em fazer face ao fenómeno da mudança em curso, hesitantes entre fechar-se num integrismo fundamentalista e reaccionário ou aplicar novos métodos e arriscar-se a adular a mensagem, sem saber muito bem dosear a qualidade e a quantidade. A Igreja Católica, por exemplo, empreendeu uma vigorosa e lúcida reacção com o Concílio Vaticano II, mas a sua aplicação não tem sido em todas as circunstâncias tão feliz e eficaz como se esperava. O lastro de um passado demasiado comprometido com o poder, por exemplo, constituiu frequentemente um peso difícil de afastar. Mas a grande maioria dos cristãos pertencem hoje ao 3.º mundo (América Latina, por exemplo) e as pequenas comunidades com rosto – as comunidades eclesiais de base – vão abrindo novos caminhos de esperança e atraindo gente nova para esta Igreja renovada.

A propósito, vale a pena escutar a advertência que Alain Woodrow coloca no final do seu estudo sobre *As novas seitas* (ed. Paulistas, Lisboa, 1979):

Crítica total e intransigente que é erigida em dogma pela maior parte das seitas, pois sabem jogar habilmente na contestação – assim como no idealismo, na generosidade, ou no espírito de sacrifício – própria da juventude. Se as crianças de Maio 68 perderam as ilusões, quanto à possibilidade de uma revolução cultural, a geração que lhes sucedeu volta-se para outras soluções e põe-se à escuta de outros mestres.

*Idealismo? Ingenuidade? Fuga da realidade? Abdicação de responsabilidades? Sem dúvida; mas o facto existe. Depois de terem procurado, ontem, a salvação no compromisso político, em seguida o esquecimento no prazer sexual e nos estupefacientes, os jovens deixam-se seduzir, hoje, por novas drogas: espirituais, estas. Os **hippies** e as **flower children** transformam-se em **moonistas** e **Meninos de Deus**; os antigos drogados descobrem uma nova droga, tanto mais poderosa que enfeitiça o espírito, um ópio que pode tornar-se a religião do povo; a **Jesus Revolution** substitui a revolução, e a luta de classes cede o passo ao combate cósmico entre o Bem e o Mal.*

Capricho efémero ou renascimento autêntico, este retorno em força do religioso – mesmo sob as formas mais temíveis – é um aviso. Quer o deploremos ou o aprovemos, o fenómeno social, que o sucesso das seitas representa, merece a nossa atenção. Além da credulidade de uns e da duplicidade de outros, é sobretudo revelador do estado da nossa sociedade. Uma civilização sem ideal espiritual e sem alma está condenada. Como dizia André Malraux: “O século vinte e um será religioso, ou não será”. A este respeito, as seitas são outros tantos sinais vermelhos que assinalam uma falha nos circuitos da nossa civilização materialista.

Síntese

O fenómeno das seitas religiosas cresce na razão inversa da estabilidade emocional das sociedades que as geram e caracteriza-se por uma busca frenética de respostas de tipo sobrenatural e pelo refúgio frequentemente irracional no sagrado, para encontrar soluções para os problemas do quotidiano. Nos nossos dias, começa a tornar-se extremamente preocupante, não apenas pelo grande número de adeptos que atrai (cerca de 130 milhões!), mas porque parece representar um retorno a um passado que se julgaria morto, o qual abre caminho a todos os excessos – para já não falar das seitas e sincretismos que não passam de meras fachadas para actividades políticas ou criminosas.

Por razões pedagógicas classificámo-las no presente capítulo com base na sua raiz doutrinal: a Bíblia, as que se reclamam das religiões de inspiração oriental,

as seitas corânicas e os sincretismos religiosos. Como ficou claro, há para todos os gostos, para todas as necessidades, para todas as circunstâncias...

As seitas constituem, para as grandes religiões mundiais, simultaneamente uma crítica à sua “despersonalização” e à correspondente falta de calor humano, mas também um desafio para novos processos e metodologias pastorais, de modo a manterem sempre actuais e aliciantes as respectivas mensagens de salvação.

Revisão

1. Indique as características necessárias e suficientes para se chegar a um conceito alargado e aceitável de *seita* ou *novo movimento religioso*.
2. O critério que utilizou abrange tudo aquilo que é comum designar por *seitas* ou haverá outras características a ter em conta, para além dos aspectos religiosos? Dê alguns exemplos de movimentos baptizados como “seitas” mas que não se enquadrem naqueles critérios.
3. As seitas ou novos movimentos religiosos podem ser classificados de várias formas. Indique aquelas que utilizamos no presente capítulo, explicando a sua operacionalidade.
4. Entre as seitas de origem “bíblica” – ou seja, aquelas que utilizam como referência textos do Antigo ou Novo Testamento – estabelecemos diferenças entre *milenaristas*, *renovadoras*, *modernistas* e *satanistas*. Explique quais são as disparidades essenciais, indicando exemplos.
5. Pensa que as seitas satânicas e luciferinas constituem um real perigo para a Humanidade? Justifique.
6. Indique algumas seitas originadas nas grandes tradições religiosas orientais e caracterize-as.
7. Referimos dois grupos de origem islâmica com características diametralmente opostas, nomeadamente no que toca à tolerância religiosa. Quais são e que objectivos prosseguem?
8. O *gnosticismo* foi desde os primeiros tempos das Igrejas cristãs considerado e condenado como uma heresia. Diga o que o caracteriza e indique se conhece algum movimento actual de dimensões consideráveis que perfilhe as mesmas tendências gnósticas.
9. *New Age*, *Santeria* e *Cao Dai*, são três sincretismos religiosos nascidos em locais e circunstâncias inteiramente diversas. Caracterize-os, exem-

plificando com as suas origens, objectivos que prosseguem, meios de propagação, formas de proselitismo, número de adeptos, resultados, etc.

10. Poder-se-á relacionar o recente fenómeno de irrupção de seitas (especialmente nos Estados Unidos da América e países europeus de matriz cultural judaico-cristã) com o modelo de desenvolvimento destas sociedades, intimamente relacionado com a chamada “globalização”? Parece-lhe possível deter ou inverter esta tendência?

Leituras complementares

CARMO, António Duarte de Almeida

1997 *A Igreja Católica na China e em Macau, no contexto do Sudeste Asiático – Que Futuro?*, ed. ICM/IPOR/FM, Macau.

FISHER, Mary Pat

2000 *A religião no século XXI*, edições 70, Lisboa.

LAURENTIN, René

1995 *Le démon, mythe ou réalité? (Enseignement et expérience du Christ et de l'Église)*, Librairie Arthème Fayard, Paris.

NEVES, OFM, Joaquim Carreira

1998 *As novas seitas cristãs e a Bíblia*, ed. Universidade Católica Editora, Lisboa.

QUEVEDO, S. J.; Oscar G.

1989 *Antes que os demónios voltem*, edições Loyola, S. Paulo, Brasil (2.^a ed.).

SAMUEL, Albert

1997 *As religiões hoje*, Paulus, S. Paulo, Brasil.

THIOLLIER, Marguerite-Marie

1990 *Dicionário das religiões*, ed. Perpétuo Socorro, Porto/Editora Vozes, Petrópolis, Brasil.

WOODROW, Alain

1979 *As novas seitas*, ed. Paulistas, Lisboa.

VÁRIOS

1991 “Seitas e Novos Movimentos Religiosos”, “dossier” incluído na revista *Mission de l'Église*, n.º 93, Setembro, pp. 19-38.

18. Diálogo interreligioso

Página intencionalmente em branco

SUMÁRIO

Objectivos da unidade

1. **Matar em nome de Deus...**
2. **Ecumenismo, uma realidade em marcha**
3. **O diálogo interreligioso, única via possível**
Perspectiva cristã
Diálogo entre não-cristãos
Regimes teocráticos e diálogo
4. **Diálogo entre religião e cultura**
5. **Sem perdão, não há verdadeiro diálogo**
6. **Um *post-scriptum* alarmante: terrorismo e fundamentalismo**

Síntese

Revisão

Leituras complementares

Objectivos da unidade

No final deste capítulo o aluno deve estar apto a:

- Ajuizar do perigo que representam as *tensões religiosas* para a paz no mundo, a curto e médio prazo;
- Identificar os diversos *fundamentalismos* e sua localização geográfica, tanto no que respeita às grandes religiões como às seitas e sincretismos religiosos, e suas relações com a política;
- Conhecer o *movimento ecuménico* na perspectiva dos três grandes ramos do Cristianismo, seus desenvolvimentos e suas posições respectivas actuais;
- Definir correctamente o que se entende por *diálogo interreligioso* e os vários níveis a que deve ser estabelecido para ser eficaz;
- Indicar alguns *exemplos práticos* de diálogo interreligioso de reconhecido sucesso;
- Distinguir entre os *dados da fé e da cultura*, evidenciando os resultados – muitas vezes dramáticos – da confusão entre ambos, bem como descrever alguns dos passos históricos mais importantes no sentido de os separar;
- Conhecer o sentido técnico do conceito de *inculturação* e sua importância real;
- Entender a afirmação de que *sem perdão mútuo não há diálogo* e qual o sentido profundo dos numerosos pedidos públicos de perdão apresentados pelo actual Papa às comunidades que tem visitado.

Se fores, portanto, apresentar uma oferta sobre o altar e ali te recordares de que o teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa lá a tua oferta diante do altar, e vai primeiro reconciliar-te com o teu irmão; depois, volta para apresentar a tua oferta.

Mt 5, 23-24

É impossível haver paz, entre as nações sem paz entre as religiões; é impossível haver paz entre as religiões sem diálogo entre as religiões...

Hans Küng, 1996

1. Matar em nome de Deus...

Quando tudo parecia indicar o termo das guerras religiosas, eis que os acontecimentos do final do século XX nos mostram precisamente o contrário. Como forma de resistência à crescente secularização da vida e às injustiças clamorosas dos modelos de desenvolvimento dos países tecnologicamente mais avançados, surgiram por toda a parte manifestações de fundamentalismo, em que os líderes religiosos tentaram alcançar o poder político – frequentemente com êxito – e impôr leis civis deduzidas dos textos religiosos.

Talvez que a primeira manifestação visível em larga escala tenha sido o domínio do Irão xiita pelos Ayatolas, após a queda do Xá, que despertou a mentalidade xenófoba aparentemente adormecida e se virou contra tudo o que representava a sociedade ocidental, nomeadamente os Estados Unidos da América, apoiantes do Xá (um ódio que rapidamente se tornou extensivo à Grã-Bretanha e à União Soviética, classificadas como sedes de todo o pecado). Adoptou-se então a *sharia*, a lei corânica que incluía preceitos jurídicos como o uso sistemático das chibatadas na praça pública, a amputação das mãos aos ladrões, a lapidação das mulheres adúlteras. Concomitantemente o estatuto da mulher recuou algumas centenas de anos. Mas o ódio não era apenas cultural. Era também e sobretudo religioso, e só isso pode ajudar a entender a guerra travada com o Iraque (um país igualmente muçulmano, mas sunita), na qual pereceu um milhão de iranianos, grande parte deles muito jovens e que iam alegremente para o campo de batalha, pois era grande a honra de morrer por Alá. Da parte dos iraquianos, também eles armados pelo ocidente, a disposição de espírito era a mesma.

E nem a morte do Ayatollah Khomeini em Junho de 1989 alterou a situação, embora sejam visíveis as tentativas do Presidente Khatami, recentemente reeleito, para moderar as leis e arrancar o país do isolamento medieval a que se auto-condenara. Mas são ainda os religiosos (com o sistema do Faqih, liderado pelo Ayatollah Ali Khamenei) quem detém o poder real na antiga Pérsia¹.

¹ Cfr. a tese de Helder Santos Costa *Shiismo Iraniano (uma abordagem histórico-sociológica)*, ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2000.

Três semanas depois do regresso dos Ayatollahs iranianos, em 1979, o Paquistão impôs por sua vez a mesma lei e seus preceitos fundamentalistas. Seguiram-se manifestações na Argélia, Tunísia, Turquia, todos procurando restabelecer a “ordem islâmica” no país. No Egipto, a onda de fundamentalismo foi crescendo, impulsionada, como vimos, pelos *Irmãos Muçulmanos*. No Sudão, no início da década de 80, o despejo de um milhão de litros de bebidas alcoólicas no Nilo foi um evidente sinal daquilo que iria transformar-se num dos mais cruéis genocídios do fim do século. No Afeganistão, os *Mujahedin* primeiro e logo depois os *Taliban*, iniciaram um regime cada vez mais apertado de fundamentalismo, terror e retrocesso, ao qual nem as estátuas budistas escaparam – isto já no actual milénio. As facções político-religiosas extremistas palestinianas, dirigidas pelo *Hesbolah*, sabotam qualquer tentativa de paz com os israelitas, não hesitando em enviar comandos suicidas que transportam e fazem detonar bombas no meio dos civis para provocar o pânico e a vingança. No Líbano, em Junho de 2001, os líderes religiosos muçulmanos acabam de decretar a proibição de fumar, em nome da religião – e nem lhes passa pela cabeça serem desobedecidos... O regresso ao integrismo das sociedades pré-islâmicas beduínas (que muitas vezes nada têm a ver com o espírito e a letra do Alcorão) para resistir à secularização da vida, tem sido assim uma constante, com acolhimento entusiástico tanto por sunitas como por xiitas.

Mas não se julgue que o integrismo religioso se resume aos muçulmanos. Infelizmente encontram-se fundamentalistas em todas as grandes religiões, para já não falar nas seitas. Assim é que assistimos ao regresso em força de fundamentalistas cristãos de raiz protestante nos EUA, apoiando as teses racistas e xenófobas da extrema-direita (muitos dos membros sulistas da famigerada *Ku Klux Klan* dizem-se profundamente cristãos e são abençoados pelos seus pastores...). Em Israel, os judeus mais ortodoxos proclamam o regresso à Tora e aplaudem os massacres contra os palestinianos. Na Índia insiste-se no regresso à revolução hindu como a “via correcta” para o país – e tanto indianos como paquistaneses rejubilam por entrarem finalmente no clube nuclear.

Na civilizada Europa, a dilaceração da ex-Jugoslávia foi acompanhada de terríveis massacres, em nome do nacionalismo e da religião. Sérvios, Bósnios, Croatas, Albaneses, que dias antes partilhavam em paz as mesmas aldeias e cidades, praticaram verdadeiros genocídios contra os antigos vizinhos e amigos, sob o olhar benevolente (e muitas vezes com a própria benção) de alguns líderes religiosos ortodoxos e muçulmanos.

Se os responsáveis e fiéis das religiões não encontrarem forma de se entender e respeitar, o choque será inevitável, e estaremos condenados, não apenas a um bárbaro regresso ao passado mas, pior do que isso, a assistir a guerras mais terríveis ainda, pois os armamentos, os meios de transporte e comunicação, são mais sofisticados, mais mortíferos e capazes de destruir o frágil equilíbrio do Planeta. Com a agravante de que os inimigos se sentem todos caucionados

pela sua fé: matar “em nome de Deus” (ou de uma ideologia) não constitui pecado, sendo antes uma acção louvável que abre automaticamente as portas do Paraíso. É esse o grande drama das guerras religiosas. Não deixam remorsos².

² Já depois de concluído este livro, o mundo assistiu atónito aos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, nos EUA, o que me levou a acrescentar um P.S. ao final deste capítulo.

2. **Ecumenismo, uma realidade em marcha**

Afigura-se-me assim que o único caminho seguro que nos resta é o do diálogo. É disso que tratarei neste último capítulo. Convém começar por distinguir o diálogo entre confissões cristãs, que são ramos de uma mesma religião – o chamado diálogo **ecuménico** – do diálogo entre as várias religiões (cristianismo e budismo, islamismo e hinduísmo, etc.), que constitui o **diálogo interreligioso** propriamente dito.

Vão longe felizmente os tempos das lutas fratricidas entre católicos e protestantes (o caso da Irlanda tem mais a ver com motivos políticos), entre cristãos e fiéis de outras religiões. Para esta fase apaziguadora e rica de esperanças contribuiu decisivamente – já o disse, mas não é demais repeti-lo – o Concílio Vaticano II, embora o movimento ecuménico tenha começado meio século antes, por iniciativa de algumas confissões protestantes, como veremos na última alínea.

No que respeita ao diálogo entre cristãos, comecemos por recordar um, entre muitos exemplos, pela pujança e autenticidade de que se vem revestindo: *A Associação Ecuménica de Teólogos do Terceiro Mundo*. Foi no âmbito e por iniciativa desta Associação que se realizaram já alguns Congressos Internacionais de Teologia extremamente importantes: Acra (1977), Sri Lanka (1979), São Paulo (1980), etc.

No IV Congresso Internacional Ecuménico de Teologia, o de S. Paulo, em que participaram 180 representantes de Igrejas cristãs de 42 países da América latina, da África, da Ásia, EUA e Europa, para debater o tema geral *Eclesiologia das comunidades cristãs populares*, os seus dirigentes (o Cardeal Paulo Arns e o Padre Sérgio Torres, entre outros) fizeram questão de frizar que se tratava de um Congresso de Teologia e não de teólogos. Com efeito, foi muito importante a participação das bases – índios, agricultores, operários – comprometidos nas diversas comunidades cristãs, os quais partilharam as suas experiências, angústias, lutas e testemunhos³.

Sem esquecer a magnífica contribuição de *Taizé*, na Europa, podemos apontar ainda outro exemplo, porventura menos divulgado entre nós, do diálogo entre religiões – tanto entre as várias confissões cristãs, todas representadas na Terra Santa, como entre estas e as outras que descendem de Abraão (Judaísmo e Islamismo) – o *Instituto Ecuménico de Estudos Religiosos*, situado em

³ Os temas, comunicações e documentos finais do Congresso estão reunidos no volume *A Igreja que surge da base (eclesiologia das comunidades cristãs de base)*, ed. Paulinas, S. Paulo, 1982.

⁴ Sobre este Instituto, veja-se, por ex., o artigo de Renzo Giacomelli, “Paulo VI apostou um dólar nessa ideia (o Instituto Ecuménico de Estudos Teológicos de Tantur – Jerusalém, e o diálogo inter-religioso)”, *Família Cristã*, Janeiro 1992.

Tantur⁴, perto de Jerusalém. Partindo de uma ideia do teólogo luterano K. Skydsgaard, que participou no Concílio Vaticano II como observador, sobre a necessidade de aprofundar o diálogo, o Papa Paulo VI comprou e mandou adaptar um velho edifício que alugou (*por um dólar anual*) a um Conselho de Administração em que se encontram representadas todas as igrejas cristãs. Desde a data do seu arranque, há 30 anos (1971), já passaram pelo Instituto mais de 2.000 especialistas (biblistas, teólogos, liturgistas, historiadores), seminaristas, párocos, religiosos e leigos. Uma das convicções do “staff” dirigente é a de que a experiência espiritual, o diálogo e a oração comum, têm tanta importância como os estudos bíblicos e teológicos. Neste diálogo têm participado, inclusivamente, israelitas e palestinos, empenhados em encontrar caminhos de Paz.

Apesar de todos os passos já dados no caminho do ecumenismo, não podem nem devem esconder-se as muitas dificuldades que comprometem e atrasam o processo. Sirva de exemplo a recentíssima visita do Papa João Paulo II à Grécia (2001) onde foi mal recebido por um grande número de monges e monjas ortodoxos, para quem o Papa encarnava a figura do Mal e do demónio. Car-tazes injuriosos, manifestações de rua, apupos, viu-se de tudo um pouco – ao contrário do que sucedeu alguns dias depois na Síria, um país muçulmano, que fez questão de receber o Sumo Pontífice com todas as honras e mesmo com simpatia. Menos de dois meses passados, em Junho de 2001, João Paulo II visitou a Ucrânia onde, apesar dos pedidos de perdão formulados e dos desejos expressos de boa convivência, a Igreja Ortodoxa boicotou a visita, repetindo as acusações de proselitismo e ingerência na “sua” região pastoral (dos 50 milhões de ucranianos, 10 são ortodoxos e 5 são católicos). Explicações para este antagonismo? Mil anos de afastamento, o peso específico das mentalidades e da cultura, bem maiores do que o dos acordos, a prevalência das memórias negativas sobre o espírito de perdão. São episódios previsíveis e inevitáveis mas que, mesmo assim, não parecem comprometer os êxitos já conseguidos através do diálogo, sabido como é que, para os cristãos, é muito mais aquilo que os une do que aquilo que os separa.

3. O diálogo interreligioso, única via possível

A) Perspectiva Cristã

É certo que sempre houve pessoas e grupos empenhados neste diálogo ao longo da bi-milenar história da Igreja. Bastará recordar, a título de exemplo, os nomes de *S. Justino*, mártir (nascido no início do século II e decapitado em Roma, entre 163 e 167)⁵, *Clemente de Alexandria* (±150-215), *Raimundo Lulle*, de Maiorca, um “cristão árabe” (1235-1316), os “doze” do México

⁵ Para mais detalhes, cfr. a introdução do Pe. Joseph Lévesque ao número especial de *Mission de l'Église*, de Junho-Setembro de 1992 (n.ºs 96-97), dedicado ao “Diálogo e Anúncio”. Esta revista, trimestral, é editada em Paris pela UPM (Union Pontificale Missionnaire).

(colóquio organizado por 12 missionários franciscanos, em que discutiram a doutrina com os chefes e sacerdotes índios, em 1524), *Mons. Luis Laneau* (1637-1696), vigário apostólico das Missões Estrangeiras de Paris (MEP), no Sião, etc.⁶.

Já nos nossos dias, talvez que a primeira decisão formal que originou uma série de acções em cadeia, tenha sido a criação do *Secretariado Para os Não-Cristãos* (19.5.1964), pelo Papa Paulo VI. Seguiram-se vários e importantes documentos abordando o tema, desde a encíclica **Ecclesiam Suam** (6.8.1964) aos documentos conciliares: o n.º 17 da **Lumen Gentium** – a Constituição Dogmática da Igreja, de 21.11.1964, a constituição sobre **A Igreja no Mundo Contemporâneo** e os decretos sobre a **Actividade missionária da Igreja (Ad Gentes)** e a **Liberdade religiosa** – todos três de 7.12.1965 (cfr. bibliografia no final do capítulo).

Mas aquele que especificamente abordou o tema do diálogo interreligioso foi a declaração sobre as **Relações da Igreja com as religiões não-cristãs** (N.A., **Nostra Aetate**, 28.10.1965). Há, neste conjunto de documentos, e especialmente no último, uma clara *alteração de mentalidade*, que abriu caminhos novos ao diálogo⁷, devendo salientar-se, no conjunto da Igreja universal, os esforços e trabalhos empreendidos pelas conferências episcopais da Ásia – justamente aquelas que se viam mais directamente confrontadas com outras religiões de carácter universalista. A primeira encíclica de João Paulo II, **O Redentor do Homem** (1979) rasgou novos caminhos à teologia católica, de tal modo que, num documento publicado cinco anos depois (**Atitude da Igreja Católica face aos crentes das outras Religiões**) deixa de se falar em “não-cristãos” para se adoptar a expressão “crentes de outras religiões”, o que exprime uma *mudança radical de perspectiva*.

De acordo com esta lógica, o “Secretariado para os Não-cristãos” passou a designar-se **Conselho Pontifício para o Diálogo Interreligioso**.

Seguiu-se, em 27.10.1986, o primeiro dos famosos Encontros de **Assis**, convocado por João Paulo II, que reuniu 130 responsáveis religiosos de todo o mundo, numa jornada comum de oração pela paz – um acontecimento sem precedentes no século XX, cujas consequências estamos ainda longe de poder abarcar na sua amplitude⁸.

A encíclica **Redemptoris Missio** (*A Missão de Cristo Redentor*, 7.12.1990) e o documento **Diálogo e Proclamação** (19.5.1991) vieram completar este edifício de reflexões e orientações sobre o diálogo com os crentes das outras religiões, que visa conciliar o dever evangélico de anunciar Jesus Cristo a todos os povos com o respeito pela sua consciência, culturas e tradições religiosas. Trata-se, afinal de contas, de propôr sem impôr, de caminhar juntos como filhos do mesmo Deus⁹.

⁶ Cfr. a comunicação sobre *Diálogo de Culturas e Diálogo Interreligioso (o diálogo interreligioso no Sudeste Asiático)* que apresentei em 28 de Maio de 1993, ao Encontro *Português-Língua de Cultura*, organizado em Macau pelo Instituto Português do Oriente e cujas Actas foram publicadas 2 anos depois, em Maio de 1995. A comunicação ocupa as páginas 123 a 148.

⁷ Marcus Braybrooke, um investigador inglês, elaborou uma lista de organizações interreligiosas existentes no mundo em 1980. Das 56 que encontrou, cerca de 50% nasceram durante ou após o Vaticano II. E de então para cá, nasceram, como é sabido, muitíssimas outras, facilmente localizáveis através da Internet, por exemplo.

⁸ Encontro igualmente digno de nota, pelo seu carácter ecuménico e humanista (e que, embora não haja passado despercebido, não teve a divulgação que merecia) foi o que se realizou ao longo de 5 dias em Oxford, com o título de “The Global Conference of Survival” e que reuniu personalidades tão importantes como Carl Sagan, vários Prémios Nobel da Paz (Madre Teresa de Calcutá e o Dalai Lama do Tibete, por exemplo), e outros pensadores e activistas, religiosos ou não (o cardeal Franz Koenig, o dr. R. Runcie, arcebispo de Canterbury, a dra. Wangari Maathai, do Quênia, um chefe pele-vermelha, etc.).

⁹ Pela sua actualidade e características pedagógicas, recomendamos-se três de entre os muitos estudos sobre esta matéria:

– *Interreligious Dialogue (Catholic Perspectives)*, pelo Pe. James H. Kroeger, M. M., ed. Mission Studies Institute, Davao City, Filipinas, 1990, 106 p.;

– “La Mission du Christ Rédempteur (guide de lecture)”, comentários por uma equipa especializada, in *Mission de l'Église*, cit.,

- número especial (n.º 91, Março, 1991), 96 p.;
- “Dialogue et Annonce (Document du Conseil Pontifical pour le Dialogue Interreligieux et de la Congrégation pour l’Evangélisation des Peuples – texte intégral et commentaires)”, também em *Mission de l’Église*, número duplo (96-97) de Junho-Setembro de 1992.

¹⁰ Dalai Lama do Tibete, *Liberdade no Exílio* (autobiografia), ed. Inquérito, Mem Martins, 1992, p. 261.

Tal diálogo não se trava unicamente ao nível dos especialistas (teólogos, pastoralistas, etc.). Longe disso. A experiência demonstra que, onde o diálogo tem dado melhores frutos é ao nível vivencial, através da criação de comunidades em que se vão irmanando os crentes em tarefas comuns, mas também em encontros de reflexão e oração para aprofundar o conhecimento mútuo. O resultado habitual é que cada um sai normalmente mais fortalecido nas suas próprias convicções (porque não se trata de “converter” os outros à força) mas com um novo espírito de abertura e tolerância que gera grandes amizades e conseqüentemente, abre caminhos para a paz.

Madre Teresa de Calcutá era um exemplo vivo deste espírito de abertura e tolerância (por isso o Dalai Lama a considerou como uma *bodhisattva* na sua autobiografia¹⁰). Numa entrevista ao TIME, em 4 de Dezembro de 1989 (transcrita pelo Pe. Kroeger no final do seu livro cit.), o jornalista pergunta-lhe a certa altura:

Time (T): *Alguns amigos seus dizem que se mostra desapontada por o seu trabalho não ter conseguido mais conversões nesta grande nação Hindu.*

Madre Teresa (MT): *Os missionários não pensam nisso. Eles querem apenas proclamar a palavra de Deus. Os números não têm nada a ver com isso. Mas as pessoas estão a pôr em acção a oração, ao virem e servirem o povo. O povo está a ajudar por toda a parte. Pode ser que isso não signifique uma grande conversão, mas nós não sabemos o que se passa na alma de cada um..*

T.: *O que pensa do Hinduísmo?*

M.T.: *Eu amo todas as religiões, mas estou apaixonada pela minha própria religião.*

T.: *E eles amarão também Jesus?*

M.T.: *Naturalmente, se eles pretendem paz, se eles querem alegria, deixemo-los encontrar Jesus. Se as pessoas se tornarem melhores hindus, melhores muçulmanos, melhores budistas, pelos nossos actos de amor, então há qualquer coisa que aí vai crescendo. Eles aproximar-se-ão cada vez mais de Deus. Quando ficarem mais perto, então terão de escolher.*

Como definir este diálogo interreligioso?

Entre várias definições e conceitos propostos, podemos adoptar a que o Kuangshi Program Service utilizou no seu excelente documentário vídeo **Pilgrims in Dialogue: Paths to Interreligious Encounter**¹¹:

O diálogo interreligioso é uma designação ampla que se refere à partilha de ideias, crenças e experiências, entre pessoas de diferentes tradições religiosas. Esta partilha pode ter lugar em áreas tão diferentes como a teologia, a experiência espiritual, os contactos pessoais, através do estudo e da organização de seminários, documentos escritos e artigos e mediante o envolvimento social e nas actividades da vida quotidiana. Algumas

¹¹ *Pilgrims in Dialogue: Paths to Interreligious Encounter*, Kuangshi Program Service, Taipé, 1992 (versões em inglês, chinês e espanhol).

peças falam de “diálogo de doutrina”, “diálogo de espiritualidade”, e do totalmente abrangente “diálogo de vida”.

Sublinha-se que não se trata de mudar a mentalidade ou as crenças dos outros, mas antes de ajudar as pessoas de fés diferentes a apreciar as convicções religiosas uns dos outros, bem como as suas formas de vida.

Como resultado, pode servir mais efectivamente as causas da justiça, paz, harmonia e fraternidade universal, bem como no trabalho efectivo no campo do desenvolvimento social e dos direitos humanos.

Considerando que “as relações da Igreja com as outras religiões constituem o grande desafio lançado à Igreja na alvorada do séc. XXI”, *Eglises d’Asie* analisa, numa síntese forçosamente muito incompleta mas interessante, a resposta das religiões não cristãs ao diálogo oferecido pela Igreja, o que é do maior interesse. Transcrevemos um dos parágrafos¹²:

Podemos agora perguntar-nos qual foi a resposta das religiões não cristãs ao diálogo oferecido pela Igreja. Trata-se aqui ainda do caminho próprio do diálogo. As reacções apresentam um prisma de múltiplas cores. Há a alegria e a surpresa, há também a desconfiança e a incredulidade, e entre estes dois extremos, numerosas posições intermédias, oscilando entre o “sim” e o “mas”. “A partir do dia em que a Igreja começou a dizer bem do Hinduismo, os Hindus, pelo seu lado, começaram a dizer bem dos Cristãos”, constatou um dia o Cardeal Parecattil. Um ou outro, sobretudo nos meios muçulmanos, pensou que a Igreja decidira renunciar à difusão do Evangelho e não escondeu a sua decepção ao constatar bem depressa que não era esse o caso! Foi o mundo judeu aquele que respondeu mais prontamente: Não cessou mais de bater à porta da Igreja que, de “Nostra Aetate” até hoje, já publicou 2 documentos oficiais para desenvolver o diálogo entre ambos. A constelação das religiões japonesas – Xintoísmo, Budismo e Novas Religiões – acolheu com satisfação o convite ao diálogo. Pode-se dizer que cada tradição religiosa reagiu de acordo com as suas premissas. O Hinduismo, nas suas componentes clássicas, interpretou o diálogo no sentido que lhe é congénito, a saber, como uma “harmonia de religiões”, achando por isso nada ter a acrescentar às suas posições tradicionais. O Islão árabe fez saber que não aceitava o termo “diálogo” no sentido de pergunta-resposta, porque isso evocaria a ideia de mistura e de confusão: prefere por isso a expressão “encontro”. Mais disponíveis se mostram entretanto os muçulmanos da África negra e da Ásia do Sudeste.

Vale a pena ainda ouvir a autorizada opinião do Cardeal Jaime Sin, arcebispo de Manila, na Conferência que pronunciou em 16 de Julho de 1990, sobre **Evangelização e Religiões Não Cristãs na Ásia**¹³:

Os bispos asiáticos referiram-se à evangelização na Ásia como um DIÁLOGO a três níveis: Dialogo com os Pobres, diálogo com as Culturas

¹² *Regard sur L’Asie*, Paris, 1991 (1.ª parte, p. 22).

¹³ Cardeal Jaime Sin, *Evangelizacion y Religiones no Cristianas en Asia*, Manila, 1990 (texto em espanhol).

Em 13.1.1992 o Cardeal concedeu-me uma longa entrevista, na qual acentuou a importância do diálogo com as autoridades comunistas da R.P.C. (cfr. o meu livro cit. *A Igreja Católica na China...*, pp. 514-517).

e diálogo com as **Religiões da Ásia** (Primeira Assembleia Plenária da Federação das Conferências Episcopais da Ásia). Destes três, o Diálogo interreligioso é de capital importância, inclusivamente para o diálogo com os pobres e com as culturas. Não podemos esquecer que a Ásia foi o berço das grandes religiões e que estas gozam, hoje em dia, de muito boa saúde. Mais ainda, podemos dizer que na actualidade, frente aos desafios dos novos progressos científicos e tecnológicos e graças aos meios modernos de comunicação entre as nações vizinhas e com o Ocidente, os líderes destas Religiões não-cristãs estão iniciando, a seu modo, um processo de “aggiornamento”.

Sua Santidade João Paulo II, num discurso pronunciado em Madrastra (5 de Fevereiro de 1986), perante dirigentes de outras religiões, já indicava sumariamente a razão e a metodologia do Diálogo:

Mediante o diálogo permitimos que Deus se faça presente entre nós, pois à medida que abrimos as portas ao diálogo também nos abrimos a Deus. Devemos valer-nos de meios legítimos como a amizade, o entendimento mútuo e a persuasão. Devemos respeitar os direitos pessoais e cívicos dos indivíduos. Como seguidores de religiões diferentes devemos unir-nos na promoção e defesa de ideais comuns no âmbito da liberdade religiosa, da irmandade entre os homens, da educação, da cultura, do bem-estar social e da ordem cívica.

*Como as religiões, tal como as igrejas, estão ao serviço da comunidade humana, o diálogo interreligioso não pode limitar-se à esfera do religioso, devendo antes **abarcar todas as dimensões da vida humana**. É no compromisso partilhado em prol da melhoria de vida da comunidade humana que se descobre a complementaridade, a urgência e o significado do Diálogo a todos os níveis.*

Reflectindo sobre as Religiões não-cristãs à luz da nossa Fé católica, o Concílio Vaticano II não só confirmou a doutrina tradicional de que “o Espírito Santo, de um modo só conhecido por Deus oferece a todos a possibilidade de se associarem ao Seu Ministério Pascal” (GS, 22; L. G., 16), mas ainda acrescentou uma valorização destas religiões pois, dado o carácter social do ser humano, são meios através dos quais se manifesta a busca de Deus (A. G. 3).

A experiência que a Igreja tem tido na Ásia com as outras Religiões tem-nos confirmado esta valorização positiva das mesmas. Esta valorização baseia-se nos frutos do Espírito percebidos nas vidas daqueles que professam outras crenças religiosas: sentido do sagrado, compromisso orientado para a consecução da plenitude, desejo de auto-realização, devoção à oração, disciplina ascética, compaixão pelos necessitados, luta pela justiça, desejo de servir os outros, sentido de Deus, expresso com ritos, mitos e celebrações que, apesar da sua ambivalência simbólica e distorções teológicas, as regenera de algum modo espiritualmente e as abre ao transcendente.

O diálogo interreligioso não é, em primeira instância, uma relação entre duas religiões enquanto instituições, tão pouco se trata de uma comparação de credos ou teologias, nem de aliança táctica para a acção política ou religiosa. É antes **uma relação entre crentes comprometidos e enraizados nas suas próprias crenças**. Deverá caracterizar-se pelo respeito tanto pela presença e acção de Deus como pela liberdade de culto daqueles que professam outras religiões (cfr. LG 10-12; Ecclesiae Sanctae, 41-42; RH 11-12). Portanto, o intercâmbio sereno de experiências e convicções pessoais entre cristãos e não-cristãos dá melhores frutos evangélicos e evangelizadores do que a confrontação abstractamente teológica ou ideológica. Tal diálogo não se encontra confinado aos peritos mas, pelo contrário, **está ao alcance de todos os crentes normais e correntes**.

Na mesma linha do já referido encontro de oração de Assis, em Outubro de 1986, se situa o trabalho paciente de várias comunidades espalhadas pelo mundo, que vão realizando, silenciosa e eficazmente, esta lenta caminhada de aproximação e fraternidade. É o caso dos 3 Centros de Encontro e Diálogo apresentados no documentário vídeo do Kuangshi Program, de Taipé¹⁴:

- **Montanha da Vida:** No cume de uma montanha tranquila do Japão, em Kumamoto, na ilha de Kyushu, um monje budista e um missionário católico construíram um Centro de retiro espiritual, aberto a peregrinos de todas as fés, a que chamaram **Seimeizan**, expressão japonesa que significa “montanha da vida”. O objectivo é levar budistas e cristãos a testemunharem uns aos outros a sua fé através da oração e inspirados na contemplação da Natureza.
- **Alvorada da Verdade:** é a tradução da palavra singalesa “Satyodaya” – o nome de uma dinâmica comunidade multireligiosa em Kandy, Sri Lanka. Neste país, dilacerado por conflitos sangrentos entre uma larga maioria Budista singalesa e uma minoria Hindu Tamil, os Muçulmanos e Cristãos constituem também forças sociais activas. **Satyodaya**, dirigida por um padre jesuíta nativo¹⁵, demonstra como as 4 maiores religiões podem esquecer as suas diferenças e trabalhar em conjunto pela unidade e harmonia, mergulhando elas próprias na acção social.
- **Cadeia (corrente) de Paz:** Em árabe, **Silsilah** significa “cadeia”, algo que pode restringir a liberdade ou libertar o povo, ligando-os uns aos outros (formar cadeia, estabelecer uma corrente). Um grupo de jovens enérgicos em Mindanao, no sul das Filipinas, decidiu quebrar as cadeias do preconceito e forjar elos de amizade uns com os outros, apesar dos assassinatos e raptos, da inimizade e suspeita que divide as suas comunidades Católicas e Muçulmanas¹⁶. No Instituto Silsilah estudam o Corão e a Bíblia. Têm cooperado num número significativo de “projectos de solidariedade” que benefi-

¹⁴ *Pilgrims in Dialogue*, cit..

¹⁵ Tive ocasião, em Dezembro de 1993, de entrevistar o director da “Satyodaya”, Pe. Kasperz S. J., na sede do movimento, em Kandy (Sri Lanka/Ceilão), registando as informações que gentilmente se dispôs a fornecer-me, no artigo “Sri Lanka, a ilha amável e sofredora”, escrito em Janeiro de 1994.

¹⁶ Poucos meses após a edição do documentário, o sacerdote católico italiano que dirigia o “Silsilah” foi assassinado a tiro por fundamentalistas islâmicos, que se opõem a toda a tentativa de conciliação. A reacção da comunidade – cristãos e muçulmanos – durante a missa de corpo presente, foi exemplar: rezaram pelos seus inimigos e pelo reforço da sua fraternidade...

ciaram os pobres de Zamboanga e das ilhas vizinhas. Aprendem a rezar, cantar, e divertem-se juntos num inspirador e alegre diálogo de vida.

Em 1996 o governo das Filipinas assinou um acordo de paz com a “Frente Moro de Libertação Nacional” destinado a regular a situação em Mindanao, e criando um “Conselho para a Paz e Desenvolvimento no Sul das Filipinas” (SPCPD), cujas funções foram cuidadosamente analisadas pelo “Congresso para a Paz em Mindanao dos líderes da Igreja Católica”, reunido entre 24 e 25 de Junho de 1996. Na sequência do Congresso, o Presidente da Conferência Episcopal Filipina, arcebispo Óscar Cruz, endereçou em Setembro uma carta aberta a Fidel Ramos e seu governo. Na carta, o episcopado filipino critica com firmeza a redacção ambígua do acordo e a forma como o processo de negociações fora conduzido, sem a participação do povo seu destinatário, e ofereceu-se para actuar como mediano nas indispensáveis consultas às populações e como intérprete das aspirações destas junto do governo.

O tempo veio a dar razão ao arcebispo. Em Mindanao e outras ilhas próximas a guerrilha muçulmana permanece muito activa, adoptando uma nova tática de intimidação: o rapto sistemático de grupos de turistas, por quem exige resgates enormes, destinados à compra de armas. Em 2000 o governo filipino, muito pressionado pelo exterior, acabou por ceder, mas em 2001, perante novo rapto colectivo, declarou-se indisponível para qualquer negociação e lançou uma vigorosa contra-ofensiva para liquidar os rebeldes, mesmo correndo o risco de sacrifício de vidas dos raptados.

Outro exemplo de diálogo frutuoso é o que tem vindo a ser travado entre **católicos e budistas tibetanos**. A emigração forçada do Dalai Lama há três décadas obrigou-o a múltiplos contactos políticos e religiosos, alargando subitamente os horizontes desta religião até ali isolada pelos Himalaias e pelo deserto. Conheceu e tornou-se conhecida:

Uma das minhas recordações mais felizes desta época – escreve o Dalai Lama na sua autobiografia¹⁷ – é a da ocasião em que tive a felicidade de ser visitado pelo padre Thomas Merton¹⁸, o monge trapista americano. Veio a Dharamsala em Novembro de 1968, algumas semanas antes da sua trágica morte na Tailândia. (...); foi Merton quem me fez compreender o verdadeiro significado da palavra “cristão”. (...) No conjunto, foi um intercâmbio muito útil, nem que fosse pela simples razão de eu ter descoberto que havia muitas semelhanças entre o budismo e o catolicismo.

Na sua autobiografia o Dalai Lama conta ainda, com palavras de grande apreço e admiração, os seus encontros com o Papa João Paulo II, Madre Teresa de Calcutá, sacerdotes que conheceu e religiosos cristãos de diversas comunidades que visitou. Acerca destas, diz o seguinte:

¹⁷ Ob. cit., p. 244.

¹⁸ T. Merton foi um dos grandes mestres espirituais católicos contemporâneos, com uma obra escrita extensa e profunda (*Sementes de Contemplação*, etc.), além de uma autobiografia notável (*Noite sem Estrelas*). Alguns destes livros estão traduzidos para português.

*Desde o meu encontro com o padre Thomas Merton tenho tido bastantes contactos com outros cristãos. (...) No entanto, se é verdade que podemos aprender com os cristãos, penso que eles também podem aprender connosco. Refiro-me, por exemplo, às técnicas de meditação e de concentração desenvolvidas por nós, que os poderiam ajudar noutras áreas da vida religiosa.*¹⁹

¹⁹ Ob. cit., p. 246.

Efectivamente, o Dalai Lama veio a prestar uma excelente colaboração ao diálogo inter-religioso quando aceitou orientar o seminário intitulado “The Good Heart “(A Bondade do Coração) que teve lugar no Outono de 1994, em Londres. Tratou-se do 10.º seminário da *Comunidade Mundial para a Meditação Cristã*, fundada pelo monge beneditino irlandês já falecido John Main, no qual participaram cristãos de várias confissões (católicos, anglicanos e protestantes) e monges e devotos budistas, de todos os continentes. A partir da gravação das sessões foram feitos um documentário vídeo e um livro, com o mesmo título²⁰. Ali se apresenta *a perspectiva budista do Dalai Lama sobre os ensinamentos de Jesus*, tendo a parte do “contexto cristão” ficado a cargo do padre Laurence Freeman OSB²¹. A introdução, redigida por este monge católico, é uma notável reflexão sobre o diálogo interreligioso e as qualidades e disposições de espírito que exige (presença, amizade, tolerância, valorização das semelhanças e diferenças entre as várias tradições religiosas, o valor dessas diferenças, a importância do *silêncio* na meditação e no diálogo, etc.). No encontro sublinhou-se que “*as diferenças não são necessariamente divisões*”; contudo, dando mostras de grande realismo, o Dalai Lama, embora reconhecendo grandes semelhanças entre Cristianismo e Budismo nos campos da ética e da compaixão, fez questão de insistir no irrealismo sincretista de uma “religião universal”: “(...) *uma vez que o Budismo não reconhece um Deus Criador ou um salvador pessoal, ele advertiu as pessoas que se dizem “cristãos-budistas”, que não se pode pôr “a cabeça de um yak no corpo de um carneiro*”.

²⁰ Trata-se de *A Bondade do Coração (uma perspectiva budista sobre os ensinamentos de Jesus)*, ed. ASA, Porto, Maio de 1998 (2.ª ed.).

²¹ Laurence Freedman OSB, graduado em Literatura por Oxford e monge da abadia beneditina de Olivetan, em Cockfosters, Londres, sucedeu a John Main, desde a sua morte em 1982, na organização dos Encontros da Comunidade Mundial para a Meditação Cristã.

Se esta nova perspectiva de leitura e entendimento dos ensinamentos de Jesus foi de enorme utilidade para os cristãos presentes e para os milhares de leitores do livro, não o foi menos para o próprio Dalai Lama, que mais tarde “*comentou que tinha aprendido mais sobre o Cristianismo durante este Seminário do que em qualquer outra altura desde as suas conversas com Merton, trinta anos antes*”²².

²² Ob. cit., p.18.

Pegando neste notável exemplo de entendimento entre budistas e cristãos, é importante não esconder as dificuldades que surgem com frequência no relacionamento e que atrasam – quando não prejudicam mesmo – o caminho do diálogo. Foi o que sucedeu com as reacções do mundo budista às afirmações de João Paulo II na sua longa entrevista a Vittorio Messori, publicada em 1994 sob o título **Atravessar o limiar da Esperança**. As considerações de carácter filosófico tecidas por Wojtyla relativamente ao budismo (de facto,

pouco felizes na forma como foram expressas, como o Vaticano reconheceu posteriormente) foram consideradas injuriosas pelos monges budistas do Sri Lanka, os quais boicotaram a visita do Papa ao seu país. Outros grupos budistas reagiram, caricaturando (de forma igualmente infeliz) o cristianismo. Situações como estas mostram como é melindroso e difícil o caminho do diálogo o qual, no entanto, não pode deixar de se fazer, com compreensão e respeito mútuos. Como acontece em qualquer família que se estima, em que as desavenças acabam por ser sempre superadas pela amizade.

Não é possível reproduzir aqui muitas outras iniciativas de diálogo inter-religioso que vão tendo lugar em todo o mundo constantemente. Limitar-me-ei, por isso, para acabar esta alínea, a salientar a acção muito importante desenvolvida pela *Comunidade de Sant’Egídio*, inspirada no espírito da Jornada de Assis: liderada por Andrea Riccardi, é uma associação de leigos católicos que luta pela Paz, através da organização de encontros interreligiosos (Assis, Florença, Veneza, Roma, etc.) e que ficou especialmente conhecida entre nós pelo êxito alcançado na mediação entre a Renamo e a Frelimo, do que resultou o cessar-fogo em Moçambique e o início do processo efectivo de paz naquela antiga colónia portuguesa. Recentemente, de 24 a 26 de Setembro de 2000, organizou em Lisboa o “XIII Encontro Internacional de Homens, Religiões e Culturas”, com o título expressivo de *Oceanos de Paz: Religiões e Culturas em Diálogo*. Apoiados pelo Patriarcado de Lisboa e pela Fundação Mário Soares, entre outros, o encontro foi extremamente mediático, podendo assistir-se no final dos trabalhos a uma marcha de mãos dadas, através das ruas da capital, encabeçada pelos representantes das principais religiões e por elementos laicos, sem qualquer filiação religiosa. O facto de se ter entendido que é tão importante para a construção da Paz o diálogo entre crentes das várias tradições religiosas como o dos homens “laicos” de boa vontade, ateus ou agnósticos, foi igualmente um passo importante nesta delicada matéria.

B) Diálogo entre Não-Cristãos

Até aqui referi-me ao diálogo entre cristãos e crentes de outras religiões. Mas como é que estas dialogam entre si? Budistas e hindus, xintoístas, muçulmanos, judeus, têm procurado alguma espécie de entendimento, alimentam tensões e conflitos, ou simplesmente se ignoram?

A resposta não é fácil, até porque são escassos os dados de que dispomos. Mas talvez possamos dizer que, como regra geral, é mais fácil a tolerância por parte das religiões não monoteístas (ou, se preferirmos, não-proféticas, para usar a terminologia de Hans Küng), como é o caso do Budismo e do Xintoísmo no Japão, ou das religiões da China, pacificamente reunidas num amplo sincretismo – a Religião Tradicional (ou Popular) Chinesa.

Outras vezes unem-se por razões estratégicas de auto-defesa, como vem sucedendo com cristãos, hindus e confucionistas na Malásia, para resistir às tentativas hegemónicas dos governantes muçulmanos. Mas aí não se trata verdadeiramente de diálogo interreligioso, mas apenas de alianças esporádicas para sobreviverem.

C) Regimes teocráticos e diálogo

Quando, porém, o poder político se confunde com o poder religioso, as coisas mudam completamente de figura: nessas circunstâncias, *nunca há lugar a diálogo* e, ou as religiões minoritárias são abertamente perseguidas ou se vêem fortemente limitadas nas suas actividades pelo poder teocrático. Apontemos alguns exemplos:

- Aquando da expansão colonial dos povos cristãos europeus aplicou-se, como já vimos, o princípio de que “quem manda ou conquista tem o direito de impôr a sua religião” (*cuius regio eius religio*), de que ainda hoje se queixam os povos da América Latina. O mesmo se passara antes com a expansão islâmica para o ocidente europeu e norte de África.
- Actualmente são exemplos de regimes teocráticos intolerantes: o **Nepal**, único reino oficialmente hindu onde, até há bem pouco tempo, os cidadãos que se convertessem ao cristianismo eram encarcerados, o que os obrigava a baptizar-se secretamente na vizinha Índia. Teme-se que o assassinato recente dos membros da família real possa levar de novo a um endurecimento de posições, restringindo as liberdades recentemente adquiridas pelas outras religiões. Na **Tailândia**, de religião oficial budista, embora não haja perseguições abertas, a vida para as outras confissões religiosas não é muito fácil e o diálogo também tem sido difícil. Nos países muçulmanos teocráticos – **Arábia Saudita, Afeganistão, Irão, etc.** – não há a mínima hipótese de diálogo e as outras tradições religiosas (entre as quais a Igreja Católica) não são autorizadas a construir templos ou a manter qualquer espécie de proselitismo.
- Em países onde a religião dominante não se mistura com o poder político (caso da **Índia** hindu, do **Paquistão** e da **Indonésia** muçulmanos, da **Malásia** e da parte malaia da ilha de **Bornéu**, entre outros) nota-se todavia uma condescendência cúmplice dos governantes em relação à actuação de guerrilheiros, arruaceiros ou grupos de extremistas religiosos que chegam a praticar verdadeiros genocídios sem que as autoridades intervenham. **Timor Leste** é um bom exemplo. E não foi menos doloroso o caso do bispo católico indiano que publicamente se suicidou na Índia, em sinal de protesto pelas perseguições hindus às comunidades católicas sob sua responsabilidade.

- Finalmente, recordemos as situações de apertado controlo e frequentes perseguições a que estão sujeitas as várias religiões nos *países comunistas* (**China, Coreia do Norte, Vietname**, principalmente).

4. Diálogo entre Religião e Cultura

Como vimos ao tratar das várias religiões nos capítulos próprios, é muito frequente – talvez se possa afirmar mesmo que é uma constante – confundir “padrões culturais” com princípios religiosos. Pode dizer-se que, de um modo geral, todas as tradições religiosas incorreram nesse erro, embora em graus diferentes.

No que à Igreja Católica diz respeito, embora o termo *inculturação* seja um neologismo, a realidade que pretende expressar e que poderíamos resumir como “*diálogo entre a Fé e a Cultura*” é tão antiga como a própria Igreja. São conhecidos os exemplos apostólicos de Pedro baptizando o centurião Cornélio (Act 10, 34-48) e os argumentos de Paulo contra os cristãos “judaizantes”, fazendo a distinção entre os dados da fé e os da cultura.

Na Ásia foram notáveis as intuições dos jesuítas, particularmente de Mateus Ricci, na China, e de Roberto de Nobili, na Índia, demonstrando grande respeito e admiração pelas culturas dos povos que foram chamados a evangelizar (sem esquecer a postura de tolerância assumida quase sempre pelos cristãos da Igreja Oriental – os Nestorianos – nas suas relações com os povos asiáticos da China, Malásia, Indonésia, etc.).

Mas a partir do século XVIII houve um nítido retrocesso, acentuado com a expansão colonial e o complexo de superioridade cultural que a acompanhou. Durante muitos anos confundiram-se os valores evangélicos com os padrões culturais europeus e foi necessário esperar por meados do século XX para se recuperar a visão da Igreja primitiva. Foram essencialmente três os factos que estiveram na base do despertar da “inculturação”: O nascer de uma Igreja verdadeiramente **mundial**, a tomada de consciência e valorização das **igrejas locais** e o redespertar das **culturas**, libertas da hegemonia cultural da Europa ocidental pré-moderna e moderna.

Em termos doutrinários o conceito foi-se esclarecendo e adquirindo contornos cada vez mais precisos, aprofundando-se o seu alcance e também alguns riscos que comporta. Nos **documentos conciliares** a expressão não aparece nunca, conquanto o tema seja explicitamente abordado em mais do que um documento (GS, 58; AG, 6-9; 22). Paulo VI, na sequência do Sínodo dos Bispos de 1974, desenvolveu-o e precisou-o nessa notável exortação apostólica que é a **Evangelii Nuntiandi** (O Evangelho aos Homens de Hoje),

datada de 8.12.1975. Vale a pena transcrever algo do que o Pontífice escreveu acerca da *evangelização das culturas*, no seu n.º 20:

(...) O Evangelho, e conseqüentemente a evangelização, não se identificam por certo com a cultura, e são independentes em relação a todas as culturas. E no entanto, o Reino que o Evangelho anuncia é vivido por homens profundamente ligados a uma determinada cultura, e a edificação do Reino não pode deixar de servir-se de elementos da cultura e das culturas humanas. O Evangelho e a evangelização independentes em relação às culturas, não são necessariamente incompatíveis com elas, mas susceptíveis de as impregnar a todas sem se escravizar a nenhuma delas.

Quatro anos depois foi a vez de o *episcopado latino-americano*, reunido em Puebla, se debruçar largamente sobre a *Evangelização da Cultura*, procurando aprofundar os conceitos expressos na E. N. que acabamos de transcrever, conjugados com as definições da **Gaudium et Spes**.

O Papa João Paulo II, por sua vez, tem sido um arauto incansável da inculturação. Desde a publicação da **Catechesi Tradendae**, em 1979, à **Slavorum Apostoli** (1985) e sobretudo na carta apostólica **Redemptoris Missio** (A Missão de Cristo Redentor, 1990) na qual, a par da definição do conceito, indica como o processo se desenvolve e chama a atenção para alguns perigos que comporta. Passo a respigar alguns dos pontos mais elucidativos:

52. (...) *O processo de inserção da Igreja nas culturas dos povos requer um tempo longo: é que não se trata de uma mera adaptação exterior, já que a inculturação significa a íntima transformação dos valores culturais autênticos, pela sua integração no cristianismo, e o enraizamento do cristianismo nas várias culturas. Pela inculturação, a Igreja encarna o Evangelho nas diversas culturas e simultaneamente introduz os povos com as suas culturas na sua própria comunidade, transmitindo-lhes os seus próprios valores, assumindo o que de bom nelas existe, e renovando-as a partir de dentro. Por sua vez, a Igreja, com a inculturação, torna-se um sinal mais transparente daquilo que realmente ela é, um instrumento mais apto para a missão.*

54. (...) *Enfim, a inculturação deve envolver todo o povo de Deus, e não apenas alguns peritos, dado que o povo reflecte aquele sentido da fé, que é necessário nunca perder de vista. Ela seja guiada e estimulada, mas nunca forçada, para não provocar reacções negativas nos cristãos: deve ser uma expressão da vida comunitária, ou seja, amadurecida no seio da comunidade, e não fruto exclusivo de investigações eruditas. A salvaguarda dos valores tradicionais é efeito de uma fé madura.*

Como é evidente um problema desta magnitude conheceu muitas outras intervenções, tanto do Papa como de teólogos, conferências episcopais, etc.²³, mas que não cabem obviamente no âmbito deste Manual. Creio, todavia, que ficou apontado o essencial dos últimos desenvolvimentos do Magistério da Igreja neste campo.

²³ Discursos do Papa João Paulo II aos bispos do Zaire (3-5-80), aos universitários dos Camarões (13-8-85), aos membros da Pontifícia Comissão Bíblica (26-4-79), aos bispos do Quênia (20-2-88), etc. Cfr. também o documento “Fé e Inculturação”, publicado em 1988 pela Comissão Teológica Internacional e os livros e artigos cit. na bibliografia (*A Inculturação à luz do Magistério*, “Dialogue Between Faith and Culture”, etc.).

Mais do que ganhar ou perder, a inculturação permite assim a conservação de valores, mas vistos com outra luz (como os objectos que às escuras têm todos a mesma cor. Só a luz permite distinguir o vermelho do amarelo...).

No que diz respeito especificamente à Ásia, vale a pena referir o Colóquio Internacional que se realizou na Universidade de Santo Tomás, em Manila, entre 10 e 14 de Janeiro de 1996, com o título expressivo *Dialogue Between Faith and Culture in Asia: Towards Integral Human and Social Development*. Promovido pela Federação das Conferências Episcopais da Ásia e presidido pelo Cardeal Paul Poupard (presidente do Conselho Pontifício para a Cultura), o encontro reuniu 107 participantes²⁴ de 16 países (7 bispos, 28 padres, 6 religiosas e 66 leigos), contando-se entre estes vários representantes das minorias russas e das comunidades budistas e muçulmanas. Foram passadas em revista as culturas marcadas por estas religiões e pelo Cristianismo, Hinduísmo, Confucionismo, Taoísmo e Religião Tradicional Chinesa, bem como a cultura dos *media* e as culturas da *Vida* e da *Morte* (estas apresentadas pelos dirigentes da “Human Life International”), terminando com uma análise dos pontos de convergência e um forte apelo ao diálogo e à realização de acções conjuntas a favor dos mais pobres e desfavorecidos.

²⁴ Fiz parte, com um professor chinês da Universidade de Macau (Doutor Joseph Chan Shek Kiu) e o padre António Tam S. J., da delegação que representou aquele território, a convite de D. Domingos Lam, Bispo de Macau.

A redescoberta da importância do diálogo no contexto da evangelização e o respeito devido às outras religiões levaram alguns teólogos a concluir apressadamente que a proclamação das bases da fé cristã constituiria um atentado à sua liberdade. Outros, um pouco mais moderados mas igualmente desfocados, consideraram que bastaria o diálogo e o testemunho para que a mensagem cristã se impusesse por si mesma.

Contra esta posição reagiram energicamente os últimos documentos papais e as Congregações responsáveis pela evangelização e o diálogo, esclarecendo que não se trata de uma opção mas de uma complementaridade: É diálogo e proclamação e não diálogo **ou** proclamação.

5. Sem perdão, não há verdadeiro diálogo

Esta é, de facto, a questão de fundo que não pode ser iludida. Para que haja verdadeira *reconciliação*, quer se trate de um casal, de grupos, povos ou religiões desavindos, é indispensável que ambas as partes manifestem um verdadeiro arrependimento e uma disposição para perdoar e ser perdoados.

Nas relações com Deus, Jesus Cristo introduziu, como condição para que as ofertas fossem recebidas pelo Pai, a reconciliação com os irmãos (fossem estes os ofendidos ou os ofensores – cfr. a citação do evangelho segundo Mateus que coloquei no pórtico deste capítulo), o que constituiu uma novidade

revolucionária, um corolário da sua doutrina de que o 2.º mandamento é tão importante como o 1.º, como mais tarde o evangelista João haveria de repetir incansavelmente nas suas cartas (1 Jo 4, 20-21, por exemplo).

Todavia, raríssimas vezes nos últimos séculos a Igreja oficial foi capaz de pedir perdão pelos erros e ofensas cometidos. Entendia-se que a Igreja, pelo facto de ser assistida pelo Espírito Santo, é sempre santa, e os muitos pecados cometidos pelos seus filhos (papas, bispos, padres, religiosos ou leigos) eram da exclusiva responsabilidade dos próprios e por isso não fazia sentido que a Igreja, enquanto tal, se penitenciasse. Não era esse contudo o entendimento dos ofendidos (Galileu, as vítimas das Cruzadas ou das Inquisições, entre muitos outros), que entendiam essa posição como simples arrogância, pouco própria dos seguidores do profeta galileu.

Coube aos Papas que prepararam e executaram o Concílio Vaticano II o enorme mérito de haverem intuído a necessidade de pedir pública e corajosamente perdão, não apenas pelas faltas próprias mas também pelas dos seus antecessores, para que a Igreja recuperasse a sua total credibilidade. Em seu entender, muito embora as circunstâncias e a mentalidade das várias épocas e a boa fé dos intervenientes (no caso das Cruzadas, por exemplo) constituíssem uma atenuante, isso não invalidava o facto objectivo de se terem cometido pecados graves contra terceiros. Na realidade, a mensagem evangélica era muito anterior e não se prestava a ambiguidades. Havia, pois, que se proceder àquilo que João Paulo II tem chamado repetidamente a “purificação da memória”.

De João XXIII a João Paulo II têm sido muitos os gestos nesse sentido, embora parte deles houvesse passado despercebida do grande público. Assim, por exemplo, quando Roncalli (o papa João XXIII) passava no Lungotevere, junto de uma sinagoga, após o ofício de sábado, mandou parar o carro e abençoou os judeus que se encontravam à porta, num gesto inédito de amizade e reconciliação que deixou atónitos os próprios judeus, e constituiu um importantíssimo passo para desfazer uma multiseccular acusação de anti-semitismo que pesava sobre os católicos. É também a este Papa que se devem algumas alterações na liturgia de sexta-feira santa, eliminando a referência aos “*pérfidos judeus*”. Aliás, ainda enquanto bispo e cardeal, Roncalli tivera já outros gestos de grande abertura, tanto em relação aos protestantes e ortodoxos, como aos fiéis do Islão²⁵.

Também o Papa Paulo VI (sem dúvida um dos pontífices mais notáveis de toda a história da Igreja), teve alguns gestos de extraordinário significado, como foi o caso do levantamento das milenares excomunhões que pesavam sobre a Igreja Ortodoxa: em 7 de Dezembro de 1965, o Papa e o Patriarca Atenágoras de Constantinopla levantaram solenemente as excomunhões recíprocas que se arrastavam desde o cisma de 1054; no ano anterior

²⁵ Sobre a história dos pedidos de perdão dos Papas, e especialmente de João Paulo II, veja-se o excelente livro de Luigi Accattoli *Quando o Papa pede perdão*, citado na bibliografia. É dele que extraímos algumas das referências do texto. Quando o livro foi publicado, em 1997, os *mea culpa* de João Paulo II figuravam em 94 textos publicados até então. Hoje, entrados já no 3.º milénio, o número de pedidos públicos de perdão apresentados pelo Papa já excede uma centena...

(6.1.1964) os chefes das duas Igrejas tinham-se abraçado e trocado entre si o beijo da paz, em Jerusalém. Dez anos após esta reconciliação, Paulo VI surpreendeu tudo e todos ao ajoelhar-se e beijar os pés do metropolitano Melitone, representante do patriarca de Constantinopla, na basílica de São Pedro, em Roma. Um gesto inédito e de extraordinária humildade, feito “*como reparação de um gesto contrário exigido pelo seu predecessor Eugénio IV diante do Patriarca José II, por ocasião do Concílio de Ferrara-Florença*”²⁶ (Luigi Accattoli, 1997: 35).

²⁶ A história deste Concílio, iniciado em Basileia e depois transferido pelo Papa sucessivamente para Ferrara (8.1.1438) e Florença (10.1.1439), foi deveras acidentada e quase provocou um cisma. Eugénio IV (1383-1447), cujo pontificado durou 16 anos, teve o mérito de refazer a união com os cristãos gregos e outras igrejas do Oriente. Mas o seu autoritarismo (marcado por atitudes como a que no texto se refere, em relação ao Patriarca José II) levou a que uma boa parte da Igreja grega rejeitasse a união. Cfr. Rudolf Fischer-Wollpert, *Léxico dos Papas, de Pedro a João Paulo II*, ed. Vozes, Petrópolis, Brasil, 1991, pp. 118-120 e 229-232.

²⁷ Cfr. o capítulo *Luciani tinha um Projecto*, em L. Accattoli, ob. cit.

²⁸ Para detalhes sobre todos estes pedidos de perdão, veja-se a 2.ª parte da ob. cit. de Accattoli.

²⁹ Accattoli resume assim os riscos da iniciativa apontados pelo cardeal Biffi, de Bolonha: “*o escândalo para a gente simples, as possíveis confusões quanto ao pecado da Igreja, a necessidade de os erros serem provados através de investigações objectivas, a dificuldade de evitar avaliações anacrónicas, a oportunidade de acompanhar o reconhecimento de culpas com a observação de que essas não impediram a Igreja de produzir frutos de santidade*” (p. 67). Como se vê, não se trata de uma oposição aberta à iniciativa do Papa mas sobretudo de compreensíveis recomendações de prudência.

Igualmente João Paulo I (Albino Luciani), o Papa cujo pontificado durou apenas 33 dias, manifestara repetidamente posições de grande abertura neste domínio, antes da sua eleição²⁷.

Mas o pontífice que mais se distinguiu nesta cruzada de sucessivos *mea culpa* foi, sem dúvida, Karol Wojtyła, o papa João Paulo II. Ao longo das suas numerosas viagens, habituámo-nos a vê-lo descer do avião e beijar o solo do país, num gesto simbólico de homenagem, quase diríamos rotineiro se não fosse o seu profundo significado. Mas o que acabou por ser de todo inesperado foram os mais de 100 pedidos de perdão que apresentou sobre os mais variados acontecimentos históricos. Lembremos apenas alguns: cruzadas, ditaduras, divisão entre Igrejas, mulheres, judeus, Galileu, guerras religiosas, líderes das igrejas reformadas (Lutero, Calvino, Zuínglio, Hus), povos indígenas, tráfico de negros, racismo, inquisição, integralismo, Islão, cisma do Oriente, história do Papado, etc.²⁸.

Apesar da falta de expressividade de uma face quase imobilizada pela doença de Parkinson, é impressionante a força e a convicção deste homem, ansioso por purificar a alma da Igreja neste início de milénio, disposto a encetar um diálogo com o mundo numa base de completa transparência. Ninguém de boa fé jamais se atreveu a afirmar, nem mesmo entre os seus detractores, que se trataria de uma simples operação de cosmética ou de *marketing* para melhorar a imagem da Igreja.

Tal percurso não tem sido isento de dificuldades, a começar pela resistência de muitos cardeais, receosos de aproveitamentos perversos por parte dos inimigos da Igreja. No mínimo, consideraram estes sucessivos *mea culpa* como desnecessários, inúteis ou perigosos, quando não mesmo injustos, pelo receio de que as chamadas de atenção para as sombras da história da Igreja fizessem esquecer o enorme saldo positivo das suas luzes. Foi a posição de conhecidas figuras como os cardeais Ratzinger e Biffi²⁹. Outros, entretanto, apoiaram-no entusiasticamente (citem-se os exemplos dos cardeais Cassidy e Etchegaray, entre outros).

Dos documentos que o Papa subscreveu destinados ao Grande Jubileu do ano 2000 e que seguem esta linha de purificação, destacam-se as cartas

apostólicas **Tertio millennio adveniente** (14.11.1994) e **Novo Millennio Ineunte** (à entrada do novo milénio, 6.1.2001). Aqui se sublinham temas como a purificação da memória e a dimensão ecuménica do Jubileu.

Apesar de todos estes esforços, as reacções de boa parte das comunidades ortodoxas da Grécia e da Ucrânia foram bastante negativas, aquando das visitas papais realizadas já em 2001, como vimos. Por outro lado, embora acolhidas com simpatia pelos responsáveis de outras religiões, como também referi, o certo é que, tanto quanto sei, ainda nenhum outro líder religioso teve a coragem de reconhecer publicamente os erros e desvios das suas tradições religiosas e pedir perdão por eles. Mas espera-se que esta semente caia em solo bom (Mt 13, 3-9). Para que cresça e dê frutos é necessário tempo, paciência, tolerância e grande abertura de espírito.

Bom seria que fosse o apelo a estas qualidades e não a pressão dos conflitos e ódios religiosos que viessem a despoletar reacções positivas e de aproximação corajosa neste início de milénio. Porque sem isso não haverá paz entre as nações. Ou o caminho árduo mas compensador do diálogo e encontro fraterno, ou a sombria paz dos cemitérios. Não parece haver outra alternativa.

6. **Um *post scriptum* alarmante: terrorismo e fundamentalismo**

Quando este livro se encontrava já em fase de revisão tiveram lugar, a 11 de Setembro, os ataques terroristas nos EUA, o que nos obriga a acrescentar algumas reflexões, em jeito de P.S., uma vez que estes factos se prendem com posições religiosas e culturais que afectam todo o mundo actual. Na realidade, não se trata apenas de um aumento de grau na escalada de ódio e violência, sendo antes claramente uma mudança qualitativa ou de natureza:

- porque é a primeira vez que os americanos são atingidos na sua própria casa;
- porque o pânico se instalou definitivamente, não só naquele país mas em todas as nações não islâmicas, obrigando a um reforço das medidas de segurança para prevenir inclusivamente ataques com armas químicas e biológicas. O caso do Anthrax (carbúnculo) que vitimou até à data menos de uma dúzia de pessoas – e pode até não ter a ver com o fundamentalismo islâmico – é um bom exemplo, pela verdadeira paranóia que está a causar, afectando psicologicamente milhões de pessoas. Neste caso, como noutras situações, a comunicação social, cuja avidez de notícias presta por vezes um mau serviço, actuou como caixa de ressonância, ajudando a espalhar o pânico;

-
- o facto de a segurança ter passado a representar a primeira prioridade nos EUA e na Europa, obrigará fatalmente a compreensíveis restrições nos direitos e liberdades de todos os cidadãos;
 - por outro lado, as retaliações americanas contra os talibãs, através de bombardeamentos maciços no Afeganistão, estão a aumentar o anti-americanismo entre os muçulmanos, e a reforçar os pretextos dos fundamentalistas para se lançarem numa guerra santa – justamente aquilo que os movimentos terroristas mais anseiam, para se acobertarem sob o manto protector da religião, transformando assassínios ignóbeis e indesculpáveis numa cruzada “em nome de Alá”;
 - estamos a assistir ao nascimento de um novo tipo de guerreiros suicidas, que a si próprios se consideram *mártires* – algo que não tem qualquer semelhança com os mártires cristãos, que se deixam matar pela sua fé mas não assassinam os seus inimigos. Efectivamente, aquilo que mobiliza estes novos suicidas não é apenas uma ideologia nacionalista, como era o caso dos pilotos *kamikases* japoneses, nem simplesmente religiosa, como aconteceu na guerra entre xiitas do Irão e sunitas do Iraque. Trata-se, sim, de uma explosiva mistura de anti-ocidentalismo e pan-islamismo, radicado numa interpretação fundamentalista e fanática do Alcorão. E já não é possível subestimar estes assassinos-suicidas, pois não se trata de simples ignorantes iletrados mas de gente bem preparada, com formação uiversitária e altamente especializada e de sólidas convicções. Os peritos calculam que a preparação dos atentados em solo americano levou, pelo menos, dois anos, sendo meticulosamente programada e envolvendo uma centena de pessoas, financiados por vários milhões de dólares. Se o espírito de obediência cega aos chefes religiosos é herdeiro directo do que movia os *haxixin* no tempo das cruzadas, a preparação destes novos suicidas islâmicos e as infraestruturas que os apoiam (biliões de dólares e numerosos grupos radicados em mais de 60 países) têm hoje uma dimensão infinitamente maior.
 - preocupantes são também os desfiles e manifestações anti-americanas de grupos extremistas (de extrema-esquerda e de extrema-direita, como o de Jean Marie Le Pen, um assumido racista anti-árabe), um pouco por todo o chamado “ocidente” (Berlim, Nápoles, Atenas, Paris, Londres, mas também México e Brasil, entre outros). Todos parecem ter-se esquecido da ajuda americana nas 2 guerras mundiais do século XX e na reconstrução da Europa em escombros do pós-guerra, para gritarem apenas os seus protestos contra os erros clamorosos da política externa americana, e as brutalidades do exército e da CIA. Muitos chegaram mesmo ao ponto de afirmar que tais actividades justificavam os actos terroristas que vitimaram mais de seis mil civis

indefesos, além de um incontável número de feridos graves e traumatizados. É certo que os americanos, com a sua arrogância de única superpotência sobranete, o seu modelo de desenvolvimento assente num capitalismo frequentemente selvagem e a exploração desenfreada dos lucros da globalização, atraíram sobre si muitas antipatias e invejas. Mas daí a justificar semelhantes actos criminosos vai um abismo e é um incomensurável atentado ao bom senso!

Como reacção imediata aos ataques, o governo americano mostrou grande equilíbrio e conseguiu conter os ímpetus cegos de vingança, iniciando em vez disso uma inteligente ofensiva diplomática por todo o mundo (incluindo países muçulmanos e antigos adversários, como a Rússia, Cuba ou a China), insistindo incansavelmente o presidente Bush na afirmação de que *“a guerra é contra o terrorismo e os países que o apoiam e não contra o Islão”*. Proce-deu, além disso, ao congelamento das contas bancárias de grande número de suspeitos, no que foi secundado sem hesitações por outros países, como a Grã-Bretanha, a França ou a Suíça, cientes de que sem suporte financeiro o terrorismo dificilmente se movimenta, como um corpo sem sangue.

Com efeito, *“o universo do dinheiro ilegal é imenso. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), todos os anos 500 bilhões de dólares produzidos de forma ilegal ganham roupa nova e entram no sistema financeiro global por meio de algum mecanismo de lavagem. A maior parte desse dinheiro, 400 bilhões de dólares, vem do narcotráfico. Os 20% restantes pertencem a grupos terroristas ou são fruto de corrupção”*³⁰. A resposta aos pedidos de cooperação de George W. Bush foi imediata: *“França, Alemanha, Inglaterra, Emirados Árabes, Brasil e Hong Kong, entre outros, toparam a briga. Imediatamente foram congelados contas e bens de 27 pessoas e organizações supostamente ligadas a actividades terroristas – inclusive três entidades de caridade. A operação comandada pelo governo americano é a maior do gênero realizada até hoje. (...) Quem entende de lavagem de dinheiro diz que os recursos dos terroristas vêm de doações de simpatizantes, do tráfico de drogas e até de entidades humanitárias e organizações não-governamentais de aparência absolutamente insuspeita. Calcula-se que só o grupo comandado por Osama bin Laden, o principal suspeito de ter comandado as explosões em Nova York e Washington, tenha um património de 300 milhões de dólares. Em mercados pequenos, essa fortuna chamaria muito a atenção. Supõe-se que o dinheiro esteja aplicado em grandes mercados, como Frankfurt, na Alemanha, ou Hong Kong, na China”*³¹.

³⁰ Cfr. “O cofre de mil bocas”, em VEJA, S. Paulo, Brasil, n.º 39, 3.10.2001, pp. 106-107.

³¹ *Idem.*

Quanto tempo ainda irá durar a onda de pânico e terror que os atentados desencadearam? E que consequências para a paz mundial trarão estas confrontações? Como ajudar eficazmente os milhões de refugiados, deslocados e sobreviventes dos confrontos a manter-se vivos e a refazer um tecido social completamente esfarrapado? Será ainda possível o diálogo inter-religioso?

Embora muito mais difícil, porque terá de enfrentar e ultrapassar os ódios de parte a parte, afigura-se-me que o diálogo é não apenas possível mas cada vez mais importante e urgente, juntando as pessoas de boa-vontade que desejam sinceramente a Paz. Porque a alternativa seria simplesmente apavorante...

Síntese

As guerras de origem religiosa foram sempre das mais sangrentas e cruéis, porque as partes beligerantes se sentiam apoiadas e protegidas pelo seus deuses, que lhes garantiriam a vitória. Matar, brutalizar e escravizar **em nome de Deus** – qualquer deus – aliviava as consciências, fornecia justificações e não deixava remorsos. O grave disto é que não se refere apenas a um longínquo passado, mas continua a ser um problema dos nossos dias. Os diversos **fundamentalismos** parecem sempre dispostos a acender todo o tipo de mechas para fazer explodir o barril de pólvora das diferenças religiosas, tantas vezes confundidas com aspectos culturais e políticos (as intermináveis guerras entre judeus e muçulmanos, ou as querelas político-religiosas que dividem católicos e protestantes da Irlanda, as lutas entre xiitas e sunitas nos países árabes, hindus e muçulmanos da Índia e Paquistão, etc.).

Para combater esta gravíssima ameaça à Paz mundial, a grande maioria dos líderes religiosos já chegou à conclusão de que deveriam procurar convergências e formas de se entenderem, cooperando de forma amigável em vastas áreas de interesse comum, como é o caso da acção social, do apoio aos mais carenciados, da defesa do ambiente e outro património comum. **Não se trata de procurar sincretismos doutrinários** ou simples alianças tácticas, sempre efémeras, mas de consolidar relações de paz, harmonia e entreaajuda entre os crentes das várias tradições religiosas.

Nesse sentido, os três ramos do Cristianismo (católicos, protestantes e ortodoxos) vêm desenvolvendo esforços assinaláveis. É o chamado **movimento ecuménico**, iniciado no princípio do século por algumas confissões das Igrejas reformadas, a que a Igreja católica aderiu definitivamente por altura do concílio ecuménico Vaticano II sendo, desde então, muito numerosos os **encontros** realizados entre responsáveis das igrejas, bem como os **espaços comuns** dedicados ao estudo, à meditação, à oração e ao diálogo (*Taizé*, o *Instituto Ecuménico de Estudos Religiosos* de Tantur, nos arredores de Jerusalém, etc.). O levantamento das milenares excomunhões recíprocas que pesavam sobre católicos e ortodoxos foi um dos pontos altos do ecumenismo, bem como os numerosos pedidos de perdão e revisão de posições extremas que estiveram na base de tantas lutas fratricidas entre discípulos do mesmo Cristo.

Para além do entendimento entre cristãos, tem vindo também a ser travado um **diálogo** permanente ao nível das várias **religiões**, não com o objectivo de converter os interlocutores, mas para aprofundar o conhecimento mútuo, na busca incessante de pontos e interesses comuns. Em regra, no final de cada encontro os participantes saem fortalecidos na sua própria fé, mas adquirem um maior respeito pelas tradições alheias, estabelecendo-se inclusive laços duradouros de amizade e admiração recíproca. Assim aconteceu em diversas situações que referimos no texto, como os encontros de oração em Assis, o 10.º seminário da *Comunidade Mundial para a Meditação Cristã*, intitulado “A Bondade do Coração” (em que o Dalai Lama do Tibete apresentou a perspectiva budista sobre os ensinamentos de Jesus), ou as actividades e encontros internacionais promovidos pela *Comunidade de Sant’Egídio*. Mantêm-se, por outro lado, em funcionamento regular e permanente diversos centros de carácter interreligioso, como os de *Seimeizan* (Japão), *Satyodaya* (Sri Lanka), e *Silsilah* (Filipinas).

Apesar dos inegáveis êxitos conseguidos ao longo das últimas décadas, não se escondem as **dificuldades** ainda existentes, de que demos alguns exemplos no texto (as reacções inflamadas dos budistas do Sri Lanka, ou os não menos violentos protestos de numerosos monges ortodoxos gregos, ambos com intenção de boicotar as viagens do Papa aos seus países).

Tem sido notável também a produção de **documentos do magistério** católico, tanto no domínio ecuménico como do diálogo interreligioso, ou ainda da chamada **inculturação**, um conceito exclusivo da terminologia católica que significa “*a íntima transformação dos valores culturais autênticos, pela sua integração no cristianismo, e o enraizamento do cristianismo nas várias culturas*” (*A Missão de Cristo Redentor*, 1990, n.º 52).

Neste domínio das relações da fé com a cultura nenhuma tradição religiosa se pode considerar completamente “isenta”, pois a tendência para confundir padrões culturais com normas religiosas é geral, embora talvez mais visível nas chamadas religiões proféticas de vocação universalista.

Terminámos lembrando uma verdade que está longe de ser evidente e mais longe ainda de constituir prática comum entre os líderes religiosos: trata-se da necessidade de **perdoar** e de **ser perdoado**, o que implica um profundo espírito de humildade para reconhecer as faltas próprias (ainda que cometidas num passado mais ou menos longínquo por antecessores há muito desaparecidos). Nesse capítulo tem sido notável e exemplar o testemunho do Papa João Paulo II, cujos pedidos de perdão ultrapassaram já a centena. Espera-se e deseja-se que o exemplo frutifique, pois não se vê outro caminho para um diálogo verdadeiro, e **sem este não haverá paz** nem entre as religiões, nem entre as nações.

Revisão

1. Considera os conflitos religiosos como um potencial factor de destabilização que pode conduzir a situações de opressão e mesmo de guerra? Porquê?
2. Como é sabido e vimos no respectivo capítulo, a religião cristã está dividida em três grandes ramos (para além de outras igrejas menores), que se guerrearam ferozmente entre si no passado. Identifique-os e descreva o movimento de aproximação que teve lugar no início do século XX, pondo em relevo alguns dos factos que considerar mais importantes na caminhada para a unidade que hoje podemos testemunhar.
3. Diga o que entende por “diálogo interreligioso”, a que níveis deve ser praticado e quais as suas consequências mais importantes.
4. Indique alguns movimentos, encontros e centros de oração e diálogo dedicados a este tipo de diálogo interreligioso.
5. É frequente estabelecerem-se confusões entre fé e cultura, o que levou alguns povos de tradições religiosas diferentes a impôr aos outros (sobretudo àqueles que de qualquer modo dominaram) os seus próprios padrões culturais, na convicção de que estavam apenas a difundir a sua religião. Dê alguns exemplos e aproveite para esclarecer o significado do termo “inculturação”.
6. Afirmamos que não haverá verdadeiro clima de diálogo se os interlocutores não forem capazes de se perdoar e pedir reciprocamente perdão pelas faltas cometidas, recentemente ou mesmo no passado, de que os outros se tenham ressentido. Comente esta afirmação e diga com que fundamento afirmamos que o Papa João Paulo II constitui um exemplo vivo deste espírito.

Leituras complementares

ACCATTOLI, Luigi

- 1998 *Quando o Papa pede perdão*, E. Paulinas, Lisboa.
Uma análise lúcida de 94 textos em que o Papa Karol Wojtyla pede perdão por culpas da Igreja ao longo da sua história.

CARMO, António

- 1997 *A Igreja Católica na China e em Macau, no contexto do Sudeste Asiático – Que futuro?*, ed. IPOR/ICM/Fundação Macau, Macau.
1994 *Sri Lanka, a ilha amável e sofredora*, Janeiro.

-
- 1995 “Diálogo de Culturas e Diálogo Interreligioso”, Actas do Encontro *Português-Língua de Cultura (Macau, 27-29 Maio 1993)*, ed. Instituto Português do Oriente, Macau, pp. 123-148.

DALAI LAMA

- 1992 *Liberdade no Exílio* (autobiografia), ed. Inquérito, Mem Martins.
- 1998 *A Bondade do Coração*, ed. ASA, Porto (2.^a ed.).
Apresenta a perspectiva budista do Dalai Lama sobre os ensinamentos de Jesus, tendo a parte do “contexto cristão” ficado a cargo do padre Laurence Freeman OSB. O título do livro é a tradução do nome do Seminário – “The Good Heart” – que teve lugar em 1994, em Londres. Foi um acontecimento muito importante na área do diálogo inter-religioso, especialmente no que toca às tradições cristã e budista.

ÉGLISES d’ASIE

- 1991 *Regard sur L’Asie*, Paris.

GIACOMELLI, Renzo

- 1992 “Paulo VI apostou um dólar nessa ideia (o Instituto Ecuménico de Estudos Teológicos de Tantur – Jerusalém, e o diálogo interreligioso)”, in *Família Cristã*, Janeiro.

JOÃO PAULO II

- 1995 *Atravessar o limiar da Esperança*, ed. Planeta, Lisboa.
O livro é uma longa entrevista, conduzida por Vittorio Messori, sobre os grandes problemas que se põem à Igreja e ao mundo no virar do milénio, entre os quais as relações com as outras religiões.
- 2001 “À entrada do novo milénio”, carta apostólica *Novo Millennio Ineunte*, datada de 6 de Janeiro de 2001, ed. A. O. Braga.
- 1999 *As Reflexões para o ano 2000*, ed. Livros do Brasil, Lisboa, col. “Vida e Cultura”, n.º 133.
Trata os dez temas seguintes: Fé, Igreja, Oraçãõ, Amor, História, Mal, Trabalho, Mundo, Paz e Religiões.

KROEGER, James H.

- 1991 *Interreligious Dialogue*, Mission Studies Institute, Davao City, Filipinas.
- 1991 *Dialogue and Proclamation: Can both go together?*, World Mission Magazine, Manila, Novembro.
- 1990 *Sharing Insights* (relações entre a comunidade muçulmana e católica em Mindanao), World Mission Magazine, Manila, Outubro.

KUANGSHI Program Service

- 1992 *Pilgrims in Dialogue: Paths to Interreligious Encounter*, Taipé.
Documentário vídeo, com versões em inglês, chinês e espanhol.

MISSION DE L'ÉGLISE

- 1992 *Diálogo e Anúncio*, n.ºs 96-97, Junho-Setembro (Revista trimestral editada em Paris pela UPM – Union Pontificale Missionaire).
Trata-se de um número especial dedicado inteiramente a este tema.

PAULO VI

- 1978 *Evangelii nuntiandi*: exortação apostólica sobre o Evangelho aos Homens de Hoje, ed. A. O., Braga.

SIN, Cardeal Jaime

- 1990 *Evangelizacion y Religiones no Cristianas en Asia*, Manila.

TORRES, Sérgio (organizador do livro)

- 1982 *A Igreja que surge da base (eclesiologia das comunidades cristãs de base)*, ed. Paulinas, S. Paulo, col. “Libertação e Teologia”, n.º 11.
Reune os temas, comunicações e documentos finais do IV Congresso Internacional Ecuménico de Teologia (S. Paulo, 1980), apresentados por Sérgio Torres, Gustavo Gutiérrez, Carlos Mesters, Leonardo Boff e outros.

VATICANO II (documentos conciliares)

- Constituição dogmática sobre a Igreja **Lumen Gentium** (A Luz dos Povos);
- Decreto **Orientalium Ecclesiarum** (As Igrejas Orientais Católicas);
- Decreto sobre o Ecumenismo **Unitatis Redintegratio** (A reintegração da Unidade);
- Declaração sobre a Igreja e as Religiões não-cristãs **Nostra aetate**;
- Decreto sobre a actividade missionária **Ad Gentes**.

19. Considerações finais

Página intencionalmente em branco

Não se trata agora de concluir nada, porque um tema como este nunca estará “concluído”. No entanto, para finalizar esta breve incursão pelas religiões e seitas do mundo conturbado em que nos aconteceu nascer, gostaria de deixar registado um pequeno testemunho pessoal:

Tive ocasião de assistir a cerimónias budistas das três Vias um pouco por todo o sudeste asiático, desde a bela ilha de Sri Lanka (o nosso Ceilão e a Taprobana dos Lusíadas) a Macau, à Tailândia, à grande China e ao montanhoso Nepal. Neste país contemplei as piras fumegantes junto ao rio, no templo hindu de Pashupatinath (dedicado a Xiva), onde tinham acabado de cremar alguns cadáveres, na firme certeza de que viriam a reencarnar muito em breve noutros corpos.

No Canadá assisti fascinado às cerimónias da sinagoga, e em Jerusalém participei na missa dos cristãos ortodoxos e segui com curiosidade e interesse o ritual copta na basílica do Santo Sepulcro.

Fotografei e filmei a liturgia esfusante de cor do Cao Dai, na sua sede de Tay Minh (Vietname) e os esplêndidos templos da Iglesia ni Cristo de Manila.

Partilhei a eucaristia doméstica em pequenas comunidades de cristãos empenhados e, ao ar livre, participei em missas campais com muitos milhares de assistentes. Conheci igrejas católicas de variadíssima arquitectura, desde a sumptuosa e impressionante catedral de São Pedro, em Roma, ao comovente barracão de pau-a-pique coberto de zinco do muceque da Samba, em Luanda, ou à bela igreja da Anunciação em Nazaré. Ouvi missas em línguas diversas, na Malásia, em Singapura, na ilha de Bornéu, em Manila e em pequenas ilhas das Filipinas, transpirando abundantemente sob o calor abrasador da África e da Índia ou tiritando enregelado com temperaturas negativas em Pequim, na ilha japonesa de Kyushu e em Montréal, onde a neve acumulada junto às paredes exteriores cintilava como luzes de Natal. Escutei cânticos (de afamadas escolas *cantorum* mas também de genuínos espirituais magistralmente interpretados por amadores negros, ou na toada dolente e islamizada do Alentejo), em português, quimbundo, inglês, francês, concanim, cantonense, mandarim, japonês, espanhol, tagalo, latim, grego, italiano, tétum, mambai, e sei lá quantas línguas mais!

Vi, entre crítico e comovido, mulheres e homens, gordos e magros, são e deformados pela doença, arrastando-se penosamente de joelhos, em Fátima, a cumprir promessas sem se preocuparem com o tempo agreste ou com os milhares de mirões que se comprimiam na vasta esplanada do Santuário.

Visitei mesquitas, escutei o cântico dos muezins chamando os fiéis à oração, e balancei-me ao ritmo dos batuques e estridentes cantigas em *lunianeka*, nas noites frias do sul de Angola, durante as festas do “mufiko” – o ritual de passagem das adolescentes mundimbas a mulheres.

Assisti à representação de um curandeiro-advinho em quem encarnara um espírito de “munano” o qual, após depenar uma galinha viva, lia nas suas entranhas todas as respostas às interrogações dos assombrados assistentes.

Vi lançar no rio Mandovi, em Goa, várias estatuetas do simpático jovem Ganesh, com sua cabeça de elefante e montado a cavalo num rato, à luz dos archotes e candeeiros que iluminavam as águas como pirilampos.

Descalcei-me para entrar em templos hindus e em mesquitas, mas também nas igrejas do Japão.

E em todos estes locais, com gentes tão diferentes – na cor, nos costumes, na língua, no vestuário, na cultura – eu vi brilhar nos seus olhos a chama da fé. Fés diferentes, expressas nas formas mais variadas, desde os sacrifícios de animais às oferendas de flores, orando de pé, de joelhos ou prostrados, desfiando rosários ou moínhos de orações. Crenças em mistérios que transcendem a realidade palpável e que, para os testemunhar, podem ir até ao sacrifício voluntário das próprias vidas: dezenas de milhar de mártires cristãos, barbaramente mutilados e assassinados com os requintes mais cruéis, mas também monges budistas que se imolam pelo fogo, pilotos kamikases japoneses que se lançavam carregados de bombas sobre os navios inimigos, combatentes angolanos que se expunham às balas convencidos de que ressuscitariam no dia da independência, graças à mágica protecção de um pedacinho de madeira.

Seja o que for que possamos pensar a este respeito, não será verdade que estamos perante manifestações profundas de fé?

E que dizer ainda daqueles que se entregam, confiada e ingenuamente, nas mãos de bruxas, cartomantes, astrólogos, médiuns, curandeiros e exorcistas – muitos deles pessoas ilustradas, por vezes até com formação universitária?

Não manifestam também uma fé, uma crença, uma disponibilidade para aceitar algo que os transcende?

Para além de todas estas (e muitas outras) experiências que tive o privilégio de viver, contemplar com os meus olhos e registar em fotografias, desenhos e cassettes de vídeo, entrevistei crentes das várias tradições religiosas, sacerdotes e leigos, e devorei centenas de livros e artigos sobre este tema fascinante.

De tudo isto resultou a publicação de alguns livros e deste Manual, em que procurei transmitir aos leitores – alunos da Universidade Aberta ou apenas interessados na matéria – algo do muito que aprendi com tanta gente durante mais de meio século. Curiosamente acabo sempre com a sensação de que não sei quase nada e precisava de muitas vidas para aprofundar o que apenas me foi dado aflorar. Na realidade, só as crianças e os ignorantes é que pensam que sabem tudo...

Tive ocasião de sublinhar a importância de conhecer o pensamento e as crenças alheias, como única forma de nos entendermos e construirmos a **Paz**. Se este livro contribuir para isso (muito mais do que para satisfazer simples curiosidade intelectual ou, pior ainda, para garantir a aprovação no exame) sentir-me-ei largamente recompensado pelo esforço dispendido.

Para finalizar, uma breve mas importante confissão a que me obriga um imperativo de honestidade intelectual: à medida que fui aprofundando o conhecimento das outras religiões e fiz amizade com muitos dos seus crentes, mais feliz me fui sentindo pela sorte que tive em nascer cristão. Sem jamais pretender fazer juízos de valor sobre as demais religiões – todas elas espelhando a incessante busca do Homem para encontrar o seu Criador e possuindo elementos dignos do maior respeito – posso afirmar que o facto de aceitar Jesus de Nazaré como o Cristo, a 2.^a Pessoa da Santíssima Trindade, tem sido na minha vida uma fonte de permanente alegria que não consigo disfarçar. Nem quero.

É neste facto que tem raízes a profunda amizade que me liga a todos os irmãos de boa vontade de outras fés (ou sem fé nenhuma, agnósticos e ateus) pela razão simples de sermos todos filhos do mesmo Pai que nos ama. E isso é, sem dúvida, muito bom.

Página intencionalmente em branco

Bibliografia

Página intencionalmente em branco

ACCATTOLI, Luigi

1998 *Quando o Papa pede perdão*, E. Paulinas, Lisboa.

ADAM, Karl

1986 *Jesus Cristo*, Quadrante, S. Paulo.

ADRIANI, Maurílio

1990 *História das Religiões*, Edições 70, Lisboa, col. “Perspectivas do Homem (As Culturas. As Sociedades)”, n.º 38.

AKOUN, André (coordenador)

1983 *Dicionário de Antropologia*, Verbo, Lisboa (a ed. francesa é de 1972).

s/d/(1979?) *Alcorão*, ed. Europa-América, Mem Martins, col. “Livros de Bolso”, 2 vols., n.º 186 e 187.

ARON, Raymond

1994 *As etapas do pensamento sociológico*, D. Quixote, Lisboa.

ARVON, Henry

s/d *O Budismo*, Europa-América, Lisboa.

ASÚA ALTUNA, Raul Ruiz

1985 *Cultura Tradicional Banto*, Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, Luanda.

AZEVEDO, S. J., Marcelo de Carvalho

1986 *Comunidades Eclesiais de Base e Inculturação da Fé*, Loyola, n.º 19, col. “Fé e Realidade” (Faculdade de Teologia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus – Belo Horizonte), S. Paulo.

BALADIER, Charles (coordenador)

2000 *O Grande Atlas das Religiões*, ed. Página Editora, Lisboa (integrado na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira).

BECHERT, Heinz; GOMBRICH, Richard (editores)

1984 *The World of Buddhism*, Thames & Hudson, Londres (vários autores).

BENEDICT, Ruth

1988 *O Crisântemo e a espada (padrões de cultura japonesa)*, Perspectiva, S. Paulo (Brasil).

s/d *Padrões de Cultura*, Livros do Brasil, Lisboa, (col. “Vida e Cultura”, n.º 58).

BENIMELI, S. J., J. A. F.; CAPRILE, S. J., G.; ALBERTON, S. J., V.

1983 *Maçonaria e Igreja Católica (Ontem, Hoje e Amanhã)*, ed. Paulinas, S. Paulo.

BILAN DU MONDE

1960 (*Encyclopedie Catholique du Monde Chretien*), Casterman, Paris e Tournai, publicada pelo Centre de Recherches Socio-Religieuses (Bruxelas) e Centre Église Vivante (Lovaina), 2 vols.

BOFF, Leonardo

1981 *Igreja, Carisma e Poder (Ensaio de Ecclesiologia Militante)*, Inquérito, Lisboa (n.º 2, col. “Perspectivas”).

1986 *E a Igreja se fez Povo (Eclesiogénese: A Igreja que nasce da fé do povo)*, Vozes, Petrópolis.

1990 *Nova Evangelização (Perspectiva dos oprimidos)*, Vozes, Fortaleza (CE), Brasil, Junho.

1999 *Saber cuidar (ética do humano – compaixão pela terra)*, Vozes, Petrópolis (Brasil).

BOFF, O. S. M., Clodovis

1984 *Teologia Pé-no-Chão*, Vozes, Petrópolis, col. Pastoral, n.º 9.

BORN, A. Van Den (coordenador)

1992 *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*, Vozes, Petrópolis.

BOWKER, John

1997 *Religiões do Mundo*, Livraria Civilização Editora, Lisboa.

BRAGADO, Erlinda H. (editora)

1995 *Filipinas in Dialogue (Muslim-Christian Women’s Response to Contemporary Challenges)*, ed. De La Salle University Press Inc., Manila (proceedings of the National Conference on Muslim-Christian Women’s Dialogue, Outubro 1994).

BRONOWSKI, J.

1986 *Magia, Ciência e Civilização*, edições 70, col. “Perspectivas do Homem”, n.º 25, Lisboa.

CARMIGNAC, Jean

- 1983 *La Naissance des Évangiles Synoptiques*, François Xavier de Guibert, Paris (3.^a ed.).

CARMO, António Duarte de Almeida

- 1965 “O Povo Mambai (*Contribuição para o estudo do Grupo Linguístico Mambai-Timor*)”, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Lisboa, 1965. Separata da Revista *Estudos Políticos e Sociais*, vol. III, n.º 4.
- 1985 *O Sermão da Montanha no Movimento dos Cursilhos de Cristandade*, Editorial Franciscana, Braga.
- 1990 *João viu e acreditou*, ed. autor, Macau.
- 1994 *A Longa Marcha das Religiões na China*, Fundação Macau, Macau.
- 1997 *A Igreja Católica na China e em Macau no contexto do Sudeste Asiático (Que Futuro?)*, Fundação Macau/Instituto Cultural de Macau/Instituto Português do Oriente, Macau, , 861 p.. Tese de doutoramento. (*Prémio IPOR 1995*).
- 1989 “Caminhando de mãos dadas”, *Boletim Eclesial de Macau*, n.ºs 5 a 10, Maio a Outubro.
- 1990 “A agonia de Jesus (expressão e caminho de liberdade)”, em *Boletim Eclesial de Macau*, n.ºs 3, 4 e 5.
- 1991 “Macau: Que futuro para a Igreja Católica?”, *Via Latina*, Coimbra, Maio.
- 1992 “Church in Nepal: It is time for Hope”, *World Mission Magazine*, Manila, Março.
- 1992 “A Igreja no Nepal: um grão de mostarda no tecto do Mundo”, *Além-Mar*, Lisboa, Maio.
- 1992 “A Igreja na Ásia-Pacífico: Calvário ou Pentecostes?”, *A Tribuna de Macau*, 23.12.
- 1994 “Os primeiros cristãos na China: os Nestorianos”, *Asianostra*, n.º 1, Macau, Maio (*foi editada separata*).
- 1994 “Situação Actual da Igreja Católica na Ásia-Pacífico”, *Estudos Orientais (O Oriente Hoje: do Indico ao Pacífico)*, n.º 5, Instituto Oriental/Universidade Nova de Lisboa (*foi editada separata*).
- 1994 “A Missão Portuguesa na China e em Macau”, Cap. XIX de *Encontro de Culturas – oito séculos de Missionaçã Portuguesa*, Conferência Episcopal Portuguesa, Lisboa (ed. em inglês em 1996).
- 1995 “Diálogo de Culturas e Diálogo Interreligioso. O Diálogo Interreligioso no Sudeste Asiático”, *Encontro Português – Língua de Cultura* (Actas, 27-29.5.93), Instituto Português do Oriente, Macau, Maio.
- 1995 “Sri Lanka, a ilha amável e sofredora”, Lisboa (inédito).
- 1995 “O Regresso dos Mártires (os mártires do Japão)”, *Macau*, n.º 35, Março.

-
- 1995 “Nagasáqui, cidade martirizada”, *Macau*, Dezembro.
- 1998 “Comunidades Judaicas na China”, em *Les Juifs Portugais (exil, héritage, perspectives)*, Médiaspaul, Montréal, Canadá.
- CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro
- 1998 *Metodologia da Investigação: guia para a auto-aprendizagem*, Universidade Aberta, Lisboa.
- CAVIN, Albert
- 1980 *Confucionismo*, Verbo, col. Grandes Religiões do Mundo, n.º 2.
- CLÉMENT, Catherine
- 1999 *A viagem de Théo*, Asa edit., Porto.
- CHARBONNIER, MEP, Jean
- 1992 *Guide to Catholic Church in China*, (inglês e chinês), China Catholic Communication, Singapura. Edições actualizadas em 1986, 1989, 1992.
- 1992 *Histoire des Chrétiens de Chine*, Desclée/Bégédis, Paris.
- 1988 *La Chine sans Muraille (Heritage Culturel et Modernité)*, Le Sarmant, Librairie Artheme Fayard, Paris.
- CHING, Julia; KÜNG, Hans
- 1991 *Christianisme et Religion Chinoise*, Seuil, Paris.
- CLIFF, Judith
- 1981 *Tierra de la Biblia*, ed. Emile Ayyoub, Jerusalém.
- COMPANHIA DE JESUS
- 1990 *A Statement of Vision for the Apostolate to Mainland China*. Reflexões pelos participantes no Encontro de Delegados para o Apostolado Chinês, da Companhia de Jesus, em Hong Kong (6-10 Fev.).
- CONCILIUM (Revue Internationale de Théologie)
- 1979 *La Chine Interpelle l’Eglise*, n.º 146, Beauchesne, Paris.
- 1993 *Le Christ en Asie (Théologie du Tiers Monde)*, n.º 246.
- CONFÚCIO (escola de...)
- 1990 *O Livro dos Cantares – She Keng (tradução portuguesa e notas do Pe. Joaquim de Jesus Guerra, S. J.)*, Jesuítas Portugueses, Macau, 1979. Edição revista do ICM/APP.

- 1990 *Quadrivolume de Confúcio* (inclui os “Diálogos”, “Escola de Governo”, “No Dia-a-Dia” e “Manual de Piedade Filial”). *Leitura alfabética, tradução e notas do Pe. Joaquim A. de Jesus Guerra, S. J.* Ed. Instituto Cultural de Macau/Aidan Publicities & Printing (Canadá e EUA), Hong Kong. Série “Na Escola de Confúcio”.
- 1990 *Escrituras Selectas* (ed. revista), idem, idem.
- 1990 *As Obras de Mêncio* (ed. revista), *Leitura alfabética, tradução e notas do Pe. Joaquim A. de Jesus Guerra, S. J.* Ed. ICM/Aidan Publicities & Printing, (bilingue: Português, Chinês).
- 1990 *O Livro das Mutações* (Yeg Keg): n.º 3 da série “Na Escola de Confúcio”, *Leitura alfabética, tradução e notas do Pe. Joaquim A. de Jesus Guerra, S. J.*, Jesuítas Portugueses, Macau, 1983. Ed. revista do ICM-APP.
- 1987 *O Cerimonial* (Lei-Ky), Jesuítas Portugueses, Macau.

CONGAR, Yves

- 1969 *Jesus Cristo*, União Gráfica, Lisboa.

COPANS, J.; TORNAY, J.; GODELIER, M.; BACKÈS-CLÉMENT, C.

- 1988 *Antropologia: Ciência das Sociedades Primitivas?*, Edições 70, Lisboa.

COSTA, Helder Santos

- 2000 *Shiismo Iraniano (uma abordagem histórico-sociológica)*, ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- 2001 *O Revivalismo Islâmico*, ISCSP, Universidade Técnica de Lisboa.

CRISTIANI, L.

- 1956 *Jesus Cristo, filho de Deus*, Liv. Apostolado da Imprensa, Porto.

DAHLHEIMER, S. J., John

- 1985 *The Rim of Christendom 80-90 Degrees East*, Kathmandu, Nepal.
- 1991 *Come to Kathmandu*, St. Xavier’s Church, Kathmandu, Nepal.

DALAI LAMA

- 1992 *Liberdade no Exílio* (autobiografia), Editorial Inquérito, Mem Martins.
- 1996 *O Budismo Tibetano*, Edit. Presença, Lisboa.
- 1997 *A Bondade do Coração (uma perspectiva budista sobre os ensinamentos de Jesus)*, Edições ASA, Porto.

-
- 1998 *O Caminho para a Libertação*, ed. Círculo de Leitores, Lisboa.
- 1996 *A Força do Budismo*, ed. Círculo dos Leitores, Lisboa (Entrevistas ao Dalai Lama feitas por Jean-Claude Carrière, em 1994).
- D'AMBRA PIME, P. Sebastiano
- 1989 "Islam in the Philippines", *World Mission Magazine*, Manila, Junho.
- DELUMEAU, Jean (coordenador)
- 1997 *As Grandes Religiões do Mundo*, Edit. Presença, Lisboa.
- DESROCHE, Henri
- 1984 *Sociologias Religiosas*, RES-Editora, Porto.
- DIAS, Jorge
- 1984 "Antropologia Cultural", *Estudos Políticos e Sociais*, vol. XII, n.ºs 3 e 4, ISCSP, Lisboa.
- DODD, Charles Harold
- 1977 *O fundador do Cristianismo*, ed. Paulinas, S. Paulo, (col. "A Palavra Viva", n.º 6).
- DORADO, Guilherme G.
- 1984 *A Bíblia Hoje* (curso de actualização bíblica), Editorial Perpétuo Socorro (Porto) e Difusora Bíblica (Lisboa).
- DRANE, John William
- 1982 *Jesus*, ed. Paulinas, S. Paulo (col. "entender a Bíblia").
- DUNSTAN, J. Leslie
- 1980 *Protestantismo*, Edit. Verbo, Lisboa (col. "As Grandes Religiões do Mundo").
- DURKHEIM, Emile
- 1992 *Las Formas Elementales de la Vida Religiosa*, Ediciones Akal, Madrid (tradução e estudo preliminar de Ramon Ramos).
- ÉGLISES D'ASIE
- 1991 *Regard Sur L'Asie*, Paris.
- ELIADE, Mircea
- s/d *História das Ideias e Crenças Religiosas*, RÉS-Editora Lda., Porto (a data do prefácio do autor no último volume é Abril de 1983, três anos antes da sua morte), 3 vols., 1220 pp.

-
- s/d *O Sagrado e o Profano – A Essência das Religiões*, Livros do Brasil, Lisboa (a introdução, na ed. original, é de 1956), n.º 62 da col. “Vida e Cultura”.
- 1992 *Tratado de História das Religiões*, ASA, Porto (o original é de 1949).
- ELIADE, Mircea; COULIANO, Ioan P.
- 1993 *Dicionário das Religiões*, Publicações D. Quixote, Lisboa.
- ESTERMANN, Carlos
- 1961 *Etnografia do Sudoeste de Angola*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa (3 vols. A data indicada é a da ed. do 3.º vol.).
- ETIEMBLE
- 1966 *Les Jesuites en Chine (1552-1773) – La Querelle des Rites*, René Julliard, Paris (Collection Archives Julliard, dirigida por Pierre Nora).
- ETTORE, Fasolini
- 1990 *Indonesia:Paradiso Inquieto* (Nuovo slancio della Chiesa Indonesiana dopo la visita del Papa), Asia News, n.º 64, 15.2.
- 1990 *Indonesia:statistiche sul personale religioso*, Asia News, n.º 73, 1-15 Julho.
- EVANS-PRITCHARD, Edward
- 1990 *História do Pensamento Antropológico*, ed. 70, Lisboa, col. “Perspectivas do Homem”, n.º 33.
- FAVROD, Charles-Henri
- 1977 *A Antropologia*, Publ. D. Quixote, Lisboa.
- FEDERATION OF ASIAN BISHOP’S CONFERENCES
- 1998 *Dialogue between Faith and Culture (Towards integral Human and social development)*, Lucky Press, Inc., Manila, (Comunicações apresentadas ao Colóquio com o mesmo nome, que decorreu em Manila, de 10 a 14 de Janeiro de 1996).
- FIDES (Agência)
- La Chiesa in Corea*, Boletins n.ºs 2576 (25.9.85) e 2864 (7.12.1990).
- 1990 *La Chiesa in Giappone – Sfide, opzione pastorali e prospettive* (nell’incontro dei Vescovi giapponesi con il Papa), n.º 2870, 7.3.
- FISHER, Mary Pat
- 2000 *A Religião no Século XXI*, edições 70, Lisboa.

GALILEIA, Segundo

1978 *Religiosidade Popular e Pastoral*, ed. Paulinas, S. Paulo, (Col. “Teologia Hoje”, n.º 11).

GARD, Richard A.

1981 *Budismo*, Verbo, col. “Grandes Religiões do Mundo”, n.º 6.

GIACOMELLI, Renzo

1992 “Paulo VI apostou um dólar nessa ideia (o Instituto Ecuménico de Estudos Teológicos de Tantur – Jerusalém, e o diálogo interreligioso)”, em *Família Cristã*, Janeiro.

GERNET, Jacques

1974 *O Mundo Chinês*, Cosmos, Lisboa/Rio de Janeiro, 2 vols.

1991 *Chine et Christianisme: La Première Confrontation*, Gallimard, Paris, (Col. “Bibliothèque des Histoires”), ed. revista e corrigida.

GONÇALVES, José Júlio

1994 “Contribuição dos missionários para o desenvolvimento da Antropologia”, *Stvdia*, n.º 53, Lisboa.

GRELOT, Pierre

1985 *Os Evangelhos (origem, data, historicidade)*, n.º 18 dos “Cadernos Bíblicos”, ed. Difusora Bíblica (Franciscanos Capuchinhos), Lisboa.

GUARDINI, Romano

1966 *O Senhor*, Liv. Moraes Editora, 2.ª ed., Lisboa.

GUELLOUZ, Azzedine

1997 “O Islão”, in *As Grandes Religiões do Mundo*, ed. Presença, Lisboa, Direcção da publicação: Jean Delumeau.

GUITTON, Jean; BOGDANOV, Grichka e Igor

1991 *Deus e a Ciência (para um meta-realismo)*, Editorial Notícias, Lisboa (col. “Ciência Aberta”, n.º 14).

GUTIERREZ, Gustavo

1990 *O Deus da Vida*, Loyola, São Paulo.

HERTZBERG, Arthur

1981 *Judaísmo*, Verbo, Lisboa/S. Paulo (colecção “Grandes Religiões do Mundo”, n.º 5).

HERZFELD, Elisabeth

- 1992 “Climbing the nine steps to heaven (caodaísmo)”, *The Sunday Standard*, secção 2, Hong Kong, 6.12.

IGREJA CATÓLICA (Textos básicos e documentos do Magistério):

- 1985 *A Bíblia de Jerusalém*, Ed. Paulinas, 9.^a ed., revista, S. Paulo.
- 2000 *Bíblia Sagrada*, ed. Difusora Bíblica (Franciscanos Capuchinhos), Lisboa/Fátima, Maio.
- 1978 *O Novo Testamento (A Boa Nova para toda a gente)*, tradução inter-confessional do texto grego para português moderno, Sociedade Bíblica, Lisboa.
- 1968 *O Evangelho de Jesus*, texto unificado, em concordância, dos 4 Evangelhos canónicos, MIMEP, S. Paulo, 4.^a ed..
- 1975 *La Iglesia de los Orígenes en los Hechos de los Apóstoles y en sus escritos*, MIMEP (Pessano, Milão), 1972 e Instituto S. Gaetano, (Vicenza, Italia).
- 1972 *Concílio Ecuménico Vaticano II – Documentos Conciliares (Constituições, Decretos, Declarações) e Documentos Pontifícios*, 25.12.1961 a 4.12.1963, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, Braga.
- 1993 *Catecismo da Igreja Católica*, Gráfica de Coimbra Lda./Libreria Editrice Vaticana, Coimbra, Julho.
- 1991 *Annuario Statisticum Ecclesiae – Statistical Yearbook of the Church – Annuaire Statistique de l’Église*, 1989, Vaticano, Gabinete Central de Estatística da Igreja Católica (Secretaria Status Rationarium Generale Ecclesiae).
- s/d *Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina*, conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, reunido em Puebla de Los Angeles, México, de 27 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1979 (texto oficial), ed. Paulinas (2.^a ed.), S. Paulo.
- 1982 *A Igreja que surge da Base (Eclesiologia das comunidades cristãs de base) – textos e conclusões do IV Congresso Internacional Ecuménico de Teologia*, reunido em Taboão da Serra (S. Paulo, Brasil), em Fev.-Março 1980. Publicação coordenada pelo Pe. chileno Sérgio Torres, Ed. Paulinas, S. Paulo (col. “Libertação e Teologia”, n.º 11).

INSTITUTO de Sociologia e Etnologia das Religiões

- 1990 *Segunda Semana de Estudos das Religiões*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa), Lisboa (textos policopiados).

JEREMIAS, Joachim

- 1977 *Teologia do Novo Testamento*, ed. Paulinas, S. Paulo, 2.^a ed. (“Nova Colecção Bíblica”, n.º 3).

- 1977 *A mensagem central do Novo Testamento*, ed. Paulinas, 2.^a ed. (col. “A Palavra Viva”, n.º 13).
- 1980 *O Sermão da Montanha*, ed. Paulinas, S. Paulo (col. “A Palavra Viva”, n.º 11).
- 1983 *Jerusalém no Tempo de Jesus*, ed. Paulinas, S. Paulo (“Nova Colecção Bíblica”, n.º 16).
- 1983 *As parábolas de Jesus*, ed. Paulinas, S. Paulo (“Nova Colecção Bíblica”, n.º 1).

JICHENG Li

- 1985 *The Realm of Tibetan Buddhism*, The Commercial Press (Hong Kong Branch).

JOÃO PAULO II

- 1989 *Christifideles Laici* (Vocação e Missão dos Leigos na Igreja e no Mundo), 30 Dez. 1988, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa.
- 1991 *Redemptoris Missio* (*A Missão de Cristo Redentor*), 7 Dez. 1990. Edições Paulistas, Lisboa.
- 1991 *Centesimus Annus* (Carta Encíclica, no centenário da “*Rerum Novarum*”), 1 Maio 1991, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa.
- 1994 *Atravessar o limiar da Esperança*, ed. Planeta, Lisboa (entrevista com Vittorio Messori).
- 1999 *As Reflexões para o ano 2000*, ed. Livros do Brasil, Lisboa, col. “Vida e Cultura”, n.º 133.
- 2001 *Novo Millennio Ineunte*, carta apostólica “À entrada do novo milénio”, datada de 6 de Janeiro de 2001, ed. A. O. Braga, Janeiro.

JOCHIN, Christian

- 1986 *Chinese Religions: a cultural perspective*, Prentice-Hall, New Jersey (USA), (col. “Prentice Hall Series in World Religions”).

KASPER, Walter

- 1976 *Jésus le Christ*, les Éditions du Cerf, Paris.

KELLER, Werner

- s/d *A Bíblia tinha razão*, ed. Livros do Brasil, Lisboa (col. “Vida e Cultura”, n.º 10).

KESHAVJEE, Shafique

- 1999 *O Rei, o Sábio e o Bobo*, Temas e Debates, Lisboa.

KIELCE, Anton

- 1984 *O Tauismo*, Publicações Europa-América, Mem Martins (col. “Oriente Secreto”).

KING, S. J. Geoffrey

- 1992 “The Catholic Church in China: A Canonical Evaluation”, separata de *The Jurist*, vol. 49, n.º 1, 1989. Estudo também publicado em “Tripode”, Maio-Junho.

KROEGER, M. M., James, H.

- 1991 *Interreligious Dialogue*, Mission Studies Institute, Davao City (Filipinas).
- 1990 “Asia: Many Faces and Challenges”, *World Mission Magazine*, Manila, Junho.
- 1991 “Dialogue and Proclamation: Can both go together?”, *World Mission Magazine*, Manila, Novembro.
- 1990 “Sharing Insights” (relações entre a comunidade muçulmana e católica em Mindanao), *World Mission Magazine*, Manila, Outubro.

KÜNG, Hans; ESS, J. Van; STIETENCRON, Heinrich von; BECHERT, Heinz

- 1986 *Le Christianisme et les Religions du Monde*, Seuil, Paris.

KÜNG, Hans; CHING, Julia

- 1991 *Christianisme et Religion Chinoise*, Seuil, Paris.

LANGUE, Pe. Robert

- 1991 “Confucius – Confucianisme”, *Mission de l’Église*, n.º 92, Junho (dossier “L’Église de Chine”).

LAO TZE

Tao-te Ching (ou *Dao De Jing*, em Pinyin) – Existem duas traduções em Português, a saber:

- 1987 *Prática da Perfeição* (Daow-Tc Keg), Jesuítas Portugueses, Macau. (Tradução do Chinês, prefácio e notas do Pe. Joaquim A. de Jesus Guerra S. J.).
- 1995 *O Livro da Via e da Virtude de Láucio* (*Tou Tak Keng*), Fundação Macau (ed. fac-similada da separata da revista “Mosaico”, publicada em Macau em 1952. Versão portuguesa e introdução de Luis Gonzaga Gomes).

LAPIERRE, Dominique; COLLINS, Larry

- 1973 *Oh Jerusalém!*, Livr. Bertrand, Lisboa (2.ª ed.).

L'ASIE EN CHIFFRES (*Geographie, Histoire, Economie, Religions*)

1979 Échange France-Asie, Paris, dossier n.º 50, Dezembro.

LAURENTIN, René

1977 *Chine et Christianisme (Après les Occasions Manquées)*, Desclée de Brouwer, França.

1991 *A Igreja do Futuro*, edições Paulistas, Lisboa.

1995 *Le démon, mythe ou réalité? (Enseignement et expérience du Christ et de l'Église)*, Librairie Arthème Fayard, Paris.

1996 *Vie authentique de Jésus Christ*, Libr. Arthème Fayard, Paris, 2 vols.

LEHMANN, Arthur C.; MYERS, James E. (compiladores dos artigos)

1989 *Magic, Witchcraft, and Religion (an Anthropological Study of the Supernatural)*, Mayfield Publishing Company, Mountain View, California (E.U.A.), 2.ª ed.

LÉON-DUFOUR, S. J., Xavier

1992 *Vocabulário de Teologia Bíblica*, Vozes, 5.ª ed., Petrópolis (trad. Frei Simão Voigt, O.F.M.). Colaboração de 70 exegetas de língua francesa.

LEUNG, Beatrice

1992 *Sino-Vatican relations: Problems in conflicting authority, 1976-1986*, Cambridge University Press.

LEUNG, Beatrice; YOUNG, John D. (editores)

1993 *Christianity in China – Foundations for Dialogue*, Centre of Asian Studies, the University of Hong Kong, 1993 (temas divididos por 4 secções – Christianity and: Chinese History, Chinese Politics, Chinese Thought/Culture, Chinese Society), Hong Kong.

LÉVI-STRAUSS, Claude

1986 *O Totemismo, hoje*, ed. 70, Lisboa, col. “Perspectivas do Homem”, n.º 33.

1993 *Tristes Trópicos*, edições 70, Lisboa.

LEWIS, Bernard

1982 *Os Árabes na História*, ed. Estampa, Lisboa (col. “Imprensa Universitária”, n.º 26).

LEWIS, Ioan M.

1986 *O Islamismo ao Sul do Saará*, ed. Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

LING, Trevor

1994 *História das Religiões*, Presença, Lisboa.

LOPES, J. Machado

1993 *Atlas Bíblico (geográfico-histórico)*, Difusora Bíblica (Franciscanos Capuchinhos), Lisboa (3.^a ed.).

LU Yun

1991 *Religions in China – 100 Questions and Answers*, New Star Publishers, Pequim.

MA Kam Keong

1995 *Estátuas Budistas milenárias da China*, Leal Senado de Macau (Coleção do Museu Xangai).

MALATESTA, S. J., Edward J.

1990 “*Holy Week in Beijing, May Day in Sheshan*”: Reflections on the Catholic Church in China, *America*, n.º 22 (vol. 162), 9.7.

1995 *China – A History of Martyrs, a future of Faith*, National Jesuit News White Paper: China, Dez. 1994 – Jan. 1995.

MERCADO JR., OMI, Pe. Eliseo M.

1990 *Time of Revival* (islamic resurgence in East Asia), World Mission Magazine, Manila, Dezembro.

MESSORI, Vittorio

1980 *Hipóteses sobre Jesus*, ed. Salesianas, Porto (trad. da 16.^a ed. italiana).

1995 *Il a souffert sous Ponce Pilate (enquête historique sur la passion et la mort de Jésus)*, trad. francesa do original italiano editada por F. X. de Guibert, Paris.

MESTERS, Carlos

1983 *Curso Bíblico*, ed. Paulistas, Lisboa, 2.^a ed.

1985 *As Parábolas*, ed. Vozes, Petrópolis (Brasil), col. “Círculos Bíblicos”, n.º 5.

1987 *Paraíso Terrestre: saudade ou esperança?*, Vozes, Petrópolis (Brasil) (11.^a ed.).

MICHAEL, S. J., Pe. Thomas

1991 *Christians and muslims in Asia, face to face*, World Mission Magazine, Agosto.

MISSION DE L'ÉGLISE (Cooperação Missionária Francesa)

- 1991 *La Mission de l'Église* (comentário à encíclica *Redemptoris Missio*), n.º 91, Março.
- 1991 *Sectes et nouveaux Mouvements Religieux*, n.º 93, Paris, Setembro.
- 1992 *Dialogue et Annonce* (comentário ao documento com o mesmo título), n.ºs 96-97, Junho-Setembro.
- 1993 *Jumelages Inter-Diocésans (Fraternité entre Églises)*, n.º 99, Paris, Março.

MOREIRA, Adriano

- 1994 “O Padroado e a Missionologia”, *Stvdia*, Instituto de Investigação Científica Tropical – Centro de História e Cartografia Antiga, n.º 53, Lisboa.

MOREIRA, Carlos Diogo

- 1987 “Antropologia: Perspectivas e Método”, *Estudos Políticos e Sociais*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), vol. XV, n.ºs 3-4.
- 1992 *Teorias e Métodos da Antropologia Social*, Lisboa, Associação Académica do I.S.C.S.P..

MYERS, James T.

- 1991 *Enemies Without Guns (The Catholic Church in China)*, Professors World Peace Academy, Paragon House, Nova Iorque.

NEL Li-Pen

- 1990 *Church Statistics: Gains in the 3rd World*, World Mission Magazine, Agosto.

NEVES (OFM), Joaquim Carreira das

- 1989 *Jesus Cristo, História e Fé*, ed. Franciscana, Braga (col. “Espírito e Vida”, n.º 2).
- 1998 *As novas seitas cristãs e a Bíblia*, Universidade Católica Editora/Verbo, Lisboa.

OTTO, Rudolf

- 1992 *O Sagrado*, ed. 70, Lisboa, col. “Perspectivas do Homem”, n.º 41.

PANOFF, Michel; PERRIN, Michel

- 1979 *Dicionário de Etnologia*, edições 70, Lisboa.

PARKER, Steve

1989 *Japão*, ed. Edinter, Porto (col. “Povos e Lugares”).

PAS, Julian F. (editor)

1989 *The Turning of the Tide (Religions in China Today)*, Hong Kong Branch of the Royal Asiatic Society H. K., e Oxford University Press, New York, Passport Books.

PAULME, Denise

1996 *As Civilizações Africanas*, Publicações Europa-América, 2.^a ed., col. “Saber”, Mem Martins (o texto francês original é de 1953).

PAULO VI

1975 *Evangeli Nuntiandi (O Evangelho aos Homens de Hoje)* – 8 Dez. A. O., Braga, 1978 (Col. “Documentos Pontifícios”, n.º 10).

PEREZ, Mimo

1992 *Inculturation: Dialogue Between Faith and Culture*, World Mission Magazine, Junho.

PIERRARD, Pierre

1982 *História da Igreja*, ed. Paulinas, S. Paulo (Brasil).

PIO XII

1951 *Evangeli Praecones (Os Arautos do Evangelho – 2.6.)*.

1957 *Fidei Donum (O Dom da Fé – 21.4.)*.

1959 *Princeps Pastorum (Príncipe dos Pastores – 28.11.)*.

PIRES, António Pedro

1999 *O culto dos antepassados em Macau*, Afrontamento, Porto.

PODOLEFSKY, Aaron; BROWN, Peter J.

1989 *Applying Anthropology (an Introductory Reader)*, Mayfield Publishing Company, Mountain View, California, EUA.

POUPARD, Paul (coordenador)

Dictionnaire des Religions, Presses Universitaires de France, Paris.

PRITCHARD, James B. (director principal)

1996 *Atlas Bíblico*, edições Zairol Lda., Lisboa.

PUSHPARAJAN, A.

1990 *From conversion to fellowship (The Hindu-Christian Encounter in the Gandhian Perspective)*, ed. autor, Allahabad, Índia.

QUEVEDO, S. J., Oscar, G.

1989 *Antes que os demónios voltem*, edições Loyola, S. Paulo, Brasil (2.^a ed.).

RAHNER, Karl

1989 *Curso Fundamental da Fé (Introdução ao Conceito de Cristianismo)*, Paulinas, S. Paulo (col. “Teologia sistemática”, n.º 3).

REGO, Pe. António da Silva

1961 *Lições de Missionologia*, Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa (col. “Estudos de Ciências Políticas e Sociais”, n.º 56).

RENOU, Louis

1980 *Hinduismo*, Verbo, Lisboa/S. Paulo (coleção “Grandes Religiões do Mundo”, n.º 3).

RICCIOTTI, Giuseppe

1951 *Vida de Jesucristo*, Luis Miracle, Barcelona, 4.^a ed. da trad. espanhola, Abril (a edição original italiana data de 1941).

RINALDI, João (coordenador)

1970 *Introdução à Leitura da Bíblia*, Livraria Tavares Martins, Porto, 730 pp. (28 colaboradores).

ROCHEDIEU, Edmond

1982 *Xintoísmo*, Verbo, Lisboa/S. Paulo (coleção “Grandes Religiões do Mundo”, n.º 8).

1983 *Antigos Cultos (Ritos, Mitos e Símbolos, da Antiguidade à Idade Média)*, Verbo, Lisboa (col. “Grandes Religiões do Mundo”).

RODINSON, Maxime

1992 *Maomé*, ed. Caminho, Lisboa (col. “Universitária”).

ROPS, Daniel

O Povo Bíblico, Livr. Tavares Martins, Porto (col. “História do Mundo”).

-
- 1956 *Jesus no Seu Tempo*, Livraria Tavares Martins, Porto (3.^a ed.).
História da Igreja, Livraria Tavares Martins, Porto – 5 volumes (1956, 1960, 1961, 1962, 1970).
- ROSSIGNOL, MEP, Pe. R.
1991 “Le dialogue interreligieux”, *Églises d’Asie*, Abril.
- RUIZ DE MEDINA, S. J., Juan
1991 *The Catholic Church in Korea: its origins, 1566-1784*, Istituto Storico S. I., Roma.
- RYDEN, S. J., Edmund
1991 “Religion in China today”, suplemento de *Correspondence*, Manila.
- SAMUEL, Albert
1997 *As religiões hoje*, ed. Paulus, S. Paulo (Brasil).
- SANGBAE RI, Jean
1979 *Confucius et Jésus Christ* (La première theologie chrétienne en Corée, d’après l’oeuvre de Yi Piek, lettré confucean, 1754-1786), Beauchesne, Paris (Colecção “Beauchesne Religions”, n.º 10).
- SANTINI, Alceste
1988 *Mil anos de Fé na Rússia*, ed. Paulistas, Lisboa.
- SARTORIUS, Bernard
1982 *Igreja Ortodoxa*, Edit. Verbo, Lisboa (col. “As Grandes Religiões do Mundo”, n.º 7).
- SCHIPPER, Kristofer
1997 “O Tauismo”, in *As Grandes Religiões do Mundo*, Presença, Lisboa.
- SILVA, Aldina da; MYRE, André; PINTO, Tereza (editores)
1998 *Les Juifs Portugais (Exil, Héritage, Perspectives, 1496-1996)*, Actas do Colóquio organizado pela Comunidade Portuguesa, Centro Comunitário Judeu e Faculdade de Teologia da Universidade de Montréal (Canadá), de 22 a 25 de Novembro de 1996, ed. Médiaspaul, Montréal, Canadá.
- SIN, Cardeal Jaime L.
1990 *Evangelizacion y Religiones no Cristianas en Asia*, Manila.

-
- SMITH, D. Howard
1971 *As religiões Chinesas*, Arcádia, Lisboa (col. “História das Religiões”, n.º 5).
- STOCKWELL, Foster
1993 *Religion in China Today*, New World Press, Pequim.
- TANG, Edmond; WIEST, Jean-Paul (editores)
1993 *The Catholic Church in Modern China – Perspectives*, Orbis Books, Maryknoll, Nova Iorque.
- TEIXEIRA, Faustino
1995 *Teologia das Religiões (uma visão panorâmica)*, Ed. Paulinas, S. Paulo.
- TEIXEIRA, Mons. Manuel
1982 *Pagodes de Macau*, Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, Macau.
1990 *Ma-Kok-Miu – Templo Chinês da Barra* (trilingue), Gabinete de Comunicação Social, Macau.
- TEMPELS, Placide
1949 *La Philosophie Bantoue*, Presence Africaine, Paris.
- THIEDE, Carsten Peter
1994 *Qumrân et les Évangiles*, F. X. de Guibert, Paris.
- THIOLLIER, Marguerite Marie
1990 *Dicionário das Religiões*, Perpétuo Socorro (Porto)/Editora Vozes Ltda. (Petrópolis, Brasil), col. “Dicionários”, n.º 3.
- TITIEV, Mischa
1989 *Introdução à Antropologia Cultural*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 6.ª ed. (Prefácio à ed. portuguesa por António Jorge Dias. Trad. de João Pereira Neto).
- TRESMONTANT, Claude
1983 *Le Christ Hébreu (la langue et l’âge des Évangiles)*, F. X. de Guibert, Paris.
- URBEL, Perez
1955 *Vida de Cristo*, ed. Aster (Lisboa) e Casa do Castelo (Coimbra) (col. “Éfeso”, n.ºs 9 e 10).

VAN DEN BORN, A. (organizador)

- 1992 *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*, Vozes, Petrópolis (Brasil), 5.^a ed. (cerca de 50 colaboradores).

VANDERMEERSCH, Léon

- 1997 “O Confucionismo”, in *As Grandes Religiões do Mundo*, Presença, Lisboa.

VAN ESS, Josef; KÜNG, Hans

- 1986 “L’Islam et le Christianisme”, in *Le Christianisme et les Religions du Monde (Islam, Hindouisme, Bouddhisme)*, Éditions du Seuil, Paris.

VARENNE, Jean-Michel

- 1984 *O Budismo Tibetano*, Publicações Europa-América, Mem Martins.
1984 *O Zen*, Publicações Europa-América, Mem Martins.

VARILLON, S. J., François

- 1997 *Síntese da Fé Católica*, Editorial A. O., Braga (2.^a ed.).
1996 *Um Cristão face às Grandes Religiões*, Edit. Apostolado da Oração, Braga.

VÁRIOS

- 1994 *Religião e Cultura*, simpósio internacional comemorativo do IV centenário do Colégio Universitário de S. Paulo. Resumos (abstracts). co-ed. Companhia de Jesus, Macau/Ricci Institute, Universidade de S. Francisco/Diocese de Macau/Instituto Cultural de Macau, Macau, Novembro (trilingue: Português, Chinês, Inglês).

VENTINE Tsai

- 1992 “Zen Summer and the Sounds of Chan”, *Sinorama Mazagine*, Setembro.

VERÍSSIMO, Erico

- s/d *Israel em Abril*, ed. Livros do Brasil, Lisboa (col. “Livros do Brasil”, n.º 78).

WAN Li, Augusto

- 1992 *Religions in China, still alive!*, World Mission Magazine, Junho.

WEIGEL, George

- 2000 *Testemunho de Esperança*, Bertrand Editora, Lisboa.

WILLIAMS, John Alden

- 1979 *Islamismo*, ed. Verbo, Lisboa (col. “As Grandes Religiões do Mundo”, n.º 1).

WOODROW, Alain

- 1979 *As Novas Seitas*, ed. Paulistas, Lisboa (col. “Fé e Mundo Moderno”).

WORLD MISSION MAGAZINE (WMM)

- 1993 *Catholic Church in China*, Março.
1991 *Mission in the Buddhist Kingdom*, n.º 8, Setembro.
1991 *Being Minority* (entrevista com o Cardeal Michai Kitbunchu, de Bangkok), n.º 8, Setembro.
1992 *The Future is the Laity* (a Igreja Católica em Taiwan), Julho.
1993 *The Woman and the Dragon* (a Igreja Católica em Singapura), Fevereiro.
1992 *Waiting for the wall to topple* (a Igreja Católica na Coreia do Sul), Agosto.
1991 *Redemptoris Missio* (dossier sobre a encíclica), Outubro.

YUUKI, S. J., Diego

- 1993 *The Martyr's Hill* – Nagasaki, Martyrs Museum, Nagasaki, Japão.

ZURCHER, Erik

- 1990 *Bouddhisme, Christianisme et Société Chinoise*, Julliard, Paris, (série “Conferências et leçons” du Collège de France).

Documentários vídeo

- 1990 *Living Temples (The irrepressible catholics of China)*, A vida dos católicos na China após Tiananmen. Kuangshi Program Service, Taipé, Taiwan, 60’.
1992 *Pilgrims in Dialogue: Paths to Interreligious Encounter*, Kuangshi Program Service, Taipé, Taiwan (versões em Inglês, Chinês e Espanhol), 60’.
1990 *Maomé, o Mensageiro de Deus*, filme de 110’ (edição vídeo da Lisvendas, Lisboa). Produtor e realizador: Moustapha Akkad; Argumentista: H. A. L. Craig.

Composto e paginado
na **UNIVERSIDADE ABERTA**

1.^a edição

Lisboa, 2001

